

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

9.ª SÉRIE DE PUBLICAÇÕES

VOLUME V



LISBOA  MCMLXXIV

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

LISBOA — 1974

VOLUME V



LISBOA  MCMLXXIV

TÁBUA DAS MATÉRIAS

	Págs.
Complexos industriais de seixos afeiçãoados no Mundo — uma panorâmica — <i>Vítor Manuel Oliveira Jorge</i>	9
Estação paleolítica do Castelo Velho (Riachos, Torres Novas) <i>G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira, M. Leitão e C. T. North</i>	55
Necrópole da Provença (Sines). Campanha de escavações de 1972 — <i>Manuel Farinha dos Santos, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva</i>	69
Alguns sumários das notas de vários Tabeliães da vila de Torres Vedras nos séculos XVI a XVIII — <i>Rogério de Figueiroa Rego</i>	101
Estações paleolíticas de Bairro e do Casal da Figueira (Caldas Rainha) — <i>G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira</i>	135
A família Flaviense de Camões — <i>J. G. Calvão Borges</i>	165
Modelos e miniaturas militares — <i>Gabriel da Rocha Souto</i>	235
Procissões de outrora — Elvas — <i>Eurico Gama</i>	279
Novos documentos para o conhecimento do episódio militar de Coolela (Moçambique, 1895) — <i>Luis Coelho</i>	333
Uma curiosa carta régia de D. João III — <i>J. T. Montalvão Machado</i>	349

	Págs.
Aplicação do método de análise por activação com neutrões na determinação da proveniência de objectos com interesse arqueológico — <i>J. M. Peixoto Cabral</i>	361
O paleolítico do Litoral do Baixo Alentejo entre a foz do Rio Mira e a foz da Ribeira de Odesseixe — <i>G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira</i>	397
Breve nótula, lembrando José Matias Delgado (1865-1932) — <i>Vitor Oliveira Jorge</i>	419
 Movimento da Associação dos Arqueólogos Portugueses no ano de 1972-1973:	
<i>Relatório da Direcção</i>	431
<i>Relatório da Secção de Pré-História</i>	436
<i>Relatório da Secção de História</i>	439
<i>Relatório do Conservador do Museu</i>	441
<i>Relatório do Conservador da Biblioteca</i>	441

COMPLEXOS INDUSTRIAIS DE SEIXOS AFEIÇOADOS NO MUNDO — UMA PANORAMICA

por

Vítor Manuel de Oliveira Jorge

Sócio efectivo; assistente da Universidade de Luanda

O. Introdução: problemas de terminologia

0.1 Conceito de *complexo industrial*

Em 1956, Georges Laplace veio lembrar que, em arqueologia do Paleolítico, e contrariamente ao que, regra geral, se pratica, a palavra *indústria* deve ser reservada para designar «todas as formas de pedra, osso ou madeira trabalhadas pelo homem, da mesma jazida», distinguindo-se assim, segundo o mesmo autor, de *conjunto industrial*, expressão que abarcaria todo o «grupo de indústrias provenientes de camadas ou jazidas diferentes mas com características comuns»². Note-se que esta

¹ Este texto retoma, com alterações de pormenor, problemas já tratados pelo autor na obra «Conjuntos Industriais de Seixos Afeiçãoados do Sul de Portugal: Aspectos e Problemas» (2 Vols.), que se encontra inédita, e constituiu a sua Dissertação de Licenciatura, defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em Julho de 1972.

² Cf. *Typologie statistique et évolution des complexes à lames et lamelles*, «Bull. Soc. Préhist. Française», t. LIII, 1956, pp. 271-290.

definição se confina a «características comuns», não entrando em linha de conta com a noção de contemporaneidade que, para G. Childe, caracterizaria um «conjunto arqueológico», por oposição a um «agregado»³. A intenção de Laplace é apenas, ao que parece, diferenciar bem, dadas várias colecções de artefactos paleolíticos, aquelas que resultam do aleatório da descoberta (encontrarem-se na mesma jazida, no seu exemplo), meros produtos do trabalho, com uma significação ainda neutra, das que representam uma entidade arqueológica válida, resultado de uma classificação nossa.

Posteriormente, e já a um nível de discriminação mais fina, foi proposta, na obra de conjunto «Background to Evolution in Africa» (1967)⁴, a distinção entre *complexo industrial*, *indústria*, *fase* e *horizonte* (ou *presença*), a qual sugiro se aceite entre nós, à semelhança do que acontece no estrangeiro, e enquanto não dispomos de um modelo de entidades mais complexo, ajustado ao caso específico do Paleolítico; tal é, pelo menos, a opção tomada no presente trabalho. De acordo com aquela proposta, por *complexo industrial* entender-se-ia todo o «grupo de indústrias consideradas como representando os elementos do mesmo conjunto» (ex.: o Acheulense). Por *indústria* designar-se-ia «o conjunto de todos os objectos manufacturados por uma população pré-histórica numa região dada, durante um intervalo de tempo preciso» (ex. o Capsense típico). Por seu turno, em relação à noção de *fase*, considerar-se-ia que «uma indústria pode compreender várias fases sucessivas ou por vezes distintas embora contemporâneas. «Fase» tem nesse último caso o sentido de *facies* (industrial)» (ex.: Madalenense VI a, Capsense superior). Finalmente, um *horizonte* (ou *presença*, arqueológico seria «a mais pequena unidade pré-histórico-estratigráfica que pode reconhecer-se em qualquer local».

Como se vê, em todos estes termos está sempre presente a preocupação de se utilizar uma nomenclatura descomprometida relativamente a interpretações paleo-antropológico-culturais; e, sobretudo, de evitar a palavra *cultura* que, no estado actual dos nossos conhecimentos sobre o Paleolítico, é abusiva, pois ainda não ultrapassámos um nível arqueoló-

³ Cf. «Introdução à Arqueologia», Lisboa, Europa-América, s/d, pp. 16 e 17.

⁴ V. pp. 893 e seguintes.

gico neste campo⁵. É o que sugere J.-C. Gardin ao escrever, no seu artigo *Problèmes d'Analyse Descriptive en Archéologie* (1963): «Para as altas épocas da Pré-história, em particular o Paleolítico, os conjuntos até agora definidos — e baptizados com nomes regionais — o Taiacense, o Clactonense, etc. — são essencialmente grupos taxonómicos, fundados em caracteres internos, do tipo P. As correspondências e as sucessões no tempo destes diversos níveis são mal conhecidas, e é em grande medida um abuso de linguagem ver neles outras tantas «culturas» distintas, no sentido em que se emprega esta palavra nos períodos históricos»⁶.

0.2 Conceito de *seixo afeiçoado*

Por seixo afeiçoado podemos entender um utensílio fruste, obtido por talhe mais ou menos periférico de um seixo, talhe esse que pode ser unifacial, bifacial ou plurifacial.

Mas convém, a propósito, notar que:

- as palavras *calhau* e *seixo* têm etimologia diferente mas idêntico significado em português, designando, ambas, um fragmento de rocha qualquer;
- para caracterizar com precisão os seixos de rio ou de praia marinha, deve empregar-se a expressão *seixo* ou *calhau rolado*;
- em Geologia, *calhaus* ou *seixos* são «clástos, geralmente líticos, com dimensões compreendidas entre 64 mm. e 128 mm.», normalmente componentes das «cascalheiras de pequenas dimensões»⁷; por *calhau* ou *seixo rolado* entende-se, nesta ciência, todo o detrito, em geral, lítico, com diâmetro superior a 2 mm., que esteve sujeito a acções intensas de transporte (fluviais ou marinhas) que lhe desgastaram mais ou menos as arestas. Consti-

⁵ Sobre o problema dos níveis hierárquicos da paleo-antropologia cultural, consulte-se, do autor, *Estatuto epistemológico da paleo-antropologia cultural*, «Novas Perspectivas das Ciências do Homem», Lisboa, Presença, 1970.

⁶ Cf. «Études Archéologiques», Paris, ed. P. Courbin, 1963, p. 139.

⁷ Cf. Carlos Romariz, «Enciclopédia Verbo», artigo «calhau».

tuem acumulações de origem fluvial ou marinha, as cascalheiras. Por consolidação destes depósitos formam-se os conglomerados»⁸.

- em francês, a palavra *galet* corresponde ao nosso *seixo rolado*, sendo por isso imprópria, muitas vezes, a expressão «*galets aménagés*» para designar seixos não rolados afeiçãoados em «*choppers*», «*chopping-tools*», etc. Foi o que François Bordes, numa pequena nota, veio apontar em 1971⁹: «Em primeiro lugar, seixos rolados. Se este género de utensílios é, com efeito, frequentemente feito sobre eixos rolados, tal não acontece sempre. Em Olduvai, uma boa quantidade deles foi feita em pequenos blocos de rocha. Em Clacton, a grande maioria é feita de nódulos de sílex. Logo, o termo «seixo rolado» [*galet*] deve proscrever-se.»
- em espanhol, existe um termo paralelo do francês, *galet*: é *guijarro*, ou seja, um seixo rolado. Mas existe, também, um equivalente do nosso seixo ou calhau, o *canto*. Assim, pois, poderemos falar de *guijaros* ou *cantos rodados trabajados*, ou, então, só de *cantos trabajados*, conforme se trate de seixos rolados afeiçãoados ou só de seixos afeiçãoados.
- a palavra inglesa *pebble* equivale normalmente à expressão «seixo rolado», muito embora possa designar formas não roladas, desde que pequenas e arredondadas.

Assim, pois, a expressão portuguesa *seixo afeiçãoado* (ao contrário do francês «*galets aménagés*» ou do inglês «*pebble-tools*») pode aplicar-se a todo o utensílio sumariamente talhado em qualquer fragmento de rocha, quer se trate de um calhau rolado, de um bloco de rocha ou de um nódulo de sílex.

É curioso notar, com Biberson¹⁰ que utensílios tão frustes conti-

⁸ *Idem, ib.*, artigo «calhau rolado».

⁹ F. Bordes, *Question de vocabulaire: galets aménagés à taille uni ou bidirectionnelle*, «*Bull. Soc. Préhist. Franç.*», t. LXVIII, 1971, CRSM, fasc. 3, pp. 73-74.

¹⁰ Cf. «*Le Paléolithique Inférieur du Maroc Atlantique*», Rabat, Serv. Antiquit. Maroc, 1961. Esta obra pode ser encontrada na Biblioteca dos Serviços Geológicos, Lisboa.

nham já, em germe, os três elementos fundamentais do futuro grande artefacto do Acheulense, o biface, muito embora nunca apareçam conjugados numa mesma peça: o talhe em ponta; a criação de um gume periférico que tende a invadir a totalidade do contorno do seixo; o descasque» facial do calhau (produzindo o que Biberson chama «*galets épannelés*»). No momento em que esses três elementos convergiram, estava criado um utensílio mais evoluído, uma forma totalmente recriada pelo homem; mas, como vamos ver a seguir, certas áreas geográficas nunca conheceram o biface, continuando a fabricar e a utilizar seixos afeiçãoados.

1. *Conjuntos industriais de seixos afeiçãoados no mundo:
uma panorâmica*

Tentando fazer o balanço do movimento geral da pesquisa neste domínio, e na sucessão de vários autores, o Professor Lothar Zotz veio definir, em 1968, as três épocas maiores dos complexos industriais de seixos afeiçãoados mundiais ¹¹:

1.^a — corresponde ao *Olduvaiense* definido em vários locais da África, à «civilização do seixo afeiçãoado» estudada por Pierre Biberson em Marrocos e, genericamente, a um período geológico: o Vilafrankiano. Woldstedt chamou-lhe o «*Archäolithikum*»; outros autores designam esta fase por *Pré-Acheulense*, expressão que parece generalizar-se, bem como a sua articulação com um primitivo «*tool-maker*»: o australantropo.

2.^a — corresponde a um dos dois *fila* em que se bipartiu essa primitiva «civilização» do seixo afeiçãoado, contemporâneo das indústrias de bifaces do Paleolítico antigo, e também atribuído, como estas últimas, a arcantropianos. Esta teoria, que vem substituir a antiga dicotomia, devida a Breuil, entre «indústrias» de lascas e «indústrias» de núcleos (hoje sem qualquer sentido) começou a ser elaborada por

¹¹ Cf. *Pebble-culture en Europe Centrale*, «La Préhistoire-problèmes et tendances», Paris, C. N. R. S., 1968, pp. 517-526.

Movius, e teve recentemente um grande defensor em François Bordes ¹², parecendo generalizar-se à maioria dos autores.

3.^a — corresponde ao Mustierense e Paleolítico superior.

Esta esquematização fundamental pode ser hoje ampliada no seu âmbito para abarcar épocas pós-pleistocénicas, incluindo indústrias de seixos afeiçãoados como o «Languedocense típico» francês (que, como veremos, recentes estudos colocam no Mesolítico) e, a título de hipótese, outras como o Asturiense e, até, o chamado «Languedocense» português, que não são mais do que indústrias de seixos afeiçãoados relativamente recentes, não repugnando aceitar a sua perduração até fases tardias da Pré-história. Por isso, ao falar de indústrias ou de complexos industriais de seixos afeiçãoados a esta escala, deve-se apelidá-los de «líticos» e não de «Paleolíticos», como nos advertem numerosos exemplos da Etnografia ¹³.

Deve dizer-se que o facto de possuímos presentemente exemplos destas três fases dos complexos industriais de seixos afeiçãoados, não autoriza a considerar-se provada, em cada uma delas, a universalidade, maior ou menor, do fenómeno; o esquema apontado corresponde, tão somente, à periodização genérica do mesmo fenómeno, encarado como um todo, podendo ora interessar um ou vários continentes (relacionando-se com um grande período da evolução da humanidade), ora mais circunscritas regiões geográficas, representando até uma mera *facies* local. Aspectos há do mesmo fenómeno que nos sugerem uma certa generalidade geográfica, a qual, todavia, por serem ainda esparsos os locais estudados, se não pode considerar de forma alguma assente. Por outro lado, se nuns casos a ocorrência de indústrias de seixos afeiçãoados parece ser, em períodos pós-vilafranquianos, uma sobrevivência directa da «*Pebble-culture*» mais antiga, sendo admissível uma certa continuidade a nível cultural entre as duas fases, noutros ela é apenas

¹² V. «Le Paléolithique dans le Monde», Paris, Hachette, 1968.

¹³ V., por exemplo, de Alberto Machado Cruz, «Os seixos talhados em meia lua — uma sobrevivência das técnicas das indústrias líticas», Luanda, I. I. C. A., 1970, e de J. Peter White, *Ston naip bilong tumbuna: the living stone age in New Guinea*, «La Préhistoire-problèmes et tendances», Paris, C. N. R. S., 1968, pp. 511-516.

uma manifestação das «tendências determinantes» de que fala Leroi-Gourhan ¹⁴.

1.1 Primeira fase — *Pré-Acheulense*

Foi R. Vaufrey quem, em 1951 ¹⁵, chamou a atenção para a «*Pebble-culture*» vilafranquiana, ao tratar genericamente dos esferóides facetados de Aïn-Hanech, na Argélia. Anteriormente, o seu descobridor — C. Arambourg — tinha-lhes dedicado várias comunicações, mas, como nota Biberson, com uma prudência na própria redacção dos títulos ¹⁶ que bem traduz as dúvidas que ainda existiam sobre o seu interesse arqueológico. E, todavia, o talhe intencional de tais «bolas poliédricas» era indiscutível, como o era a associação estratigráfica em que se haviam encontrado; e a opinião de Vaufrey, mais tarde a de Balout, bem como a progressiva generalização da descoberta de seixos afeiçoados atribuíveis ao Vilafranquiano em toda a África, veio pouco a pouco a pesar no consenso geral. Um novo mundo tecnológico, muito mais antigo do que os até então conhecidos no domínio das indústrias líticas, se impunha: em 1951 também, vinda a lume o trabalho clássico de L. S. B. Leakey sobre Olduvai ¹⁷, no qual aquele autor abordava, embora ainda em apenas quatro páginas, o problema da «Oldowan Culture», à guisa de introdução à sua análise das indústrias de bifaces ulteriores.

De então até agora, um longo caminho de descobertas e de renovação constante de perspectivas foi percorrido, a ponto de se poder hoje considerar a hipótese da existência, pelo menos numa vasta área de todo o Velho Mundo, de uma grande mancha cultural vilafranquiana

¹⁴ Cf. «L'Homme et la Matière», Paris, Albin Michel, 1949.

¹⁵ Cf. *Pierres taillées villafranchiennes et synchronismes glaciaires*, «L'Anthropologie», Tome 55, n.º 1-2, Paris, 1951, pp. 162-166.

¹⁶ Entre outros: *Sur la présence, dans le Villafranchien d'Algérie, de vestiges éventuels d'industrie humaine*, 1949; *Traces possibles d'une industrie primitive dans un niveau villafranchien de l'Afrique du Nord*, 1950 (referidos por Biberson; cf. nota 10).

¹⁷ «Olduvai Gorge—a report on the evolution of the hand-axe culture in beds I-IV», Cambridge at the University Press, 1951.

constituída por complexos industriais de seixos afeiçãoados, como o fez Bordes em «Le Paléolithique dans le Monde», obra já citada. Essa teoria escora-se num amplo naipe de jazidas conhecidas e estudadas, com maior ou menor exaustão, em grande parte daquela vasta área geográfica. Na impossibilidade de as citar todas, concentremo-nos sobre alguns desses locais-chave.

UGANDA

As primeiras pesquisas sobre seixos afeiçãoados nesta região da África Oriental devem-se a E. J. Wayland, então Director do «Geological Survey» do Uganda, e encontram-se mesmo entre as primeiras pesquisas realizadas em todo o mundo. Realmente, a partir de 1919, este investigador encontrou na margem ocidental do lago Vitória (em Mpigi, perto de Masaka), em níveis elevados de cascalheiras lacustres, instrumentos líticos de feição bastante primitiva; posteriormente as suas recolhas ampliaram-se aos vales das ribeiras de Kagera (nome que se veio a tornar famoso em Pré-história), Muzizi e Kafu (de onde deriva o célebre termo «Cafuense», criado em 1926 por Wayland para distinguir as suas indústrias de seixos das de bifaces posteriores). Com essa ampliação geográfica do âmbito do seu trabalho, foi possível a Wayland, desde logo, estabelecer quatro frases da «Idade da Pedra» no Uganda, a primeira das quais dizia respeito aos «tipos feitos de seixos». Mais tarde, em 1934, e com base em novas recolhas, o autor, indiferente à frieza com que as suas descobertas haviam sido recebidas, subdividia já em quatro momentos aquela primeira fase, definidos em termos estratigráficos e tipológicos:

- 1.º — Cafuense mais antigo
- 2.º — Cafuense antigo
- 3.º — Cafuense recente
- 4.º — Cafuense evoluído.

Estas quatro fases do Cafuense de Wayland (bem como numerosos dados sobre a história das pesquisas no Uganda e sobre todas as

principais jazidas estudadas), encontram-se já expostos numa obra de um seu continuador que é também a primeira tentativa de tipologia de seixos afeiçãoados, hoje clássica neste domínio. Refiro-me ao livro de C. van Riete Lowe, «The pleistocene geology and prehistory of Uganda. Part. II: Prehistory», de 1952¹⁸. Aí se caracterizava o «Cafuense mais antigo» como uma indústria de seixos simplesmente partidos, segundo três direcções diferentes («hemilith», «plagiolith» e «ortholith»). É evidente que nada prova que tais seixos tenham sido, realmente, afeiçãoados pelo homem. Se um método de observação das peças líticas, aceite pela generalidade dos observadores, não tem forma de provar a existência de cicatrizes de fabrico ou utilização nas mesmas, é evidente que estas terão de, cientificamente, ser rejeitadas, muito embora suspeitemos da sua provável utilização, especialmente quando associadas, em certas estações, a comprovados instrumentos. Na realidade, o «grau zero» do comportamento instrumental sempre nos escapará, pois não podemos reconhecer, em muitos possíveis utensílios «naturais», se efectivamente foram utilizados ou não, a não ser que tal utilização tenha deixado traços macro ou microscópicos bem identificáveis. De qualquer forma, a preocupação de se recuar sempre até testemunhos menos evidentes é positiva, pois introduz uma constante preocupação dinâmica no sentido de aperfeiçoarmos os métodos da observação.

Já o «Cafuense antigo» do Uganda apresenta utensílios bem evidentes: seixos afeiçãoados bifaces com um gume em arco de círculo e seixos afeiçãoados em ponta numa extremidade, sendo aparentável, segundo Biberson, ao primeiro estágio da «Pebble-culture» do Marrocos atlântico, que abordarei diante. Do «Cafuense recente» é característico o segmento de seixo «em gomo de laranja» [tipo II-16 de Biberson¹⁹]. Finalmente, o «Cafuense evoluído» é muito semelhante ao Olduvaiense da Tanzânia (estádio III da «Pebble-culture» marroquina). Aliás, em toda a África se nota uma grande uniformidade nas indústrias pré-

¹⁸ Publicada pelo Geological Survey of Uganda. Pode ser consultada na Biblioteca do Museu do Homem, Paris.

¹⁹ Cf. P. Biberson, «Galets Aménagés du Maghreb et du Sahara», Paris, Muséum National d'Histoire Naturelle, 1967 (edição já esgotada).

-acheulenses, ao longo de uma evolução tecnológica e morfológica que caminha do mais simples para o mais complexo.

O conceito de «Cafuense», deve dizer-se, é hoje um conceito histórico; e certos autores tomam alguns dos artefactos nele incluídos como um produto de acções naturais, ligandô outros dos mesmos artefactos ao Olduvaiense; mas, como nos leva a pensar a opinião de Biberson, o assunto não parece assim tão simples, estando a carecer de revisão, sobretudo no sentido de se apurar até que ponto a periodização desse antigo «Cafuense» corresponde à da «*Pebble-culture*» marroquina, como à de outras regiões africanas mais bem estudadas.

De qualquer forma, a referência que acabo de fazer impunha-se como uma homenagem, menos a um conceito, do que à notável intuição, tida por estes primeiros investigadores, da existência de um estádio da evolução humana muito anterior aos reconhecidos nas estações clássicas da Europa. Essa intuição vinha aliás ao encontro de certas teorias do século XIX, tal como a de Carlos Ribeiro, um dos fundadores da Geologia e Pré-história portuguesas, e *verdadeiro precursor* do conceito da imensa antiguidade do homem, que tende a afirmar-se cada vez mais, de década para década, e com a comprovação dos métodos científicos de datação absoluta. O facto das teorias da primeira metade do nosso século, dominadas pela figura de Breuil, se terem voltado contra essas noções, afadigando-se na procura de provas seguras em contrário, foi um dos factores que contribuiu para retardar durante muito tempo a aceitação de um facto que começou a generalizar-se a partir dos anos cinquenta: a descoberta de indústrias datando do Vilafranquiano. Uma estação excepcional (só casos limite conseguem muitas vezes, finalmente, a adesão geral), a das gargantes de Olduvai na Tanzânia, impôs, enfim, essa realidade, a uma Europa mergulhada durante demasiado tempo num certo europocentrismo pré-histórico, que multiplicava as indústrias «levaloisenses», «clatonenses» ou «taiacenses» em todos os locais de outros continentes que os seus sábios visitavam. De novo a Europa teria de se abrir a uma *realidade cultural outra* que se lhe impunha do exterior, e que ela mais cedo ou mais tarde descobriria não ser tão alheia à sua própria Pré-história como então se poderia pensar.

As jazidas de Olduvai foram descobertas em 1911 por Kattwinkel, e exploradas de um ponto de vista geológico (estratigráfico e paleontológico) por Hans Reck, em 1913. Porém, só L. S. B. Leakey, e já em 1931, aí encontrou indústrias pré-históricas, por sinal *in situ* e relacionadas com uma importante fauna fóssil, o que deu origem às suas variadas campanhas (1932, 34, 35 e 1941). Em 1936, Leakey criava o termo «Olduvaiense» para designar as indústrias das camadas inferiores, as quais seriam uma variedade do «Cafuense»; e em 1951, como disse, dava-nos uma primeira síntese sobre o assunto, descrevendo oito peças consideradas mais significativas, de várias matérias-primas: seixos de lava, quartzito, blocos de quartzo e nódulos de sílex córneo²⁰. A esse trabalho seguiram-se variados artigos e, sobretudo, outras três obras, hoje básicas para o estudo de Olduvai: uma primeira consagrada às observações feitas sobre a «Fauna and Background» de 1951 a 1961 (1965); uma segunda, sobre o crâneo do Zinjantropo (1967); uma terceira, que Mary D. Leakey deu recentemente à estampa, sobre as «Excavations in Beds I and II, 1960-63»²¹.

Estas obras, sobretudo a última, eram já aguardadas com alguma ansiedade, pois que a estação de Olduvai é presentemente a mais importante das conhecidas no mundo para o estudo do Paleolítico antigo. Próxima do lago Eyasi, estende-se ao longo de uma garganta de origem tectónica que corta os sedimentos quaternários, proporcionando a possibilidade de realizar observações estratigráficas em espessuras de cerca de 100 metros. Da base para o topo, foram aí determinadas cinco camadas principais, das quais nos interessam sobretudo as duas primeiras:

Camada I («*Bed I*») — atingindo por vezes 40 metros de espessura, é constituída por tufos vulcânicos nos quais se intercala uma camada de tufos que sofreram alterações. Quatro níveis de Olduvaiense

²⁰ *Chert*, em inglês, *chaille*, em francês.

²¹ Consulte-se ainda, de Mary Leakey: *A review of the Oldowan Culture from Olduvai Gorge, Tanzania*, «*Nature*», Vol. 210, n.º 5035, 1966, pp. 462-466. A revista «*Nature*» pode ser consultada, por exemplo, na Biblioteca do Instituto Superior Técnico, Lisboa.

foram aí reconhecidos por Leakey, notando-se neles a presença de seixos afeiçãoados unifaces e bifaces. Nesta camada foi descoberto em 1950, o crâneo do *Zinjanthropus boisei* em «associação directa e indiscutível com a indústria lítica», como escreveu Bordes²², bem como, no ano seguinte, os restos de *Homo habilis*, ambos australantropianos. O método do potássio-argon indicou 1.750.000 anos para o nível do Zinjantropo.

Camada II («*Bed II*») — de composição bastante variada, nela ocorrem sedimentos lacustres, tufo redepostos e diversos sedimentos fluviais ou eólicos, atingindo por vezes 30 metros de altura. Na sua parte inferior, revelou vários níveis olduvaienses e, na parte superior, «cheleo-acheulenses», num total de 5 estádios («*stages*») arqueológicos. A transição de uma «civilização do seixo afeiçãoado» a uma «civilização do biface» que, aqui se considerava de início progressiva, tal como em Marrocos, de acordo com as observações de Pierre Biberson, é hoje tida como repentina^{22a}. De qualquer modo, nas camadas sobrepostas às descritas, assistimos ao desenvolvimento do Acheulense, ocorrendo na V.^a o «Capsense do Quénia».

QUENIA: OS MAIS ANTIGOS ARTEFACTOS

Nos últimos anos, Richard Leakey e G. Isaac descobriram, neste país (a leste do lago Rodolfo), os mais antigos restos de indústria humana que se conhece, ao momento: trata-se de várias lascas residuais cuja jazida se situa *sob* um nível de 2.610.000 anos.

Este número pode surpreender; não, porém, quem se encontre relativamente a par do modo como normalmente os antropólogos e pré-historiadores consagrados a este período encaram os seus problemas cronológicos. Biberson exprimiu-me recentemente a sua convicção de que ainda mal entrevemos a verdadeira «aurora» do *Homo faber*,

²² Cf. Obra citada na nota 12, p. 42.

^{22a} Cf. J. Desmond Clark, «A Pré-história da África», Lisboa, Verbo, s/d., p. 88. Sobre o problema teórico da transição Oldvaiense-Acheulense, v., de Lewis Binford, «An Archaeological Perspective», New York, Seminar Press, 1972, pp. 254-258.

e de que os mais antigos utensílios que conhecemos implicam um longo tempo de maturação anterior. Yves Copens, Sub-Director do Museu do Homem, numa entrevista concedida em 1971 à «Sciences et Avenir»²³, lembrava que, estatisticamente, para que alguns restos de australopílios tivessem chegado até nós, é necessário que estes antropílios tivessem já então atingido um considerável número. Como uma espécie é, de início, representada apenas por uma população reduzida, temos pouquíssimas probabilidades de chegar a conhecer os seus fósseis: o tempo de «fermentação» de cada espécie não tem expressão paleontológica; daí que haja sempre numerosos hiatos entre os momentos do nosso modelo da evolução, traduzindo a realidade das mutações. Assim, os «primeiros» utensílios humanos e os seus autores poderão ser para sempre irrecuperáveis.

Aliás, o problema é muito complexo. Em 1967, Leakey revelou um «utensílio» que havia sido encontrado também no Quénia, em associação com um fóssil de Ramapiteco, um longínquo antepassado do homem que viveu no Mioceno superior, há cerca de 12 milhões de anos (*Kenya-pithecus Wickeri*). Tratava-se de um calhau de basalto partido, e cuja aresta natural revelava nítidos vestígios de utilização. É certo que os gorilas e chimpanzés actuais se servem de tais tipos de utensílios; mas pensar assim para duvidar da hipótese de Leakey, que coloca o *Kenya-pithecus* na linhagem humana, é esquecer que tais símios tiveram já o mesmo tempo de evolução por detrás deles: 12 milhões de anos também²⁴.

Fiquemos de momento por aqui quanto a este assunto, e continuemos a avançar para norte, pois são os complexos industriais de seixos afeiçãoados o nosso tema central. Aliás, fora do pequeno circuito dos especialistas, todas as especulações são possíveis, e em larga medida ociosas.

²³ Intitulada «Les Australopithèques Réhabilités» e inserida no número especial da revista «Sciences et Avenir» consagrado a «La Vie Préhistorique» (1971), pp. 80-83.

²⁴ A propósito, consulte-se: Louis Leakey, *Comment l'Afrique berça la raison*, «Le Courrier», Unesco, Ag./Set., 1972, pp. 24-29.

ETIÓPIA

1. O baixo valo do Omo

Este rio situa-se ao sul da Etiópia e, após se expandir numa larga planície, deságua no lago Rodolfo.

Desde 1932 que Arambourg aí estudou várias jazidas de vertebrados vilafranquianos. Posteriormente, a partir de 1967, uma missão científica internacional organizou-se para prosseguir as pesquisas na região, dirigida por Clark Howell (Estados Unidos), Arambourg e Yves Coppens (França) e R. Leakey (Quênia). Esta conjugação de esforços tem a sua explicação: ao longo de cerca de 40 Km², pode observar-se no baixo vale do Omo formações geológicas do Plistoceno inferior com uma espessura de 400 a 500 metros, constituídas por sedimentos lacustres e fluviais, argilas e areias consolidadas, nas quais se intercalam níveis de tufos, permitindo datações absolutas. Alguns desse níveis de tufos persistem ao longo de toda a zona já estudada, fornecendo limites cronológicos bem precisos para os fósseis recolhidos nos sedimentos que se estendem entre dois níveis vulcânicos. Assim foi possível determinar a idade de vários fósseis de australantropianos, os mais antigos dos quais têm 3 milhões e 300.000 anos.

Só recentemente, porém, puderam ser encontrados artefactos olduvaienses. Jean Chavaillon, que dirige presentemente as escavações de Melka Konturé (outro importante complexo de estações da Etiópia que abordarei a seguir) pôde definir no baixo vale do Omo, em Agosto de 1969, a presença de um nível arqueológico *in situ*, com fauna (elefante, hipopótamo, girafa, um suídeo) e instrumentos líticos e de osso, datável de entre 2 milhões e 560.000 anos e 1 milhão e 990.000 anos. Entre esses instrumentos líticos há que destacar um seixo afeiçãoado de quartzo com talhe bifacial, de forma a criar um gume em zigue-zague²⁵.

²⁵ V. Jean Chavaillon, *Découverte d'un niveau oldowien dans la basse vallée de l'Omo (Éthiopie)*, «Bull. de la Soc. Préhist. Franç.», tome 67, 1970, CRSM, fasc. 1, pp. 7-11; *Recherches en Éthiopie*, «La Vie Préhistorique», n.º especial cit. na nota 23, pp. 78 e 79.

2. Melka Konturé

Não se trata, como disse, de uma jazida, mas de um dos mais importantes complexos de jazidas actualmente existentes em Pré-história antiga, uma vez que estão aí representados os seus principais episódios na África Oriental, desde o Olduvaiense até à «*Late Stone Age*», e ao longo de centenas de hectares. Apesar disso, ainda aí se não encontrou um fóssil de antropiano, o que pode acontecer em qualquer altura.

Melka Konturé situa-se a cerca de 50 km. a sul de Adis-Abeba, no vale do Awash, e foi detectada por um hidrólogo holandês, Gérard Dekker, em 1963. As primeiras prospecções sistemáticas foram realizadas pelo pré-historiador francês Gérard Bailloud, às quais se seguiram finalmente as escavações de Chavaillon e sua equipa, ali em curso há vários anos.

Estas não exploraram, ainda, mais do que uma parte mínima deste conjunto de jazidas: três níveis, dos quais só nos importa o de *Gomboré I*, atribuído ao «Olduvaiense médio». A sua utensilagem compõe-se de vários tipos de seixos afeiçãoados: seixos talhados uni e bifacialmente, seixos afeiçãoados numa das faces por talhe sub-circular, «poliedros com facetas desiguais», etc. Uma fauna de elefantes, hipopótamos, antílopes, bovídeos, suídeos e equídeos acompanhava esses artefactos, podendo alguns dos seus restos ter servido como utensílios (caninos de hipopótamos e de suídeos, costelas de elefante e chifres de antílopes).

Mas, o que é mais importante, este nível revelou também que os australantropianos que o habitaram eram já capazes de uma certa organização do espaço em que viviam, através da construção de uma «estrutura», revelada inteiramente durante as escavações de 1970. «Trata-se — escreve Chavaillon — de uma superfície inteiramente nua, separada dos numerosos objectos do solo de ocupação por um desnível de 20 a 30 cm. de espessura. A Este, curiosos pequenos círculos de pedra de uma vintena de centímetros de diâmetro, sugerem, entre outras hipóteses, a colocação de pedras necessárias para manter a base de um ramo. Poder-se-ia então imaginar sem demasiada incoerência uma espécie de abrigo, de que já nada resta a não ser as pedras de escoramento

e o terreno que ocupou.»²⁶. Assim, pois, parece estarmos aqui perante os primeiros indícios de uma «Pré-história da habitação», a relacionar com outros que Leakey notou em Olduvai. Como disse Yves Coppens: «É, de qualquer forma, interessante constatar que o homem, há cerca de dois a três milhões de anos, tinha já o utensílio e ensinava a sua técnica de fabrico, construía cabanas ou «paleo-cabanas»; isso representa forçosamente um início de organização de pequenos grupos, uma espécie de vida social»²⁷.

ARGÉLIA: AIN-HANECH

Já me referi a esta estação, que fica perto de Sétif, na Argélia, e foi descoberta, como disse, por C. Arambourg, em 1931. É constituída por depósitos de uma antiga bacia lacustre, abundantes em fauna de mamíferos do Vilafrankiano superior, e nos quais apareceu uma das variantes dos seixos afeiçãoados poliédricos: as «*boules polyédriques*» ou, na expressão de L. Balout, «*sphéroïdes à facettes*», perfeitamente integráveis na «*Pebble-Culture*» mais antiga (de que, todavia, constituem um estágio já evoluído, como aliás acontece com as indústrias da camada I de Olduvai, de acordo com as conclusões a que chegou Biberson em Marrocos). Trata-se de uma amostragem muito homogénea, que faz desta estação, na opinião de Mortelmans, a «jazida mais interessante da África do Norte e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes de toda a África»²⁸, e, muito embora os seus poliedros de domolite não apareçam associados a um contexto industrial que permita comparações mais imediatas, o Professor Balout logo os integrou no conjunto das descobertas de Olduvai, do Uganda, ou do vale do Vaal (em cujas aluviões Riet Lowe revelou a existência de uma «*Pebble-culture*», em 1937). Lamentavelmente não existe ainda, que eu saiba, uma monografia completa desta estação, da qual, no entanto,

²⁶ *Recherches en Ethiopie*, p. 79.

²⁷ «*La Vie Préhistorique*», n.º esp. cit. nota 23, p. 83.

²⁸ *La «Pebble-Culture» africaine, source des civilisations de la pierre*, «*Bull. Soc. Roy. Belge d'Anthrop. Préh.*», t. LXV, 1954, p. 40.

Lionel Balout deu uma noção mais precisa em 1955, na sua «Préhistoire de l'Afrique du Nord»²⁹.

A «CIVILIZAÇÃO DO SEIXO AFEIÇOADO» NO MARROCOS ATLÂNTICO

É a Pierre Biberson que devemos o conhecimento de uma das mais completas seqüências evolutivas das indústrias do Paleolítico inferior, integradas num quadro cronológico detalhado, composto por uma alternância de depósitos de origem marinha e continental, bem definidos por fósseis de vertebrados e invertebrados. Criado para a área atlântica de Marrocos, onde se puderam conservar intactos os vestígios das variações do nível do mar no decurso do Quaternário (devido à rigidez da Meseta marroquina e a fenómenos de isostasia lenta e contínua nela verificados), esse quadro evolutivo (em que se articulam, como disse, dados arqueológicos, estratigráficos, morfológicos e paleontológicos) adequa-se na generalidade às observações parcelares realizadas noutros pontos do Antigo Mundo (à excepção do Sudeste da Ásia). É, assim, se utilizado com a devida cautela, um completo quadro de referência para toda a pesquisa deste período não só no Magrebe, mas em toda uma mais vasta área geográfica. E, muito particularmente, para o seu paralelo europeu do outro lado do Estreito de Gibraltar: o litoral atlântico português. Realmente, escreveu Biberson: «Parece estabelecido hoje que as comunicações terrestres [por aquele Estreito] estavam definitivamente cortadas no Würmiano; mas que representa esta última centena de milénios, ao lado da imensa duração do Plistoceno antigo e médio? No momento dos máximos regressivos do mar, que se sucederam pelo menos cinco vezes no decurso do Quaternário, não teria havido passagem possível para as faunas de mamíferos e para o homem pré-histórico entre os dois continentes?»³⁰.

Deixemos porém mais este problema de «difusão» ou «convergência», que a relativa incipiência dos estudos na Península Ibérica não

²⁹ Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1965.

Este livro encontra-se, por ex., na Biblioteca do Instituto de Paleontologia Humana, Paris.

³⁰ «Le Paléolithique Inférieur du Maroc Atlantique», p. 512.

permite ainda resolver, e descrevamos os aspectos principais da «civilização do seixo afeichoado» tal como Biberson os estabeleceu em Marrocos. Segundo ele, tal «civilização» teria conhecido quatro estádios, os dois primeiros pertencentes à «*Pebble-culture* antiga», os dois últimos à «*Pebble-culture* evolucionada»³¹:

Estádio I ou Arcaico — definido em formações do Vilafranquiano médio (Muluyano) das jazidas de Arbaoua, Ued Mda, Douar Doum e Tardiguet-er-Rahla (a estação-tipo desta fase). Caracteriza-se sobretudo pelos seixos afeichoados unifacialmente numa pequena parte da sua periferia; já surgem alguns elementos de talhe bifacial.

Estádio II ou Antigo — as suas jazidas encontram-se principalmente nos arredores de Casablanca (pedreira «Déprez» e nível inferior da pedreira «Schneider du Maarif-Aéroport»), e pertencem ao Messauidiano (correspondente à primeira transgressão plistocénica, calabriana). Neste estádio, o utensílio predominante continua a ser o seixo afeichoado uniface; o talhe bifacial é ainda excepcional, e verifica-se a ocorrência de esboços de talhe plurifacial. Frequente o seixo afeichoado pontagudo, «*en museau*», que já aparecia na fase anterior.

A permanência do seixo afeichoado uniface como utensílio dominante ao longo destes dois primeiros períodos levou Biberson a uni-los sob a designação de «*Pebble-culture* antiga».

Estádio III ou Médio — definido no nível superior da pedreira «Schneider du Maarif-Aéroport», na jazida de Chellah, nas de Suk-er-Arba do Rharb (localidades-tipo do estádio) nos arredores de Sidi Kacem. Corresponde a um período de regressão: o Saletiano (Vilafranquiano superior). Apesar de persistirem os utensílios obtidos pelo talhe unifacial de seixos, preponderam as peças com talhe bifacial, de vários tipos. Pela extensão do talhe a uma maior parte do seixo, começa a abrir-se o leque de formas, chegando-se já à produção de alguns raros bifaces, em formas lanceoladas e ovoides, que mais tarde caracterizarão

³¹ Cf. obra citada na nota anterior, e ainda, do mesmo autor: *La evolución del Paleolítico de Marruecos en el marco del Pleistoceno atlántico*, «Ampurias», Barcelona, 1960-61, XXII-XXIII, pp. 1-30.

os estádios acheulenses³². Paralelamente, o talhe plurifacial torna-se frequente, levando à ocorrência de numerosos *poliedros* que, mais tarde, pela martelagem sistemática da aresta das facetas, darão as «bolas» do Acheulense.

Esta utensilagem seria contemporânea da estudada nas camadas I e II (na base) de Oldival, bem como da de Aïn-Hanech. Assim, pois, nos estádios arcaicos e antigos da «civilização do seixo afeiçãoado» de Marrocos estariam representados os mais antigos complexos industriais conhecidos, relacionáveis com os achados que modernamente estão surgindo no vale do Omo.

Estádio IV ou final — Equivalente a um período de transgressão, o Maarifiano, tem a sua jazida-tipo no conglomerado de base da pedreira de «Sidi-Abderrahman-Extensão», nas imediações de Casablanca. Todos os tipos de seixos afeiçãoados verificados anteriormente estão nele presentes, incluindo alguns «maus bifaces». Trata-se já de um período, de acordo com Biberson, de transição para o Acheulense, mantendo ainda, todavia, em predominância, os seixos afeiçãoados uni-faces e bifaces, bem como os «esferóides facetados» que já na fase anterior haviam surgido. «A partir do momento — escreve Biberson — em que a percentagem de *pebble-tools* e bifaces se invertirá, estaremos nos começos de uma nova civilização (...)»³³. Trata-se, obviamente, do Acheulense, de que Biberson descreve 8 estádios bem diferenciados.

A «PEBBLE-CULTURE» DO SARA

Antes de abandonarmos a África (onde muitos outros locais desta fase da «*Pebble-culture*» poderiam ainda ser citados³⁴) — faça-se uma curta referência a algumas estações que, no Sara, revelaram utensílios

³² Como se vê, a presença de tal artefacto não leva necessariamente a considerar-se acheulense uma indústria, como se tem feito frequentes vezes em Portugal relativamente a conjuntos em que o seixo afeiçãoado predomina largamente sobre o biface.

³³ Cf. obra citada na nota 30.

³⁴ Consulte-se, sobre o assunto, o livro de H. J. Hugot, «L'Afrique Préhistorique», Paris, Hatier Université Afrique, 1970.

do primeiro período dos complexos industriais de seixos afeiçãoados, durante muito tempo apenas à superfície, mas, posteriormente, também, em estratigrafia. No vale do Dra, na zona pré-sariana de Marrocos, Mortelmans, Choubert e Hollard revelaram em 1952 indústrias que, apesar de se encontrarem à superfície, Biberson atribui ao estádio II da sua «civilização do seixo afeiçãoado», sendo contemporâneas, portanto, do Saletiano. A Nordeste, na bacia da Saoura, Alimen, Chavaillon e Margat revelaram conjuntos de seixos afeiçãoados *in situ* e procuraram, ao mesmo tempo, estabelecer uma correlação cronológica das suas jazidas com as de Marrocos, esforço que tem de ser continuado. H. J. Hugot, do Instituto de Paleontologia Humana de Paris, revelou, por seu turno, uma estação de seixos afeiçãoados em Aoulef, no Tidikelt, cujos materiais, na opinião de Biberson, manifestam semelhanças com os estádios III e IV de Marrocos. Também A. Bonnet veio revelar, ulteriormente, importantes elementos sobre os seixos afeiçãoados desta região e sua posição estratigráfica (terraço T1 do Idjerane: cf. *La «Pebble-Culture» in situ de l'Idjerane et les terrasses de piedmont du Sahara Central*³⁵.) Refira-se, por fim, os seixos afeiçãoados encontrados *in situ* nas margens do Teffassasset (Níger).

EUROPA: GRUTA DO VALLONNET

Um excepcional achado veio, em 1958, associar a Europa às regiões-chave para a pesquisa das mais antigas indústrias humanas, até então sobretudo localizadas em África. Trata-se da Gruta do Vallonnet, situada a uma altitude de cerca de 100 metros, perto de Roquebrune-Cap-Martin, nos Alpes Marítimos (costa mediterrânica francesa), descoberta por René Pascal e depois por ele estudada de colaboração com H. de Lumley, S. Gagnière e L. Barral³⁶. Esta estação revelou uma

³⁵ «Bull. Soc. Préhist. Franç», Vol. LVIII, n.º 1-2, 1961.

³⁶ V., por exemplo, *La grotte du Vallonnet-Roquebrune - Cap - Martin. (A.-M.) (Note Préliminaire)*, «Bull. du Musée d'Anthropol. Préhist. de Monaco», n.º 10, 1963, pp. 5-18.

Este Boletim pode ser consultado na Biblioteca do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.

indústria muito fruste e pouco abundante, constituída por algumas lascas residuais e seixos afeiçãoados unifacialmente (dois com um levantamento único numa extremidade, um talhado «em escada» e dois rostro-carenados) associados a uma fauna típica do Vilafranquiano superior. Apesar disso, merece a qualificação utilizada de «excepcional», porque iniludivelmente confirma a presença de um *Homo faber* na Europa numa época tão recuada: de facto, os níveis vilafranquianos^{36a} que continham os utensílios achavam-se selados por uma estalagmite e nitidamente cobertos por um depósito posterior. Toda a história da gruta foi reconstituída, desde a sua abertura numa fase pós-pleiocénica, passando pela deposição de sedimentos marinhos ante-vilafranquianos e, depois, pela daqueles níveis vilafranquianos, formados em clima frio, até à fase de enchimento pós-vilafranquiano, durante o qual o chão estalagmítico colmatou a entrada da gruta, protegendo os seus depósitos dos agentes erosivos.

Assim se pôde indentificar na Europa uma indústria então considerada provavelmente contemporânea do estádio III da civilização do seixo afeiçãoado de Marrocos, bem como dos materiais de Aïn-Hanech e da Camada I de Olduvai. Passado o primeiro entusiasmo, alguns pré-historiadores europeus mostraram-se reservados quanto ao valor desta estação para escorar a noção da existência de um complexo industrial vilafranquiano na Europa; numerosos outros indícios, porém, nos conduzem para essa hipótese, aceite por vários autores, entre os quais Bordes, Coles e Higgs, por exemplo, escreveram em 1969: «A indústria de Vallonnet representa uma das mais antigas estações conhecidas na Europa, e pode ser relacionada em tempo com os conjuntos de seixos e lascas recolhidos nos depósitos de praias levantadas em Portugal, em

^{36.a} Note-se que, no momento em que este trabalho se encontra em provas, se alterou já a datação dos níveis de Vallonnet, que os autores atribuem hoje ou a um Epivilafranquiano, ou aos inícios do Plistoceno médio (c. 1 milhão de anos). V., sobre o assunto, de J. Charline, «Le Quarternaice», Paris Doin, 1972. Este facto não elimina totalmente, porém, o interesse da gruta para a tese em debate. Entretanto, noticiam os jornais (por ex., «A Província de Angola» de 12.5.74) a descoberta, em 1962, de uma outra gruta na mesma região, «Le Tron do Tachon», com artefactos de uma «Pebble-culture» também com cerca de 1 milhão de anos, pelo menos, na opinião de H. de Lumley.

altitudes de mais ou menos 100 metros, bem como de mais ou menos 55-60 metros»³⁷. Também Zotz, no ano anterior, lembrara que «no que se refere à Europa, de acordo com o estado actual dos nossos conhecimentos, temos o direito de classificar a indústria da gruta do Vallonnet e os seixos talhados romenos provenientes do vale do Olt e do Dirjov na nossa fase I [Vilafranquiana] assim como provavelmente as peças correspondentes de Portugal que são ligadas com frequência ao Siciliano»³⁸.

Assim, pois, os achados de Vallonnet, integrados no contexto de muitos outros indícios menores (porque em posição estratigráfica menos explícita) que, ao longo do tempo, foram sendo descobertos na Europa, ganham uma significação muito importante. Sobre os achados da Roménia³⁹, acima mencionados por Zotz, escreveu, por exemplo, Em. Condurachi: «Um primeiro resultado obtido no estudo da época mais afastada e ao mesmo tempo mais longa é o facto — de uma importância geral europeia — de o processo da génese da humanidade se ter desenvolvido também no território do nosso país. Perfeitamente significativos são sob esse ponto de vista os documentos arqueológicos pertencentes à «pebble-culture» descobertos no vale do Dirjov, semelhantes, sob todos os pontos de vista, aos encontrados em Oldway (...)»⁴⁰. Muitos outros casos poderiam ser ainda aduzidos; refira-se apenas a descoberta que A. C. Blanc realizou, em Monte Peglia (Itália), de duas lascas e um seixo afeiçãoado uniface, próximos de um afloramento vilafranquiano, e com toda a probabilidade dele derivados; e a lasca encontrada por R. Agache e Franck Bourdier num terraço antigo do Soma, em França, em 1959. Aliás, este último autor, na sua «Préhistoire de France» (1967), ao descrever «o lento desenvolvimento das primeiras indústrias humanas» (1.^a parte, cap. VIII), refere-se à descoberta de um poliedro de quartzito talhado no complexo do *loess* de Saint-Vallier (vale do Ró-

³⁷ Cf. «The Archaeology of Early Man», Londres, Faber and Faber, 1969, p. 204.

³⁸ V. artigo cit. na nota 11, p. 520.

³⁹ Consulte-se, sobre o assunto: Nicolăescu-Plopsor, *Sur la présence du Prépaléolithique en Roumanie. L'une des premières étapes du processus de l'homínisation*, «Nauka», Moscovo, 1968, p. 371-380.

⁴⁰ «L'Archéologie Roumaine au XXe Siècle», Bucareste, 1963, p. 53.

dano), por J. Viret, em 1947, e que lamentavelmente se perdeu antes que o pudesse ter analisado. Tal artefacto dataria do Donau, e seria, pois, ainda anterior a Vallonnet⁴¹.

Trata-se realmente, por enquanto, apenas de pequenos «sintomas» que, pouco a pouco, têm vindo a reforçar a hipótese de um complexo industrial muito primitivo na Europa. Tais «sintomas» estão «chegando» perto do nosso território, como veremos a seguir.

«PEBBLE-CULTURE» EM ESPANHA

Em Outubro de 1969, François Bordes e Claude Viguiet apresentavam à Academia das Ciências de Paris, através da pessoa de Jean Piveteau, uma nota sobre a *Présence de galets taillés de type ancien dans la région de Carmona (Province de Séville, Espagne)*. Tratava-se nessa altura apenas de artefactos recolhidos à superfície de dois níveis de terraços do Guadalquivir, a cerca de 175 e 135 metros de altitude, mas que, pela sua morfologia, os autores admitiam poderem datar do Vilafranquiano superior, hipótese, sem dúvida, muito arriscada. Porém, numa nota semelhante, apresentada pelos mesmos autores em 1971 (*Sur la présence de galets taillés de type ancien dans un sol fossile à Puerto de Santa Maria, au Nord-Est de la baie de Cadix (Espagne)*), dá-se já conta da descoberta de 16 artefactos líticos em camada do Vilafranquiano superior, ou mesmo mais antiga, indicando-se a possibilidade de se vir, ali, a recolher muitos mais. Entre esses 16 objectos, os primeiros elementos de «indústria pré-abevilense», no dizer dos autores, que se encontrou em Espanha, 4 são seixos afeiçãoados unifaces e 5 bifaces, sendo as restantes peças constituídas por lascas, seixos partidos e resíduos. A sua jazida situa-se no corte da falésia que domina a praia actual, a oeste da foz do rio Guadelete, próximo de Puerto de Santa Maria.

⁴¹ Consulte-se a obra cit. no texto, pp. 146-149.

Em 1966⁴², escrevia Zbyszewski, ao fazer o balanço dos nossos conhecimentos sobre o Paleolítico português: «(...) é provável que o Abevilense e o Clactonense já tivesse existido no país em tempos mais antigos [do que a glaciação de Mindel], tal como se pode deduzir da presença, no litoral do Magoito e de Açafora, de vários instrumentos rolados, os quais parecem derivados das velhas cascalheiras do Siciliano». De facto, ao «siciliano Ia havia o mesmo autor atribuído, em 1958⁴³, os níveis de praia de 90-100 metros, estudados, com Breuil, naqueles dois pontos do litoral estremenho. Porém, nenhum dos seixos afeiçoados encontrados nessas jazidas (a que Breuil chegou a referir-se utilizando a expressão «*Pebble-culture*»⁴⁴) se achava *in situ* nas formações referidas de 90-100 metros, não podendo, portanto, afirmar-se a sua contemporaneidade com tais formações, tanto mais que se verificou poder o intenso «rolamento», adquirido por aquelas peças, ser produzido pela acção repetida de águas transportando areia. O problema continua, portanto, em suspenso, aconselhando a continuidade das pesquisas naqueles e noutros níveis dos inícios do Quaternário susceptíveis de virem algum dia a revelar artefactos *in situ*. Pois que, se a datação daquelas praias estivesse certa, elas seriam aproximadamente contemporâneas do Maarifiano do litoral marroquino, e portanto do estádio IV da «*Pebble-culture*» desse país. Ora, como não pensar na hipótese de uma civilização análoga no nosso território, hipótese que, como vimos atrás, não repugna a autores como Coles e Higgs ou Zotz, e se encontra reforçada pelas recentes descobertas em Espanha? Assim se achariam raízes bem antigas para os seixos afeiçoados do território português, tão característicos de vários períodos do nosso

⁴² Cf. *Conhecimentos actuais sobre o Paleolítico português*, «Comemoração do I Centenário da Assoc. Arqueól. Portugueses (1863-1963)», Lisboa, Vol. II, 1966, p. 130.

⁴³ Cons. *Le Quaternaire du Portugal*, «Bol. Soc. Geol. Port.», Vol. XIII, fasc. 1-2.

⁴⁴ Cf., por exemplo, *Contribution à l'étude des terrasses quaternaires au Portugal*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XXVII, fasc. 1-4, Nova Série, pp. 9-12.

Paleolítico, numa sólida tradição que teimou em persistir até às épocas históricas.

Vimos, em relance, as principais estações actualmente conhecidas no mundo para o estudo do primeiro episódio dos complexos industriais de seixos afeiçãoados, que, em termos muito gerais, podemos situar no Vilafranquiano (ou em épocas imediatamente posteriores) e atribuir, pelo menos em certos locais significativos, a Australantropianos. Tal episódio interessa a África, onde é mais bem conhecido, e a Europa onde numerosos indícios e alguns achados em estratigrafia nos levam a admiti-lo; em relação do Próximo Oriente e à Ásia, devem ser feitas por enquanto as maiores reservas. De facto, a estação de Oubeidiya, na margem direita do Jordão, não parece justificar a respectiva integração no Vilafranquiano proposta em 1960 por Stekelis, e a Ásia, à parte alguns restos fósseis atribuídos a Australantropianos, não revelou nenhum testemunho da presença de um *Homo faber* anterior ao Plistoceno médio. Ela transporta-nos, antes, ao segundo período dos complexos industriais de seixos afeiçãoados: o do Paleolítico inferior pós-vilafranquiano.

1.2 Segunda fase — *do Paleolítico inferior, contemporâneo das «civilizações» de bifaces*

Esta fase interessa sobretudo a Ásia e a Europa, já que em África, como vimos em Olduvai ou Marrocos, se passa, insensivelmente segundo uns, subitamente, segundo outros, de um estágio em que o seixo afeiçãoado predomina, a um outro dominado pelo *biface*⁴⁵. A primeira grande mancha de indústrias «arcaizantes», evoluindo paralelamente ao Acheulense, vamos encontrá-la no Sudeste da Ásia:

⁴⁵ Chavaillon: se em África, «(...) devêssemos considerar dois conjuntos industriais, seriam por um lado as civilizações de seixos afeiçãoados, por outro as civilizações de bifaces (...). Além disso, em locais próximos, não há contemporaneidade destas duas culturas, mas pelo contrário passagem de uma a outra (...)» («La Préhistoire», Paris, P. U. F., 1966, p. 323).

NOROESTE DA PENINSULA INDIANA: O SOANENSE

Na região dos terraços do Soan, afluente do Indo (Pendjab), foi definido um complexo industrial sem bifaces, o Soanense, que teria quatro momentos principais: um *Pré-Soanense* (Mindel), com lascas espessas, de bolbo muito saliente e talão liso; um *Soanense* antigo (Mindel-Riss), que seria um complexo industrial análogo ao Olduvaiense, com seixos afeiçãoados, de forma fruste, numa ou duas faces, por vezes em ponta; um *Soanense recente*, com duas fases (Riss e -Würm), que assistiria à progressiva rarificação dos seixos afeiçãoados e ao desenvolvimento da técnica Levallois; e, finalmente, um *Soanense evoluído* (do Würm).

Este esquema não pode, porém, aceitar-se como relativamente seguro. Um artigo recente de V. N. Misra, *Evolution of Palaeolithic cultures in India*⁴⁶, põe em dúvida a datação daquelas indústrias, que parece surgirem, de acordo com últimos trabalhos de R. V. Joshi na região, num sistema complexo de terraços, parcialmente, pelo menos, de origem tectónica. Além disso, Misra manifesta a sua estranheza perante o facto de os depósitos com Soanense terem também revelado um complexo acheulense, por sinal aos mesmos investigadores e na mesma altura (de Terra e Paterson, 1939), parecendo-lhe difícil imaginar a contemporaneidade de dois complexos tão diferentes no mesmo sistema ecológico. Trata-se, de qualquer forma, de um assunto em aberto, sobre o qual dispomos ainda de insuficiente informação⁴⁷.

CHINA: O CHOUKOUTIENENSE

A cerca de 40 Km. para sudoeste de Pequim, na área da aldeia de Chou-kou-tien, foram estudadas quinze jazidas, das quais cinco revelaram indústrias pré-históricas.

⁴⁶ «Origine de l'Homme Moderne», Paris, Unesco, 1972, pp. 115-120.

⁴⁷ V., sobre o problema, a posição de Bordes, em «Le Paléolithique dans le Monde», p. 81.

O *local 13* (atribuído ao Mindel) é o mais antigo; nele se encontrou um pequeno seixo afeiçãoado bifacial associado a carvões. O local 1 corresponde, porém, à jazida mais importante: aí foram encontrados os restos de sinantropos, acompanhados de uma fauna provavelmente contemporânea do Mindel-Riss, de cinzas e de uma utensilagem obtida a partir de seixos de quartzo e grês (seixos afeiçãoados uni e bifacialmente e instrumentos sobre lascas debitadas pelo talhe bipolar). O *local 15*, atribuído ao Riss, revela já uma evolução da utensilagem: seixos afeiçãoados (unifaces e bifaces) alongados, lembrando formas de bifaces, lascas espessas retocadas na zona do talão, raspadeiras, raspadores (por vezes, obtidos de pequenos seixos), peças foliáceas de pequenas dimensões. etc.; algumas lascas foram debitadas de núcleos preparados.

BIRMÂNIA: ANIATIENSE

Trata-se de um conjunto de indústrias descobertas, à superfície e *in situ*, nos terraços da ribeira Irrawaddy, e feitas, ou de madeira silicificada, ou de tufo silicificado. Foram divididas em dois grandes momentos, um *Aniatiense antigo*, com três estádios (atribuídos respectivamente ao Mindel, Mindel-Riss e Riss) e um *Aniatiense superior*, com dois (Riss-Würm e início do Würm). Apesar da sua longa duração (cerca de 360.000 anos) a tipologia não evoluiria muito ao longo desses estádios. No Aniatiense antigo ocorrem utensílios sobretudo de talhe unifacial, por vezes terminados em ponta, preparados em madeira fóssil; e, em tufo, utensílios de talhe uni e bifacial, bem como raspadores sobre lasca. O Aniatiense recente inclui os mesmo tipos, estando apenas ausentes os utensílios bifaciais.

O TAMPANENSE DA MALÁSIA E O PADJITANENSE DE JAVA

Ambas estas indústrias possuem, além de bifaces mais ou menos grosseiros, seixos afeiçãoados unifaces e bifaces. Não se lhe conhece qualquer relação com as indústrias de bifaces do sul e centro da penín-

sula indiana, não se sabendo se convém ligá-las a esse complexo de indústrias evoluídas ou, ao contrário, ao complexo dos seixos afeiçoados, explicando-se a presença de bifaces por uma invenção já tardia e independente (hipótese avançada por Bordes⁴⁸).

Deve dizer-se que ainda não podemos esboçar uma visão de conjunto do Paleolítico antigo asiático. Os dados são fragmentários, não existem estações que permitam observar-se uma longa sequência evolutiva, como acontece em Olduvai ou Marrocos, e não surgiu uma obra actualizada de revisão do clássico estudo de Movius sobre *The Lower Palaeolithic Cultures of Southern and Eastern Asia* (1948)⁴⁹. Aponte-se apenas dois exemplos muito distantes: na Índia, só nos últimos anos a prospecção do território deu lugar à escavação sistemática de importantes jazidas, salvo casos excepcionais anteriores; no Iraque (Próximo Oriente), graças aos trabalhos de Ralph Solecki (*Shanidar Cave*, 1957⁵⁰ e de Robert Braidwood (*From cave to village*, 1952⁵¹) conhecemos relativamente bem a evolução que do Paleolítico médio leva à economia de produção, mas desconhecemos, pelo menos com o mesmo nível de desenvolvimento e grau de rigor, os estádios anteriores.

Lamentavelmente, é a Ásia «um outro mundo» de investigação e cultura (à excepção, talvez, do Próximo Oriente) que nos foge quando queremos estabelecer comparações a grande escala. Fiquemos pois nesta noção geral do arcaísmo da zona oriental da Ásia no decorrer do Plistoceno médio. Terá tal facto algo que ver com a idêntica persistência cultural que se verifica em algumas áreas da Europa Oriental, Central e Ocidental? É difícil neste momento pronunciarmo-nos; Bordes avança a esse respeito a hipótese de que o complexo dos seixos afeiçoados asiático poderia ter estendido as suas «pontas» muito para Ocidente, «por um caminho ainda mal conhecido, que poderia passar pelo Sul da

⁴⁸ Obra cit. na nota anterior.

⁴⁹ «Transactions of the American Philosophical Society», New Series, Vol. 38, 1948, pp. 329-420.

⁵⁰ V. «Old World Archeology: Foundations of Civilization», San Francisco, Freeman and Company, 1972, pp. 43-48.

União Soviética. Na costa norte do Mar de Azov, perto de Taganrog, a estação de Gherasimovka deu um *chopping-tool* e alguns raspadores, em níveis antigos, talvez mesmo pré-mindelianos»⁵¹.

No entanto, parece-me ainda cedo para tentar uma explicação para fenómenos a tão grande escala, cimentada nas pobres construções teóricas da Pré-história actual, elas próprias relacionadas com o pequeno número de locais até agora bem escavados. Continuemos pois a registar os factos, concentrando-nos sobre esses poucos locais, desta vez relativos à Europa.

VERTESSZÖLÖS, NA HUNGRIA

Esta estação, cuja notícia preliminar foi dada à estampa em 1965 por M. Kretzoi e L. Vértes (*Upper Biharian (Intermindel) Pebble-industry Occupation Site in Western Hungary*⁵²), situa-se a 50 Km. para oeste de Budapeste, em camadas de tufos e de loess, atribuídas a um interstadial do Mindel através da fauna encontrada. Trata-se de um local de habitação selado, cuja indústria (mais de 3.000 peças) foi quase toda obtida de seixos, estando nela ausentes os bifaces. Tipologicamente, aqueles autores relacionam-na, numa parte com as indústrias de seixos afeiçãoadas africanas, noutra com o exemplo asiático do «*chopper/chopping-tool*» e, finalmente, noutra, com o Clactonense. As suas pequenas dimensões são uma das características principais desta indústria (2,5 cm. de comprimento médio) e constituem, para Kretzoi e Vértes, um dos indícios do seu carácter arcaico. Estão aí representados seixos e bifaces e uma grande variedade de utensílios de lasca. Kretzoi e Vértes ligam esta indústria de Vértsszöllös à de uma outra estação húngara, a do Várhegy de Buda⁵³, estudada por Kadic, e cujos materiais haviam

⁵¹ Mesma obra da nota ant., pp. 67-70.

⁵² «*Current Anthropology*», Vol. 6, n.º 1, Fev. 1965, pp. 74-87.

Esta revista pode ser por exemplo consultada na Biblioteca do Museu do Homem, Paris.

⁵³ V. sobre esta indústria: L. Vértes, *Typology of the Buda Industry, a pebble-tool industry from the Hungarian Lower Paleolithic*, «*Quaternaria*», Roma, VII, 1965, pp. 185-195.

Pode ser consultado na Biblioteca do Instituto de Paleontologia humana, Paris.

passado despercebidos devido à curta descrição que lhes consagrou aquele autor. Propõem assim a designação de «Indústria de Buda» para a utensilagem de Vértesszöllös.

Resta acrescentar, neste conspecto muito geral, que esta estação (sem dúvida uma das jazidas-chave para o estudo do Paleolítico antigo na Europa) revelou também vestígios, que estão entre os mais antigos que se conhece, de utilização do fogo e, mais recentemente, restos de antropianos⁵⁴.

«PEBBLE-CULTURE» DA BOEMIA (CHECOSLOVAQUIA)

1. Mlazice

Esta estação de superfície situa-se ao norte de Praga, perto de Melnik, na confluência do Elba e do Moldau, e foi descoberta por K. Žebera, que a revelou em 1952. Aí se encontra seixos de quartzito talhados uni e bifacialmente, acompanhados de lascas que conservam a superfície primitiva do seixo no seu talão, e apresentam variadas formas, entre elas uma «em gomo de laranja». Žebera atribui-as a uma técnica clactonense, considerando esta indústria, em geral, como um grupo regional do Clactonense. Também dela fazem parte pontas, raspadores, furadores, e buris, bem como núcleos discoidais, tidos como o «tipo-fóssil» da indústria, mais tarde baptizada de «Boemiense».

2. Sedlec

Esta outra jazida, cuja indústria é basicamente a mesma da anterior, encontra-se perto de Praga, em formações de loess. Os seus materiais foram descobertos por Zebera na parte superior de um terraço do Moldau atribuído ao Mindel II e, *in situ*, numa camada da base do

⁵⁴ Consulte-se ainda, sobre Vértesszöllös: L. Vértes, *Des vestiges humaines et des outils du Paléolithique inférieur (450.000 av. J. C.) découverts en Hongrie*, «Archeologia», n.º 12, Set./Out. 1966, pp. 66-71.

loess rissiano, o que lhe permitiu atribuir esta indústria ao Mindel-Riss. Posteriormente, o mesmo autor descobriu seixos afeiçãoados de feição análoga no próprio terraço do Riss I⁵⁵.

Noutros pontos da Europa Central têm sido referidas estações atribuídas à «*Pebble-culture*», de valor variável para uma perspectiva de conjunto. Refira-se os achados de H. Krüger perto de Münzenberg (Hesse), que, embora provenientes de várias estações de terraço ainda não datadas com precisão, foram colocados, uns, no Riss-Würm I (contemporâneos do Paleolítico médio) e, outros, numa fase muito mais antiga, contemporânea do Paleolítico inferior. Também na zona oeste da Europa Central, é de citar a indústria de seixos afeiçãoados encontrada perto de Acenheim e atribuída, com reservas, ao Mindel, por Wernert. Por seu turno, Grahmann revelou em 1955, em Markkleeberg, uma indústria de lascas atribuída ao fim do Mindel-Riss; e Toepfer estudou em Wangen uma outra indústria, também de lascas e do Mindel-Riss.

FRANÇA

Neste país, várias estações se ligam ao conjunto de indústrias do Paleolítico inferior sem bifaces e com seixos afeiçãoados:

Gruta de Pech de l'Azé II (Dordogne — François Bordes encontrou nesta jazida, sobreposta a uma indústria do Acheulense médio da base, uma outra sem bifaces e com utensílios obtidos a partir de seixos, situada no período da glaciação de Riss.

Gruta de Fontéchevade (Charente — escavada entre 1947 e 1949 por Henri-Martin, que nela estudou uma estratigrafia que por vezes atinge 8 metros de espessura. A sua indústria «clactonense» e «taia-cense», provavelmente contemporânea do Riss na opinião de F. Bourdier e de Bordes, é integrável neste grupo, segundo este último pré-historiador.

Sainte-Anne d'Evenos (Provence) — trata-se de uma estação de ar livre, estudada por Bonifay e H. de Lumley, e cujas camadas provavel-

⁵⁵ Sobre estas estações consulte-se o artigo citado na nota 11.

mente rissianas deram uma indústria análoga às das anteriores jazidas, e a que Bourdier deu a designação de «Evenosense» (Cf. «Préhistoire de France», p. 193).

INGLATERRA: CLACTON-ON-SEA (COSTA DO ESSEX)

Os modernos estudos realizados em Clacton por Hazzledine Warren permitem compreender o que efectivamente deve entender-se por Clactonense: um complexo industrial de nódulos de silex afeiçãoados uni e bifacialmente, de utensílios obtidos a partir de seixos rolados de quartzito, e de variados utensílios sobre lasca: raspadores, lascas truncadas, denticulados, lascas com a característica *coche* clactonense, além de lascas não retocadas. É o exemplo mais ocidental hoje conhecido de um complexo industrial pertencente ao grande contexto do «*chopper/chopping-tool*» presente em todo o Antigo Mundo. Tal contexto, como vimos, abarca principalmente a África e a Europa na sua primeira fase, e o Sudeste da Ásia e certas regiões da Europa, na segunda fase, enquanto noutras zonas deste continente e em toda a África nascia a civilização, mais evoluída, do Acheulense.

PORTUGAL: O PROBLEMA DOS SEUS COMPLEXOS INDUSTRIAIS DE SEIXOS AFEIÇÃOADOS NO PALEOLÍTICO ANTIGO

Ao tratar-se do caso português, a primeira afirmação que tem de avançar-se é a de que o estudo do nosso Paleolítico está a carecer de uma revisão global que o actualize na metodologia de campo, na de análise de materiais, nos processos de classificação de indústrias e complexos industriais, e no enquadramento problemático e de informações sobre o Paleolítico mundial. Esse trabalho levará tempo, e não poderá improvisar-se, pois que tem de ser levado a efeito por equipas interdisciplinares, constituídas por especialistas das mais variadas disciplinas, desde geólogos do Quaternário a tipologistas, dispondo do equipamento científico hoje indispensável e de todo o tempo de que necessitem, sem exigências de produtividade a curto prazo, contrárias

à seriedade de um trabalho criador e amadurecido. Se assim se não fizer, pouco mais se conseguirá do que a obtenção de dados fragmentários, enquanto progride a dispersão dos documentos, o acumular quase inoperante da bibliografia, a depredação dos registos que a Natureza nos conservou e se começarão a esgotar num futuro próximo. Definitivamente compreenda-se que este domínio de investigação está mais perto, nos seus aspectos práticos, das ciências da Natureza, com toda a aparelhagem e tecnologia que exigem, do que das «humanísticas», que por ora vivem mais da sagacidade e do esforço e interesse individual. Sem um apoio constante da geomorfologia, da sedimentologia, da palinologia, entre outras ciências, o trabalho de revisão do que se escreveu sobre o Paleolítico português não poderá começar, e os dados de que dispomos não poderão, confiada e seguramente, entrar numa síntese como a que tenho esboçado no presente ensaio. De um ponto de vista mais arqueológico, haveria também que fazer a crítica de noções como as de um *Abevilense*, *Languedocense*, *Clactonense*, *Taiacense* e *Levalloisense* no nosso território, noções criadas à luz de uma metodologia própria dos anos quarenta, hoje já muito pouco significativa. Tal crítica começou a ser feita para o «Languedocense português» e para as indústrias «de estilo lusitânico»⁵⁶.

Seja como for, parece ser possível afirmar desde já que os seixos afeixoados marcam, pela sua abundante presença, vários complexos industriais líticos estudados no nosso território, quer, aliás, se trate das indústrias de bifaces do Paleolítico antigo, quer das do Paleolítico médio clássico, quer até de outras posteriores. Mas o que sobretudo importa acentuar adentro deste capítulo é que, paralelamente a esse *filum* tradicionalmente definido, um outro existe atestado em Portugal: o das indústrias arcaizantes, em que nunca, ou só muito raramente, aparece o biface, e que provavelmente persistiram até muito tarde.

⁵⁶ No primeiro caso, em comunicação apresentada pelo autor à Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1971), reproduzida em capítulo da obra citada na nota 1; no segundo caso, no artigo *Los conceptos de estilo lusitánico y micro-lusitánico en el Paleolítico portugués: contribución para su revisión*, escrito pelo autor de colaboração com Francisco S. Lemos, Jorge P. Monteiro, Maria A. Querol e Susana R. Lopes, e publicado na «Crónica» do XII Congresso Nacional de Arqueologia de Espanha (Jaén, 1971).

Neste caso podemos já falar de autênticos complexos industriais de seixos afeiçãoados, aproximáveis de outros conhecidos na Europa, de Vertesszöllös, na Hungria, a Clacton-on-Sea, em Inglaterra. Que exacta posição cronológica ocupam, que regiões do país realmente abrangem, que relações neles se pode determinar com os complexos «clássicos», que significado cultural possuem, quais as indústrias, fases e horizontes que integram — eis outros tantos problemas para os investigadores que virão.

1.3 Terceira fase — *do Paleolítico médio e superior e pós-paleolítica*

Esta fase é, de todas, a menos referida. Considerada por Zotz em 1968, creio ser dos poucos autores a prolongar a sua teorização, na linha daquele mestre germânico. Tal circunstância pode surpreender, mas a realidade é que poucos estudiosos têm encarado o problema dos complexos industriais de seixos afeiçãoados como um todo, sentido em que este trabalho foi concebido, na tentativa de preencher uma real lacuna. Tal sentido, deve acrescentar-se, era já o que presidia, à *Contribuição para um programa de pesquisa do Paleolítico antigo e médio português* que, com Eduardo da Cunha Serrão, escrevi em 1970 e 1971.

Dadas as épocas de grande compartimentação cultural a que diz respeito esta terceira fase dos complexos industriais de seixos afeiçãoados, a incipiência da pesquisa neste domínio e a pouca informação de que dispomos, convém que nos restrinjamos por ora à Europa, ao apontar alguns dos seus exemplos:

«PEBBLE-CULTURE» DE KRONACH, ALTA FRANCONIA (S. DA ALEMANHA)

Comporta formas mustierenses e pré-mustierenses obtidas a partir de seixos, e corre, mais precisamente, nas estações de *Hummendorf*, (à superfície do terraço de 25 m. da ribeira Rodach), *Wachtersmühle* e *Kreuzberg* (à superfície do terraço de 40 metros da mesma ribeira). Em todas estas estações, a matéria-prima empregada é sobretudo cons-

tituída por seixos rolados de pedra da Lídia com a forma de placas: encontramos aqui um princípio constante de todas as «*pebble-cultures*», qual seja o de procurar uma massa inicial já *padronizada pela natureza* (por exemplo, é frequente a procura de certos seixos clivados naturalmente para substituir os seixos achatados necessários à criação de determinados tipos de peças); no caso excepcional das placas de Kronach, ocorrem certas formas aparentemente muito evoluídas, mas na realidade conseguidas com pouco esforço, como nota Zotz⁵⁷. Aí estão presentes, além de seixos afeiçãoados unifaces e bifaces, raspadores côncavos, convexos, convexos e direitos, discos, poliedros, e mesmo certos utensílios aparentáveis com os bifaces. Zotz situa esta indústria no último interglaciar e considera a hipótese de ela ser uma das predecessoras do «Pré-Solutrense» de Kösten (estação que dista cerca de 40 km. de Kronach), cujos utensílios são, na grande maioria, feitos também a partir de seixos.

O «LANGUEDOCENSE TÍPICO» FRANCÊS

A palavra «Languedocense» e o conceito que lhe corresponde foram criados em 1932 pelo pré-historiador francês Henri Breuil, e aplicam-se a uma indústria ou *facies* industrial pré-histórica por si descoberta no alto vale do rio Garona, em torno da região de Toulouse, antiga capital do Languedoc. Foi nos planaltos desta região que Breuil detectou uma indústria caracterizada, de acordo com as palavras do seu autor, por «lascas de plano de percussão não preparado e raramente retocadas, discos achatados por vezes volumosos, que não é, verdadeiramente, pelos seus caracteres morfológicos, nem clactonense, nem levaloisense, nem mustierense»⁵⁸. Tais artefactos, feitos em quartzito, encontravam-se na base do loess do terraço de 60 metros, nas formações do terraço de 20 metros, e à superfície deste último terraço do rio Garona. Breuil situou então essa indústria entre o Acheulense local

⁵⁷ Cf. artigo cit. na nota 11.

⁵⁸ Cf. *Les industries à éclats du Paléolithique inférieur. I-Le Clactonien*, «Préhistoire», Paris, 1932, t. I, fasc. II, pp. 125-190.

e o «verdadeiro Mustierense» que, na região, continuou a utilizar o quartzito.

Contrariamente às suas intenções, expressas no trabalho acima citado, Breuil nunca nos daria uma «descrição» do seu Languedocense. Contudo, viria amiúde a referir-se-lhe, em termos de síntese, embora sempre brevemente, nos seus trabalhos posteriores, consagrando além disso, sempre que tal lhe era possível, curtos períodos ao estudo do Paleolítico do vale do Garona. A descontinuidade e a menor duração de tal análise, e a própria dificuldade do problema, podem apontar-se como as principais causas para o facto de, sobre o Languedocense, apenas terem sido produzidas, por Breuil ou seu discípulos e durante algumas décadas, brevíssimas sínteses ou exaustivas análises de pormenor, de difícil articulação entre si, para quem apenas dispõe de bibliografia como fonte de informação.

Não é este o lugar próprio para uma exposição sobre a história das pesquisas relativas ao Languedocense, já tentada noutros lados⁵⁹. Diga-se apenas que a visão de Breuil sobre o mesmo foi sendo muito alterada com o tempo, sobretudo devido aos trabalhos de Louis Méroc e seus colaboradores, cujas conclusões principais este autor resumiu no artigo sobre *Le languedocien de la haute et de la moyenne vallée de la Garonne*, publicado em 1963⁶⁰, artigo que é, também, a primeira síntese desenvolvida do Languedocense francês. São as seguintes as suas conclusões principais:

- 1.^a — O «*palet-disque*», considerado originariamente por Breuil como o «tipo-fóssil» do Languedocense, distribui-se apenas, na realidade, pelo alto vale do Garona (entre Montréjeau e Muret), estando quase ausente no curso médio deste rio (entre Muret e Castelsarrasin). Deste modo, cerca de metade da área geográfica do Languedocense do Garona praticamente

⁵⁹ No artigo de Louis Méroc *Le languedocien de la haute et de la Moyenne vallée de la Garonne*, «Miscelânea en Homenaje al Abate Henri Breuil (1877-1961)», T. II, Barcelona, 1963, pp. 149-172, e na comunicação referida na nota 56.

Aquela obra existe na Biblioteca da Fac. de Letras de Lisboa.

⁶⁰ V. nota anterior.

não tem «*palets-disques*». Por outro lado, este artefacto sobreviveu até aos tempos históricos.

- 2.^a — O Languedocense é, basicamente, uma indústria de seixos rolados geralmente achatados, afeiçãoados nos bordos de modo variável, mas sempre por meio de grandes retoques, para obter seixos afeiçãoados (no dizer de Méroc, «raspadeiras mais ou menos espessas»), seixos afeiçãoados bifaciais (seguido Méroc, «lascadores»), «cinzéis espessos» e «raspadores terminais espessos», na terminologia «funcionalista» de Méroc. Este autor acrescenta que este conjunto de artefactos frustes revela uma certa «negligência» e uma «extrema pobreza».
- 3.^a — As mais antigas peças de tipo languedocense conhecidas surgem no Madalenense final.
- 4.^a — O «Languedocense típico» (sem machados talhados ou polidos) desenvolveu-se sobre o nível aluvial de 12 metros do Garona, correspondendo, genericamente, ao Mesolítico.
- 5.^a — Tal Languedocense típico evoluiu para um Neolítico antigo com macro-utensilagem em quartzito (anterior ao Neolítico final chasseur), pela junção, ao conjunto da sua utensilagem, de machados polidos, pesos de rede, etc..
- 6.^a — É extremamente duvidosa, em suma, a existência do Languedocense durante o Paleolítico, anteriormente ao Madalenense VI, que Breuil tinha por verdadeira.

Em síntese, o trabalho de Louis Méroc, que utiliza descobertas recentes, alheias ou da sua autoria, com a segurança de quem pôde permanecer longamente na mesma área (o que a Breuil jamais foi possível), e de quem conhece o peso relativo dos factos, vem definir o Languedocense francês como uma indústria de seixos afeiçãoados com raízes no final do Paleolítico superior e contemporânea do Mesolítico (ou Epipaleolítico, se quisermos).

Evidentemente que o «dossier» do Languedocense não pode considerar-se, deste modo, arquivado; muito há ainda a fazer na região, até porque a metodologia de Méroc, recém-falecido, já não era das mais actualizadas. No entanto, mesmo assim, ela foi capaz de nos

fornecer uma primeira imagem coerente da «pebble-culture» do Garona, permitindo-nos integrá-la num vasto quadro de conjunto como o que aqui tenho tentado delinear muito esquematicamente.

O «LANGUEDOCENSE» PORTUGUÊS

Foi Joaquim Fontes⁶¹, o homenageado destas II Jornadas, quem, em 1924, identificou pela primeira vez na Península Ibérica, em Camposancos (margem direita do rio Minho, região de Pontevedra, Espanha) uma «indústria» que designou «Camposanquiense» e a qual, mais tarde, Breuil pôde desdobrar num Acheulense antigo e num «Languedocense». Este «Languedocense» português já em 1942⁶² estenderia a sua área à região de Elvas, à de Muge e, no litoral, à costa ao norte e ao sul do Tejo. Posteriormente, acrescentar-se-iam a essa lista outras regiões, como a dos terraços de Alpiarça, na margem esquerda do Tejo, e das praias quaternárias do Minho, a do litoral do Alentejo entre Sines e Vila Nova de Milfontes, a do rio Guadiana e seus afluentes, etc. Tal «Languedocense» português, assim distribuído geograficamente, teria uma origem acheulense (de que derivaria, no dizer de Zbyszewski e Breuil, por um fenómeno de «degenerescência industrial»), verificando-se na Série III do Cabo de Sines, atribuída ao Acheulense superior ou «Languedocense antigo», a evolução do «hachereau» acheulense para o «machado mireense», ao qual se associariam formas de seixos afeiçãoados características do Languedocense, bem como picos proto-asturienses. A semelhança do que aconteceria nas costas do Alentejo, mas de forma mais acentuada, o «Languedocense» teria, no litoral do Norte de Portugal, onde seria muito abundante, uma orientação pré-asturiense⁶³.

⁶¹ Cf. *La Estación paleolítica de Camposancos (La Guardia-Pontevedra)*, «B. C. P. M. H. A. O.», t. VII, n.º 60, 1925; *Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra, Galiza)*, «Brotéria», Vol. I, 1925.

⁶² Cf. Breuil e Zbyszewski, «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Vol. I — Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage», «Com. Serv. Geol. Port.», t. XXIII, Lisboa, 1942.

⁶³ Vide, sobre o assunto, principalmente: Breuil e Zbyszewski, *Contribution à l'étude des industries paléolithiques des plages quaternaires de l'Alentejo littoral*,

Continuador da obra que iniciou com Breuil em Portugal, Zbyszewski foi-lhe introduzindo certas correcções de pormenor, se bem que, estruturalmente, ela permaneça a mesma. No que se refere ao lugar do «Languedocense» na cronologia geológica do Quaternário português, Breuil e Zbyszewski colocavam-no em 1945⁶⁴ entre o Riss e o período pós-glaciário flandriano («sobrevivência languedocense») no caso das praias, e no interglaciar grimaldiano (Tirreniano II) e no Würm no caso dos terraços fluviais do vale do Tejo. Em 1958, na obra *Le Quaternaire du Portugal*⁶⁵, Zbyszewski situou-o desde o Tirreniano II ao Würm. Na mesma obra, dá-nos uma pequena síntese do «Languedocense», referindo-se sucessivamente ao aspecto que toma no Norte, Centro litoral, vale do Tejo, Litoral sul e vales do Guadiana e afluentes, considerando-o contemporâneo do Mustierense e do Paleolítico superior. Mais recentemente, em 1966, a sua perspectiva mantém-se, ao escrever que as «indústrias languedocenses» estão, em todo o país, «representadas essencialmente por um conjunto variadíssimo de calhaus truncados mais ou menos achatados, trabalhados numa parte ou em toda a sua periferia, de discos, de placas de xisto e de gneisse (que serviram de pratos ou de bigornas), de pesos de rede e de coups-de-poing degenerados.

«Além dos instrumentos referidos, o languedocense do Minho e do litoral do Baixo Alentejo contém picos proto-asturienses e machados mirenses ou afins, de formatos diversos»⁶⁶.

Mantida genericamente inamovível esta perspectiva dos materiais «languedocenses» portugueses, o principal prolongamento da obra realizada por Breuil e Zbyszewski tem sido no sentido de revelar novas

«Com. Serv. Geol. Port.», T. XXVII, 1946; Breuil, A. do Paço, O. Ribeiro, J. Roche, M. Vaultier, O. V. Ferreira e G. Zbyszewski, *Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (La station de Carreço)*, «Com. Serv. Geol. Port.», tomo XLVI, 1962.

⁶⁴ Vol. II da obra cit. na nota 62: «Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage», «Com. Serv. Geol. Port.», t. XXVI, 1945.

⁶⁵ V. nota 43.

⁶⁶ Cons. artigo citado na nota 42.

estações ou conjuntos de peças⁶⁷. Entretanto, Bandeira Ferreira, ao abordar algumas questões do «Languedocense» em 1951⁶⁸, considerava-o não como uma indústria, mas como uma «rude técnica de fabrico de utensílios a partir de seixos rolados, conhecida e usada em várias épocas». Aliás, mais recentemente (1963), Shaly fez notar também que Breuil distinguia entre *indústria* e *técnica* languedocense, a última das quais teria continuado a ser empregada ao longo do Neolítico e dos tempos históricos⁶⁹. Pois fora precisamente para uma tal possível perduração tecnológica que B. Ferreira chamara a atenção, considerando possível a contemporaneidade de certas peças de talhe languedocense da jazida da Ponta do Cabedelo (Costa da Caparica, Concelho de Almada) com fragmentos cerâmicos neo-eneolíticos que na mesma estação recolheu, à superfície.

Parece, realmente, ser no sentido de considerar o «Languedocense» português mais como uma técnica de talhe do que como uma «indústria» que se encaminham os investigadores portugueses da escola de Breuil. Para B. Ferreira, as peças «languedocenses» seriam trabalhadas «em cscarpa» (talhe «*remontant*»); no dizer de Zbyszewski, o seu talhe seria sub-vertical, aplicado sobretudo aos bordos do calhau, enquanto que o talhe dos seixos afeixoados acheulenses seria sub-horizontal, facial. Essa técnica teria perdurado até tarde (Mesolítico, Neolítico ou, mesmo, Neo-eneolítico).

Mas, se tal se considera, há que ser coerente com essa definição, em todos os momentos da pesquisa. Se o «Languedocense» português é uma técnica, ou uma variante de uma das técnicas de talhe, há que definir os seus exactos limites, recorrendo inclusivamente ao método experimental. Em seguida será preciso explicitar em que indústrias, ou em que complexos industriais tal técnica está presente, que tipos

⁶⁷ Por exemplo: *Uma oficina de preparação de machados nivenses no Languedocense de Vila Nova de Milfontes*, por G. Zbyszewski, M. Leitão e C. T. North, publ. nas «Com. Serv. Geol. Port.», T. LV, 1971, pp. 139-163.

⁶⁸ *Notícia de novos achados na Estação arqueológica da Ponta do Cabedelo (Costa da Caparica)*, «O Arqueólogo Português», Nova Série, I, Lisboa, 1951, pp. 117-123

⁶⁹ *Essai de synthèse de la civilisation languedocienne*, «Miscelânea en Hommage al Abate Henri Breuil (1877-1961)», t. II, pp. 309-313.

de utensílios com ela se produziu e em que percentagem. Isso equivale a pôr um problema de relações entre técnica e tipologia, convindo lembrar que, depois de Bordes, não podemos esquecer que a técnica é sempre, e apenas, um meio, importando sobretudo a tipologia dos artefactos ou simples resíduos, que, para o chamado Languedocense português, não está feita. Realmente, ou uma «técnica» é minuciosamente descrita no seu particularismo, ou então é apenas um princípio geral de trabalho da pedra, que pôde ser utilizado em qualquer época, inventado e tornado a inventar após cair no esquecimento. Mas mesmo no caso de se tratar de um procedimento muito específico, quase nunca podemos dizer que ele surja numa só indústria, permitindo portanto identificá-la: tudo, na realidade ocorrida, é muito mais complexa. Assim, dizer que o nosso «Languedocense» não é uma indústria, mas sim uma técnica, equivale a manter o conceito, a continuar a apartar no momento da classificação o mesmo grupo de peças (cuja classificação industrial, nosso principal objectivo, se tornou difícil, se não impossível, pelos métodos da tipologia morfológica clássica), e a *tornear o problema*, subindo um degrau de abstracção: adentro de uma técnica, cabe tudo o que não podemos classificar. E por esse recurso é sempre possível integrar quaisquer formas na «miragem» das entidades criadas tradicionalmente para os materiais de outras regiões europeias. Trata-se, de facto, de um raciocínio em círculo vicioso: observações tipológicas pouco precisas apoiam conclusões tecnológicas demasiado gerais, que, por sua vez, vão ilusoriamente escorando a manutenção das entidades criadas por aquelas observações. Ora estas são já, de base, perturbadas pela utilização de estações onde as recolhas ou se fizeram à superfície (tendo então de se recorrer ao método das «séries», hoje totalmente abandonado), ou em estratos que, por falta de estudos sedimentológicos indispensáveis, não sabemos se correspondem a camadas originais ou a redeposições, não podendo também, nestes termos, ter valor científico.

Assim, pois, para mim, o «Languedocense» português é um problema em aberto, e os materiais líticos a ele atribuídos uma das múltiplas manifestações, em muitos casos talvez já tardia, da pujança que os complexos industriais de seixos afeiçoados revestiram no território do nosso país, pela abundância de artefactos e diversidade das suas

formas, que, não raro, testemunham toda uma aprendizagem anterior, cujos passos rigorosamente desconhecemos. É concluir pouco, mas é superar muito do que já nos fez perder demasiado tempo.

O ASTURIENSE

Este complexo industrial foi descoberto nas Astúrias a partir de 1914 pelo Conde de La Vega del Sella, em níveis de gruta estratigraficamente sobrepostos ao Azilense, e cobertos, por sua vez, por níveis neolíticos contendo cerâmicas e machados de pedra polida, mas revelando sobrevivência asturiense. A partir dos anos vinte, uma «indústria» análoga foi descoberta no litoral do Minho e Douro, enquanto a sua presença ia sendo revelada, ao longo do litoral, no sentido oposto, na província de Santander, na Guipúscoa, Navarra, e no Sudoeste da França (região de Biarritz), bem como na Catalunha. Mas enquanto que entre nós a grande maioria dos achados provém de recolhas de superfície, colocando um difícil problema em todos os aspectos e sobretudo no cronológico, nas outras regiões citadas surge frequentemente em grutas e concheiros, associada a fauna. Nas Astúrias, a utensilagem lítica comportava, entre variadas formas de seixos afeiçãoados, o chamado «pico asturiense», «machadinhas», lascas de quartzito de forma vária; o instrumental enriquecer-se-ia com furadores e punções de osso e chifres de veado perfurados, e incluiria já, na fase final, fragmentos de cerâmica de tipo primitivo. No litoral da Galiza e do Minho e Douro surgiriam «pesos de rede» de tipos vários⁷⁰.

Assim, pois, o Asturiense seria «um fenómeno local pré-neolítico»⁷¹, interessando uma faixa costeira que vai de Portugal à região basca, e o qual, para Lantier, «representa um dos aspectos da *facies* industrial da civilização dos recolectores de moluscos instalados nas praias portuguesas desde o Abevilense»⁷². Completando esta interpretação, cite-se as

⁷⁰ V. «Enciclopédia Verbo», palavra «Asturiense», por Zbyszewski.

⁷¹ M. Brézillon, «Dictionnaire de la Préhistoire», Paris, Libraire Larousse, 1969.

⁷² Raymond Lantier, «La Vie Préhistorique», Paris, P. U. F., 1961, p. 55.

seguintes palavras de Zbyszewski, escritas em 1964, e referentes ao Asturiense da Galiza, Minho e Douro: «Do ponto de vista tipológico, os instrumentos do referido litoral (picos, calhaus truncados, calhaus raspadores, pesos da rede, etc.) mostram a existência de uma lenta evolução das indústrias a partir do Paleolítico antigo, passando pelo Camposanquiense (ou Languedocense) contemporâneo do Paleolítico superior e prolongando-se depois do Mesolítico até à Idade dos Metais e dos castros luso-romanos»⁷³. Estas conclusões assentam fundamentalmente num trabalho vindo a lume em 1962, no qual Breuil, A. do Paço, O. Ribeiro, J. Roche, M. Vaultier, O. da Veiga Ferreira e G. Zbyszewski, após historiarem a «questão asturiense» tal como havia decorrido até então, analisam os materiais da estação de Carreço (Minho)⁷⁴, definindo um conjunto de «séries» que se estenderia do Acheulense antigo ao Asturiense (este já Mesolítico), passando pelo Acheulense médio e superior, e pelo «Languedocense».

Não posso alongar-me sobre os variados problemas deste complexo industrial de seixos afeiçãoados, onde nos surge já uma série de formas industriais amplamente estandardizadas pelo homem, apesar de serem conseguidas com um mínimo de gestos técnicos. O «pico asturiense», por exemplo, é já um artefacto cuja forma não apresenta ambiguidade, como acontece na maioria dos seixos afeiçãoados, sendo fácil, pelo menos aparentemente, a sua orientação e mensuração, como o é num biface, por exemplo. Trata-se, pois, de um artefacto evoluído, muito embora utilize uma técnica de talhe de origem remota. Foi o que já intuíu R. de Serpa Pinto ao escrever, em *O Asturiense em Portugal*: «O pico asturiense, ainda que de talhe paleolítico, constitui um instrumento de morfologia própria (...)»⁷⁵. Contudo, nada leva a excluir a hipótese de tal artefacto ter sido inventado pela primeira vez no Paleolítico antigo; Merino⁷⁶ cita uma opinião convergente de Jordà Cerdà e

⁷³ Cf. artigo cit. nota 70.

⁷⁴ V. o segundo dos artigos na nota 63.

⁷⁵ R. de Serpa Pinto, *O Asturiense em Portugal*, «Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.», Porto, fasc. 1, Vol IV, 1928, p. 34.

⁷⁶ Cf. José Maria Merino, «Tipologia Lítica», «Munibe», ano XXI, 1969, fasc. 1-3.

Pericot Garcia. O que já parece mais difícil é aceitar que as variadas formas de seixos afeixoados que compõem o Asturiense se liguem exclusivamente à função de destacar moluscos das rochas. Aqui há também que partir de novo de uma análise descritiva mais rigorosa dos artefactos líticos que integram este complexo industrial, a par de um estudo de campo mais aturado. Parece que, de Breuil para cá, os investigadores portugueses deram por resolvido o problema: ora, pensam em contrário muitos investigadores, e entre eles o francês Jean Maury, que tem realizado estudos em Âncora nos últimos anos, quer no sentido de estudar a posição estratigráfica das indústrias, quer de realizar um estudo tipológico estatístico das mesmas⁷⁷.

A concluir este trabalho, devo acrescentar que o quadro geral que nele esbocei é ainda extremamente frágil, e talvez o não tivesse abordado se não me movesse a intenção maior de delinear *um vasto pano de fundo sobre o qual melhor se recortem os problemas dos seixos afeixoados do nosso território, sub-problemas, afinal, de uma questão com foros de grande generalidade*, e à qual se tem atendido pouco. Alguns achá-lo-ão talvez com um cunho demasiado ensaístico, mas, a esses, eu responderia que a ciência não evolui apenas pela acumulação de análises estritas, mas também por tentames de síntese que, periodicamente, cada investigador deveria ter por obrigação realizar. Só quem tenha uma visão positivista, afinal condicionada e condicionante, da actividade da ciência, estranhará o facto, verdadeiro hábito de pensar e de estar de todo um conjunto de universitários com formação de ciências humanas, que têm também a sua palavra a dizer na construção da nossa Pré-história. As carências que temos no domínio da colaboração das outras ciências, sobretudo das da Natureza, e no campo dos equipamentos, em nada explicariam uma demissão relativamente ao contributo próprio que podemos e devemos dar.

⁷⁷ Informação do Senhor Dr. Miguel F. Ramos, da Junta de Investigações do Ultramar.

RÉSUMÉ

Les complexes industriels de galets aménagés («*Pebble-culture*» des auteurs anglais) sont aujourd'hui signalés universellement, dans le temps et dans l'espace. L'auteur se propose dans cet article, et dans la lignée de Lothar Zotz (1968) et d'un travail antérieur écrit avec E. Cunha Serrão (*Contribuição para um programa de pesquisa do Paleolítico antigo e médio português*, 1970-71), nous donner une vision d'ensemble de ces complexes industriels, en considérant 3 stades majeurs de son existence: pré-acheuléen; contemporain des complexes à bifaces du Paléolithique ancien; contemporain du Paléolithique moyen et supérieur et de l'Épipaléolithique.

Il s'agit d'une petite mise au point du sujet selon une perspective logique, que l'auteur estime utile, car sont encore très rares des synthèses générales sur ce type d'industries qui, pourtant, posent des problèmes typologiques et d'analyse descriptive assez proches dans les divers points du globe.

Au même temps, on prétend ici l'intégration de certains des problèmes des industries lithiques du Portugal dans un cadre plus général, croyant que cette attitude est corrélative d'une revision profonde du Paléolithique portugais, qui reste attaché à la méthodologie de Breuil dans les années quarante, époque où la plupart des industries de galets aménagés, si caractéristiques de ce pays-là, étaient encore très mal connues.

ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DO CASTELO VELHO (RIACHOS, TORRES NOVAS)

por

G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira, M. Leitão e C. T. North

Trabalho apresentado na sessão de 27-2-1973, da Secção
de Pré-História, da A. A. P.

INTRODUÇÃO

A estação paleolítica do Castelo Velho encontra-se na superfície de um terraço quaternário de 25-45 m. acima do Rio Almonda, a SSW de Riachos, a sul de Torres Novas. Naquele local, tinham sido encontrados, anteriormente, fragmentos de tijolos, de telhas e de anforas romanas.

O material agora descrito foi encontrado por dois dos signatários (M. L. e C. T. N.). Foi estudado por G. Zbyszewski e fotografado por O. da Veiga Ferreira.

Trata-se de um conjunto paleolítico que pode ser dividido em três séries sucessivas pertencentes ao Acheulense.

A primeira série, atípica, está representada apenas por uma peça ligeiramente rolada. A segunda série contém duas peças, também pouco típicas, apresentando uma ligeira pátina eólica. Ambas estas séries são acheulenses, possivelmente do Acheulense médio ou superior. A terceira série, com muitas peças trabalhadas, pertence ao Acheulense final passando para o Paleolítico médio de fáceis languedocense.

DESCRIÇÃO DO MATERIAL

SÉRIE I — Apresentando um ligeiro rolamento.

— Um seixo alongado, com superfície primitiva ocupando o reverso e a quase totalidade do anverso.

Trabalhado na extremidade superior do anverso por dois pequenos negativos de lascas muito inclinadas, um de cada lado da ponta triangular. Parte inferior do bordo direito mutilada acidentalmente numa época anterior.

Dimensões: 68 mm. x 44 mm. x 28 mm. (N.º 16).

SÉRIE II — Com ligeira pátina eólica amarelada.

— Um seixo trabalhado em mais da metade da periferia.

Superfície primitiva ocupando o reverso, bem como a base do anverso. O gume convexo é afeiçoado em raspadeira nucleiforme, por meio de lascas subverticais.

Dimensões: 73 mm. x 90 mm. x 66 mm. (N.º 12).

— Uma lasca com reverso de plano de separação, apresentando o bolbo e o plano de percussão de superfície primitiva do seixo, na base.

Anverso com negativo de lasca no bordo esquerdo e superfície de origem térmica ocupando toda a metade direita do objecto. Base e extremidade superior ocupadas pela superfície primitiva do seixo.

Dimensões: 78 mm. x 58 mm. x 31 mm.

SÉRIE III — Com arestas vivas.

Coups-de-poing

— Um coup-de-poing bifacial de forma losangular, sobre seixo alongado e de secção transversal triangular.

Reverso plano, com superfície primitiva do seixo ocupando os $\frac{2}{3}$ inferiores daquela face. Terço superior apresentando uma superfície

de clivagem com retoques de regularização na parte superior do bordo direito. Anverso com superfície primitiva ocupando os $\frac{3}{4}$ inferiores daquela face. Extremidade superior de forma triangular, trabalhada por três negativos de lascas irregulares e alongadas, tiradas da parte superior do bordo direito e da frente para traz. Bordo esquerdo trabalhado por 3 negativos inclinados e mais curtos, realizando um gume em zigue-zague que ocupa os $\frac{2}{3}$ daquele bordo.

Dimensões: 117 mm. x 57 mm. x 43 mm. (N.º 15).

— Um pequeno seixo de quartzo de forma oval, com reverso de superfície primitiva cortada por um pequeno negativo accidental na parte superior do bordo esquerdo.

Anverso com superfície primitiva do seixo conservada na base. Trabalhado a partir dos dois bordos laterais, de lascas subhorizontais realizando gumes laterais convexos.

Dimensões: 75 mm. x 43 mm. x 27 mm. (N.º 22).

Seixos truncados em uma das extremidades

— Um pequeno seixo achatado, trabalhado na parte superior de ambas as faces de modo a produzir uma ponta terminal de forma triangular.

Reverso com dois pequenos negativos na parte superior do bordo esquerdo e quatro pequenos negativos na parte superior do bordo direito. No anverso, a parte superior do bordo esquerdo está excavada por um largo negativo de lasca. Metade superior do bordo direito trabalhada por uma série de lascas inclinadas, mais pequenas e mais curtas.

Dimensões: 64 mm. x 52 mm. x 16 mm. (N.º 22A).

— Um seixo achatado com superfície primitiva ocupando o reverso, bem como os $\frac{2}{3}$ inferiores do anverso.

Extremidade superior daquela face trabalhada por três negativos de lascas irregulares, os quais afeiçãoam um gume irregular inclinado para a esquerda.

Dimensões: 69 mm. x 57 mm. x 26 mm. (N.º 23).

— Um terceiro seixo, mais espesso, apresenta um reverso muito convexo na parte central.

O bordo direito está excavado por dois negativos de lascas, os quais delimitam um bico proeminente. Anverso trabalhado por 5 lascas subhorizontais tiradas a partir dos bordos laterais. Base de superfície primitiva de seixo. Extremidade superior formando uma ponte.

Dimensões: 65 mm. x 56 mm. x 34 mm. (N.º 24).

— Dois seixos truncados largos, curtos, espessos e mais ou menos achatados, apresentando um trabalho unifacial no mais pequeno e bifacial no maior, por talhe bastante inclinado realizando gumes transversais bastante irregulares.

Dimensões do maior: 82 mm. x 97 mm. x 53 mm..

Dimensões do mais pequeno: 77 mm. x 80 mm. x 42 mm. (N.º 25).

— Três seixos truncados de formas diversas, com trabalho unifacial. Superfície primitiva ocupando o reverso, bem como a maior parte do anverso.

O maior, em forma de leque, tem um gume irregular denticulado de forma triangular, com saliência lateral, no bordo esquerdo, obtido por uma série de lascas tiradas da frente para traz.

Dimensões: 94 mm. x 83 mm. x 41 mm. (N.º 26).

O segundo, dissimétrico, apresenta um gume com saliência central.

Dimensões: 73 mm. x 58 mm. x 33 mm. (N.º 21).

O último dos três é mais pequeno, dando passagem aos seixos raspadores com gume realizado por um negativo de lasca maior e outros dois mais pequenos.

Dimensões: 41 mm. x 49 mm. x 22 mm..

— Outro seixo, truncado por talhe unifacial, apresenta uma fractura longitudinal accidental no bordo direito.

É trabalhado por 3 facetas na extremidade superior, afeiçoando um gume transversal subrectilíneo com ligeira saliência central.

Dimensões: 71 mm. x 44 mm. x 31 mm..

Calhaus truncados em uma das extremidades, por talhe unifacial e com gume inclinado da direita para a esquerda.

— O maior, em quartzito cinzento, apresenta apenas três negativos longitudinais de lascas tiradas da frente para traz.

O gume é fortemente convexo do lado direito. Superfície primitiva do seixo ocupando o reverso e a base do anverso.

Dimensões: 88 mm. x 91 mm. x 43 mm..

— Outro exemplar, em quartzito amarelado, apresenta um trabalho mais cuidadoso, por meio de lascas mais pequenas.

Dimensões: 82 mm. x 71 mm. x 41 mm. (N.º 20).

— Um frágmento de seixo separado por clivagem e apresentando na base uma fractura de origem térmica.

Gume da extremidade superior, cuidadosamente trabalhado.

Dimensões: 95 mm. x 70 mm. x 32 mm..

— Um seixo em quartzito hialino, com superfície primitiva ocupando a maior parte do reverso, bem como cerca do terço inferior do anverso.

Trabalhado nos $\frac{2}{3}$ do anverso por meio de uma série de lascas tiradas do bordo esquerdo afeiçoado em raspador côncavo. No bordo direito do anverso observam-se alguns negativos de lascas destinadas a rebaixá-lo.

Dimensões: 50 mm. x 29 mm. x 19 mm. (N.º 19).

— Um seixo oval trabalhado no terço superior do anverso, por talhe unifacial, em uma das extremidades, por uma série de lascas inclinadas a 45 graus e tiradas da frente para traz, de modo a afeiçoar um gume fortemente convexo.

O resto do anverso apresenta duas grandes facetas devidas a acções térmicas antigas. Superfície primitiva ocupando a parte inferior do anverso e a totalidade do reverso.

Dimensões: 95 mm. x 59 mm. x 49 mm..

Calhaus raspadores.

— Um seixo de forma irregular, um pouco achatado, com superfície primitiva ocupando o reverso e os $\frac{2}{3}$ inferiores do reverso.

Bordo oposto ao talão apresentando um gume convexo obtido no anverso por algumas lascas inclinadas devidas à acção do fogo na superfície do calhau.

Dimensões: 76 mm. 76 mm. 35 mm..

— Dois seixos raspadores de formato pequeno, com base arredondada de superfície primitiva e gume oposto largo, obtido num dos exemplares por 3 lascas longitudinais tiradas da frente para traz, e no segundo por 7 ou 8 negativos de lascas mais pequenas. Reversos de superfície primitiva de seixo.

Dimensões do primeiro: 53 mm. x 65 mm. x 39 mm. (N.º 17).

Dimensões do segundo: 53 mm. x 55 mm. x 39 mm. (N.º 18).

Calhaus trabalhados em mais da metade da periferia.

— Dois calhaus espessos de forma triangular, trabalhados no anverso por talhe unifacial.

Superfície primitiva de seixo ocupando o reverso, bem como a base e a parte central do anverso. O gume triangular foi obtido por uma série de lascas muito inclinadas, de vários formatos, sendo algumas de formas e feitios muito irregulares devido a defeitos da rocha.

— Um seixo alongado, arredondado, com superfície primitiva ocupando a base das duas faces.

Apresenta, no reverso, quatro facetas de talhe irregular e no anverso 6 negativos de lascas tiradas dos bordos laterais e da extremidade superior, de modo a afeiçoar um gume convexo e cortante ocupando cerca de $\frac{3}{4}$ da periferia.

Dimensões: 77 mm. x 62 mm. x 52 mm. (N.º 11).

— Um fragmento de seixo com reverso de superfície primitiva e com dois negativos de lascas em um dos bordos.

Anverso de plano de separação, com planos de percussão lisos no bordo direito. Extremidade superior e bordo esquerdo retocados para servirem de raspadeira.

Dimensões: 68 mm. x 61 mm. x 33 mm. (N.º 7).

— Um fragmento de seixo espesso e achatado, com base fracturada transversalmente.

Bordo esquerdo do anverso afeiçoado em gume mais ou menos rectilíneo e ligeiramente denticulado, para servir de raspador. Reverso trabalhado de diversas lascas destinadas a rebaixar a parte central.

Dimensões: 47 mm. x 47 mm. x 29 mm. (N.º 1).

— Um fragmento de seixo de forma triangular, aproveitado numa extremidade arredondada para servir de percutor, bastante gasto por percussões repetidas.

Dimensões: 68 mm. x 46 mm. x 29 mm..

Calotes de seixo em quartzito.

— Quatro calotes de seixo aproveitados como raspadores convexos depois de sofrer alguns retoques de regularização dos bordos por talhe unifacial.

Reverso de superfície primitiva de seixo. Anverso trabalhado por uma série de lascas tiradas da periferia em direcção ao centro.

O exemplar maior, oval alongado, apresentando na metade inferior do bordo esquerdo uma superfície de origem térmica. Extremidade superior convexa, com pequena coche à direita da ponta. Trabalho de aspecto mustieróide.

Dimensões: 81 mm. x 63 mm. x 33 mm..

Outras duas apresentam apenas indícios de utilização na periferia.

Dimensões: 69 mm x 61 mm. x 30 mm..

54 mm x 50 mm. x 25 mm..

A última do grupo, alongada e dissimétrica, apresenta um dos bordos laterais afeiçãoado em raspador convexo.

Peça recordando as lascas acheulenses e apresentando um bolbo e um plano de percussão liso no bordo direito.

Dimensões: 74 mm. x 57 mm. x 29 mm. (N.º 13).

Núcleos.

— 5 grandes calhaus rolados aproveitados como núcleos e apresentando negativos de lascas mais ou menos inclinadas e de formatos diversos.

Todos conservam ainda faixas maiores ou menores de superfície primitiva. Um deles tem aspecto de plaina ou de raspadeira nucleiforme.

Dimensões do maior: 152 mm. x 144 mm. x 78 mm..

Dimensões do mais pequeno: 108 mm. x 108 mm. x 42 mm..

— Um núcleo poliédrico um pouco mais pequeno, tem como dimensões: 93 mm. x 67 mm. x 44 mm..

— Seis fragmentos de núcleos, dos quais o maior tem as seguintes dimensões: 112 mm. x 65 mm. x 35 mm. e o mais pequeno: 57 mm. x 43 mm. x 35 mm.

— Um fragmento de núcleo de sílex de cor amarelada, de aspecto mustieróide, com uma das extremidades em ponta ogival. Bordo esquerdo com indícios de utilização como raspador.

Dimensões: 57 mm. x 37 mm. x 21 mm..

— Uma metade de núcleo com faixa central de superfície primitiva de seixo no reverso.

Trabalhada naquela face por meio de várias lascas tiradas dos bordos a maneira das preparações de planos de percussão. Anverso trabalhado a partir dos bordos laterais. Base fracturada acidentalmente. Extremidade superior terminada em ponta afiada, formando uma espécie de museau» estreito e alongado, ou ainda lembrando a ponta de alguns picos.

Dimensões: 76 mm. x 49 mm. x 30 mm. (N.º 10).

Lascas acheulenses preparadas para servir de raspadores.

— Duas lascas acheulenses destinadas a servir de raspadores.

Anverso de plano de separação, com bolbo e plano de percussão de superfície primitiva, no bordo direito. Reverso de superfície primitiva de seixo.

A maior das duas lascas é aparentada aos coups-de-poing unifaciais. Apresenta na parte superior um gume afiado de forma triangular, obtido por meio de uma pequena lasca tirada da parte superior do bordo direito e de 4 ou 4 da parte superior do bordo esquerdo. Bordo direito do anverso cuidadosamente retocado de modo a obter um gume convexo. Bordo inferior do reverso rebaixado por 2 pequenos negativos de lascas.

Dimensões: 133 mm. x 93 mm. x 34 mm. (N.º 14).

A segunda lasca, muito mais pequena, apresenta alguns indícios de utilização, mas não tem retoques.

Dimensões: 86 mm. x 68 mm. x 25 mm.

Lascas retocadas em ponta.

— Duas pequenas calotes de seixos com superfície primitiva ocupando o reverso.

Anverso trabalhado de pequenas lascas irregulares denticuladas, tiradas de toda a periferia para regularizar os bordos. Base arredondada. Extremidade superior afeiçoada em ponta para servir de furador. Bordo direito do exemplar maior fracturado por acção térmica.

Dimensões do maior: 66 mm. x 52 mm. x 27 mm. (N.º 9).

Dimensões do mais pequeno: 59 mm. x 48 mm. x 24 mm. (N.º 8).

Raspadeiras.

— Duas pequenas lascas arredondadas, irregulares e achatadas, retocadas em um dos bordos para servir de raspadeiras.

Dimensões da maior: 42 mm. x 40 mm. x 16 mm. (N.º 5).

Dimensões da mais pequena: 37 mm. x 40 mm. x 14 mm. (N.º 4).

Bicos.

— Uma lasca achatada arredondada de técnica tayacense, com reverso de plano de separação, com bolbo e plano de percussão liso na base.

Apresenta em ambas as faces pequenos retoques de regularização dos bordos afeiçoados em raspadores. Um dos bordos apresenta dois bicos salientes, dos quais um aburilado.

Dimensões: 36 mm. x 35 mm. x 13 mm. (N.º 2).

— Duas lascas sublosangulares com reverso plano e anverso percorrido por uma aresta longitudinal.

Apresentam uma das extremidades terminada em forte bico aburilado e um dos bordos laterais retocado por talhe bifacial para servir de raspador convexo em um dos exemplares e convexo concavo no outro.

Dimensões de um: 54 mm. x 34 mm. 16 mm. (N.º 3).

Dimensões do outro: 54 mm. x 32 mm. s 23 mm..

— Uma lasca acheulense com reverso de plano de separação retocado em um dos bordos convexos.

Anverso percorrido por uma aresta longitudinal central. Base transversal rectilínea de superfície primitiva. Bordo direito do anverso retocado em raspador convexo. Parte inferior do bordo esquerdo afeixado em raspador convexo por meio de um largo negativo de lasca completado por retoques. Os dois terços superiores do mesmo bordo esquerdo foram utilizados também como raspador concavo. A extremidade superior do objecto termina em bico aburilado. Bordo esquerdo com forte saliência formando uma espécie de bico largo afocinhado e retocado.

Dimensões: 60 mm. x 60 mm. 19 mm. x (N.º 6).

Lascas residuais.

— Num total de 42 lascas residuais e fragmentos de seixo há que citar 15 de técnica tayacense com planos de percussão lisos. Uma delas serviu de raspador em quase toda a periferia.

As dimensões da lasca maior são: 84 mm. x 58 mm. x 21 mm. e as da lasca mais pequena: 37 mm. x 19 mm. x 9 mm..

Duas lascas são de técnica mustierense, com preparação de planos de percussão.

Dimensões de uma: 56 mm. x 51 mm. x 14 mm..

Dimensões da outra: 51 mm. x 44 mm. x 14 mm..

Fragmentos utilizados por vezes como raspadores.

Seis fragmentos de seixos ou de núcleos fracturados, por vezes utilizados como raspadores.

Dimensões do maior: 87 mm x 68 mm. x 50 mm..

Dimensões do mais pequeno: 59 mm. x 41 mm. x 32 mm..

CONCLUSÕES

O estudo da tipologia das peças colhidas na estação do Castelo Velho permite estabelecer o seguinte quadro estatístico:

INSTRUMENTOS	SÉRIES		
	I	II	III
Coups-de-poing			
bifaciais losangulares			1
unifaciais ovais			1
Seixos achatados			
trabalhados em uma das extremidades			
por talhe bifacial			2
por talhe unifacial	1		1
Seixos largos em uma das extremidades			
trabalhados em uma das extremidades			
por talhe unifacial			2
Seixos de formas diversas			
trabalhados em uma das extremidades			
por talhe unifacial			4
Seixos ou fragmentos de seixos			
truncados em uma das extremidades			
por talhe unifacial			
com gume inclinado			5
Seixos raspadores			3
Calhaus trabalhados em mais da metade da periferia		1	3
Fragmentos de seixos diversos (dos quais 1 serviu de percutor)			3
Calotes de seixos			4
Calhaus aproveitados como núcleos			5
Núcleos poliédricos			1
Fragmentos de núcleos (dos quais um de silex)			8
Lascas acheulenses utilizadas como raspadores			2
Lascas retocadas em ponta			2
Raspadeiras			2
Bicos aburilados			4
Lascas de técnica tayacense			15
Lascas de técnica mustierense			2
Lascas residuais diversas		1	25
Fragmentos utilizados por vezes como raspadores			6
TOTAL	1	2	101

Pelo quadro anterior, verifica-se que, neste conjunto Acheulense, as duas primeiras séries são praticamente acidentais, sendo representadas apenas por 3 peças. A terceira série, com um total de 101 peças, corresponde a um Acheulense terminal passando para o Paleolítico médio, mas com um número de peças mustierenses ainda muito reduzido.

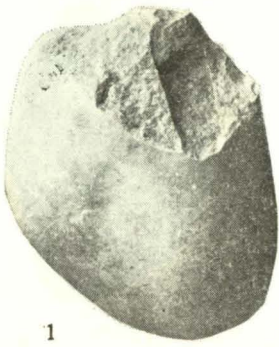
O número de coups-de-poing é pequeno: 2. Em compensação, o dos calhaus trabalhados em uma das extremidades, nos bordos laterais ou em mais da metade da periferia, eleva-se a 23, além de 4 calotes de seixos.

O número de núcleos é de 14.

Finalmente, o número de lascas eleva-se a 52, das quais algumas com retoques para servirem de instrumentos diversos, sobretudo de raspadeiras, raspadores, bicos aburilados e pontas.

O aspecto geral das indústrias situa a estação paleolítica do Castelo Velho ao lado das jazidas já descritas, do mesmo tipo, dos terraços quaternários da região, de Ramalhosa, Chamiço, Mato de Miranda, Martim Ladrão e Chões de Alpompé, as quais no entanto apresentam um material muito mais característico, possivelmente devido a melhor qualidade dos seixos de quartzito que permitiu a preparação de vários coups-de-poing unifaciais e bifaciais.

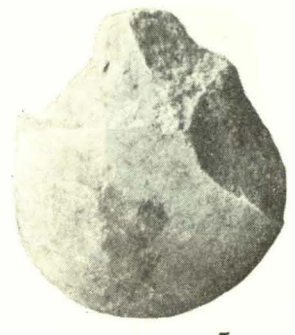
De qualquer modo, trata-se de mais uma estação paleolítica da margem direita do rio Tejo, contemporânea das estações conhecidas da margem esquerda, nas regiões de Vale de Cavalos, Alpiarça, Muge, Benavente e Santo Estevão.



1



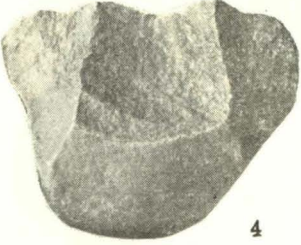
2



3



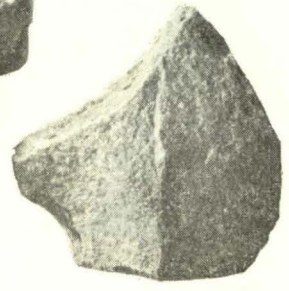
6



4



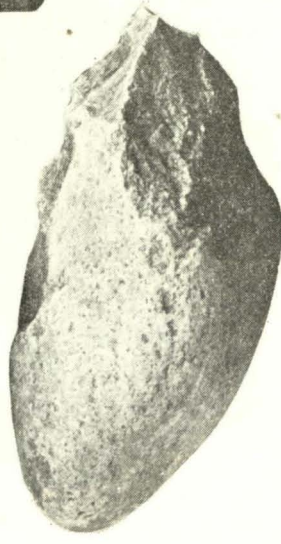
5



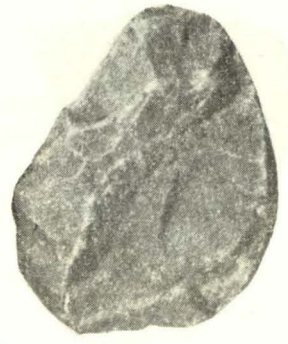
7



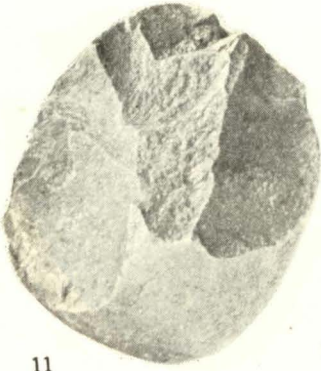
8



9



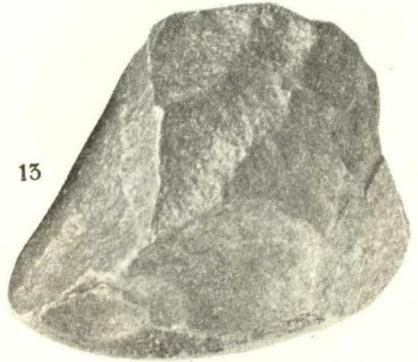
10



11



12



13



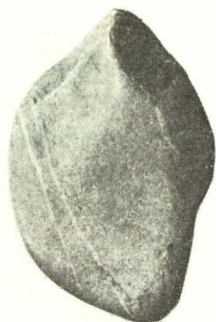
14



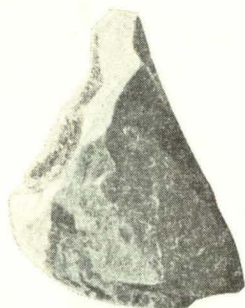
15



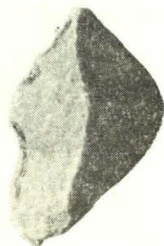
16



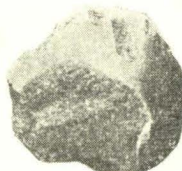
17



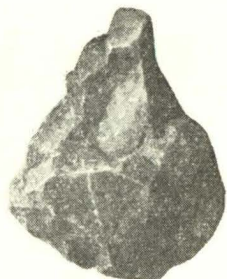
18



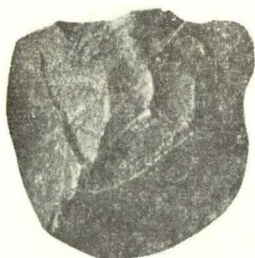
19



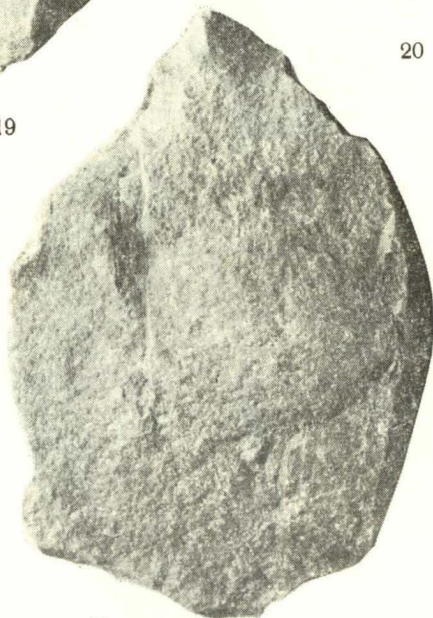
20



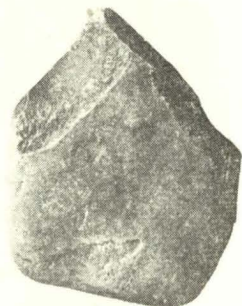
21



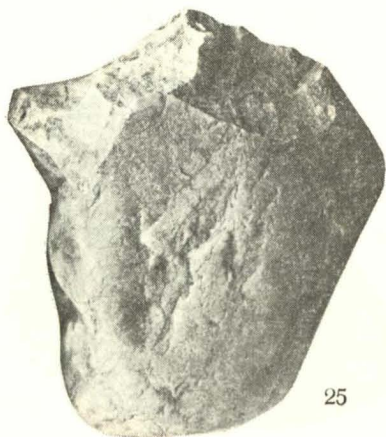
22



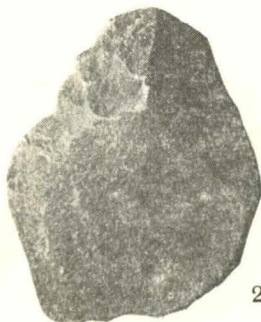
23



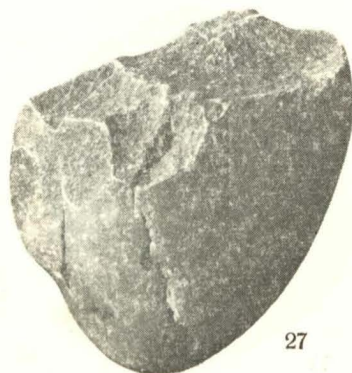
24



25



26



27

NECRÓPOLE DA PROVENÇA (SINES)

CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES DE 1972

por

*Manuel Farinha dos Santos, Joaquina Soares
e Carlos Tavares da Silva*

1. LOCALIZAÇÃO

Esta necrópole situa-se numa zona plana da margem direita da ribeira da Junqueira, a cerca de 1.700 metros do Oceano, na Courela de S. Torpes, Herdade da Provença, aproximadamente a 9 km. por estrada e caminho velho (7 km. em linha recta) da vila de Sines, a cujo concelho pertence.

A sua localização é definida pelas seguintes coordenadas:

37° 55' 43" N.
0° 20' 43" E. ¹.

¹ Carta dos Serviços Cartográficos do Exército na escala de 1: 25.000. Ed. de 1945.

2. ÁREA EXPLORADA.

A primeira campanha de escavações² teve início em 5 de Julho e terminou a 30 de Outubro de 1972. Foi escavada uma área poligonal, cujo eixo maior, de direcção N.-S., é de 37 metros e o menor, de direcção E.-W., é de 30 metros. Perímetro 144 metros.

Esta área compreende o conjunto de estruturas que designámos por monumento n.º 1.

3. METODOLOGIA UTILIZADA NA ESCAVAÇÃO.

Após a divisão do campo em quadrados de 5x5 metros, realizada a partir de um sistema de coordenadas cartesianas (eixos nas direcções N.-S. e E.-W.) foi iniciada a escavação em *extensão*, começando-se por retirar, em vasta área, a camada superficial numa espessura de cerca de 0,20 metros, o que permitiu pôr a descoberto as estruturas do monumento funerário. Procedeu-se à crivagem total das terras retiradas. O espólio recolhido *in situ* foi registado tridimensionalmente, assim como as estruturas postas a descoberto (a determinação da cota fez-se relativamente ao ponto de coordenadas 0,0 metros ao qual fora atribuída a cota convencional de 20 metros).

4. ESTRUTURAS.

No monumento escavado foram identificadas 28 sepulturas que, nas zonas melhor conservadas, se encontravam no seio de *recintos tumulares* de planta rectangular agrupados em dois núcleos.

Os *recintos* são contíguos, por vezes interpenetrando-se. No seu interior notaram-se vestígios dos *tumuli*.

² Campanha realizada pelo Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines.

4.1. NÚCLEO SUL.

A partir do recinto (5,20 m. x 4,40 m.), de orientação N.-S., onde deveria ter existido a sepultura 29 (de que resta um esteio com 0,76 m. de compr., de direcção N.-S.), foram-se construindo outros recintos: os das sepulturas 27, 28 e o da já não existente que receberia o n.º 30 (é difícil saber qual dos três é mais antigo).

Recinto da sep. 27. — Foi ligar-se a parte da parede Oeste do recinto da sep. 29.

Planta rectangular. Orientação N.-S.. Limitado por esteios de xisto. Continha fragmentos de cerâmica achada *in situ*, entre calhaus. Compr. 3,90 m.; larg. 2,10 m..

Sep. 27. — Formada por 4 esteios de xisto esverdeado, estando os laterais muito destruídos; sem tampa. Compr. * 0,85 m.; larg. 0,55 m.; prof. actual 0,30 m.. Os esteios dos topos assentam directamente sobre a rocha. Orientação geral N.-S.. Sem espólio.

Recinto da sep. 28. — Foi confinar, a Oeste, com o recinto da sep. 29.

Planta rectangular. Orientação N.-S.. Limitado por esteios e por algumas lajes tombadas de xisto. Compr. 3 m.; larg. 2,70 m..

Sep. 28. — Muito destruída. Existem apenas vestígios dos esteios (em xisto) laterais e do topo S.. Sem tampa. Orientação geral N.-S.. Sem espólio.

Recinto onde teria existido a sep. 30. — Foi ligar-se com o recinto da sep. 29.

Planta rectangular. Orientação N.-S.. Limitado por esteios de xisto. Compr. 3 m.; larg. 2,80 m..

Recinto da sep. 22. — Foi confinar, a Este, com o recinto da sep. 27.

Planta sub-rectangular. Orientação N.-S.. Limitado por esteios, lajes horizontais e grandes calhaus rolados. Continha muitos calhaus, fragmentos de xisto e abundantes fragmentos de cerâmica. Compr. 2,80 m.; larg. 1,80 m..

* O comp. e a larg. das sepulturas corresponde aos comprimentos do maior esteio lateral e do maior esteio de topo, respectivamente. A prof. é dada pela diferença de cotas do esteio mais alto.

Sep. 22. — Constituída por dois esteios baixos destruídos em altura, de xisto esverdeado. Compr. 1 m.; larg. 0,54 m.; prof. 0,25 m.. Esteio do lado W. um pouco inclinado para o interior; compr. 1 m.; alt. 0,18 m; esp. máx. 0,06 m.. Esteio do topo-S. vertical; compr. 0,64 m.; alt. 0,25 m.; esp. máx. 0,07 m.. A rocha mãe aflora junto do último esteio, no exterior, e atinge uma cota máxima superior à máxima do esteio. Orientação geral N.-S. A meio do seu comprimento e na zona Oeste surgiu um vaso da *forma 12* (fig. 3).

Recinto da sep. 14. — Foi confinar a Oeste com o recinto da *sep.* 29 e a Sul com o da n.º 28.

Planta sub-retangular. Orientação N.-S.. Incompletamente limitado por esteios de xisto. Compr. 2,30 m.; larg. 1,90 m..

Sep. 14. — Formada por quatro esteios de xisto esverdeado com manchas avermelhadas, bem conservados, e por restos da tampa de xisto. Planta sub-retangular. Compr. 1 m.; larg. 0,40 m.; prof. 0,47 m. Esteio do lado W. fracturado em altura devido a pressões exteriores e muito inclinado para dentro; cota máx. da parte superior 9,33 m.; cota mínima da base não determinada pela grande inclinação do esteio; compr. actual 1 m.; alt. máxima não determinada; esp. máxima 0,05 m.. Esteio do lado Este vertical; cota máx. da parte superior 9,37 m.; cota mínima da base 8,90 m.; compr. 1 m.; alt. máx. 0,47 m.; esp. máx. 0,08 m.. Esteio do topo N. vertical; cota máx. da parte superior 9,35 m.; cota mínima da base 8,98 m.; compr. 0,37 m.; alt. máx. 0,37 m.; esp. máx. 0,05 m.. Esteio do topo S fracturado longitudinalmente, tendo uma placa caído para o interior da cista; inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,30 m.; cota mínima da base 9 m.; compr. 0,40 m.; alt. máx. 0,32 m.; esp. máxi. 0,03 m.. Orientação geral N.-S.. Sem espólio.

Recinto da sep. 13. — Foi confinar, a Oeste, com o recinto da *sep.* 29 e a Sul com o da n.º 14.

Planta rectangular. Orientação NNW.-SSE.. Limitado por esteios de xisto. Continha calhaus e fragmentos de xisto e cerâmicas *in situ*. Compr. 1,70 m.; larg. 1,50 m..

Sep. 13. — Com quatro esteios de xisto esverdeado com manchas avermelhadas, bem conservados; com tampa de xisto esverdeado. Planta rectangular. Compr. 0,95 m.; larg. 0,34 m.; prof. 0,45 m.. Tampa

rectangular, bem conservada; compr. 1 m.; larg. 0,61 m.; espe. máx. 0,06 m.; possuía travamento formado por algumas lages pequenas de xisto dispostas obliquamente. Esteio do lado WSW. vertical; cota máx. da parte superior 9,02 m.; cota mínima da base 8,57 m.; compr. 0,93 m.; alt. máx. 0,45 m.; esp. máx. 0,07 m.. Esteio do lado ENE um pouco inclinado para o exterior; cota máx. da parte superior 9,01 m.; cota mínima da base 8,57 m.; compr. 0,95 m.; alt. máx. 0,44 m.; esp. máx. 0,04 m.. Esteio do topo NNW. inclinado para o exterior; cota máx. da parte superior 9,01 m.; cota mínima da base 8,61 m.; compr. 0,34 m.; alt. máx. 0,38 m.; esp. máx. 0,04 m.. Esteio do topo SSE. vertical; cota máx. da parte superior 9,02 m.; cota mínima da base 8,62 m.; compr. 0,32 m.; alt. máx. 0,40 m.; esp. máx. 0,06.. Orientação geral NNW.-SSE. Sem espólio. Não estava completamente cheia de terra.

Recinto da sep. 12. — Foi ligar se, a Sul, com o recinto da sep. 29 e a Este com o da n.º 13.

Planta rectangular. Orientação E.-W.. Limitado por esteios e lajes horizontais de xisto. Continha muitas placas de xisto e alguns calhaus rolados.. Compr. 2,20 m.; larg. 1,20 m..

Sep. 12. — Com quatro esteios e tampa de xisto esverdeado. Planta bi-trapezoidal. Compr. 1,20 m.; larg. 0,43 m.; prof. 0,50 m.. Tampa rectangular, bem conservada; compr. 1,25 m.; larg. 0,56 m.; esp. máx. 0,07 m.. Esteio do lado N. fracturado a toda a altura e a meio devido a pressões exteriores; um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,18 m.; cota mínima da base 8,67 m.; compr. 1,15 m.; alt. máx. 0,50 m.; esp. máx. 0,07 m.. Esteio do lado Sul um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,17 m.; cota mínima da base 8,70 m.; compr. 1,20 m.; alt. máx. 0,49 m.; esp. máx. 0,07 m.. Esteio do topo W. quase vertical, mas deslocado para o interior ao longo do esteio N.; cota máx. da parte superior 9,16 m.; cota mínima da base 8,70 m.; compr. 0,43 m.; alt. máx. 0,46 m.; esp. máx. 0,06 m.. Esteio do topo E. um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,14 m.; cota mínima da base 8,74 m.; compr. 0,28 m. (partido em comprimento); alt. máx. 0,43 m.; esp. máx. 0,02 m.. Os esteios assentam sobre a rocha, a qual foi escavada para os receber. Orientação geral E.-W.. Não estava completamente cheia de terra que surgia a partir da prof. de 0,10 — 0,13 m. (cota de 9,05 m.). A cota de

8,94 m. e junto do esteio Este apareceu um vaso da *forma 15*, de boca para cima (fig. 3 e 11); junto da base deste vaso foram encontradas duas contas de colar esférico-achatadas feitas de uma substância mineral verde e outra conta espiralada em ouro; à cota de 8,92 m., encostado ao esteio N. e a meio deste surgiu um punhal de cobre com três rebites; finalmente, à cota de 8,84 m., debaixo do primeiro vaso e separado do fundo deste em parte por uma placa de xisto e por terra com a espessura de 0,05 m., surgiu um outro da *forma 16 b* (fig.^s 3 e 12) — *taça tipo Atalaia* (?). À cota de 8,93 m., principalmente na metade Este notaram-se vestígios de possíveis ossos muito deteriorados.

Recinto da sep. 24. — Foi confinar a Este com o da sep. 29 e a Sul com o da n.º 27.

Planta rectangular. Orientação E.-W.. Limitado por esteios de xisto, alguns deles muito inclinados na direcção do Norte. Estava repleto de calhaus rolados e lajes de xisto que inclusivamente cobriam a tampa da sepultura; com fragmentos de cerâmica, *in situ*, entre as lajes e calhaus do *tumulus*. Compr. 2 m.; larg. 1,20 m..

Sep. 24. — Formada por quatro esteios e tampa de xisto esverdeado com manchas avermelhadas. Planta bi-trapezoidal. Compr. 0,85 m.; larg. 0,45 m.; prof. 0,42 m.. Tampa muito partida na zona central com os fragmentos inclinados para o interior da sepultura pelo que não foi possível determinar com exactidão o comprimento e a largura originais; esp. máx. actual 0,05 m.. Esteio do lado N. muito inclinado para o exterior; compr. 0,75 m.; alt. máx. 0,40 m.; esp. máx. 0,02 m.. Esteio do lado Sul partido ao alto devido a pressões exteriores e muito inclinado para o interior; compr. 0,85 m.; alt. máx. não determinada.; esp. máx. 0,02 m.. Esteio do topo E. vertical; compr. 0,45 m.; alt. máx. 0,42 m.; esp. máx. 0,05 m.. Esteio do topo W. pouco inclinado para o exterior e deslocado ao longo do esteio N.; compr. 0,45 m.; alt. máx. não determinada; esp. máx. 0,02 m.. A rocha mãe aflora no interior da sepultura e na zona do meio atinge cotas mais elevadas do que na base dos esteios; foi escavada para a implantação destes. Orientação geral E.-W.. Ao retirar-se a tampa verificou-se que a sepultura não estava completamente cheia de terra e que possuía na zona central um vaso da *forma 16* — *taça tipo Atalaia* — de boca para cima.

Recinto da sep. 23. — Foi construído de encontro à parede N. dos

recintos das sepulturas 29 e 24 e aproveitou a parede Oeste do recinto da sep. 12.

Planta rectangular. Orientação E.-W.. Limitado por esteios por vezes com lajes horizontais intercaladas e por calhaus rolados. Continua fragmentos de xisto e numerosos calhaus que cobriam parcialmente a tampa da sepultura e fragmentos de cerâmica *in situ*. Compr. 2,20 m.; larg. 1,20 m..

Sep. 23. — Formada por quatro esteios de xisto azulado e por tampa também de xisto da mesma cor. Planta trapezoidal. Compr. 0,95 m.; larg. 0,45 m.; prof. 0,45 m.. Tampa rectangular; apresenta no canto SE. 3 «fossetes»; compr. 1 m.; larg. 0,56 m.; esp. máx. 0,06 m.. Esteio do lado N. partido a meio e ao alto; inclinado para o exterior; compr. 0,95 m.; alt. máx. 0,40 m.; esp. máx. 0,04 m.. Esteio do lado S. bem conservado, inclinado para o interior; compr. 0,90 m.; alt. máx. 0,45 m.; esp. máx. 0,05 m.. Esteio do topo W. muito inclinado, quase deitado para o interior e rachado ao alto; compr. 0,35 m.; alt. máx. não determinada; esp. máx. 0,02 m.. Esteio do topo E. bem conservado, muito inclinado para o interior; compr. 0,45 m.; alt. máx. 0,30 m.; esp. máx. 0,05 m.. Orientação geral E.-W.. Encontrava-se cheia de terra. A cota de 9,04 m., junto do esteio do topo W. surgiu o fragmento da parte superior de um vaso da *forma 18a* (fig. 3). Da cota de 9,02 m. à de 8,94 m. surgiram fragmentos de ossos.

Ainda a fazer parte do núcleo Sul e perifericamente, existem sepulturas muito destruídas e com raros vestígios de estruturas circundantes (n.^{os} 7, 8, 9, 15, 16, 17, 25 e 26).

A *sep. 15*, a única identificada formada por esteios de grés dunar mas com tampa provavelmente de xisto, de orientação ENE.-OSO., possuía, sensivelmente a meio, um vaso da *forma 16* — taça tipo Atalaia.

4.2. NÚCLEO NORTE.

Para os recintos situados a Norte da sep. 1 não é possível estabelecer relações cronológicas. Estão muito destruídos; alguns são mesmo vestigiais. As sepulturas a que correspondem, são as seguintes, de N. para S.:

Sep. 5. — Constituída por três esteios, muito danificados em altura. Sem tampa. Planta sub-rectangular. Compr. 1,20 m.; larg. 0,43 m.; prof. 0,51 m.. Esteio do lado W. quase vertical; cota máx. da parte superior 9,03 m.; cota mínima da base 8,77 m.; compr. 0,93 m.; alt. máx. actual 0,26 m.; esp. máx. 0,09 m.. Esteio do lado Este quase vertical; cota máx. da parte superior 9 m.; cota mínima da base 8,65 m.; compr. 1,20 m.; alt. máx. actual 0,35 m.; esp. máx. 0,10 m.. Esteio do topo N. um pouco inclinado para o exterior; cota máx. da parte superior 9,17 m.; cota mínima da base 8,66 m.; compr. 0,43 m.; alt. máx. 0,51 m.; esp. máx. 0,04 m.; possui na base um reforço formado por uma laje encostada ao esteio, colocada verticalmente. Falta o esteio do topo S. Orientação geral NNE.-SSW.. Sem espólio.

Sep. 10. — Constituída por dois esteios de xisto esverdeado destruídos em altura e pelos restos de outros dois também de xisto. Planta rectangular. Compr. 1 m.; larg. 0,55 m.; prof. 0,24 m.. Esteio do lado NW. vertical; cota máx. da parte superior 9,17 m.; cota mínima da base 8,73 m.; compr. 1 m.; alt. máx. actual 0,24 m.; esp. máx. 0,12 m.. Esteio do lado SE. reduzido a fragmentos muito pequenos. Esteio do topo NE. vertical; cota máx. da parte superior 9,16 m.; cota mínima da base 9,04 m.; compr. 0,40 m.; alt. máx. actual 0,12 m.; esp. máx. 0,06 m.. Esteio do topo SW. vertical; cota máx. da parte superior 9,13 m.; cota mínima da base 9,02 m.; compr. 0,55 m.; alt. máx. actual 0,11 m.; esp. máx. 0,07 m.. Orientação geral NE.-SW.. Sem espólio.

Sep. 4. — Formada por quatro esteios de xisto esverdeado com manchas avermelhadas, danificados na parte superior. Sem tampa. Planta sub-rectangular. Compr. 1,53 m.; larg. 0,62 m.; prof. 0,67 m.. Esteio do lado WNW. um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,35 m.; cota mínima da base 8,75 m.; compr. 1,53 m.; alt. máx. actual 0,60 m.; esp. máx. 0,07 m.. Esteio do lado ESE. um pouco inclinado para o exterior; cota máx. da parte superior 9,36 m.; cota mínima da base 8,69 m.; compr. 1,50 m.; alt. máx. actual 0,67 m.; esp. máx. 0,03 m.. Esteio do topo SSW. um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,36 m.; cota mínima da base 8,73 m.; compr. 0,57 m.; alt. máx. actual 0,63 m.; esp. máx. 0,10 m.. Esteio do topo NNW. um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,32 m.; cota mínima da base 8,73 m.; compr. 0,62 m.; alt.

máx. actual 0,59 m.; esp. máx. 0,09 m.. Orientação geral NNE-SSW. Sem espólio.

Sep. 18. — Formada por três esteios danificados sobretudo em altura e restos de um quarto, feitos de xisto esverdeado com manchas avermelhadas. Sem tampa. Planta sub-rectangular. Compr. 0,96 m.; larg. 0,55 m.; alt. 0,44 m.. Esteio do lado W. reduzido a pequenos fragmentos. Esteio do lado E. vertical; cota máx. da parte superior 9,35 m.; cota mínima da base 8,92 m.; compr. 0,96 m.; alt. máx. actual 0,43 m.; esp. máx. 0,11 m.. Esteio do topo S. vertical; cota máx. da parte superior 9,35 m.; cota mínima da base 8,91 m.; compr. 0,55 m.; alt. máx. actual 0,44 m.; esp. actual 0,07 m.; possui grandes pedras de arenito ferruginoso junto da base, no interior. Esteio do topo N. vertical; cota máx. da parte superior 9,26 m.; cota mínima da base 8,94 m.; compr. 0,45 m.; alt. máx. actual 0,32 m.; esp. máx. actual 0,06 m.. Orientação geral N.-S.. Forneceu à cota de 9,17 m. na metade Sul e quase na zona central da cista um vaso da *forma 16a* (fig. 3) — taça tipo Atalaia —, de boca para cima.

Sep. 20. — Com dois esteios de xisto esverdeado manchado de vermelho, destruídos em altura e comprimento, e o fragmento de um terceiro do mesmo material. Planta sub-rectangular. Compr. 1,17 m.; larg. 0,47 m.; prof. 0,40 m.. Esteio do lado W. vertical; cota máx. da parte superior 9,46 m.; cota mínima da base 9,07 m.; compr. 1,17 m.; alt. máx. actual 0,39 m.; esp. máx. 0,11 m.. Esteio do lado E. um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,37 m.; cota mínima da base 9,25 m.; (não se determinaram as dimensões dado o seu grau de destruição). Esteio do topo N. inexistente. Esteio do topo S. um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,50 m.; cota mínima da base 9,11 m.; compr. 0,47 m.; alt. máx. actual 0,40 m.; esp. máx. actual 0,04 m.. Orientação geral N.-S.. Sem espólio.

O seu recinto tumular muito destruído, apresenta a Sul uma fiada de esteios de xisto comuns ao *recinto da sep. 1*.

Recinto da sep. 1. — Foi penetrado pelo recinto da sepultura 3, pelo que se torna difícil determinar a sua planta original bem como a orientação.

Planta actual trapezoidal. Limitado por esteios de xisto e por algumas lajes também de xisto colocadas horizontalmente. Continha

muitos calhaus de arenito ferruginoso, quartzo e grauvaque e fragmentos de xisto. Na sua zona W., entre esses calhaus existia muita cerâmica *in situ*, tendo aparecido dois vasos quase inteiros: *formas 6 e 18b* (fig. 3); removidos os calhaus e a cerâmica, verificou-se existir, como que a pavimentar parte dessa zona, uma laje de xisto comprida e estreita. Esta zona pode não fazer parte do recinto da sepultura 1, mas sim constituir o recinto de uma sepultura não identificada e que seria posterior àquela. Compr. 2,70 m.; larg. 2,20 m..

Sep. 1. — Constituída por quatro esteios, de xisto esverdeado com manchas avermelhadas. Planta trapezoidal. Compr. 0,95 m.; larg. 0,47 m.; prof. 0,52 m.. Tampa de grés conglomerático ferruginoso acastanhado escuro; planta sub-retangular; superfícies irregulares; compr. 1 m.; larg. 0,76 m.; esp. máx. 0,24 m.; encontrava-se deslocada por violação recente. Esteio do lado WNW. bem conservado; quase vertical; cota máx. da parte superior 9,41 m.; cota mínima da base 8,93 m.; compr. 0,90 m.; alt. máx. 0,48 m.; esp. máx. 0,09 m.. Esteio do lado ESE. rachado quase a meio e ao alto devido a pressões exteriores; quase vertical; cota máx. da parte superior 9,45 m.; cota mínima da base 8,93 m.; compr. 0,95 m.; alt. máx. 0,52 m.; esp. máx. 0,07 m.. Esteio do topo SSW. bem conservado; um pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,42 m.; cota mínima da base 9 m.; compr. 0,47 m.; alt. máx. 0,42 m.; esp. máx. 0,04 m.. Esteio do topo NNE. muito destruído: resta um pequeno fragmento inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,20 m.; cota mínima da base 9 m.; alt. máx. actual 0,20 m.; esp. máx. 0,04 m.. Os esteios laterais assentam directamente sobre a rocha que foi um pouco escavada para os receber. Orientação geral NNE.-SSW.. Por violação recente, encontrava-se esvaziada, sem espólio.

Recinto da sep. 3. — Foi penetrar no da sep. 1.

Planta rectangular. Orientação NW.-SE.. Limitado por esteios de xisto. Possuia calhaus de quartzo, arenito ferruginoso e grauvaque e fragmentos de xisto. Compr. 1,80 m.; larg. 1,35 m..

Sep. 3. — Formada por quatro esteios bem conservados de xisto esverdeado com manchas avermelhadas. Sem tampa. Planta trapezoidal. Compr. 1,10 m.; larg. 0,52 m.; prof. 0,69 m.. Esteio do lado NE. inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,51 m.; cota mínima da base 8,89 m.; compr. 1,10 m.; alt. máx. 0,64 m.; esp. máx. 0,08 m..

Esteio do lado SW. inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,55 m.; cota mínima da base 8,89 m.; compr. 1,10 m.; alt. máx. 0,69 m.; esp. máx. 0,08.. Esteio do topo NW. quase vertical; cota máx. da parte superior 9,46 m.; cota mínima da base 8,95 m.; compr. 0,52 m.; alt. máx. 0,54 m.; esp. máx. 0,04 m.. Esteio do topo SE. inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,52 m.; cota mínima da base 9,11 m.; compr. 0,44 m.; alt. máx. 0,44 m.; esp. máx. 0,05 m.. Orientação geral NW.-SE.. À cota de 9,18 m. surgiu um vaso da *forma 6* a 0,16 m. do esteio SW. e a 0,31 m. do esteio do topo NW.

Recinto da sep. 6. — Confina com o da n.º 3, sendo difícil dizer qual é o mais antigo, embora o da n.º 6 pareça ter o primeiro esteio da parede SW. parcialmente no interior do recinto da n.º 3.

Planta rectangular. Orientação NW.-SE. Limitado por esteios, por vezes intercalados com lajes horizontais e alguns calhaus. Compr. 3,20 m; larg. 2,20 m..

Sep. 6. — Constituída por quatro esteios de xisto esverdeado, bem conservados, só com a parte superior danificada. Sem tampa. Planta rectangular. Compr. 1,40 m.; larg. 0,68 m.; prof. 0,62 m.. Esteio do lado SW. pouco inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,49 m.; cota mínima da base 9,09 m.; compr. 1,40 m.; alt. máx. actual 0,40 m.; esp. máx. 0,08 m.. Esteio do lado NE. vertical; cota máx. da parte superior 9,41 m.; cota máxima da base 8,79 m.; compr. 1,18 m.; alt. máx. actual 0,62 m.; esp. máx. 0,06 m.. Esteio do topo NW. inclinado para o interior, cota máx. da parte superior 9,49 m.; cota mínima da base 9,01 m.; compr. 0,68 m.; alt. máx. actual 0,50 m.; esp. máx. 0,08 m.; possui na base um reforço interior formado por lajes de xisto colocadas verticalmente e encostadas ao esteio. Esteio do topo SE. inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,46 m.; cota mínima da base 8,99 m.; compr. 0,62 m.; alt. máx. actual 0,50 m.; esp. máx. 0,07 m.; Orientação geral NW.-SE.. Sem espólio.

Recinto da sep. 11. — Foi confinar a NE. com o da n.º 3.

Planta rectangular. Orientação SW.-NE.. Limitado por esteios de xisto. Continha calhaus de quartzo, arenito ferruginoso e grauvaque. Compr. 1,85 m.; larg. 1,40 m..

Sep. 11. — Constituída por três esteios de xisto esverdeado com manchas avermelhadas, bem conservados, e por um pedaço da tampa

feita do mesmo material. Planta rectangular. Compr. 1,05 m.; larg. 0,36 m.; prof. 0,48 m.. Tampa reduzida a um fragmento com a esp. máx. de 0,08 m.. Esteio do lado NW. vertical; cota máx. da parte superior 9,54 m.; cota mínima da base 8,06 m.; compr. 1,05 m.; alt. máx. 0,48 m.; esp. máx. 0,07 m.. Esteio do lado SE. vertical; cota da parte superior 9,54 m.; cota mínima da base 8,08 m.; compr. 1,02 m.; alt. máx. 0,46 m.; esp. máx. 0,07 m.. Esteio do topo SW. inexistente. Esteio do topo SE. muito inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,50 m.; cota mínima da base 9,05 m.; compr. 0,36 m.; alt. máx. 0,47 m.; esp. máx. 0,06.. Orientação geral SW.-NE.. Sem espólio.

Recinto da sep. 2. — Foi aproveitar a parede SW. do recinto da sep. 11.

Planta rectangular. Orientação NE.-SW.. Limitado por esteios de xisto. Continha lajes de xisto e calhaus de quartzo, arenito ferruginoso e grauvaque. Compr. 2,30 m.; larg. 1,80 m..

Sep. 2. — Formada por quatro esteios e tampa de xisto esverdeado com manchas avermelhadas. Planta sub-trapezoidal. Compr. 1 m.; larg. 0,56 m.; prof. 0,56 m.. Tampa bem conservada; planta rectangular; travada por lajes e calhaus e coberta por lajes de xisto e calhaus; compr. 1,23 m.; larg. 0,75 m.; esp. 0,11 m.. Esteio do lado NW. com fractura ao alto provocada por pressões exteriores e deslocado para o interior; cota máx. da parte sup. 9,49 m.; cota mínima da base 8,99 m.; compr. 0,98 m.; alt. máx. 0,50 m.; esp. máx. 0,04 m.; possuía junto da base um reforço interior formado por uma laje de xisto (0,60 m. x 0,30 m x 0,03 m.) que sofreu também deslocação. Esteio do lado SE. bem conservado, vertical; cota máx. da parte superior 9,52 m.; cota mínima da base 9,01 m.; compr. 1 m.; alt. máx. 0,51 m.; esp. máx. 0,09 m.. Esteio do topo SW. bem conservado e inclinado para o interior; cota máx. da parte superior 9,52 m.; cota mínima da base 9,02 m.; compr. 0,56 m.; alt. máx. 0,56 m.; esp. máx. 0,08 m.. Esteio do topo NE. bem conservado, vertical; cota máx. da parte superior 9,48 m.; cota mínima da base 8,98 m.; compr. 0,47 m.; alt. máx. 0,50 m.; esp. máx. 0,05 m.. Orientação geral SW.-NE.. Encontrava-se cheia de terra argilosa e com pequenos fragmentos de xisto. Forneceu um pequeno fragmento de cerâmica sem bordo e peças esteológicas humanas muito fragmentadas (entre elas os restos de uma calote craniana, na zona NE.).

Sep. 21. — Com dois esteios e fragmentos de um terceiro, em xisto; sem tempa. Planta sub-rectangular. Compr. 0,74 m. (?); larg. 0,45 m.; prof. actual 0,32 m.. Esteio do lado ESE. inclinado para o interior; compr. 0,74 m.; alt. máx. actual 0,32 m.; esp. 0,04 m.. Esteio do lado WNW. reduzido a pequenos fragmentos. Esteio do topo SSW. um pouco inclinado para o interior; compr. 0,45 m.; alt. máx. actual 0,30 m.; esp. 0,03 m.. Esteio do topo NNE. inexistente. Sem espólio.

Não resta qualquer vestígio do recinto tumular respectivo.

Sep. 19. — Sepultura formada por nove lajes de xisto dispostas de cutelo, muito inclinadas quer para o exterior quer para o interior, que definem uma planta poligonal com 1 m. de compr. máx. e 0,80 m. de larg. máx.. Os esteios mostram-se destruídos em altura. Prof. máx. 0,27 m.. A rocha mãe aflora no interior. Sob uma pequena laje de xisto surgiu um vaso inteiro de boca par acima, da *forma 14* (fig.^s 3 e 13).

Esta sepultura parece surgir neste núcleo como uma intrusão, entre o recinto da sep. 1 e a sep. 21. Não se identificou qualquer indício de recinto tumular.

4.3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS RECINTOS TUMULARES.

4.3.1. As sepulturas (com excepção das existentes em zonas muito destruídas) encontravam-se no seio de recintos tumulares de planta rectangular e sub-rectangular, limitados por esteios de xisto por vezes com lajes de xisto, intercaladas, dispostas na horizontal.

4.3.2. A maior parte dos recintos apresenta lados comuns, e, em alguns casos (o da sep. 3 em relação ao da n.º 1) verifica-se a penetração de uns em outros já existentes.

4.3.3. A cada recinto corresponderia um *tumulus* formado por calhaus de quartzo, arenito ferruginoso e grauvaque e fragmentos de xisto juntamente com fragmentos de vasos de cerâmica por vezes quase inteiros (caso do recinto da sep. 1).

4.3.4. A orientação dos recintos coincide em regra com a das sepulturas a que correspondem. Faz-se segundo as direcções: N.-S. (os das sep.^s 14, 20, 22, 27, 28 e os das presumíveis sep.^s destruídas 29 e 30); NNW.-SSE. (sep. 13); NNE.-SSW (o da sep. 1); NW.-SE. (os das sep.^s 3 e 6); NE.-SW. (os das sep.^s 2 e 11) e E.-W. (os das sep.^s 12, 23 e 24).

Foi possível isolar as seguintes formas:

Forma 1 — Prato ou taça baixa³ cujo diâmetro chega a atingir 0,35 m. para uma altura com cerca de 0,07 m.. Bordo espessado interiormente, por vezes um pouco introvertido, de lábio arredondado. 19 exemplares. Superfícies quase sempre bem alisadas e, em alguns casos, polidas. Cor: *b2* (7 exemplares), *a2* (8 exemplares), *c3* (3 exemplares e *c4* (1 exemplar). Textura: em geral *B1-B2*; alguns *C3-C4*⁴. Exterior das sepulturas.

Forma 2 — Prato ou taça baixa cujo diâmetro atinge 0,32 m. para uma altura de 0,80 m.; bordo espessado interiormente e de lábio aplanado. 6 exemplares. Superfícies raramente bem alisadas. Cor: *c3* (5 exemplares), *b2* (1 exemplar). Textura predominante *C2*. Exterior das sepulturas.

Forma 3 — Taça de bordo não espessado e lábio aplanado. Por exemplo: diâmetro da boca 0,30 m. e altura 0,09 m. 10 exemplares. Superfícies mal alisadas. Cor: *c*. Textura predominante *C2*. Exterior das sepulturas.

Forma 4 — Taça alta de bordo levemente espessado externamente com o lábio plano-arredondado. Diâmetro da boca *c*. de 0,30 m..

³ H (altura) x 100 / d (diâmetro) menor que 20 — prato; maior ou igual a 20 e menor que 30 — taça baixa; maior ou igual a 30 e menor que 40 — taça média; maior ou igual a 40 e menor que 50 — taça alta; maior ou igual a 50 e menor que 60 — esférico baixo; maior ou igual a 60 e menor que 80 — esférico médio; igual ou maior que 80 — esférico alto.

⁴ Textura: *A* — elementos não plásticos menores que 0,5 mm.: *A1* — compacta, *A2* — pouco compacta; *B* — elementos não plásticos entre 0,5 e 1 mm.: *B1* — abundantes e compacta, *B2* — abundantes e pouco compacta, *B3* — escassos e compacta, *B4* — escassos e pouco compacta; *C* — elementos não plásticos maiores que 1 mm.: *C1* — abundantes e compacta; *C2* — abundantes e pouco compacta, *C3* — escassos e compacta, *C4* — escassos e pouco compacta.

Cor: *a* — avermelhada ou acastanhada nas superfícies e em secção: *a1* — superfícies uniformemente acastanhadas ou avermelhadas, *a2* — superfícies manchadas; *b* — negra nas superfícies e em secção; *b1* — superfícies uniformemente negras, *b2* — superfícies manchadas; *c* — zonas acastanhadas ou avermelhadas e negras em secção: *c1* — zona superficial externa aver. ou acast. e interna negra, *c2* — zona superficial externa negra e interna averm. ou acast., *c3* — zonas superficiais averm. ou acast. e intermédia negra, *c4* — zonas superficiais negras e intermédia averm. ou acastanhada.

1 exemplar. Superfície interna bem alisada e externa mal alisada. Cor: *b2*. Textura: *C3*. Exterior das sepulturas.

Forma 5 — Taça de bordo não espessado com lábio convexo ou convexo-aplanado. Por exemplo: diâmetro da boca 0,16 m. e altura 0,06 m.; 7 exemplares. Superfícies por vezes mal alisadas. Cor: *c3* (4 exemplares) e *b2* (3 exemplares). Textura predominante: *C1-C2*. Exterior das sepulturas.

Forma 6 — Vaso esférico (?) médio (o fundo pode ser aplanado); bordo não espessado de lábio convexo ou aplanado. Diâmetro da boca 0,18 m. e altura 0,12 m., por exemplo. 5 exemplares. Superfície mal alisada. Cor: *c*. Textura predominante. *C1-C2*. 4 exemplares no exterior das sepulturas (um dos exemplares proveio do recinto da sep. 1 encontrando-se *in situ*, entre as pedras do tumulus, de boca para baixo, sobre o vaso da *forma 18 b*). 1 exemplar, de bordo um pouco reentrante, proveio da sep. 3.

Forma 7 — Vaso alto, de paredes quase verticais ou um pouco reentrantes; bordo não espessado, de lábio convexo; mamilos a curta distância do bordo. 4 exemplares. Superfícies bem alisadas. Cor: *c3*. Textura: *C3-C4*. Exterior das sepulturas.

Forma 8 — Vaso alto, de paredes quase verticais, de bordo por vezes levemente espessado interiormente, de lábio aplanado. Alguns exemplares apresentam mamilos. 13 exemplares (6 com mamilos). Superfícies quase sempre mal alisadas e irregulares. Cor predominante: *c*. Textura predominante *C1-C3*. Exterior das sepulturas.

Forma 9 — Vaso de bordo reentrante, não espessado, de lábio convexo. 2 exemplares. Superfícies alisadas. Cor: *c*. Textura: *C3-C4*. Exterior das sepulturas.

Forma 10 — Vaso de bordo reentrante, espessado internamente, de lábio arredondado. Diâmetro da boca *c*. de 0,30 m.. 2 exemplares. Superfícies alisadas. Cor: *b2*. Textura: *C1*. Exterior das sepulturas.

Forma 11 — Vaso de bordo introvertido, espessado externamente, com lábio de secção poligonal. 1 exemplar. Superfícies bem alisadas. Cor: *b2*. Textura: *C4*. Exterior das sepulturas.

Forma 12 — Vaso de colo levemente estrangulado; piriforme tendendo para campaniforme. Diâmetro da boca 0,08 m.; diâmetro do bojo

0,11 m.; alt. 0,15 m.. 1 exemplar. Superfícies bem alisadas. Cor: c3. Textura: C4. Sep. 22.

Forma 13 — Vaso de colo estrangulado; bordo não espessado de lábio denteado. 1 exemplar. Superfície externa decorada por dois sulcos oblíquos e paralelos, feitos a punção (as concreções ferruginosas que cobrem as superfícies não permitem observações mais detalhadas). Cor: b2. Textura: C1. Exterior das sepulturas.

Forma 14 — Vaso de colo estrangulado; bojo de grande diâmetro relativamente ao da boca; colo alto. 1 exemplar. Diâmetro da boca 0,10 m.; diâmetro do bojo 0,17 m.; alt. 0,13 m.. Superfícies polidas. Superfície externa decorada por bandas: uma horizontal no colo formada por três fiadas de pontuações; outra no início do bojo com três fiadas horizontais de pontuações sobre séries de estreitas nervuras verticais, interrompidas de 45 mm. em 45 mm. por fiadas verticais de pontuações. Cor: a. Textura: A2. Sepultura 19.

Forma 15 — Vaso de colo estrangulado; bojo de grande diâmetro relativamente ao da boca; colo baixo. Diâmetro da boca 0,07 m.; diâmetro do bojo 0,12 m.; alt. 0,07 m. 1 exemplar. Superfície externa alisada e polida, decorada por nervuras verticais. Cor: c. Sep. 12, nível superior.

Forma 16 — Vaso de carena baixa; diâmetro em geral não superior a 0,10 m. — *Taça tipo Atalaia*. Diâmetro da boca 0,09 m.; alt. 0,05 m., por ex.. 9 exemplares. Superfícies em regra bem alisadas e muitas vezes com polimento. Cor predominante: c. Textura: A2, C1-C2 e C4 Seps. 12. (nível inferior, fig. 3: 16b*) 15, 18 (fig. 3: 16a) e 24. Os restantes exemplares provieram do exterior das sepulturas.

Forma 17 — Vaso de carena baixa, vincada e com um diâmetro de aprox. 0,16 m.; concavidade da parede acentuada. 2 exemplares. Superfícies cobertas por concreções ferruginosas. Cor: c3 e b2. Textura: A1-A2 e B3-B4. Exterior das sepulturas.

Forma 18 — Vaso de carena alta. 2 exemplares. O do recinto da sep. 1 encontra-se decorado por caneluras verticais que formam motivos elípticos. Ambos com superfícies bem alisadas e polidas. Cor: c3 (o da

* Este vaso faz-nos levantar dúvidas sobre se, em vez de *taça tipo Atalaia*, não se tratará, antes, de uma *taça tipo Odívelas*.

sep. 23) e *c1* (o do rec. da sep. 1). Textura: *C4* (o da sep. 23) e *B1-B2* (o do rec. da sep. 1). Sep. 23 e rec. da sep. 1.

5.2. METAL.

O único objecto de metal encontrado sem ser adorno é um punhal de cobre/bronze, com três rebites quase alinhados horizontalmente e goteira na linha média de cada face da lâmina; zona de encabamento trapezoidal. Comp. 120 mm.; larg. máx. 26 mm.; esp. máx. 2 mm. Sep. 12 (nível superior). (Fig.s 3 e 14).

5.3. ADORNOS.

Duas contas esférico-achatadas de uma substância verde, mineral, de brilho gorduroso, com perfuração cilíndrica; 7 mm. de diâmetro e com as espessuras de 4 e 5 mm.. (Fig. 3).

Uma conta espiralada em ouro com 6 mm. de compr. e 6 mm. de diâmetro máx.. (Fig. 3).

Todas estas contas provieram da sep. 12, nível superior, junto da base do vaso da *forma 15*.

6. RITUAL

6.1. Só duas sepulturas (2 e 23) forneceram peças osteológicas pelo que é impossível estabelecer ilacções sobre o tratamento dado ao morto. Tal escassez parece ser devida à forte acidez do terreno. Nessas duas sepulturas os ossos não mostravam sinais de fogo.

Na sep. 2 (direcção ENE.-WSW.) a calote craniana encontrada situava-se junto do esteio do topo ENE... Na sep. 12, o punhal de cobre, encostado ao esteio N., possuía a zona de encabamento para Este.

6.2. As dimensões das sepulturas obrigam a pensar na colocação do cadáver numa posição não estendida.

6.3. A maior parte das sepulturas não deu oferendas funerárias. Se por um lado tal facto pode ser atribuído a violações (muitas delas já não possuíam tampa), por outro não há dúvida que algumas não

receberam qualquer oferenda (sep.s 2 e 13, com tampa não deslocada). Nas que ofereceram espólio (em número de 8) há a notar:

- a) A maior parte das oferendas é constituída por vasos de cerâmica.
- b) À excepção da sep. 12 cujo nível superior deu 1 vaso, 1 punhal e contas de colar, todas as outras forneceram uma só peça.
- c) Nem sempre os vasos teriam sido colocados inteiros: na sep. 23 surgiu o fragmento da parte superior de um vaso da forma 18a.
- d) A posição do espólio nas sepulturas varia consideravelmente de caso para caso.

6.4. Fora das sepulturas, entre as pedras dos *tumuli*, surgiram abundantes fragmentos de cerâmica *in situ*.

7. VESTÍGIOS DE OUTROS CONJUNTOS.

Além do conjunto de estruturas apresentado e que designámos por *monumento n.º 1*, foram assinalados nas proximidades (a ca. de 100 m. para N. e para W.) outros conjuntos de vestígios da mesma época. O primeiro manifestou-se pelo aparecimento à superfície de muitos fragmentos de cerâmica de pasta e formas idênticas aos encontrados na necrópole; o segundo revelou já uma sepultura do tipo cista.

8. CONCLUSÕES.

8.1. O monumento sepulcral estudado da necrópole da Provença revelou 28 sepulturas do tipo cista; as das zonas melhor conservadas encontram-se no seio de recintos tumulares de planta rectangular, normalmente contíguos e limitados em geral por esteios.

Os recintos tumulares agrupam-se, formando dois núcleos muito próximos, à semelhança do que se pode observar no monumento V de Atalaia⁵.

⁵ H. Shubart — «Atalaia. Uma necrópole do Bronze do Baixo Alentejo», *Arquivo de Beja*, vol. 22, Beja, 1967.

Na Provença está patente o mesmo conceito que presidiu à construção dos monumentos de Atalaia, embora haja diferenças formais que separam as duas necrópoles e permitem integrar a Provença em um outro tipo. Assim, enquanto na Atalaia os recintos tumulares são fundamentalmente circulares ou sub-circulares, limitados por lajes dispostas horizontalmente e predominam as covas, na Provença, como se disse acima, os recintos são rectangulares, limitados por esteios e as sepulturas do tipo cista.

O paralelo mais próximo para a Provença, de um ponto de vista formal, encontra-se em Panoias de Ourique⁶ ainda que nesta necrópole tivesse sido encontrada uma única sepultura com recinto nítido.

8.2. Na construção do monumento n.º 1 da Provença foi possível detectar dois momentos cronológicos, a partir da relação existente entre os diversos recintos.

Do primeiro momento fazem parte as sepulturas e os recintos de orientação N.-S.; do segundo, as sepulturas de orientação E.-W..

É possível que numa fase final do segundo momento tivessem ocorrido reutilizações (caso da sep. 12), bem como intrusões de cistas «degeneradas», formadas por mais de quatro esteios e de planta poligonal (sep. 19).

8.3. O espólio proveniente do interior das sepulturas, ainda que escasso, não contraria essas ilacções. Com efeito, uma das sepulturas consideradas mais antigas do núcleo Sul (a n.º 22), forneceu um vaso liso, cuja forma (n.º 12) faz lembrar o campaniforme; outra, com a mesma orientação (a n.º 18) deu uma *taça tipo Atalaia*. As que se encontram orientadas E.-W. ofereceram, contudo, também *taças tipo Atalaia* e, na sep. 12, no nível correspondente à presumível reutilização, bem como na sep. 19, encontrámos um espólio claramente tardio, perfeitamente enquadrável na fase II do Bronze do SW. Peninsular, segundo as classificações de Schubart⁷.

⁶ J. Leite de Vasconcelos — «Estudos sobre a época do Bronze em Portugal», *O Arch. Port.*, XIII, n.ºs 7 a 12, Lisboa, 1908.

⁷ Hermanfrid Schubart — «Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el Sur y Oeste Peninsular», *Trabajos de Prehistoria*, vol. 28, Madrid, 1971.

8.4. No que se refere ao ritual funerário, além de termos observado o que normalmente se verifica nas necrópoles da Idade do Bronze do SW. (escassas oferendas funerárias em geral constituídas por um vaso de cerâmica, inexistência de incineração, sepulturas cujo comprimento não ultrapassa, em regra, 1,30 m., o que pressupõe que o cadáver não teria ficado em posição estendida) podemos identificar outros indícios habitualmente menos notados: colocação não apenas de vasos inteiros mas também de fragmentos no interior das sepulturas; cobertura da sepultura por um *tumulus* formado por calhaus e fragmentos de xisto (cf. também Atalaia) e frequente deposição de vasos, quer inteiros quer fragmentados, por vezes de grandes dimensões, próprios de povoados, no exterior das sepulturas, entre as pedras dos *tumuli*⁸.

⁸ Encontra-se em curso a preparação da monografia sobre a Provença na qual, além de serem descritas, uma a uma, todas as peças do espólio, serão publicados os resultados das análises antropológicas e outras, como a análise química da terra do interior das sepulturas.

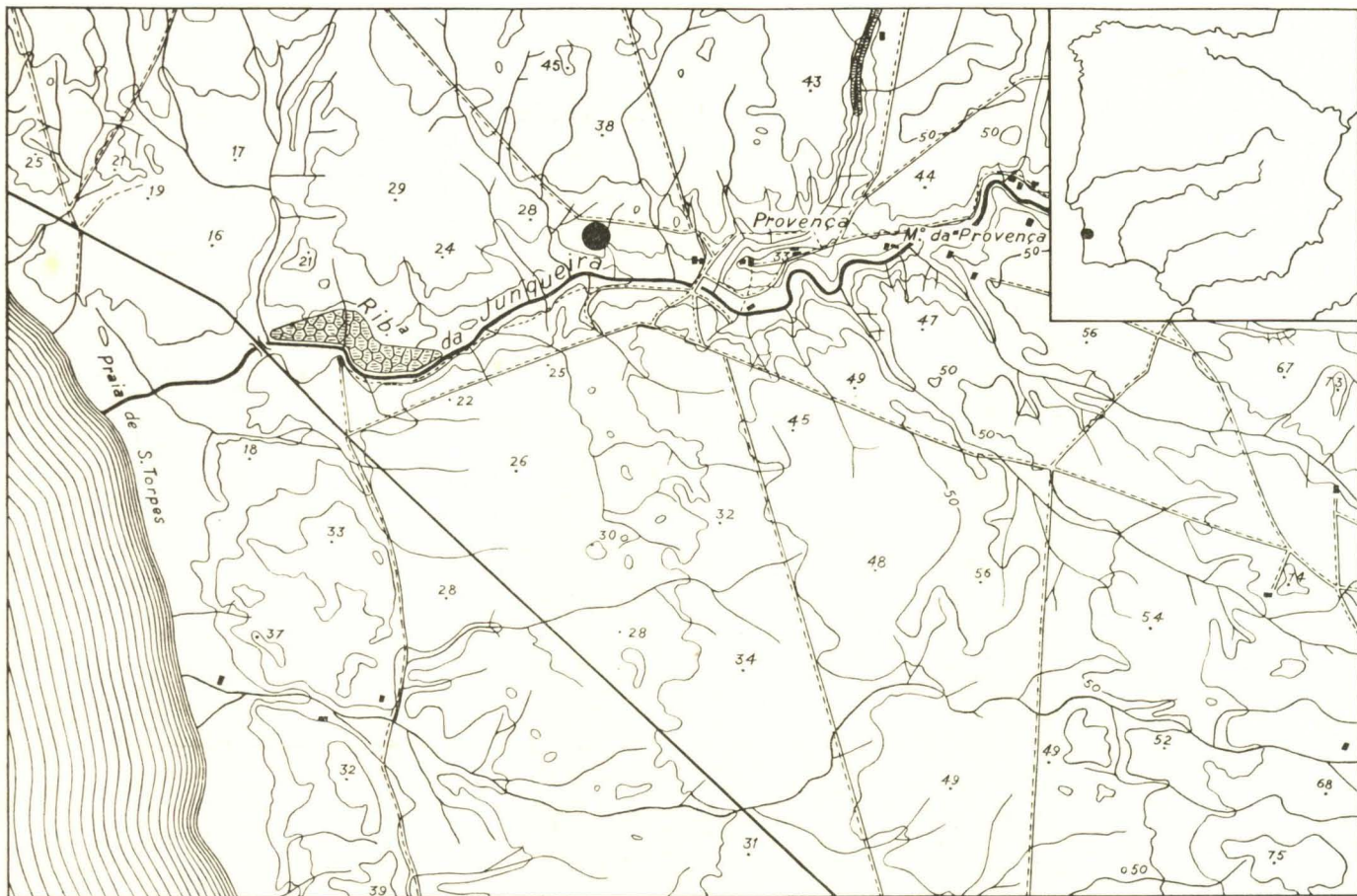


Fig. 1 — Localização da necrópole da Provença na Península Ibérica e na carta de 1: 25.000.

NECROPOLE DA PROVENÇA (SINES)

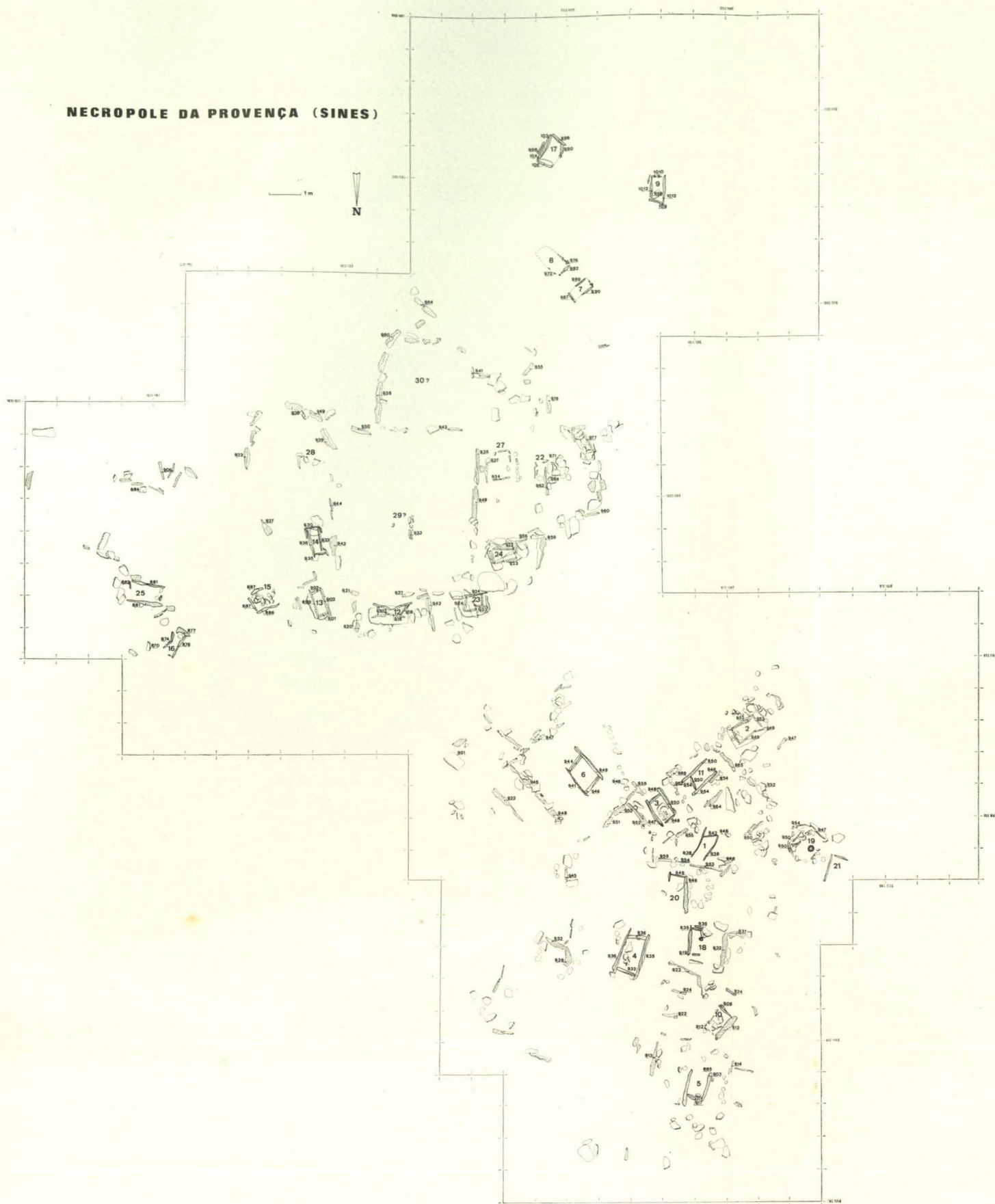


Fig. 2 — Planta do monumento n.º 1 da necrópole da Provença. Não estão representadas todas as pedras encontradas a fim de mais facilmente serem notados os limites dos recintos tumulares.

I

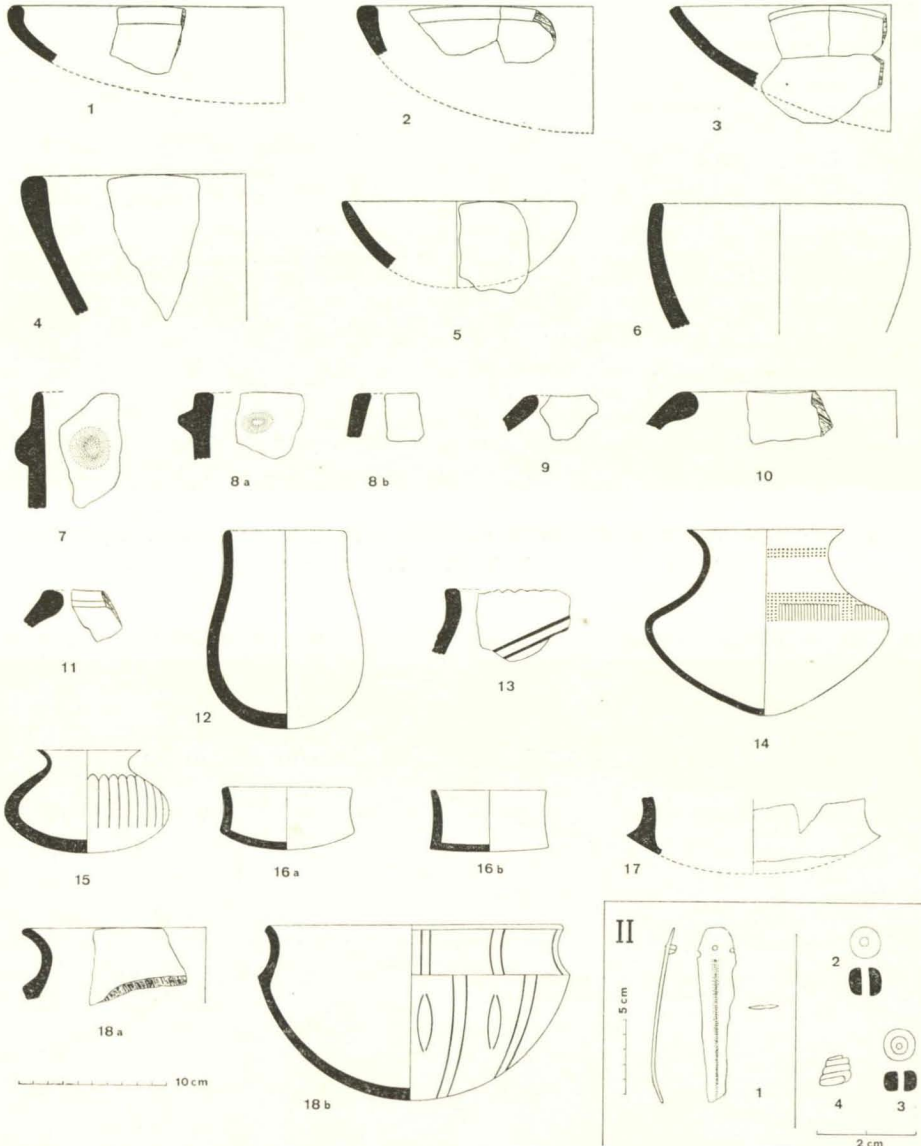


Fig. 3—I—Principais formas de vasos encontrados quer no interior quer no exterior das sepulturas. II—Punhal e contas de colar da sep. 12.



Fig. 4 — Aspecto parcial do núcleo Norte do monumento escavado. Sepulturas 1, 3, 11 e 2.



Fig. 5 — Outro aspecto do núcleo Norte, com as sepulturas 3 e 6.

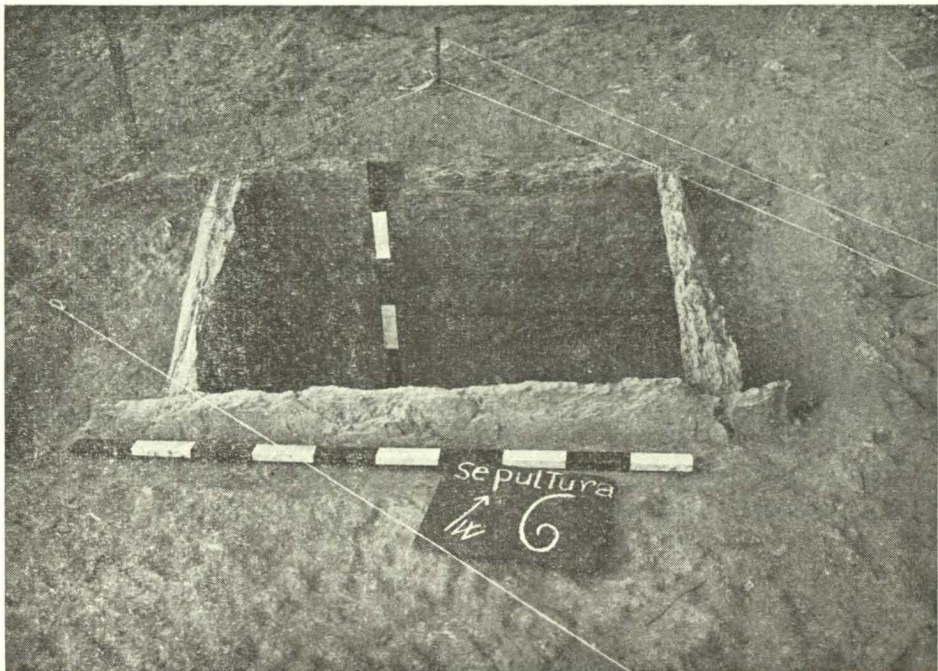


Fig. 6 — Sep. 6 após escavada.



Fig. 7 — Sep. 13 imediatamente depois de ter sido retirada a tampa. De notar que se encontrava incompletamente cheia de terra.

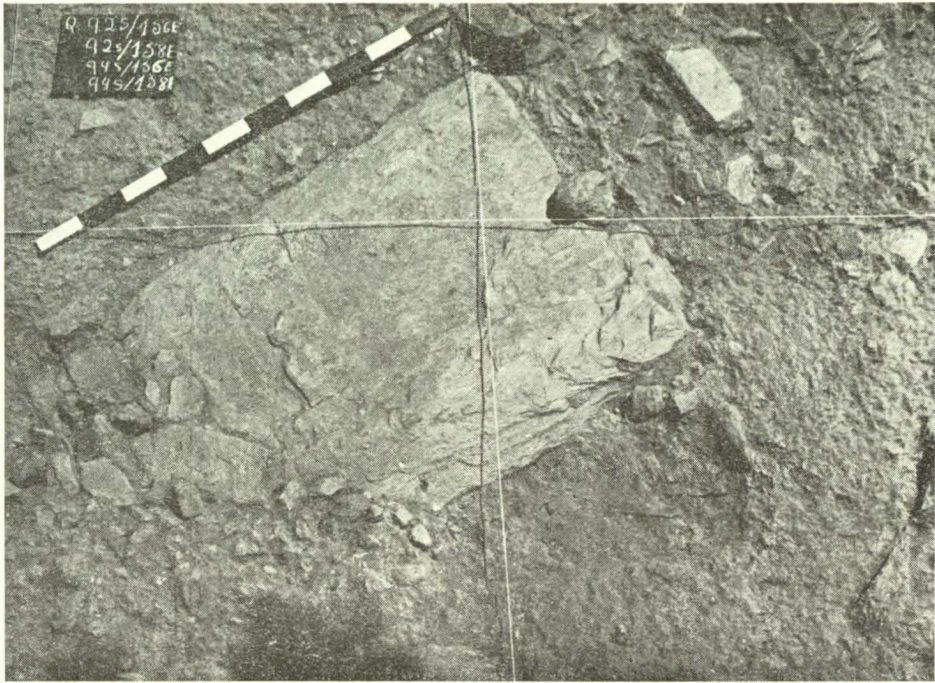


Fig. 8 — Tampa da sep. 2 ainda coberta parcialmente por calhaus do tumulus.

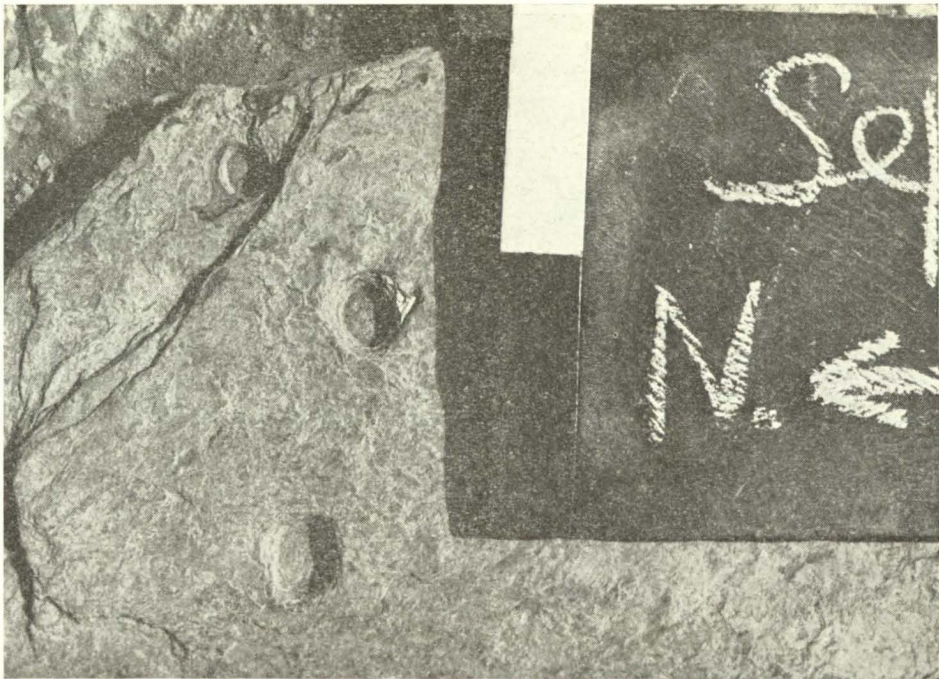


Fig. 9 — Parte da tampa da sep. 23 com três fossetes. (Cada segmento da escala tem 0,10 m.).



Fig. 10—Sep. 18 no momento em que, na metade Sul, foi encontrado o vaso.

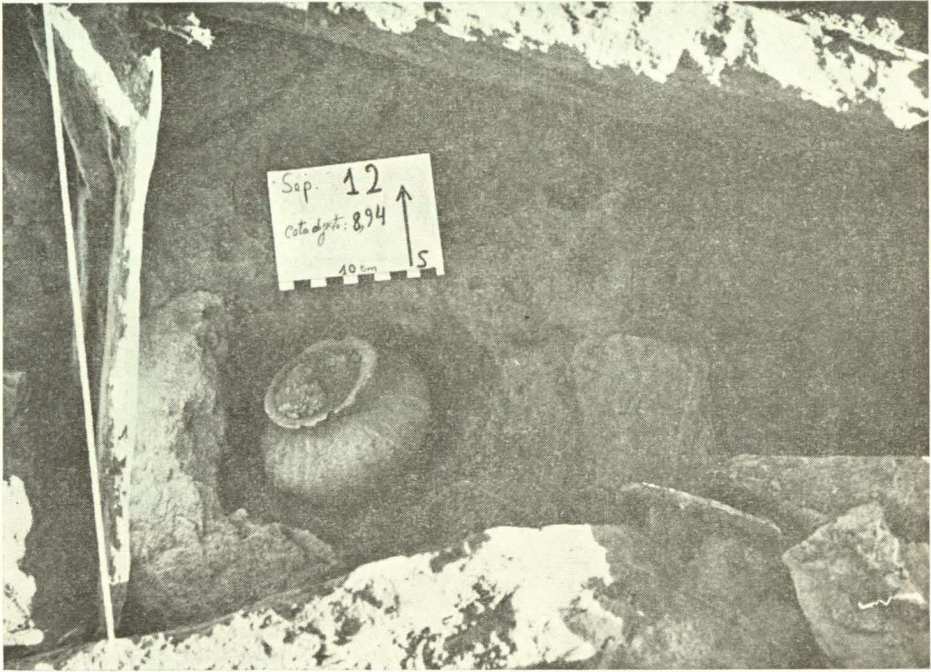


Fig. 11 — Vaso in situ do nível superior da sep. 12.

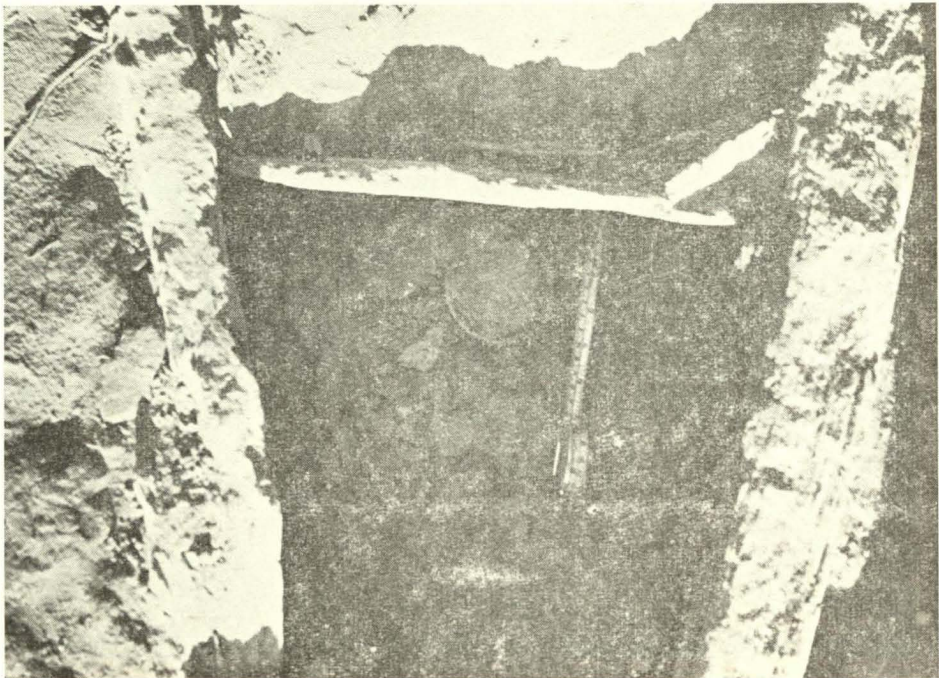


Fig. 12 — Aparecimento do vaso do nível inferior da sep. 12.



Fig. 13 — Vaso in situ da sep. 19.

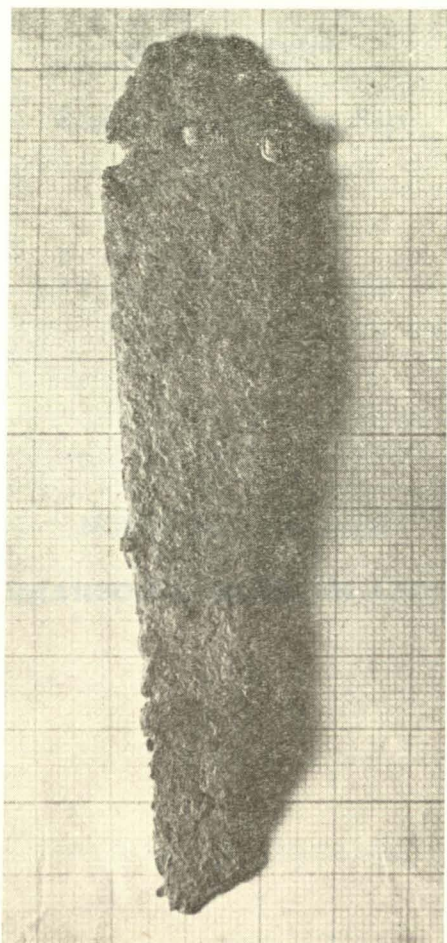


Fig. 14 — Punhal em cobre/bronze

SUBSÍDIOS PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA
EM PORTUGAL

ALGUNS SUMÁRIOS DAS NOTAS DE VÁRIOS TABELIÃES
DA VILA DE TORRES VEDRAS
NOS SÉCULOS XVI A XVIII

(Continuação)

pelo sócio efectivo

Rogério de Figueiroa Rego

NOTAS DO TABELIÃO

BERNARDO DA SILVA DE AZEVEDO

Dote de casamento que fazem Sebastião Ferreira e sua mulher Maria Bernardes, moradores no lugar do Mosteiro de Matacães, termo da vila de Torres Vedras, a sua filha e enteada Apolónia Ferreira da Cunha; para esta haver de casar com o dr. Gaspar de Almeida Trigoso, morador em Carmões, do referido termo, no montante de 6.000 cruzados, entrando nele as legítimas de sua mãe Isabel Nunes e de seu avô Francisco Nunes e de sua avó Maria Fernandes.

O dr. Gaspar de Almeida Trigoso disse que aceitava este dote e que sendo caso que morresse ele primeiro, dotava e doava à dita noiva, o seu prazo do Arralão, foreiro ao Hospital de Todos-os Santos, da cidade de Lisboa, sito na freguesia de Loures.

Testemunhas: o Padre Agostinho Nunes, beneficiado na igreja de Santiago de Torres Vedras, irmão do dotador Sebastião Ferreira, que assinou a rogo de sua cunhada e Domingos Ribeiro e João Alves, moradores no Turcifal.

Escritura de 14 de Novembro de 1640.

Livro de notas de 17 de Outubro de 1640 a 2 de Maio de 1641, fls. 42.

Testamento de Bartolomeu Pacheco de Sande e de sua mulher Maria Serrão Borges, moradores em Torres Vedras.

Manda-se sepultar «por hora em nossa Snora do Rosario não auendo interdito em São Pedro e auendoo o serey em São Migel desta Villa e dally me leuaraõ a minha ossada pera a ermida que mando fazer aonde me faraõ Campa com as minhas armas».

Declara que quer se conduzido na tumba da Misericórdia e acompanhado da respectiva irmandade e que os seus testamenteiros dêem a esmola que lhes bem parecer; também o acompanharão os padres da sua freguesia e os padres de S. Pedro, se for enterrado em N. S. do Rosário, caso contrário, acompanha-lo-ão os padres que aos ditos testamenteiros bem parecer, assim no enterramento como nas mais cerimónias funebres.

Manda que no 7.º dia se lhe façam 3 officios de 9 lições e no 30.º dia uma missa cantada.

Declara que não tem filho nem filha, nem herdeiro forçado «e como asy he instituo de nouo huma Capela da inuocação de nossa snora do amparo a qual dotto todos quantos bens tenho e pessuo e me pertencerem per qualquer uia que seja asim nestes Reynos como na India e mais partes asim prasos como bens mouês e de Raiz com as Condiçoins e Cláusulas aodiante declaradas e taõbem lhe dotta tudo quanto erdar de Lopo de Carualho e de Catarina Serram meos sogros».

Declara mais, que ele e sua mulher, de conformidade, fazem este testamento «que terá as forças de dotte pera que nenhum de nos o possa reuogar em nenhum tempo a qual Maria Serram taõbem dota a Cappela que de nouo instetuimos todos quanto e bens lhe cabem e pertensem a seu quinhaõ asy dos que estamos de posse como dos que estiuermos asy prasos como mouens como de Raiz e isto com declaração que todos os bens que ella erdar de seu Pay como de sua may asy prasos como Capelas bens mouens e de Raiz como os Casais das Areias e Zimbral tudo que lhe couber a seu quinhaõ os comera e fara delles o que lhe bem uier em sua uida e pera depois de sua morte».

Mais declaram que o instituidor sobrevivo ficará com o usufruto de 40\$000 reis de juro e com os rendimentos da uinha de Arenas e das casás de Carcavelos e tanto que herdar os Casais de Areias e Zimbral «e mais bens que ora come e esta de posse Caterina Serram nossa may e sogra entaõ o instetuidor que uiuo for naõ Comera mais os quarenta mil res, uinha nem Casas antes se Compraraõ bens ou juros pera a ditta Cappela cujos rendimentos se passaraõ na ditta Capela».

Querem eles instituidores que a referida capela de Nossa Senhora do Amparo, «se faça na nora defronte dos Canos que nos esta arema-

tada por justiça per huma execução que fizemos a Lopo Carualho nosso pay e sogro e auendo impedimento que nos detenha a fazer logo esta Capela o instituidor que uiuo for podera escolher e Comprar sitio pera se fazer esta Capela».

Depois de dotarem à referido capela vários bens móveis e de raiz, para seu ornato e sustentação «declaram elles instetuidores que querem e haõ por bem que esta ermida seja algum tanto maior que a de nossa snora do Rosario e que o arco seja de pedraria mas que seja de abobada e de gesso ou Tabique e que tenha huma sancristia de bom tamanho e junto huma casa pera despejos das Cousas neessarias a ditta ermida e otrosim mais faraõ junto a ermida tres Casas pera morar nellas o ermitaõ com ermittoa que esteraõ cuidando desta Cappela e teraõ taõbem a fora da sua porta outra que ua por dentro pera esta ermida e auera Coro como em n.s. do Ameal e o Coro como a Sacristia sera abobeda de jesso do mar e por sima tudo Rebocado e goarnesido com cal como a Capela e declara que a Capela ha de ser de Abobeda e orjar (?) de Tejolo».

Deixam por administradores da dita capela o Juiz de Fõra que servir na vila de Torres Vedras e o Provedor da Santa Casa da Misericórdia, por cujo trabalho lhes dotam em cada ano 1 carneiro e 12 galinhas.

Declaram que Manuel Antunes, tem obrigação de lhes dar 1.000 cruzados, os quais dotam à dita capela para aquisição dos seguintes objectos: 1 lampada de prata, um calice, uma naveta e galhetas, tudo em prata e mais ornamentos e ainda para «hum sino bom e huas gani-das e se tangeram todos as ueses que se disser miça».

«Declaram elles instetuidores que elles deixaõ a Antaõ do Canto seu Testamenteiro os seruiços que seu filho Manoel Pacheco fes na India a sua Magestade cujos papeis tem em sua Casa, como todos os mais seruiços que Lopo Carualho pay e sogro delles instetuidores os quais seruiços se acharaõ na sacrataria».

Declaram mais que o referido Manuel Pacheco, seu filho, morreu na Índia, na ruina de Cochim, casado e sem filhos e dele foram herdeiros, cujos bens dotam à referida capela de N. S. do Amparo.

Outrossim declaram que Antão do Canto, seu testamenteiro será tambem administrador da capela conjuntamente «com os mais dois

arriba nomeados o qual auera taõbem dos Rendimentos da ditta Capella hum carneiro e huma dusia de galinhas».

Este testamento foi feito e assinado pelos dois testadores aos 10 de Dezembro de 1640 e aprovado pelo tabelião Antõnio dos Rios, aos 4 de Fevereiro de 1641, na presença das testemunhas Martim Gomes, Matias Delgado, Pero Rodrigues, beneficiado Pero Henriques e João Alves, criado do dito tabelião, todos moradores em Torres Vedras.

Aos 28 de Fevereiro de 1641, foi aberto pelo juiz ordinário de Torres Vedras, Francisco do Rêgo Gorjão e por despacho do mesmo a requerimento da viuva, foi transcrito o citado testamento nas notas de Bernardo da Silva de Azevedo, tabelião delas na vila de Torres Vedras, aos 15 de Março do dito mês e ano.

Mesmo livro, fls. 106.

332

Procuração que deu a Camara da vila de Torres, representada pelo Juiz de Fóra, Licenciado Manuel de Barreiros Coutinho, os vereadores Brás de Aguiar Semedo, Manuel do Regõ de Magalhães e Sebastião de Almeida de Seixas e o procurador do Concelho Bartolomeu Barreiros Baracho, aos eleitos «em nome da dita Camara e pouo desta villa e termo» na reunião de 15 de Agosto, respectivamente o capitão João de Figueiroa Rego, morador na quinta de Vale de Mendares e Alvaro da Vaza Serrão, morador na sua quinta da Chapuceira, tudo termo da citada vila, para que estes nas Côrtes «que El Rey Dom João o quarto que Deus guarde tinha ordenado na Cidade de Lisboa em quinze deste presente mes», em nome da dita Camara e povo «possam assistir nas ditas Cortes todo o tempo que for necesario e nellas requerem tudo o que a bem do dito pouo e Reyno comprir».

Testemunhas: Simão Ramalho, morador na vila e Domingos Alves, porteiro da Camara.

Escritura de 7 de Setembro de 1642.

Livro de 7 de Maio de 1641 a 19 de Maio de 1643, fls.

Dote de Isabel do Rego, solteira, e seus sobrinhos Manuel do Rego e Jacinto do Rego, moradores no lugar do Maxial, termo de Torres Vedras, a sua sobrinha e irmã Maria Botelho, casada com Manuel de Pina da Cunha, «caualeiro do Abito de São Bento de Auis», morador outrossim no referido lugar.

O dote, prometido antes do casamento, era do montante de 4.000 cruzados, entrando nele a legitima da noiva e a terça de sua mãe, de que os noivos já estavam de posse, faltando, portanto, 588\$967 reis, que foram satisfeitos da maneira seguinte: — ela dita Isabel do Rego, dotou a noiva, sua sobrinha em 250\$000 reis em bens de raiz e os ditos Manuel do Rego e Jacinto do Rego, seus irmãos dela noiva, dotaram-na em 338\$697 reis em bens de raiz.

Testemunhas: Diogo Machado, cirurgião, morador no Maxial, Antonio Rois Girão, morador em Monte Redondo e Antonio Ferrão, criado de Manuel de Pina da Cunha.

Escritura de 29 de Fevereiro de 1649.

Livro de 2 de Dezembro de 1648 a 27 de Abril de 1649, fls. 83.

Contrato de dote e casamento feito nas «pousadas de Manoel de Sequeira beneficiado na igreja de São pedro desta ditta villa de Torres Vedras» entre Nicolau Bernardes Gorjão, em seu nome e de Mariana de Sequeira, sua mulher, moradores no lugar da Enxara do Bispo termo da dita vila, de um lado e do outro Manuel do Rego de Magalhães, viuvo, morador na sua quinta de Vale de Mendares do dito termo, para efeito de casarem Maria de Sequeira, sua filha com o capitão João de Figueiroa Rego, filho mais velho do citado Manuel do Rego de Magalhães e de sua mulher Catarina de Figueiroa, já falecida.

Testemunhas: padre Cristovão Jacome da Rocha, beneficiado na igreja de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, o licenciado João

Febo Henriques, advogado na dita vila e Pero Henriques, outrosim beneficiado na igreja de S. Miguel.

Escritura de 1 de Março de 1652.

Livro de notas do ano de 1652 a fls.

335

Aforamento e emprazamento que fazem o capitão D. Alonso de Buitrago, cavaleiro do Habito de S. Bento de Avis e sua mulher Antonia de Sampaio, moradores na vila de Torres Vedras, de um pinhal sito no «lemite desta vila nos Ameais», a João Alvares Pinhão, trabalhador e a sua mulher Ana Martins moradores na dita vila.

Escritura de 30 de Novembro de 1654.

Livro de 1 de Novembro de 1653 a 22 de Dezembro de 1654, fls. 180 verso.

336

Procuração que deu Maria Pinto Rebelo, viuva de Francisco de Orta de Carvalhosa, moradora no lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, a seu filho Diogo Rebelo, para que este em seu nome possa procurar, requerer e defender em todas as cauzas, feitos e demandas em que ela seja autora ou ré e para que possa vender umas vinhas e terras que ela possui em S. Gregório, termo da vila de Obidos, a quem quizer e pelo preço que lhe bem parecer.

Escritura de 8 de Agosto de 1656.

Livro de 4 de Janeiro de 1656 a 28 de Outubro de 1656, fls. 107.

337

Dote de casamento que fazem Bernardo Teixeira de Freitas, juiz dos direitos reais na vila de Torres Vedras e sua mulher Maria Trigueiros, moradores no lugar do Mosteiro de Matacães, a seu filho João

de Freitas da Cunha, para efeito deste casar com Margarida Botado de Almeida, irmão da dita Maria Trigueiros e de Bebiana do Rego.

Os pais do noivo «largaõ logo de oje pera todo sempre os bens que saõ da Capella que instetiuo Francisco Roiz da Cunha auo da ditta futura noiua sitos no lemite do ditto lugar do Mosteiro de matacões» e o pai renuncia o officio de juiz dos direitos reais.

Maria Trigueiros, irmã da noiva dota-lhe «tudo o que podia erdar do ditto seu marido asim os adqueridos como de Arras e tudo quanto possue ...»; e a irmã Bebiana do Rego dota-lhe tudo quanto possui e herdou de seus pais.

Testemunhas: o capitão João de Figueiroa Rego, morador na sua quinta de Vale de Mendares, onde foi celebrada a escritura, primo da noiva, o padre Frei Francisco da Assunção, religioso capucho do Convento de S. Miguel de Obidos e Nicolau Bernardes Gorjão, outrossim primo da noiva, morador na Enxara do Bispo.

Escritura de 22 de Outubro de 1657.

Livro de 31 de Outubro de 1656 a 7 de Novembro de 1657, fls. 131.

338

«Doação remuneração e desistensia que faz Maria Pestana dona ueuua de Gaspar Gallette» escrivaão que foi da Legacia de Lisboa, moradora na Ribeira de Pedrulhos, termo de Torres Vedras a seus filhos Margarida Figueira, casada com Baltasar de Andrade Barriga, morador no dito lugar, Jeronima Pestana, «dona ueuua do sargento mor Belchior do Crato» e Mariana Pereira, solteira, moradores em Lisboa e Antonio Gallette morador do dito lugar do «uzo e fruto dos Rendimentos e prinsipal dos dittos dous mil cruzados» de arras que o referido seu marido lhe dotou em casamento, por sua morte, em vida dela, ficando depois do passamento dela dotadora, «aos filhos que no tal tempo houessem do ditto matrimonia».

Testemunhas: o licenciado Manuel de Sequeira Bernardes beneficiado da igreja de S. Pedro de Torres Vedras, o licenciado Jacinto

Franco, clérigo de missa e Fernão Nunes, todos moradores da referida vila.

Escritura de 26 de Março de 1658.

Livro de 7 de Novembro de 1657 a 29 de Novembro de 1658, fls. 87.

339

«Fiança depositaria e obrigação» que prestou o capitão João de Figueiredo Rego, viuvo, morador na sua quinta de Vale de Mendares, termo da vila de Torres Vedras, para efeito de Helena de Freitas, viuva de Luis Henriques de Almada, morador na vila de Obidos, mãe de Mariana de Freitas «orfam menor a qual ficou erdeira de seu tio Luis dalmada Henriques, morador que foy no lugar da Ponte do Rol», poder ter em sua companhia «doutrinala e sustentala a sua Custa de que não bastaria os Rendimentos da dita fazenda e eransa» pelo que requereu a El-Rei «pedindolhe lhe fizesse merce mandar pasar Prouisão pera que fosse Tutora da ditta sua filha e lhe fosse entregue com seus bens e eransa na forma Custumada».

Os bens da referida herança importavam em 828.754 rs. dos quais ficou por fiador o citado capitão João de Figueiroa Rego que para tal fim hipotecou algumas propriedades em diversas freguesias do termo de Torres Vedras, no valor de 1.170\$000 reis.

Testemunhas: Antonio Ferreira, barbeiro, morador na Ponte do Rol e Francisco Alvares, trabalhador, morador na Gondrozeira.

A escritura datada de 15 de Outubro de 1658, foi outorgada no lugar da Ponte do Rol, «nas Casas em que morou o dito Luis dalmada Henriques» e continuada na dita quinta de Vale de Mendares.

Mesmo livro a fls. 165.

340

Dote de casamento que fazem Francisco Botelho de Lemos e sua mulher Filipa da Cunha Soares, moradores em Torres Vedras a sua filha Isabel Soares da Cunha, para efeito de casar com Nicolau da Mota

de Foios, morador na Atouguia da Baleia, de 2.000 cruzados em bens de raiz.

Também o tio da noiva Martim Botelho de Lemos, beneficiado na igreja de Santa Maria do Castelo da dita vila, lhe dotou 100.000 rs. em dinheiro de contado.

O noivo aceitou este dote e comprometeu-se a deixar à noiva por sua morte, não havendo filhos do casal, a quantia de 100.000 rs. de arras.

Escritura de 22 de Outubro de 1658.

Livro de 7 de Novembro de 1657 a 29 de Novembro de 1658, fls. 35 (159 + 35).

NOTAS DO TABELIÃO

CAETANO ALBERTO DE MAGALHÃES

Na Secretaria Notarial de Torres Vedras

341

Venda que fazem o dr. Tomaz Nunes da Costa e mulher Paula de Mendonça e Silva, moradores na sua quinta do Varatojo, termo da vila de Torres Vedras, por seu procurador Gonçalo José Nunes de Mendonça, seu filho, de um foro de 20 alqueires de cevada e duas galinhas, imposto no Casal Grande, do lugar da Zibreira, composto de varias propriedades de terras, vinhas e olivais, ao padre Antonio Feliciano Benzi, morador na vila de Torres Vedras, pelo preço de 76\$000 rs., livres de sisa e mais custas para eles vendedores.

Em razão dos vendedores terem mais de 60 anos e a dita venda poder causar duvidas a seu herdeiros, todos deram nesta escritura os seus consentimentos. Eram eles Emerenciana Maria de Mendonça,

Gonçalo José Nunes de Mendonça, Senhorinha Madalena Francisca de Mendonça e seu marido João José Morato.

Escritura de 2 de Julho de 1778.

Livro de 29 de Junho de 1778 a 1 de Julho de 1779, fls. 3.

342

Venda que fazem o capitão Gregório Nunes Monteiro, morador na sua quinta das Fontes, termo de Torres Vedras, e sua mulher Maria Madalena Isabel de Andrade, de um mato com alguns pinheiros, sito na Relhaboixa, termo do Ramalhal, a Manuel Henriques, morador em Torres Vedras, criado na casa de Francisco Ferreira, administrador do relego do marquês de Penalva, pelo preço de 6\$400 rs. livres de sisa e mais custas para os vendedores.

Escritura de 1 de Julho de 1779.

Mesmo livro, fls. 147.

343

Dote e contrato de casamento que fazem Manuel Joaquim de Figueiroa Rego, morador em Torres Vedras e Ana Gertrudes Correia de Bulhões, moradora na mesma vila, pelo qual ele declara que «he senhor e pessuidor de hum vinculo e Morgado e não tem bens livres que possa dar por titulo de arras a ella futura noiva e dezejando pelo modo possivel suprir esta falta se lembra de que atendendo ao bom estabelessimento da Caza que fazem os bens de huma e outra parte com probabelidade succedera que se aumente com adqueridos constante o matrimonio e como nesta qualidade de bens haviam de ser meeiros elle outorgante de ja para o tempo do obito de qualquer delles Renuncia sede e transfere nella futura noiva todo o direito que tenho e possa ter na ametade dos ditos bens para que todos *in solidum* lhe pertençam».

A noiva dota-se a si mesma com vários bens moveis e de raiz situados na vila e, entre eles, as casas onde mora «na rua que vay

para os Canos»; outra morada de casas defronte da igreja de S. Pedro que parte do norte com rua que vai para a Praça; o casal do Cabrito, foreiro à igreja de Santiago; dois pinhais junto aos Ameais, etc..

Testemunhas: o Padre Baltazar Correia e José Gomes de Miranda, cirurgião, ambos moradores na dita vila.

Escritura de 10 de Janeiro de 1789.

Livro de 2 de Julho de 1779 a 20 de Junho de 1780, fls. 92.

344

Procuração que concedem Antonio Joaquim Soares Barriga de Melo e sua mulher Ana Eufémia Liberata de Figueiroa Rego moradores em Torres Vedras, a Antonio Furtado de Mendonça, assistente na Ilha de Sam Miguel, «para que possa em seus nomes como se elles presentes fossem em a Ilha de Sam Miguel e Villa de Agoa de Paõ ou da Alagoa e aonde mais que com esta se achar procurar e requerer as legitimas de seus Avós o Doutor Jeronimo Soares Barriga e Donna Arcangela Getrudes da Matta».

Testemunhas: o dr. Joaquim José de Almeida e Manuel Pinto, dizimeiro.

Escritura de 20 de Junho de 1780.

Mesmo livro a fls. 149.

345

Venda que fazem José Antonio Bernardes e sua mulher Maria de Jesus, moradores em Lisboa, por seu procurador Luiz Alves de Silva, alfaiate, morador no lugar do Varatojo, termo da vila de Torres Vedras, a Ana Gertrudes Correia de Bulhões, mulher de Manuel Joaquim de Figueiroa Rego, «vereador mais velho do Senado da Camara que pela ordenação serve de Juiz de Fora, Orfãos e Sizas nesta villa de Torres Vedras», de um olival situado à Ribalta «mistico a outro oliual do ditto Manuel Joaquim de Figueiroa Rego», pelo preço de 33\$600 reis forros de sisa e mais custas para os vededores.

Testemunhas: o reverendo Beneficiado João Lopes Serrano e Manuel Francisco Leal, «com loja de mercador, ambos desta villa». Escritura de 24 de Julho de 1783.

Livro de 2 de Janeiro de 1783 a 7 de Setembro de 1783, fls. 110 verso.

346

«Dona Maria por graça de Deos Rainha de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhora de Guiné, etc. Faço saber que Carlos Jozé da Fonseca e Campos da Villa de Torres Vedras Advogado nos Auditorios della Me representou por sua petições que elle hera pessoa da nobreza e governança da mesma Villa que muitas vezes tinha servido de Veriador mais velho e mais mosso e actual Sindico da Camara filho legitimo de Joaõ Nunes da Fonseca Cavaleiro Profeço do Habito de Sam Tiago e vendece adientado em annos solitario e sem familia que lhe assiste e o ajudace na administraçam da sua Caza que hera huma das que se compunha de mais bens e fazendas alem da grave dependencia do tracto da sua pessoa se rezolvera a tomar estado do Matrimonio e fazendo para elle Elleição de Dona Francisca Bernarda Magdalena da Sylva Trigueiros filha legitima do Doutor Antonio Cypriano da Sylva Trigueiros Guarda Livros da Alfandega desta Cidade aonde hera morador e servia o ditto officio e de sua mulher Dona Maria Antonia Perpetua da Sylva assistente na ditta Villa em cuja companhia vivia a dita Dona Francisca não tivera esta duvida em convir na pertença do Suplicante nem tambem a dita sua Mãy porem dependendo da licença e concentimento de seu Pay que sempre devia procurar como boa filha ainda que não estivera como estava obrigada pella Ley Novissima em razão de não ter vinte e cinco annos com effeito se lhe pedira não so da parte do suplicante mas da dita sua filha que a esse fim lhe escrevera expondo-lhe as comodidades que lhe propunhão de cazamento e sem resposta alguma fora despedido o portador da Carta quando devia aplaudir a occaziaõ que se lhe offerecia com o suplicante que não hera de inferior qualidade nem menos abastado antes com muita defferença de que se colegia ser negado absoluta e obstinadamente o concentimento nos termos advertidos pela Ley novis-

sima de vinte e nove de Novembro de mil setecentos setenta e cinco sendo muito conforme ao Juizo dos prudentes que a repugnancia procedia de odio a sua mulher concebido de ella se opor aos estragos da sua Caza e prejuizo a seus filhos e conciderar que tinha grande gosto no Cazamento de sua filha do qual a queria privar cego da sua paixão e por todos estes motivos Me pedia lhe fizesse Merce conceder Provizão de licença para se poder concluir e Effectuar o ditto Matrimonio e visto o que alegou e informação que se houve pello Corregedor da Comarca de Torres Vedras ouvindo o Pay da Suplicada que impugnou este Requerimento. Hey por bem Suprir a falta do concetimento do Pay da Suplicada que injustamente repugna para o effeito de que se tracta cumprindo esta Provizão como nella se contem de que se pagou de novos direitos quinhentos e quarenta reis que se carregaraõ ao Thezoureiro delles a folhas cento e sete do livro primeiro de sua receita e se registou o conhecimento em forma no livro quarenta e dous do Registo a folhas cento e quinze verço. A Rainha Nossa Senhora o mandou pellos Ministros abaixo assignados do seu Concelho e seus Dezembargadores do Paço Thomé Lourenço de Carvalho a fez em Lisboa a vinte e tres de Fevereiro de mil setecentos outenta e seis annos. De feitio desta outo centos reis e de assignar outo centos reis. Antonio Leite Pereira de Mello Vergollino a fez escrever.

Thomaz Antonio de Carvalho Lima Castro — José Alberto Leitaõ — José Ricalde Pereira de Castro».

Pela escritura de dote datada de 5 de Março de 1786, verifica-se que o dr. Carlos José da Fonseca e Campos, tinha mais de 70 anos e era viuvo de Dona Aurelia Catarina de Tavora e que a noiva tinha apenas 20 anos e fôra baptisada na cidade de Lisboa, na freguesia de S. Pedro de Alfama.

Livro de 30 de Outubro de 1785 a 2 de Fevereiro de 1786, a fls. 64 verso.

347

Venda que fazem o Sargento-mor José Cordeiro de Oliveira, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, morador no lugar da Freixofeira, freguesia do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, e sua mulher

Maria Joaquina Doroteia de Oliveira, de varias propriedades de raiz, sitas no lugar do Vimeiro, que lhe pertencem por falecimento de sua mãe Micaela Arcangela de Oliveira, que lhas deixou em propriedade e em usufruto a seu irmão, tio dêle constituinte, o Padre Jacinto José de Oliveira, já falecido, pelo preço de 300\$000 reis livres de sisa, a Miguel Lourenço Peres, homem de nogocio da praça de Lisboa, em cuja cidade tem sua habitual residencia e de presente na sua Quinta de Macheia, termo da dita vila.

Escritura de 23-10-1786, na qual tambem outorgou como immediato sucessor na casa de seus pais, José Joaquim de Araujo Aranha e Oliveira, filho mais velho do sobredito Sargento-mor.

Mesmo livro a fls. 136.

348

Novo aforamento, em três vidas, que fazem os Padres do Convento de Nossa Senhora da Graça, de Torres Vedras, de um prazo de livre nomeação, constituido por terras nos Almagens e no sitio da Lapa, limite do lugar do Paul e mais terras nos Carrascais, limite do lugar do Varatojo e outras mais terras ao Sarges, limite da dita vila, foreiro ao referido Convento em 20 alqueires de trigo cada ano, a Maria Rita Barbara da Ponte, casada com Roque Caiado de Gamboa, moradores na mesma vila.

A ultima possuidora do citado prazo fora Luiza Teresa de Macedo, mãe da dita D. Maria Rita, pertencendo a esta, como sua única filha e herdeira, o direito à renovação do aforamento.

Outorgaram na escritura pelo Convento o Prior Frei José de Jesus Maria e os mais Padres e por D. Maria Rita seu procurador o dr. António Júlio Ramires Figueira, aos 26 de Janeiro de 1787.

Livro de 2 de Novembro de 1786 a 19 de Junho de 1787, fls. 49.

349

Amigavel composição entre Maria Barbara de Almeida de Figueiroa Rego, viuva do dr. Ricardo Ezequiel de Carvalho e sua enteada Inês

Maria Perpetua de Carvalho, filha natural do referido dr. Ricardo e mulher do capitão Salvador Francisco Mateus Duran, todos moradores em Torres Vedras.

Após profiadas demandas com motivo nas partilhas dos bens que ficaram por morte do dr. Ricardo, chegaram a acordo, ficando D. Inês Maria e seu marido o capitão Salvador, obrigados a dar, anualmente, à viuva 14\$000 reis, em vida desta sòmente.

Outorgaram na escritura o dr. Joaquim José de Almeida, pai de Maria Barbara, como seu procurador e o capitão Salvador Francisco Mateus Duran, como procurador de sua mulher.

Testemunhas: o padre Francisco Ferreira de Sales e Paulino Inácio da Silva, ambos moradores na dita vila.

Escritura de 24 de Julho de 1788.

Livro de 20 de Maio de 1788 a 28 de Abril de 1789, fls. 25 verso.

350

«Novo afforamento em tres vidas», que fazem o Prior da Igreja de S. Pedro de Torres Vedras, Padre Bento José Vicente Mateus Duran e os Beneficiados da mesma, Padres Constantino Mendes de Gouveia Zagalo, Nicolau Cabral de Resende, Antonio Cabral de Resende e Gregorio Francisco Mateus Duran, de um prazo que consta de «vinha sito junto a quinta chamada do Infesto», ao reverendo Beneficiado João Malaquias de Figueiroa Rego, morador nesta vila, pelo foro de «duas galinhas e o terço de toda a novidade que der o terreno do ditto prazo como nelle succedeo Dona Anna de Figueiroa Rego em ultima vida», já falecida, irmã do dito Beneficiado, a quem «como unico irmão Varaõ pertence pella Ley do Reyno a successão do mesmo prazo».

Testemunhas: o Padre João Vito Ferreira, tesoureiro da referida igreja e João Ramos, barbeiro, ambos da dita vila.

Escritura de 1 de Setembro de 1791.

Livro de 15 de Abril de 1791 a 2 de Dezembro de 1791, fls. 62.

NOTAS DO TABELIÃO
FRANCISCO DE ALMEIDA

351

Procuração que concedem D. Francisco de Buitrago, D. Amaro de Buitrago e D. António de Buitrago, filhos de D. Alonso de Buitrago, moradores em Torres Vedras, a Diogo da Mata de Barros, morador em Lisboa, para que este «posa ser sitado em seus nomes pera a cauza das partilhas que o dito seu pay dom Alonso de Buitrago tem com elles outorgantes».

Testemunhas: Pascoal Francisco e Francisco Pinheiro, albardeiro, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 29 de Março de 1664.

Livro de 5 de Abril de 1663 a 8 de Junho de 1664, fls. 182.

352

Em nome de deos amen. Saibão quantos este publico instrumento e constituição de patrimonio e pella uia que em derejto mais ualha uirem, que no Anno do nacimiento de nosso senhor Jezu cristo de Mil e seis sentos e sesenta e quatro Annos aos noue dias do mes de agosto do dito Anno nesta uilla de torres uedras e nas cazas de morada de dom Alonso de Bujtrago aonde eu tabaliaõ aodiante nomeado foj e loguo sendo ahi presente o dito dom Alonso de Buitrago e bem asim seu filho dom Frãncisco de Buitrago e loguo pello dito dom Alonso de Buitrago foj dito a mim tabaliaõ em prezenca das testemunhas aodiante nomeadas e assinadas que Gonsalo Morejra de Altero o Uelho e Margerida de Araujo seus sogros moradores na cidade do Salvador da Bahia de todos os santos mandaraõ se comprassem humas cazas de suas terças ate quantia de trinta mil rs. os quais deixarã em Capella pera sempre com obrigação de duas Missas Rezadas cada semana da qual seria primeira administradora sua filha Maria Moreira e que

falecendo sem filhos sosederia huma de suas filhas Ageda Moreira ou Isabel de Araujo qual dellas estiuesse por Cazar ao tempo do falecimento da dita Maria Moreira e que estando ambas cazadas sucedera na administração Izabel de Araujo sua filha mais moça em cuja desendencia andaua a dita Capella e que falecendo primeiro a dita Margarida de Araujo sua sogra o dito Gonçalo Morêjra de Altero tratara de cazar a dita sua filha Izabel de Araujo com elle outorgante como em efeito cazou e lhe dotou entre bens hua terça que tinha obrigada ao dito legado das missas pella qual Rezão ficara Rezuluto hum dos Annuais das Missas ficando so catiuo o da dita sua soura pera cuio efeito se depositaraõ loguo trezentos Mil rs. e porque elle outorgante depois de entrar na admenistração por meo da dita sua molher Izabel de Araujo se ueio do Brazil pera este Rejno com a dita sua molher per se auer entrado aquela terra de olandezes e uieraõ pera a uilla de torres uedras aonde eraõ moradores aonde com anthoridade da santa se apostolica constetuiroã o Annual de missas no conuento de Santo Agostinho desta uilla e ao emcargoo della a sua quinta dos ameaes sita no destrito e termo desta uilla que Rende hum anno por outro trinta Mil rs e ualera seiscentos Mil rs e auincularã o dita Capella e porquanto a dita sua molher Dona Izabel de Araujo he falecida e succedeo na admenistração o dito seu filho dom Francisco de Buitrago de cuia pessoa e bens elle outorgante he legitimo admenestrador e com o fauor diuino elle se quer ordenar de ordens sacras a titulo da dita Capella a que a dita Capella digo quinta está auinculada e porque o ualor della he de seis sentos mil res e ficão os mais filhos e coherdejros defraudados em trezentos mil res por a obrigação da capella instituida pela dita sua sogra não ser mais que de trezentos mil res comtudo elle outorgante queria que a dita quinta Redondamente dos sesmos adentro com suas cazas misticas que he a que ora traz de Renda Francisco Gonçalves ficasse ao dito seu filho Dom Francisco de Buitrago a esta prezente e aceitante pera lhe servir de titulo e patrimonio com declaração de compensar o ualor dos trezentos mil res na legitima que lhe tocar per parte da dita sua may e se não chegar a dita quantia se prefara pella terça delle outorgante pera asim lhe ficar a dita quinta Redondamente com seus Rendimentos pera titulo de seu patrimonio e que pera o mesmo efeito desde logo disse elle outorgante sede e tres-

paça no dito seu filho dotado todo o dominio posse e derejto que por qualquer uia lhe pertencer e tocar possa da dita quinta e quer que loguo tome posse della e sendo nesenario desde logo lha ha por dada e emquanto a não tomar se constitue por seu simples colono e inquilino uzufutuuario cazeiro ate tomar a dita pose Realmente e com efeito pela o que lhe da cede trespaça todas as suas açoens Reais e peçoais atiuas e paciuas presentes e futuras uteis e todo o Remdio de derejto que lhes toca e tocar pode per qualquer uia Rezão que seia e pello ditto dom Francisco de Buitrago seu filho dotado foj dito que elle acejtaua a doassão ceção e trespaço da dita quinta com a declaração sobredita e era contente de se ordenar a titolo da dita Capella a que se auinculou a dita quinta que por autoridade apostolica e sentença do Reuerendo uigairo geral deste arsebispado se ouue por subrogada em lugar das cazas que se auião de comprar na bahia pera o mesmo efeito do encargo e obrigação das missas cuja sentença ira aodiente tresladada nesta nota e nos treslados que della se derem e pera auer de constar do sobredito pello dito outorgante foj apresentada huma sertidão dos aualiaadores desta villa Mateus Ferreira de Mancelos e Miguel Martins pella qual se mostrauão hirem a dita quinta e aualarem as bemfeitorias della em trezentos mil res a qual esta per elles acenada e reconhecida pello tabalião agostinho Nunes que no tal tempo seruia de tabalião de notas nesta dita uilla a qual aualiação fizeraõ em uertude de hum despacho posto ao pe de huma petição do outorgante de antonio diguo que mostra ser de Antonio de Oliueira dafonseca juiz dos orfaons que foj desta dita uilla da qual sertidão de aualiação esta feita e continuada em quatro de setembro de seis sentos e quarenta e noue annos a que se Refere em mão e poder do dito outorgante e outrosim pello dito outorgante dom Alonso de Buitrago foj apresentada huma escritura publica feita nas notas de Luis do Canto tabalião dellas na cidade de Lixboa e outorgada em uinte e noue dias do mes de maio da era de mil seis sentos e quarenta e sete, porque consta comprar a dita quinta o dito outorgante per duzentos e ciquenta mil rs em dinheiro principlal excepto ciza delles e mais custas da dita escritura a que outrosim se refere em mão e poder do dito dom Alonso de Buitrago e per que conste do sobredito acejtou o dito dotado a dita doação e seção pelo

que em ordem a ella e pera firmeza e certeza do Referido se treslada nesta nota a dita sentença que atras se refere cuia copia he a seguinte.

«Domingos de Misquita Teixeira caualejro fidalgo da Caza de sua magestade cidadão desta cidade de Lixboa publico notario apostolico e iscriuão da Camara eclesiastica deste arsebispado pellos muitos Reuerendos Senhores deão e cabido sedē uacante etc. Sertifico e faço fee que per parte de Dom Alonso de Buitrago caualeiro professo da ordem de S. Bento de avis me forão apresentados huns autos de huma comutação de legado e nelles a folhas trinta e duas esta dada huma sentença afinal pello doutor Manoel Themudo da Foncequa da qual o treslado de uerbo ad uerbum he o seguinte: «Christi nomine enuocado» uistos estes autos bula de Sua Santidade a mim cometida petição justificativa e proua dada mostrasse que Gonsallo Moreira daltero o uelho e Margarida de Araujo sua primeira molher instituirão hum legado de duas missas cada semana pera sempre per suas Almas mandando que na cidade do saluador da bahia de todos os santos onde erão moradores se compracem por trezentos mil rs humas Cazas que Rendessem trinta pera o dito legado nomeando per primeira administradora a Maria Morejra sua filha e falecendo sem filhos a empetrante donna Izabel de Araujo tãobem sua filha e seus descendentes e em tercejro lugar a sua filha Agueda Morejra e por falta de todos aos parentes mais chegados».

Mostrasse outrosim que falecendo primeiro a dita Margarida de Araujo tratou de Cazar o dito Gonçalo Morejra de Altero a dita empetrante com dom Alonso de Buitrago e em dote que lhe deu entrar tãobem sua terça que tinha ja obrigada ao dito legado por cuia rezão se depozitarão em juizo trezentos mil rs entrando a empetrante de posse da admenestração de ametade do dito legado e cazar com efeito com o dito dom Alonso que acejtando o dito dote na forma que se lhe fes ueio pera este Rejno e he morador na uilla de torres Vedras deste arsebispado de Lixboa aonde se obrigarão a mandar dizer hua missa cada semana no Conuento de nosa senhora da graça dos Relegiosos de Santo agostinho epotecando o dito legado de melhor condição maiormente não detremenando a impetrante nem seus filhos tomar as ditas partes» o que tudo uisto com o mais dos autos desposição de derejto em tal cazo julgo que a impetrante fes uerdadejra supplica a sua santi-

dade e as primissas da bulla por justificadas e pella autoridade apostolica a mim cometida e de que nesta parte subrrogo e transfiro a obrigação do dito legado na dita quinta e cazas e conuento a uontade da dita testadora em que mandando a empetrante dizer huma missa cada semana pella alma da testadora na forma da escritura folhas dezacete não sera mais obrigada a dar conta na bahia de todos os santos mas he neste Rejno e que uisto a dita obrigação soberogação e comutação se passe percatório pera que na dita cidade da bahia se entreguem os ditos trezentos mil rs aos impetrantes sem embargo das ordenaçõens e constituiçoens apostolicas que em contrario aia e pagem os impetrantes as custas dos autos.

Lixboa dous de junho de mil e seis sentos quarenta e noue.

Manoel Themudo «e não se consta mais da dita sentença que esta lançada nos ditos autos que os tornou a hauer o dito dom Alonso de Buitrago que aqui asinou de como os Recebeo.

Lixboa quatorze dias do mes de julho de mil e seis sentos setenta e quatro annos. Domingos de Mesquita Teixeira, escriuão da Camara fis escrever e sobrescreuj e asinej.

Domingos de Misquita Teixeira — dom Alonso de buitrago», e não continha mais a dita sentença passada pella dita sertidão a qual recebeo o dito dom Alonso de Buitrago e elle e o dito seu filho dom Francisco de Buitrago asi o asejtaraõ e eu tabalião com peçoã publica estipulante e acejtante pedi a ecejtei em nome dos auzentes a que tocar pode testemunhas que ao todo forão prezentes o Capitão Francisco Gonsalues da Silua caualejro fidalgo da caza de s. magestade morador nesta uilla e Francisco Gonsalues cazejro da dita quinta e nella morador que todos aqui asinarão com as outorgantes os quais eu tabalião dou fee serem elles partes aqui declaradas e eu Francisco de Almejda tabalião de notas que o escreuj.

Livro de notas de 12-6-1664 a 30-12-1664, a fls. 21.

353

Renuncia, nomcação e trespasse que fazem Camila da Silva, viuva de João Botelho de Lemos e suas filhas Inês Botelho e Maria de

Vargas, moradoras em Torres Vedras dos serviços do dito seu marido e pai, em seu filho e irmão Felix Botelho, morador em Lisboa.

Escritura de 11 de Janeiro de 1665.

Livro de 2 de Janeiro de 1665 a 25 de Janeiro de 1666, fls. 2 verso.

354

Renuncia de seus serviços, que faz Vicente de Carvalho Franco, capitão de uma das companhias dos privilegiados da ordenação da Comarca de Torres Vedras, morador na sua quinta de Asseiceira, termo da dita vila, por seu procurador o padre Jacinto Franco Bernardes, beneficiado na igreja de Santiago da referida vila, em seu filho João de Carvalho Franco, «moso da camara do seruiço de sua magestade».

Escritura de 10 de Março de 1665.

Mesmo livro, fls. 17.

355

Doação que faz Joana Mendes, solteira, moradora em Torres Vedras, de certos bens de raiz que tem no termo de Alenquer, a sua sobrinha Ana Maria Pimentel, filha de seu sobrinho Luiz Serrão Pimentel, «tenente general dartilharia com exercicio em quaisquer das prouinsias deste Reyno e engenheyro mor do exercito e prouinsia do alentejo», moradora em Lisboa, «a qual doasão asim fas a dita sua sobrinha asima declarada pera seu dote de freyra ou cazada».

Escritura de 28 de Agosto de 1666.

Mesmo livro, fls. 65.

356

Dote de património que faz D. Francisco de Buitrago, clerigo de missa, morador na vila de Torres Vedras, de «huma quinta chamada dos Ameais cita no lemite da dita villa que consta de cazas uinhas

terras de pão e orta a qual foy aualiada em sei ssentos mil res e da dita quantia estaõ obrigados trezentos mil res pera huma Capella que instetuiuo gonçalo Moreyra daltero o uelho».

Os outros 300\$000 reis couberam a ele outorgante, em sua folha de partilhas e desta quinta está de posse, por morte de sua mãe Isabel de Araujo.

Nestas circunstancias «da e dota doie pera todo sempre» os ditos 300\$000 reis impostos na sobredita quinta, a seu «irmão D. Amaro de Buytrago pera este se ordenar de clerigo de missa».

Testemunhas: Francisco Fernandes, lavrador, morador no lugar do Barro e João Antunes, trabalhador, morador no lugar do Paul, tudo termo da dita vila.

Escritura de 17 de Agosto de 1667.

Livro de 22 de Janeiro de 1666 a 9 de Setembro de 1667, fls. 154 verso.

357

Partilhas que fazem António Rebelo de Vasconcelos, fidalgo da Casa Real, morador no lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras e o doutor Jorge Rebelo de Vasconcelos, deputado do Santo Oficio da cidade de Evora e Ana de Vasconcelos, todos filhos maiores e emancipados de João Rebelo de Vasconcelos e de Ana de Abreu Caldeira, da fazenda que ficou por falecimento desta.

Escritura de 8 de Abril de 1668.

Livro de 10 de Setembro de 1667 a 9 de Outubro de 1668, fls. 57 verso.

358

Procuração que dá João de Barros de Vasconcelos, morador na sua quinta de Portela, do lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, a seu sobrinho António Rebelo de Vasconcelos, morador no dito lugar, mas ora assistente na cidade de Lisboa, para que este em seu nome, possa renunciar em quem bem lhe parecer os officios de

escrivão e contador dos armazens «da meza grande do dito Senhor na dita cidade de Lx.^a», de que Sua Magestade lhe fez mercê.

Escritura de 29 de Abril de 1668.

Mesmo livro, fls. 77.

359

Nomeação que faz António Botado, morador na sua quinta da Abrigada, termo da vila de Alenquer, de um prazo sito no lugar do Turcifal, foreiro ao Convento de S. Domingos de Benfica, termo de Lisboa, em que ele é segunda vida, em sua filha Luiza Botado, à qual mais dota por seu falecimento a terça de todos os seus bens, com reserva de 200 cruzados.

A escritura foi outorgada na quinta da Ribeira, termo do Turcifal, onde vive o capitão André Botado de Almeida.

Escritura de 15 de Junho de 1668.

Mesmo livro, fls. 95 verso.

360

«Dote e cazamento entre viuos ualedojro ou como em derejto mais firme auinculados em Morgado e arras» que fazem o capitão João de Figueiroa Rego, morador na sua quinta de Vale de Mendares, termo da vila de Torres Vedras, de uma banda e da outra Cristóvão Ferreira Homem e sua mulher Francisca de Vasconcelos, moradores no «lugar de Aldegavinha, termo da villa de Aldeagalega da Merceana», para efeito de casarem sua filha Catarina Maria de Figueiroa e Sequeira com Diogo de Vasconcelos Homem, filho dos segundos outorgantes e com eles morador.

O capitão Figueiroa Rego enumera várias terras, prazos, quintas e capelas, entre as quais, as quintas da Fonte da Pipa e Vale de Mendares; a varzea da Ponte do Doce; o casal do Camarnal; o Casal da Pedra; os prazos do Redondo, da Burdinheira e do Mosqueiro; e, ainda, vários bens na Lourinhã e em Sintra, que constituem o Morgado que lhe deixou sua tia Margarida de Magalhães, o que tudo instituiu em

Morgado «pera maes cressimento de sua Caza e dos ditos futuros nojuos», reservando sómente para legados de sua alma, 1.000 cruzados, sob condição «que a dita sua filha em sua vida depois da morte d'elle dotador gose o dito morgado e prazos asima declarados e per falesimento da dita sua filha suceda nelle seu filho varaõ mais velho e em falta de filho sucedera a filha mais velha e em defeito de não auer filhos sucedera no dito morgado e prazos o parente mais chegado da parte d'elle dito João de Figueiroa Rego perferindo sempre o macho a femea e em igoal grao com tal condição que o dito morgado se não possa divedir nem apartar antes andara sempre junto e unido em huma so pessoa nem se posa uender doar aforar nem por outro qualquer modo alhear nem apotecar por dote nem outro algum encargo pio ...», item com tal condição que todos os sucesores que sucedam no dito morgado sejaõ catholicos excluindo mojro e judeo e seraõ leais a Coroa Real ...».

Os segundos outorgantes «daõ e dotaõ ao dito seu filho Dioguo de Uasconcellos todos os bens moueis e de Raiz auidos e por auer que tem e posuem no lugar de aldegauinha que he huma quinta em que uiuem com a mais fazenda que esta no lemite do dito lugar que consta de terras e uinhas foros juros e bem asim mais a quinta de villa Viçosa com quatro cazais anexos a dita quinta que esta sita no termo de obidos» os quais bens instituem em morgado sob condição que por morte delles dotadores lhes sucedera o dito seu filho e por morte deste sucedera o filho mais velho que dos noivos houver e não havendo filho sucedera a filha mais velha havendo-a não havendo filhos ao parente mais digno e «não auendo filho diserão elles dotadores que porquanto não tem parentes em grao conhecido que obrigue o perpor pelo dito morgado querem que o dito seu filho per sua morte o deixe a quem lhe pareser com as mesmas clauzulas e uinculo de morgado ...».

Testemunhas: João Nogueira e Simão Pereira, criados de Cristovão Ferreira Homem e Gregório Fernandes, alfaiate, morador no lugar da Pedra e António Gomes, pedreiro, morador na quinta de Vale de Mendares.

Escritura de 27 de Julho de 1669.

Livro de 19 de Outubro de 1668 a 19 de Janeiro de 1670. fls. 69.

NOTAS DO TABELIÃO

FRANCISCO PEREIRA

Na Secretaria Notarial de Torres Vedras

361

Doação «non revocando» que faz Antónia Maria Felicia viuva do capitão Manuel de Figueiroa Rego, moradora na vila de Torres Vedras, a seu filho José Teodoro de Figueiroa Rego, *in minoribus*, «o qual pretende ordenarse de todas as ordens pera o habito de Sam Pedro e o não pode fazer sem que tenha aqueles bens que bem ualham e bastem pera sua congrua e sustentasam» de «hum moinho de uento urgeiro de que lhe pagam annualmente quarenta e cinco alqueires de milho cituado em o llemite desta dita uilla junto a ermida de sam uicente».

Testemunhas: Joaquim Romão Ferreira, estudante e Tomaz Henriques Monteiro, ambos moradores na dita vila.

Escritura de 25 de Julho de 1739.

Livro de 13 de Dezembro de 1738 a 10 de Novembro de 1739, fls. 129 verso.

362

«Dote e doasam pera patrimonio a si mesmo», que faz José Teodoro de Figueiroa Rego, *in minoribus*, morador na vila de Torres Vedras, «de huma terra sita ao lugar de Sam Mamede que leuara tres alqueires de sementeira; item outra terra em o lemite da Ponte da Mentira que lleuara outros tres alqueires de sementeira; item outra terra junto ao lugar do Barreiro que leuara seis ou sete alqueires», para nos termos das constituições do Arcebispo, poder receber as ordens do habito de S. Pedro.

Testemunhas: o padre Leandro Xavier Machado e Agostinho Pires, *in minoribus*, ambos moradores na dita vila.

Escritura de 18 de Agosto de 1739.

Mesmo livro, fls. 130.

«Dote e nomeasam inter uiuos ualledoira» que faz Antónia Maria Felicia, viuva, moradora em Torres Vedras, a sua filha Rosa Margarida de Figueiroa Rego, de «hum prazo foreiro em uidas a Santa Caza da Mizericordia desta uilla cituado a san uicente desta uilla que chamaõ a conquinha que consta de terras e uinhas e oliueiras e arvores de fruto e mais pertensas» para efeito de casar com o Dr. Joaquim José de Almeida, filho de Diogo de Almeida, ambos moradores na vila, onde o primeiro é advogado nos auditorios da Comarca.

Testemunhas: Antonio Caetano do Amaral, escrivão dos tabacos e seu filho Jacinto Manuel de Queirós, estudante, ambos moradores na dita vila.

Escritura de 22 de Setembro de 1739.

Mesmo livro, a fls. 154.

NOTAS DO TABELIÃO

FRANCISCO PINTO DA SILVA

Na Secvretaria Notarial de Torres Vedras

Procuração que dá Diogo de Vasconcelos Homem, fidalgo da Casa de Sua Magestade, morador na quinta de Vale de Mendares, termo da vila de Torres Vedras, a Manuel Vieira, «sirurgião e morador na ssidade de lisboa ao terreiro do Passo» para que este em seu nome possa «tomar a rezam de juro a quantia de sseissentos mil Reis a Dona Joana Francisca de Menezes dona ueuua que ficou de Roque Monteiro Paim morador na mesma ssidade».

Testemunhas: João Pereira, morador na dita quinta e Braz Francisco criado da mesma quinta.

Escritura de 29 de Outubro de 1714.

Livro de 10 de Fevereiro de 1714 a 29 de Dezembro de 1714, fls.

365

Dote que fazem o capitão José Baptista Palhano, morador na sua quinta junto ao Varatojo, termo da vila de Torres Vedras, e sua mulher Teresa da Silva, para haverem de casar sua filha Mariana Teles, filha de sua primeira mulher Angela Maria Teles, com Francisco Rebelo Pereira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, filho de Diogo Pereira Rebelo, outrossim cavaleiro da dita Ordem, morador na vila de Aldeia-galega da Merciana, comarca de Alenquer.

Escritura de 6 de Junho de 1719.

Livro de 22 de Junho de 1718 a 25 de Agosto de 1719, fls. 102.

366

«Dote e contracto de cazamento e obrigação» entre o capitão Manuel de Figueiroa Rego, morador em Torres Vedras e Francisco Rodrigues de Matos, «homem que uiue de sua fazenda e à lei da nobreza e morador no lugar de Dolhaluo termo da uilla de Alemquer», representado por seus irmãos e procuradores Padres M̃manuel Rodrigues Barreto, clérigo do Habito de S. Pedro e Beneficiado Domingos Rodrigues de Matos, moradores em Torres Vedras, para efeito de casarem João de Figueiroa Rego, filho primogénito do dito capitão, com Teresa Felicia da Apresentação, filha e sobrinha dos sobreditos.

O reverendo Beneficiado Domingos Rodrigues de Matos, «dota a dita sua sobrinha futura noiva a quantia de des mil cruzados em boa fazenda e dinheiro de contado»; o pai, Francisco Rodrigues de Matos «dota e nomea a dita sua filha futura noiva a tersa de seus bens, per seu falecimento» e desde já lhe dá posse de uma vinha, a que chamam

«o Jardim com sua terra a ella mistica com suas oliueiras», situada no limite de Olhalvo.

O pai do noivo «dá ao dito seu filho e promete hum moyo de trigo em cada hum anno por meo de alimentos uisto ser o dito seu filho emediato sussessor ao Morgado que pessue».

Testemunhas: Manuel Ferreira, escrivão da coudelaria e Francisco Soares, meirinho do geral, ambos moradores em Torres Vedras.
Escritura de 11 de Outubro de 1721.

Livro de 27 de Julho de 1721 a 24 de Março de 1722, fls. 49.

ESTAÇÕES PALEOLÍTICAS DE BAIRRO
E DO CASAL DA FIGUEIRA
(CALDAS DA RAINHA)

por

G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira

INTRODUÇÃO

Poucas informações existiam até agora sobre o Paleolítico da região de Caldas da Rainha. No entanto, colheitas sucessivas, tinham sido realizadas ali por diversos pre-historiadores.

No estudo que iniciamos agora sobre as estações paleolíticas actualmente conhecidas naquela área, começaremos pelos materiais líticos deixados pelo nosso falecido amigo Hipólito da Costa Cabaço, o qual dedicando todos os momentos livres da sua vida à Arqueologia, realizou importantes descobertas no domínio da Pre-historia do Paleolítico.

Parte da colecção deixada por aquele pre-historiador foi, depois da morte dele, amavelmente oferecida pelos filhos ao Museu dos Serviços Geológicos.

Entre as várias jazidas ali representadas estudaremos em primeiro lugar as duas estações paleolíticas de Bairro e do Casal da Figueira, ambas situadas entre Caldas da Rainha e Óbidos, a W da linha férrea,

numa área em que as argilas e os calcários do Infralias estão cobertos por um complexo de areias com seixos do Pliocénico.

São os seixos, sobretudo de quartzito, daquele complexo que serviram de matéria prima para o fabrico dos instrumentos paleolíticos.

A — JAZIDA PALEOLÍTICA DE BAIRRO

As peças descritas, quase todas de quartzito, foram colhidas na periferia da povoação de Bairro situada a cerca de 2500 m. a N da vila de Óbidos.

Pertencem a quatro complexos sucessivos que vão do Abbevilense até ao Acheulense superior com passagem para o Mustierense.

SÉRIE I — *Abbevilense* — *Peças de trabalho muito rude e com intensa patina eólica, acompanhada por um certo rolamento. Nalguns casos o trabalho intencional está muito apagado pela erosão eólica.*

Coups-de-poing

— Um coup-de-poing lanceolado sobre pequeno seixo achatado, com superfície primitiva conservada na base e na maior parte das duas faces. Bordo esquerdo do anverso convexo, mostrando na sua parte superior os negativos de três ou quatro lascas muito inclinadas, de forma muito irregular, tiradas da frente para traz e muito apagadas pela erosão eólica.

Bordo direito rectilíneo apresentando na extremidade superior, dois pequenos retoques verticais de regularização.

Reverso mostrando na sua extremidade superior os negativos de 3 ou 4 lascas sub-horizontais, destinadas a rebaixar a ponta (Est. II, fig. 12).

Dimensões: 110 mm × 55 mm × 33 mm.

— Um biface sub-losangular triédico lanceolado com reverso de clivagem irregular e superfície primitiva do seixo ocupando a parte inferior do anverso. Uma aresta em zig-zague separa o anverso em

duas metades. A metade esquerda apresenta vestígios de 4 negativos de lascas inclinadas. A parte superior da mesma face apresenta 3 ou 4 retoques também inclinados (Est. I, fig. 7).

Dimensões: 124 mm × 68 mm × 53 mm.

— Um biface lanceolado piriforme com base de superfície primitiva do seixo e reverso sobretudo de clivagem. Anverso apresentando 6 ou 7 facetas mais ou menos inclinadas rebaixando o centro daquela face. Bordo esquerdo convexo de perfil sub-trapezoidal. Bordo direito abrupto. (Est. II, fig. 13).

Dimensões: 108 mm × 70 mm × 50 mm.

— Um coup-de-poing bifacial, subo-losangular sobre eixo achatado transversalmente, com superfície primitiva ocupando a maior parte das duas faces.

Reverso de plano de clivagem. Anverso fortemente saliente, inclinando ligeiramente da esquerda para a direita. Base arredondada. Extremidade superior de forma triangular truncada verticalmente nos dois bordos laterais.

A truncatura do bordo esquerdo apresenta 2 facetas de regularização da ponta. O objecto está afeiçãoado numa espécie de plaina (Est. I, fig. 9).

Dimensões: 133 mm × 58 mm × mm.

— Um biface cordiforme, lembrando pela técnica as peças do Acheulense antigo. Superfície primitiva do seixo conservada na base arredondada. Reverso percorrido por uma aresta central em zig-zague, paralela ao bordo esquerdo.

Trabalhado por lascas pouco inclinadas: 2 largas na metade direita e 4 de formatos diversos na metade esquerda. Anverso apresentando 3 negativos de lascas sub-horizontais tiradas do bordo direito e 2 facetas mais inclinadas e irregulares no bordo esquerdo, seguido por uma aresta encurvada. (Est. I, fig. 5).

Dimensões: 106 mm × 73 mm × 41 mm.

Objectos aparentados aos coups-de-poing

— Um fragmento de seixo alongado e achatado. Superfície primitiva de seixo cobrindo a base e os 2/3 do bordo esquerdo do reverso:

Os 2/3 superiores do bordo direito e a extremidade superior do reverso, trabalhados por uma série de lascas curtas, sub-horizontais e muito irregulares devido aos defeitos da rocha. Algumas lascas são da série II. Anverso dividido por uma aresta longitudinal central. Metade direita do anverso trabalhada por duas lascas inclinadas à 45.º, tiradas a partir do bordo. Metade esquerda, de plano de separação, truncada ao longo do bordo por duas lascas subverticais. Trata-se de um objecto aparentado aos machadinhos de talhe bifacial.

Dimensões: 97 mm × 59 mm × 31 mm.

— Dois fragmentos de seixos achatados e de forma lanceolada, com base arredondada e extremidade superior em ponta triangular num deles e ogival no outro.

No primeiro, mais pequeno, a superfície primitiva do seixo ocupa o reverso bem como a base e o bordo esquerdo rectilíneo do anverso. Metade direita trabalhada por duas lascas largas e sub-horizontais. Bordo direito fortemente convexo.

Dimensões: 91 mm × 53 mm × 28 mm.

O segundo, maior, corresponde a uma fatia de seixo terminada em ponta ogival e com base arredondada. Bordo direito espesso; bordo esquerdo formando um gume convexo.

Dimensões: 106 mm × 63 mm × 28 mm.

Núcleos

— Seis núcleos ou fragmentos de núcleos de formatos diversos, sendo o mais pequeno mustieroide com planos de percussão preparados.

Dimensões do maior: 153 mm × 114 mm × 116 mm.

Dimensões do mais pequeno: 45 mm × 42 mm × 18 mm.

SÉRIE II — *Acheulense antigo e médio com patina eólica bastante pronunciada*

Coups-de-poing bifaciais

Um coup-de-poing bifacial lanceolado com superfície primitiva de seixo conservada na base e na parte inferior do bordo esquerdo do

anverso. O resto daquela face é percorrido por uma aresta longitudinal central. Metade direita do anverso apresentando um largo negativo de lasca completado por 4 pequenos retoques de regularização do bordo. Metade esquerda apresentando 2 negativos pouco inclinados e imbricados. Base disimétrica. Extremidade superior em ponta. Reverso percorrido por uma aresta central encurvada com convexidade para a direita. Metade direita de clivagem, antiga. Metade esquerda apresentando negativos de 3 ou 4 lascas irregulares tiradas do bordo sub-rectilíneo. Base de superfície primitiva do seixo cobrindo o terço inferior do bordo direito. (Est. I, fig. 6).

Dimensões: 106 mm × 80 mm × 51 mm.

— Um biface sobre oval terminado na sua parte superior em ponta triangular ogival. Superfície primitiva do seixo ocupando a metade do anverso e os 2/3 do reverso. Parte superior do reverso apresentando dois negativos de lascas separadas por uma aresta central longitudinal. Anverso trabalhado por 5 lascas sub-horizontais. Bordo esquerdo com indícios de utilização. (Est. II, fig. 16).

Dimensões: 105 mm × 78 mm × 46 mm.

Coups-de-poing unifaciais

— Um uniface oval sobre metade de seixo. Reverso de plano de separação com vestígios de bolbo direito. Anverso ocupado por uma larga superfície primitiva de seixo. Extremidade superior com gume convexo regularizado em ambas as faces por meio de vários retoques, mais inclinados no bordo esquerdo do que no bordo direito (Est. I, fig. 8).

Dimensões: 47 mm × 96 mm × 46 mm.

— Um uniface lanceolado sobre metade de seixo. Reverso de plano de separação com vestígios de bolbo no bordo direito, rebaixado por um negativo de lasca. Anverso com superfície primitiva de seixo ocupando o centro daquela face, bem como a metade esquerda da base. O bordo esquerdo abrupto, parcialmente coberto pela superfície primitiva de seixo, apresenta vestígios de dois ou três pequenos retoques intencionais. Bordo direito trabalhado por 6 lascas curtas muito incli-

nadas realizando um gume ligeiramente denticulado. Extremidade superior em ponta afiada, de secção triangular. (Est. II, fig. 18).

Dimensões: 112 mm × 66 mm × 47 mm.

— Um uniface lanceolado imperfeito sobre seixo cuja superfície primitiva, muito irregular, ocupa a maior parte do reverso bem como uma faixa triangular da parte inferior do anverso. O resto do anverso é trabalhado no bordo direito por dois negativos de lascas inclinadas irregulares e no bordo esquerdo por duas outras, também irregulares devido a presença de clivagens. Extremidade superior formando uma ponta afiada disimétrica com concavidade do lado direito. Reverso com clivagem no bordo esquerdo.

Dimensões: 127 mm × 63 mm × 40 mm.

— Um uniface de forma losangular sobre metade de seixo. Anverso de superfície primitiva e com pequenos negativos de lascas na parte superior do bordo esquerdo. Mutilações térmicas na parte central do anverso e vestígios de trabalho de regularização dos bordos.

Dimensões: 103 mm × 75 mm × 38 mm.

— Um uniface piriforme disimétrico sobre fragmento de seixo. Reverso de clivagem e com alguns negativos sub-horizontais de regularização dos bordos. Anverso com superfície primitiva de seixo ocupando a base e a parte central. Bordo direito ligeiramente concavo apresentando uma truncatura longitudinal sub-vertical. Metade superior do bordo esquerdo convexo, trabalhada por 2 negativos de lascas inclinadas (Est. I, fig. 4).

Dimensões: 113 mm × 58 mm × 37 mm.

— Dois unifaces lanceolados sobre lascas alongadas. O maior sobre lasca de técnica clactonense com anverso de superfície primitiva de seixo apresenta na parte superior do bordo direito uma truncatura inclinada longitudinal. Reverso de plano de separação com vestígios de bolbo e plano de percussão na extremidade superior terminada em ponta.

Dimensões: 142 mm × 64 mm × 32 mm.

O segundo, de forma triangular, também sobre lasca clactonense, é terminado em ponta afiada na extremidade superior. Reverso de superfície primitiva de seixo. Bordo esquerdo apresentando uma truncatura realizada por 2 ou 3 golpes verticais. Anverso de plano de sepa-

ração com bolbo e plano de percussão na base. Metade superior do anverso, relativamente plano, rebaixado por um negativo de lasca transversal e terminado por uma ponta triangular de secção sub-trapezoidal (Est. II, fig. 10).

Dimensões: 110 mm × 63 mm × 30 mm.

Seixos raspadores

— Um seixo raspador largo e curto com superfície primitiva de seixo ocupando a quase totalidade do reverso e cerca da metade do anverso. Trabalhado no anverso por uma série de lascas curtas pouco inclinadas e imbricadas devido a xistosidade da rocha. O gume assim obtido é largo, denticulado e retocado no reverso por 3 ou 4 pequenos negativos de lascas (Est. I, fig. 2).

Dimensões: 100 mm × 73 mm × 31 mm.

Núcleos

— Dez núcleos ou fragmentos de núcleos de formas diversas dos quais 6 mustieroides com planos de percussão preparados.

Dimensões da maior: 132 mm × 99 mm × 58 mm.

Dimensões do mais pequeno: (Est. I, fig. 3): 65 mm × 49 mm × 34 mm.

Dimensões de um terceiro: (Est. II, fig. 11): 76 mm × 67 mm × 32 mm.

— Dois núcleos serviram de raspadores depois de sofrer alguns retoques de regularização no bordo esquerdo do anverso.

Dimensões do maior (Est. II, fig. 14): 88 mm × 70 mm × 43 mm.

Dimensões do mais pequeno (Est. IV, fig. 36): 85 mm × 71 mm × 38 mm.

Lascas

— Duas lascas terminadas em ponta. Uma delas afeiçoada na extremidade superior do anverso por dois negativos: um no bordo direito

e outro no bordo esquerdo, transformando o objecto numa espécie de furador Est. I, fig. 1).

Dimensões: 74 mm × 47 mm × 16 mm.

— Dezanove lascas residuais das quais 2 de técnica clactonense e 7 de técnica tayacense.

Dimensões da maior: 98 mm × 97 mm × 37 mm.

Dimensões da mais pequena: 65 mm × 32 mm × 13 mm.

SÉRIE III — *Acheulense médio e superior com patina eólica marcada*

Coups-de-poing bifaciais

— Um biface de forma subtriangular, triedrico, com superfície primitiva de seixo ocupando a base das duas faces. Anverso separado em duas partes por uma aresta longitudinal que se bifurca na parte superior. Metade esquerda do anverso ocupada por um único negativo de lasca tirada do centro do bordo esquerdo. Metade direita ocupada por outro negativo, concavo.

Extremidade superior apresentando uma faceta de forma triangular que corresponde a um resto de negativo de lasca tirada da frente para traz. Reverso de forma irregular com parte inferior do bordo esquerdo abrupta, rebaixada por 3 ou 4 retoques curtos. Extremidade superior da mesma face trabalhada por 3 lascas tiradas da frente para traz.

Dimensões: 99 mm × 85 mm × 55 mm.

— Um biface alongado sub-rectangular com gume terminal transversal arredondado como o dos machadinhos acheulenses. Superfície primitiva do seixo ocupando a parte inferior das duas faces. Trabalhado no anverso por 3 grandes negativos de lascas dos quais o maior e mais concavo ocupa os 4/5 do lado direito. Bordo esquerdo apresentando um negativo principal, completado por duas pequenas facetas na parte inferior. Extremidade superior apresentando uma faceta triangular cujo bordo mais largo corresponde ao gume do objecto. Reverso trabalhado por 3 ou 4 negativos de lascas inclinadas no bordo direito e de 2 no

bordo esquerdo mutilado por uma clivagem na sua parte inferior (Est. III, fig. 26).

Dimensões: 104 mm × 69 mm × 46 mm.

— Um pequeno biface de forma oval sub-losangular em quartzito acastanhado. Reverso apresentando uma larga faceta de clivagem em quase todo o bordo esquerdo com pequeno retoque na parte superior a esquerda da ponta. Lado direito do reverso convexo, regularizado na parte superior do bordo direito por duas pequenas lascas inclinadas. Parte inferior de superfície de fractura térmica antiga. Metade direita do anverso trabalhada de dois negativos de lascas maiores e de um pequeno na parte superior a direita da ponta. Metade esquerda de superfície de fractura termica antiga.

Dimensões: 92 mm × 69 mm × 37 mm.

— Um biface imperfeito sobre seixo espesso. Base truncada acidentalmente. Reverso ocupado nos dois terços inferiores pela superfície primitiva do seixo. Trabalhado na parte superior por dois largos negativos de lascas dos quais um pertence a série anterior. Anverso muito irregular, apresentando mutilações de origem térmica completadas na parte superior dos dois bordos laterais por alguns negativos de lascas de regularização. Metade esquerda apresentando um negativo mais largo e côncavo. Parte superior do bordo direito com dois negativos pouco inclinados e mais pequenos. Extremidade superior afeiçãoada em ponta triangular muito saliente.

Dimensões: 116 mm × 55 mm × 10 mm.

— Um biface losangular sobre lasca de quartzito acastanhado com superfície primitiva de seixo ocupando a metade inferior do anverso. Metade superior trabalhada, da frente para trás, por 4 negativos dos quais três a partir do bordo esquerdo e um do bordo direito. Extremidade superior afeiçãoada em gume saliente em forma de bico de pato. Reverso de plano de separação com bolbo e plano de percussão na base do bordo direito. Bordo esquerdo convexo rebaixado por 3 lascas inclinadas de formatos diversos. Base inclinada da direita para esquerda. (Est. III, fig. 24).

Dimensões: 96 mm × 66 mm × 37 mm.

Coups-de-poing- unificiais

— Um coup-de-poing unifacial lanceolado estreito e alongado sobre seixo de lidito. Superfície primitiva ocupando o reverso bem como a base e os 3/4 do anverso. Bordo esquerdo do anverso trabalhado no 1/3 superior por um negativo de lasca inclinado da frente para traz. Os 2/3 superiores do bordo direito apresentam por sua vez 4 negativos de lascas inclinadas e curtas, afeiçoando um gume ligeiramente convexo. Extremidade superior terminada em ponta afiada. (Est. III, fig. 27).

Dimensões: 108 mm × 51 mm × 35 mm.

— Um uniface sobre seixo achatado estreito e comprido. Reverso plano de clivagem. Base ponteguda com duas facetas, sendo uma de clivagem e outra de negativo de pequena lasca. Bordo direito do reverso convexo e com ligeiros retoques. Anverso percorrido na sua parte central por uma estreita faixa longitudinal de superfície primitiva de seixo. Metade direita do anverso inclinada e ligeiramente côncava devido a um trabalho mais antigo. Metade esquerda trabalhada por um série de lascas inclinadas curtas umas mais antigas na parte inferior e outras duas, de uma série mais moderna, na parte superior. Trata-se de um objecto que podia ser destinado a servir também de seixo raspador (Est. II, fig. 17).

Dimensões: 119 mm × 64 mm × 35 mm.

— Um uniface cordiforme sobre lasca. Reverso de plano de separação relativamente plano contemporâneo da série II. Anverso ocupado na base, no centro e no bordo esquerdo, pela superfície primitiva do seixo. Bordo direito trabalhado por 4 negativos de lascas inclinadas da série I, sendo o maior o da direita da ponta superior (Est. II, fig. 29).

Dimensões: 113 mm × 72 mm × 31 mm.

— Um uniface piriforme sobre metade de seixo. Reverso de clivagem com um pequeno negativo de lasca na extremidade superior. Anverso coberto pela superfície de seixo no bordo direito, no centro e na parte inferior. Trabalhado na parte superior do bordo esquerdo por duas lascas, uma mais pequena na ponta e outra maior tirada do centro proeminente em direcção do bordo esquerdo.

Dimensões: 96 mm × 56 mm × 35 mm.

— Um pequeno uniface sub-losangular de forma muito irregular.

Superfície primitiva de seixo ocupando a maior parte do anverso. Bordo direito apresentando duas concavidades mais pequenas sendo uma accidental. Extremidade superior formando um pequeno raspador com ligeira concavidade central e bico inclinado para a direita (Est. III, fig. 19).

Dimensões: 77 mm × 70 mm × 30 mm.

Machadinhos

— Dois machadinhos sobre lascas. O maior sobre lasca de técnica clactonense apresenta o reverso de plano de separação com bolbo e plano de percussão na base mais estreita. Anverso com superfície primitiva de seixo ocupando os 2/3 inferiores daquela face. Gume superior largo e convexo, afeiçoado numa espécie de raspadeira por pequenos retoques subverticais. Bordo esquerdo regularizado na sua metade superior por dois negativos de lascas muito inclinadas (Est. III, fig. 28).

Dimensões: 94 mm × 77 mm × 35 mm.

Calhaus truncados em uma das extremidades

— Três calhaus truncados dos quais um por talhe bifacial realizado por 3 lascas em uma das faces e 2 na outra, apresenta um gume muito irregular de forma subtrapezoidal.

Dimensões: 75 mm × 75 mm × 66 mm.

Os outros dois são de trabalho unifacial, inclinado da frente para traz, realizando um gume mais convexo num deles e menos no outro.

Dimensões do maior: 104 mm × 82 mm × 55 mm.

Dimensões do mais pequeno (Est. III, fig. 20): 74 mm × 62 mm × 38 mm.

Seixos raspadores

— Um seixo raspador em quartzito vermelho, estreito e alongado de forma sub-trapezoidal, com superfície primitiva ocupando a metade direita do anverso. Metade esquerda trabalhada desde a ponta, formando

um gume transversal trapezoidal até a base inclinada da esquerda para a direita, por meio de 5 negativos de lascas inclinadas realizando um gume sub-rectilíneo. Reverso trabalhado por um grande e largo negativo de lasca central, completado da lado da ponta, bem como da lado da base, por outras lascas pequenas (Est. III, fig. 25).

Dimensões: 108 mm × 59 mm × 45 mm.

Núcleos

— Três núcleos ou fragmentos de núcleos, dos quais 2 mustierenses com planos de percussão preparados.

Dimensões do maior retomado e trabalhado em quase toda a periferia na série IV (Est. III, fig. 21): 87 mm × 62 mm × 26 mm.

Dimensões do mais pequeno (Est. III, fig. 23): 57 mm × 55 mm × 33 mm.

Lascas

— Uma lasca de forma triangular utilizada como raspador. Superfície primitiva de seixo ocupando o bordo direito do anverso e a parte superior do bordo esquerdo do reverso que serviu de plano de percussão. Trabalhada no bordo esquerdo do anverso por dois ou três negativos de lascas de formatos diferentes, pouco inclinadas. Reverso de plano de separação, trabalhado por várias lascas sub-horizontais. Gume sensivelmente rectilíneo e base transversal, gastos pelo uso (Est. II, fig. 15).

Dimensões: 89 mm × 77 mm × 28 mm.

— Uma lasca de técnica tayacence alongada em forma de lamina.

Dimensões: 73 mm × 42 mm × 17 mm.

— 15 lascas diversas das quais 13 de técnica tayacence.

Dimensões da maior: 99 mm × 82 mm × 32 mm.

Dimensões da mais pequena: 52 mm × 42 mm × 4 mm.

SÉRIE IV — *Acheulense superior e mustierense* — *Peças sem desgaste e com arestas vivas.*

Coups-de-poing bifaciais

— Um biface imperfeito sobre lasca de quartzito. Reverso de superfície primitiva de seixo com dois pequenos retoques destinados a rebaixar a parte superior afeiçoada em ponta. Anverso de plano de separação trabalhado em todo o o bordo direito por uma série de lascas curtas destinadas a regularizar e adelgaçar aquele bordo transformando-o numa espécie de raspador denticulado (Est. IV, fig. 37).

Dimensões: 111 mm × 85 mm × 38 mm.

Coups-de-poing unifaciais

— Um uniface cordiforme oval com superfície primitiva de seixo ocupando o reverso. Anverso convexo apresentando superfícies de origem térmica. Regularizado em toda a periferia por uma série de pequenas lascas em escamas que aproveitam por vezes as clivagens existentes (Est. IV, fig. 39).

Dimensões: 118 mm × 83 mm × 40 mm.

— Um uniface sobre seixo. Reverso rebaixado intencionalmente aproveitando a existência de clivagens. Anverso trabalhado por um grande negativo de lasca côncava em cada bordo. Superfície primitiva de seixo ocupando o resto daquela face bem como a base do reverso. (Est. IV, fig. 41).

Dimensões: 101 mm × 68 mm × 40 mm.

— Dois fragmentos de seixos ou lascas de forma sub-triangular, aparentadas aos coups-de-poing unifaciais. Um deles fusiforme tem o reverso de plano de separação. Anverso com superfície primitiva de seixo ocupando a parte superior do bordo esquerdo. O resto daquela face é trabalhado por lascas de formas diversas. Extremidade superior em ponta.

Dimensões: 97 mm × 52 mm × 27 mm.

O segundo, com reverso de plano de separação e com negativo de lasca em cada bordo lateral, destinado a rebaixa-lo. Anverso de superfície primitiva de seixo ocupando a base e o bordo direito. Bordo esquerdo mostrando um largo negativo de lasca que se estende desde a base até à ponta, tendo uma concavidade central accidental.

Dimensões: 84 mm × 72 mm × 38 mm.

Seixos trabalhados em mais da metade da periferia

—Três seixos raspadores com gume convexo ocupando cerca da metade de uma circunferência. Um deles (Est. IV, fig. 38) tem o reverso ocupado pela superfície primitiva do seixo e anverso com um dos bordos afeiçãoados em raspador convexo por uma série de negativos de lascas inclinadas.

Dimensões: 88 mm × 76 mm × 42 mm.

—O segundo em forma de leque apresenta as mesmas características, mas tem o reverso de plano de separação com bolbo na base (Est. IV, fig. 35).

Dimensões: 93 mm × 81 mm × 43 mm.

Dimensões de um terceiro, de talhe bifacial: 73 mm × 67 mm × 45 mm.

—Um seixo raspador sobre plaqueta de quartzito. Reverso de clivagem. Anverso de superfície primitiva de seixo trabalhado em dois bordos por uma série de lascas verticais curtas transformando o referido bordo em raspador convexo, ligeiramente denticulado. (Est. IV, fig. 40).

Dimensões: 90 mm × 70 mm × 27 mm.

—Um seixo achatado de forma pentagonal. Reverso, base e centro do anverso ocupados pela superfície primitiva do seixo. Anverso trabalhado em 3 bordos por lascas inclinadas de formatos diversos. O objecto está transformado em raspador convexo com forte proeminência central no gume (Est. IV, fig. 42).

Dimensões: 77 mm × 80 mm × 32 mm.

—Um seixo triédrico de forma sub-triangular com reverso e base do anverso de superfície primitiva de seixo. Bordo lateral truncado

por um negativo de lasca largo e inclinado. Bordo esquerdo trabalhado por uma série de lascas pequenas, curtas e inclinadas. Parte central apresentando uma trancatura longitudinal, devida a uma fratura térmica. O objecto recorda os picos primitivos.

Dimensões: 78 mm × 81 mm × 48 mm.

—Um seixo cordiforme sub-losangular com reverso de superfície primitiva mutilada na base. Extremidade superior formando um gume denticulado rebaixado no reverso por 3 ou 4 pequenos retoques de regularização. Anverso de superfície primitiva coupando a parte inferior. Metade superior trabalhada por um grande negativo de lasca de cada lado da ponta terminal convexa e ligeiramente denticulada por alguns retoques (Est. IV, fig. 34).

Dimensões: 100 mm × 90 mm × 54 mm.

Núcleos

—Quatro núcleos ou fragmentos de núcleos diversos. Dimensões do mais pequeno mustierense com planos de percussão preparados (Est. III, fig. 22): 60 mm × 57 mm × 29 mm.

Lascas

—Uma lasca de primeiro talhe com reverso de plano de separação e bolbo no bordo esquerdo. Anverso de superfície primitiva de seixo com bordo esquerdo trabalhado por um negativo de lasca côncava e utilizado como raspador côncavo.

Dimensões: 91 mm × 64 mm × 24 mm.

—Quatro lâminas de quartzito de secção triangular.

Dimensões da maior: 76 mm × 45 mm × 21 mm.

Dimensões da mais pequena: 52 mm × 32 mm × 10 mm.

—Quatro lascas residuais de formato médio.

Dimensões da maior: 98 mm × 65 mm × 21 mm.

Dimensões da mais pequena: 79 mm × 56 mm × 27 mm.

B — JAZIDA PALEOLÍTICA DO CASAL DA FIGUEIRA

O material colhido provem das imediações do Casal da Figueira situado a cerca de 2000 m a SW de Caldas da Rainha e a cerca de 1000 m ENE da povoação de Bairro já citada.

SÉRIE I — *Abbevillense com intensa patina eólica.*

Coups-de-poing e peças aparentadas

— Um pequeno biface piriforme. Reverso fortemente convexo com superfície primitiva do seixo ocupando toda a metade inferior. Metade superior da mesma face trabalhada por 5 negativos de lascas tiradas dos dois bordos laterais em direcção ao centro. Anverso relativamente plano mostrando dois negativos de lascas sub-horizontais no bordo direito e 2 no bordo esquerdo. Duas lascas mais pequenas tiradas da extremidade superior afeiçoam uma ponta com pequeno gume transversal (Est. V, fig. 48).

Dimensões: 102 mm × 62 mm × 45 mm.

— Um pequeno biface imperfeito em lidito. Reverso com superfície primitiva de seixo ocupando grande parte da metade direita e do centro. Trabalhado na extremidade superior, na base e no bordo esquerdo por uma série de pequenas lascas em parte apagadas pela erosão eólica. Anverso dividido em 2 partes por uma aresta longitudinal central irregular. Metade direita com duas facetas e metade esquerda com largo negativo de lasca irregular. Extremidade superior em ponta ogival. Base arredondada.

Dimensões: 80 mm × 54 mm × 39 mm.

Calhaus truncados em uma das extremidades

— Um grande seixo truncado por talhe bifacial por meio de duas lascas tiradas numa face e de três na outra. Bordo esquerdo do reverso mutilado por acção térmica antiga. Base estreita e arredondada. Gume

superior irregular inclinado e com uma ponta bastante saliente e afiada em um dos bordos.

Dimensões: 127 mm × 87 mm × 64 mm.

Lascas retocadas

— Uma lasca sub-losangular com ligeiro retoque na parte superior do bordo esquerdo junto da ponta. Técnica clactonense.

Dimensões: 95 mm × 67 mm × 26 mm.

SÉRIE II — *Acheulense antigo com patina eólica bastante pronunciada*

Coups-de-poing bifaciais

— Um biface lanceolado triédrico. No anverso a parte inferior do bordo direito é coberta pela superfície primitiva do seixo. Base truncada obliquamente por uma fractura térmica antiga. O resto da face apresenta 2 largos negativos de lascas pouco inclinados. Reverso mostrando 4 facetas longitudinais das quais a do meio parece devida a uma mutilação térmica antiga. Bordo direito cavado por um largo negativo de lasca muito inclinado, fracturado pelo fogo na parte inferior. Bordo esquerdo trabalhado por duas lascas inclinadas (Est. V, fig. 43).

Dimensões: 107 mm × 63 mm × 47 mm.

— Um biface sub-triangular cordiforme com base inclinada. Reverso coberto por uma série de lascas oblíquas imbricadas devido à xistosidade da rocha. Anverso trabalhado por 2 lascas principais pouco inclinadas no bordo direito e mostrando outros negativos, em geral de origem natural, irregulares devido a xistosidade da rocha. Bordo esquerdo com alguns pequenos retoques (Est. V, fig. 46).

Dimensões: 104 mm × 78 mm × 42 mm.

— Um pequeno biface sobre placa de lidito. Superfície de clivagem ocupando a maior parte das duas faces. O trabalho no bordo direito do reverso e no bordo esquerdo do anverso corresponde a 2

ou 3 pequenas lascas pouco inclinadas. Extremidade superior em ponta triangular regularizada por pequenos retoques (Est. V, fig. 44).

Dimensões: 83 mm × 54 mm × 14 mm.

Coups-de-poing unifaciais

— Um uniface lanceolado triédrico sobre metade de seixo com reverso de plano de separação um pouco mutilado no bordo esquerdo. Anverso com superfície primitiva do seixo ocupando a base e a parte central. Trabalhado nos dois bordos laterais por 3 ou 4 lascas muito inclinadas (Est. V, fig. 45).

Dimensões: 97 mm × 65 mm × 39 mm.

— Um uniface sobre seixo achatado. Reverso com indícios de fracturas térmicas antigas. Base truncada transversalmente. Anverso de superfície primitiva de seixo ocupando os 2/3 esquerdos do objecto. Bordo esquerdo convexo. O bordo direito cavado por um largo negativo de lasca, serviu de raspador côncavo. Parte superior muito saliente, ponteaguda e disimétrica (Est. V, fig. 49).

Dimensões: 109 mm × 76 mm × 29 mm.

Seixos truncados em uma das extremidades

— Um seixo truncado em uma das extremidades por meio de 2 lascas numa das faces e de mais 3 pequenas na outra. Gume em ziguezagues, inclinado e disimétrico (Est. IV, fig. 30).

Dimensões: 88 mm × 64 mm × 42 mm.

Lascas retocadas

— Uma lasca piriforme de técnica tayacense com plano de percussão de superfície primitiva de seixo e bolbo na base do reverso de plano de separação. Anverso com superfície primitiva na parte superior do bordo esquerdo. Parte inferior do mesmo bordo, base e parte

central rebaixadas por facetas pouco inclinadas, algumas com aparência de superfícies térmicas. Bordo direito retocado a direito da ponta para servir de raspador (Est. IV, fig. 32).

Dimensões: 71 mm × 54 mm × 21 mm.

Lascas sem retoques

— Duas lascas encurvadas. Uma delas de técnica clactonense e outra tayacense. Reverso de plano de separação. Anverso proeminente percorrido por uma aresta longitudinal. Um dos bordos, convexo, utilizado como raspador. Outro bordo ligeiramente côncavo devido a presença de um negativo de lasca.

Dimensões da primeira: 90 mm × 59 mm × 33 mm.

Dimensões da segunda: 81 mm × 60 mm × 23 mm.

4 lascas de técnica tayacense.

Dimensões da maior: 75 mm × 61 mm × 23 mm.

Dimensões da menor: 63 mm × 38 mm × 16 mm.

SÉRIE III — *Acheulense superior com patina eólica marcada.*

Calhaus truncados em uma das extremidades.

— Um calhau truncado de secção sub-trapezoidal, espesso e alongado, trabalhado no anverso com talhe unifacial por 3 lascas inclinadas a 45°. Gume convexo anguloso e ligeiramente disimétrico. Superfície primitiva de seixo ocupando o reverso e os 2/3 do anverso. (Est. IV, fig. 33).

Dimensões: 80 mm × 54 mm × 42 mm.

Núcleos

— Um núcleo constituído por uma calote de seixo oval alongado. Reverso de superfície primitiva, trabalhada em 3 dos seus bordos por lascas fortemente inclinadas correspondentes a preparações de planos

de percussão. As duas extremidades opostas apresentam indícios de utilização. Anverso relativamente plano trabalhado por 7 lascas sub-horizontais tiradas a partir de toda a periferia em direcção ao centro. Objecto lembrando os núcleos de tipo Levallois ou ainda coups-de-poing imperfeitos (Est. V, fig. 47).

Dimensões: 110 mm × 73 mm × 43 mm.

SÉRIE IV — *Acheulense final* — Peças sem desgaste e com arestas vivas.

Coups-de-poing bifaciais

— Um biface lanceolado piriforme com superfície primitiva de seixo ocupando a metade inferior das duas faces. Extremidade superior trabalhada por uma série de lascas em geral pouco inclinadas afeiçoando um gume ligeiramente convexo num bordo e ligeiramente côncavo no outro com extremidade superior proeminente (Est. V, fig. 51).

Machadinhos

— Um machadinho sobre metade de seixo. Reverso de superfície primitiva de seixo com excepção do bordo direito apresentando uma truncatura longitudinal obtida por uma série de pequenas lascas mais ou menos paralelas, tiradas a partir do bordo. Anverso com extremidade superior de clivagem. O resto daquela face é separado em duas metades por uma aresta longitudinal central. Bordos ligeiramente retoçados. Base arredondada. Gume da extremidade superior inclinado da esquerda para a direita (Est. V, fig. 50).

Dimensões: 116 mm × 84 mm × 38 mm.

Calhaus truncados em uma das extremidades

— Um calhau truncado em rocha xistosa negra, trabalhado por talhe unifacial na metade superior do anverso, por lascas pouco incli-

nadas em associação com algumas superfícies de clivagens. Gume largo e ligeiramente convexo. Superfície primitiva do seixo ocupando o reverso bem como os 2/3 do anverso. Base arredondada estreita. (Est. IV, fig. 31).

Dimensões: 98 mm × 74 mm × 32 mm.

Conclusões

Comparando o total das peças colhidas, verifica-se que a estação de Bairro com 118 exemplares é mais importante que a do Casal da Figueira apenas com 24 peças, apresentando também maior variedade tipológica. Considerando a tipologia e a distribuição das peças nas 4 séries sucessivas que vão do Abbevilense até ao Acheulense superior com alguns elementos mustieróides, chega-se às seguintes conclusões:

- a) Na estação de Bairro, as séries com maior número de peças são as do Acheulense antigo e médio (Série II) com 43 exemplares e Acheulense médio e superior (Série III) com 37 peças.

Muito menos abundantes são as séries IV (Acheulense superior e Mustierense) com 24 exemplares e I (Abbevilense) apenas com 14 peças.

- b) O número dos coups-de-poing da estação do Bairro, incluindo os machadinhos, eleva-se a um total de 37, distribuídos do seguinte modo.

Série I: 8 exemplares; Série II: 9; Série III: 11 e Série IV: 4. Trata-se de instrumentos bifaciais e unifaciais, lanceolados, cordiformes, sub-losangulares, ovais, etc.

Os machadinhos localizam-se unicamente na série III.

- c) O número dos seixos trabalhados (calhaus truncados em uma das extremidades, seixos raspadores, seixos trabalhados em

mais de metade da sua periferia, etc.) é de 11 distribuidos do seguinte modo:

Série III: 1 seixo truncado numa extremidade por talhe bifacial.
2 seixos truncados por talhe unifacial.
1 seixo raspador.

Série IV: 7 seixos trabalhados em mais da metade da sua periferia e característicos daquela série.

d) Os núcleos são distribuidos nas seguintes séries:

Série I: 6 núcleos dos quais 1 mustieróide com planos de percussão preparados.

Série II: 13 núcleos dos quais 6 mustieróides.

Série III: 3 núcleos dos quais 2 mustieróides.

Série IV: 4 núcleos dos quais 1 mustieróide.

e) Considerando as lascas, observa-se a seguinte distribuição:

Série II do Bairro: 21 lascas das quais 2 de técnica caltonense;
7 de técnica tayacense e 12 lascas diversas.

Série III: 17 lascas das quais 14 de técnica tayacense.

Série IV: 9 lascas das quais 4 lâminas.

A distribuição do material citado vem apresentada no seguinte quadro:

Estação do Bairro	Séries	I	II	III	IV
Coups-de-poing bifaciais		8	2	4	1
Machadinhos bifaciais				1	
Coups-de-poing unifaciais			7	6	3
Machadinhos unifaciais				2	
Calhaus truncados em uma das extremidades por talhe bifacial				1	
Calhaus truncados em uma das extremidades por talhe unifacial				2	
Seixos raspadores				1	
Seixos trabalhados em mais da metade da periferia					7
Núcleos diversos		5	7	1	3
Núcleos mustieróides		1	6	2	1
Lascas de técnica clactonense			2		
Lascas de técnica tayacense			7	14	
Lascas diversas			12	3	5
Lâminas					4
TOTAL . . .		14	43	37	24

Na estação do Casal da Figueira, a série com maior número de exemplares é a série I (Abbevilense) com 14 peças, seguida pelas séries IV (Acheulense final) com 5; I com 4 e III apenas com 1.

Os coups -de-poing são distribuídos do seguinte modo:

Série I: 2 exemplares; Série II: 6; Série IV: 2.

Os machadinhos são representados apenas por 1 exemplar da série IV.

Os seixos truncados em uma das extremidades são em número de 1 em cada uma das séries I, II e III e de 2 na série IV.

Os seixos raspadores são representados apenas por um único exemplar da série IV.

Por sua vez os núcleos estão representados também por um único exemplar, na série IV do Casal da Figueira.

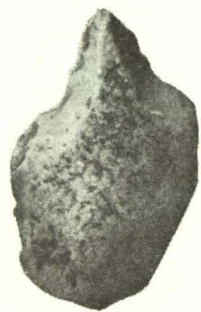
Finalmente as lascas são distribuídas entre as duas primeiras séries ou sejam:

Série I: 1 lasca de técnica clactonense com retoques.

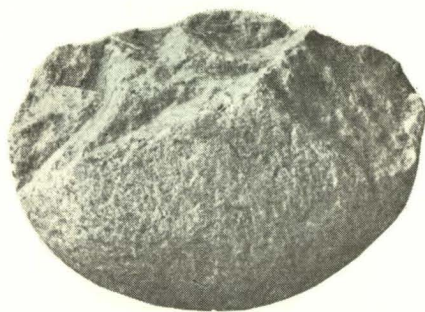
Série II 7 lascas das quais 1 de técnica clactonense e 2 de técnica tayacense, sendo uma retocada.

A distribuição do material citado vem apresentada no seguinte quadro estatístico:

Estação do Casal da Figueira		I	II	III	IV
	Séries				
Coups-de-poing bifaciais		2	4		1
Machadinhos bifaciais					1
Coups-de-poing unifaciais			2		
Calhaus truncados em uma das extremidades por talhe bifacial		1	1		
Calhaus truncados em uma das extremidades por talhe unifacial				1	1
Seixos raspadores					1
Núcleos (calotes de seixo)					1
Lascas retocadas de técnica clactonense . .		1			
Lascas retocadas de técnica tayacense . . .			1		
Lascas sem retoques de técnica clactonense . .			1		
Lascas sem retoques de técnica tayacense . .			5		
TOTAL. . .		4	14	1	5



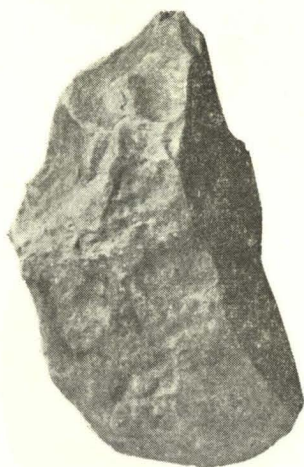
1



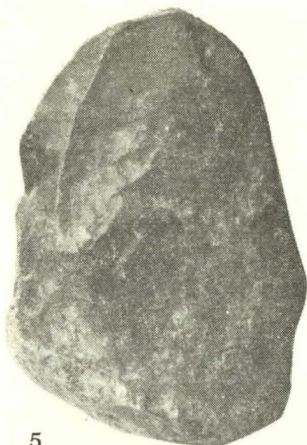
2



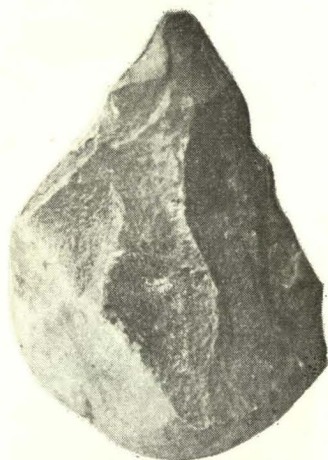
3



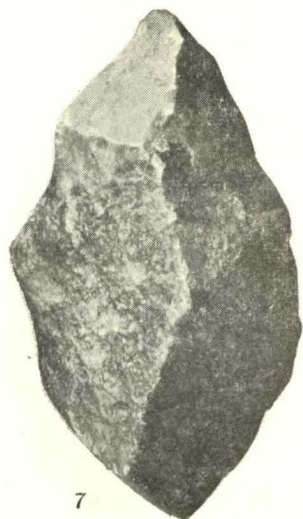
4



5



6



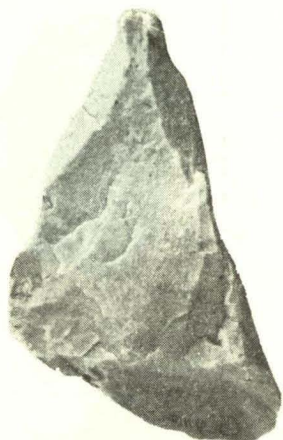
7



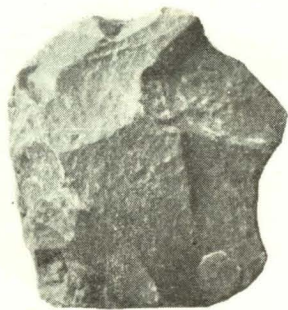
8



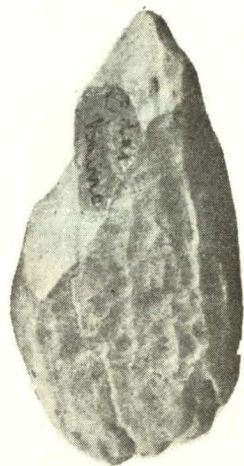
9



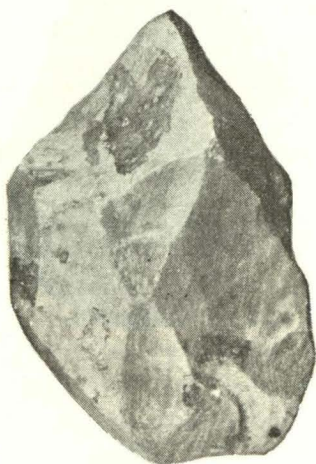
10



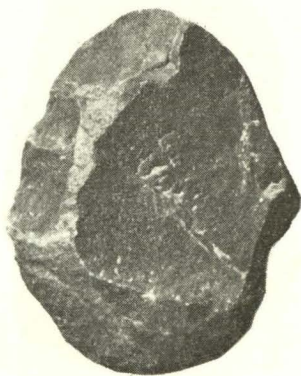
11



12



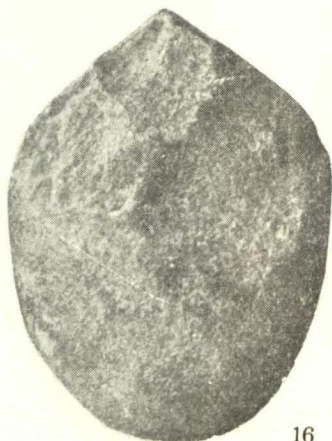
13



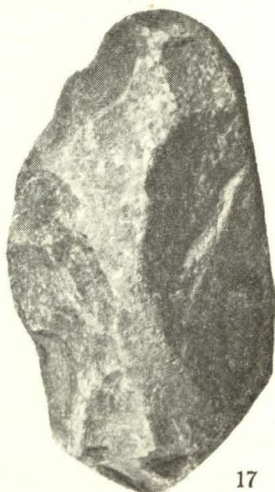
14



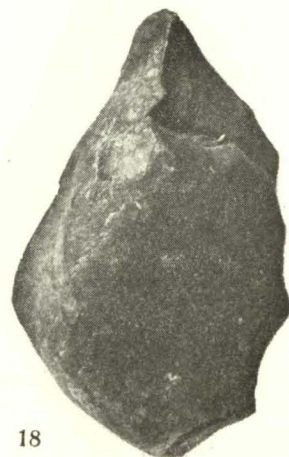
15



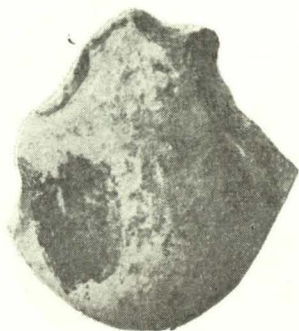
16



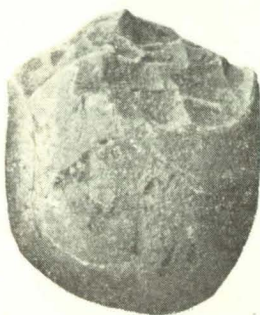
17



18



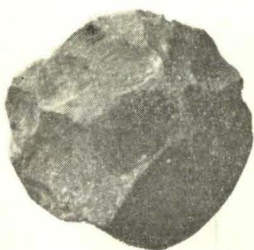
19



20



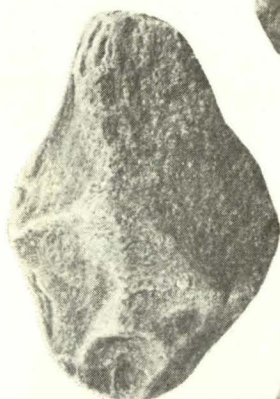
21



22



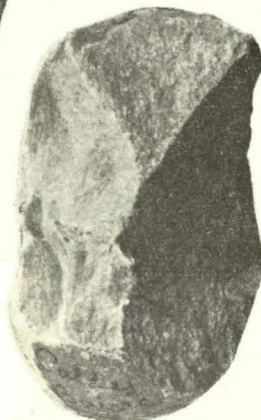
23



24



25



26



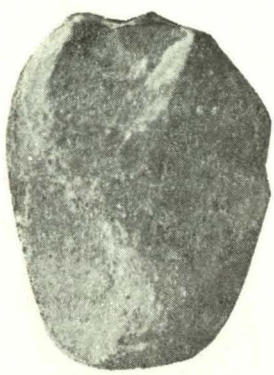
27



28



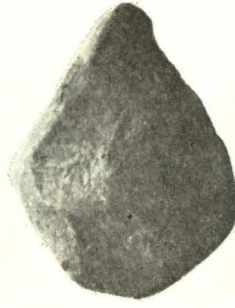
29



30



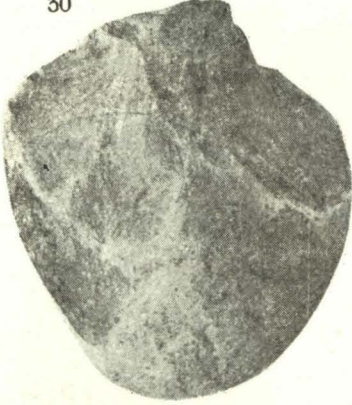
31



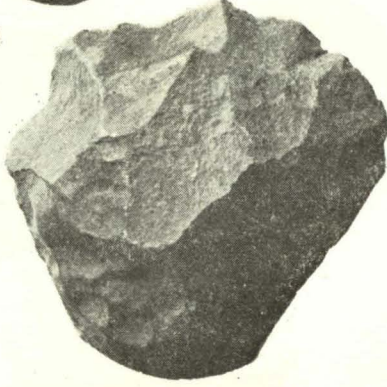
32



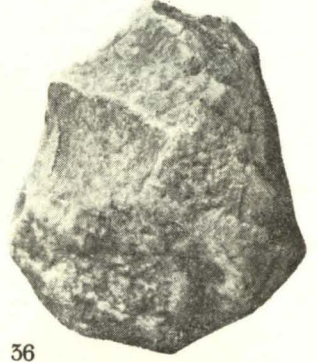
33



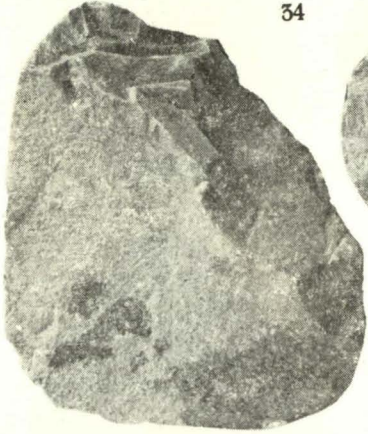
34



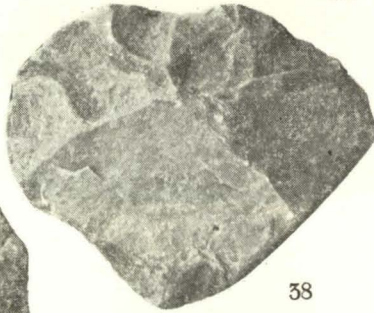
35



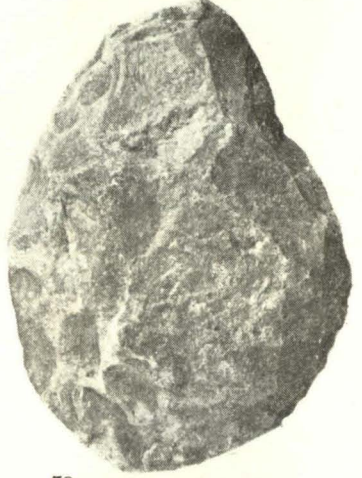
36



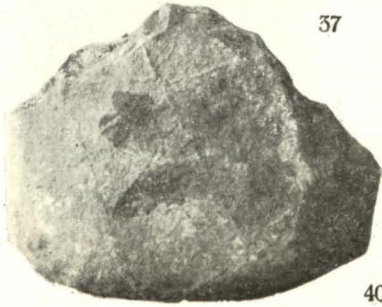
37



38



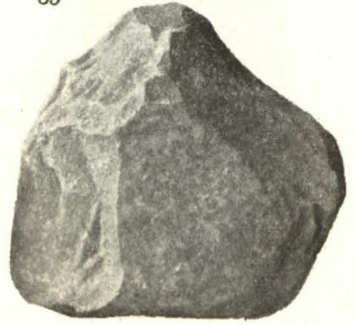
39



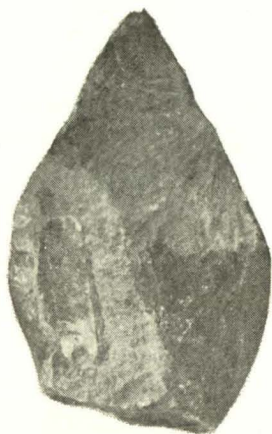
40



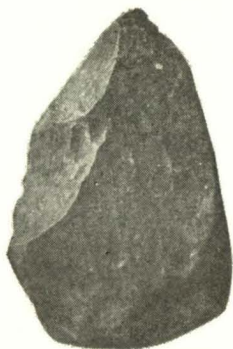
41



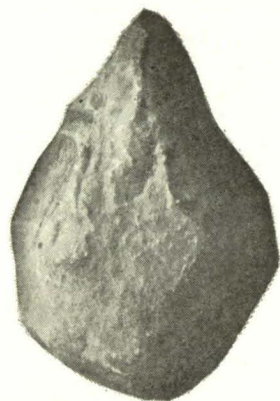
42



43



44



45



46



47



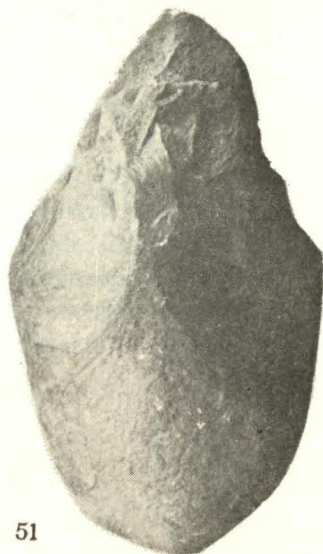
48



49



50



51

A FAMÍLIA FLAVIENSE DE CAMÕES

por

J. G. Calvão Borges

I — OS CAMÕES FLAVIENSES

Há na secção de *Reservados*, da Biblioteca Nacional, um manuscrito com particular interesse para quem estuda a História de Chaves. Trata-se do códice n.º 221 que é constituído por um conjunto de cartas e duas memórias descritivas da cidade. As cartas datam do período 1721-1723 e foram remetidas a D. Jerónimo Contador de Argote, D. Manuel Caetano de Sousa e outros, por Tomé de Távora e Abreu, que ao tempo era Secretário do Governo das Armas de Trás-os-Montes; as memórias descritivas foram elaboradas, uma pelo mesmo Tomé de Távora, e a outra por Pedro da Fontoura Carneiro, Abade de Bouçoais.

Embora o título do códice seja «Notícias Geográficas e Históricas da Província de Trás-os-Montes», as cartas de Tomé de Távora — um dos poucos escritores flavienses que figuram na Biblioteca Lusitana de Barbosa Machado — referem-se apenas aos Concelhos de Chaves, Montalegre e Monforte, anotando sobretudo ruínas romanas, padrões e marcos existentes, e incluindo também simples curiosidades, como o nascimento de duas gémeas siamesas na vizinha Galiza.

A partir da página 94 do códice, encontramos uma minuciosa descrição de Chaves incluindo uma planta da vila, a descrição da sua história, a constituição da Comarca, as igrejas, capelas, conventos e fortes existentes, as termas e até costumes da época; Tomé de Távora indica ainda flavienses mais ilustres, e junta uma «Relação dos apelidos que houve nesta terra antigamente nas famílias nobres, dos quais permanecem alguns e outros se extinguiram de todo, e se não faz menção de muitos, que vieram de fora, por não pertencerem aos naturais». Tomé de Távora era por certo pessoa simples e desprezenciosa; nesta lista dos apelidos inclui nada menos que quarenta e não se coíbe de ao lado de apelidos ilustres como Sampaivos, Távoras e Teixeiras citar outros mais modestos como Anes, Gonçalves e Rodrigues e até alguns que nem constam dos armoriais portugueses como Couraça, Roda e Roubão.

Ora, entre os apelidos nobres flavienses, Tomé de Távora indica o de Camões.

Algumas páginas atrás, na lista de militares mais distintos da região, aparecem os capitães de infantaria José Couraça Camões e Diogo Couraça Camões.

Quando há alguns anos li este códice, a afirmação da existência de uma família Camões em Chaves despertou em mim uma natural curiosidade. Que relação de parentesco haveria entre estes Camões e o poeta? Socorri-me então da colecção de genealogias, que mais acessível está ao leitor comum: o Nobiliário de Felgueiras Gayo. Porém, a total ausência de referências nessa obra a um ramo flaviense da família desencorajou-me e abandonei a pesquisa admitindo que se tratasse de parentesco muito remoto ou de alguém com curta permanência na região.

Há poucos meses, no decurso de uma consulta na Torre do Tombo, vim a encontrar uma nova informação que, embora em nada auxilie a esclarecer a relação de parentesco procurada, confirma a afirmação de Tomé de Távora. Trata-se de uma habilitação para o Santo Ofício — nome Teotónio, maço 1, diligência 8 — em que aparece, depondo como testemunha no ano de 1715, Manuel Couraça Camões, homem nobre, natural de Vilar de Nantes, com 66 anos de idade.

Com poucos dias de intervalo um feliz acaso quis que encontrasse

um novo documento que, esse sim, contribui já substancialmente para o conhecimento das origens da família flaviense Camões. Trata-se de outra habilitação para o Santo Ofício que, pela sua importância, se transcreve integralmente em anexo e se resume aqui.

Habilitações para o Santo Ofício, nome Pedro, maço 1, diligência 13.

- 1 — Trata-se da habilitação do Doutor Pedro Alvares de Freitas, Prior de São Nicolau em Lisboa. As cartas dirigidas aos diversos locais onde se devia fazer a diligência, dizem: «Doutor Pedro Alvares de Freitas, Prelado que foi de Tomar, filho de Alvaro Anes de Freitas e de sua mulher Mécia Vaz de Camões o qual Doutor (...) é natural de Vilar de Nantes ...»
- 2 — Época — De 23 de Agosto de 1598 até 24 de Setembro do mesmo ano, data em que a habilitação foi aprovada.
- 3 — Locais onde foi feita a inquirição:
 - Coimbra: em relação à mãe e avós maternos;
 - Chaves e Vilar de Nantes: em relação ao pai, mãe e avós maternos;
 - Barcelos: em relação ao avô paterno;
 - Braga: em relação ao pai, mãe e avós paternos;
 - Guimarães: em relação ao pai e avós paternos;
 - Montalegre e algumas aldeias do seu termo: em relação ao pai e avós paternos.
- 4 — Relação das testemunhas ouvidas e dados biográficos por elas fornecidos no que respeita à família materna do habilitando:
 - 1.^a testemunha: Cristovão Teixeira, cavaleiro fidalgo, de 72 anos; ouvido em Chaves:
 - conhece o habilitando desde criança por ser natural de Vilar de Nantes e se ter criado e estudado em Chaves;
 - encontrou-se com o habilitando em Tomar quando foi às cortes a Lisboa;
 - conhece-o desde os 14 anos;

- a mãe do habilitando era irmã de Miguel Vaz; os pais viveram em Vilar de Nantes;
- não sabia de onde era o pai, mas a mãe era natural de Vilar de Nantes e irmã do referido Miguel Vaz e de Manuel Gomes, que eram dos principais e do Governo da Vila de Chaves.
- 2.^a testemunha: Padre Jorge Rodrigues, cura em S. Gonçalo de Vilas Boas, 77 anos; ouvido em Chaves:
- conhece o habilitando há mais de 55 anos por terem sido condiscípulos em Chaves e se ter criado com ele em Vilar de Nantes;
- que o pai viera de Montalegre onde era escrivão do Judicial há mais de 55 anos e já então o habilitando era nascido;
- conheceu os irmãos da mãe.
- 3.^a testemunha: Melchior Ravasco, Reitor em São Vicente de Redondelo, 80 anos; ouvido em Chaves:
- conhece o habilitando há mais de 50 anos por o mesmo ter sido seu discípulo em gramática;
- conheceu-o também sendo Abade e Vigário Geral na Torre de Moncorvo;
- conheceu os pais; a mãe era de Vilar de Nantes e filha de Simão Vaz.
- 4.^a testemunha: Matias Gonçalves, cavaleiro fidalgo, de 78 anos; ouvido em Vilar de Nantes:
- conhece o habilitando desde os dez ou doze anos;
- o habilitando aprendeu a ler na quinta que era do Padre Bartolomeu Pinheiro e que agora é dele testemunha;
- dizem que o habilitante é doutor por Salamanca;
- conhece os pais há 68 anos; a mãe era de Vilar de Nantes, filha legítima de Antão Vaz, que ele testemu-

nha não conheceu, mas conheceu sua mulher Guiomar Vaz que em Vilar viveu e morreu;
— o Antão Vaz e a Guiomar Vaz tiveram outros filhos e filhas «muito letrados».

- 5.^a testemunha: João Machado Carmona, 55 anos; ouvido em Barcelos.
- 6.^a testemunha: Pero de Faria Maris, 58 anos; ouvido em Barcelos.
- 7.^a testemunha: Domingos do Rego, 75 anos; ouvido em Barcelos.
- 8.^a testemunha: António Nogueira, 62 anos; ouvido em Barcelos.
- 9.^a testemunha: Manuel Fernandes, 60 anos; ouvido em Barcelos.
- 10.^a testemunha: Baltazar Gonçalves, 76 anos; ouvido em Barcelos.

Nenhuma das testemunhas ouvidas em Barcelos conhecia qualquer das pessoas, a que a habilitação se referia.

- 11.^a testemunha: Padre Gaspar Gonçalves, Reitor de Eiró (Barroso), 67 anos, natural de Chaves; ouvido em Braga:
— conhecia muito bem o habilitando por terem sido discípulos em Chaves;
— ouvira dizer que a mãe do habilitando era da geração dos Camões do Porto.
- 12.^a testemunha: Reverendo Doutor Francisco de Chaves, Arceidiago do Couto, 68 anos, natural de Chaves; ouvido em Braga:
— conhecia o habilitando muito bem e sabe que é natural de Vilar de Nantes;

— conheceu Mécia Vaz e seus irmãos Manuel Gomes e Miguel Vaz, Juiz de orfãos em Chaves;
— o habilitando foi familiar e comensal do Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

- 13.^a testemunha: António Alvaes Barroso, 55 anos; ouvido em Braga:
— foi condiscípulo do habilitando em Salamanca;
— conheceu os tios (irmãos da mãe) e primos;
— a família materna do habilitando era nobre, principal da terra e do governo dela;
- 14.^a testemunha: Diogo da Silva, 70 anos; ouvido em Guimarães.
- 15.^a testemunha: Jorge Fernandes, 65 anos, ouvido em Guimarães.
- 16.^a testemunha: Francisco Barroso, 78 anos; ouvido em Guimarães.
- 17.^a testemunha: Domingos Gonçalves Petis, 70 anos; ouvido em Guimarães.
- 18.^a testemunha: António Vaz do Canto, 63 anos; ouvido em Guimarães.
- 19.^a testemunha: Amador Fernandes Sabacho, 65 anos; ouvido em Guimarães.

Nenhuma das testemunhas ouvidas em Guimarães tinha conhecimento da família materna do habilitando.

- 20.^a testemunha: António Mendes de Vasconcelos, 65 anos; ouvido em Montalegre:

— sabia que Mécia Vaz de Camões era natural de Vilar de Nantes;
— a família do habilitando era nobre.

21.^a testemunha: Bento Gonçalves, 81 anos; ouvido em Codeçoso da Cham (Montalegre):
Nada sabia.

22.^a testemunha: Aleixo Vaz, 64 anos; ouvido em Meixedo (Montalegre):
— conhece o habilitando há cerca de 40 anos por terem sido condiscípulos em Salamanca; conheceu-o como Vigário Geral na Torre de Moncorvo;
— o habilitando é muito nobre e sempre se tratou à Lei da nobreza.

23.^a testemunha: Gonçalo Afonso da Portela, 90 anos; ouvido em Montalegre.

24.^a testemunha: Baltazar Alvares, 65 anos; ouvido em Montalegre.

Estes dois nada sabiam sobre a família materna do Doutor Pedro Álvares.

25.^a testemunha: Diogo Pires, 100 anos; ouvido em Sezelhe (Montalegre):
— os pais do Doutor Pedro Álvares residiam em Montalegre há mais de 60 anos;
— o pai casou em Vilar de Nantes com Mécia Vaz;
— conheceu Mécia Vaz e o pai chamado Miguel Vaz.

5 — Outros elementos:

1.^o O inquiridor em Coimbra declara, na primeira página do documento, não ter encontrado nesta cidade testemunhas

que pudessem dar notícias da mãe e avós maternos do Doutor Pedro Álvares.

- 2.º O inquiridor em Chaves declara na página 20 do documento não ter feito mais interrogatórios por não haver quem, não sendo parente do habilitando, pudesse dar notícias.

II — ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

A consideração dos três documentos mencionados permite extrair imediatamente as três seguintes conclusões incontestáveis:

PRIMEIRA — *que a família Camões existiu em Chaves desde o último quartel do século XV até ao primeiro quartel do século XVIII;*

SEGUNDA — *que era uma família nobre exercendo os cargos honrosos da governança local;*

TERCEIRA — *que a sua casa era em Vilar de Nantes). (Ver nota 1)*

O terceiro documento, pelo seu conteúdo e significado, exige uma análise mais minuciosa a partir da qual se poderão extrair outras conclusões, embora porventura com menor grau de certeza que as anteriores.

Assim:

QUARTA — *o nome dos avós do habilitando e portanto os primeiros Camões flavienses sobre os quais se possuem dados*

Como se vê, há três depoimentos contraditórios: os da terceira, quarta e vigésima quinta testemunhas. Esta última, Diogo Pires, de Montalegre, é contraditada pelas primeira e décima segunda testemunhas, que são fla-

vienses, e dão o Miguel Vaz como irmão de Mécia Vaz de Camões. As restantes testemunhas flavienses referem-se à existência de irmãos de Mécia Vaz embora não citem os seus nomes. Estes factos, associados à proecta idade de Diogo Pires, aconselham a que não consideremos este testemunho.

Quanto aos outros dois depoimentos contraditórios, os da terceira e quarta testemunhas, não os podemos avaliar com base nas idades dos depoentes, pois elas são muito próximas; porém, Matias Gonçalves não só vivia em Vilar de Nantes como parece ter melhor memória, na medida em que se recorda dos nomes de ambos os avós e sabe, inclusivé, que a avó sobreviveu ao marido. Parece, pois, razoável admitir-se que os nomes dos avós eram de facto Antão Vaz e Guiomar Vaz.

O Simão Vaz referido pelo Padre Melchior Ravasco poderá corresponder a um tio ou tio-avô do Doutor Pedro Álvares. Miguel Vaz, irmão de Mécia Vaz e provavelmente mais velho que ela, foi confundido com o pai de ambos pela vigésima quinta testemunha. Simão Vaz, presumível irmão mais velho, poderá também ter sido erradamente identificado pelo Padre Melchior Ravasco.

QUINTA — *idade do habilitando*

O Doutor Pedro Álvares de Freitas não era um homem novo em 1598. Para o demonstrar basta recordar que a segunda testemunha (77 anos de idade) afirma ter sido seu condiscípulo e o conhecer há mais de 55 anos. Há mais de 55 anos (60 segundo a vigésima quinta testemunha) teria ido para Vilar de Nantes o pai do Doutor e já então este era nascido. Os seus condiscípulos em Chaves variam em idade, desde os 67 anos (décima primeira testemunha) até aos 77 anos (segunda testemunha).

A primeira testemunha afirma ter-se encontrado com o habilitando em Tomar quando se dirigia às cortes em

Lisboa. Antes de 1598 as datas mais próximas de cortes reunidas em Lisboa são 1562, 1579 e 1583; portanto, quinze anos antes da habilitação, pelo menos, já o Doutor era Prelado na Vila de Tomar. Ainda de acordo com os depoimentos, teria sido antes disso Abade em Torre de Moncorvo e estudante em Salamanca (há quarenta anos segundo a vigésima testemunha). Parece, pois, razoável admitir que a sua idade não andaria muito longe dos 70 anos.

SEXTA — o apelido usado

É curioso constatar que a família flaviense Camões usava nos séculos XV e XVI muito mais o apelido Vaz que o apelido Camões.

SÉTIMA — naturalidade dos ascendentes maternos do habilitando

Dos elementos disponíveis sabe-se que Mécia Vaz terá nascido em Vilar de Nantes. Quanto aos avós maternos sabe-se que viveram e morreram em Vilar de Nantes; o facto porém de se terem feito as inquirições em Coimbra parece demonstrar que havia a ideia — ou o próprio habilitando terá afirmado — que seus avós eram de Coimbra. Só assim se explica que se tenham tentado efectuar as diligências nessa cidade.

A referência da décima primeira testemunha a que a Mécia Vaz seria dos Camões do Porto, confirma este parecer na medida em que os Camões do Porto em 1598 eram os descendentes do ramo coimbrão de Camões.

OITAVA — Outros elementos:

- a) de acordo com a quinta conclusão, o Doutor Pedro Álvares terá nascido cerca de 1530; sendo assim, a sua mãe e seus tios terão nascido nos primeiros anos

do século XVI e os avós, logicamente, no último quartel do século XV;

- b) de acordo com as conclusões quarta e quinta saliente-se, por razões que adiante se compreenderão, que um Antão Vaz (de Camões), casado com uma Guiomar Vaz, terá tido um neto cerca de 1530;
- c) do depoimento da quarta testemunha e da afirmação do inquiridor em Chaves pode-se concluir que o casal Antão e Guiomar Vaz, além dos dois filhos e da filha cujos nomes constam do documento, terá tido mais filhos e filhas.

É também de salientar a forma como a quarta testemunha caracteriza a descendência desse casal: «Muito letrados».

III — OS OUTROS CAMÕES

Os dois primeiros documentos referidos confirmam a existência de Camões flavienses na primeira metade do século XVIII e o terceiro documento certifica essa existência na passagem do século XV para o século XVI. Sendo assim, os primeiros Camões flavienses pertenceram à terceira ou quarta geração de Camões em Portugal; para o demonstrar basta dizer que Luis de Camões, nascido no primeiro quartel do século XVI e portanto apenas meia dúzia de anos mais velho que o Doutor Pedro Alvares de Freitas, aparece nas genealogias como quinta geração de Camões.

Esta proximidade do tronco dos Camões portugueses, reduzindo substancialmente o campo da pesquisa, aconselhava, como é óbvio, nova consulta das genealogias.

Deve confessar-se que tal pesquisa continuou a ser infrutífera pelo menos no que se refere à indicação de um ramo flaviense da família. Parece que os Camões flavienses, como flavienses, foram ignorados ou esquecidos pelos genealogistas. É claro que esta afirmação terá de ser encarada com as reservas que derivam da quase impossibilidade de consultar as centenas de genealogias que se escreveram neste

país, a maioria das quais se mantem manuscrita e muitas na posse de particulares.

Para dar uma ideia da dimensão da pesquisa feita indicam-se as obras consultadas em Lisboa:

- Nobiliário de Felgueiras Gaio — Impresso;
- Pedatura Lusitana de Alão de Moraes — Impresso;
- Genealogias manuscritas conservadas na Torre do Tombo — 7 volumes;
- Genealogias pombalinas da Biblioteca Nacional — 9 volumes;
- Genealogias manuscritas da Biblioteca Nacional — 14 volumes;
- Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo — Dr. Júlio Teixeira (Ver nota 2).

Além destas e por se tratar de obras escritas por transmontanos — o segundo creio que flaviense — consultaram-se ainda:

- Na Biblioteca Municipal do Porto: o manuscrito n.º 1345 cujo título é Genealogias da Província de Trás-os-Montes; Autor: Manuel Carneiro da Fontoura; Data 1816;
- Na Biblioteca que foi do Exmo. Senhor Doutor Francisco de Barros Ferreira Cabral Teixeira Homem, da Casa de Samaiões: o livro de genealogias manuscritas de João Leite Teixeira Chaves que escreveu em 1761, transcrevendo em parte Salvador Leite Borges o qual escreveu em 1657. A consulta desta obra foi-me gentilmente facultada pelo Senhor Joaquim de Barros Teixeira Homem, actual Administrador da casa.

Como se disse, em nenhuma delas se encontrou qualquer referência a Camões flavienses, ainda que na última se incluam alguns Couços, Juizes dos orfãos em Chaves.

As razões desta omissão poderão ser várias e não interessa estar a enumerá-las; não se esqueça que também os Camões de Coimbra — com excepção do ramo a que pertence o Poeta — são omitidos nas genealogias e só se encontram estudados nas obras sobre a biografia do épico ...

Dado que se deduziu pertencerem os primeiros Camões flavienses à terceira ou quarta geração dos Camões portugueses, vejamos o que dizem as genealogias sobre essas quatro primeiras gerações.

O primeiro Camões conhecido é:

1 — Vasco Pires de Camões

que veio servir o Rei D. Fernando cujo partido tomara.
Casou com D. Maria (ou Mariana) Tenreiro de quem teve três filhos conhecidos:

2 — Gonçalo Vaz de Camões;

2 — Constança Pires de Camões;

2 — João Vaz de Camões.

Estes três constituem pois a segunda geração.

2 — O Gonçalo Vaz de Camões casou com Constança da Fonseca e teve:

3 — António Vaz de Camões.

2 — Constança Pires de Camões casou com Pedro Severim e teve:

3 — Maria Anes Severim;

3 — Margarida Camões.

2 — João Vaz de Camões casou com Inês Gomes da Silva e teve:

3 — Antão Vaz de Camões

Na terceira geração de Camões encontramos assim um António Vaz e um Antão Vaz. Vejamos agora a quarta geração:

3 — António Vaz de Camões. Não se diz com quem casou, mas sabe-se que viveu em Aviz e foram seus filhos:

4 — Lopo Vaz de Camões

4 — Aldonça Anes de Camões

3 — Maria Anes Severim casou com Gil Anes de Oliveira e teve:

- 4 — João Gil Severim
- 4 — Acêncio ou Afonso Severim
- 4 — Belchior Gonçalves Severim

3 — Margarida de Camões casou com o Dez^o Alvaro Martins e teve:

- 4 — João de Camões
- 4 — Pedro Alvares

3 — Antão Vaz de Camões casou com Guiomar Vaz de Camões e teve:

- 4 — Simão Vaz de Camões

Portanto, como se vê, excluindo a hipótese da existência de qualquer outro descendente de Vasco Pires de Camões não registado nas genealogias, nas terceiras e quartas gerações de Camões só se encontra um Antão Vaz precisamente casado com uma Guiomar Vaz.

Por singular coincidência estes são os avós do poeta.

IV — A ASCENDÊNCIA PATERNA DO POETA

Em face da perturbadora mas empolgante perspectiva de ter localizado em Vilar de Nantes os avós de Luis de Camões, impunha-se rever o que desses avós se sabe para averiguar da verosimilhança dessa localização.

Não abundam as informações sobre a família do Poeta. Foi só em 1613, no prólogo de uma edição dos Lusíadas, que surgiu a sua primeira biografia. Escita por Pedro Mariz, filho do livreiro coninbricense António de Mariz, nela se afirma que o poeta «foi filho de Simão Vaz de Camões (...) E foi neto de Antão Vaz de Camões e sua mulher Guiomar Vaz da Gama, do Algarve, da família do descobridor

do caminho marítimo para a Índia e bisneto de João Vaz de Camões, morador em Coimbra, aonde morreu e está sepultado (...)».

Esta versão, que se transcreveu parcialmente no capítulo anterior, foi geralmente adoptada pelos camonianistas e genealogistas dos séculos posteriores. No entanto, só praticamente nos últimos 100 anos se encontraram documentos fidedignos que a comprovam ainda que apenas parcialmente. Esses documentos, encontrados na Torre do Tombo pelo Visconde de Juromenha e na Biblioteca Municipal de Coimbra pelo Doutor Pinto Loureiro, podem classificar-se em dois grandes grupos:

- o primeiro demonstra a filiação do poeta e do seu presumível tio paterno D. Bento de Camões, Prior do Mosteiro de Santa Cruz;
- o segundo demonstra a existência e estabelece a genealogia do ramo coimbrão dos Camões.

Segundo as investigações do Doutor Pinto Loureiro, a genealogia dos Camões conimbricenses que pode comprovar-se é:

- 1 — João Vaz de Vila Franca (Vila Franca era o nome de uma quinta nas imediações de Coimbra). Casou com Catarina Pires e teve:
 - 2 — João Vaz, que segue
 - 2 — Pera Vaz, escudeiro do Conde de Monsanto e que casou com Brites Gomes (ver Mário de Sá — Camões no Maranhão — para a descendência deste).
- 2 — João Vaz, casou com Branca Tavares e teve:
 - 3 — Estevão Vaz
 - 3 — Henrique Freitas
 - 3 — D. Bento de Camões, Frade Crúzio que faleceu em 1605
 - 3 — Isabel Tavares (a Belinda cantada pelo poeta). Casou com Alvaro Pinto

3 — Simão Vaz de Camões, que segue:

- 3 — Simão Vaz de Camões, casou duas vezes. A primeira com Joana Perestrelo, natural do Porto, cidade onde viviam em 1570.
Casou segunda vez com Francisca Rebelo, de Coimbra.

Para integrar nestes os ascendentes do poeta, admite o Doutor Pinto Loureiro que o primeiro João Vaz tenha sido casado anteriormente com Inês Gomes da Silva, tendo:

- 2 — Antão Vaz de Camões, que do seu casamento com Guiomar Vaz da Gama teria tido:
- 3 — D. Bento de Camões, prior de Santa Cruz e cancelário da Universidade, o qual faleceu em 1547;
- 3 — Simão Vaz de Camões, pai do poeta.

Para aquilatar da incerteza a que esta versão está associada e também para confrontar com algumas das conclusões extraídas atrás (segundo capítulo) é oportuno transcrever três passagens da obra «Novos subsídios para a biografia de Camões», edição de 1935, do Doutor Pinto Loureiro.

PRIMEIRO — *sobre Antão Vaz — Página 60*

«(...) De Antão Vaz pouco ou nada se sabe mas diz-se ter estado na Índia com Afonso de Albuquerque. Seguramente mais velho que João e Pedro, viveria já sobre si à data do falecimento do pai», (1505 a 1508) «ou teria mesmo partido nalguma expedição ultramarina, pois não se encontrou até agora em Coimbra, que eu conheça, qualquer resquício de documento que lhe diga respeito».

SEGUNDO — *sobre o apelido usado pelos Camões Conimbricenses — Página 82*

«Os Vaz de Vila Franca parece não terem tido o apelido Camões em grande conta quasi o tendo deixado em esquecimento».

TERCEIRO — *sobre a residência em Coimbra dos ascendentes paternos do poeta e sua integração nos Vaz de Vila Franca* —
Página 80

«Devo confessar que, depois de repassar pela vista muito do que se tem escrito sobre o ramo coimbrão da família de Camões, da penúria documental respeitante aos dois elos da cadeia conduzindo de João Vaz a Luis de Camões me fica uma angustiosa impressão.

Condizem autores contemporâneos do poeta e que escreveram pouco depois do seu falecimento que seu avô passou a vida em Coimbra e que decorrera também aqui importante parte da vida de seu pai, Simão Vaz de Camões.

Se não há razões seguras para os contraditar é contudo inexplicável que, decorrendo tudo num período em que a documentação é já abundante, ninguém haja até agora descoberto o mínimo traço não só da sua passagem pela cidade do Mondego, mas da sua ligação familiar com os Vaz de Vila Franca. (...)

Isso me leva à suposição de ser inventado tudo quanto se tem escrito, pelo menos relativamente à sua residência em Coimbra. Não ousaria afirmá-lo categoricamente; mas não hesito em emitir a dúvida».

Resta acrescentar que se a integração da família do poeta nos Vaz de Vila Franca sofre as dúvidas que resultam da falta de documentação comprovativa, ainda assim parece ser a mais razoável das versões existentes (ver Hernani Cidade — Luis de Camões o lírico capítulo 1.º da quarta edição).

V — FINAL

Como corolário lógico das afirmações transcritas, admitir que Antão e Guiomar Vaz viveram e morreram em Vilar de Nantes, aí lhes

tendo nascido alguns, senão todos os seus filhos, é pois justificar as dúvidas do Doutor Pinto Loureiro, corroborar as suas presunções.

Com efeito, se o flaviense Antão Vaz é o avô do poeta, compreende-se que em Coimbra não tenha sido encontrado qualquer resquício de documento que lhe diga respeito. Sendo filho de João Vaz de Vila Franca, é admissível que tenha saído da casa paterna antes de 1505 e que tenha estado na Índia com Afonso de Albuquerque. Recorde-se que o grande Vice-Rei esteve no Oriente de 1503 a 1504 e depois desde 1506 até à sua morte em 1515; na primeira excursão podia perfeitamente ter tomado parte Antão Vaz que, segundo o depoimento de Matias Gonçalves, terá falecido cerca de 1530. Era, por isso, muito difícil, senão impossível, que se encontrasse ainda em 1598 quem em Coimbra se recordasse dele. E, se a sua vida decorreu no Oriente e em Vilar de Nantes, está justificado porque se não descobriu o mínimo traço da sua passagem pela cidade do Mondego.

Dado que se demonstrou a verosimilhança procurada no capítulo anterior, vejamos de que provas se dispõe para defender a hipótese de terem vivido em Chaves os avós de Luís de Camões.

Uma leitura atenta de tudo o que se contém nos capítulos anteriores leva à conclusão de que é a naturalidade dos avós do Doutor Pedro Álvares de Freitas a pedra fundamental de todo este trabalho. Ou se aceita a sétima conclusão do segundo capítulo e de raciocínio em raciocínio deduz-se logicamente haver um estreito parentesco entre o Doutor Pedro Álvares e Luís de Camões, ou se contesta essa sétima conclusão e a origem dos Camões flavienses exige a admissão de novo filho até agora desconhecido para Vasco Pires de Camões. Na verdade se Antão Vaz (flaviense) não é filho de João Vaz de Vila Franca tem que se atribuir a Vasco Pires um quarto filho que será o pai do mesmo Antão Vaz. Ainda que tal «atribuição» não seja inadmissível, os argumentos aduzidos no capítulo II para chegar à sétima conclusão parecem ser suficientemente sólidos para os aceitar sem hesitações.

Nesse caso, o problema simplifica-se substancialmente. Senão, vejamos:

- o avô do Doutor Pedro Álvares teve este neto cerca de 1530;
- Antão Vaz (avô do poeta) foi avô cerca de 1525;

pode-se, portanto, admitir razoavelmente serem ambos da mesma geração. Sendo assim, só nos restam duas hipóteses:

- a primeira é aceitar que o avô se chamava de facto Antão Vaz e que era pois o avô do poeta;
- a segunda é admitir que o avô do Doutor se chamava Simão ou Miguel Vaz e aí temos mais um filho de João Vaz de Vila Franca. Nesta hipótese o Doutor Pedro Álvares de Freitas seria primo em segundo grau do poeta.

Recorda-se que a questão do nome do avô do Doutor foi tratada na quarta conclusão do capítulo II com argumentação que se deixa à consideração do leitor.

Postas estas considerações prévias recorde-se o conjunto de singulares coincidências que militam em favor da hipótese de terem vivido e morrido em Vilar de Nantes os avós do poeta.

PRIMEIRA — Luís de Camões, filho de Simão Vaz de Camões, presumível neto de Antão Vaz de Camões e de Guiomar Vaz da Gama, e presumível bisneto de João Vaz de Vila Franca, nasce cerca de 1525;

O Doutor Pedro Álvares de Freitas, natural de Vilar de Nantes, filho de Mécia Vaz de Camões, também de Vilar de Nantes, neto presumível de Antão Vaz e Guiomar Vaz, bisneto presumível de João Vaz de Vila Franca, nasce cerca de 1530.

SEGUNDA — Entre os irmãos de Mécia Vaz de Camões há provavelmente um Simão Vaz de Camões.

TERCEIRA — Os Vaz de Camões de Vilar de Nantes, exactamente como os Vaz de Vila Franca dos quais por certo descendiam, usavam pouco o apelido Camões.

QUARTA — Antão Vaz de Camões diz-se ser filho de Inês *Gomes* da Silva; Antão Vaz (flaviense) tem um filho chamado Manuel *Gomes*.

QUINTA — Antão Vaz de Camões é pai de D. Bento de Camões, cancelário da Universidade de Coimbra;
Antão Vaz (flaviense) tem filhos «muito letrados».

*

Perante a habilitação do Doutor Pedro Álvares de Freitas, perante as conclusões que dela se extraíram e as coincidências verificadas poder-se-á dizer que se encontrou matéria suficiente para alicerçar e demonstrar a tese de que era flaviense a ascendência de Luís de Camões? Não creio francamente que se possa fazer tal afirmação. Porém, os elementos agora encontrados são sem dúvida mais que suficientes para estabelecer a hipótese dessa ascendência flaviense, hipótese essa que, note-se, está tanto ou mais documentada afinal do que a da residência em Coimbra dos avós do poeta.

A possibilidade de vir a confirmar a hipótese flaviense é bastante remota, embora por certo menos que a de confirmar a hipótese coimbrã; recorde-se que há séculos se anda a investigar em torno desta sem nada se ter conseguido.

Quanto à solução flaviense, a dificuldade de a demonstrar baseia-se sobretudo nos factos de que não há livros paroquiais do século XVI em Vilar de Nantes e não há um arquivo municipal em Chaves com documentos anteriores ao século XVIII.

Um investigador mais feliz poderá talvez, no entanto, com o conhecimento desta nova hipótese, vir a encontrar nos arquivos nacionais novos elementos que acham por a confirmar. Essa é a intenção deste trabalho.

Para terminar recorde-se a genealogia do poeta, de harmonia com a hipótese proposta.

1 — Vasco Pires de Camões. Casou com Dona Maria (ou Mariana) Tenreiro. Teve:

2 — João Vaz de Vila Franca. Casou com D. Inês Gomes da Silva. Teve:

3 — Antão Vaz. Viveu e morreu, provavelmente antes de 1530, em Vilar de Nantes. Casou com Guiomar Vaz que lhe sobreviveu. Tiveram:

4 — Simão Vaz de Camões, que segue

4 — D. Bento de Camões, Prior de Santa Cruz e Cancelário da Universidade de Coimbra, Faleceu em 1547.

4 — Mécia Vaz de Camões. Casou com Álvaro Anes de Freitas, escrivão de Montalegre. Foram pais do Doutor Pedro Álvares de Freitas, Abade da Torre de Moncorvo, Prelado da Vila de Tomar, Reitor de S. Nicolau em Lisboa e familiar do Santo Ofício.

4 — Miguel Vaz, que foi Juís dos Orfãos em Chaves.

4 — Manuel Gomes que viveu em Vilar de Nantes e era da «governança da Vila de Chaves».

4 — Outros filhos e filhas.

De alguns destes houve descendência em Chaves.

4 — Simão Vaz de Camões. Casou com Ana de Sá (de Macedo) e tiveram:

5 — Luís de Camões, o imortal autor dos Lusíadas.

Note-se que nesta genealogia, como aliás em todo o trabalho, se tentou utilizar apenas dados comprovados ou com sólidas garantias de veracidade. Evitaram-se sistematicamente as construções imaginosas que levariam talvez a uma solução mais elaborada, mas de que a verdade histórica sairia seguramente maltratada. Termino por isso, e com a devida vénia, com os versos com que Salvador Leite Borges no manuscrito atrás citado, começa o seu «Tratado de Teixeira»:

*«Hé senhor grande trabalho
escrever de gerações
nem todos são sepiões
e podem cheirar ao alho*

*Ricos homens e Infanções
se dizeis verdade a todos
de nem hũ estaes seguro
q não há sangue tão puro
nem para Avós tantos godos
q hũ não achem num monturo*

*Escrever com louvainhas
não hé minha profissão
tirar unhas ao leão
para pollas nas galinhas
outros o façam que eu não»*

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

Nota n.º 1:

Vilar de Nantes é povoação muito antiga situada nos arredores de Chaves. Segundo o Dr. J. Leite de Vasconcelos, o seu nome deriva de Nantiz (séc. X) palavra de origem germânica que significava filho de Nanto. Esta interpretação é contestada; a antiguidade da povoação porém não o é e há um documento de 1147 que a ela se refere.

No século XIII foi honra da estirpe dos Cogominhos. No século XVIII pertencia à casa de Bragança.

Do dicionário geográfico (1758) extraem-se as seguintes informações:

«Freguesia do Salvador de Vilar de Nantes (...) tem a freguesia 185 moradores e pessoas de 7 anos para cima 613 (...). Está situada pella parte de poente nos confins do valle de Chaves e pello nascente na falda da serra do Brunheiro (...) tem esta freguesia 4 lugares (...) Vilar, Nantes, Outeiro Juzão e Ribeiro de Avellans.

O lugar de Villar tem 77 vizinhos e 307 pessoas; este lugar tem mais dois bairros que lhe ficam para o Sul, o mais circunvizinho se chama Fonte Carriça dista do lugar duzentos passos, tem 16 moradores e 47 pessoas; o outro se chama Valdazirma e dista do dito lugar 460

passos, tem 8 moradores e 30 pessoas (...). A Igreja matriz está situada no lugar de Villar e no meio delle (...). Tem esta freguesia 7 ermidas (...) no dito lugar de Villar está fora delle para o nascente em distância de 100 passos a Ermida do Divino Espírito Santo (...) há na dita Ermida uma Irmandade (...) no bairro de Valdazirma está outra Ermida de N.^a S.^a da Conceição (...) na quinta de Manuel de Mesquita Pimentel. (...) Os frutos que em todos estes ditos lugares em mais abundância (há) são centeio e trigo».

Actualmente a freguesia terá cerca de 1000 habitantes e o lugar de Vilar desfruta de renome nas redondezas pelas olarias populares de louça preta que vai vender às feiras.

A povoação é pobre e típica do norte transmontano: casas de granito escuro e ruas mal calcetadas onde vagueiam os animais domésticos. Aqui e além um portal escuro abre para a oficina modestíssima dum oleiro; a toda a volta bilhas, alguidares e vasos, prontos para o forno ou para a venda; ao centro o arcaico torno accionado ainda com o pé; junto à porta, numa ceira, dorme descansada uma criança indiferente às moscas que a mordem.

Terá nascida nesta terra o pai do poeta? E onde?

«— Casas velhas? Isso é o que por aí mais há.» Responde uma velha divertida com o meu interesse. E vai enumerando: «a do Vigário Geral, a de Valdazirma» ...

As casas «mais velhas» para a gente da aldeia, são as de traça setecentista, «as dos SS» como dizem pitorescamente, referindo-se às características bases dos corrimãos das escadarias.

«— Mais velhas? Mais velhas não há!»

E ficam num alvoroço quando lhes mostro mesmo em frente a uma das «casas dos SS» à saída para Nantes, uma padieira de uma porta onde se lê claramente: 1574. (Figura 1).

400 anos. Contemporanea dos primos do poeta. Teria sido mandada edificar por um deles?

A casa está meio arruinada e é, à primeira vista, humilde e rústica; mas no interior espera-nos uma surpresa: as duas únicas salas que ainda restam têm teto em caixão, paredes com um metro de espessura e janelas com banquetas laterais talhadas no granito.

Ainda me mostram mais três ou quatro, nenhuma porém com data gravada. Logo abaixo da primeira, as ruínas de uma que «foi Tribunal» diziam os avós dos mais velhos. Reminiscência dos «Juizes dos Orfãos?» (Figura 2)

Também em Valdazirma, na casa que o cavaleiro professo da Ordem de Cristo Manuel de Mesquita Pimentel construiu nos princípios do século XVIII, se depara com uma curiosidade: A casa foi acrescentada a um prédio muito mais velho de que se vêem ainda uma modesta escada, uma coluna e um pano de parede. (Figuras 3 e 4).

Algumas destas terá sido casa de Camões?

Nota n.º 2:

No 1.º Volume da obra de Dr. Júlio Teixeira ao tratar-se da família Carneiro da Fontoura, de Chaves, refere este autor Máximo Capela da Fontoura, 6.º neto de Pedro da Fontoura senhor da Torre de Pico Sacro na Galiza, e que teria sido pai da mulher de Diogo de Souza (Izei) e da mulher de Manuel Couraça Camarões (sic) de Vilar de Nantes.

O Nobiliário de Felgueiras Gayo só indica dois filhos para Máximo Capela: um homem que terá falecido solteiro e a mulher de Diogo de Sousa (de Izei).

O Dr. Júlio Teixeira não indica qual a origem da informação que fornece; neste autor, aliás, tenho encontrado algumas imperfeições.

De qualquer forma, é curioso que seja citado o Manuel Couraça Camões que já encontramos. (Ver Capítulo I).

BIBLIOGRAFIA:

Além das obras citadas no texto consultaram-se ainda:

- Chaves Antiga — Gen. Ribeiro de Carvalho
- Duas nótulas camonianas — Artur Magalhães Basto
- Simão Vaz de Camões no Porto — Artur Magalhães Basto
- Dicionário Bibliográfico — Brito Aranha
- Enciclopédia Portuguesa-Brasileira
- Enciclopédia Verbo

ANEXO A

LEITURA INTEGRAL DA HABILITAÇÃO PARA O S. O.
DO DOUTOR P. ALVARES DE FEITAS

HABILITAÇÕES DO SANTO OFICIO
PEDRO, MAÇO I DILIGENCIA 13

PÁGINA 1 — Em cima: «Informaçã de P^o Alvres/de Freytas Prior de São/Nicolao»

Em baixo com letra diferente: «dias ha que andamos nestas ma/terias de tais diligencias que/se hão de fazer nesta cidade de/genealogias e andamos as/escuras por que todas as/p^{as} velhas e antiguas desta/terra são mortas nẽ ha memoria/de p^{as} antiguas que fossem/ascendentes das p^{as} de/cuia casta se ha de fazer/a diligencia e ia estão ouvidos/os mais velhos q̄ aguora/ha e se aguora nen achamos/quem conhecesse a mai de/P^o Alvrês e os seus avos maternos/fiqua isto em aberto a este (?)/particular e fiquase entendendo/nisto e batendo o mato (?) p.^a/ver se achamos p^{as} que/tenhamõ conhecim^o da mai/de P^o

Alvares e o q̄se acertar/de achar ira pelo ordinario/dê guarde a V^sM^s de Coibra/a 12 de Setembro de 98

bolameu da Fonseca

PÁGINA 2 — «Ao Sancto Officio de Lix.^a
da Inq^{cam} de Coimbra»

PÁGINA 3 — Ao canto superior esquerdo: «Chaves»

Depois: «Os Inquisidores Appostolicos contra a he/retica
providade e Apostasia em esta cidã/de e bispado de
Coimbra e seu distrito/.

Fazemos saber ao L^{do} Gaspar da rocha pais/Vig^{rio} na
Vila de Chaves arcebispado de Bra/ga ou a quem seu
carrego tiver q cum/pre a bem do Santo Officio saberse
da lim/peza da geracam do D^{tor} Pedro Alvres de Frei/tas
prelado q foi da Vila de tomar e ora/he prior da igreja
de S. Nicolao da cidade/de Lixboa filho de Alvaro anes
de freitas/e de sua molher Mecia Vaz de Camões o qual/
D^{tor} Pedralvres de Freitas he natural de Vi/lar de Nantes
mea legoa dessa Vila de Chaves/e seus avoos paternos se
chamavam Alva/ro anes de freitas e Brites Alvres da-
Breu/e o dito seu avco era irmão de André de freitas e
pedro alvres de freitas q todos viveram/ e morreram na
Vila de monte alegre/pelo q requeremos a V.M. da parte
da San/ta See Appostolica q sendo lhe esta apresenta/da
mande vir perante si com pena de exco/munhão sendo
necessario cinco ou seis pes/soas do dito Vilar de nantes
as mais ancians/fidedignas e sem sospeita e q melhor
pos/sam saber do conhecimento dos ditos pai/e mai e
avoos paternos do D^{tor} P^o alvres de frei/tas acima nomea-
dos ou de seus parentes as/quais testãmunhas não sejam
parentas do dito D^{tor}/e com um Nota^o Appostolico taba-
lião ou/ escrevam dante si pessoa de confianca/q junta-
mente com V.M. jurara ter segredo/e fazerem esta dili-
gencia com toda a in/teireza q se requiere de q se fara
termo q/ambos asynaram dara juramento/

PÁGINA 4 — Em forma a cada hũa das ditas tes/temunhas e lhes
perguntara pe/los itens conteudos em hum interro/gato-
rio q com esta sera, aos quais res/ponderam distinta-

mente dando re/zam do q disserem declarando o conhe/cimento q tem das pessoas nele con/teudas e de quantos annos a esta par/te ese he de criacam vezinhanca e/fregue-sia ou per qe maneira e tudo/o que disserem se escrevera perguntan/do lhes pelo costume e cousas dele en/carre-gando-lhes o segredo sob carrego/do juramento; e feita esta diligen/cia com a brevidade possivel no la en/viara serrada e sellada a propria/com esta, e com os ditos interroga/torios sem laa ficar treslado algu/por este proprio portador que não vai/a outra cousa e pagara os custos dela/Dado em Coimbra sob nossos sinaes/e sello do Santo officio aos vinte e/tres de Agosto Andre vaz froes o/fez de mil e quinhentos noventa e oi/to annos e asinou soomente o S^{nr} D^{tor} Bertolameu da fonseca do Conse/lho Geral por soo assistir na Mesa

bolameu da Fonsequa

PÁGINA 5—

Interrogatorios

1. Se conhecem o D^{tor} Pedro Alvres de Freitas prior/da Igreja de S. Nicolao de Lixboa e ahi mora/dor, de cuia informacam se trata, declarem as/testemunhas como he o conhecimento e de q tempo/a esta parte:
2. Se conhecem Alvaro anes de freitas e sua/molher Mécia/ vaz de Camões pai e mai do dito/pedralvres de freitas q he natural de Vilar/da nantes mea legoa de chaves: e se sabem/donde os ditos seu pai e mai foram naturais e/moradores, e q officios teve o dito seu pai,/como he o conhecimento e de q tempo a esta/parte.
3. Se conhecem Alvaro anes de freitas e sua mo/lher Brites alvres dabreu, pai e mai do dito/Alvaro anes e avoos paternos do dito D^{tor}/pedralvres de freitas e donde foram naturais/e moradores e que officios teve

o dito seu/avoo, como he o conhecimento e de q tempo/a esta parte.

4. Se sabem q os ditos D^{tor} pedralvres de freitas/e seu pai e mai e avoos paternos asima/nomeados todos e cada hum deles foram e sam/tidos por Xpãos velhos limpos sem raca nem/descendencia de judeus mouros nem de outra/seita novamente convertidos e por tais sam ti/dos e avidos e comummente reputados: e do/contrario não ha nem nunca ouve fama/nem rumor e se a ouvera as test^{as} o soube/ram e ouviram dizer segundo o conhecimento q/tem das ditas pessoas e cada hua delas.

PÁGINA 6 —

5. Se sabem q os ditos D^{tor} pedralvres/de freitas e seu pai e mai e avoos/paternos sobreditos nenhum deles fose/preso nem penitenciado pelo Sancto/officio nem encorressem em algua ou/tra infamia q lhes impida ter officio/publico.
6. Se sabem q o dito pedralvres de frei/tas he filho legitimo dos ditos Alvaro/anes de freitas e Mécia vaz de Camõis/e por tal tido e avido/Se de tudo o sobredito he publica voz/e fama.

PÁGINA 7 — Anno do nãscimento do noso snr/Jzu Xpo de mil quinhentos noveta/e outo annos ao prim^o dia do mes de/Setebro na Villa de chaves nas pouas/das do L^{do} gaspar da Rocha paes vy/gairo geral no Spirytocal temporal/nesta vig^a comarqua da dita villa/pello Ill^o Snr. D. frey Agostinho de/Jesu por merce de DS da Santa Se/ app^{ca} Arce-bipo Snr. de bragua primas/por elle foi mandado fazer este auto/de juramento assinado per ãbos e assi/elle vig^o como eu escrivão juramos/em hu livro dos avagelhos de bem e verda/deiramente fazer a dilig^a q a bem/do Santo Officio se manda fazer/pella carta junta com toda

a inteyreza/q se requer e ter segredo ho assi/namos e eu James de Morais o fiz

James de Morais Gaspar da Rocha Paes

E loguo no ppio dia de o primº dia do/mes de Setembro do dido anno em a vila/de chaves nas pousadas do L^{do} gaspar/da Rocha paes vigº geral por elle foy/mandado vir as testemunhas segtes/e lhes perguntou comigo escrivão James/de Morais T^a. Cristovo Teixeira Cavaleiro fidalguo/morador em esta villa de chaves de idade/

PÁGINA 8 — de Setenta e dous anos a que elle vy/gairo deu juramento dos Santos A/vangelhos jurou dizer verdade pe/gūtado ao costume cousas delle disse/nada.

it. Pergūtado pello primº Interrogatorio se conhecia o Doutor pero alvres/de freitas prior da Jgreja de São Ni/colao de Lx^a e ahi morador disse/que se conhecia muito bem fora a/prelado no convento de Tomar e/declarou elle testemunha q o conhece de/crianças por ser natural de o/logar de Vilar de Nātes pegado desta/villa e nesta villa se criou e estu/dou nos principios e depois indo/elle as cortes a cidade de Lix^a esteve/com elle em tomar e se tratavão/como naturais e o conhece des(?)/dade catorze anos q teria a/té hora e do primº maes não disse/

it. Pergūtado ao segundo Interrogatorio/disse q hee verdade que elle testemunha/conheceo a alvaro de freitas/ que foy casado com Mécia Vaz de/Camões Irma de Migel Vaz desta/villa pai e mai do dito pedro alvres/de freitas q hee natural de o dito lugar de Villar de Nātes o qual Alvaro anes/e Mecia Vaz forão moradores no mesmo/ lugar da Villar de Nātes q hee menos/de mea legoa desta Villa de chaves/

PÁGINA 9 — e que não sabia na verdade domde procedera/o dito Alvaro anes pay do dito Doutor Pº Alvres de freitas e a

dita sua may/Mecia Vaz de Camões hera natural desta/villa por ser irma de Migel Vaz e de Ma/nuel Gomes e doutras maes pessoas q̃/são dos principais e do governo desta/villa q este conhecimento tem delles depoes/q̃ elle testemunha se acorda por ser natural/della e q ho dito Alvaro anes/não teve officio algũ maes q ser dos principaes da terra e do rrigimeto della/e do segundo maes não disse/

it. Pergūtado ao terceiro Interrogatorio/disse q não conhecera a Alvaro anes/de freitas nẽ sua molher Briätiz al/vares pai e mai do dito alv^o anes/e avos do dito Doutor p^o alvres por/q devião de ser muito antes q elle tes/temunha se acorda e mais não disse/

it. Pergūtado ao quarto Interrogatorio/disse q sabe que o dito Doutor pedro al/vares de freitas seus pais porq̃ seus a/voos não conheceo como dito tem todos e/cada hũ delles são tidos e forão sēpre/tidos por cristãos velhos limpos sem/raça(?) nem decemdemcia de judeus/mouros nẽ de outra ceita nova nem de/(?) convertidos e por tais são tidos e avidos e/comumente reputados e do contrário/

PAGINA 10 — não haa nem nũca ouve fama nem/rumor e se a ouvera elle testemunha/o ouvira dezer seg^{do} o conhecimẽto/que tem das pessoas acima ditas e/de cada hua dellas e porq̃ tambem em/esta terra as pessoas nobres precurão/muito de saber estas decemdemcias/e maes não disse ao quarto int(...)

it. Pergūtado ao quito Interrogatorio disse/que sabe q o dito Doutor pedro alvres/e seu pai e mai acima ditos ne/nhũ delles foi preso nẽ penitencia/do pello Santo Officio nẽ ouvio nũca/dizer q encorresse em

algua outra/Jnfamia q lhes Impida ter officio/publico,
e deste maes não disse.

- it. Pergūtado ao seisto Interrogatorio/disse q hee ver-
dade q sabe q o dito/pedro alvres de freitas hee filho
ligitimo/do dito alv^o anes de freitas e de Me/cia Vaz
de Camões e por tal hee tido e/havido e todo o acima
dito hee pub^{ca}/voz e fama e mais não disse/e o assi-
nou com elle vyg^o e eu/

James de Moraes,/Cristovao Teixeira, Rocha Paes

- T^a. O Padre Jorge Rodrigues cura em São G^{lo} de/Villas
boas desta comarca de Jdade de/

PÁGINA 11 — setemta e sete annos testemunha a q o/vigairo deu jura-
mento dos Sanntos Avange/lhos (...?) dezer verdade e
pergunta/do pello costume disse nada

- it. Pergūtado pello primeiro Interrogatorio/se conhece
bem ao Doutor pedro alvares/de freitas prior da
Jgreja de São nicolau/da cidade de lix^a e ahi morador
disse/elle testemunha q passa de cimcoenta e/cimco
annos a esta parte q o conhece/por se criar com
elle no logar de Vy/lar de nâtes junto a esta villa
de cha/ves e forã comdecipolos no ler e/escrever e
gramática nesta villa e deste/mas não disse
- it. Pergūtado pello segundo Interrogatorio/disse elle tes-
temunha que conhecera muito/bem a Alvaro anes de
freitas e sua/molher Micia Vaz de Camões pay e/may
do dito Doutor p^o Alvares de freitas/q hee natural de
villar de nâtes que/na hee mea legoa desta villa de
chaves/e os conheceo ha maes de cimcoêta/e cimco
anos a esta parte por se criar/no dito logar de villar
e comversar e/ter amizade em sua casa e o dito/Al-

varos de freitas veo da villa de/Monte alegre para (?) o dito logar de villar/e ao tempo q veo jaa o dito Doutor/pº alvres tinha nacido e o dito Alvº/anes teve o officio de escrivão do judicial/na dita villa de Mõte Alegre e la fa/leceo; e ha Micia Vaz de Camões/hee natural do dito logar de villar/

PÁGINA 12 — a qual si elle testemunha conhece/muito bem de criação e conversação e/no mesmo logar faleceo e outro/si conheceo seus irmãos da mesmª/criação e conversação desde o dito tem/po q elle testemunha se acorda e/desta mais não disse/

it. Pergütado ao terceiro Interrogatorio/disse q não sabia dar rezões/devida nẽ sabia no certo domde vie/rão nẽ domde herão natoraes hos av/oos paternos do Doutor pº al/vares de freitas e deste maes não/disse/

it. pergütado ao quarto Interrogatorio/disse q sabe q os ditos Doutor pº/alvares de freitas e seu pay e may/acima nomeados todos e cada hũm/delles forão sēpre e são tidas p cris/tãos velhos limpos sem raça/nem decendencia de judeus mou/ros nem de outra ceita nova nem de/convertidos e p tais são tidos e/avidos e comũmente reputados/e do contrario não haa nẽ nũca/ouve fama nẽ rumor e se/ha ouvera elle testemunha o soubera/e ouvira dezer segumdo o conhe/cimeto e conversação que com as/ditas pessoas ouve e com cada hua/dellas e deste maes não disse/

PÁGINA 13 —

it. pergütado ao quĩto Interrogatorio/disse q o dito Doutor pº alvre de freitas/e seu pay may acima nomeados/ninhũ delles foi prezo nem peniten/ciado

pello Santo officio: nem in/correrão em alguma outra Infamia/q lhe impida ter officio pp^{co} e/ nem nũca ouvio dezer q tal fosse/e deste maes não disse/

it. pergũtado ao seisto Interrogato/rio disse q hee verdade q o dito p^o/Alvares de Freitas hee filho ligi/timo de ho dito Alvaro anes de/freitas e Micia Vaz de Camões e/p tal tido e avido; e de todo o sobredito/ hera pubrica voz e fama e/maes não disse assinou com elle vy/gairo James de Moraes/Jorge Roiz Rocha Paes/

T^a. Melchior Rabasco Reitor na Jgreja de/São Vicente de Redomdello deste termo de/Jdade de outemta anos testemunha a/que o vig^o deu juramento dos Sãtos/avangelhos jurou dezer verdade e per/gũtado ao costume disse nada/

it. pergũtado elle testemunha pelo primeiro/apõtamento (sic) disse q hee verdade q elle/testemunha conhece muito bem ao Doutor/pedro alvares de Freitas prior de São/

PAGINA 14 — Nicolau da cidade de Lix^a e ahi mo/rador de maes de cincoẽta anos a esta/parte e a rezão de o dito conheci-
mẽto/hee por o dito Doutor ser seu decipolo/da gram-
matica e depois o conheceo muito/bem sendo Abbe e
Vygro geral na to/rre de Momcorvo deste Arcebipado
e/prellado no Comvento de Tomar e/deste maes não
disse/

it. pergũtado ao segundo Interrogatorio/disse q hee ver-
dade q elle testemunha conhe/ceo a Alvaro anes de
Freitas e sua/molher Micia Vaz de Camões pay e/may
do dito pedro alvares de Freitas/q hee natural de
villar de namtes juto/a esta villa menos mea legoa

domde/herã moradores e a dita Micia Vaz/hera natural do dito lugar de Villar/filha de Simão Vaz e o Alvaro/anes de freitas veo da villa de Mõ/te alegre aomde tinha hũ officio/de escrivão na dita villa e os conhece/de maes de os ditos cimcoeta anos/por pessoas de calidade por o dito lo/gar de Villar ser tão conjunto a esta villa/de chaves e deste maes não disse/

- it. pergūtado ao terceiro Interrogatorio/disse q não tinha conhecimento/de Alvaro anes de freitas nẽ de sua/molher briatiz alvares de abreu a/voos do dito pedro alvares de freitas nem domde forão naturais/

PÁGINA 15 — nem se tinhão algũs officios e deste/Interrogatorio maes não disse/

- it. pergūtado ao quarto Interrogatorio/disse q o dito Doutor pedro alvres de/freitas e os ditos seu pay e may acima/nomeados todos e cada hũ delles são tidos/e forão sempre tidos por Xpãos velhos/limpos sem raca nem decemdençia/de judeus mouros nem de outra/ceita nova nem são convertidos e/por taes são tidos e avidos e comu/mente reputados e do contrario não/haa nẽ ouve nũca fama nẽ rumor/ e se ha ouvera elle testemunha o soube/ra e ouvira dezer segundo o conhe/cimento q tinha das ditas pessoas/e de cada hua dellas e deste maes/não disse
- it. pergūtado no quinto Interrogatorio/disse q hee verdade q sabia q o dito Doutor/pº alvres de freitas e seu pay e may a/cima nomeados ninhũ delles foy/ preso nẽ penetenciado pello Santo/Officio nẽ incorrese em outra algua/infamyã q lhes Jmpida ter officio ppº/e deste maes não disse/

it. Pergūtado ao seisto disse q sabe q o/dito pedro alvres de freitas hee filho legi/timo do dito Alv^{ro} anes de freitas e de/Micia Vaz de Camões e por tal hee tido e/avido e de todo o sobredito hee pp^{ca} voz e/fama e assinou com elle vyg^o James de Morais/Melchior Ravasco Rocha Paes/

PÁGINA 16 — e aos(?) tres dias do mes de Setēbro do ano/de mil quinhētos novēta e outo annos/no lugar de villar de nantes nas pousadas/de Matias Goncalves Cavaleiro fidalgo/L^{do} Gaspar da Rocha paes Vyg^o geral co/migo escrivão foy pergūtado seu testemunho/q hee o seguinte James de Moraes/

T^a. Matias Gomcalves cavaleiro fidalgo (...)/ora morador em este lugar de villar de nātes/de idade de setemta e outo anos teste/munha a que o vyg^o deu juramēto dos/Santos avamgelhos jurou dezer verdade/e ao costume disse nada/

it. pergūtado ao primeiro Interrogatorio/disse q hee verdade q elle testemunha conhe/ce muito bem ao Doutor pedro alvres/de freitas prior da Jgreja de São Nicolau/de Lix^a e la morador segundo dizem/de idade de dez ou doze annos e se criou/ neste lugar de villar e apremdeo os pri/cipios de ler escrever nesta sua quīta delle/testemunha q nesse tpo hera do Padre Bar/tholomeu Pynheiro q pella mesma mão (?)/pryncipiou e teve em sua casa (?) outras/maes pessoas q forão sacerdotes q forão/muito virtuosos e de exēplo de q imda/oje são vivos e que assi no tpo da sua-puericia como deposes atee oje viveo/virtuosamente: e de exvirtude sine ad/jutorio adhejusque (sic) se fez letrado e dizem/q Doutor em hū colegio de Salamanqua/e deste Interrogatorio maes não disse/

it. Pergütado pello segundo Interrogatorio/disse que hee verdade que elle testemunha/conheceo a vera sessenta e oito annos neste/logar de villar pouco menos de meia legoa/da vila de chaves omde vivia Alvaro/anes de freitas q então servia segundo/dezião hũ officio de escrivão da correção do ouvidor desta comarca e de/zião q hera natural da vila de Monte a/legre omde elle testemunha despoes lhe co/nheceo parêtes cristãos velhos/e outro si conheceo sua may do dito dou/tor q se chamava Micia Vaz assi em vida/do dito alvaro anes como de poes de viuva/a qual hera natural deste logar de villar/e segundo voz e fama dos ditos sessenta/e oito annos a esta parte foi tida e auida/por filha legitima de Antão Vaz q elle/ testemunha não conheceo mas conheceo sua/molher Guio-mar Vaz q neste logar de/vilar viveo e morreo e de entre ãbos/ficarão outros f^{os} e f^{as} muito letrados/e a dita Micia Vaz dos ditos seu pay e/may e parêtes fr^{ão} tidas e avidas por/cristãos velhos sã ninhua raca (?) e o mes/mo hee o dito doutor e deste maes não/disse/

it. pergütado ao terceiro Interrogatorio/disse q não conheceo a Alvaro anes/nem sua molher Briatiz alvares av/oos paternos do dito doutor p^o alvres de/ freitas e deste maes não disse/

it. pergütado ao quarto artigo disse q/

PÁGINA 18 — hee verdade que o dito doutor elle testemunha tem/dito conheceo e a seu pay may e avoos/maternos na forma que dito são os quaes/todos e cada hũ delles fr^{ão} e são tidos por/cristãos velhos limpos sem raca nen de/cen-demcia de judeus mouros nem/de outra ceita nova nem são convertidos/e p taes são tidos e havidos e comũ-

mente/reputados e do contrário não haa/presunção e em contrario de seseta e outo/anos q elle testemunha se acorda e se ha/ouvera elle testemunha o soubera melhor/que quantos oje são vivos na terra per/as rezões q atraz tem dito e p ser hum/dos maes velhos q haa na terra/e desta maes não disse/

it. pergūtado pelo quīto artigo Jnte/rrogatorio disse q hee verdade que/nūca se tratou nem he(?) visto e ouvido/q o dito doutor p^o als de freitas nem/seu pay e may e avoos nē parētes/seus fossem ou algū delles fose pre/sos nē penetenciados pello santo offi/cio nē incorresse em algua Jnfamia/q lhe impedisse ter algū officio pp^{co}/e deste maes não disse/

it. pergūtado ao seisto Jnterrogatorio/disse q hee verdade q o dito pedro alvs/de freitas sēpre foi tido e avido criado(?) e/nomeado por filh^o legi/timo matrimonio dos ditos alvro anes/

PÁGINA 19 — e Micia Vaz sua may e de todo o sobre/dito hee p^{ca} voz e fama e maes/não disse e ho assinou com elle vyg^o e/eu James de Morais/Matias Gonsalves-Rocha Paes

E pergūtado assim as testemunhas acima/conteudas por se não achar informação/q em toda esta villa e seu termo avia pessoa/q podesse dar razão do caso desta diligencia(?)/se não perguntarão mas t^{as} q as tras/pergūtadas cujos ditos e carta da diligencia vão em outo meas folhas de papel/como estas e per assi passar na verdade/mandou elle vyg^o fazer esta declaração/pera costar aos senhores Jnquisidores a/diligencia q no caso se fez e ho asinou/e eu escrivão assiney e o escrevy aos/coatro dias do mes de Setēbro de 98/e neste mesmo dia se entregou ao cainhei/ro ao meo dia/

Gaspar Rocha Paes James de Moraes

Desta dilig^{ca} nem da escritura della/se terou cousa alguma
e p ser verdade o assi/nei/

James de Moraes

PÁGINA 20 — feita toda a diligencia possível no negocio/q V^s M^s me
encomendarão, não ha/em toda esta/villa de chaves e
seu termo/pessoa q não seia parente do Doutor/P^o Alvres
de freitas q possa dar mais/noticia do caso q as vão
perguntadas/nẽ ainda que se possa afirmar em tanto,/e
por essa resão se não perguntarão maes/e per q com o
q se achou não vai a diligen/cia perfeita avisey ao per-
tador fosse/ha cidade de Braga, Barcellos e Guima/raes
como V^s M^s mandão q entretanto/se fez esta o mandey
a Montalegre.

Guarde/D^s a V^s M^s de Chaves Setebro de 98/

Gaspar da Rocha Paes/

PÁGINAS — 21, 22, 23 e 24 — Igual às páginas 3, 4, 5 e 6 com a dife-
rença de ser dirigida ao «L^{do} Jacome da Cunha Ribeiro
mestre escolla na igreja da Villa de Barcellos»

PÁGINA 25 — Auto q mandou fazer o L^{do}/Jacome da cunha mestre
escolla/nesta villa de barcellos/por mandado dos Snrês
ynquisydores/de coimbra/
Anno do nasimento de nosso Snēr/Jzus Xpo de mill e
quinhentos/e noventa e hoyto anos aos sete/dias do mes
de setembro do dito/anno nesta vila de barcellos e/dãntro
da morada do l^{do} Jacome/da cunha mestre escolla nesta/
ygreja collegiada desta dita/villa ahy lhe(?) foy apre-
sen/tado hua carta dos Snrês ynquy/sidores da cydade
de coimbra/sobre sarta deligencia q se deve/por vertude
della faser em esta/villa e loguo elle mestre escolla/jurou
perante my t^{am} aos Santos/ avangelhos em q pos sua
mão/direita de ter e guardar o se/gredo e fazer ynteira-

mente/verdade(...) como na dita carta/se contem e eu
t^{am} tambem yurey/no dito livro sob a forma q o dito/

PÁGINA 26 — mestre escolla jurara e ho asinou co/migo t^{am} e eu bernardim rib^o/t^{am} q scryvy/

Bernardim rib^o Jacome da Cunha/

e loguo acabado de se fazer/o dito auto perante o dito mes/tre escolla pareceu Joan ma/chado carmona m^{or} nesta villa/ao quall o dito mestre escolla/deu juramento dos Santos avan/gelhos e sob careguo do quall/lhe mandou q bem(?) e verda/deiram^{te} dissesse tudo o q fose/perguntado pello conteudo na/ditta carta e ynterrogatorios/q com ella vinha e elle Joan ma/chado ho prometeu dizendo/q soubece e de ter segredo do q lhe/fose perguntado bernardim/rib^o t^{am} q ho scryvy/

it. Joam machado carmona m^{or} nesta/

PÁGINA 27 — villa de barcellos t^a jurada aos/santos avangelhos e perguntado/pello costume e cousas delle/disse nada q saiba e de sua Jdade/q sera de sinquenta e cyco annos/pouque mais ou menos/

it. perguntado elle t^a pello primeiro/e mais ynterrogatorios q todos/e cada hum per hum forão lidos e de/clarados dise q numqua ouvryra/nomear ao doutor p^o alvres nem/seu pay nem may nem os conhecera/ /nem seu pay diguo nem/seu avoo e all não dise e ho asinou/com ho dito mestre escolla bernar/dim rib^o t^{am} q ho scryvy/

mach^o carmona Jacome da cunha/

it. pero de faria maris m^{or} nesta villa/t^a jurada aos santos avangelhos/perguntado pello conteudo na carta/

è ynterrogatorios a ella yuntos e/perguntado pello
custume disse nada/ q saiba e de sua Jdade q sera
de/sinquenta e hoyto anno pouquo/

PÁGINA 28 — mais ou menos e all não dise/

it. perguntado elle t^a pello con/teudo na dita carta e
ynterrogatorios/della disse q não conhecia cousa/
nenhua de p^o allvrs de freitas nem/de seus avoos e
all não dise e a/firmou q prometia de ter o se/gredo
nesta causa sob o dito jura/m^{to} e ho asinou bernar-
dim rib^o/q ho scvy/

jacome da cunha p^o de faria maris

it. dominguos do Reguo m^{or} nesta/villa t^a ao quall foy
dado jura/mento dos santos avangelhos/e pergun-
tado pello custume disse/nada q saiba e de sua Jdade
que/sera de setenta e cinco anos/pouquo mais ou
menos e all não/disse/

it. perguntado elle t^a pello con/teudo na carta e ynter-
rogatorios/dise q nunca conheceo ao dou/tor p^o
alvres de freitas prior da/ygreja de sam nicullao de
lisboa/nem pais nem avoos nem(...)/

PÁGINA 29 — (...) e all não dise e prometeo/devaixo do dito jura-
mento de ter/secredo ao q lhe foy perguntado/e ho asi-
nou bernardim rib^o t^{am}/q ho scvy/

cunha d^{os} do rego

it. Antonio nogueira m^{or} nesta villa/t^a jurada aos santos
avangelhos/perguntado pello custume disse/nada q
saiba e de sua Jdade/q sera de sesenta e dois anos
pou/quo mais ou menos e q tera o secredo/q convem
sob o dito juram^{to} e al não/dise/

- it. perguntado elle t^a pello conteudo/na carta e ynterrogatorios dise/q não conhece cousa allgua do/doutor p^o allvres de freitas prior/da ygreja de sam nicullau de/lisboa e ay m^{or} nem de seus pay/ e may e avoos nem sabe delle/cousa nenhua e all não dise e ho a/sinou bernardim rib^o t^{am} q ho scyvy/
cunho antonio (...)

PÁGINA 30 —

- it. Manoell frs m^{or} nesta ville t^a ao/quall foy dado juramento dos san/tos avangelhos e perguntado pellos/custumes nda q saiba e/de sua Jdade q sera de sessenta/annos pouquo mais ou menos e/all não dise/
- it. perguntado elle t^a pello con/teudo na dita carta e ynterro/gatorios della disse q não conhece/ao doutor p^o allvres de freitas/conteudo nos ditos ynterrogatorios/nem seus avoos nem pay e may/e all não disse e disse e prometeo/de ter o segredo sob careguo do/dito juramento e ho assinou ber/nardim rib^o t^{am} q ho scyvy/
manoell frs Jacome da Cunha
- it. balltezar gls enqueredor nesta villa/de barcellos e nella m^{or} t^a ao quall/foy dado juramento dos santos avan/gelhos e perguntado pello costume/disse nada q saiba e de sua Jdade que/sera de setenta e seis anos pouquo/mais ou menos e all não disse/

PÁGINA 31 —

- it. peguntado elle t^a pello conteudo/na petição e ynterrogatorios q lhe/todos e cada hum per hum foy dito disse/q não conhece ao doutor p^o allvres nem/a seu pay nem may nem avoos nem/a ninguem de sua geração e all não disse e q teria todo o segredo sob carre/

/guo do dito juramento e ho asinou/bernardim rib^o
t^{am} q ho scy/

baltezar gls jacome da cunha/

e por constar ao dito mestre escolla/pello sumario
atras (...) e por certa (,)/enformação q (...)/era q
não avia nesta villa ne/nhum conhecimento do dou-
tor p^o/allvrs de freitas mandou a my/t^{am} fazer este
termo e decll/aração conforme aos mandados/dos
senhrês enquisydores e ho a/sinou bernardim rib^o
t^{am} q ho/scyvy/

Jacome da Cunha/

PÁGINA 32 — ao t^{am}

de regras	56
apresentação	14
do termo	14
dasentadas	24
do caminho	14
	<hr/>
são ao t ^{am}	112

cento e doze

+ de enqueredorias	72
+ da cota	36
	<hr/>
somã todas	108

duzetos e outo rs os quaes pagou/o requerēte Alv^o
da Costa q dise/ser caminho da s^{ta} aquisição/de
lix^a e por verdade asinei/aos sete dias de setebro de
1598/

Jacome da Cunha

Cunha/

Delligencia q se fez nesta villa de/barcellos por mandado dos snrês yn/quisidores da cidade de coimbra/

PÁGINA 34 — Auto de apresentação de hũa dilligencia/mandada fazer pelos snrs Inquisidores da/cidade de coimbra/
Anno do nacimiento do nosso S^{nr} Jsus XPo de/mill quinhentos e noventa e/outo annos aos/seis dias do mes de Setembro do dito anno/nesta muy nobre antiga e sempre lial/cidade de bragã nas pousadas do Snr doutor Melchior Dias desembargador e Vig^{to}/Gerall no espiritoall e temporall nesta corte/digno provisor e vigairo Gerall no espiritual/e vigairo gerall no espirituall e temporall/nesta corte e arcebispado de braga pelo/R^{mo} dom frei aguostinho de Jesus por/mercê de deos e da santa igreja de Roma/arcebispo e snr da dita cidade primaz/das espanhas, etc. apareceo perante sua/merce hum omem q dise aver nome al/vro da costa naturall de Lixboa/e deu a elle snr doutor hum maço de/cartas dos snrs Inquisidores de coimbra/para se fazerem sertas dilligencias o quall/elle snr doutor provisor abrio e mandou/chamar a mim escrivão para fazer a dillygencia no diante seguinte e loguo/elle dito snr provisor mandou vir hum/brivario de reza q elle pos a mão e/eu escrivão tãobem a puz e sob carregodo dito juramento prometeo de bẽ e verdadei/ramente fazer dellygencia na forma/da carta q adeanta vay junta dos/

PÁGINA 35 — (...) e Interrogatorios dos snrs. Jm/quisidores e asinamos o dito/jurameto e eu João coelho machado es/crivão o escrevi/

João Coelho Machado

Mor Dias/

PÁGINAS 36, 37, 38 e 39 — Igual às páginas 3, 4, 5 e 6 com a diferença de ser dirigida ao «Snr D^{tor} Belchior Dias provisor na cidade e arcebispado de braga»

PÁGINA 40 — aos ditos seis dias do mes de Setembro do dito/anno de mill quinhentos e noventa e oito annos/nesta cidade de braga nas pousadas do snr/doutor Melchior Dias provisor e vigario geral/nesta corte e arcebispado de braga foy per sua/merce (?) perguntadas as t^{as} ao diante seguinte/pelo cõteudo na carta dos Snrs Inquisidores/e Interrogatorios entendido q segue (?) ao/diante João coelho machado escrivão o es/crevi/

it. o P^c Guaspar Glvs reitor de Eiro (?) terra de/barroso da comarqua de chaves i naturall/q dise ser da villa de chaves cuyjos pays forão/hy suão (?) moradores, jurado aos santos a/vangelhos em q pos sua mão e prometeo dizer/verdade e perguntado plos costumes e cou/sas delles dise nada e q andava nesta/cidade em negocios seus e q hera da Jdade/de sesenta e sete annos pouquo mais ou/menos e all não dise dos costumes e Jdade/

it. perguntado elle test^a plo cõteudo nos Jm/terrogatorios q lidos e declarados/lhe forão dise q elle conhecia muyto/ bem ao doutor p^o alvrs de freitas prior/de São nicolao de Lisboa prellado q foy/em Tomar e sabe q he naturall do logar/de Villar da Nãtes junto a/villa de chaves/e se (?) andavão ambos na dita villa na/escola e no estudo e sabe q he filho le/gitimo de alv^{ro} annes de freitas t^{am} q/foy na villa de mõtalegre e de sua legitima molher Mercia Vaz e q não conhe/ceo os avos paternos nem maternos do dito/ doutor p^o alvres mas q seu pay e sua may/e seus parentes são todos cristãos velhos/limpos sem terem raça de mouro nem/judeu nem de outra seta allgua/nem diso ouviu dizer q fosem enfama/

PÁGINA 41 — Dos por que se o farão elle tes^a o soubera/pla rezão de ser naturall e os conhecer/e tratar como dito tem e all não dise e a/sinou cõ o snr doutor e eu João coelho ma/chado escrivão o escrevi e declarou/mais q houve dizer q a may do dito doutor/p^o alvrs de freitas hera da geração dos/Camois do Porto mas elle t^a o não sabe/e all não dise e eu João coelho machado/escrivão o escrevi/

Ms Dias

Gaspar Glvs/

Aos (?) hoito dias do mes de Setembro do anno/de mill quinhentos novêta e hoito annos nesta/cidade de braga na santa, se della estando/ahy o sor doutor Melchior dias provisor/e vig^{ro} Gerall nesta corte e arcebis/pado de braga foy p sua merce tomado o tes/t^o seguinte João coelho machado escrivão/o escrevi

it. O R^{do} douctor f^{co} de chaves arcediagu do/couto nesta santa se de braga, test^a jurado/aos avêgelhos em q posua mão/e prometeo dizer verdade e q seria de Jdade/de sesenta e oito annos; perguntado pelo/cõteudo nos Interrogatorios q lhe farão lydos/e declarados dise q elle test^a hera na/tural da villa de chaves e conhecia muito/bem ao douctor p^o alvs de freitas prior/de sã nicolao de Lisboa prellado q foy/na villa de Tomar e sabe q he natural/do logar de villar de nantes junto a dita/villa de chaves e o conhece de criação/mas q elle test^a não conheceo seu pay nem/avos paternos, mas q ouviu dizer e he/sem duvida ser filho de João de freitas/t^{am} q foy na villa de mōta-legre criado/do duque dom James de bragança e q por tall/

PÁGINA 42 — o ouviu nomear e q conheceo Mycia/Vaz may do dito p^o alvrs a quoall hera/Jrmã de Manoell Gomes de

villar/do mesmo logar e de Migele Vaz Juiz dos/orfãos da villa de chaves os quouis todos/e bem assim João de freitas pay do dito/doutor p^o alvez de freitas herão dos ho/mens onrados dos principais da terra/tidos e avidos asim elles como sua/avoenga por cristãos velhos sem raça algũa de mouro nem judeu nem de outra/seta allgũa nem ouvio dizer o cõtrairo/delles por q se o fora elle test^a o ouvira/e soubera por q na dita villa todos os q/tem raca de judeus ou mouro ou doutra/secta q seia davó e bisavo e tres/avo se sabe p tradição dos antepasados e o trazem em pratica de ordina/rio como ha de muitos da terra Jntetulla/dos e onrados e do dito doutor p^o alvs/nunca ouvio dizer senão o q dito tem/de limpos sem raca allgũa asim elle/como sua avoenga, e all não disse e aos/custumes e cousas delles dise nada/salvo ser naturall como dito tem/e asinou cõ o sõr provisor e eu João coelho/machado escrivão o escrevi; e declarou/mais dos custumes q elle test^a e o dito doutor/p^o alves forão familiares e commensais d/sõr arcebispo dom frey bartholomeu dos mar/tires de boa memoria e all não dise e asinou/cõ o dito sõr doutor e eu João coelho machado/escrivão o escrevi/

Ms Dias O arcediago do Couto/

e loguo no dito dia mes e anno atras/escrito nesta cidade de braga nas pou/sadas do sõr doutor Melchior dias pro/visor e vigario gerall nesta corte e ar/

PÁGINA 43 — cebispado de braga foy por sua mercẽ/tomado o test^o seguinte João coelho ma/chado escrivão o escrevi/

it. Ant^o alvs barroso cidadão desta cidade/de braga test^a jurado aos santos avã/gelhos em q por sua mão e prometeo dizer/verdade e dise ser de Jdade de cinco/enta e cimquo annos pouquo mais ou me/nos/ e

perguntado elle test^a plo cõteudo/nos Interlucatorios q lhe forão lydos/dise elle test^a q conhecia muito bem ao/doutor p^o alves de freitas assim em chaves/ como no estudo em Salamãqua e sabia/ser naturall do logar de villar de nãtes/junto a chaves e q houtro sy conhecia/seus tios Jrmãos de sua may e primos/mas q não conheceo seu pay nem avos/visavos maternos nem paternos do dito/doutor p^o alves, mas a elle e os parentes/q dito tem q não nomea pera envitar perder lu/zidade herão e são nobres dos principais/da terra e governo della limpos sem raça/allgũa de mouro judeu nem de outra seta/allgua nem de Jssso foy allgum delles Jmfamado q se o fora o ouvera elle test^a de saber/plos conhecer a todos e comoniquar cõ/elles e cõ outros na villa onde seus/avos forão naturais e q sabe elle test^a/q na dita villa de chaves ha muitos omens/onrados q tem raça de cristãos novos/e p tais estão tidos e avidos dado q a/raça venha de avos e bisavos e do dito/doutor p^o alves não ha fama allgua nã/a ouvio senão de geração limpa como/dito tem e all não dise e aos costumes/dise nada e q ho dito tem do dito dou/tor p^o alves he p o conhecer do tempo do es/tudo e antes e depois como dito tem e/all não dise e asinou co ho sōr doutor/

PÁGINA 44 — provisor e eu João coelho machado/escrivão q ho escrevi/

Mr Dias Ant^o Alvres barroso

e por não aver test^{as} nesta terra/q deste caso soubesem segundo a in/formação q ho dito sōr doutor provisor/ /tomou mandou a mim escrivão q se/rrase este somario e serrado se entre/gase ao caminheiro como defeito/entre-guou escrito cõ a precatória/e Interluca, diguo Interrogatorios em/seis folhas escritas antre as quais/vão duas

folhas em branco (isto é) quatro/e cinco e vay sem
borradura nem antre/linha q duvida somête na prim^a/
/lauda o emmendado q diz Melchior/dias q se fez na ver-
dade e asinamos/ elle sôr doutor provisor e eu escrivão/
/João coelho machado escrivão o escrevi/

João coelho machado Mr dias

Não se levou desta dilly/gencia cousa allgũa

Machado/

PÁGINA 45 — Informação que se tirou na Villa/de Guimaraes por
Comissão/dos S^{rs} inquisidores da/Cidade e Bpado de
Coimbra/Anno do nascimento de nosso Snr Jesu XPo/de
mil quinhentos noventa e outo annos/aos sete dias do
mes de Setembro do ditto/anno em a Villa de Guima-
raes nos/aposentos do snr. Gaspar Estaço de Brito/Co-
nego prevendado na colegiada Igreja/de Nossa Sra d
Oliveira da dita Villa estando/elle ahi por elle foi mädado
a mim t^{am} fazer este auto dizendo que os senores/inquisi-
dores do Bpado e cidade de/Coimbra lhe cometião fazer
nesta villa/hua dilligencia e pera ella eu t^{am}/avia de ser
escrivão e toma juramento/ com elle snr. conego pera
ter o segre/do que o caso pede e fazer a dita di/lligencia
com a intereza que se requiere e logo elle sor conego e
su escrivão/

PÁGINA 46 — juramos em hu livro dos sanctos/evangelhos em que
posemos nossas/mãos direitas e prometemos assi/o cum-
prir e fazer como na dita comis (?)/nos he mädado e
asinamos e eu Jer^{mo}/ de barros t^{am} o escrevi/

Jer^{mo} de barros Gp^a Estaço de Brito/

PÁGINAS 47, 48, 49 e 50 — Identico às páginas 3, 4, 5 e 6 com a dife-
rença de ser dirigida ao «Sr. Gaspar Estacio de Brito
Conego na Collegiada Igreja de Guimarães»

E aos outo dias do mes de Setembro do anno/de mil quinhentos noventa e outo annos/em a Villa de Guimaraes na Igreja de/São Sebastião do arabalde da dita villa/estando ahi o Sor Conego Gaspar/estaço de Brito por elle foi dado o juram^{to} dos sanctos evangelhos as/ testemunhas seguintes em que po/serão suas mãos direitas e sob cargo/do dito juramento lhes encarregou dise/se a verdade do q se lhe perguntase/e goardase o segredo q o caso pede e eu/Jeronimo de Barros Tam o escrevi/

it. Diogo da silva morador nesta villa teste/munha jurado aos sanctos evangelhos/em q pos sua mão direita e perguntado por/sua Jdade disse q era de setenta anos/pouco mais ou menos e aos costumes disse/nada/

it. perguntado pellos interrogatorios que todos/lhe forão lidos e declarados disse q delles/não tinha conhecim^{to} nẽ noticia do doutor//pedr alvres de freitas nẽ de seus paes nẽ avos/nẽ delle sabia cousa algũa e mais não disse/e asinou com elle senhor conego e eu Jer^{mo}/de barros t^{am} o escrevi/

Diogo da silva Gp^{ar} Estaço de Brito/

it. Jorge fernandes q he morador em a Rua/das molianas (?) do arabalde desta villa/testemunha jurado aos sanctos evangelhos en q pos sua mão direita e pergũ/tado por sua Jdade disse que era sese/ta e cinco annos pera cima perto de se/tenta e aos costumes disse nada/

it. perguntado pellos interrogatorios/que lhe forão lidos e declarados disse/q elle não conhece o doctor pedralvres/de freitas de cuja informação se trata/nẽ tem delle noticia algũa nẽ de seus/pais nẽ avoos e al (?) não disse e asinou cõ/elle sor conego e eu Jeronimo de barros/^{tam} o escrevi/

Jorge fr Gpar Estação de Brito/

it. francisco barroso o Velho morador nesta/vila testemunha jurado aos sanctos/evangelhos em que pos sua mão direita/e perguntado por sua Jdade disse que era/de setenta e oito annos e aos costumes/disse nada/

it. perguntado plo primeiro interroga/torio disse q elle conheceo o doctor pe/dro alvres de freitas de q se trata na info/mação por ser tio de hum Melchior de/freitas q viveo nesta villa de Guimarães/e era parente do prior gomes afonso q/

PÁGINA 53 — deos tem prior q foi desta colegiada/Jgreja da Villa de Guimarães e assi ouvio/dizer que o dito doctor pedralvres de freitas/era tambem parente do prior gomes a^o/pella qual rezão o dito prior renunciou/nelle a Jgreia de Gondesende junto a ci/dade de Bragança o disse q averá perto/de corenta annos e mais q tem delle/esta noticia e q a tem por q se criou elle/testemunha em casa do prior gomes/afonso onde ouvio praticar isto m^{tas}/vezes e mais não disse/

it. perguntado plo segundo interrogatorio/disse que não conheceo a alvaro anes de/freitas nẽ sua molher mecia vaz de camões/pay e may do dito pedralvres de freitas mäs/disse q elle ouvio muitas vezes a seu/pai fallar neste alvaro anes de freitas/por seu pai ser

morador na aldeia de/Salto que e do conselho da Villa de Monte/alegre da qual Villa elle alvaro anes de/freitas era natural e morador e não/sabe nẽ ouviu dizer se teve algũ officio/mas q lhe lembra ser tido por escudeiro/onrado e q esta noticia tem de mais/de sincoenta annos e mais não disse/

- it. preguntado pello terceiro interrogatorio/disse q não conheceo nẽ ouviu nomear/os avos do doctor pedralvres de freitas de/q se trata neste interrogatorio e mais/não disse/

PÁGINA 54 —

- it. preguntado plo coarto interroga/torio disse que elle test^a sabe que/o doctor pedralvres de freitas e seus pays/e parentes são cristãos velhos limpos/sem raça de judeus mouros nẽ doutra/ceita algũa novamente convertidos e/por tal forão sempre avidos e comũmente reputados e do contrario não/ouve nunca fama nẽ rumor porque/se a ouvera elle testemunha por sua/Jdade e antigo conhecim^{to} o ouvira/dizer em casa do dito prior onde se/criou e em casa do pai delle test^a e/mais não disse/
- it. preguntado plo quinto interroga/torio disse que elle não sabe nẽ ouviu/dizer que os ditos doctor pedralvres/de freitas e seus pais e avos nẽ algum/delles fosse prezos nẽ pinitenciados/pello sancto officio nẽ que encoresse/em algũa infamia q lhes impida ter/officio publico e al não disse/
- it. preguntado pello sexto interroga/torio disse q elle ouviu muitas vezes/a seu pai e a hua Jrmã do dito prior/Gomes afonso que o dito doctor pedralvres/de freitas era filho legitimo de alv^o anes/de freitas e de sua molher e por tal era/tido e avido e mais não disse/

it. preguntado pello setimo interroga/torio disse que do
q tem dito era/publica voz e fama e assi o ouvio/

PÁGINA 55 — sempre diser e all não dise e asinou/com elle sor conego
e eu Jeronimo/de Barros t^{am} o escrevi/

f^{co} barroso Gpar estaço de britto/

it. Dominguos guonçalves petis morador/nesta villa tes-
temunha jurado aos sactos/evangelhos em que pos
sua mão direita/e preguntado por sua Jdade disse
que/era de setenta annos pouco mais ou/menos e
aos costumes dise nada/

it. preguntado plos interrogatorios disse/que elle não
conhece o doctor pedralvres/de freitas nẽ delle nẽ de
seus pais tem/noticia algũa e al não disse e asinou/
com elle sor conego e eu J^{mo} de barros/t^{am} o escrevi/

D Petis Gpar Estaço de Britto

it. Antonio Vaz do Canto morador nesta/villa testemu-
nha jurado aos sanctos/evangelhos em que pos sua
mão direita/e preguntado por Jdade disse que/era
de sesenta e tres annos pouco mais/ou menos e nos
costumes disse nada/

it. preguntado plo primeiro interrogatorio/

PÁGINA 56 — disse que elle não conhece de vista o/doctor pedralvres
freitas de q na/informação se trata mas q muitas/vezes
o ouvio nomear por irmão/de Melchior de freitas m^{or}
nesta villa/e taballião do publico e judicial nella/e mais
não disse/

it. preguntado plo segundo e terceiro/interrogatorios
disse q elle nunca/ouvio nomear os pais e avos do

dito/doctor pedralvres de freitas nã tem/delle nenhũa
noticia e mais não/disse/

it. preguntado plo coarto interrogato/rio disse que elle
sabe que Melchior/de freitas tido e avido por Jrmão/
do doctor pedralvres de freitas/era cristão velho
limpo sem raça nã/desendencia de judeu nã mouro/e
por tal era tido e comūmente re/putado nesta villa
nã ouviu nunca/rumor e fãma em contrayro disto/por
q se o ouvera elle testemunha/o soubera por aver
mais de trinta/annos q nesta terra o conheceo p^a/a
qual veo servir de lisboa o dito/officio e era natural
de Barroso/e al não disse/

it. preguntado plo quinto disse que/elle não ouviu nun-
qua diser/

PÁGINA 57 — q o doctor pedralvres de freitas nã/Melchior de freitas
nã algum parēte/seu fosem presos e pinitenciados/pello
sancto officio nã q encorressem/em algũa Infamia que
lhes impida/ter officio publico e mais não disse/

it. preguntado plo sexto disse q delle/não sabia nada e
mais não disse/

it. preguntado plo setimo interrogato/rio disse que do
q tem dito he pp^{ca}/vos e fama e sempre assy o ouviu
pra/ticar (?) e maes não disse nã dos maes/e asinou
com elle sor Conego e eu J^{mo}/de barros t^{am} o
escrevi/

Ant. Vaz Gpar Estaço de Britto/

it. Amador frs Sabacho morador nesta/villa testemunha
Jurado aos sã/tos evangelhos em que pos sua mão

direita/e preguntado por sua Jdade disse que/era de sessenta e sinco annos e aos custu/mes disse nada/

it. preguntado pellos interrogatorios/que lhe forão lidos e declarados/

PÁGINA 58 — disse q elle não conhece nẽ ouvio/nomear o doctor pedralvres de freitas/de q se trata nesta informação nẽ/delle nẽ de seus pais nẽ avos tem/algũa noticia e mais não disse e a/sinou cõ elle sor Conego e eu J^{mo}/de Barros t^{am} o escrevi/

Amador frs Sabacho Gpar Estação de Britto/

A qual informação atras eu Jeronimo/de Barros taballião do publico e judi/cial na villa de Guimaraes e seus termos/por elRey nosso sor escrevi e declaro/q o dito sor Conego não achou mais/informação deste caso q o q atras/vay escrito e por verdade asinei/aqui do meu publico sinal/

(sinal ilegivel)

PÁGINA 59 — fiz ho que V^s M^s me mandaram, buscando has mais/antigas et idoneas pessoas, que me pareceo podiam saber/do pretendido. Mas de seus dittos consta ha pouca noticia, que tem desta gente, specialmente hos naturais/desta villa, á que nam falta idade, memoria e co/nhecimento da gente antiga pera ho poderem saber./Ho francisco Barroso, q do caso dá mais razam é qua/si compatriota do Dottor Pedr alvares de freitas por on/de parece, que naquellas partes se saberá isto melhor./Os guarde a V. M. De Guimarães em 8 de Setembro/1598/

Gpar Estação de Britto/

PÁGINAS 60, 61, 62 e 63 — Igual às páginas 3, 4, 5 e 6 com a diferença de ser dirigido a «snor L^{do} Gonçalo Teixeira Reitor da Jgreja de Monte Alegre arcebypado de Braga»

PÁGINA 64 — Em cima à esquerda: «Montealegre»

Ao centro: Com esta sera hua comissão e interroga/torios pera V. M. nessa villa de Monte alegre/tirar informaçam dos avoos paternos do/Dtor pedro alvres de freitas q foi prelado da Vila/de tomar e ora he prior de S. Nicolao de Lix/boa onde he morador e ha informaçam q/Alvaro anes de freitas e sua molher Brites/alves da breu viveram e morreram nessa/vila de monte alegre: pedimos a V. M. faça/esta diligencia com a brevidade possivel per/guntando as pessoas q do sobredito podem/dar noticia (?): e este portador q não vai a/outra cousa podera trazer esta diligencia./Deos guarde a V. M. de Coimbra 23 (?) de Agosto de 98 annos e fiquando perfeita a diligencia/ou não per toda via o enviara por chaves direito a esta cidade: e não fican/do perfeita vira p Braga e Barcelos pera onde leva/papeis semelhantes por diserem q tambem ahi darão noticia destas pessoas/

bolameu da fonsequa

PÁGINA 65 — foi vista na mesa de Cons Geral/estando presente o Ill^{mo} Inq^{or}/geral esta informação q se tirou/da geraça de Pedralvres de/freitas. E pareceo q tinha a lim/peza q se requiere pa poder ser/vir no sto off^o pello ordinario/. Em lisboa 24 de Setembro/de 98/

Marcos teixeira (?) Martim a^o de mello ilegivel
Ruy (...) dabreo (?)

PÁGINA 66 — dellygencia q fez na villa/de mōtallegre per mãda/do dos senhores Jmquysidores da cydade de coimbra/q vam hos propios (?) sella/dos cō llacre (...) (?)/

PÁGINA 67 — Aos trymta dias do mes dagos/to de mill e quynhentos e novēta e oito anos na villa de mōta/llegre demtro na casa da/mysirycordia della estando/hi ho L^{do} g^{lo} tey-

xera reitor da Jgre/ja de nosa srã desta villa elle/reitor
mãdou a my escryvão/fizesse este termo em como he/ra
verdade q homte a noite/lhe fora apresentado huã/pro-
vysam dos sōrs emquysydo/res asinado pello sōr doutor
ber/tollamen da fomsequa do/comselho gerall pella
coall/lhe mãdavam fyzese a de/llygencia nella cōteuda/
pera ho que elle reytor eu escryvam toquamos nosas
mãos/dereytas sobre hũ lyvro dos sã/tos avãgelhos ho
carego delle pr/metemos ter ho segredo q/na dita pro-
vysam fosse mã/dado e ho asynamos ambos a/quy em
manoell mēdes escryvam na escryvy/

Gonçalo Teixeira m^l medes/

PÁGINA 68 — E feyto ho termo atras asy/nado elle reitor comigo es-
cryvão/pergūtou os t^{os} segytes per/gūtãdo os pellos
capytolos/e emteroguatorios ne/lle decllarados e seus
ditos e/testemunhos sam hos segy/tes eu manoell mēdes
escry/vam ho escryvy/

it. ãt^o mēdes de Vascogom/cellos (sic) escryvam dos
orfãos des/ta villa t^a tomado nesta/emformação e
Jurado/aos samtos avãgelhos/hũ lyvro q tocou com/
sua mão dereyta ho hargo/delle lhe mãdou q dysese/
ha verdade e tyvese segre/do elle ho prometeo e
pergūta/do por sua Jdade dyse q podia/ser de se-
senta e cyco anos/pouco mais ou menos e pergū/
tado pello custume dyse nada/

it. pergūtado elle t^a pello cōteudo/no premeyro capytollo
e y/terroguatorio dyse q elle t^a/

PÁGINA 69 — conhecia m^{to} bem ao doutor/p^o allvs de freitas cōteudo
no/Jtem pryor de sam nycollau/de lisboa q hera hora
m^{or}/ em lisboa e q ho conhecyta de/trymta e cyco anos
a esta/parte e all nã dyse/

it. pergūtado elle t^a pello segūdo Ynterogatorio dy/se q elle t^a nã conhecera a/allvro anes de freitas e sua/molher mecia vaz de ca/mois pay e may do doutor p^o all/vs de freitas mas ouvyra dy/zer q ha dita mecia vaz de/camois hera naturall do/llugar de vyllar de nãtes/mea llogoa da villa de cha/ves e o allvaro anes de freitas/naturall e m^{or} nesta villa/e nella fora escryvão da ca/mara e por elle t^a ser escry/vam dos orfãos tem em seu/poder ao Jmveytayro do dito/allvaro anes de freitas e all/vro digo all nã dyse/

it. pergūtado pello terceyro ar/tygo dos Jmterrogatorios/

PÁGINA 70 — qlhe foy lydo e declla/rado dyse q não conhecera ao/allvro anes de freitas nẽ a sua/molher bratriz alvs dabreu/pay e may do dito allvro anes/de freitas e avos do doutor/p^o allvs de freitas por aver m^{tos}/anos q falleceram e all nã/dyse/

it. pergūtado elle t^a pello cõteudo/no coarto Jmterrogatorio/dyse elle t^a q sempre ouvira/dyzer q hos sobre-ditos allvro/anes de freitas e sua mo/lher e avos e ho mesmo dou/tor foram e heram gen/te nobre de nobre geração/sem terem raça de/mouro nẽ Judeos e q is/to hera m^{to} notoryo por q se/fora ho com-trayro llogo se/ouvera de dyzer e all/nã dyse deste/

it. pergūtado elle t^a pello cõteudo no quymto artygo e Jmte/rogatorio dyse q nã sa/bia elle t^a nẽ nũqua tall/fama ouvera q hos pais e/avos do dito doutor p^o allvrs/

PÁGINA 71 — de freitas nẽ elle fosem pre/sos pello samto ofycio nẽ pe/netemceados nẽ q encore/sem em outra allgũa Jm/

famea q lhes Ympydyse ter/hos ofycios publycos e all nã dyse/

it. pergūtado pello fynall artygo/e Jmteroguatorio dyse q sa/be elle t^a ho doutor p^o allvrs/de freytas hera fylho llygy/mo (sic) de allvro anes de freytas/e de sua molher mecyra de/ camois e por tall foy sempre ty/do avydo e nomeado e all nã/ dyse deste nẽ dos mais por q foy/pergūtado e asynou cõ elle rei/tor eu manoell mēdes escry/vam ho escryvy/

Gonçalo Teixr^a Ant.^o (ilegivel)

e loguo no dia atras tryta dias/do mes dagosto de mill e quynhem/tos e noventa e oito anos nalldea/e llugar de codesoso da cham/termo da villa de mōtallegre/nas casas da morada de ãt^o gls/dygo de bemto gls homde ho reytor G^{lo} teixr^a comygo escryvão/

PAGINA 72 — chegou pera pergūtār nesta emfor/maçam por ser homẽ m^{to} velho/e pessoa do regim^{to} da dita villa/e lloguo elle reitor comyguo escry/vam tyrou os t^{os} segytes eu/manoell mēdes escryvão ho escryvy/

it. bemto gls m^{or} neste llugar/t^a tomado em esta dellygen/cia e Juram^{to} dygo ao coall elle/reytor deu Juram^{to} dos sam/tos avãgelhos e prometeo dyser verdade e pergūtado por sua/ Jdade dyse q podia ser de oi/temta e hũ anos e de cus/tume dyse nada/

it. pergūtado elle t^a pello segũ/do Jtem e Jmteroguatorio/q lhe foy llydo e decllarado dy/se q outra cousa nã sabia/somēte q elle t^a conhecera/allvro anes de freytas q foy/m^{or} na villa de mōtallegre/e escryvam da camara/nellã, q hera homẽ homra/do e nobre e all nã dyse deste/nẽ dos mais por q foy pergūtado/

e ho asynou cō elle reytor eu/manoell mēdes escry-
vam ho escry/

bemto gls

Gonçalo Teixr^a

PÁGINA 73 — e lloguo no dito atras tryta dias do/mes dagosto de mill
e quinhentos e novẽ/ta e oito anos no llugar de meyxedo
ter/mo da villa de mōtellegre ao pe do/carvalho do eyro
(sic) q esta no meo do llugar/ha hy g^{lo} teixr^a reitor da
villa de mōta/llegre comyguo escryvãõ pergūtou os/t^o
seygtes eu manoell mēdes escryvam ho escryvy/

it. alleyxo vaz ho l^{do} avogado na vy/lla de mōtallegre
e m^{or} na dita/villa t^a tomado nesta Jmforma/çam e
Jurado aos samtos avāge/lhos em forma devyda e
prome/teo dyzer verdade e pergūtado por/sua Jdade
disse q podia ser de sesem/ta e coatro pera semta (sic)
e cyco anos pou/co mais ou menos e aos costumes
dy/se nada/

it. pergūtado elle t^a pello cōteudo no pre/meyro capi-
tollo e Jmteroguatorio/dyse q hera verdade q elle t^a
conhe/ce m^{to} bem ao doutor p^o allvrs de freytas/
pryor de sam nycolau de lisboa/e q elle t^a ho conhece
avera coremta/anos pouco mais ou menos por es-
tarẽ/ãbos no estudo de sallamãqua hom/de cursa-
vam nas escollas na facull/dade de calyllos (?) e por
serẽ naturais/da serra tinham amysade e depois/
servydo ho dito doutor p^o allvres de frey/tas de
vyguayro gerall na to/

PÁGINA 74 — re de mōcorvo esteve elle t^a em sua/casa e deste mais
nãõ dyse/

it. pergūtado elle t^a pello segũdo capy/tollo e Jmtero-
guatoryo dyse q elle/t^a nãõ conhecera ho allvro anes

de frey/tas e a sua molher mecyta vaz de ca/mois
somête ouvyra dyzer publy/quamête q ho allvro anes
de freytas/hera pay do dito doutor p^o alvres de
frey/tas ho coall fora m^{or} em mōta/llegre e escryvão
nella e do dyto/ytem all nã dyse/

- ti. pergūtado elle t^a pello cōteudo no ter/ceyro artygo e
ymtē Jmterogua/torio dyse q elle nã conhecera/ao
allvro anes de freytas nē a sua/molher breatis allvrs
q se diz ser/avo do dyto doutor e do artygo e Jm/te-
roguatorio all nã dyse/
- it. pergūtado elle t^a pello cōteudo no co/a^rto artygo dos
Jteis (sic) dyse q coã/tro ao allvro anes de freytas
pay do/dito doutor nã tynha nenhũa ra/ça de mouro
nē de Judeo por q/elle t^a conhece m^{tos} parentes
do/sobredito allvro anes de freytas q/sam hoge
vyvos e todos sam/pesoas de boas e nobres gera-
çois/cristans velhos e do governo da/vylla e q isto
sabe elle t^a por ser vy/zynho da mesma villa e q
isto he (...)/publico e notorio e mais nã dyse deste/

PÁGINA 75 —

- it. pergūtado elle t^a pello cōteudo no quyto artygo dos
capytollos dyse q elle/t^a não conheceo ao pay e
may do dyto/ doutor nē sabia nē nũqua ouvy/ra q
fosem presos pello samto o/fycio nē tivesem cousa
de Jm/famea por q se a tyveram elle/t^a ho ouvera
de saber por q lloguo/se diz por vyver ãtre seus
parentes/e sabe q doutor p^o allvres de freytas/he
pesoa m^{to} nobre q nũqua teve/coisa q desfyse de
sua nobreza/e homra e sempre se tratou a lley/de
nobreza e q isto sabe elle t^a po/llo conhecer m^{tos} anos
e deste all nã dyse/
- it. pergūtado elle t^a pello fynall capy/tollo dyse q sem-
pre ouvio dyzer/publyquamête q ho dyto doutor/p^o

allvrs de freytas hera fylho llygy/tymo de allvro anes
de freytas e q/isto hera publyco e notoryo e all/nã
dyse deste fynall nẽ dos mais/por q foy pergũtado e
asinou cõ o dyto/reytor eu manoell mẽdes escryvãõ/
ho escryvy/

aleixo vaz Gonçalo Teixr^a/

it. g^oa^o da portello llavrador e m^{or}/na vylla de mõtalle-
gre t^a to/

PÁGINA 76 — mado nesta Jmformaçam/e Jurado aos samtos avãge/
lhos em forma devyda e prome/teo dyzer verdade e per-
gũtado/elle t^a pella Jdade dyse q pa/sava de novemta
anos e pergũ/tado pello custume dyse nada/

it. pergũtado elle t^a pello cõ/teudo no premeyro capy-
tollo/dos emteroguatorios dy/se q outra cousa não
sabia/somẽte q nesta villa viveo/hũ allvro anes de
freytas/q foy escryvãõ homẽ hom/rado e cavalleyro
q nã ty/nha raça de mouro nẽ de/ Judeo hera (?)
pesoa nobre/e q não conhecera seus avos/ nẽ fylhos
e all não dyse nẽ/aos mais capytollos q lhe/foram
llydos e decllara/dos por aver m^{tos} q conhe/ceo ho
allvro anes e asynou/cõ ho reytor eu manoell mẽdes/
escryvãõ ho escryvy/

g^o + a^o Gonçalo Teixr^a

PÁGINA 77 — e lloguo no dia atras tryta/dias mes dagosto de mill e
quy/nhemtos e noventa e oito anos/na villa de mõtalle-
gre nas ca/sas da morada de g^{lo} teix^a rey/tor desta villa
elle comygo escry/vam pergũtou os t^{os} segytes/eu ma-
noell mẽdes escryvam/ho escryvy/

it. balltesar allvs llavrador/e m^{or} nesta villa t^a tomado
nesta Jmformaçam ao coall t^a/ho dito reytor perãte

my escryvão/deu juram^{to} dos samtos avã/gelhos em
forma devyda/he (?) pergūtado pella Jdade dy/se q
podia ser de sesemta/e cyco anos pouco mais ou
me/nos e pergūtado pello custume/e cousas delle
dyse nada/

it. pergūtado elle t^a pello cōteudo no/premeyro Jtem e
Jnteroga/toryo dyse q elle t^a nã conhecia/ao doutor
p^o allvrs de freytas/q se diz ser pryor de sam ny/col-
lau de lisboa mas q a m^{to} tem/po q ouve nomear ao
dito dou/

PAGINA 78 — tor e q resydio em tomar m^{to}/tempo e deste all nã
dyse/

it. pergūtado elle t^a pello segūdo/Jtem dos capytollos e
Jmte/rogaçõis dyse q elle t^a co/nhecera ao allvro
anes de frey/tas nẽ a sua molher por aver/m^{tos} anos
q resydio nesta vy/lla mas q elle t^a ouvrya dy/zer a
seu pay delle t^a q nes/ta villa fora m^{or} e escryvão/ou
t^{am} ho dito allvro anes de/freytas e q tynha outros
tres/Jrmãos e deste all nã dyse/

it. pergūtado elle t^a pello tercey/ro Jtem e Jmterroguato/
ryo dyse q nã sabia nẽ ou/vyra nomear ao allvro
a/nes de freytas nẽ a sua mo/lher breatis allvrs nẽ
sa/bia se heram avos do dou/tor p^o allvrs e all nã
dyse/

it. pergūtado elle t^a pello cōte/udo no coarto artygo do
J/tem e Jmterrogatoryo/dyse q ho dito doutor p^o
all/vrs de freytas e seu pay he/

PAGINA 79 — e sam (?) cristãos velhos de no/bre geraçam sã raça
de/mouro nẽ de Judeo e q elle/t^a conhece nesta villa

parẽ/tes m^{to} cheguados do sobreditos/q sam cristãos ve-
pesoas/de nobre geração e do regy/m^{to} desta villa q se
allgãa/raça tiveram se soube/ra lloguo nesta villa e
all/nã dyse deste/

it. pergūtado elle t^a pello quỹ/to artygo e Jmtem dos
Jm/teroguaryos dyse q nũqa/ouvyra nẽ vyra q ho
dito dou/tor p^o allvs de freytas nẽ seu/pai e avos
fosem presos nẽ/ penetemceados pello sam/to ofy-
cio nẽ q emcoresem/em outra allgãa Jmfa/mea e
deste all nã dyse/

it. pergūtado elle t^a pello com/teudo no seisto artygo
dos ca/pytollos dyse q sempre ou/

PÁGINA 80 — vyo dyzer e asy he m^{to} publico e/notorio q ho doutor
p^o allvs de/freytas hera fylho llyg yty/mo do allvro anes
de freitas/e de sua molher mecyã vaz/de camois e por
tall foy sem/pre tido e avido e all nã dyse/deste fynall
nẽ dos mais por q/foy pergūtado e asinou cõ ho dito/
reytor eu manoell mēdes es/cryvam hoescryvy/

ilegivel

Gonçalo Teixr^a

no premeyro dia do mes de setẽ/bro de mill e quynhem-
tos e noventa/e oito anos no llugar de cezelhe/termo da
villa de mōtallegre as/portas das casas da morada de
dy^o/ piz homde chegou ho reytor g^{lo} tei/xr^a lloguo hy
comyguo escryvão/pergūtou o t^o segyte eu mano/ell
mēdes escryvam ho escryvy/

it. dy^o pyz llavrador e m^{or} neste llugar termo da villa
de mōtalle/gre t^a tomado nesta informa/çam e Jurado
aos samtos avam/gelhos em forma devyda ho/

PÁGINA 81 — prometeo dyzer verdade e pergūtado/pella Jdade dise q
pasava de cem/anos e do custume dyse nada/

- it. pergūtado elle t^a pello comteudo no/premeyro Jtem do Jmterogua/torios q lhe foy lydo e decllarado dyse/ q elle nã conhecera ao doutor p^o all/vs cõteudo no Jtem e all nã dise/
- it. pergūtado elle t^a pello segũdo artygo/do segũdo Jtem q lhe foy llydo e de/cllarado dyse q elle conheceo m^{to} bẽ/ ho allvro anes de freytas e a sua mo/lher mecyã vaz de camois q vy/veram na villa de mõtallegre/homde ho allvro anes foy escryvã/ou taballiam e ahi foy tambẽ/escrivãõ da coreyçãõ desta co/marquã e q isto podra aver mais de/sesemta anos e all nã dyse/
- it. pergūtado elle t^a pello cõteudo no ter/ceyro artygo dos Jtes e Jmterogua/torios dyse q hera verdade q elle/t^a conheceo ao allvro anes de frey/tas e sua molher breatis all/vs dabreu aos coais se dyzia q/ho allvro anes de freytas vyera/de barcelos e sua molher breã/tis allvs q hera naturall/de mõtallegre e o allvro anes/forã escryvãõ tambem na/dyta villa e herãõ pay e may/do allvro anes de freytas e a/

PÁGINA 82 — vos do doutor p^o allvs de freitas e/q este allvro anes e sua molher/e ho fylho e nora conhecera pa/sava de setemta anos e asy/decllarou q ho allvro anes de frey/tas pay do doutor casou no lloguar/de vyllar de nãtes com ha me/cia vaz de camois q elle t^a conheceo e asy conheceo mygell vaz/pay da mecia vaz de camois/e deste all nã dyse/

- it. pergūtado elle t^a pello cõteudo/no coarto artygo dos Jtes e Jmteroguatorios dyse q hera/verdade q ho allvro de frey/tas e seu pay allvro anes de/freytas e suas molheres e a/sy seis Jrmãos do sobredyto/allvro anes de freitas q elle/t^a conheceo m^{to} bem todos

he/ram cristãos velhos e peso/as nobres de geração e como/tais se tratavam sem ne/nhũ delles ter raça de mou/ro nẽ judeo nẽde outra ceyta e por tais heram naquelle (?)/tempo tydos avydos e conhe/cidos por q se ouvera ho contrayro elle t^a soubera por elle e/seu pay serem amygos e/conhecydos de elles (...) (?)/

PÁGINA 83 — por se conversarem e comonyqua/rem m^{tos} anos e deste all nã dyse/

it. pergūtado elle t^a pello q̃uyto Jtẽ/dos capytollos e Jmteroguato/rios q lhe foy llydo e decllarado/dyse q nũqua vyra nẽ ouvyra/q ho allvro anes de freytas e/seu pay e avos fosem pene/temceados nẽ presos pello sam/to ofycyo nẽ q encoresem em/outra nenhũa Jnfamea por/q todos heram pesoas nobres/e seus parentes e como ta/is se trataram sempre alley/ de nobreza e all nã dyse deste/

it. pergūtado elle t^a pello cõteudo/no fynall artygo e Jmtero/guatorio dyse que como tẽ/dito não conheceo o doutor p^o/allvs de freytas mas sabe/q ho allvro anes de freytas e/sua molher mecia vaz de/camois tynham hũ fylho/llygytymo de åtre åbos e all/nã dyse somẽte q ho q tem/dito hera m^{to} notoryo e pu/blyco e all nã dyse a asinou/com ho dyto reytor eu ma/

PÁGINA 84 — noell mēdes escryvão ho escryvy/

Gonçalo Teixr^a di + piz/

e pergūtados os t^{os} atras como/dito he por elle reytor nã achar/pesoas velhas q do caso tyve/sem notycia por aver m^{tos} anos/q ho caso pasou senã allgũas/pesoas m^{to} parem-

tas q cõ/forme a provysam se nã po/dyam pergũtar por
este caso/mãdou a m̃y escryvãõ fyze-se esta decllaração
e ce/rase esta Jmquysyçãõ/pera a mãdar aos sõrs Jm/
quysydores na forma da/provysam e asynou aquy/eu ma-
noell mēdes escry/vam ho escryvy/

M^{el} medes

Gonçalo Teixr^a/

PÁGINA 85 — Dapresentação quatorze rs	XIIY
De regras cento e setenta rs	c ^{to} LXX
Das assentadas v ^{te} e oito rs	XXbIY
De caminhos dozentos rs	y ^c rs
Dos Termos assynados v ^{te} e oito rs	XXbIY

Soma ao scryvãõ quatro/centos e quorenta rs/

Gonçalo Teixr^a

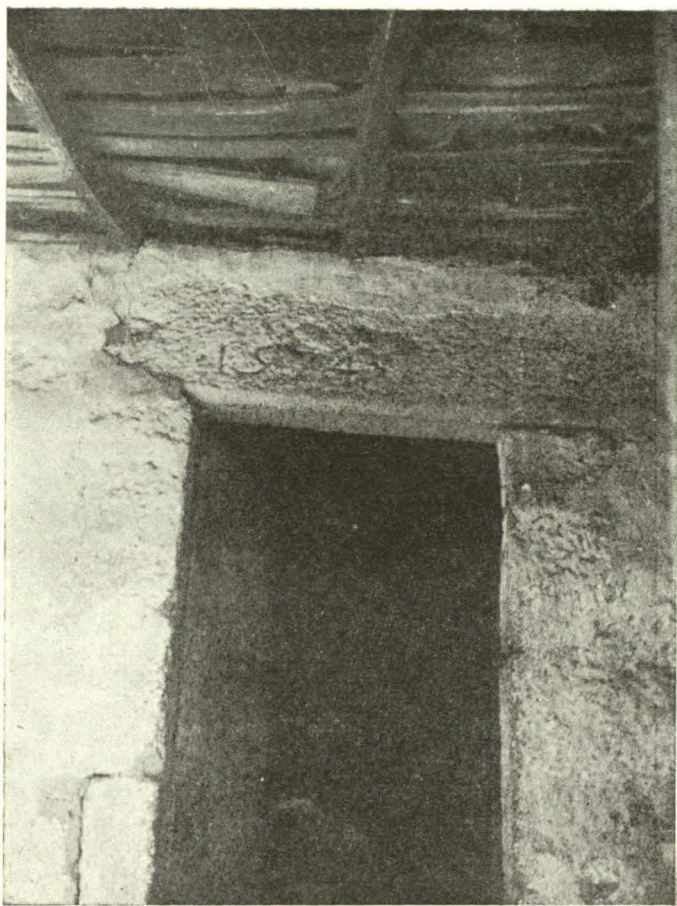


Fig. 1 — A casa de 1574. Porta de entrada.



Fig. 2 — As ruínas da casa que «foi Tribunal».



Fig. 3 — A casa de Valdazirna: A escada antiga.



Fig. 4 — Casa de Valdazirna: A parede velha.

MODELOS E MINIATURAS MILITARES¹

por

Gabriel da Rocha Souto

1 — A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE, NO PERÍODO QUE MEDEOU ENTRE AS DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS:

As minhas primeiras palavras são — antes de mais, e como habitualmente — de respeitosas saudações a todos Vas. Exas., e de agradecimento pelo honroso encargo da presente Comunicação, a segunda que realizo sobre «Modelos e Miniaturas Militares».

Conforme foi oportunamente anunciado, esta minha Comunicação de hoje tem efectivamente por objecto um segundo trabalho sobre «Modelos e Miniaturas Militares», assunto pleno de interesse e de actualidade em todos os Países cultos, e nela estudarei, em moldes de conhecimento histórico sério e exacto, a importância, não só histórica, artística, e arqueológica, mas também, e sobretudo, pedagógica, política, militar, e social — dos chamados Modelos e Miniaturas Militares «de brinquedo», quando observados e estudados «a sério».

¹ Comunicação proferida em sessão de 12 de Abril de 1973, da Secção de História. Traduz o grave problema educacional que precedeu o Movimento das Forças Armadas, de 25 de Abril de 1974.

Efectivamente, e ainda que o facto tenha passado até hoje despercebido entre nós, e ainda que em Portugal nada se encontre escrito e estudado sobre a importância histórica e pedagógica dos brinquedos infantis na educação da Juventude, e na formação do Homem, — o certo é que, aos mais elevados períodos de entusiasmo Patriótico de um Povo, sempre tem correspondido, na educação da Juventude, toda uma Literatura, e todo um conjunto de Brinquedos, e de ocupações em geral, também de carácter sério e elevado, e do mais ardente Patriotismo, e Nacionalismo.

Neste aspecto, cumpre-me atribuir uma especial importância — a título de exemplo — aos moldes de educação da Juventude, e de sua preparação intelectual e espiritual, e ocupações predominantes, em Portugal, no período de elevado espírito Patriótico, que medeou entre as duas Grandes Guerras Mundiais.

No domínio das Obras Públicas verifica-se na verdade que — como bem e comentava, ainda há pouco tempo, Sua Excia. o Senhor Presidente do Conselho, — quasi todas as grandes obras e empreendimentos, inclusive de vias de comunicação e de portos de mar, datam precisamente desse período de 1930-1940.

Em Portugal procedia-se então com o maior entusiasmo à renovação das unidades da Marinha de Guerra, em ordem à efectiva protecção da costa Continental e Ultramarina, — e o grande Escritor Naval, e saudoso Maurício de Oliveira, refere em seus interessantíssimos trabalhos o extraordinário fervor patriótico com que, aqui na Metrópole, se procedia à construção naval «em Estaleiros Portugueses», por «mão de obra de Portugueses», e de Navios de Guerra «Portugueses».

É o entusiasmo com que o então Presidente do Conselho, se dirigia aos Portugueses, ao ser lançado às águas mais um Navio de Guerra Português, e ao demonstrar como «Portugueses», num esforço de industrialização e de economia, em que ombreavam, numa audaz tentativa, com a própria Inglaterra, e com a própria Alemanha, eram igualmente capazes de um verdadeiro milagre de força de vontade, no domínio industrial.

A este «clima» de Patriotismo, e de entusiasmo, plenos de boa vontade e de espírito de iniciativa, — juntava-se, no domínio da formação da Juventude, toda uma Literatura dignificante e educativa.

O Prof. Dr. Albino Forjaz de Sampaio vinha publicando então — desde 1926, e em sucessivas edições de milhares, e de talvez milhões, de exemplares — uma das mais belas Obras da Literatura Portuguesa, O Livro hoje infelizmente esquecido, verdadeiro Catecismo Patriótico de uma época, intitulado «Porque me Orgulho de ser Português».

Em Lisboa, a «Livraria Clássica Editora» — por exemplo — lançava, sob a direcção de Frederico de Carvalho, uma Colecção de obras primas de viagens e aventuras, verídicas, lida com o maior entusiasmo pela Juventude dos anos trinta, intitulada «As Grande Epopeias», e constituída por interessantíssimos relatos, vividos e escritos por Marinheiros, Aviadores, Militares, e Cientistas — que galvanizavam os Jovens em pensamentos sérios e elevados, de fervor Patriótico, de sentimentos Humanitários, e de elevado anseio de engrandecimento, e progresso moral e científico.

Ainda hoje muitos de Vas. Exas. se recordarão, por certo, daquela referida e empolgante Colecção, intitulada como disse «As Grandes Epopeias — Viagens e Aventuras» — hoje infelizmente esgotada e desaparecida das Livrarias — em que seguíamos com o maior interesse os relatos vividos do Conde Von Luckner, em «O Último Corsário»; do Dr. L. Breitfuss, em «Por Terras da Morte Branca»; do Oficial de Marinha F. Witscnetzky, em «O Navio Negro»; do Comandante Johannes Spiess, em «Seis Anos de Cruzeiro em Submarino»; de Sydney Tremayne, em «Doze Anos na Legião Estrangeira»; de Fokker e de Bruce Croukl, em «A Vida de Fokker» e tantos e tantos outros, que continuo conservando com carinho em minha biblioteca, e que actualmente já se torna sobremodo difícil encontrar, nos Livreiros Antiquários.

O entusiasmo pelas obras sérias de educação formativa da Juventude era então extraordinário e generalizado, de Norte a Sul do País, e sucediam-se as boas colecções organizadas em Portugal, com a inclusão dos melhores trabalhos sobre aventuras e viagens verídicas — que prendiam e educavam a Mocidade de 1930-1940.

A título de mais um exemplo, apenas, mencionarei, por seu turno, quanto a edições no Norte do País, a Colecção intitulada «Por Terras de Maravilha», «Biblioteca de Viagens», lançada pela «Livraria Tavares Martins», do Porto, e dirigida, inicialmente, por Campos Monteiro, e,

mais tarde, pela própria Editora, designadamente por Tavares Martins, da Livraria do mesmo nome.

Nesta Coleção «Por Terras de Maravilha», da «Livraria Tavares Martins», do Porto, e cujos volumes líamos em nossa juventude com o maior interesse, ficaram memoráveis trabalhos literários e relatos mundialmente célebres, como «No País dos Homens-Leões», do Comandante Attilio Gatti; «Vinte Anos Debaixo do Mar», do Operador Cinematográfico J. E. Williamson; «O Desporto das Grandes Emoções», sobre a caça às feras, por José Delmont; «Sobre o Saará Ardente», por William Seabrook, história de uma viagem aérea através do deserto; «A Índia dos Maarajás», por Jean Pellenc; «Dez Anos Debaixo da Terra», Memórias de um Explorador de Grutas e Cavernas, por Norbert Casteret; e tantas outras Obras notáveis, de interesse moral, intelectual, e formativo.

A Juventude era educada e ocupada longe da pornografia e da ociosidade, no legítimo orgulho de um Povo que dera «novos mundos ao mundo», e que, em seu Patriotismo e sentido de Independência, desejava ser Livre, e Auto-Suficiente.

Em trabalhos como o já citado «Porque me Orgulho de Ser Português» — chegava a vir impressa, na nota de composição da Tipografia, que aquele Livro fora editado «em papel Português», e «composto por mãos de Operários Portugueses», o que mostra a vibrante emoção de uma época, e de um Povo.

2 — OS MODELOS E MINIATURAS MILITARES NA EDUCAÇÃO, ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS:

Por seu turno, os «Modelos e Miniaturas Militares» tiveram igualmente a maior influência na ocupação, e na educação patriótica, da Juventude de 1930 a 1940.

As mais humildes crianças tornavam-se acessíveis os «bonecos de recortar», em grandes folhas impressas e coloridas, representando figuras de Soldados em uniformes, e também, mais tarde, depois de 1936, figurinhas da «Mocidade Portuguesa» e da «Legião Portuguesa» — formas de preparação física, disciplinada, e militar, da Juventude e dos Civis em geral, que todavia entraram em crise por seu carácter político.

A Organização Nacional para-militar e educativa da «Mocidade Portuguesa» foi estruturada à semelhança das denominadas «Organizações Juvenis de Itália», e «Juventude Hitleriana» Alemã, a que numa outra ocasião farei pormenorizada referência, em estudo próprio.

Os uniformes da «Mocidade Portuguesa» correspondiam, de um modo geral, aos fardamentos alemães da «Juventude Hitleriana», — e o facto teve, igualmente, a sua repercussão no mundo dos brinquedos educativos da época, hoje de interesse histórico, conforme vai demonstrar-se.

Com efeito, na Alemanha Nacional-Socialista haviam-se desenvolvido fortíssimas Organizações de carácter político e militar, a par dos quadros, limitados pelo «Tratado de Versailles», do Exército Regular, e das quais se destacavam a «Juventude Hitleriana», as «S. A.», ou Secções de Assalto, e as «S. S.», ou Guardas de Élite.

As «S. A.» eram Secções de Assalto, do Partido, de Uniformes Castanhos, e as «S. S.» constituíam um Corpo de Guarda de Élite, também do Partido, de Uniformes Negros.

Na época de 1930 a 1940, o brinquedo mais generalizado eram os «Soldados de Chumbo», e, assim, a Casa Alemã Schneider, de Leipzig, exportava para Portugal, desde o após-guerra de 1919, numerosas fôrmas para o fabrico artesanal de «Soldadinhos de Chumbo», fôrmas a que já me referi naquele meu outro primeiro trabalho sobre «Modelos e Miniaturas Militares», as quais me tinham sido indicadas como provenientes de Nuremberga, e que, presentemente, me chega notícia, por uma outra via, de serem afinal da Casa Schneider, de Leipzig, e não de Nuremberga².

Pois esta Casa Schneider, de Leipzig, teria exportado, para Portugal, entre 1930 e 1940, fôrmas mais modernas e com novos modelos para o fabrico dos «Soldadinhos de Chumbo», aliás muito pouco conhecidos e que na época nem cheguei a observar, — com os Uniformes

² O endereço desta casa era «Schneider — Gießformen und Metallvarenfabrik — Leipzig N. 22 — Hallische Strasse 121 — Fernsprecher 50648 — Postcheckkont — Leipzig 57151. Estava ainda em plena laboração em 12 de Agosto de 1935.

— Outra casa importante foi a de Heinrich Diezemann, também de Leipzig: — Leipzig, N. 22 — Mückernschestrasse 10, que há 50 anos anunciava no «Jornal de Évora».

Alemães do Exército, das «S.A.», e das «S.S.», ostentando garbosas figurinhas em parada, umas com clarins, outras com tambores, outras ainda com bandeiras com a «Cruz Gamada», e membros do Exército e do Partido marchando com espingardas, com mochilas, e seus oficiais sem equipamento.

Todas estas curiosíssimas fôrmas de fundir os «soldadinhos» — assim como a respectiva Fábrica na Alemanha, de onde eram, então, exportados — desapareceram segundo consta, naquele País, com os bombardeamentos desencadeados pela Aviação Aliada sobre as cidades alemãs até 1945, de modo que são hoje raríssimos estes pequenos Soldados de Chumbo, com tais Uniformes Alemães, e da referida época, do Nacional-Socialismo.

O apaixonado Coleccionador Português, Sr. António Costa Ramos, de Algueirão-Sintra, possui ainda as formas desses pequenos Soldados da Casa Schneider, os quais, convenientemente pintados, representam e evocam as monumentais paradas do Nacional-Socialismo Alemão, de 1930-1945³.

Sucede porém que não tenho notícia — como já disse — da venda em Portugal de quaisquer dos referidos modelos, mais recentes, de «Soldados de Chumbo», certamente muito pouco divulgados, se é que chegaram sequer a ser comercialmente produzidos e vendidos no nosso País.

Popularíssimos eram-no então, e ainda, os modelos alemães do tempo da Guerra Franco-Alemã de 1870, e do tempo da Grande-Guerra de 1914-1918, a que já fiz pormenorizada referência naquele meu primeiro trabalho.

Diversamente, e cerca de 1943 ou 1944, tiveram no entanto o melhor acolhimento, no nosso mercado, umas outras miniaturas de «Soldados Alemães», feitos de massa, e de duas outras Casas Alemãs de então, que exportavam as «figurinhas» já prontas, e com as marcas de fabrico denominadas «Elastolin», e «Lineol».

Henry Harris, o grande Historiador das Figurinhas Militares, refere, em seu trabalho intitulado «Soldats de Plomb et Figurines», de

³ Esta colecção foi subsequentemente vendida, no seu conjunto, ao coleccionador Sr. Arbués Moreira, de Lisboa, depois da presente Comunicação.

1962, e publicado em língua francesa em 1963, pela Livraria Hachette, — como a Casa Elastolin foi a primeira a lançar, na Alemanha, e para todo o mundo, pequenas figurinhas militares feitas numa massa de composição secreta, de uma mistura de vários elementos, em vez da anterior produção, tradicional, de soldadinhos de chumbo.

3—AS FIGURINHAS MILITARES ALEMÃS DA «ELASTOLIN», E DA «LINEOL», EM PORTUGAL:

As Figurinhas Militares em «massa», digamos, «plástica», e de composição secreta, foram introduzidas por «Elastolin» na Alemanha durante todo o Século XIX, até à segunda Grande-Guerra Mundial de 1939-1945, durante a qual a Fábrica foi completamente destruída pelos bombardeamentos sucessivos dos Aliados, com a sua Aviação, sobre as cidades alemãs.

Depois da Guerra Mundial, e do termo das hostilidades em 1945, a Firma entrou de novo em actividade, mas, proibida inicialmente a produção de soldados ou miniaturas de brinquedo consideradas conducentes ao «militarismo», «Elastolin» teria passado, da produção de figurinhas militares, à venda de modelos envolvendo assuntos de «bandidos», «índios», e «cow-boys» do Far-West, como forma educacional preconizada pelos ocupantes Aliados ...

O material empregado até ao período da Guerra Mundial de 39-45 continuou, porém, secreto e desconhecido, — até que uma outra Firma Alemã do após Guerra teria apurado e revelado (segundo Henry Harris, em seu citado trabalho, «Soldats de Plomb et Figurines») que se trataria de uma mistura de caulino, de madeira, em serradura, de farinha, de dextrina, de caseína, de cola e de água.

A porcelana, ou «gêsso de Paris» — denominada «plâtre de Paris» — teria sido utilizada na Alemanha, não na fabricação, como poderia crer-se, de «Figurinhas Militares», mas sobretudo em seus acabamentos, e na elaboração de «dioramas», isto é, de pequenas paisagens ou panorâmicas militares, com figuras e modelos, de Soldados, casas, veículos, etc..

A história desta Firma «Elastolin» — em parte referida por Henry Harris —, vem a encontrar-se de novo, e a completar-se, nas informa-

ções de uma outra autoridade neste assunto, Donald Featherstone, outro grande Investigador e Historiador das pequenas Figuras e Modelos Militares, e que à mesma Firma se reporta igualmente, em seu «Handbook for Model Soldier Collectors», publicado em Londres, em 1969.

A tão antiga e tradicional «Elastolin» pertence actualmente à Sociedade Alemã «O. & M. Häusser», de Neustadt-Coburg, Jahreswende, West-Germany — na Alemanha Ocidental, portanto.

Como bem o acentua este autor, durante cinquenta anos os colecionadores militares, de todos os Países, deliciaram-se com estas figuras de massa, plenas de colorido, e com a sua soberba e única aparência, plástica e dinâmica, Alemã e Gótica.

Feitas nas Escalas dos tamanhos de 40 mm., e de 70 mm., de altura, e actualmente produzidas, em nossos dias, em «plástico», — a sua gama de Figurinhas é extremamente vasta, e inclui «Soldados Romanos», «Vikings», «Normandos», «Hunos», «Guerreiros Medievais», «Lansquenets», «Turcos», «Índios», e «Cow-Boys», «Soldados da Guerra da Secesão Americana», do Norte contra o Sul, e muitas outras Figurinhas, estas de carácter puramente civil, além de diversos outros brinquedos.

«Elastolin» produz actualmente, também, «fortes militares» em plástico, e modelos de equipamento bélico considerados «não militaristas», pelos Vencedores Aliados, tais como «torres de ataque» de cercos medievais, «catapultas», e outros modelos militares do mesmo género, todos do mais interessante efeito decorativo, aliás, e frequentemente empregados, até, pela sua extrema perfeição e excelente acabamento, em salas, escritórios, e quartos, e tanto em nichos nas paredes como em estantes, e ainda sobre secretárias, ou mesas de trabalho.

De fama mundial, «Elastolin» (hoje pouco conhecida entre nós) tem actualmente representantes nos mais diversos Países, sendo — por exemplo — seus Agentes em Inglaterra a casa de brinquedos «Hamleys», de Regent Street, em Londres; e seus Representantes nos Estados Unidos da América «C. H. Johnson, no N.º 1.313 de Wickapecke Drive, Astbury Park II, Nova Jersey, América do Norte.

As «figurinhas» em massa, de «Lineol», da época de 1930-1940, são hoje extremamente raras e apreciadas pelos colecionadores de todo o mundo, — e reproduzem, conforme expliquei, figuras de Soldados da

«Wermacht», das «S.A.», das «S.S.», e da «Juventude Hitleriana», da mais bela concepção plástica na representação do aprumo, do porte, e do movimento militar, e formando paradas e desfiles militares, ou, em alguns casos, atitudes de combate, como por exemplo a da sentinela «à vontade», a do granadeiro lançando a granada de mão, ou as dos atiradores do Exército fazendo fogo, de pé, de joelho em terra, ou deitados.

Esta massa de composição secreta, de «Elastolin», a de «Lineol», é sobremodo sensível à humidade, de forma que as pequenas figurinhas de 1930-1940 aparecem por vezes já deterioradas, convindo conservá-las em ambiente devidamente seco.

Ora, e voltando ao que em Portugal se passava, em 1930-1940, — sucede que estas hoje raríssimas Figurinhas Militares da «Lineol» tiveram grande importância no nosso País, como a tiveram igualmente na Itália de Mussolini, e na Alemanha de Hitler.

Aconteceu efectivamente que, sendo então extraordinário o entusiasmo patriótico da Juventude Portuguesa, e o seu gosto pelos «pequenos soldados», — o facto foi educacional e comercialmente aproveitado por «Lineol», que passou a fornecer para o nosso País grandes quantidades de Soldadinhos de Massa, representando Figurinhas de «Mocidade Portuguesa», «Legião Portuguesa», e «Brigada Naval», extremamente apreciadas (tal como as suas congéneres em papel para recortar) pela Juventude Portuguesa daquela época.

As Figurinhas Militares de «Lineol» eram moldadas perfeitamente iguais, para a Alemanha, Itália, e Portugal, nas fábricas da mesma Empresa, e, ainda antes de exportadas, e dadas as grandes semelhanças dos uniformes das «S.A.», e «S.S.», Alemãs, e «Juventude Hitleriana», também Alemã, com os da «Legião Portuguesa», e com a «Mocidade Portuguesa», no nosso País, e com os fardamentos do Exército, e da «Juventude Fascista», na Itália, — os fabricantes alemães de «Elastolin» pintavam-nas, subsequentemente, apenas de cores diferentes, consoante se destinavam à exportação para Portugal, para Itália, ou para venda no próprio território do III Reich Alemão ...

Estas Figuras têm hoje incalculável valor histórico — pois que, pelo «Julgamento de Nuremberga», foram consideradas criminosas todas as insígnias e uniformes Nacionais-Socialistas do III Reich de

Hitler, cessando portanto, naquele País, e tanto quanto me é dado saber neste momento, a produção dos pequenos modelos da «Juventude Hitleriana», das «S. A.», e das «S. S.».

Entre nós, tais Figurinhas — serão modelos da «Mocidade Portuguesa», da «Legião Portuguesa», e da «Brigada Naval», de valor histórico, e que seria muito interessante preservar para estudo.

Passemos, porém, imediatamente, — e satisfazendo os desejos há tempos manifestados pelo nosso Ilustre Consócio Sr. Tenente-Coronel Campos e Sousa — à história de uns outros «Modelos e Miniaturas Militares», extremamente divulgados e popularizados como brinquedo infantil desde o Século XVIII — e que são (ou melhor, foram, visto que já desapareceram entre nós) os «Soldadinhos de papel», para recortar e colar sobre cartolina ou papelão, assentes sobre base de madeira, ou do mesmo material em que se colava o soldado.

4 — OS PEQUENOS SOLDADOS DE PAPEL, FACE AOS SOLDADOS DE CHUMBO, MAIS ANTIGOS, E ÀS PEÇAS DE ARTILHARIA DE METAL, TAMBÉM MAIS ANTIGAS:

Já numa outra ocasião fiz referência, perante Vas. Exas., aos pequenos «Soldadinhos de Papel», para colar sobre cartão ou madeira fina, e recortar.

Segundo meu Pai, os brinquedos mais divulgados entre famílias modestas, quando criança, ainda em tempo da Monarquia, eram precisamente os «Soldados de Papel», pelo seu baixo preço, e pelo seu agradável colorido, de azul, de verde, de amarelo, de vermelho, etc..

Em Portugal brincava-se, evidentemente, tal como nos demais Países, entre 1900 e 1910, também com «Soldadinhos de Chumbo», mas, sendo estes mais caros, compravam-se em menores quantidades, do que as «folhas» de Soldados de Papel.

Por outro lado, sucede que os «Soldadinhos de Chumbo» só tiveram divulgação «comercial», em série, muito mais recentemente do que os «Soldados de Papel», — motivo pelo qual começarei por descrever hoje a História dos Soldados de Recortar, e tratarei, em futura comunicação, da história comercial dos não menos famosos «Soldadinhos de Chumbo».

Efectivamente, antes da sua «comercialização», que só veio a ocorrer, como mais tarde veremos, no Século XVIII, os «Soldadinhos

de Chumbo» eram, conforme já numa outra anterior comunicação o demonstrei,—brinquedo formativo ainda privativo de Famílias Reais, Nobres, e abastadas, e não um brinquedo generalizado e acessível a todas as crianças e de todas as classes e categorias sociais, o que só veio a dar-se mais tarde, principalmente nos Séculos XIX e XX.

Portugal foi predominante potência militar e naval em todo o período das Navegações, Descobertas, e Conquistas, e quer D. João II, quer D. Manuel, quer inclusivamente D. Sebastião, e os Filipes de Espanha — votaram especial interesse ao estudo e desenvolvimento da Arte Militar, e, muito mais particularmente, ainda, ao estudo e aperfeiçoamento das Bocas de Fogo da Artilharia.

Tenho-me dedicado, desde há cerca de vinte e cinco anos, ao estudo e colecção de modelos e miniaturas militares, e constato como em Portugal deveria estar generalizado o gosto pelas Artes Militares já em tempo de D. João II, e como deveriam ser abundantes as pequenas miniaturas de Bocas de Fogo, de ferro, de bronze, e de chumbo, quer como passatempo de adultos, quer como brinquedo formativo das crianças,—então muito mais familiarizadas com o fascinante manejo de «bombardas», e de «morteiros», que ruidosamente detonavam, quando carregados de pólvora seca e disparando pela acção de uma pequena mecha acesa, que se fazia incidir sobre o «ouvido» do canhão, ou do morteiro, e provocava a inflamação da pólvora, e a forte detonação da pequena peça ...

Possuo, em minha colecção particular, diversas miniaturas de peças de artilharia, e de morteiros, precisamente com as armas de Portugal tal como se usaram desde D. João II, a D. Sebastião e a D. Henrique, ou seja, com a Coroa Real de copa aberta, e que disparam, quando carregados com pólvora seca — modelos e miniaturas militares que, por tradição, ainda há poucos anos se fabricavam e vendiam entre nós.

E tenho, também, outras miniaturas de peças e de morteiros, já ornamentados com as Armas Nacionais sob uma Corôa Real de copa fechada,—Armas de Portugal que se usaram desde a Restauração da Independência Nacional, sob o Reinado de D. João IV, em 1640.

Possuo interessantes exemplares, quer de bronze, quer inclusivamente de ferro fundido,—este lembrando as fundições ultramarinas,

designadamente as da Índia Portuguesa, e ornamentado com a Coroa Real fechada.

Estas miniaturas de bocas de fogo — no que se refere à peça, propriamente dita, e sem contar com o comprimento do «reparo», ou da «carreta» — variam bastante de tamanho e de forma, desde «morteiros» com cerca de 6 cms. de comprimento, até, além de mais, uma peça de artilharia, de bronze, com cerca de 50 cms., ou seja, cerca de meio metro de comprimento ...

Muito curiosos, ainda que menos elegantes, são os «morteiros» de artilharia, cujas miniaturas em tudo respeitaram os mais pequenos pormenores das verdadeiras bocas de fogo representadas — sendo notabilíssima a semelhança existente entre os pequenos modelos que possuo, alguns dos quais com as Armas de Portugal de Coroa Real aberta, anteriores a D. João IV, e outro apenas com a Coroa Real fechada, réplicas miniaturais, de morteiros que já não chegaram até nós, mas perfeitamente semelhantes, por exemplo, a outros morteiros ainda hoje existentes no Museu de Artilharia de Lisboa, antigos, como sejam, um completo e com seu reparo, da época dos Filipes (1580-1640), outro, sem reparo, de D. Pedro II (1683-1706), ou outro de D. Pedro V (1853-1861), ainda hoje existentes no Museu.

Numa outra ocasião estudaremos todas estas bocas de fogo — quer as miniaturas a que me refiro, quer as peças que se encontram no Museu de Artilharia e que lhes servem de comparação — bastando por agora referir que, sendo tais miniaturas, como é compreensível, um trabalho de fundição, de torneiro, e de artista, de certo modo inacessível e caro, tais «brinquedos» não puderam popularizar-se e generalizar-se até às classes economicamente menos favorecidas, apesar de sua abundância e aceitação entre as classes mais abastadas, e designadamente como «brinquedo» de Príncipes e de Nobres, futuros condutores de homens, e chefes militares.

Que as miniaturas militares de canhões e de morteiros eram utilizadas como «brinquedo», mesmo fora de Portugal, e há vários Séculos, e que seus felizes detentores se quedavam, maravilhados, fazendo «disparar» ruidosamente as pequenas peças de artilharia — provam-no, inclusivamente, preciosos documentos, felizmente ainda hoje existentes.

Conforme incidentalmente o referi em minha anterior comunica-

ção, sabe-se, por exemplo, de fonte segura, que, em França, o Príncipe, futuro Luís XIII, teve uma importante colecção de «Soldadinhos» e numerosas «Peças de Artilharia», as quais — segundo o «Diário» do Médico da Corte, Dr. Jean Héroard — se carregavam pela boca e «disparavam sem explodir», e portanto consideradas inofensivas...

Por seu turno, o Rei Luís XIV, enquanto Delfim de França, recebeu de seu antecessor parte do mencionado «exército», soldados e peças de Artilharia em miniatura, — o que tudo foi «reforçado», em 1650, por um novo contingente de cavalaria, de infantaria, e de máquinas de guerra — e portanto Artilharia.

Tudo isto foi legado, depois, a seu Filho mais velho — Luís XV — cuja instrucção militar foi dirigida pelo famoso Colbert.

E o conjunto foi ainda completado por novas miniaturas, quer «figurinhas» de homens, e de cavalos, quer «modelos» de peças de Artilharia, fabricados pelos mais Ilustres Artistas de Augsburgo e de Nuremberga, de tão famosas tradições, como se vê.

Em summa, e representando a mais interessante actividade, e de mais longa tradição histórica e educativa, em Portugal eram ainda muito usados, entre outros brinquedos, inclusivamente nos fins do Século passado e princípios deste Século, — pequenos modelos de peças de Artilharia, de bronze, de latão, de cobre, de ferro, e até de chumbo, que se carregavam pela boca com pólvora seca, e que disparavam salvas quando se inflamava a pólvora, pelo ouvido da peça, com uma pequena mecha acesa, preparada para o efeito.

Meu pai teve, ainda, herdados de parente mais antigo, que era «pirotécnico», diversos destes «brinquedos», representando Peças de Artilharia e Morteiros, que o dito parente idoso disparava, sendo uns em bronze, e outros em chumbo.

Se bem que, como já disse, este assunto seja deveras vasto, e interessante, para mais amplas referências a tais brinquedos antigos numa outra futura comunicação — não quero terminar esta breve referência sem lembrar, e dar notícia, a Vas. Exas., de que também no Museu Militar de Lisboa se encontra uma pequena peça de Artilharia de carregar pela boca, em bronze, sobre um reparo de Artilharia de Marinha, de quatro rodas, a qual veio do Palácio das Necessidades para

o Museu, depois da implantação da República, e que tinha sido «brinquedo» de D. Luís ou de D. Manuel II.

E também num Leilão de objectos da Casa Real foi vendida — depois do assassinio do Rei D. Carlos e do Príncipe Real, e da posterior implantação da República, e Exílio da Família Real de D. Manuel II para o Estrangeiro — uma curiosa «matriz», composta de dois moldes opostos e complementares, com as respectivas «chaminés» interiores para o metal em fusão e saída dos gases, e destinada ao «fabrico» de «Soldadinhos de Chumbo»...

Esta peça única, e de valor histórico inestimável, encontra-se hoje de posse do Coleccionador Português Sr. António Costa Ramos, de Algueirão, Sintra, e data da segunda metade do Século XVIII, tendo servido por certo para a «fundição» de Soldadinhos de Chumbo para os Reis de Portugal.

Trata-se de uma matriz composta, como disse, de dois moldes ajustáveis, com a indicação do seu autor — SIMON ROVALLE — e a data — 1773, reinando portanto nosso Rei de Portugal D. José I (4).

Da mesma época me parece ser um canhão de ferro fundido que possuo, ornamentado com a Coroa Real fechada — o que tudo mostra como de longa data são empregadas as «Miniaturas Militares» na educação militar e patriótica da Juventude, a começar pelos futuros Chefes, Políticos e Militares, que eram os Príncipes.

Estas fôrmas antigas, que tive ocasião de observar, são de pedra, semelhantes aos moldes metálicos de «soldadinhos» que já noutra ocasião descrevi, e cuja conformação ainda hoje se mantem em moldes que por meu turno possuo, estes fabricados actualmente em silicones na Suécia, e sobre os quais num outro trabalho especialmente falarei ainda.

Voltando, pois, aos «Soldadinhos de Papel» para recortar, bem se compreende agora como os mesmos se tornaram muito mais acessíveis e populares, — quer pelo seu baixo custo, quer pela facilidade

4 Já averiguel a história destas formas, que futuramente será publicada, e que consta de uma comunicação da minha autoria, de Junho de 1974, sobre «Peças de Artilharia em miniatura» Estas formas foram abertas para o «Príncipe do Brasil», neto de D. José, que morreu jovem, de um ataque de varíola.

de sua obtenção, quer porque tampouco envolviam ter de se derreter o chumbo, ou ter de se manipular a pólvora, o que — diga-se o que se disser — sempre era «brincar com o fogo» ... mesmo a brincar.

Tanto ou mais do que a dos «Soldadinhos de Chumbo», a História verdadeira e séria dos «Soldadinhos de Papel» é igualmente curiosa, e proveitosa, e não resisto a registá-la, e a descrevê-la em moldes realmente Históricos, e como me foi solicitado, a Vas. Exas..

Com esta História, voltaremos novamente, ao grande entusiasta das miniaturas militares de brinquedo, que foi o famoso Monarca Luís XV de França.

5 — BREVE HISTÓRIA DAS DIVERSAS TÉCNICAS USADAS NA IMPRESSÃO DOS SOLDADOS DE PAPEL, DESDE A SUA INVENÇÃO CONHECIDA:

Conforme bem o recordou o Exmo. Sr. Tenente-Coronel Campos e Sousa, aquando da minha primeira comunicação sobre «Modelos e Miniaturas Militares» — os mais divulgados e populares soldadinhos de brincar foram, até 1925, pelo menos, e pelo seu baixo custo e vistoso aspecto colorido, os chamados «Soldados de Papel».

Tratava-se de vistosas folhas de papel impressas, e aguareladas a cores, ou coloridas por impressão, representando cada uma numerosos Oficiais e Soldados, ou de Infantaria, ou de Cavalaria; numas trens de Artilharia hipomóvel, noutras Bandas Militares de Música; Lanceiros a Cavallo, Hussardes; Couraceiros; Dragões; — e tantas e tantas outras figurinhas inesquecíveis ...

Estas folhas de papel, para colar em papelão, cartolina ou madeira fina, e recortar, vendiam-se em Lisboa e por todo o País, em papelarias e tabacarias, sendo muito conhecida em Lisboa a chamada «Papellaria do Soldado à Porta», «Casa Verol» salvo erro, invocada saudosamente pelo Sr. Tenente-Coronel Campos e Sousa⁵.

De 1936 a 1945, ainda se encontravam, nas Papelarias e Tabacarias folhas impressas de «Soldados para recortar», ostentando Figurinhas

⁵ Noutra comunicação, de Junho de 1974, retiro mais pormenores sobre o fabrico de «soldados de chumbo» e de «soldados de Papel» em Portugal. Será publicada dentro em breve.

da «Mocidade Portuguesa», da «Legião Portuguesa», e da «Brigada Naval», e que, actualmente, já não consegui adquirir para o presente trabalho.

Quando era ainda muito pequeno — dois para três anos, por 1926 ou 1927, — lembro-me de que abundavam as folhas de «Soldados de papel», com «Trens de Artilharia», «Bandas de Música», «Zuavos», «Lanceiros», tudo de origem francesa, e de que me recordo perfeitamente.

Há uns dois ou três anos encontrei à venda — e adquiri-as — algumas folhas de «Soldados de Recortar», em papel, e em cartolina, na sua maior parte de origem Espanhola, e nem sempre exactas nas cores dos uniformes.

E possuo, também, numerosas folhas de «Soldados de recortar», Portuguesas, relativamente recentes, mas de desenho bastante ingénuo, mais representando crianças fardadas, do que «Soldados» no sentido tradicional.

Para se fazer uma pequena ideia da variedade e multiplicidade destas «Folhas» de soldados, citarei, a título de exemplo, as seguintes variedades recentes que possuo:

1.º — Da série «Estampas de España», publicada em «San José, 16 — Cuart de Poblet (Valencia)», cito as seguintes folhas:

- Guerrilheiros, Índia, 1935;
- Japão, 1940;
- França, 1919;
- Estados Unidos, 1945;
- Itália, 1940;
- Alemanha, 1939;
- Grã-Bretanha, 1950;
- Granadeiros, Argentina, 1950.

2.º — Da série «Ediciones La Tijera», também espanhola, citarei:

- Banda de Música;
- Batalhão Ciclista;

- Transmissões;
- Serviço de Saúde Militar.

3.º — Da série «Recortes Azucena — Editorial Roma — Barcelona», citarei:

- Banda de Escoceses.

4.º — Da série «Euramerica — Lista, 55 — Madrid», citarei:

- Marinheiros;
- Polícia Montada do Canadá.

5.º — Da série «Recortables Eva», também espanhola, salvo erro de 1965, citarei:

- Soldados de Infantaria;
- Marinheiros da Marinha de Guerra;
- Soldados e Artilharia.

6.º — Da série «Agência Portuguesa de Revistas», citarei:

- Caçadores Para-Quedistas;
- Cavalaria da G. N. R.;
- Infantaria da G. N. R.;
- Colégio Militar;
- Pupilos do Exército;
- Marinheiros da Armada;
- Sapadores Bombeiros;
- Real Polícia Montada do Canadá;
- Infantaria de Marinha Espanhola;
- Corpo Nómada do Saará, França;
- Guarda Real, da Grécia;
- Granadeiros da Rainha, de Inglaterra;
- Fuzileiros Escoceses, de Inglaterra; e
- Peles-Vermelhas, dos Estados Unidos da América do Norte.

A par destas folhas de «Soldados de recortar», que possuo, e que futuramente serão a seu tempo reproduzidas, para a organização de um «Catálogo» ilustrado de «figurinhas» já hoje desaparecidas entre nós, embora recentes — ocorre-me registrar algumas das muitas folhas que observei em minha infância, e designadamente as seguintes:

— Da impressão de gravuras «Imagerie Pellerin», de Épinal, ocorrem-me as seguintes folhas; com uniformes do II Império, de França, do tempo do Imperador Napoleão III:

- Artilharia, com Comando, Canhão Atrelado; Cavaleiros; e Canhão em Bateria;
- Tropas Coloniais Francesas do Norte de África;
- Cavalaria de Caçadores de África; com «turcos» e porta-bandeira;
- Soldados de Artilharia em Parada; com porta-bandeira;

Observei, também, em Lisboa, várias outras «folhas de Soldados», antigas, do tempo do Presidente da República Francesa Jules Grévy, representado em retrato numa dessas folhas, as quais provinham da «Fabrique d'Estampes de F. Didion, à Metz», com marca registada, e representando:

- Exército Italiano;
- Exército Espanhol — Guarda Civil;
- Regimento de Sphais indianos; e
- Exército Turco; além do já citado
- Retrato do Presidente Jules Grevy, da República Francesa, da mesma época dos uniformes das mencionadas folhas.

Por aqui se vê, desde já, a imensa variedade de Soldados, e de Uniformes, que ainda recentemente se encontravam, nas inúmeras folhas, das mais diversas proveniências, e dos mais diversos Países e datas.

Ora, succede que é precisamente nos «Soldadinhos de Papel», para recortar, que se encontra o começo histórico da expansão e vulgarização, e do desenvolvimento «comercial», das pequenas figurinhas de soldados de brincar, na educação das crianças.

O erudito investigador e coleccionador — já referido — Donald Featherstone, em seu precioso trabalho sobre a especialidade, «Hand-book for Model Soldier Collectors», publicado em Londres em 1969, dedica todo um interessantíssimo capítulo, deste seu livro, às «Placas e Gravuras Militares», transcrevendo, ainda, um notabilíssimo estudo do também Coleccionador e erudito Historiador D. N. Anderson, autoridade Escocesa neste assunto, — e historia exaustivamente os «Soldados de Papel» para recortar, sejam eles gravuras originais; sejam cópias de anteriores impressões, sejam reproduções fotográficas ou outras; sejam reconstituições de antigos uniformes elaboradas depois do desaparecimento dos mesmos; sejam, finalmente, variantes de gravuras, obtidas por alteração das matrizes originariamente empregadas, como muitas vezes sucedia (e até em gravuras com vistas de cidades, em que o dito expediente foi usado).

Os «Soldados de Papel» multiplicaram-se como rendoso negócio comercial, desde o Século XVIII até há poucos anos, e, para se fazer uma pequena ideia do seu espantoso número e variedades, basta dizer que, só no «Scottish United Services Museum», na Escócia, existem para cima de 6.000 gravuras deste género, impressas desde meados do Século XVIII, até 1870.

O próprio e referido estudioso Escocês D. N. Anderson, resolvendo reunir uma pequena colecção pessoal e particular sobre assuntos respeitantes, apenas, ao Exército Francês, — acabou por adquirir e possuir nada menos de 250 exemplares destas folhas de Soldados em Uniformes, constituídas por gravuras impressas desde 1790 a 1867.

Para designar os exemplares em estudo, os eruditos usam do termo «impressão original» ou «gravura original» quando o papel que representa os Soldados esteve, ele próprio, e directamente, em contacto físico com a «placa» ou «chapa» (por exemplo, de cobre gravado) em que o Artista desenhou os motivos militares — o que sucedia antes de 1820, ou quando quer que fosse.

Se um destes originais» impressos é «reproduzido» por qualquer processo moderno, seja ele fotográfico, seja foto-mecânico, já se não trata, em sua verdadeira acepção, de uma «gravura» ou «impressão» original, mas, mais propriamente, de uma «reprodução» de uma gravura anterior, antiga ou moderna.

Ensina, depois, o mesmo estudioso Escocês, D. N. Anderson, que as «gravuras militares», do Século XVIII, e dos princípios do Século XIX, eram normalmente impressas por meio de «placas» ou «chapas» (de cobre, ou de madeira) mas que, de 1820 em diante, se tornaram mais comuns as «litografias» (impressão em que a gravura se consegue por contacto com uma pedra gravada), razão pela qual a maior parte das «Folhas de Soldados» para recortar que se encontram, antigas, são «litografias», já que geralmente posteriores a 1820.

As folhas de gravuras com assuntos para colar e recortar, militares ou não, (porque também as havia com outros temas) — foram feitas, principalmente, seja como «gravuras», seja como «litografias», entre princípios de 1780, e fins de 1860. Depois o sistema passou a ser outro, como veremos.

Muitas destas «gravuras» eram feitas por artistas especializados em assuntos militares, e do próprio tempo a que se referiam, para mostrar uniformes e detalhes, de equipamentos e de vestuário.

Não se tratava de «reproduções» mas de «impressões originais» (em contacto físico com a chapa, com a placa de cobre, ou com a pedra litográfica, onde o artista abria o desenho original, simétrico e oposto, na matriz, e na gravura).

Inicialmente, algumas destas gravuras militares eram feitas «em cores», sendo o colorido obtido por sucessivas impressões (isto é, contactos), — mas, na sua maior parte, as gravuras eram impressas numa só cor, e seguidamente «coloridas à mão», pelo processo ainda hoje usado nas louças, em Portugal, e denominado «de estampilhas».

Tratava-se de uma ou mais aplicações de aguarelas, ou anilinas, cujas pinceladas eram aplicadas pelos artistas ou seus ajudantes, através de aberturas recortadas numa chapa que tapava o resto do desenho, e cujo recorte ou abertura interior deixava passar a aplicação da tinta de aguarela apenas na zona adequada, de modo a facilitar, sucessivamente, e com rapidez, a aplicação das várias tintas sobre as zonas próprias da gravura a colorir, sempre tapada e protegida na parte restante. Quantas as cores a aplicar, tantas as «estampilhas» ou moldes recortados para a aplicação das aguarelas, com pinceis.

A partir de 1880, porém, a cromolitografia, e outros processos e técnicas, passaram a intervir na aplicação das cores nas «Folhas de

Soldados» para recortar, cessando portanto o sistema da aplicação manual das aguarelas pelo processo das denominadas «estampilhas», que ainda hoje se empregam no entanto, entre nós, na aplicação rápida do colorido, nas diferentes partes de cores diversas, nos desenhos das peças de louça decorativa pintadas à mão.

O mesmo se verificou, paralelamente, com os Mapas e Plantas de Fortificações Militares, em que as gravuras impressas eram primitivamente «aguareladas» (conforme eu próprio as possuo, da Praça e Fortificações da então Vila de Setúbal), tudo inicialmente colorido a tintas de aguarelas de cores diversas, e de aplicação manual sobre a gravura monocromática que resultava da impressão; e em que os trabalhos passaram a ser exclusivamente mecânicos a partir de 1880, pelo uso das novas técnicas, de impressão de cores.

O sistema de «estampilhas» e de colorido «à mão» tornava sobremodo cara e lenta a produção (principalmente lenta, e dado que a mão de obra era mal paga) — e destes factos resulta o elevado valor de «antiguidades» destas primitivas aguarelas de «Soldados», de «Plantas», e de «Fortalezas».

6 — **LUÍS XV DE FRANÇA, O IMPRESSOR SEYFRIED, E A INVENÇÃO DOS SOLDADOS DE PAPEL, DE ESTRASBURGO, EM 1744:**

Desconhece-se, ainda hoje, ao certo, quando foi que apareceram as primeiras folhas de «Soldadinhos de Papel» para recortar, e quem as teria inventado, e divulgado comercialmente.

Segundo um interessante trabalho, muito recente, da autoria do grande estudioso e investigador Italiano Massimo Alberini, publicado em Londres, em 1972, sob o título *Model Soldiers*, pela Editora de «Orbis Books», — é de facto impossível estabelecer e determinar, exactamente, qual a data do primeiro modelo de «Soldado de Papel» para recortar, como peça distinta de qualquer gravura ou retrato de um Rei, de um Príncipe, ou de Chefe Militar, em Uniforme de Hussard, ou de Granadeiro, que alguém se lembrasse de recortar, mas que a tal não fosse destinado.

A distinção entre gravuras de «Soldados de Brinquedo», e gravuras decorativas, afectivas, ou políticas, para pessoas crescidas, deve

ter começado quando alguém se tenha lembrado de produzir figuras de «Soldados», mas propositadamente» para se recortarem e colarem sobre cartão, e figurarem verticalmente, de pé, com uma pequena base de cartão ou de madeira, para que pudessem agrupar-se em «formaturas», e «paradas» de Soldados, e com o preciso fim de servirem para divertimento e educação das crianças, ou seja, como «brinquedo» infantil.

Segundo os historiadores de Modelos de Soldados — a «invenção» ter-se-ia dado em 1744, em Estrasburgo, na Alsácia-Lorena, graças ao entusiasmo militar, e ao espírito inventivo e prático de um impressor de gravuras, chamado SEYFRIED, e em correlação, como sempre acontece, com acontecimentos determinantes do entusiasmo popular, e de espontâneos sentimentos de alegria e de vibração, racionados com o brilho dos desfiles militares, dos Uniformes e dos Equipamentos, e com o significado patriótico dos acontecimentos político-militares, a que o burgo acabava de assistir.

O grande Rei Luís XV visitara precisamente Estrasburgo, a velha Capital fronteiriça da Alsácia-Lorena, e o espectáculo fôra arrebatador e brilhante, presenciado pela população plena de entusiasmo e de alegria, escoltado o Rei por numerosas e vistosas Tropas Francesas, cujo desfile galvanizou os sentimentos de simpatia e de vibração patriótica da população de Estrasburgo.

Assistindo a estas luzidas e significativas cerimónias e manifestações, quer militares, quer da população da capital, — elas sugeriram ao inventivo e entusiasta Impressor, SEYFRIED, a ideia — que logo pôs em prática — da realização e da venda de numerosas gravuras com Soldados para recortar, destinadas às crianças, em comemoração e lembrança afectiva desta visita Real, à velha cidade de Estrasburgo.

A ideia teve o melhor acolhimento popular, com satisfação de todos e bons lucros do impressor, as gravuras venderam-se rapidamente, — mas logo surgiram outros Artistas concorrentes, como sempre acontece nas obras humanas, a colherem igualmente os frutos da invenção e realização do seu feliz antecessor.

Assim, o entusiástico SEYFRIED em breve se viu suplantado por numerosos rivais, seus concorrentes «comerciais» na realização e venda dos «Soldadinhos de Papel» para recortar, — sob o entusiasmo

comum da grande produção e venda das preciosas Figurinhas, de Brinquedo para Crianças, mas de grande alcance político e comercial.

E o «negócio» foi de tal modo importante que um dos mais destacados concorrentes do Impressor SEYFRIED foi, não apenas outro Impressor, mas inclusivamente um brilhante Oficial Militar, de Cavalaria, e Poeta e Escritor, de nome PIETRO FRANCESCO ISNARD, o qual imprimiu — entre 1776 e 1779 — nada menos de cinco modelos de folhas de «Soldados de Papel» para recortar, diferentes entre si, — e ainda no Século XVIII, portanto.

Outro dos grandes concorrentes de SEYFRIED, — que vários foram eles — foi GIAN FREDERICO STRIEDBECK, o qual por tal forma desenvolveu o negócio dos «Soldadinhos de papel» que chegou a designar-se a si mesmo, comercialmente, pelo «fabricante manual de tropas coloridas».

Neste período — segunda metade do Século XVIII — Estrasburgo podia considerar-se, e considerava-se de facto, como «a Capital dos Modelos de Soldados de Papel».

E esta supremacia comercial e artística veio a ter a sua mais alta expressão durante o Segundo Império Francês, com as actividades do Impressor de Folhas Coloridas que foi o grande RODOLFO SILBERMANN — cujas impressões atingiam as 130.000 gravuras de Soldados por ano!

7 — OS IRMÃOS PELLERIN, E AS GRAVURAS DO VELHO BURGO DE ÉPINAL, NOS VOSGES:

Mas outros grandes Impressores se revelaram igualmente activos, neste rendoso comércio dos «Soldadinhos de Papel», e que também ficaram igualmente célebres, e noutras cidades, a que ligaram para sempre a sua história:

Em Épinal, velho burgo situado nos Vosges, os IRMÃOS PELLERIN, e mais particularmente JEAN CHARLES, que viveu de 1756 a 1836, — não se limitaram, perante a notícia do êxito dos Soldadinhos de Brincar, ao género de gravuras a que até então inteiramente se devotavam ...

Efectivamente, os IRMÃOS PELLERIN haviam-se especializado, durante o Período Napoleónico Francês, na produção comercial de gravuras de Santos, de Provérbios Ilustrados, e de Batalhas do Império — de tal modo que ficaram mundialmente célebres, pelas suas apreciadas «Imagens de Épinal».

Mas, das produções de imagens artísticas, épicas, e coloridas, de Batalhas Militares e Navais, — em breve estenderam o seu interesse comercial, por ainda mais lucrativo, às folhas coloridas dos «Soldadinhos de Papel» para brincar, e dos «Uniformes Militares».

Inicialmente, os conjuntos que editavam numa mesma folha — apenas continham quatro ou cinco figuras e modelos de Uniformes, cada uma.

Subsequentemente, porém, e promovendo uma muito maior venda para o artigo, as folhas de «Soldados» passaram a incluir duas, três, quatro, e mais filas ou linhas horizontais de soldados por cada folha, o que reduziu o tamanho de cada figurinha em cada uma das folhas, mas aumentou o interesse na compra, pelo maior número de unidades de cada exemplar, que permitia a realização de vistosas paradas, e de inofensivas «guerras» infantis ...

Nas oficinas dos IRMÃOS PELLERIN, a impressão fazia-se pelo processo da «xilografia», ou «xilogravura», ou seja, por meio de chapas de madeira, onde eram abertas as matrizes das gravuras a imprimir.

Ainda hoje existem, em Épinal, nos Armazens-Museu da actual «Companhia Pellerin», as chapas de madeira, gravadas e abertas à mão, com que então se imprimiam as celebérrimas gravuras — actualmente produzidas pelo processo da zincogravura, que ali se emprega em nossos dias, pois o negócio ainda não terminou definitivamente.

Em Épinal, o colorido era aplicado sobre as folhas, depois da impressão das gravuras, à mão, com o emprego de matrizes ou «estampilhas» de chapa interiormente aberta em recortes nos lugares apropriados para a aplicação de cada uma das cores — da forma já descrita — colorido que se applicava com tintas de anilinas, de diversas e atraentes cores, reproduzindo com exactidão os vistosos e coloridos Uniformes da época.

No já citado trabalho, «Model Soldiers», com introdução de Massimo Alberini, e publicado em Londres em 1972, por «Orbis Books»

— encontram-se interessantíssimas reproduções fotográficas de algumas das «Folhas de Soldados» dos IRMÃOS PELLERIN, saídas da «IMAGERIE PELLERIN» ou «IMAGERIE D'ÉPINAL».

«Gravuras plenas de colorido, impressas pela Imagerie Pellerin de Épinal» — lê-se neste trabalho — «a popularidade destes desenhos data e remonta aos dias do Império Napoleónico».

«Originariamente impressas como gravuras de chapa de madeira, e coloridas à mão, as folhas Pellerin dos tempos modernos beneficiam de fotolitogravura na impressão. Mas o resultado do conjunto é sensivelmente o mesmo: impressionante e decorativa apresentação de uniformes militares, que podem obter-se quer em folhas de papel para recortar, quer sobre cartão e já cuidadosamente recortados».

E, dando-nos uma pequena selecção fotográfica de quatro das inúmeras folhas de Soldados dos IRMÃOS PELLERIN, eda sua IMAGERIE D'ÉPINAL, — «Orbis Books» reproduz:

- Soldados de Artilharia, Napoleónicos, com Canhões;
- Tropas Coloniais Francesas do Norte de África, do tempo de Napoleão III e seu II Império Francês;
- Caçadores de África, que se immortalizaram na Batalha de Balacava; e
- Soldados de Artilharia do Segundo Império, com sua Bandeira ostentando as honras recebidas nas Batalhas de Moscovo e de Iena, duas das grandes victórias de Napoleão I.

Eram estas folhas, da IMAGERIE D'ÉPINAL, Francesas, as que me recordo de haver observado e possuído, ainda, quando criança, — cerca de 1926 ou 1927 ...

8 — BREVE REFERÊNCIA À HISTÓRIA DOS SOLDADOS DE PAPEL NUMA OUTRA POTÊNCIA MILITAR — A ITÁLIA DO SÉCULO PASSADO E DE NOSSOS DIAS:

Não cabe — evidentemente — no âmbito desta breve dissertação, e por força limitada, pelo seu objecto, e pelo tempo de que dispomos, trazer aqui, até Vas. Exas., uma descrição exaustiva do que tem sido,

e do que foi, a História dos pequenos «Soldadinhos de Papel», desde a sua conhecida invenção em 1744, em Estrasburgo, até aos nossos dias.

A título de exemplo, porém, e para que se fique com uma ideia rigorosa e precisa do que um simples brinquedo pode representar, como elemento educativo, político, militar, social, e comercial — farei ainda uma breve e singela referência à História dos «Soldados de Papel» numa outra potência militar europeia, que é a Itália, do Século passado, e de nossos dias.

Em Itália — e sempre segundo o mesmo erudito autor, Massimo Alberini, de cujo trabalho continuo a servir-me, como principal fonte, neste capítulo de minha comunicação — surgiram por seu turno os REMONDINIS, de BASSANO DEL GRAPPA, os quais, conhecedores das gravuras de «Soldados de Papel» de Estrasburgo, se dedicaram por seu turno, em Itália, à produção comercial das folhas de «Soldados para recortar».

Esta famosa Família de Impressores desapareceu já, toda ela, em nossos dias, — mas o certo é que, particularmente nos meados do Século XIX, sob a direcção de GIUSEPPE REMONDINI, ela constituiu uma verdadeira «potência» no campo da criação e produção de gravuras populares, e para todo o mundo.

A Família dos REMONDINIS mantinha doze oficinas de impressão, quatro desenhadores fabricantes de folhas de gravuras, e um pessoal de duzentas famílias, em que, tanto os pais, como os filhos, todos se dedicavam ao mesmo labor, em trabalho tanto na loja, como inclusivamente em casa, em regime artesanal.

Com efeito, o trabalho realizava-se tanto nas oficinas como em casa dos colaboradores e empregados, em regime de remuneração variável consoante o trabalho produzido — como ainda hoje acontece em certas actividades industriais — e os REMONDINIS produziam gravuras, coloridas à mão, de todos os géneros, desde imagens religiosas de Santos, a folhas de brincar, e a cartas de jogar; e desde as «Folhas de Soldados» para crianças, até às «Folhas de Uniformes Militares» para figurinos.

As gravuras dos REMONDINIS eram vendidas por toda a parte, e em tão grande quantidade, e para tal número de Países, que as «Imagens Religiosas», e de temas religiosos, eram ilustradas com legendas

é orações, escritas simultaneamente em Língua Espanhola, para Espanha, Portugal, e Américas Latinas, em Língua Alemã, para as cidades alemãs, e, até, em caracteres orientais, para a Igreja Ortodoxa Russa, o que dá uma clara ideia da extensão de seus mercados consumidores.

Recentemente, um Impressor de BASSANO, de nome ZILLIO, dando-se conta da actualidade da produção de alguns temas dos REMONDINI, já há muito falecidos, — passou a produzir, por meio de fotolitogravura, algumas folhas de Dragões, de Soldados de Infantaria, de Músicos Militares — mas todas elas de duas linhas de figuras, apenas, cada uma, e com os Soldados muito simplesmente desenhados, e com os Uniformes na sua maior parte «inventados» e «fantasiados», ainda que agradáveis, não obstante, como mera «decoração», pelo seu colorido.

Tal como já observei quanto a certas folhas de Soldados ainda recentemente produzidas em Portugal — trata-se de trabalhos sem o valor histórico-artístico, ou sequer político-social e militar das folhas antigas, e portanto, conseqüentemente, sem o êxito «comercial» que seus modernos autores imaginavam alcançar com tais «criações», ainda que inspiradas nas velhas gravuras dos REMONDINI ...

Entretanto, e voltando ao Século XIX, e aos célebres REMONDINIS de BASSANO, sucedeu que a Família se foi extinguindo pouco a pouco, e surgindo dificuldades que se agravaram pelo decurso dos anos, — até que os trabalhos de impressão desta extraordinária Família vieram a cessar por completo, em meados do Século XIX, isto é, mais precisamente, em 1859 ...

E, assim, durante mais de vinte anos, deixaram de aparecer — em Itália e nos demais Países seus compradores — quaisquer novas «Figurinhas Militares de Papel», para recortar, de origem Italiana.

Decorreu o tempo, novos entusiasmos militares e patrióticos surgiram, e de novo reapareceram os tradicionais «Soldadinhos de Papel» — desta vez na importantíssima cidade italiana de MILÃO, de tão prestigiosa história na impressão de Livros e de Gravuras.

Assim, e desta vez em MILÃO, surgiram de novo outros productores de «Soldadinhos de Papel», — em 1878 — e que foram obra da litografia de LEBRUN e de BOLDETTI.

E, alguns anos mais tarde, já outros Milanesees se dedicavam,

e do que foi, a História dos pequenos «Soldadinhos de Papel», desde a sua conhecida invenção em 1744, em Estrasburgo, até aos nossos dias.

A título de exemplo, porém, e para que se fique com uma ideia rigorosa e precisa do que um simples brinquedo pode representar, como elemento educativo, político, militar, social, e comercial — farei ainda uma breve e singela referência à História dos «Soldados de Papel» numa outra potência militar europeia, que é a Itália, do Século passado, e de nossos dias.

Em Itália — e sempre segundo o mesmo erudito autor, Massimo Alberini, de cujo trabalho continuo a servir-me, como principal fonte, neste capítulo de minha comunicação — surgiram por seu turno os REMONDINIS, de BASSANO DEL GRAPPA, os quais, conhecedores das gravuras de «Soldados de Papel» de Estrasburgo, se dedicaram por seu turno, em Itália, à produção comercial das folhas de «Soldados para recortar».

Esta famosa Família de Impressores desapareceu já, toda ela, em nossos dias, — mas o certo é que, particularmente nos meados do Século XIX, sob a direcção de GIUSEPPE REMONDINI, ela constituiu uma verdadeira «potência» no campo da criação e produção de gravuras populares, e para todo o mundo.

A Família dos REMONDINIS mantinha doze oficinas de impressão, quatro desenhadores fabricantes de folhas de gravuras, e um pessoal de duzentas famílias, em que, tanto os pais, como os filhos, todos se dedicavam ao mesmo labor, em trabalho tanto na loja, como inclusivamente em casa, em regime artesanal.

Com efeito, o trabalho realizava-se tanto nas oficinas como em casa dos colaboradores e empregados, em regime de remuneração variável consoante o trabalho produzido — como ainda hoje acontece em certas actividades industriais — e os REMONDINIS produziam gravuras, coloridas à mão, de todos os géneros, desde imagens religiosas de Santos, a folhas de brincar, e a cartas de jogar; e desde as «Folhas de Soldados» para crianças, até às «Folhas de Uniformes Militares» para figurinos.

As gravuras dos REMONDINIS eram vendidas por toda a parte, e em tão grande quantidade, e para tal número de Países, que as «Imagens Religiosas», e de temas religiosos, eram ilustradas com legendas

é orações, escritas simultaneamente em Língua Espanhola, para Espanha, Portugal, e Américas Latinas, em Língua Alemã, para as cidades alemãs, e, até, em caracteres orientais, para a Igreja Ortodoxa Russa, o que dá uma clara ideia da extensão de seus mercados consumidores.

Recentemente, um Impressor de BASSANO, de nome ZILLIO, dando-se conta da actualidade da produção de alguns temas dos REMONDINI, já há muito falecidos, — passou a produzir, por meio de fotolitogravura, algumas folhas de Dragões, de Soldados de Infantaria, de Músicos Militares — mas todas elas de duas linhas de figuras, apenas, cada uma, e com os Soldados muito simplesmente desenhados, e com os Uniformes na sua maior parte «inventados» e «fantasiados», ainda que agradáveis, não obstante, como mera «decoração», pelo seu colorido.

Tal como já observei quanto a certas folhas de Soldados ainda recentemente produzidas em Portugal — trata-se de trabalhos sem o valor histórico-artístico, ou sequer político-social e militar das folhas antigas, e portanto, conseqüentemente, sem o êxito «comercial» que seus modernos autores imaginavam alcançar com tais «criações», ainda que inspiradas nas velhas gravuras dos REMONDINI ...

Entretanto, e voltando ao Século XIX, e aos célebres REMONDINIS de BASSANO, sucedeu que a Família se foi extinguindo pouco a pouco, e surgindo dificuldades que se agravaram pelo decurso dos anos, — até que os trabalhos de impressão desta extraordinária Família vieram a cessar por completo, em meados do Século XIX, isto é, mais precisamente, em 1859 ...

E, assim, durante mais de vinte anos, deixaram de aparecer — em Itália e nos demais Países seus compradores — quaisquer novas «Figurinhas Militares de Papel», para recortar, de origem Italiana.

Decorreu o tempo, novos entusiasmos militares e patrióticos surgiram, e de novo reapareceram os tradicionais «Soldadinhos de Papel» — desta vez na importantíssima cidade italiana de MILÃO, de tão prestigiosa história na impressão de Livros e de Gravuras.

Assim, e desta vez em MILÃO, surgiram de novo outros productores de «Soldadinhos de Papel», — em 1878 — e que foram obra da litografia de LEBRUN e de BOLDETTI.

E, alguns anos mais tarde, já outros Milanesees se dedicavam,

igualmente, aos trabalhos da produção de «Soldados de Recortar», impressos pelo processo da litogravura, — destacando-se designadamente os nomes dos Litógrafos VEDOVA VERTUA, MERCENARO e MACCHI, ARISTIDE GIORE, e DE CASTIGLIONE.

Entre 1895 e 1910, a produção italiana aumentou extraordinariamente, no tocante aos «Soldados de Papel», — porquanto os desenhadores dispunham de excelentes modelos militares, na Obra do Pintor QUINTO CENNI.

Em Itália, com a Grande-Guerra de 1914-1918, em que o País entrou nas hostilidades ao lado dos Aliados Franceses e Ingleses, e contra a Alemanha — e a par da escassez dos Soldados de Chumbo, mobilizada a Indústria e as matérias primas para a produção bélica — deu-se um excepcional e importantíssimo desenvolvimento do gosto pelos «Soldados de Papel», e um extraordinário incremento na respectiva impressão.

E isto de tal forma — como o acentua o citado autor — «que talvez nunca, anteriormente, as crianças italianas houvessem brincado tanto, com modelos de soldados».

Com a 1.^a Grande Guerra, surgiram outros e curiosos modelos militares, em folhas coloridas, da autoria de ACHILLE BELTRAME, publicadas no «Domenica del Corriere».

Foi o período das célebres marcas de fabricante STELLA e AQUILA, ainda não completamente esquecidas pelos Italianos, hoje já idosos — mas então jovens de 1914-1918.

Com o após-guerra, e a extraordinária divulgação dos «Soldados de Chumbo», facilitada pela abundância de metais da sucata dos campos de batalha, e pela exportação alemã dos «moldes» de fabricar «Soldadinhos de Chumbo», que permitiam o seu fabrico caseiro e artesanal — os «Soldados de Papel» entraram em irremediável e definitiva decadência, em todos os Países.

Na Itália, como em Portugal, o declínio começou cerca de 1930 — época a que comecei por referir-me na presente comunicação, sobre «Modelos de Soldados».

Apesar de todo o entusiasmo Nacionalista do Fascismo — os «Soldados de Chumbo» ocupavam definitivamente o lugar dos tradicionais «Soldados de Papel», e a produção Italiana de «Folhas de Sol-

dados» revelava-se «mediocre» a partir de 1930, apenas com as edições de CARRÓCIO e de CARTOCCINO acima da média, sendo muito modestas as tentativas no sentido de interessar as crianças por novos temas, limitados então em Itália a Cow-Boys e Índios, Tropas Soviéticas, e Veículos Blindados ...

9 — TERMINANDO A HISTÓRIA DOS SOLDADOS DE PAPEL — ATÉ AOS NOSSOS DIAS:

Terminando a História dos «Soldados de Papel» — direi, com o citado autor Massimo Alberini, que, mundialmente, e desde 1950, com a extraordinária divulgação dos «Soldadinhos de Plástico», «nada tem havido de novo, no campo dos «Soldados de Papel», a não ser para quadros de papel ou cartolina impressos de ambos os lados ou faces, e dedicados a alguns Regimentos mundialmente famosos, por «Edições Europa», com fins decorativos.

A Companhia PELLERIN, reproduziu em «posters» os antigos Soldados de Épinal, dos Irmãos PELLERIN, em tamanho quási natural, com cerca de cinco pés de altura, com fins decorativos, do mesmo modo, e que me recorde de ter visto decorando paredes de umas águas-furtadas, numa revista estrangeira de decoração habitacional ...

São assuntos facilmente adquiríveis, designadamente, os Zuavos do Segundo Império, a Cantineira, e o Príncipe Imperial em Uniforme de Granadeiros ...

Segundo o mesmo autor — a que me tenho reportado — em antigos livreiros, antiquários, e alfarrabistas, é ainda possível encontrarem-se «Folhas» com «Soldados de Papel», antigos, gravuras impressas na Alemanha ou na Espanha, «mas por elevados preços», como muito judiciosamente conclue.

Conforme já o referi num outro trabalho, encontrei há poucos anos algumas dessas folhas antigas num Livreiro Antiquário de Lisboa — mas ao preço solicitado de 100\$00 por cada folha de Soldados de Papel, provenientes de PELLERIN de Épinal, e de F. PIDION, de Metz.

Em Portugal, abundaram ainda, entre 1936 e 1950, — curiosíssimas folhas de «Soldadinhos de Papel», representando elementos da

«Mocidade Portuguesa», da «Legião Portuguesa», e da «Brigada Naval», cujos desenhos eram interessantes mas que há muito desapareceram, definitivamente, nas Papelarias e Tabacarias, por obsoletos.

Entre 1926 e 1930, lembro-me perfeitamente de se venderem, em Portugal, as «Folhas de Soldados» de origem francesa, da «Imagerie PELLERIN», ou «Imagerie d'EPINAL», a que já fiz referência.

Revistas Infantis, como o «Tic-Tac», o «Senhor Doutor», e «O Mosquito», — publicavam frequentemente «separatas» com construções de armar, em papel, para colar sobre cartão ou cartolina, e representando frequentemente motivos militares e patrióticos, tais como «A Torres de Belém», «O Cruzador Adamastor», «O Hidro-avião» em que Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizaram a travessia do Atlântico, etc., etc..

E Fábricas de Rebuçados e Caramelos, como a Fábrica «Águia», produziam vistosos modelos de «Soldados» de brilhante e perfeito colorido, colecções de «Bandeiras» de todo o mundo, e diversos outros temas igualmente interessantes, para colar sobre «Albuns» próprios, e danão direito a interessantes prémios, logo que terminadas as colecções...

Havia tempo para tudo, desde o estudo às brincadeiras ao ar livre, e à educação física, — desde a colagem dos pequenos «Soldados», aos «recortes» e às vistosas «paradas» desses pequenos bonecos educativos.

Pode parecer, a um observador menos prevenido e atento aos fenómenos sociais, que brinquedos aparentemente ingénuos, tais como os «Soldados de Papel», e de «Chumbo» ou de «Plástico», — nada terão que ver com a «educação» e formação da Juventude, mas tal não é exacto, como demonstrarei.

Conforme já disse, a períodos de maior fervor patriótico, ou nacionalista, — correspondem, historicamente, na educação da Juventude, passatempos e brinquedos de carácter sério, formativo, educacional, Nacionalista e Patriótico, como o dos «Pequenos Soldados».

Em Espanha, depois da Guerra Civil de 1936-1939, e com o despertar do Nacionalismo sob a direcção do General Franco, — verificou-se uma apreciável produção de «Soldados de Papel», de que as várias editoriais e «Folhas de Soldados», já há pouco referidas, dão uma exemplificativa notícia.

E entre nós, com a criação de Tropas Paraquedistas, surgiram, cerca de 1965, segundo penso, ou até mais cedo, numerosas «Folhas de Soldados» para recortar, as últimas de que tenho notícia, e que foram as que já referi, publicadas pela «Agência Portuguesa de Revistas», e destinadas a Portugal Continental e Ultramarino.

De configuração de certo modo ingénua, mostrando como que crianças fardadas, em contraste com todas as folhas tradicionais, em que sempre se representaram verdadeiros «Soldados em Uniforme», — mesmo estas folhas, últimas que conheço, e a que me refiro, desapareceram, segundo verifico, das Livrarias e Papelarias de Lisboa, onde sequer os actuais empregados se lembram, tam pouco, da sua existência.

E, no entanto, os «Soldados de papel» haviam sido famosos em Portugal, onde, no começo do século XX, eram impressos e vendidos por: — Papelaria Veral — Vistas Portuguesas de Soldados — Casa Verol — Casa do soldado à Porta, na R. da Prata, em Lisboa (1897, 1898, 1900, etc.); — «Costa & Valério» de Lisboa — Cartolinas Militares; — P. & C., com desenhos de Alberto de Sousa, na R. de São Bento — Lisboa — 5 folhas diferentes; etc. Actualmente — tudo desapareceu ...

10 — A REAL IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, ARTÍSTICA, POLÍTICA, E EDUCACIONAL, DOS BRINQUEDOS INFANTIS:

Afirmo a Vas. Exas., no começo da presente dissertação, que os «Modelos e Miniaturas Militares», e brinquedos infantis em geral, — se revestem, em seu estudo Histórico, e sério, de pleno interesse e actualidade, em todos os Países Cultos, por suas implicações e consequências Históricas, Artísticas, e Arqueológicas, e, ainda, e sobretudo, por sua importância Política, Militar, Social, e, até, Comercial ...

Basta referir-Vos, a título de exemplo, que a divulgação comercial dos chamados «Soldadinhos de Chumbo», de brinquedo, deu origem à mais curiosa competição comercial do Século passado, entre os Fabricantes Alemães que dominavam o mercado mundial do género desde o Século XVIII, e o Fabricante de Brinquedos Inglês William Britain, que se lançou à fundição de novos modelos e por novos processos secretos, e que conquistou a exportação dos pequenos «Soldadinhos de Chumbo» para todos os Países civilizados.

País tradicionalmente votado ao fabrico de «Soldados de Chumbo» — e hoje de «Soldados de Plástico», a Alemanha Ocidental mantém actualmente, segundo estatísticas oficiais, publicadas no número do passado mês de Janeiro de 1973, da «Tribuna Alemã» — Jornal Alemão em Língua Portuguesa — nada menos de cerca de 400 Empresas de fabrico de brinquedos infantis, onde trabalham de modo efectivo nada menos, também, de 24.000 pessoas!

E o interesse «comercial» — e até político — dos «pequenos soldados», justifica inclusivamente o envio e fabrico de modelos, em Inglaterra, sua viagem para subsequente pintura manual no Oriente, em Hong-Kong, e o subsequente regresso e exportação para a Europa e inclusivamente Portugal, onde a generalidade das pessoas jamais se aperceberá da enorme «viagem» e interesse «comercial» desses pequenos objectos de consumo, todavia do maior interesse internacional.

Na Alemanha, o problema desta concorrência externa, e da correspondente saída de «divisas», está preocupando o próprio Governo Alemão, e o Jornal «Süddeutsche Zeitung», no seu número de 30 de Novembro de 1972, publicava — além de mais, e sob o título «Importações preocupam indústria de brinquedos» — as seguintes advertências, que não resisto a citar a Vas. Exas.:

«O mercado de brinquedos é de difícil consideração, no seu conjunto. A indústria, e o comércio, sabem, na verdade, que o brinquedo se inclui entre os objectos mais procurados para presentes. Mas a crescente vaga das importações estrangeiras de brinquedos, para a Alemanha Ocidental, e a presença neste País, e cada vez mais sensível, dos brinquedos estrangeiros, nos quartos das crianças alemãs, — estão causando, efectivamente, sérias preocupações».

«O Presidente da Associação da Indústria Alemã de Brinquedos, Georg Meidenbauer, de Nuremberg, advertiu o País contra a tendência perniciosa de se subestimar o prejuízo resultante das actividades importadoras, em franca actividade, de brinquedos — procedentes do Japão, Itália, Grão-Bretanha, Dinamarca, Hong-Kong, e, até, do Bloco Oriental e China Comunista».

«Já em 1971» — acentua aquele Jornal — «o comércio exterior da República Federal da Alemanha apresentou um saldo negativo, de saída de divisas, e pela primeira vez, no sector comercial dos Brinquedos».

«E este ano — 1972 — as importações alemãs de brinquedos estrangeiros são superiores em 20 por cento às exportações feitas pela Indústria Alemã desses mesmos produtos» ...

Em Portugal, a Indústria de Brinquedos Nacionais pode dizer-se quasi inexistente, e encontra-se «afogada» pela extraordinária vaga das importações estrangeiras, sobretudo de origem inglesa, provenientes da Grã-Bretanha, e de Hong-Kong.

Apenas uma Empresa tem perseverado, que eu o saiba, na persistente tarefa da produção de alguns e interessantíssimos modelos de veículos militares, sob a marca «O Sul» — sendo muito notável a perfeição de fabrico, de qualidade, e de acabamento, de diversos modelos de camiões «Mercedes», e de automóveis «Volkswagen», com as cores e distintivos do Exército Português, da Guarda Nacional Republicana, e da Brigada de Trânsito da mesma Corporação.

São brinquedos que primam pelo seu aspecto e pormenor, — e que bem mereciam a preferência do comprador nacional, tanto quanto as miniaturas Francesas de «Solide», ou as Britânicas de «Britains, Ld.».

Pena é que a reduzida procura destes brinquedos nacionais não permita aos fabricantes a produção de maior número de modelos, para além dos escassos «Modelos Militares» acima referidos ...

11 — O PROBLEMA DO «ANTI-MILITARISMO» NO MUNDO OCIDENTAL:

Não constitue, actualmente, segredo para ninguém — educadores, pedagogos, e governantes, de todos os Países e Ideologias — que profundas modificações vieram e vêm ocorrendo, desde o Após-Guerra de 1945 até aos nossos dias, na mentalidade, na educação, no comportamento, e na moralidade, de grande parte da Juventude Responsável, sobretudo da Europa, e dos Estados Unidos da América do Norte.

Tal como nos demais Países Civilizados, também no nosso País os Governantes se estão preocupando seriamente com os graves problemas da Educação Moral e Religiosa; da chamada Liberdade Sexual e da pornografia; e da dissolução da personalidade, da inteligência, e do brio, pelo uso das denominadas «drogas».

Estão, por certo, presentes, na memória de todos Vas. Exas., as palavras de justíssimo apelo, e alarme, do Senhor Presidente da Repú-

blicã, — relativamente à perda de qualidades de parte da Juventude actual, pelo desregramento dos costumes, e pelo uso dos tóxicos — dirigidas à Nação em suas graves Mensagens de Fim de Ano, de 1971-72, e de 1972-73.

Da Mensagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, publicada integralmente no «Diário de Notícias» de 3 de Janeiro de 1972, permito-me destacar as seguintes palavras, profundamente esclarecedoras sobre o mundo actual:

«Pelo aumento da sua virulência, tornou-se mais particularmente visível o trabalho de sapa, que de há anos para cá foi posto satânicamente em marcha, para minar os alicerces da civilização ocidental e Cristã, e para o qual chamei angustiadamente a atenção, em anteriores mensagens».

«Embora pareça absurdo» — continua o Chefe do Estado — «foi precisamente nas Nações ditas mais Civilizadas que a queda moral começou, através da corrupção dos costumes, do uso das drogas, e do descaminho da Juventude, tornando-as centros de desagregação social, e de contaminação generalizada».

«... O que é certo é estarem os resultados infelizmente à vista, e, de tal modo, que parece terem originado, finalmente, algumas reacções, que ainda podem opôr-se à queda no caos moral, de que a Civilização Ocidental se tem ido aproximando assustadoramente».

«Habilmente aproveitados, o Teatro, o Cinema, a Rádio, e a Televisão, foram-se tornando, em todo o Ocidente, e quási insensivelmente, canais óptimos para ajudar a promover a corrupção dos costumes».

«A difusão, às toneladas, de publicações pornográficas, tendo por fito principal a Juventude, foi um veículo altamente pernicioso, tão pernicioso quanto nocivo tem sido, para a saúde física e mental, o uso das drogas».

«Do conjunto destes malefícios resultou, naturalmente, a corrosão das bases seculares da Civilização Ocidental, e a primeira a ser propositadamente atingida foi a Família, sem dúvida das mais importantes».

E, mais adiante, continuava, ainda:

«O diálogo útil, amistoso, e produtivo, que caracterizava a grande maioria dos Lares, cedeu, pouco a pouco, o passo à contestação, de início rara o tímida, e, por fim, frequente, agreste, e indiscriminada».

«Sem qualquer justificação válida, muitos Lares passaram a ser lugares de balbúria, de que o respeito mútuo desertou, sobretudo dos Filhos pelos Pais, que, quási, passaram a ser tidos como inimigos!»

«Nas Escolas, o ambiente não se tornou menos grave, nem menos triste, e longe vai já o tempo em que se podia afirmar ser a Escola — risonha, e franca».

«Outrotanto se verifica no seio da Igreja, onde a Crise não é menor».

«Duas outras bases fundamentais da Sociedade Ocidental» — estas, a Escola, e a Igreja — «profundamente afectadas, e que mereciam, sem dúvida, algumas considerações; mas a sua amplitude, por mais reduzida que fosse, não se comportaria na que pode ser dada a esta Mensagem»...

Esta situação, tão claramente sintetizada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, tem as suas raízes, mais profundas, no após-Guerra de 1945, — e a queda da Juventude dos nossos dias vem-se agravando, quer no aspecto moral e intelectual, quer quanto aos mais elevados sentimentos do Nacionalismo e do Patriotismo, profundamente atingidos em quási todo o chamado Mundo Ocidental, inclusivé na própria Alemanha Federal, Inglaterra, França e Estados Unidos da América do Norte.

Como teve de o reconhecer o Chefe do Estado, em sua recente Mensagem de Ano Novo, de 1972-73, publicada no «Diário de Notícias» de 3 de Janeiro findo, — a Subversão, a corrupção, e a imoralidade, estenderam-se aos mais básicos alicerces do Mundo Ocidental, que são a Igreja, a Escola, e a Família, e não pouparam, sequer o respeito pela Ordem Jurídica Nacional, e Internacional.

«Verdadeiramente confrangedor e extramente grave é o que está passando no Mundo» — sintetiza — «e o panorama que se nos oferece é deveras desolador» ...

«Roubos, assaltos à mão armada, raptos, atentados subversivos, desvios de aviões, e outros actos de banditismo — repetem-se com uma frequência alarmante, de há anos para cá» ...

Na Assembleia Nacional, em Lisboa, propõe-se, neste momento — Fevereiro de 1973 — a criação de «Centros de Desintoxicação» e de «Recuperação», para os cada vez mais numerosos Jovens Toxicómanos; e as Ruas e Avenidas da Capital e de Centros urbanos internacional-

mente famosos, como Cascais, abundam em vastíssimos letreiros, ricos de colorido, e alguns, até, luminosos, em que, sob as cores preferidas do vermelho, do púrpura, do rosa, do rôxo, e do azul, simbolizando o arco-iris da toxicomania, e com grandes estilizações de caveiras e de tíbias humanas, e o emblema do «peace and love», mais ainda se chamam as atenções para as legendas «droga, loucura, e morte».

Estabelecimentos de Lisboa ostentam em suas montras grandes «quadros», pornográficos e desmoralizadores, em que se ostentam fotografias «artísticas» de beldades loiras e nuas, e em que «o Exército é simbolizado por um esqueleto, sentado numa praia tropical com palmeiras, de capacete de aço no crâneo, e com a arma segura entre o que resta das pernas e dos braços — reduzidos a meros ossos descarnados...

Por seu turno, a «Vida» convencional, é reproduzida sob a forma de um outro «esqueleto», e sentado na «sanitas» de qualquer retrete ...

«Peace and Love» — Paz e Amor — é o tema que constantemente ilustra tais cartazes, em que se mostram crianças de idade escolar, abraçadas, por terra, junto à Escola, — na preparação da mais divulgada liberdade sexual.

Determinada Casa, vendedora de artigos para Jovens, obteve enorme sucesso, primeiramente na venda de reproduções de «Cabeças Humanas» do tipo das conseguidas pelos «Caçadores de Cabeças» do Amazonas; e, mais tarde, pela afixação de uma enorme «Caveira humana», com os maxilares pintados à guiza de lábios de mulher ... Vida e Morte — Droga e Fantasia mórbida — descabro moral e perda de sentimentos de Patriotismo, e de Nacionalidade!

12 — O «ANTI-MILITARISMO» DOS PAÍSES OCIDENTAIS, SUBSEQUENTE A 1945:

Profundas razões de carência familiar, moral, educacional, e, até, religiosa, — se encontram, desde 1945, na origem da actual e alarmante «crise», denominada «contestatária», de parte da Juventude válida dos nossos dias, crise que não se verifica na disciplina denominada comunista.

Têm sido, em primeiro lugar, sobremodo graves, e alarmantes — em todo o Mundo Ocidental, essencialmente democrático — as consequências do excessivo «Anti-Militarismo», adoptado na educação da

Juventude, a partir de termo da Segunda Grande-Guerra Mundial, de 1939-1945.

Individualidades Militares e Políticas das Nações vencedoras determinaram a condenação jurídica da educação da Juventude em moldes «para-militares», e de carácter «Nacionalista», e Organizações Juvenis como a «Juventude Hitleriana» e a «Juventude Italiana» foram expressamente declaradas como de natureza criminosa, pelo Tribunal Internacional de Nuremberga.

Vencedores e Vencidos esqueceram — inclusivamente — quanto havia de bom e de aproveitável em suas doutrinas de carácter Nacionalista de Educação da Juventude, — e todos os Países Ocidentais (não Comunistas) se alhearam, horrorizados pela lembrança da Guerra Mundial, da educação dos Jovens em moldes de disciplina pré-militar, e de Ideais Patrióticos, receosos de um futuro e novo Militarismo, fonte de uma Terceira Guerra Mundial.

Tal como a tripulação desocupada e ociosa de um grande Navio, de cuja disciplina e moralidade o respectivo Comandante se desinteressasse, — grande parte da Juventude de nossos dias ficou entregue a si própria, sem os Ideais Nacionalistas de 1939-45.

Por seu turno, aquela outra Juventude — a de 1939-45 — que por todo o mundo sentira, em seu corpos e almas, os inenarráveis horrores da 2.ª Grande-Guerra Mundial, essa procurou em grande parte «esquecer», e «ofertar» à Juventude das gerações seguintes, sob o hábito do próprio sacrifício, e do próprio altruísmo, adquirido sob o clima austero da Guerra, — todas aquelas comodidades, segurança, e conforto, que a terrível conflagração mundial lhe negara, e de que excluira as gerações Jovens de 1939-1945.

E, assim, parte dos Filhos, e dos Netos, dos Homens de 1939, passou a desconhecer, a ignorar, a menosprezar, e a subestimar até, — o Ideal Patriótico, e o espírito de Sacrifício, o Valor Moral e a Orientação Normativa, de Vencedores e Vencidos, — vítimas altruístas, mal compreendidas pelo novo mundo do Após-Guerra Ocidental.

Por outro lado, — e já no domínio das relações internacionais, — aos entusiásticos sentimentos de Patriotismo, e de Nacionalismo, que haviam orientado todos os espíritos, até 1945; e em que todas as Esperanças e sacrifícios se depunham e imolavam ante os Ideais de Deus,

Pátria, e Família, — sucedeu-se quasi desde logo a desoladora «insegurança» de um Após-Guerra sem Paz, nem observância do Direito Internacional, nem do Direito das Gentes; de sucessivas infracções aos mais elementares Direitos do Homem, no domínio internacional.

Ao respeito pelas normas dos Tratados e Convenções Internacionais — sucederam-se os actos de banditismo e as guerrilhas, e o Mundo Ocidental procurou «esquecer» as mais evidentes realidades, refugiando-se num ostensivo «anti-militarismo», e «anti-nacionalismo», das mais prejudiciais consequências para grande parte da Juventude de nossos dias, e praticamente em todo o Mundo Civilizado Ocidental.

Alemães, Italianos, ou Japoneses, assim como Ingleses, Franceses, Americanos e Russos, tal como todos os demais Povos, combatentes ou neutrais, — todos haviam confiado ardentemente, como Verdade absoluta e indiscutível, que, do termo e das ruínas da 2.^a Guerra Mundial, (fossem quais fossem os Vencedores e os Vencidos), sairia uma nova forma de vida social e moral, mais perfeita, — a qual, todavia, e pelo contrário, nem foi alcançada, nem garantida, não obstante os milhões e milhões de Sacrificados da 2.^a Grande-Guerra Mundial.

A «insegurança» e «desorientação» moral e jurídica dos nossos dias, e à falta de Espírito de Disciplina, de Nacionalismo, de Civismo, e de Brio individual, — sucedeu-se em muitos aspectos uma perda de convicções Morais e de Sentimentos Patrióticos, e uma «ânsia de viver» quasi desregrada, irresponsável, e «suicida», num «salve-se quem puder» de parte da Juventude de um Novo Mundo, que se lhe afigura naufragar na desordem, na carência de Ideais, e de respeito pelas normas morais e jurídicas, sobre que deve e tem de assentar a vida em comum dos Povos Civilizados.

Longe daquela forma de educação Familiar, e Escolar, em que se brincava com os «pequenos soldados» em 1939, — a Juventude do Mundo de hoje sente-se «alheia» aos mais elementares deveres de coexistência social, «insegura», «revoltada», e «angustiada» — mas sobretudo desligada da protecção, da atenção, do carinho e do calor humano, da afectividade e da força directiva moral e consciente dos Pais, e dos Educadores. É menos «militarista», — mas também é menos «nacionalista», em grande parte, e dolorosamente «vazia» e «materialista».

Novos factores de vida social, têm minado e corroido os alicerces da educação Familiar, Religiosa, e Escolar.

A técnica moderna proporciona às Famílias actuais um maior conforto do que em 1945 — mas exige-lhe, em troca, um elevadíssimo custo de vida e de sustentação, que obriga o Chefe da Família a um elevado número de horas de trabalho, e de deslocações, e a Esposa e Mãe a procurar, num «emprego» exterior ao Lar, a remuneração complementar ainda necessária, e, por vezes, a «distracção» que sua emancipação social e doméstica lhe proporciona.

Destas ausências, e do regime de igualdade de ocupação e de funções da Esposa actual, absorvida por outras solicitações estranhas à Família e aos Filhos — resulta uma ilimitada e prejudicial liberdade de costumes, não só dos Pais, mas dos próprios Filhos carecidos de educação e de carinho, Juventude ainda inexperiente dos perigos morais, a que o abandono familiar e afectivo frequentemente a sujeita, e em que se deformam sua consciência e sensibilidade.

A substituição actual das Casas de tipo «familiar», para casais com Filhos, pelos chamados «apartamentos» e «mini-apartamentos», tem fomentado em todo o Mundo Ocidental o encarecimento dos locais habitacionais, pelas constantes mudanças de arrendatários e consequentes aumentos de rendas, e tem empobrecido e minado o desenvolvimento da Família, pela limitação dos locais, arrendáveis, apenas, aos cônjuges sem Filhos ...

E as descobertas científicas — e «doutrinas» morais e políticas subsequentes — relativas à possibilidade da «limitação» dos Filhos, e à «planificação» da Família, quer pela limitação dos nascimentos em função do conhecimento do ciclo da ovulação, quer, mais recentemente, pelo emprego oral dos «anti-concepcionais», — vieram trazer a todos estes problemas, de casamento, da vida familiar, e da educação de Filhos, uma ainda maior acuidade, pela dissolução dos costumes que facilitam, e pelo perigo de dissolução em que se coloca a própria Instituição básica do Casamento e da Família. As experiências extra-conjugais da Juventude afastam cada vez mais o sentido das responsabilidades, o interesse pelo Casamento e a fuga às limitações, inerentes ao Matrimónio e à constituição da Família; torna-se patente e frequente na Juventude actual, na medida em que procura furtar-se ao sustento da

Família, ou ao encargo do nascimento e da educação dos Filhos, ou à própria pureza da fidelidade conjugal.

A facilidade com que «impunemente» se infringem, hoje em dia, muitos dos preceitos morais (designadamente no domínio sexual) tem por seu turno desencadeado largas consequências no domínio da pornografia, da evasão, dos tóxicos, — e, até, no domínio religioso ...

Teses teológicas opostas discutiram durante algum tempo problemas sexuais relacionados com a liberdade de concepção dos esposos face ao ciclo da ovulação — e Sacerdotes se permitem discutir, actualmente, muitos outros problemas, pregando «liberdades» que por vezes desorientam a Juventude.

Penetrando no próprio seio da Igreja, e no meio eclesiástico, o «espírito de contestação» leva certos Sacerdotes à convicção de que podem «prégar» contra a orientação hierárquica da Igreja, como forma de «reformarem» instituições e regras, — e de tudo resulta, por vezes, a perda de valores humanos, e de almas, indispensáveis ao serviço de Deus, da Pátria, e da Família.

E, por último, se a todos estes factores de «deseducação» actual da Juventude juntarmos, ainda, — a perniciosa influência dos filmes e publicações, em que se cultivam a brutalidade e a violência física, e em que se descrevem violações e outros crimes, — desde o assalto, ao rapto, e ao homicídio, — ou que se explora a pornografia «artística sexual», e se considerarmos o chamado «surto da explosão escolar», em que a falta de Professores completa o abandono afectivo e pedagógico do jovem e adolescente — teremos o grande quadro da problemática da Juventude dos nossos dias ...

E não se pense que o problema é puramente teórico, ou relativo às classes mais desfavorecidas da vida social. Pelo contrário, — a actual crise da Juventude — crise que considero «educacional» — manifesta-se inclusivamente nos meios mais elevados da sociedade internacional. Basta referir, a título de exemplo, que a quase totalidade dos mais graves processos criminais, em certa Comarca dos arredores de Lisboa, e de vida elegante, se refere a casos de furtos de automóveis, de gasolina, e de recheio de vivendas, praticados em grande parte por jovens de óptimas condições sociais. É que, perante a Entidade Policial, de Lisboa, que tem a seu cargo a repressão da «droga», a argumentação

constante, de jovens filhos de boas famílias, é a de que «não tiveram culpa de vir a este mundo, nem as suas normas lhes interessam, e que são os Pais os responsáveis pelos seus gastos e necessidades, pois não se consideram obrigados para com a Sociedade»... Para estes não há deveres recíprocos, pois apenas se consideram «com direitos», tal como os jovens de 1939-45 só pensavam, pelo contrário, «no completo cumprimento do dever».

Sustentam, como se sabe, certos escritores, menos experientes das verdadeiras realidades sociais, que a educação das crianças em contacto com as realidades militares e civis do mundo dos adultos — as torna militaristas, duras, e perigosas.

Bem ao contrário, porém, — e como é, também, de conhecimento de Vas. Exas., através da constante lição da História — jamais a educação patriótica e idealista da juventude, sob princípios morais do mais abnegado Ideal e Humanitarismo, e sob ocupações e afazeres disciplinares do temperamento e da sensibilidade altruísta e bondosa dos jovens, se revelou prejudicial ao Bem Comum, ou deu causa a problemas semelhantes aos que actualmente preocupam os educadores, e os governantes, de todo o Mundo Ocidental.

Sucede mesmo que um dos grandes factores, «subconscientes» digamos assim, da educação disciplinada e disciplinadora da Juventude, tem sido — ainda que tal não pareça — o mundo dos brinquedos infantis.

A abundância de «comboios de brincar», em Inglaterra, por exemplo, foi um dos factores que mais contribuíram para o preenchimento, por devotadas vocações desenvolvidas em criança, dos quadros técnicos dos Caminhos de Ferro da Grã-Bretanha. Só graças ao elevado nível técnico e profissional, patriótico e disciplinado, do pessoal ferroviário inglês, foi possível ao Reino-Unido suportar os constantes bombardeamentos aéreos de suas Estações, comboios, Centros Ferroviários, e Oficinas de Caminhos de Ferro, durante os dias e noites sem fim, da 2.^a Grande-Guerra Mundial.

Por seu turno, o uso frequentíssimo de brinquedos, representando a ideia altruísta e humanitária dos «Bombeiros» — ajudava a preencher, no século passado, e princípios deste século, com numerosas e dedicadas vocações, os Quadros das Humanitárias Associações e Corpos de

Bombeiros, hoje tão carecidos de Voluntários e de Profissionais em seu lema de «Vida por Vida».

Eram interessantíssimos, por exemplo, os «carros de Bombeiros» de brincar, Franceses, dos fins do Século XIX, com suas «bombas» manuais e de vapor, — tão fielmente reproduzidas, a cores, na citada obra «Model Soldiers», de 1972, de «Orbis Books», publicada em Inglaterra.

Compreendendo esta utilidade manifesta dos «brinquedos», as Entidades Oficiais organizaram, na Rússia, todo um Caminho de Ferro de via reduzida, para a aprendizagem de Jovens, os quais, mais tarde, preenchiam os respectivos Quadros Técnicos de Pessoal Ferroviário, num País de tão grande extensão, em que as comunicações e transportes ferroviários são indispensáveis e de grande desenvolvimento.

A extensão de determinados percursos de Caminho de Ferro é de tal monta, na União Soviética, que, já no tempo do Czar, o Expresso Trans-Siberiano, que demorava muitos dias no percurso, — levava uma Carruagem Igreja, com uma torre com sinos numa das extremidades, para que os Fiéis pudessem, durante as paragens, assistir às Cerimónias Religiosas e Actos de Culto, da Igreja Ortodoxa Russa.

Sucede, no entanto, que já me alonguei sobremodo nesta minha «História», de hoje, sobre os «Soldadinhos de Papel», e sobre a educação da Juventude e seus «Soldados de Chumbo» e de «Massa», de 1940, — em que espero haver satisfeito a curiosidade de Vas. Exas., no que toca aos simpáticos e desaparecidos «Soldadinhos de recortar».

Agradeço a boa atenção que se dignaram dispensar a mais este modesto contributo para uma futura vista de conjunto sobre a educação dos Jovens Portugueses desde os tempos de D. João II, e desde os antigos «canhões» e «morteiros», até aos simpáticos e vistosos Soldados de Papel, do Século XVIII.

Prometo, usando da benevolência e constante interesse com que o presente tema dos «Modelos Militares» tem sido acolhido por Vas. Excas., — descrever, numa futura comunicação, a «História» da divulgação e expansão «comercial» dos «Soldadinhos de Chumbo», também desde o século XVIII, — e, entretanto, deixo a presente Comunicação à consideração e discussão de Vas. Exas., e desta Ilustre Secção de

História, da Veneranda Associação dos Arqueólogos Portugueses. Rogo me perdoem qualquer falta de menção, ou excessivo desenvolvimento da presente dissertação, ambos inevitáveis em temas desta natureza, e, reiterando a minha gratidão à honrosa atenção de Vas. Exas.,

Tenho dito.

PROCISSÕES DE OUTRORA ELVAS

pelo sócio efectivo

Eurico Gama

(Conclusão)

35

«FINADOS» OU «DOS ENFORCADOS»

1 de Novembro

1. A comemoração dos *Fiéis Defuntos* vem de muito longe, dos princípios do Cristianismo e foi talvez S. Isidoro de Sevilha quem primeiro se lhe referiu aí pelo ano de 600. A sua propagação a toda a Igreja, bem como a fixação da festa no dia 2 de Novembro, deve-se, no entanto, a Santo Odilão, abade de Cluny, que a introduziu no seu famoso mosteiro entre 1025-1030¹⁵⁶.

Por concessão de Bento XV (1915) todos os sacerdotes de rito latino podem neste dia celebrar três missas pelos defuntos, privilégio

¹⁵⁶ VERBO, Enciclopédia, cit., vol. 6, cols. 912-913.

que Bento XIV já tinha concedido a Portugal, Espanha e América Latina em 1748.

2. No Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Elvas, benemérita instituição fundada em 1502, inscreve-se no art.º 45.º, capítulo XIII, entre as festividades a que a mesma era obrigada, uma *Procissão* no dia 1 de Novembro, ao antigo cemitério onde se cantavam resposos pelas almas em geral.

Também, em três dias do mesmo mês se deviam rezar ofícios: o primeiro no dia 2 por alma dos Provedores, Mesários e Benfeitores falecidos; o segundo pelos Irmãos de Nossa Senhora do Amparo e o terceiro pelas almas do antigo cemitério da Santa Casa, cujo ofício é extensivo às dos que falecem no Hospital. Estes dois últimos podem ser celebrados em qualquer dia, contanto que não vão além do dia 15¹⁵⁷.

3. Embora a procissão tivesse mais cabimento no dia consagrado aos fiéis defuntos, o certo é que em Elvas se realizou sempre no 1.º de Novembro e ainda dela temos notícia em 1860. Um jornal elvense desse ano informa-nos sobre o modo como o impressionante préstito se efectuava, só sendo pena que o articulista fosse tão lacónico: — «Teve lugar na quinta-feira de tarde, a procissão e officios que, desde tempos immemoraveis costuma fazer no dia de Todos os Santos a Santa Casa da Misericordia d'esta cidade, e a que é obrigada pelo seu compromisso.

«Sahiu da igreja da Santa Casa e dirigiu-se ao baluarte, vulgarmente denominado da forca, onde estava armada uma eça, e onde se cantou um responso pelas almas dos fieis. Seguiu d'ali para a ermida do antigo cemiterio, proxima á da Senhora das Dores, onde se cantou outro responso, e voltou á Misericordia, para ali assistir ao sermão commemorativo d'aquelle dia.

«O povo denomina esta procissão — dos enforcados — e a lenda popular diz que no baluarte da forca se colhia «terra de enforcados», a qual se trazia para a igreja na tumba, e sobre ella se resavam os mementos. Não é admissível esta crença do vulgo; no entretanto, o aspecto da procissão, com a tumba e o crucifixo, o qual á sahida vae atrás, e no regresso vem na frente, mais parece de um acompanha-

¹⁵⁷ Eurico Gama, *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*, Elvas - MCMLIV, pp. 42 e 124.

mento de enforcado, do que de um officio annual pelas almas dos fieis»¹⁵⁸.

Ao contrário do que o noticiarista supõe não se trata de uma lenda, mas sim de um facto autêntico e oficializado por um alvará de 2 de Novembro de 1498 concedido à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e extensivo à de Elvas em 1614, o qual autoriza a Confraria da Misericórdia a «tirar os justicados da força e a ossada deles por dia de Todos-os-Santos de cada um ano, e a subterrâ-los; e isto para sempre em cada um ano.

4. O Baluarte chamado «*da força*» situa-se às Portas da Esquina, uma das 3 portas da fortificação, porta que por sua vez tomou o nome «do local em que foi construída nos meados do século XVII, local desde antiquísimos tempos assim denominado por ser um dos cantos ou ângulos externos da povoação»¹⁵⁹.

A esta Porta também designada por «de Nossa Senhora da Conceição» e à lápide que sobre ela se encontra, alude Dinis, no canto VII do *Hissope*:

«*Que direi, prosequio, da subtileza,
Com que gravar mandaste sobre a porta,
Que tem de Esquina o nome, em negra pedra,
Porque ninguem a lê-la se atrevesse,
A famosa inscrição em negras letras!
Mais intrincado, mais escuro enigma,
Que o que nas portas da famosa Thebas
Por destino fatal aos peregrinos
Feroz propunha a monstruosa Esphinge.*»

A inscrição, em latim, não é tão *intrincada* como graciosamente a refere o celebrado poeta: «Em 8 de Dezembro de 1226 foi Elvas recuperada dos mouros por D. Sancho II, e em igual dia de 1644, estando cercada pelo exercito castelhano, levantou este sitio, e é a que allude

¹⁵⁸ *O Transtagno*, n.º 54, de Domingo, 4 de Novembro de 1860.

¹⁵⁹ António Tomás Pires, *Estudos e notas elvenses — XIII — Excerptos de um estudo sobre a toponymia elvense*, Elvas — 1931, p. 51.

a presente inscrição; porque por este motivo procuraram a Senhora da Conceição para padroeira, e lhe dedicaram esta porta, que então se construiu. E pelos mesmos motivos no synodo celebrado em Elvas em 24 de agosto de 1720 se ordenou, que a primeira acção delle fosse jurar de sempre — ensinar, prègar e defender este bispado o Mysterio da Conceição»¹⁶⁰.

5. O cemitério da Santa Casa da Misericórdia era na Madalena, tendo cessado pela lei do estabelecimento dos cemitérios públicos.

Tinha um frontispício de alvenaria, como ainda se pode ver, e forrado de azulejos, de cujos lados estavam dois altos ciprestes. Tem altar em que se diziam as missas. Os azulejos representavam Jesus Crucificado e os dos lados Adão e Eva na ocasião do pecado original. No chão deste cemitério, com uma janela para o adro da igreja, está um vão que noutro tempo era coberto por caveiras.

Na frontaria da capela das Almas, ao lado do cemitério, e hoje casa mortuária da Misericórdia, pode ler-se o seguinte soneto, da autoria do padre Manuel Pereira Rego, de Elvas:

*Habitante fui da terra desgraçada,
Onde não pode haver gosto perfeito;
Se a morte sobre todos tem direito,
É a glória na vida mal fundada.*

*Chegou, quando por mim não esperada
Fez-me a morte trilhar o passo estreito;
Agora purgo nas chamas o defeito
Da vida, que vivi pouco ajustada.*

*Vós, que por esse mundo ides passando,
Oh bem podeis de mim compadecer-vos,
Para das penas ir-me resgatando.*

¹⁶⁰ Dr. José Avelino da Silva e Matta, *Annaes de Elvas*, ms. in. Biblioteca Municipal de Elvas, cap. XIX, § 121.º.

*Em premio desse bem quero dizer-vos
Que a Morte já vos anda procurando,
E o mesmo que me fez, hade fazer-vos.*

1777.

6. A Procissão era também chamada «dos Ossos» e já a vemos mencionada nos livros da Misericórdia do séc. 17.º. Consta até por um acórdão, em que se declara que o irmão Pero Vaz da Corda foi mandado riscar da confraria, *por se recusar a levar uma insignia nesta procissão*, que se realizava na tarde do 1.º de Novembro.

7. O distinto poeta José Simões Dias, que durante a sua permanência em Elvas foi um assíduo colaborador da imprensa local, publicou em 1 de Novembro de 1882, o seguinte poema, com o qual remato este capítulo:

O DIA DE FINADOS

*Da Igreja a voz aflita se ergue trémula
E por seus filhos clama; ide, chora!
Hoje é dia de mortos; soluçando,
Orai, orai!*

*A luz do Sol que ora desponta lívida
Semelha a vida; a vida assim se esvai!
Se as flores da existência breve murcham
Orai, orai!*

*Ó vós que tendes olhos, vossas lágrimas
Sobre as cinzas dos mortos derramai,
Para que os filhos vossos por vós chorem:
Orai, orai!*

*O coração se parte e da alma a angústia
Não a traduz o soluçar de um ai!
Tradu-la a prece quando a Deus se eleva;
Orai, orai!*

*Filhos que andais no mundo inconsoláveis
Sem arrimo nenhum, de mãe nem pai,
Por vossos pais e mães, de joelhos em terra,
Orai, orai!*

*Que tristeza, meu Deus! que anniversario
De dores pelo mundo hoje não vai!
Orar na vida é merecer na morte;
Orai, orai!¹⁶¹*

36

«NOSSA SENHORA DA GUIA»

11 de Novembro

1. O nosso Aires Varela, por vezes dado ao maravilhoso no seu apreciado *Theatro das antiguidades d'Elvas*, deixou-nos a seguinte memória da ermida de Nossa Senhora da Guia, cujo orago é ... *São Martinho*: «... na era de 1462, acharão os moradores do bayrro de S. Martinho, em hum pequeno vão do muro, a Imagem do mesmo Santo a cavallo, de palmo e meyo de altura, de excellente talha, dividindo a capa com o pobre Ambiano; hum dos que vio a dita imagem a recolheu para caza, e a pos no mais decente lugar della, no outro dia pela manhã querendo encommendar-se ao Santo o não achou, mas estava no lugar em que primeiro foi visto, o que aconteceu por vezes com grande admiração de todos.

«Esta Imagem era da Vila de Juromenha aonde lhe tinham fabricado Igreja, tendo noticia que estava em Elvas a vierão buscar e a levarão com o devido respeito e a puzerão no seu altar, e ao outro dia pela manhã a acharão em Elvas, aonde primeiro tinha aparecido; os de Juromenha desistirão da pretensão, os de Elvas lhe fizerão Igreja, e puzerão aquella milagrosa Imagem em hum nicho em sima

¹⁶¹ O *Elvense*, n.º 183.

da porta; e depois tempo andando por ser esta hermidã já antiga lhe fabricarão outra nova, que he a que de presente se vê; e a Imagem do Santo a puzerão no altar; obrou naquelle primeiro tempo alguns milagres»¹⁶².

Vitorino de Almada, num verbete manuscrito, escreve: «Esta egreja parece que já existia em 1281. A 4 de Janeiro d'este anno cita-se n'um documento a porta de S. Martinho, que sem duvida recebeu o nome da Igreja, que lhe ficava nas proximidades. «Infelizmente, não nos diz onde viu tal documento. Ao certo, a Igreja já existia em 1597, pois a 2 de Dezembro desse anno aforou a Câmara a *Travessa de S. Martinho, que estava por cima da igreja*, para a meterem nas suas casas dois vizinhos do sítio. Um foi Gil Anes Sardinha, que aforou por um vintem a parte que ficava detrás das suas casas; outro foi Pero Ribeiro, em nome de D. Fernando da Silva, por 30 réis outra parte.

Nós encontrámos citado o *Beco de S. Martinho* num óbito da Sé, de 24 de Julho de 1607. A ermida não tem nada de particular do ponto de vista architectónico e nela foi erecta em 1658 a confraria de NOSSA SENHORA DA GUIA, título pelo qual é mais conhecida, em prejuizo do primitivo de *S. Martinho*. DOCUMENTO XIX.

Em 1662 alcançou a Irmandade do Papa Alexandre VII um Breve de muitas graças e indulgências, por intervenção de Diogo de Vila Lobos de Botafogo, que estava em Roma; em 6 de Novembro daquele anno foi o Breve apresentado ao Ordinário pelo licenciado Fernão Dianes, Quartanário da Sé e capelão da irmandade, o qual Breve foi julgado e sentenciado pelo Dr. Pedro Pereira da Fonseca, Provisor do Bispado pelo Cabido.

Em 26 do mesmo mês pediram o Juiz e Mordomos licença para traduzirem e imprimirem o dito Breve, e lhes foi deferido.

Os altares são 3: no do meio está Nossa Senhora da Guia, no do lado esquerdo de quem entra, São Martinho e no da direita, a Senhora da Alegria.

¹⁶² *Ob. cit.* p. 106.

2. Durante anos a igreja serviu de armazém de víveres, sendo ben-zida e novamente aberta ao culto em 1814¹⁶³.

3. A festa era muito popular, desenrolando-se no estilo das demais realizadas nas pequenas ermidas de Elvas: de manhã Missa de Capela, com Sermão; à tarde, Pregação, Ladainha e Exposição do SS., seguindo-se a *procissão* com as imagens da Virgem e São Martinho.

A procissão tinha uma guarda de honra de Infantaria e acompa-nhada de uma banda de música e de muito povo percorria as ruas das cercanias da igreja. A noite, com a frontaria da ermida toda iluminada, o arraial, que começara de véspera, reunia uma grande parte da popu-lação, que nele se divertia ingenuamente até à 1 hora da madrugada, passeando pelo largo em frente, admirando o fogo de artifício que fazia sobressair o recorte das muralhas e fazendo honras aos «comes e bebes», pois o dia era o de São Martinho — e isso ninguém esquecia.

4. Como curiosidade damos a nota das receitas e despesas refe-rente à festividade do ano de 1862, extraída de um periódico local:

Esmolas dos devotos	25.180 rs.
Produto da bacia	24.960 »
	—————
Soma ...	50.140 »
Despesa	49.150 »
	—————
Saldo positivo	990 »

Hoje as cifras vão logo para os milhares de escudos ... por isso e por outros motivos estas bonitas festas, que faziam a delícia dos nossos avós, vão perdendo as suas características e muitas delas não são mais do que uma enternecedora saudade no coração dos que já passaram a casa dos 50!

¹⁶³ *Livro de receita e despesa do rendimento das sepulturas da filial Igreja de S. Martinho*, datado de 30 de Junho de 1814, in Biblioteca Municipal de Elvas, ms. 2.827 do F. G..

A festa de Nossa Senhora da Guia, com procissão e tudo, deve ter deixado de se realizar há cerca de 40 ou mais.

*Nossa Senhora da Guia
Tem uma guia na mão,
Para guiar a minh'alma
No reino da salvação.*

*Ai lé,
Senhora da Guia,
Guiai meu amor
De noite e de dia.*

*Moças, se têm sezões,
Peguem-se com S. Martinho,
Senão, peguem-se comigo,
Que o santo é meu vizinho.*

(Dos Cantos populares portugueses, de António Tomás Pires).

37

«ACLAMAÇÃO»

1 de Dezembro

1. Aniquilado, finalmente, o domínio estrangeiro, que durante 60 anos atormentara a vida portuguesa, mas não conseguira adormecer-lhe os sentimentos pátrios e de independência, D. João 4.º, o feliz monarca restaurador das liberdades lusas, dirigiu ao município de Elvas a seguinte carta, de que foi portador Brás Soares de Castelo Branco, chegado à cidade fronteiriça na noite de 2 de Dezembro: — «Juiz, vereadores e procurador da Câmara da cidade d'Elvas, eu el Rey vos envio muito saudar. Foi Deus servido lembrar-se das calami-

dades d'este Reino, ordenando que Lisboa e outros povos me declarassem por Rey d'elle; e espero em sua Divina Magestade, que ha de ser para se conseguir os augmentos e allivio que eu desejo, como quem, como natural, tanto deseja que se disponha estas coisas. Estimarei que logo n'essa cidade se façam as demonstrações que este negocio pede, e como é perto da raia do Reino, será necessário que logo façaes lista de toda a gente que póde tomar armas para defensa da terra, assim do termo como da cidade, e que se alistem tambem as armas que ha, e se repartam pelas companhias que se formarem, às quaes se darão capitães e officiaes, dos homens nobres da terra, eleitos n'essa comarca, onde tambem se elegerá capitão-mór a que todos obedeçam, em quanto eu não mandar outra ordem; e com esta gente e officiaes se tratará de vigiar e guardar a terra e os logares da fronteira onde fôr mais necessario haver mais vigilancia, em quanto não mando acudir com a força e calor que é razão.

«E porque sei que, para o amor e fidelidade com que sempre servistes aos senhores Reys meus predecessores, não é necessario fazer-vos maior recommendação, vos não digo mais. Escripta em Villa-viçosa, 2 de Dezembro de 1640. — Rey».

Reunida a Câmara e autoridades nos Paços do Concelho logo na manhã do dia seguinte, 2.^a feira, e após a leitura da missiva «rompeu grande entusiasmo de todos (escreve o sr. dr. Santa Clara, baseado em autores contemporâneos), e retumbaram largamente nas abóbadas das salas os vivas a el Rei D. João 4.^o.

«Saiu à janella o vereador Gonçalo Lopes Encerrabodes com a bandeira, dando em altas vozes vivas e real por el Rei D. João 4.^o, ao qual seguiram D. Álvaro da Silva e mais nobreza e pôvo, que discorreu pela praça, ruas e largos da cidade com ruidosa manifestação»¹⁶⁴.

Alguns dias depois recebeu-se em Elvas outra carta do Rei: «Juizes, Vereadores e Procurador da Câmara da Cidade de Elvas, Eu El Rey vos envio muito saudar. Ja havereis entendido a merce que aprouve a Deos nosso senhor; de me fazer na restituição da Coroa destes meus Reynos, e posto que de todos os vassallos e naturaes delles, e particularmente dessa Cidade tenho por certo que em conformidade do que

¹⁶⁴ Vitorino de Almada, *Dic. cit.*, tomo primeiro, p. 27.

esta Cidade de Lisboa começou me haveis acclamado e alevantado por vosso Rey e senhor natural, se porventura se tiver dilatado esta solennidade, vos encomendo e mando que logo a façaes na forma costumada, estando certos, de que todos meus dezejões, e acções se hão de encaminhar sempre e vos defender e governar com justiça e amor de pay, sem perdoar a trabalho ou perigo algum que convenha para conseguir este intento. Escritta em Lisboa a 12 de Dezembro de 640. — Rey. — Para a Câmara da Cidade de Elvas»¹⁶⁵.

Além das solenidades de costume em todas as Aclamações dos soberanos, a de D. João 4.^o teria também uma *procissão* grätulatória nas cidades e vilas de Portugal, de harmonia com uma resolução das cortes celebradas em Lisboa no dia 28 de Janeiro de 1641.

2. Idêntica deliberação tomou a Câmara de Elvas logo em vereação de 30 de Novembro, conforme se vê do assento seguinte: — «Aos trinta dias do mes de Novembro de mil e seis sentos e quarenta e hu annos nesta cidade d'Elvas, na Camara d'ella estando presentes o Juis de fora Joam de Foncequa de Mendonsa, Fernão Mascarenhas d'Abreu, Gonçalo Lobo Emserrabodes vereadores e J.^o Farusto Borrvalho procurador da cidade doutor Urbano de Goveia provedor nesta cidade d'Elvas e o doutor Nicolau Dias Tinoquo Corregedor nesta cidade d'Elvas. — asem-taram que no dia seguinte se fisesse hua procissão geral com solenedades das primsipaes do ano por quanto em semelhante dia do ano pasado se fisera a felisse aclamasão de el rey dom Joam o quarto que Deus guarde, e tivera prinsipio a restaurasão e liberdade deste Reino, e que a dita procissão por memoria se faria todos os anos do que se dará conta a sua magestade para que sendo servido continuasse asim como fosse servido, e confirmasse por sua provisão, de que se fas este termo que todos asinarão eu Antonio de Baião Mascarenhas escrivão da Camara o escrevi»¹⁶⁶.

3. A procissão saía da Sé, «acompanhada pelo mesmo pessoal das mais solemnes», comparecendo a Câmara com a sua bandeira e vencendo os vereadores e officiais dela cada um 800 rs. de propina.

¹⁶⁵ Câmara Municipal de Elvas, *Próprias*, 5, fl. 158.

¹⁶⁶ *Livro de Actas da Câmara de Elvas, que teve princípio no dia 1 de Janeiro de 1640*, a fls. 86 e 86 v.^o.

Ainda se fazia nos princípios do século findo com todo o esplendor, mas foi interrompida em 1807, «porque, coincidindo com a occupação do Reino pelos alliados francezes e espanhoes, entenderam conveniente as auctoridades da terra não a realisar quando as forças espanholas do general Solano haviam d'entrar na cidade amigavelmente no dia seguinte» (Almada, *Dic. cit.*).

4. O quartanário Filipe Gonçalves Nobre deixou nuns apontamentos manuscritos uma pormenorizada relação *Do que se passou em o 1.º dia do mez de Dezembro de 1807* e que Vitorino de Almada teve o cuidado de copiar para o seu esplêndido *Dicionário*, de onde a trasladamos: «Em este se resou de feria, e a missa se cantou em o fim de noa; porém advirto que em este anno estava tudo em desordem a respeito da guerra, de maneira que estávamos com um exército d'espanhoes em a raia.

«Mandou o Marquez d'Alorna, general da provincia, dizer á Câmara que não viesse assistir o senado, o qual não veio, e juntamente mandou que na muralha se não desse a salva costumada por ser a procissão da Aclamação do sr. D. João 4.º.

«Logo que os cónegos souberam d'estas ordens fizeram cabido para resolverem se se havia de fazer a procissão, e logo resolveram que, visto ser um voto, se não devia faltar a elle, e que se fizesse a procissão do modo costumado, mas por dentro da igreja, assistindo as comunidades de clérigos e frades; e assim se fez.

«E primeiramente se cantou o *Te Deum*, e acabado este, saiu a procissão pela nave do SS. e recolheu pela outra; e logo cantou o celebrante os versos e orações *per gratiarum actione*, e depois d'isto se cantou a missa».

5. Desde essa data a procissão entrou em franca decadência, a ponto de, no segundo quartel do passado século, ser toda a gente indifferente à histórica data.

«Quando, porém, em 1860 correram vagos rumores de que se travava contra a independencia de Portugal, procurando-se a união d'ambos os Reinos da península debaixo d'um mesmo sceptro, quiçá o do sympático D. Pedro 5.º, os póvos começaram a manifestar-se públicamente contra estes cálculos, e seguindo o nobre exemplo de Lisboa e Porto, preparavam-se para celebrar com estrondosas festas o 1.º de

dezembro de 1861, quando a inesperada morte del Rei enluctou todos os corações, fazendo arrefecer o entusiasmo popular.

«A estas manifestações d'amor patrio correspondeu Elvas como devia. A 4 junho 1861 o vereador Antonio Maria Alves da Cunha Gromicho propôz que se incluísse no orçamento uma verba destinada á commemoração do 1.º de dezembro; e não se tendo feito cousa alguma então por motivo do lucto nacional, propôz no anno seguinte o presidente da Câmara Ezequiel Cândido Augusto César de Vasconcellos, a 25 novembro, que se renovasse o festejo d'este glorioso anniversario, com festividade solemne na Sé, e *Te-Deum* por música vocal e instrumental, assistindo a Câmara com a bandeira, e fazendo-se na cidade todas as demais demonstrações de regozijo costumadas».

Com o decorrer dos anos a procissão deixou de se fazer e até a Missa foi suprimida, resumindo-se as comemorações a um *Te-Deum* na Sé, ao qual comparecia a Câmara, mas sem o Estandarte.

Umaz vezes por uma razão — em 1885 devido ao falecimento de Afonso 12.º de Espanha, que seis anos antes, na sua visita a Elvas distribuiu pelos pobres da cidade um conto de réis — outras vezes porque depressa se esquecem os benefícios recebidos e os grandes feitos do passado vão dia a dia esbatendo-se na memória dos vindouros, a festa comemorando o movimento patriótico da Restauração, perdeu todas as suas principais características.

No nosso tempo, esse é o dia dedicado à Mocidade Portuguesa, que se limita a promover uma velada no Castelo, onde em toda a noite da véspera e do dia se mantém acesa a chama da Pátria. E a pouco mais se circunscribe a histórica celebração.

6. O que ocorre em Elvas pouco difere do que se passa noutros lugares, pois a indiferença pelas coisas de antanho é quase geral. Assim, para referir apenas um exemplo, o da cidade de Coimbra, consoante lemos em *O Conimbricense*, de 21 de Julho de 1906, num artigo sobre a antiga procissão do 1.º de Dezembro: «Esta funcção religiosa ainda se fez no seculo passado á custa do cabido da Sé Cathedral, d'onde sahia a procissão, acompanhada pelo mesmo cabido, beneficiados da Sé, priores e beneficiados de collegiadas, e por todos os frades, com excepção d'aquelles, que pertenciam ás ordens monachaes.

«Todos os cidadãos eram obrigados a acompanhar a procissão,

sem que para isso fosse necessario aviso; e os convidados a pegar nas varas do palio, que faltassem, eram presos na cadeia, e pagavam nella a condemnação que lhes fosse imposta pela camara.

«Nesta procissão ia debaixo do palio uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, de prata; e dava a mesma volta, que costumava dar a procissão de Corpus Christi».

38

«NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO»

8 de Dezembro

1. Entre a imensa papelada, cadernos, fichas, pastas, sei lá que mais, que enche as gavetas da minha secretária e as prateleiras das minhas estantes, surge-me um recorte de um jornal, cujo título, por lamentável descuido, não anotei. Embora ignorando a sua procedência — talvez algum leitor, mais atento a estas coisas, a descubra — vem mesmo a calhar para este capítulo, conforme se verá já a seguir:

«*A Padroeira do reino — A lenda religiosa* — Conta-se que indo um bispo de Elvas, ver a imagem de Villa-Viçosa, tivera a curiosidade de saber se ella era ou não de pedra. E assim picou-lhe o alfinete e logo o sangue brotou, manchando o bispo, e deixando-lhe nodoa tal, que jámais d'ella se vira livre.

«Outra variante da lenda assevera que o prelado ficara cego.

«Assim envolvida pela crença popular, esta imagem é das que mais ardente devoção teem conseguido despertar. O povo canta-a n'esta trova:

*Senhora da Conceição
Que estaes em Villa-Viçosa,
Tende de mim compaixão
Mãe de graça e piedosa.*

«Durante a guerra da restauração, em 1665, o exercito hespanhol, do commando do marquez de Barabena, poz cerco a Villa Viçosa.

«Eram fracas as condições da localidade, mas, ainda assim, os

portuguezes resistiam. Pois esse facto foi tomado como um seguro signal da interferencia da Senhora da Conceição.

«Do mesmo modo se explicou o exito da memoravel batalha de Montes Claros, padrão immorredouro da herocidade portugueza. Aquelle sitio fica a uma legua de Villa Viçosa e a batalha, que foi ferida a 17 de junho de 1665, effectuou-se junto ao convento de Nossa Senhora da Luz, vulgarmente chamado Convento de Montes Claros.

«D. João IV chegou a compôr, em honra da Virgem, uma «Magnificat» e um concerto.

«O dogma da Immaculada Conceição da Virgem, foi definido pelo Papa Pio IX, na sua bulla «Ineffabilis Deus» communicada em Roma, a 8 de dezembro de 1854, na egreja de S. Pedro. Essa bulla não entrou logo em execução.

«Uma medalha de D. João IV — Para commemorar o juramento de 25 de março de 1646, na capella do Paço da Ribeira, D. João IV mandou cunhar uma medalha d'oiro e prata tendo a imagem da Virgem .

«A d'oiro orçava pelo valor de 12\$000, e a de prata por 600 réis. Foram admittidas como moeda corrente. Para as provar veiu expressamente de França o artista Antonio Routier. No anverso tem esta inscripção: *Joannes IV, D. G. Portugaliae et Algarbiae Rex* com a cruz da Ordem de Christo e as armas no centro. No reverso, vê-se a Imagem de Nossa Senhora da Conceição com a data de 1648. Aos lados estão a casa d'oiro, a arca do santuario, o sol, a fonte sellada, o espelho e o horto.

«Um feudo de 50:000 cruzados foi outhorgado por El-Rei á Senhora da Conceição de Villa Viçosa». O artigo continua descrevendo a insignia da Ordem da Conceição e faz depois a história da Festa de Nossa Senhora: «Para que Portugal triumphasse da revolução que se preparava e desse ao monarcha o valor de que ele tanto carecia, prometteu-se a Nossa Senhora, como paga d'esse soccorro moral, e em nome do reino, que este levantaria um tropheu que, vencendo os seculos, fosse eterno monumento da Restauração de Portugal.

«É de crer que essa promessa calasse profundamente no espirito religioso do Rei. Depois, os frades franciscanos, reconhecendo em D. João IV um grande culto pelo mysterio da Conceição, incutiram-lhe a ideia de o fazer jurar pelos Estados do reino. A resposta, porém, foi nega-

tiva, fundamentada em argumentos juridicos e ecclesiasticos, entendendo que não havia razão para se alterar o juramento. Os franciscanos não desanimaram. Foi encarregado o provincial da Ordem, Fr. Manuel da Esperança, de replicar aos argumentos; fel-o habilmente. Assim escudado, o Rei foi direito ao fim, consultando sobre a questão os tres Estados, reunidos desde 28 de dezembro de 1645. O Soberano queria que elles declarassem Nossa Senhora como Padroeira do Reino. E para os animar com o exemplo, jurou estar prompto a defender até ao sacrificio da propria vida, o dogma da impeccabilidade da Virgem. E conseguiu o que desejava.» Vem em seguida a Provisão de 15 de Março de 1646, que está registada no *Livro das vereações de Elvas*, daquele ano, a fls. 114: — «D. João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber aos que esta minha Provisão virem, que sendo ora restituído por mercê muito particular de Deus Nosso Senhor á Coroa d'estes meus Reinos e Senhorios de Portugal; considerando que o Senhor Rei D. Affonso Henriques, meu progenitor, e primeiro Rei d'este Reino, sendo aclamado e levantado como Rei, em reconhecimento de tão grande mercê, de consentimento de seus vassallos, tomou por especial advogada sua a Virgem Mãe de Deus, Senhora Nossa, e debaixo da sua sagrada protecção e amparo lhe offereceu a todos os seus successores, reinos e vassallos, com particular tributo em signal de feudo e vassallagem.

«Desejando eu imitar seu santo zelo, e a singular piedade dos senhores Reis meus predessores, reconhecendo em mim avantajadas e continuas mercês e beneficios da Liberal e Poderosa Mãe de Deus Nosso Senhor, por intercessão da Virgem Nossa Senhora da Conceição. Estando ora junto em cortes com os tres Estados do Reino, lhe fiz propôr a obrigação que tinhamos de renovar e continuar esta promessa, e venerar com muito particular affecto e solemnidade a festa de sua Immaculada Conceição — e n'ellas com parecer de todos, assentamos de tomar por Padroeira dos nossos Reinos e Senhorias a Santissima Virgem Nossa Senhora da Conceição, na fórmula dos Breves do Santo Padre Urbano VIII, obrigando-me a haver confirmação da Santa Sé Apostolica»¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Esta Provisão é de 15 de Março de 1646 e está registada no *Livro das Vereações de Elvas*, do mesmo ano, a fls. 114.

3. A 6 de Dezembro de 1647 deliberou a Câmara festejar a Conceição de Nossa Senhora com uma procissão solene. Ia nela a Câmara com a sua bandeira, vencendo os oficiais 800 rs. de propina. Saía da Sé e à mesma recolhia. Na véspera havia iluminação geral e como alguns deixassem de pôr luminárias, foi mandado avisar que se assim procedessem lhes seria aplicada a multa de 500 rs. (Vereação de 7 de Dezembro de 1673).

Em 1708 ainda a Procissão saiu, mas não temos notícia de outras posteriores.

4. D. João IV tinha uma grande devoção pela Imaculada e entre as várias formas de que a manifestou, dando nisso um admirável exemplo de humildade a todo o povo português, está a conhecida e bonita inscrição que mandou espalhar pelo país: NOSSA SENHORA/FOI CONCEBIDA/SEM PECADO ORIGINAL. O teor da carta, que nesse sentido mandou à Câmara de Elvas, é o seguinte: «Juiz, Vereadores, e Procurador da Camara da Cidade de Elvas. Eu El Rey vos envio muito saudar. Para que seja mais notorio a obrigação, que Eu, e todos meus vassallos tem de defender, que a Virgem Senhora nossa foi concebida sem pecado original, houve por bem resolver, que em todas as portas, e entradas das Cidades, Villas, e lugares de meus Reynos se ponha em huma pedra bem lavrada a Inscrição, de que será a copia com esta carta. Encomendovos, a façais pôr nas portas, e lugares dessa Cidade, e me aviseis de como o tendes executado. Escrita em Alcantara. A 30 de Junho de 1654. — Rey. —»¹⁶⁸.

«BULA DA CRUZADA»

Sem data certa

1. A bula é um documento expedido em nome do Papa, um decreto pontifício, digâmos em termos singelos. A bula da Santa Cruzada concedeu-a a Igreja aos reis de Portugal para os auxiliar na luta

¹⁶⁸ *Próprias*, 5.º, fl. 67.

contra a moirama do território continental e nos descobrimentos e conquistas. Com elas distribuíam-se muitas graças e privilégios aos fiéis que em tal obra cooperassem de qualquer modo, fazendo parte das empresas ou contribuindo com subsídios.

Os Pontifícios equiparavam assim essa gesta à da libertação dos lugares santos, as Cruzadas, cujo espírito dominou os séculos XI a XIII, proclamada a 1.^a por Urbano II em Novembro de 1095 na cidade francesa de Clermont-Ferrand ¹⁶⁹.

2. A 1.^a Bula da Cruzada concedida a Portugal de que há notícia é a *Cum auctores et factores*, de 10 de Abril de 1197, expedida de São João de Latrão por Celestino III e dirigida a D. Sancho I «e na qual diferindo o papa ao instante pedido deste monarca, fundamentado no aperto em que se encontra de declarar guerra ao rei de Leão, lhe outorga os mesmos benefícios espirituais que a Santa Igreja costuma reservar àquelles que, vestindo as armas, tomam a cruz contra os infieis e defendem a cristandade, tanto nas terras de Espanha, como na guerra santa de Jerusalem» ¹⁷⁰.

O acto da publicação da bula constituia sempre um acontecimento, com um cerimonial próprio, do qual fazia parte, pelo menos em Elvas, uma importante *procissão*.

3. Esta saía da igreja dos frades domínicos e recolhia à Sé. Ia a Câmara, mas sem a bandeira. A propina era de 800 rs. e às varas do pάλio pegavam 4 mesteres e mais 2 do ano antecedente, recebendo cada um 400 rs. do concelho.

No *Livro dos Baptizados da Sé de Elvas*, de 1567 a 1590 encontro os dois seguintes assentos: — 1) «A 1.^a oitava da pascoa florida, que foi o derradeiro dia do mes de Março de 1578, foi publicada nesta Sé a bula da Santa Cruzada pelo padre frei Duarte de Oliveira, que el-rei mandou para isso, a qual foi trazida do mosteiro de São Domingos a esta Sé, com procissão solene e as suas indulgencias terão valor por espaço de dois anos, que começam do dia acima dito porque foi pela

¹⁶⁹ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 5, p. 182-183; *Enciclopédia VERBO*, vol. 6, cols. 494 a 505.

¹⁷⁰ *A Bula da Cruzada em Portugal*, esboço histórico por José Caldas, in *O Mundo*, de Lisboa, 21 de Maio de 1913.

carta da dita Bula — André Alvarez»; 2) «Dia de Páscoa do Espirito Santo, que foi aos 25 do mes de Maio de 1586, foi publicada outra Bula da Santa Cruzada nesta Sé, por dois anos que farão fim por Outubro tal dia».

4. A 12 de Janeiro de 1678 fez-se a procissão da publicação da Bula e succedeu um caso de que achamos noticia no registo da vereação do dia seguinte: «Foi requerido ao dito juiz de fora pelos vereadores e procurador da cidade, que tendo-se hontem, que se contaram 12 do dito mez, tendo-se feito eleição em 6 pessoas das principaes do governo desta cidade para haverem de levar as varas do pallio em a procissão da publicação da bulla que hontem se celebrou, e dando o alcaide recado a todos em suas casas por ser hora conveniente que não podiam deixar de estar nellas, se desculparam alguns com causas affectadas, e com effeito faltaram na dita procissão com publico e notorio escandalo de toda esta cidade, e com desprezo da dita eleição que este senado fez nas ditas pessoas, cujos nomes são os seguintes: Pero Caro de Froes, João Sardinha Brissos, Lopo Sardinha Pereira, Manuel Fernandes Magro, Manuel da Gama de Abreu, Estevão Pegado Valladares, contra os quaes requereram elles ditos vereadores e procurador da cidade a elle dito juiz de fora procedesse contra elles, como lhe parecesse justiça, o qual requerimento sendo visto por elle juiz de fora, mandou que fossem prezos, e que da prisão se procederia contra elles e se faria cumprimento de justiça para o que se passassem as ordens necessarias». A 15 declarou na Câmara o escrivão das armas Francisco Freire, que prendera os seis: 4 na cadeia e 2 em casa por estarem doentes (Estevão Pegado Valladares e João Sardinha Brissos).

Como se vê mais uma vez não era brincadeira nenhuma uma pessoa faltar às procissões! E que assim era, aqui temos outra prova: a 8 de Janeiro de 1715 mandou a Câmara lançar pregão para que no dia seguinte, às 8 da manhã, «vá uma pessoa de cada casa a S. Domingos para acompanharem a procissão das bullas, *com pena de dois mil rs. pagos da cadêa*».

Dando um dia volta aos livros da Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé de Elvas lá se nos deparou um registo acerca da procissão da bula, à qual os seus confrades não eram obrigados a comparecer, o que não significa que não fossem, é claro; — «Aos 16 dias do mes de

Novembro de 1738, juntos em meza os senhores mordomos da irmandade do SS. Sacramento d'esta Cathedral, com assistencia do muito rev.do sr. Deão, que para esse efeito foi nomeado pello illustrissimo e reverendissimo Cabido, como Juiz que é da dita Irmandade, por nella se propôr se a dita irmandade devia hir á procissão das bullas sem embargo do anno proximo passado ter ido á dita procissão constrangida e obrigada, e sem ordem d'esta meza, tendo esta determinado não fazer o dito acompanhamento, antes se lhe guardassem seus privilegios e isenções, que constam dos estatutos, e se conservasse na posse em que estavam, muito antiga, que excede a memoria dos homens, de não acompanhar a dita procissão, nem podem decahir da dita posse, pelo acto violento e constrangido de acompanharem o anno proximo passado a dita procissão das bullas; e por zelo e serviço da dita irmandade determinou e resolveu a dita meza que se devia conservar a posse antiquissima em que a irmandade está de não acompanhar a procissão da bulla da Santa Cruzada; e pela muita justiça que nos assiste, por este e outros mais fundamentos, de nenhuma sorte acompanhasse esta irmandade a dita procissão. E emprazando-nos o comissario da Bula para esse efeito se sigam os termos da nossa defeza, allegando a justiça que nos assiste donde pertencer, tudo a fim de conservar e deffender a immuniidade desta Santa irmandade; e que de tudo fizesse este termo, o que eu fiz, como escrivão que sou d'esta irmandade, e por ordem da dita meza assignei — Elvas, dia ut supra — João Travassos da Costa, Jose Carvalho Paes, João de Quintal Lobo, José Nunes Pinto, Manuel Thomaz da Fonseca, Manuel Rodrigues, João de Barros Leite, Francisco Vaz de Oliveira, João Marques, João Gonçalves Coelho, Ignacio Francisco Xavier, João Lopes Ribeiro, Francisco de Mello. Aos 24 d'Abril de 1739 n'esta cidade de Elvas, e Sachristia da irmandade do SS. Sacramento da Sé, sendo ahi como escrivão da mesma, e sendo convocados os irmãos da meza, e se acharam presentes os assignados».

Mas a 3 de Maio de 1740 já compareceu o padre Fernando Madeira Garcia, arcediago da Sé, nomeado pelo Cabido, para determinar a festa com a Mesa, e a 21 de Novembro de 1745 resolveu esta irmandade ir à procissão da bula, «debaixo do protesto que já haviam» por não estarem obrigados a ir a parte alguma mais que a acompanharem o SS. Sacramento.

Em 1862, a procissão saiu a 14 de Dezembro, Domingo, tendo o Governo recomendado que a fizessem «com aparato e grandeza». No entanto, não compareceram as colegiadas das quatro freguesias, o que foi considerado como desfeita.

Em 1863 saiu em volta da igreja da Sé, havendo depois *Te-Deum* e Sermão.

E não nos consta que mais algum ano se realizasse.

40

«AD PETENDAM PLUVIAM»

Sem data certa

1. *Ad petendam pluviam* é uma locução latina que significa à letra «para pedir chuva» e se aplica a uma procissão de penitência promovida em ocasiões de grandes secas e cuja finalidade é justamente a de rogar a Deus que faça abrir as comportas do céu mandando a tão desejada e necessária água — o antiquíssimo rito da provocação da chuva, afinal de contas.

Há alguns anos, a propósito de uma seca bastante prolongada, que trazia toda a gente mortificada, publiquei num jornal da minha terra natal um artigo a que dei o título: «*As secas são um flagelo cíclico na região de Elvas*». Transcrevo-o a seguir, pois creio que não fica mal — perdõe-se-me a imodéstia — a abrir este capítulo.

«Com bem justificadas razões andamos todos alarmados com a falta de chuvas, por certo mais os agricultores, cuja actividade depende, em grande parte, do estado do tempo.

Ouvem-se lamentações por todos os lados, uns porque a prolongada estiagem provocará a sua ruína ou pelo menos lhes trará dias bastante negros, com as preocupações dos encargos por solver; outros porque vêm as nascentes quase a secar e as fontes sem uma gota de água para beber. Enfim, uma situação angustiosa para toda a gente, mas uma situação que não é nova, pois se dermos uma vista de olhos pela

história veremos que o lamentável caso é um flagelo cíclico na região elvense.

Podia recuar uma meia dúzia de séculos, mas para não tornar este artigo demasiado longo vou fazer um apanhado do que aconteceu, em circunstâncias idênticas ou muito piores, desde 1616 para cá.

Nesse ano o Inverno foi particularmente avaro quanto a chuvas e chegou-se a Abril sem que o céu se abrisse em água. Por isso, em acórdão do Cabido, de 14 daquele mês, se deliberou que, logo no primeiro Domingo se fizesse uma Procissão a São Paulo, rogando a Nosso Senhor mandasse a tão desejada e necessária chuva. Nas horas de aflição, para onde se hão-de volver os nossos olhares suplicantes senão para Deus?

Mas outra seca se havia de registar, impiedosamente, alguns anos depois, fazendo desesperar a população, que acabou, mais uma vez e como sempre, por recorrer ao Omnipotente.

Durante o inverno de 1679 para 1680 as chuvas foram escassíssimas e os receios da fome e da sede traziam os habitantes tão abatidos, que, entendendo dever aplacar o Todo Poderoso com demonstrações de devoção, promoveram novenas sobre novenas a diversos santos e em procissões de penitência, *ad petendam pluviam*, até que vieram alguns dias chuvosos, que chegaram ainda a remediar o ano, quando, casualmente, invocaram a mediação de Nossa Senhora de Guadalupe, diante da sua capela, na Sé. Esta coincidência chamou grande devoção a esta imagem, junto da qual se pode ver um retábulo, que representa o Clero, a Nobreza e o Povo em oração perante o altar da Virgem, podendo no quadro ler-se o seguinte: «Depois de nesta cidade se fazerem por chuva muitas procissões, penitencias e novenas, se fez uma diante da Virgem de Guadalupe; e no último dia choveu tanto, que remediou em parte a perda, que nos frutos a grande seca tinha causado, o que sucedeu em 24 de Abril de 1680 anos».

Pelo mesmo motivo — falta de chuva — ficaria memorável o ano de 1715. Foi uma das secas de maior aperto, como a vejo apontada algures. Andava toda a gente aflita e o assunto, dada a sua extrema gravidade, foi debatido numa das reuniões da Câmara. A 20 de Agosto referia-se que, a necessidade da água era tanta que fôra tirada até às pessoas particulares, a quem Sua Majestade havia concedido alguns

anéis de água da Amoreira, e mesmo assim a cidade estava já, totalmente, sem uma pinga de água para seu uso, apesar de se terem canalizado, para a arca principal do Aqueduto, nada menos do que nove nascentes diversas. À data da sessão camarária, sete destas encontravam-se absolutamente secas. O que valeu na desgraçada emergência, foi o poço do Cancão, mas foi preciso gastar 5.820 réis com a sua limpeza, «que estava incapaz de se beber da sua água», devido ao croio amontoado nos canos.

Em 1738 voltou a faltar o precioso liquido e já no ano anterior se notara um sensível decrescimento, utilizando-se além do Cancão, o poço do Gorgulhão, sendo então construída a actual Fonte, obra em que o concelho despendeu cerca de 300 mil réis.

Quinze anos passados e Elvas sofreu um dos seus maiores tormentos de todos os tempos, com uma estiagem que durou de 1753 a 1756! E outra, de 1761 a ... 1791». 30 anos seguidos em que pouco choveu, sendo necessário intervir a autoridade para regular o abastecimento público. Como sempre sucede em semelhantes ocasiões, houve disputas, brigas, desavenças, etc., porque o egoísmo humano é muito grande ou porque há pessoas que não têm paciência nenhuma para suportar maus dias ...

A Câmara requereu ao Governador das Armas, que era o Visconde de Lourinhã, que lhe fornecesse algumas sentinelas para a guarda das fontes, às quais o povo concorria com as suas vasilhas, e quando se supunha que as coisas entrariam na normalidade, eis que os guardas, usando de grande parcialidade davam primazia às famílias de militares, daí resultando, como será de calcular, acaloradas discussões nas quais, algumas vezes, intervieram os ... punhos!

A Câmara queixou-se ao Sargento-mor da Praça, João de Brito Mosinho, mas este escandalizou-se com o tom um tanto azedo do ofício municipal, e a Câmara dirigiu-se então ao Governador das Armas, que estava em Vila Viçosa, e este, inteligentemente e para evitar mais atritos ordenou que se procedesse com a indispensável e aliás justíssima imparcialidade.

Em 1822 nova estiagem, que se prolongaria até 1886, afectando, sensivelmente, a agricultura, já de si em má situação económica por falta de protecção oficial. Por essa razão, a Câmara requereu a El-Rei,

por proposta do vereador José Abreu, diversas medidas tendentes a debelar a crise que se apresentava pavorosa (como hoje). Palavras textuais desse documento: «O abatimento e ruína em que entre nós se encontra a agricultura deve inspirar aos governos o solene dever de a protegerem pelas medidas económicas que estão ao seu alcance». Isto já há 78 anos!

Como de todos é sabido, em ocasiões de seca prolongada, os lavradores do nosso concelho agremiam-se, a fim de correrem por sua conta as despesas a fazer com a condução, em procissão de penitência, da imagem do Senhor Jesus dos Passos, da igreja da Ordem Terceira de São Francisco, para a da extinta Sé, onde costumava ficar até que chovesse. A procissão, antes de chegar à Sé, percorria, além das ruas principais, as muralhas, e aí, voltavam diferentes vezes a imagem para os campos, rogando em altos clamores: «*misericórdia!*» e «*água de misericórdia*».

Nos dias seguintes — assim nos informa Tomás Pires — saía da Igreja da Ordem Terceira, em procissão também de penitência e para a da extinta Sé, a imagem de São Francisco, levando uma «petição» ao Senhor Jesus dos Passos para a sua capela na Ordem Terceira.

Era (e é) até crença muito antiga, que logo que a imagem do Senhor dos Passos se tirava da tribuna da capela-mor da sua igreja para o andor, havia mudança de tempo, quer dizer começava a *nuvrrar-se*.

Nestas três centenas de anos muitas outras estiagens se verificaram, mas as que deixo mencionadas creio que bastam para ilustrar a tése formulada no presente capítulo.

A seca que tanto nos aflige actualmente não se pode prever até onde chegará. Propriamente no Inverno choveu regularmente, o pior foi no mês de Abril, em que a água tanta falta nos fazia, não ter caído nenhuma, desmentindo rotundamente o velho adágio. Agora a chuva em abundância prejudicaria os trabalhos agrícolas, mas por outro lado, as nascentes, a continuarem as temperaturas altas, acabarão por secar e depois a água para beber e nos lavarmos? É um verdadeiro quebra-cabeças e um circulo vicioso.

Enfim, que Deus nosso Senhor se condôa de todos nós e resolva

tudo pelo melhor. Cremos, que ainda é o melhor voto que podemos fazer»¹⁷¹.

2. Sobre o tema deixou-nos o Conde de Monsarás o gracioso poema:

AD PETENDAM PLUVIAM

Tlão! Tlão! Tlão! Tlão!
Vai pelos campos
A procissão.
Que Deus mande água
Por compaixão:
Desmaia a vinha!
Mirra-se o pão!
E a terra é seca
Como um carvão!

O povo leva
Com devoção
Nossa Senhora
Da Conceição,
De monte em monte
Por onde estão.
Velhos de rastos,
Olhos no chão,
E as mãos cruzadas
Em oração.

Choros e rezas
Foi tudo em vão!
Nossa Senhora
Quis procissão!

Ela tem tudo
Na sua mão;
É quem mais manda
No céu cristão,
Vamos ter chuvas
Até mais não.
Não acreditam?
Verão, verão!

Dobram os sinos
Tlão! Tlão! Tlão! Tlão!
Foguetes, bombas,
Que reinação!

Padres de estola
Mascando vão
Latim na solfa
Do contochão,
E o incenso, em nuvens,
Pela amplidão,
Cheira que é uma
Consolação!

O padre Vasco
Pregou sermão

¹⁷¹ *Linhas de Elvas*, 22 de Maio de 1965. Ver também *Revista Lusitana*, vol. XI, Lisboa — 1908, *Investigações Ethnographicas*, por António Tomás Pires; vol. XVII — Lisboa 1914, pp. 161-162, na mesma Secção, artigo póstumo do distinto etnógrafo elvense, e DOCUMENTOS XX.

*Contra a notória
Devassidão;
Calor na igreja,
Muito apertão,
Desmaios, gritos,
Ai, que aflição!
Se isto é castigo,
Se é maldição,
Deus nos acuda,
Perdão, perdão!*

*Por entre as searas
A multidão
Vai murmurando:
«Perdão, perdão»!
E o prior velho
Levanta a mão
E agita o hissope
Da remissão
Com água benta,
Cuja aspensão*

*Orvalha o trigo
Mais o feijão.*

*E a Virgem Santa
Da Conceição,
Manto de seda,
Brincos, grilhão,
Anéis de pedras
De estimação,
Laços e flores
Em profusão,
Lá vai sorrindo
Com tal unção,*

*Com tanta graça,
Tanta expressão,
Que todos crêem
Sem distinção,
Que vão ter água,
Que vão ter pão¹⁷².*

«PELAS VITÓRIAS NA ÍNDIA»

1506 e 1509

1. D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei da Índia, para onde embarcara em 25 de Março de 1505 comandando uma armada de 22 navios, a 7.ª enviada às afastadas regiões do Oriente, chegou a Quiloa, na costa ocidental de África, em 22 de Julho, conquistando-a de seguida e aí fazendo erguer uma fortaleza, que deixaria bem guarnecida.

¹⁷² Da *Musa Alentejana*.

Já em 1502, Vasco da Gama, na sua 2.^a viagem à Índia sujeitara à obediência o rei de Quiloa

*Ambos darão com braço forte, armado,
A Quiloa fértil áspero castigo.*

Lusíadas — canto X, est. XXVI

A 13 de Agosto, D. Francisco de Almeida, no prosseguimento da sua importante e patriótica missão de suserania, tomara de assalto a cidade de Mombaça, na costa oriental, impondo vassalagem ao sultão. O valoroso Gama ali aportara aos 7 de Abril de 1498, ido de Moçambique

*Dali para Mombaça logo parte,
Aonde as naus estavam temerosas.*

Idem — canto II, est. LIX

O grande Afonso de Albuquerque largou de Socotorá em Agosto de 1507, à frente de uma armada de 6 naus e 400 homens, e a 25 de Setembro seguinte apodera-se valentemente de Ormuz, a pérola do Golfo Pérsico

*E vereis o Mar Roxo, tão famoso,
Tornar-se-lhe amarelo, de enfiado;
Vereis de Ormuz o reino poderoso
Duas vezes tomado e sojugado.*

Ibidem — canto II, est. XLIX

Festejando estes sucessos, D. Manuel escreveu aos concelhos para que fizessem *procissões* em acção de graças.

2. Não temos referências absolutamente nenhuma quanto ao modo como essas *procissões* se terão realizado nem mesmo se tiveram ou não continuidade. Supomos, porém, que saíram apenas em 1506 e 1509, pois de outra forma algum registo se teria verificado nos livros das vereações, pelo menos.

Por carta de 26 de Maio de 1506, D. Manuel comunica aos Juizes, vereadores e procurador da Câmara de Elvas, que no dia 22 haviam chegado a Lisboa 4 naus da Índia com cartas do Vice-Rei dando parte dos feitos praticados em Quiloa «tamanha como Évora» e em Mombaça «como Beja» e ambas «muito povoadas».

E como essas vitórias redundavam «em bem universal do reino» mandava que se fizesse *procissão solene* «na qual se dêem a Nosso Senhor muitas graças e louvores por tantos benefícios.» DOCUMENTOS XXI.

Por outra carta escrita no Lavradio, em 30 de Janeiro de 1509, El-Rei participa ao concelho de Elvas as novas que acaba de receber da Índia e entre elas a da tomada da cidade de Ormuz por Afonso de Albuquerque, capitão-mor da armada enviada «à boca do mar Roxo» e substituto de D. Francisco de Almeida no governo da Índia.

«E porque em todas essas coisas recebemos de Nosso Senhor tanta mercê e a nossos Reinos se segue tão grande louvor e fama», encomendava e ordenava que na vila se fizesse *procissão solene* «como em semelhantes casos se costuma e o mais devotamente que ser possa se deem graças e louvores a Nosso Senhor», pedindo-lhe que «pois as cousas destas partes em nossas mãos lhe aprouve pôr as favoreça, conserve e ajude», para acrescentamento da religião cristã e da sua santa fé católica. DOCUMENTOS XXI.

42

«DEDICAÇÃO DA IGREJA DE SANTIAGO,
DA COMPANHIA DE JESUS»

13 de Agosto de 1692

1. D. Aldonça de Brito faleceu em Elvas em 1599 e nas suas disposições testamentárias, a favor de seu marido Diogo de Brito, deixou consignado que por morte dele os bens móveis fossem destinados à fundação de um mosteiro de freiras descalças de São Francisco — o que nunca teria efeito! — e a fazenda de raiz se dotasse a uma *obra*

pia de mosteiro ou hospital, que o mesmo Diogo de Brito nomeasse, aplicando ele também a sua fazenda à mesma obra pia.

2. Em 1604, Diogo de Brito, que casara em 2.^{as} núpcias com D. Joana Coutinha, viu também chegado o fim dos seus dias e no testamento que fizera, «nomeou por obra pia, de que se tratava entre elle e D. Aldonça sua primeira mulher, um collegio da Companhia de Jesus, que se fizesse em Elvas, com zelo e desejo de fazer este serviço a Nosso Senhor e a todos os seus naturaes, parecendo-lhe, como era devoto da Companhia, que não podia nomear outra obra mais acceita a Deus, e mais grata à cidade em que nascera»¹⁷³.

3. Ficou como administradora da fazenda D. Joana Coutinha, que tomou posse dela para a seu tempo a entregar à Companhia. Surgiram, entretanto, divergências, por o bispo, que então era de Elvas D. António de Matos de Noronha, entender ser pouco o que Diogo de Brito deixava da sua parte para a edificação do Colégio.

O caso era que Diogo de Brito tinha filhos da 2.^a mulher e não ia deserdá-los, por isso, applicando toda a fazenda de D. Aldonça, como era de razão, acrescentava-lhe *dois mil cruzados de sua terça*, com declaração, que a capela-mor da futura igreja fosse sua e dos seus descendentes. Foram os 2 mil cruzados que o prelado achou coisa pouca e sem mais palavras suas meteu-se de posse da fazenda de raiz, que feitas as partilhas, coubera à parte de D. Aldonça. D. Joana Coutinha recorreu para a Relação e esta obrigou o bispo a devolver o que precipitadamente arrecadara.

Depois de várias demandas, em Junho de 1610, chegou carta do Geral dos Jesuitas, Cláudio Aquaviva, aceitando a fundação do Colégio e declarando por fundadores dele a Diogo de Brito e sua 1.^a mulher D. Aldonça.

4. O Colégio começou a levantar-se pedra a pedra e os anos passavam sem que os progressos fossem muitos, porque a obra era grande, mas a 17 de Agosto de 1692 o padre reitor Manuel de Andrade pôde, por fim, abrir as portas do novo templo, cuja dedicatória foi feita pelo bispo de Elvas, D. Jerónimo Soares.

¹⁷³ Dr. Francisco de Paula Santa Clara, *Notas para a historia do Collegio de S. Tiago, Esvas*, Tipografia Popular — 1931, p. 1.

«Nunca em Elvas, como então, se viu solemnidade mais pomposa. Affluiu á cidade não só o povo do termo, e de Campo Maior, Arronches, Juromenha e Olivença, mas também de Badajoz, e das povoações de Castella mais visinhas, *magnum hominum concursu non modo ex Lusitanis, verum et Castellae finitimis oppidis*»¹⁷⁴.

5. A procissão organizada com rara pompa vem descrita no *Ramalhete do Cristão*, vol. I, n.^{os} 2 a 5, mas como não o temos à mão seguimos a transcrição feita em dois manuscritos da Biblioteca Municipal de Elvas e no folheto do Dr. Santa Clara sobre a fundação do Colégio de Santiago, de fls. 20 a 23: — «A procissão levava seis alas e quatro danças. Na frente iam todos os officiaes com suas bandeiras e insignias, como se costumava usar então na procissão *Corpus Christi*. Seguia-se a Fama, que vestia traje, e ricamente adornada de asas, e com uma caraminhola na cabeça, e com um rico peito, levando na dextra a trombeta e uma bandeira de tafetá azul com o retrato de Jesus a ouro; e na mão esquerda um escudo. Esta figura, que ia a cavalo, era precedida de um clarim.

A primeira ala era uma dança. O pendão principal tinha na parte de diante também um Jesus de ouro em campo azul, e na parte posterior a cruz de São Tiago. Os clérigos conduziam este pendão, e os cordões eram seguros por anjos.

Duas figuras a cavalo continuavam o préstito. Vestiam tràgicamente. A primeira representava Olivença; sustentava na mão direita um ramo, e na cabeça uma coroa de oliveira; a mão esquerda sustinha o escudo com as armas da vila. A segunda simbolizava Jerumenha; segurava com a mão esquerda um escudo, em que estava pintada uma torre cercada de um rio, pendendo-lhe na direita umas cadeias.

Elvas era a figura a cavalo, que seguia, com deslumbrantes e tràgicos vestidos, peito, espaldas, murrião de plumagens na cabeça, um ramo de oliveira na mão direita, e na esquerda um escudo de armas da cidade, representando um cavaleiro.

Ainda duas figuras a cavalo caminhavam juntas, ambas tragicamente vestidas. A primeira Campo Maior com a imagem de São João Baptista na dextra; e na esquerda as armas da vila. A segunda Arron-

¹⁷⁴ Id. id. p. 20, e António Franco, *Synopsis Annalium Societatis Jesu*.

ches, levava simplesmente na mão esquerda as armas que lhe pertenciam.

Viam-se depois os artilheiros com o trabuco de Santa Bárbara; e em seguida mais duas figuras a cavalo; uma representando a Pureza, vestia de branco, era-lhe ornada a cabeça com uma coroa de açucenas e na mão um ramo das mesmas flores, e a outra simbolizava o Martirio, trajava de côr vermelha, com uma palmeira na mão direita, e uma coroa de rosas vermelhas na cabeça.

Na frente da segunda ala ia uma dança seguida do seu pendão, que era levado por São João Evangelista, vestido com túnica verde e manto vermelho; um diadema na cabeça, e com a mão direita segurava um pendão.

Os sete planetas acompanhavam o andor do Cordeiro e iam figurados pelo seguinte modo: Primeiro planeta — Saturno — ancião, que vestia de côr triste, e levava na mão uma foice e um molho de espigas. Segundo planeta — Júpiter — com trajes riquíssimos, como era próprio ao rei dos deuses; ornava-lhe a cabeça uma coroa; com a mão direita segurava três raios e na esquerda empunhava um ceptro. Terceiro planeta — Marte — soldado com peito, espaldar e capacete; o resto do vestido era de cor vermelha; na mão direita levava uma espada desembainhada, e na esquerda um escudo. Quarto planeta — Sol — vestia trágicos e ricos fatos cor de gema, e ia circundado de raios de ouro, e para maior propriedade da figura levava na mão direita o Zodíaco, e na esquerda um escudo. Quinto planeta — Vénus — mulher vestida tragicamente, com a mão direita segurava uns pombos, e com a esquerda um escudo. Sexto planeta — Mercúrio — ricamente vestido, chapéu com asas, levando também asas nos pés, e caduceo na mão direita. Sétimo planeta — Lua — ia à trágica, vestindo de azul e branco, e sustentava uma cabeça com três caras, significação da lua nova, lua cheia e quarto minguante.

Não findava, porém, com os sete planetas esta ala, ainda se seguiam as figuras alegóricas de três céus. Céu auréo, figura masculina, vestida de azul com pássaros bordados em todo o traje; tinha na mão direita, em que iam poisadas algumas avezinhas, um ramo; na cabeça levava uma trunfa, semelhante a uma nuvem, donde saíam alguns raios.

Céu estrelado da mesma sorte que a precedente figura, porém, em lugar de pássaros no vestido eram estrelas.

Céu empírico vestia de azul e branco, coroa na cabeça e ceptro na mão direita.

Fechava esta ala o já aludido andor do Cordeiro, que ia em um trono acompanhado dos quatro animais sagrados.

A terceira ala era uma dança; levava o competente pendão. Seguia-se depois uma figura montando um soberbo cavalo, as vestes eram de rei, trajando de gala com ceptro e coroa.

Simbolizava Salomão. Depois seguiam as figuras da Filosofia, Medicina, Direito Civil, Direito Canónico e Teologia, precedida cada uma de dois estudantes das respectivas faculdades, indo todos a cavalo.

Apareciam primeiros os dois professantes da Filosofia com hábitos próprios e capelos e borlas azues, cor de que vestia a figura, que anunciavam. Vestindo da mesma forma todos os outros, havendo apenas diferença na cor, que era a dos trajos da respectiva Faculdade, que precediam. A Filosofia ia de azul com um globo na mão. A Medicina, trágica e ricamente vestida de amarelo, levava na mão direita uma cruz com uma serpente enroscada. O Direito Civil vestia de encarnado, e na mão direita tinha uma espada desembainhada. O Direito Canónico, trajando de verde, sustinha na mão direita umas balanças e na esquerda um molho de chaves. A Teologia, ricamente vestida de branco, levava na mão direita um Sol, que ia coberto com um véu, muito transparente.

Santo Ambrósio e Santo Agostinho (indo o primeiro da direita) continuavam o préstito, ambos vestidos de bispos, e de pontifical, capas e mitras riquíssimas. São Jerónimo vestia de Cardeal, roupagens compridas vermelhas, roquete e murça, tudo de púrpura. São Gregório com trajes de Pontífice e tiara.

Por último via-se um majestoso e rico carro, em que no alto ia a Sabedoria, vestida de azul e branco, coroada de louro, caraminhola rica de ouro, e adornada de várias insignias próprias, como livros, tinheiro, penas, etc. No mesmo carro estava a mesa do Sacramento, circundada de Anjos, que cantavam: via-se cálice, pão, etc. e no lugar mais alto um estandarte de tafetá carmezim.

Seguia-se a quarta ala, que era uma cavalgada, e constava do séquito de São Tiago, principal figura desta procissão. Logo depois

viam-se quatro turcos de gala e ricamente vestidos, com marlotas e capilares, turbantes na cabeça, escudos e canas verdes nas mãos. Quatro Mestres da Ordem de Santiago, trajando galas, mantos brancos e cruzeiras vermelhas, acompanhados de um pajem, que ia ricamente com o pendão do patrono da igreja, precediam São Tiago, que de túnica roxa, capa de cor, chapéu na cabeça com vieiras, manto de cavaleiro e espada na mão, era o objecto de principal atenção. Assim fechava esta ala.

A quinta ala compunha-se de seis irmandades, com seus guiões, seguindo-se a figura imponente de Lisboa, que vestia à trágica e com muita riqueza, coroa e ceptro; na mão direita um globo representando o mundo, e na esquerda um escudo com as armas da cidade, que são um navio desemastreado com duas coroas, uma na popa, outra na proa.

Depois a cidade de Pádua, também vestia à trágica de azul e branco, e com um escudo, em que estava pintada uma cruz vermelha.

Seis irmandades ainda continuavam a ala: após elas duas figuras a cavalo com trajos ricos: uma representando a Índia, e outra El-Rei Francisco de Bungo.

Uma folia de pretos e São Francisco Xavier em um navio costumadamente armado e artilhado eram seguidos de seis irmandades, em que iam os fundadores do colégio de São Tiago levando um Jesus.

A charola da Senhora do Socorro com outras seis irmandades, e depois um Anjo, um rei e um diabo em pé continuavam o préstito.

Seguia-se uma figura representando a Companhia de Jesus. Ia a cavalo e à trágica, com vestes ricas, de tela abrasada, peito rico com um Jesus de ouro, desenhado nele, barrete da Companhia de borla branca, na mão direita uma cruz, debaixo do braço alguns livros, e na esquerda um escudo. A charola de Nossa Senhora da Anunciada encerrava esta ala.

O couce da procissão era a sexta e última ala, em que ia a charola de Santo Inácio, presidido e rodeado das sagradas religiões, clero e mais ministros. Dois anjos muito bem adornados, com coroas de flores e velas nas mãos precediam o bispo de Elvas, que levava o Sagrado Pão Eucarístico, e era acompanhado de todo o Cabido».

No dia seguinte o bispo de Elvas, que era D. Jerónimo Soares como referimos, celebrou pontificalmente a primeira Missa na nova igreja e por tres dias esteve exposto o Santissimo Sacramento.

DOCUMENTOS

I

PROPINAS

«Pela puisão q̄ com esta vay tomej emformaçam por ella consta os officiais da camara desta cidade deluas estarẽ em costume de leuar em quada huma das procisois solennes q̄ a cidade tê obrigação assistir por as regerẽ e gouernarẽ dous picheis de vinho e duas gallinhas q̄ parece cousa indecente pera pessoas onradas e de qualidade tendo o conselho renda pera mais e na cidade deuosa leva quada vereador e official oito cẽtos reis por quada porcisã e conforme ao q̄ leuã ã euora podem vos e fazer assi q̄ lhes parecer bê. Em eluas a 2 de Maio de 1580». — Do Corregedor — *Próprias*, 1.º, fl. 480.

II

ITINERÁRIO

«Juiz Vereadores e procurador da cidade deluas. Eu ElRey vos evio muito saudar. Vista a emformação que mandey tomar sobre a diferença q̄ se moveu antre Vós e o bispo açerca das Ruas poronde auia dir a procisão de corpus Christi e como pola dita enformação se mostra que as Ruas por onde o bpo quer q̄ vá apocisão são pera isso mais desçentes que as outras por onde ategora costumaua deir, e que vão tambem por elas as precisões de dia de Santa Isabel e do anjo,

ouue por bem que a dita procissão de corpus xpi, fose daquy emdiant e pelas ditas Ruas que em camara com o bispo asentastes; como vereis pola prouisão que disso mandey passar, a qual comprireis inteiramente como nella se contem porque asy o ey por seruiço de Nosso Sr. e meu. João da costa a fez em lix.^a a 12 dagosto de 1576 — Rey.» — *Próprias*, 3.^o, fl. 392.

III

PROCISSÃO DAS «LINHAS DE ELVAS»

«Aos vinte e noue dias do mes de nou.^{bro} de mil e seis sentos sinquoenta e noue annos nesta Cidade de Eluas na caza do Senado da Camera dela sendo ahi o juiz e vreadores e procurador da Cidade fizerão junta e vreação pella maneira seguinte. Antonio Miz escrivão da Camera a escrevy.

Ordenarão e mandarão na ditta Camera estando presente os mesmos menistros e offisiais atras asinados a saber o D.^{tor} Domingos p.^a da Silua Correg.^{or} desta Commarca e o doutor Pedro Callado Daraujo e Lomba juiz de ffora e os vreadores Bento Lobo de Chaves e esteuão peg.^{do} de valadares, e o p.^{dor} da Cidade Franc.^o Sardinha Borralho e os misteres do pouo M.^{el} mendes e m.^{el} Segonha, em como em os catorze dias do mes de janeiro de mil e seis centos e sincoenta e noue foy dees nosso S.^{or} Servido de dar a este Reino hua tam milagroza Vitoria como alcansarão as nossas armas das de castella junto a esta Cidade a qual ficou liure das ostilidades que o inimigo castelhano lhe fazia com o asedio que lhe durou pello descurso de tres mezes por tanto dejeiando elles de gratificar com obzequio pelo melhor modo que podessem a dita merçê ordenarão e mandarão que no ditto dia de todos os annos que o mundo durar se faça hua solene prosição de graças com a maior pompa que for possível em reconhecimento e para perpetua memoria da ditta merce que dees nosso s.^{or} por sua devina miz.^a foi Seruido de lhes fazer e p.^a este effeito como tambem para maior ornato e seleberidade da festa mândão que esta rezolussão se faça assaber a todos os capitulares do R.^{do} Cabido desta Cidade a quem

pedem muito por merçe que da sua parte os queirão ajudar nesta assão e mandando outrosim fazerem em seus Liuros semelhante asento e esperão de seu zello e chistandade que assim o fação de que mandarão fazer este termo que asinão. Antonio Miz escriuão da Camera. (Assignados) D.^{os} Pr.^a da Sylua — P.^o Cal.^{do} Daraujo — Bento Lobo de Chaves — Esteuão Pegado de Vall.^{es} — Francisco Sr.^{da} Borralho — De Manoel Mendes uma cruz de seu signal. — De M.^{el} Dias Segonha uma cruz de seu signal». — *Livro das Vereações do Senado da Camara d'Elvas*, no Arquivo Municipal, a fls. 31-33.

IV

SÃO MARCOS

«Constando a Sua Ex.^a Nosso Prelado que a Procissão da Ladainha em dia de Sam Marcos 25 deste Mes se fazia saindo desta Cathedral e que na mesma se recolhia e terminava, tem ordenado se fassa hindo da Cathedral em direitura a Igr.^a de Nosso Seminario e que alli termine como terminava na Cathedral, e como Vm.^{ces} assistem a d.^a procissão lhe participamos a expressada determinação para mandarem colocar naquella Igr.^a as suas Cadr.^{as} no que farão servico a Deos, e a Nos m.^{ce} que dezejamos gratificar em empregos do seu agrado e servico. Deos g.^{de} a vm.^{ce} m.^{os} an.^s Elvas em Cabb.^o de 23 de Abril de 1760. aa) Joze Carlos de Lara, João de Andr.^a de Fon.^{ca} D.^{al} Secretr.^o Srs. Juis de Fora, Vereadores e Officiaes da Camara de Elvas.» — *Próprias* — Livro 9 — fls. 24.

V

ROGAÇÕES

«Sendo como são publicas e solemnes as Procicois das Rogacois que a Igr.^a manda fazer devem oficiarse com a pompa e solemnidade divida e porque esta no angusto da Ig.^a da Mizericordia não pode comodam.^{te} praticarse Nos ordena Sua Ex.^a nosso Prelado que a Pro-

cissão das Rogacois ou Ladainhas de Maio que hia a Igr.^a da Misericordia hade hir a Igr.^a de Sam Tiago que hoje he do Siminario; e que tanto esta como as mais Rogações hamde terminar nas Igr.^{as} a que se dirigem, e não voltar, como ate agora se fazia, a Cathedral. Assim participamos a VM.^{ces} para que disponhão que as Cadr.^{as} para a sua asitia sejam conduzidas p.^a a Igr.^a de Sam Tiago e não p.^a a da Misericordia no seu respectivo dia, no q.^eV.M.^{ces} farão serviço a Deos, e o mesmo g.^{de} as pessoas de VM.^{ces} como Lhe rogamos. Elvas em Cabb.^o de 11 de Maio de 1760. aa) Jose Carlos de Lara — Deão; João de Andr.^a da Fon.^{ca}, D.^{al} Secretr.^o Snrs. Prezidente, Vereadores, Off.^{es} da Camara de Elvas.» — *Próprias* — Livro 9, fls. 23.

VI

GAFANHOTOS

«Juiz, Vereadores e Procurador da cidade delvas. Eu El Rey vos envio muito saudar. Vy a carta, que me escrevestes em resposta d'outra minha, em que vos escrevi e mandey visseis que modo se teria sobre o matar da ovada dos gafanhotos, que tive pór informação, que forão ter este presente anno ao termo dessa cidade; e, porque segundo se intende per vossa carta, quando os gafanhotos vierão a esse termo vinhão tão espalhados, que se não sabe onde desovárão, recommendo e mando torneis a fazer sobre isso diligencia, tomando todas as informações necessarias dos logares visinhos, onde houve os ditos gafanhotos, e que delles têm mais experiencia para se saber a qualidade da terra, em que costume desovar, e a fazerdes logo buscar, lavar e cavar as terras para saber se tem alguma semente delles, e seguides a ordem, que se tem nos mais lugares; e que cumpre fazer-se logo sem mais espera pelo mez de fevereiro, como dizeis em vossa carta, porque depois de nascidos será muito mais difficultoso matal-os pela grande quantidade delles, que nascem, e far-se-ha com muito mais trabalho, e não se poderão acabar de vencer, como tem acontecido em outras partes. E sendo necessario tornardevos para isso a juntar com as pessoas da Governança e povo dessa cidade e termo della, o fareis e

provereis em tudo, como virdes, q̃ mais convem, e o requer a importancia deste negocio. — E para as despezas, que se nisto houverem de fazer, Ey por bem, que tiradas das rendas do concelho a minha terça, e todas as despezas ordinarias dessa camara e outras, que não possaes escusar que [...]e que o que nisso se despender por vossos mandados se leve em conta ao thesoureiro do concelho. — Porque não bastarão para isso os ditos sobejos Ey por bem que alem delles se lance finta pelos moradores dessa cidade e seu termo, e assy pelas pessoas, que nella tiverem herdades de pão, posto que não sejam moradores nella, de quantia de quinhentos cruzados, lançando a cada hum o que soldo a liura lhe couber conforme a fazenda e rendas. A qual finta fareis em Camara com as considerações e respeitos devidos sem se escusar de pagar para ella pessoa alguma de qualquer qualidade e condição, que seja, posto que sejam desembargadores, e que actualmente me estam servindo, ou commendado e quaesquer outras pessoas privilegiadas, porque por esta vez somente Ey por bem que paguem para a dita finta, sem embargo de privilegios; e assy pagarão para ella os Cabidos, Igrejas de qualquer ordem, que sejam. E collegios, e quaesquer outras pessoas ecclesiasticas, que nos termos e limites dessa cidade tiverem herdades de pão, porquanto Ey por bem que nenhum delles seja escuso de pagar para a dita finta, visto como é em commum proveito e utilidade de todos. — Tanto que a finta for lançada a fareis logo arrecadar com todo o cuidado constringendo e obrigando a isso todas as pessoas a quem se lançar, e a seus feitores, caseiros e lavradores e pessoas, que estiverem em suas herdades. E todo o dinheiro que se [...] terá o thesoureiro das rendas do concelho. E assy como se for arrecadando se metterá logo na dita arca, sendo todos presentes, e se carregará em receita o dinheiro, que nella se metter, ao dito thesoureiro pelo escrivão da camara em um livro, que para isso terá numerado e assignado pelo juiz de fóra, no qual livro em título apartado, se lançará todas as despezas, que do dito dinheiro se fizerem no matar da ovada, e nas mais cousas, que para isso forem necessarias. As quaes despezas se farão por vossa ordem e mandados. E tereis muita advertencia, que se não despenda em outra alguma cousa por importancia e necessaria que seja. E não abastando para esta despesa os ditos quinhentos cruzados com o mais que sobejar das rendas do concelho, m'ó fareis saber

com informação do Provedor da comarca do dinheiro, que se despendeo, e de quanto será necessario. — E ao dito Provedor mando, que primeiro que envie tal informação, tome esta ao dito thesoureiro do dinheiro, que recebeo da dita finta, e o que d'elle despendeo n'esta obra, e assy dos sobejos das rendas do concelho, e me escreva tudo muito declaradamente, e o seu parecer para prover nisso, como for meu serviço. — E sobejando algum dinheiro depois de esta obra ser acabada, me avisareis disso, e da quantia, que sobejou. — Pelo que vos mando que todo o conteudo nesta carta cumpraes muy fielmente, e com a brevidade e deligencia, que este negocio requiere, e conforme a confiança, que eu de vos tenho, porque alem de nisso hir tanto a todos volve em particular serviço. Scrita em Lisboa a xxvi de outubro de M.D.XC. Symam Borrvalho o fiz escrever.» — *Próprias*, Livro 1.º, fls. 151.

VII

SÃO JOÃO DE DEUS

«Dom Pedro por graça de Deos Príncipe de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa e de Guine &c. Como Regente e Gouvernador dos ditos Reynos e s.^{rios} Faço saber a vos Juiz vereadores e Procurador da Cam.^{ra} da Cidade de Eluas que vy a carta q me escreuesteis sobre uos conceder licença para que de qualquer dinhr.^o q administrades se fação os gastos da festa do Bemaenturado São João de Deos aduogado contra a lagosta e visto tudo o que dizeis Hey por bem que façaes procissão com missa e pregação, sem q possaes levar propinas e este custo se fará dos bens desse Conselho o Principe nosso senhor o mandou pelos Doutores P.^o Frz Montr.^o e Manoel de Mag.^{es} de Menezes ambos de seu cons.^o e seus Dez.^{res} do Paço Miguel Vieira a fez em Lx.^a aos seis de Agosto de seis sentos setenta e dous. Franc.^{co} P.^{ra} de Castelbr.^{co} a fes escrever.» — *Próprias* — 6 fls. 236.

VIII

SÃO JOÃO DE DEUS DA LAGOSTA

Vereação de 4 de Abril de 1756 — Extraordinária — «Pelo Dr. Juiz de Fora, presidente, foi dito, que visto estar iminente a grande praga da lagosta com evidente perigo total dos frutos, era preciso prover de remédio por conta do bem comum, além de uma carta que em Câmara tinha apresentado do Marquês de Tancos, governador das armas desta província, em que pedia quisessem prover de remédio eficaz para extinguir a d.^a praga; e logo acordaram que o meio mais proporcionado era lançar por derrama a cada um dos moradores desta cidade e seu termo a porção, que parecesse cómoda a cada um; e que o orçamento e número de alqueires se fizesse relação pelo autuamento da sisa; e sendo chamadas algumas pessoas da nobreza, vieram à mesma vereação o Sargento-mor Francisco Alves Falcato, o capitão João Martins das Torres, o capitão Simão Rodrigues Proença, que todos têm servido já o cargo de vereadores, e por eles foi dito, que o meio apontado era o que lhes parecia mais proporcionado; e assim mandaram se escrevesse e assinaram todos».

Vereação de 6 de Abril — : «Mandaram lançar o pregão seguinte: que todas as pessoas desta cidade e seus termos sem excepção nem privilégio algum no termo de oito dias, que principiam a correr no dia de amanhã, 4.^a feira, sete do presente mês, e hão-de finalizar no dia 14, será obrigado sendo mecânico a entregar 1/2 alqueire de lagosta, e sendo nobre 1 alqueire, que se há-de enterrar na presença de um dos officiais da Câmara e de um escrivão do Geral, que lhe há-de passar conhecimento de sua entrega no sítio do poço do Cancão das 3 horas da tarde por diante; e no termo de outros 8 dias hão-de ser avisados por pregão a irem às casas da Câmara a entregar o bilhete, que se lhes der; pena de que não indo ser condenado; os mecânicos em 2 mil rs; e os nobres em 4; e assim mais em 30 dias de prisão irremissivel; e a pena pecuniária se há-de aplicar para as despesas do concelho; e a lagosta, que se manda apanhar, há-de ser nos coutos desta cidade e seu termo.»

Vereação de 10 de Julho — «E logo nesta vereação foi proposto, que em virtude da ordem de Sua Majestade de 15 de Junho passado arbitrassem preço razoável, que se pudesse dar a toda a pessoa, que na forma da ordem de Sua Majestade apanhasse cada alqueire dos casulos e ôvada dos gafanhotos. E uniformemente assentaram que se desse por cada alqueire de casulos desta praga 480 réis.»

IX

PROVISÃO DO DESEMBARGO DO PAÇO

«Dom José por graça de Deos Rey de Portugal, etc. etc.. Faço saber a vós Corregedor da Comarca d'Elvas, que sendo-me presente, que em muitas terras dessa provincia ha uma grande quantidade de gafanhotos, que tem destruido muitas searas; e querendo evitar tão consideraveis damnos, Hey por bem e vos mando, que façais logo expedir ordens a todas as camaras dessa Comarca, para q todos os moradores, que matarem gafanhotos, e trouxerem á Câmara um alqueire d'ovos d'estes insectos se lhe dará por elle o que a m.^{ma} Camara arbitrær; cuja despeza se fará por aquellas Camaras, que tiverem rendas; e as que as não tiverem me darão conta, para eu mandar satisfazer pela minha fazenda a referida despeza. Cumpri-o assim, etc. Lisboa 15 de Junho de 1756.» — Tombo 3.º fls. 237 v.º.

X

«Diz José Victorino da Silveira Falcato que nas herdades que cultiva neste termo xamadas Freixial, Emserabodes, Buscavides e Afonso da Gama e outras tem aparecido mt.º grande numero de lagosta ou gafanhota; que elle suplicante tem levado saserdotes a fim de que pelo meyo das Bemsam da St.^a Igreja sesase aquele Flagelo, mas recorendo aos meynos humanos tem mandado todos os seus criados a matala, e como as suas forsas não são bastantes p.^a tal em primeiro lugar pela falta de vertude p.^a fazer sesar este Flagelo pelo meyo da religião, e

depois porque des ou vinte homens que lhe são soberdinados he numero insofesiente p.^a atacar este Inimigo comum. Pede a V. S.^a Sr. Dr. Juis de Fora e Ill. Senado da Camara que da sua parte detreminem ao povo que acudam a esta caoza comua porque agora que não voa se pode matar facilmente em dias umidos ou de menham bem cedo antes que venham devastar as siaras etc. E. R. Mce. — Dêspacho: Acordão em Vereação, etc. que asinem esta Petição os mais lavradores do Termo, para se lhe deferir. Elvas 28 de Abril de 1798 — Costa — Mello — Rez. — Sequeira — Amorim. — Illm.^o Senado. Fiz a presente representação a V.^a S.^a pello que acontese nas erdades que eu cultivo, porque a quantidade de lagosta he tal que chegando ao seu verdadeiro acrescimo devastará tudo; como o despacho de V.^a S.^a determina que eu fassa huma especie de convocação; a V.^a S.^a he a quem compete fazela como cabesa do povo em atenção ao bem comum; eu reprezento a consternação em que estou e V.^a S.^a mandará o que lhe pareser. — Despacho: Acordão em Vereação etc. Não deferem ao suplicante visto que todos os mais lavradores impugnaõ o mesmo que elle pede por evitarem os prejuizos emenentes. Elvas 5 de Mayo de 1798 — Costa — Mello — Rez. Amorim.»

XI

Vide DOC. VII.

XII

QUESTÃO ENTRE O BISPO E O SENADO

Vide DOC. II.

XIII

«Assim em o anno de 1605 recebeu a Fabrica de Sé d'Elvas a ditta multa, que importou em 124\$000 rs., dos quaes pagaram Alvaro da Costa e João Soares, cada um 40\$000 rs., o Licenceado Pero de Mariz, Juiz dos orphãos, 40\$000, rs., e o Licenceado Agostinho Cardoso, que fazia

as vezes de Juiz Geral, 4\$000 rs.; o que tudo perfaz a ditto somma, em que foram condemnados.

Mandou o Bispo d'Elvas fazer a nova custodia, que custou rs. 262\$000 e pesava 58 marcos, duas onças e seis oitavas, com as vidraças; e sem ellas, e outras cousas, que não eram prata, pesava 50 marcos liquidos de prata. E contado o marco lavrado a 4\$600 rs. e trinta mil réis, que custou o ouro, com que se dourou, e dous mil réis, que custou a caixa, em que se guardava, fazia a ditto somma dos duzentos sessenta e dous mil réis. Tinha a custodia dous remates no alto, que serviam a tempos: um de Christo Crucificado, e outro de Christo resuscitado.» (*Dicionário*, de Almada, vol. 2.º, p. 151).

XIV

CORPO DE DEUS

«Aos 28 de Junho de 1737 nesta Cid^e de Elvas passos do Senado da Camr.^a dela sendo ahi juntos em vriação Simão Roiz Proença vreador mais velho e juis pela ordenação e os mais off.^{es} da Camr.^a abacho assignados fizerão junta evriação na forma seguinte: E logo mandarão lançar pregão pl.^o portr.^o deste Cons.^o M.^{el} Ant.^o q. toda a pessoa de qual quer qualidade que seja mandem barrer as suas ruas e armar as jenas por donde hade pãssar a porcissão de Corpo de D.^s com penna de tres mil reis. e trinta dias de Cadeya e de como o lançou o assignou. a) M.^{el} Ant.^o. E por este modo hoverão esta vriação por bem feita e acabada e mandarão se cumprisse e como nela se contem. E eu João Travassos da Costa escrivão da Camera o escrevy. aa) Proença — Casqur.^o — Sylva.» — *Livro das Vereações de 1737*, fl. 5.

XV

AVISO RÉGIO

«Sendo presente a Sua Magestade Elrey, que Deus guarde, a desat-tenção, que V. M.^{ce} usou na procissão do Corpo de Deus d'esta cidade com o Caudatario do Bispo, obrigando-o a que se retirasse do lugar,

que justamente occupava immediato ao mesmo Prelado, me manda o mesmo Senhor estranhar muito a V. M.^{ce} este procedimento; e que não só foi muito alheio d'aquella attenção, que Sua Magestade quer, que tenham sempre os seus Ministros com os Bispos, em cuja Diocese existem; mas ainda foi destituído de todo o fundamento juridico, que o podesse desculpar: pois é sem controversia alguma certo, que os Bispos n'aquelle acto da procissão de Corpo de Deus e em qualquer outro podem usar de Caudatario, não só ecclesiastico, mas ainda secular; e ainda, quando não fosse tão indubitável este direito, que assiste ao Bispo, bastaria só a posse, em que se tem conservado ha quatro annos, levando sempre o Caudatario no mesmo lugar, para ser mantenido até que pelos meios ordinarios de direito fosse convencido. E, dado que nem esta posse tivesse o Bispo a seu favor, nunca podião ser licitos os termos, de que V. M.^{ce} usou; pois V. M.^{ce} não tem poder para tirar ou assignar logares nas procissões, o que é só reservado aos Bispos, e ainda que o tivesse, devia sempre attender á publicidade do acto, para não descompor nelle ao Bispo, tirando-lhe o seu Caudatario, e expondo-se a que fosse maior o escandalo, se o clérigo resistisse em se não querer retirar; e o mais, que V. M.^{ce} podia obrar, quando intendesse tinha justiça e obrigação de disputar, que o Bispo levasse Caudatario naquelle lugar, era requerer ao mesmo Bispo, que o mandasse tirar; e, quando elle o não fizesse, protestar, e continuar por então a procissão, dando depois conta a Sua Magestade para resolver o que fosse servido; e não manda castigar a V. M.^{ce} na forma, que já se praticou em semelhantes occasiões, por intender que o que V. M.^{ce} obrou, foi só por falta de noticias das Leis Ecclesiasticas. Mas para que se evitem semelhantes disputas para o futuro terá V. M.^{ce} entendido, que o Bispo em semelhantes actos deve levar junto de si dous ministros, um com a mitra, e outro para a cauda, ou este seja ecclesiastico, ou secular, nobre ou qualquer outro, que elle eleger, pois para tudo tem faculdade, a qual V. M.^{ce} lhe não deve disputar. Deus guarde a V. M.^{ce} Lisboa Occidental, 4 de junho de 1720. Sr. Corregedor da Comarca de Elvas. a) Diogo de Mendonça Corte-Real.» (Nota: o Corregedor era José Pereira Coutinho).

XVI

1) GAIOLA

«E quanto he ao 10.^o apontam.^{to} em q. dizeis q he grãde mingoa nã aver nessa villa gayola para a festa do Corpo de D.^s nê páleo, a my parece q. nã pode ser moor, semdo tam honrrada e onde taes pesoas vivê/aveemos por bem q. loguo mandeis fazer hua que custe ataa dozentos cruzados/E pa o faziam.^{to} della se lançará este anno impositam e naquella manr.^a q. se lançou pa as obras dos muros/ou manday ver huua q. ha ê Beja se serve e gostais della a compreis/se nam fãçasse a out. loguo/porê vollo notificamos asy e mandamos q. asy se cumpra a diligencia». — Carta régia de 18 de Junho de 1505. Arquivo Municipal de Elvas. Livro 2.^o das *Próprias*, fls. 273 v.^o.

2) CASTELLOS DE OFFICIOS

«Vereadores e p.^{dor} Avemos p^rbem q. os nosos espingard.^{ros} dessa cidade q. forem officiaes macanicos vão na procissam do Corpo de D^s com os castello de seus officios sem embargo de alegarem que p^r seus privilegios sam della escusos p^r q. nam queremos que nisto ajam lugar/notificamollo asy e vos mãdamos q. pa ello os costramgaes e fãçaes yr na dita procissam como dito he». — Alvará de 26 de Maio de 1511. Livro 1.^o das *Próprias*, fl. 597. Arquivo Municipal de Elvas.

3) ESPINGARDEIROS

«Nos ElRey fazemos saber a vos Juiz e Vereadores da nossa vila deluas que a nós praz e avemos por bem q.os espingardeiros q.nesa vila ha vão cõ suas espingardas nas p^rcisoens q.se nesa vila fazem ordenadas os quaes irã naq.^{le} lugar^r ê q.sempe forã/noteficamos volo asy e mandamos por este ao anadel dos ditos espingardr.^{os} da dita vila q. os fãça ir nas ditas p^rcisones p^r qn.^{to} nós ho avemos asy p^rbem sem embargo de seus privilegios p.^r que pa iso os nã escusa.» — Carta régia de 17 de Setembro de 1511. Livro 2.^o das *Próprias*, fl. 215.

4) AUTO DA POMBINHA

«Fomos emformados que na procissão de Corpus Xp.^{to} o Santo Sacramento se detem em quanto se representa o auto da pombinha, e por não ser cousa decente o Santissimo Sacramento deterese por cousa algũa mādamos ao vigario da vara q. daqui endiante não consinta a tal representação nê se faça a tempo que seja detença algua, e o mesmo mādamos que se compra em todas as mais procições que se fizerem donde for o Santo Sacramento e que senão detenhão em teatros nê en ouvirê farças pelo perigo q muitas vezes acôtece o que os snrs. juiz e vreadores comprirão por ser assim serviço de D.^s — João Vieira. «*Livro antigo das visitações da Igreja de Nossa Senhora da Praça — Anno de 1566. Fls. 24. Arquivo da dita Igreja (hoje de Nossa Senhora da Assunção, extinta Sé).*

5) OS REIS MAGOS

«Aos vinte e tres dias do mes de Maio de mil seiscentos e sinquoenta e tres annos nesta sidade delluas nas casas da camara della sendo presentes o juiz e vreadores e procuradores da sidade pera efeito de fazerem junta e vreasão pela maneira seguinte: eu llourenso lobo e vasconsellos escrivão da camara o escrivì. — *Procisão de corpo de Deos* — Aparesserão em camara os mordomos dos sapateiros e lhe decração sua obrigação e aos taverneiros quandedar os tres Reis magros Antonio L.^{co} Figoeura dará o Rei magro o negro, e Antonio Ramalho dará hũ dos Reis magros a cavallo como he custume, Manoel Rõz Camarro dará hũ Rei magro a cavallo como he custume, e todos os darão na forma do Rigimento. E por aqui ouverão por bem todo o que mandarão e ordenarão em junta e vreação em que todos asinarão. eu llourenso lobo de vasconcellos escrivão da camara o escrivì (a) Ribeyro — Abreu — Garces — Fig.^{do}». — *Livro das vereações do Senado da Camara d'Elvas, do anno de 1652, a fls. 34.*

6) FOLIAS, OUTEIROS E TOURADAS

«Na vespera do dia de Corpo de Deus faziam-se (em Elvas), a expensas do Senado, grandes festas, folias e outeiros, principalmente famosas touradas, na praça principal da cidade, o que bem se evidencia do livro de receita e despeza do anno de 1738, a fl. 61. Além dos touros e garrochas ordinarias, que eram impostas como propina, se despenderam neste anno 61\$095 rs., a saber: num pucaro d'agua 20\$090 rs., e o restante nas despezas de armações.

No livro de receita e despeza respectivo ao anno de 1744, a fl. 64, lê-se: «Importa a despeza de touros, em vespera do dia do Corpo de Deus, em 80\$170 réis.»

Sobre a madrugada juncavam-se as ruas de espadâna — costume que se tem conservado até hoje. Antigamente pertencia ao escrivão da almotaçaria tomar conta aos hortelões das cargas de espadâna, que traziam na vespera do dia de Corpo de Deus, porque os mesmos hortelões pagavam 60 réis por cada carga a quem a espalhava. Hoje já nada pagam em dinheiro, e só trazem a espadâna.» — António Tomás Pires, *Alguns elementos para um estudo sobre antigas usanças*, in *Correio Elvense*, n.º 1.213, de 29 de Maio de 1907.

7) CRAVOS DE FERRADURAS

«Quando na quinta-feira, depois da procissão de *Corpus Christi*, recolhia S. Jorge, seguido de todo o seu estado, para a antiga igreja dos Paulistas, onde tem moradia certa, ao chegar ao Largo de S. Paulo embargaram-lhe o passo alguns mestres ferradores, d'aquelle sítio, e num abrir e fechar de olhos desferraram o cavallo em que o santo ia montado, e tornaram a ferrá-lo de novo, deixando em seguida caminhar o prestito livremente.

Reparámos que guardavam religiosamente os cravos que haviam tirado das ferraduras, e perguntando o motivo d'aquelle acto, respondeu-nos uma velhinha com ares de versada em assuntos de antiguidade: — Ai, filho, aquillo é um santo costume, muito antigo! Deus o livre de ter algum dia sezões, mas se as tiver, não ha remedio melhor, nem

mais pronto. Peça um cravo d'aquelles, ponha-o em brasa *ao lume*, depois deite-o em agua ... em vinho é melhor ... e foram-se de uma vez as sezões. É como se as deitasse a um poço.» — *O Transtagano*, n.º 12, de Domingo, 10 de Junho de 1860.

8) DESASTRE MORTAL

Na Procissão de *Corpus* de 1868 houve a lamentar uma desgraça, quando a procissão recolhia. Um dos criados que conduziam os cavalos do estado de São Jorge, foi profundamente ferido por um dos cavalos, que despedindo-lhe muitos e violentos coices lhe fracturou cinco costelas. O infeliz, soldado de veteranos, faleceu horas depois no hospital.

Confirmou-se o vaticínio que o pobre muitas vezes fizera a si próprio, dizendo que, tendo lidado com cavalos havia mais de 30 anos, ainda havia de acabar sendo morto por algum. — *A Democracia Pacifica*, Elvas, 17 de Junho de 1868.

XVII

ANJO CUSTÓDIO

Carta de D. Manuel instituindo a Procissão — «Juizes Vereadores ofeciaaes — pouvo da villa deluas Nos el-Rey fazemosvos saber que avendo nos respeito em como noso Sr. Ds. por salvaçom de nossas almas e conservaçom e alongamento de nossas vidas, quiz hordenar em cada Regno cidade ou lugar assi acada huu de nos outros, amjos que nos guardassem de todo mall e nos prouocassem a fazer bem, sentindo assy por seruiço de Ds./nos com os prellados de nossos Reynos hordenamos ora nouamente que em todos nossos Regnos e srios. avendo resp.^{to} de tamto beneficio, como sem nossos mirceimentos soamente por a vomtade de Ds. de tam sanctas guoardas recebemos, que em cada hũu anno em o terceyro domminguo do mes de Julho, se faça solenemm.^{te} memoria deste anjo nosso guoardador. Em o qual dia aalem da muyta solemnidade que em todallas Igreias de fara se hade fazer deuota e sollene proçissam.

E porque nos desejamos muyto, e queriamos, que esta proçissam se fizesse com muyta homra e deuoçom, vos guardamos muyto e encommendamos que a solennizeis e façaes homrar o mays q̃ onestamente e a seruiço de Ds se pode fazer/mandando q̃ todo o pouo va aadita proçissam/E ante o que em esta porçissam fareis mandareis fazer huua bandeira grande em que ira pintado o anjo na maneira que esta em cada hũ dos ofiçios que sam imprimidos por se rezar em este dya/E ao pee da pintura sera scripto em letras grandes e bem vistosas estas palauras nomeando aquy o nome desa villa/dira Custos regni et oppidi/E esta bandeira ira em a porçissam detras de todallas cruces e a leuara o alfrs. da villa se o hy haa/e nom o auendo leualaa hu dos juyzes da dita villa/feita em lixboa a x de Junho Gomez aranha a fez

XVIII

RELIQUIA DE SÃO LOURENÇO NA SUA IGREJA DE ELVAS

Auto

«Saibão os que este instrumento junto com o theor d'uma Bulla Apostolica virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e noventa e tres annos, dez dias do mes de Junho do dito anno n'esta cidade de Coimbra e Igreja Parochial de Santiago na Capella do glorioso São Martinho, estando hi presente o Senhor Rodrigo Aires, Chanceller da dita Cidade, n'ella morador, cavalleiro pio e lauretano na Curia Romana, e administrador da ditta Capella o qual mostrou uma petição, que fez o Senhor Fernão de Sousa d'Abreu seu genro, fidalgo da Casa de Sua Mag.^{de}, morador na cidade de Elvas ao Ill.^{mo} e R.^{mo} Sr. D. Affonso de Castelbranco por merce de Deus e da S.^{ta} Igreja de Roma Bispo Conde e do Conselho de Sua Mag.^{de} na qual disse como na ditta cidade d'Elvas ha uma casa do orago do bemaventurado S. Lourenço na qual se fez uma irmandade mui grande, que servem todos os fidalgos e nobres de que elle supplicante é juiz, e lhe tem muito particular devoção, e que viera a sua

noticia que n'esta cidade e capella de S. Martinho havia reliquia d'este Santo, que com outras reliquias de Santos lhe vieram de Roma dirigidas á mesma Capella a instancia d'elle Sr. Rodrigo Aires com sua Bulla, e pedia a S.^a Senhoria lhe mandasse dar da ditta reliquia uma particula para se levar com a devida reverencia, porque com isso cresceria a devoção e fervôr na Irmandade, e seria mais frequentada e augmentada, pois tudo era para gloria do bemaventurado Santo, em a qual petição o dito Sr. Bispo posera um despacho, que hi se viu; «Sy como pede, em Coimbra nove de Março de 1593, o Bispo Conde.» O que para o effeito pedira e rogara ao P.^e Pedro Lopez, Sacerdote Economo na ditta Igreja, que é o que pusera as dittas reliquias em um cofrinho de prata no sacrario da ditta Capella, que d'ella as tirasse ora, e partisse da ditta reliquia do glorioso S. Lourenço uma particula para ser levada á ditta sua Igreja da cidade d'Elvas, e logo lhe deu a chave do ditto sacrario, com a qual o ditto Padre Pero Lopes, sacerdote e perante D.^o Coutinho, notario Apostolico, que estava ahi presente abriu o ditto sacrario, e com a devida reverencia abriu o cofrinho, em que estão as Santas reliquias, d'onde tirou uma particula da reliquia do glorioso S. Lourenço, e d'ella partiu certa quantidade, e a metteu em uma custodia de prata para ser levada á ditta cidade d'Elvas e casa do glorioso Santo, e entregue ao Sr. Fernão de Sousa supplicante, e tornou a fechar o Sacrario, e deu a chave ao Administrador.»

XIX

«D. Manuel da Cunha por mercê de Deus, e da S.^{ta} Sé Apostolica Bispo d'Elvas, Capellão Mór de S.^a Magestade e de seu Conselho de Estado, nomeado Arcebispo de Lisboa, etc. havendo respeito ao que por sua petição nos enviaram dizer os devotos mordomos de nossa Senhora da Guia seos confrades, sita na hermida de S. Martinho intra muros d'esta dita cidade, e por ajudarmos com bom zelo e devoção, confiando d'elles, que servirão a dita Confraria, como convem ao serviço de Deus, Nosso Senhor, honra e gloria da S.^a Santissima Mãe, e outras justas causas, que a isso nos movem, e não haver na dita hermida outra confraria, lhe concedemos licença para n'ella levantarem

Irmandade com pendão e insignias que será do nosso padroado e visitação, e lhe approvamos os estatutos, que para melhor serviço da dita irmandade fizeram em vinte e um capitulos, os quaes mandâmos se guardem, como n'elles se contem, e serão obrigados os dittos mordomos e irmãos a ter livro de receita e despeza, de que nos darão conta a nós, ou a nossos visitadores, para vermos, como procedem no serviço da dita Irmandade, e outrosym serão obrigados a ir nas procissões geraes, como as mais Irmandades, e nas que mais ordenarmos para o serviço de Deus Nosso Senhor, para o que lhe mandâmos passar a presente nossa Provisão. Dada em Elvas sob nosso sello e signal. O D^r Francisco de Carvalho, Deão de Nossa Sé e Provisor do nosso Bispado — Aos vinte dias do mez de Março Pedro Dias Raymundo, escrivão da Camara Episcopal a fiz de mil e seis centos e sincoenta e oito annos. — Francisco de Carvalho — Lugar do Sello.» — *Antiguidades d'Elvas* (Copias), ms., do dr. Francisco de Paula Santa Clara, livro 2.º, fls. 140, in Biblioteca Municipal de Elvas.

XX

O RITO DA PROVOCAÇÃO DA CHUVA

«Aos sinco dias do mes de Abril de mil setecentos e trinta e coatro annos nesta Cidade de Elvas e sanchristia da nossa Irmand.^e das Chagas os Senhores mordomos abaxo assignados em meza que pera a mesma foram convocados lhe foi perposta por mim escrivão que no referido dia asima me tinha buscado o reverendo mestre escolla Manoel Thomas e que como prizidente do Ilustricimo Cabbido Sede vacante ã nome deste me pedia comvocase esta meza e lhe perpuzesse que o dito Illustricimo Cabido mandaua pedir e perpor que tinha detreminado fazer huma prociçam publica leuando a Senhora da Soledá pera o Santo Caluário e deste trazer a Senhora da Nazaré pera a Santa Sé donde se lhe hauia de fazer nouena de noue dias e no fim delles ser restetuida ao mesmo Santo Caluário cuia açom hera pera o bem comũu pera todos pla grande esterelidade que há de faltas de agua, e que a mesma Irmand.^e acompanhace e que a dita Snr.^a tanto a do Calvario

como a da Sé tinham devoçam de a leuarem coatro reurendos capitulares e que esperaua o dito Ilustricimo Cabbido esta açom. E sendo uista a perposta plos ditos Senhores mordomos foi detreminado que respondece ao ilustricimo Cabbido pla pesoa de seu prizidente que esta meza compararia (*sic*) com a detreminaçam do mesmo em que se fizesse a prociçam e premuta da Senhora da Nazaré pera a Santa Sé e a Snr.^a Soledá pera o Santo Caluario e que consentia por esta só uês leuaçem os r.^{dos} capitulares a Snr.^a e que a nosa Irmand.^e fose suparada com sua crus e no seo lugar costumado conforme a sua antiguidade dando sera aos nosos Irmaos e que estes fosem conuocados pera o dia da prociçam a acompanharem. E outro sim que coando a nosa crus por vir prizidindo a mesma Senhora e que nesta forma tinhão detreminado de que mandaram fazer este termo que assignaram comigo escriuão José Freyre da Ponte, que o escreui. José Freyre da Ponte — Antonio Lopes Durão — Manoel Vas Carretto — Francisco Luis — João de Deos.» — *Livro das eleições e acordãos da Irmandade das Chagas de Jezus, em Elvas*, fl. 48. Foi publicado por António Tomás Pires, na *Revista Lusitana*, vol. 17 (1914) pp. 161-162.

XXI

VITÓRIAS NA INDIA

«*Carta de el-rei D. Manoel aos juizes e vereadores de Elvas para solemnizarem as victorias havidas na India* — Juizes vereadores e procurador Nos el-rey vos emvyamos muyto saudar. Sesta feyra esta passada que foram xxij dias deste mes de maio vieram a lixboa quatro naaos da Jmdia das que leouo dom ffrancisco dalmeida noso viso Rey nas ditas partes da Jmdia pellas quaees alem de virem muy bem caregadās despecyaryas Ouuemos cartas do dito viso Rey dos fectos q̄ atee suas partidas tinhã feitos naquellas partes a saber em quiloa emtrou a çidade per força darmas aos mouros e a meteo a Roubo e destruyo em quanto lhe prouue e lançou fora o Rey da dita çidade E fez nella Rey nouamēte outro mouro honrrado que ficou noso sogeyto vasalo e trebutaryo o qual nos dias pasados foy senpre noso verdadeiro serui-

dor e aquy fez hũa muy forte forteleza em que ficou noso Capitam jente e artelharyas e em toda segurãça e cõ a quall a dita çidade fica sogeyta e segura E daquy se pasou a outra çidade de mouros que se chama mōbaça onde pellejou cõ elles e lhe deu noso senhor vytorya e lançou o Rey fora da çidade e toda a jente E lhe meteo o fogo e morrerã aquy bem bij^c mouros outros dizem muito mais E em anbas estas çidades ouue grandes despojos porque todos meterã a saque e a Roubo sem Resystemçia. E esta çidade de quyloa se ystimã tamanha como euora e mōbaça como beja e anbas muito pouradas E de muita jente daquy se pasou allẽ a Jndia e ã anjadyua fez hũa muy fremosa fortelleza em que fyca Noso Capitam jente artelharyas e nayos e na çidade de cananor outra em que asy fica Noso Capitã jente artelharyas e anbas ã toda segurrãça e na dita yndia fez outros estraguos em queymamẽto de naaos de jemtes que nã estam a noso seruiço. E ã todos estes feitos lhe deu noso Senhor muyta vytorya E ficam bemto seja elle as cousas da Jndia em toda segurrãça cõ estas fortelezas pello qual Nos parece que asy como ysto Redumda em bem vnyuersal de nosos Regnos louuor e fama delles e muito noso seruiço asy se deue nelles dar muitos louuores e graças a noso Senhor pollo qual vos Encomendamos mujto e mãdamos q̃ loguo como esta vos for dada façaees nesa villa pricisam solene na quall se dem a Noso Senhor muytas graças e louuores por tamtos benefiços como nysto Nos tem ffeitos e cada dia faz e de llogo asy o fazerdes mujto vollo teremos em seruyço scripta em Setuuell a xxbj dias de mayo de 1506 — Rey.» — Arquivo Municipal de Elvas, Livro 2.º, *Próprias*, a fls. 287. — Publicada por Eugénio do Canto, na Imprensa Nacional de Lisboa, aos 18 de Março de 1908.

XXII

TOMADA DE ORMUZ

Carta de El-Rey D. Manoel para a Câmara de Elvas — Juiz vreadores p^{dor} nos el-Rey vos enviamos m.^{to} saudar por que sabemos quanto pr.^{er} esa çidade ha de receber com todo bõo sobçedimẽto das cousas de noso seruiço e muy priçipallm.^{te} destas de que temos seruiço de

dês e noso soseguo e de que esperamos gramde eixallçam.^{to} e acreçemtam.^{to} de nosa sãnta fee cattollica cõ m.^{to} llouuor e acreçemtamêtos de nosos Regnos e senorios ouuemos p.^r beem vos fazer saber as nouas quenesta ahgora sãm vindas da Imdia dos feitos q̄ fez a.^o dalboquerque noso capitã moor da armada que enviamos a boca do mar Roixo e das vitorjas que noso sõr lhe deu contra õs mouros imigos da nosa sãnta fee cattollica na tomada da çidade dormuz e de todo o Reyno da dita çidade dormuz de q̄ elle he a cabeça as quaees ã soma sã as segimtes Tomou (?) e destrohio (?) a villa de Çurate que he do dito Reyno dormuz e a sosteue tres dias e a queimou e qãmtas naaos tinha». A carta prossegue com a relação de todos os feitos praticados por Afonso de Albuquerque nesta prolongada e vitoriosa empresa, terminando assim: «E p.^r q̄ em todas estas cousas reçebemos de noso sõr tanta merçee e a nosos Reynos se segue tã grãde llouuor e fama e cada dia esperamos q̄ mais nellas mesmas nos dee seu fauor e ajuda vos ãcomẽdamos e mãdamos q̄ nesa villa façaes hũa proçisam sollene ajuntamdouos cõ ha clerzia della e nos espreuemos ao bp.^o asy ho mãde fazer como ã semelhantes casos se custuma e o mais deuotam.^{te} q̄ seer posa se deem graças e llouuores a noso sõr p.^r tam grãmdes merçees e beneficios ... Sprita ã o llauradio a xxx djas de Janr.^o de 1509. Rey.» — Arquivo Municipal de Elvas, 2.^o das *Próprias*, fls. 38 a 41. Dada a público integralmente, motivo porque aqui a não incluímos toda, nũm folheto impresso em Coimbra, Imprensa da Universidade, 1908, sob o título *Carta de El-Rey D. Manoel para o Juiz, Vereadores e Procurador da villa d'Elvas, dando parte da tomada do Reino de Ormuz.*

NOVOS DOCUMENTOS PARA O CONHECIMENTO
DO EPISÓDIO MILITAR DE COOLELA
(MOÇAMBIQUE, 1895)

pelo sócio efectivo

Luís Coelho

O *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890¹ e a abortada revolução republicana do Porto de 31 de Janeiro de 1891², traduzindo um movimento patriótico irreprimível que o próprio *Ultimatum* desencadeara, chamaram a atenção dos governos monárquicos para os problemas coloniais, sobretudo os da soberania, da administração e, também, do fomento.

António Ennes³ foi o grande artífice do ressurgimento colonial português⁴. Ministro da Marinha e Ultramar, logo após o *Ultimatum*, couberam-lhe tarefas bem ingratas, como a da pacificação da Guiné e de S. Tomé, onde lavrava a agitação das minorias étnicas, e a do

¹ Joel Serrão. *O Ultimato (1890)*, in *Dicionário de História de Portugal*, IV, Iniciativas Editoriais, Lisboa 1971, pp. 219 a 224.

² Ruy Luís Gomes, *A Revolução Republicana de 31 de Janeiro*, edição do autor, Porto 1956; ainda, Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política*, 2.^a ed., Portugália Editora, Lisboa 1968.

³ António José Ennes de seu nome completo; nasceu em 1848 e faleceu em 1901.

⁴ Ou do que poderia ter sido.

envio de contingentes militares para Moçambique, num período diplomaticamente «ainda muito quente», dada a proximidade do conflito luso-britânico, que o *Mapa Cor de Rosa* provocara. Em 19 de Junho de 1891, António Ennes foi nomeado Comissário Régio em Moçambique, onde empreendeu a sua maior obra de colonialista, quer política, quer administrativa, quer economicamente; igualmente não foi alheio aos problemas da missionação; sob o ponto de vista militar, deve-se-lhe, sobretudo, a pacificação da Colónia e a destruição do «mito» Gungunhana com a captura deste por Mouzinho de Albuquerque.

Efectivamente, é sob a governação de António Ennes⁵ que expedições militares partidas de Portugal vão conquistar em Moçambique a imortalidade para alguns dos seus chefes: Canto e Castro⁶, Moraes e Sousa⁷, Filipe Nunes⁸, Caldas Xavier⁹, Ivens Ferraz¹⁰, Paiva Couceiro¹¹, Freire d'Andrade¹², Diogo de Sá¹³, Soares Andréa¹⁴, Eduardo

⁵ Publicou António Ennes dois trabalhos fundamentais sobre a sua governação de Moçambique: «*A Guera de Africa de 1895 e Relatório de Moçambique*»; neles se traduz o pensamento, a doutrina colonialista do notável governador. Curioso é notar que as ideologias ultramarinistas republicanas muito beberam na doutrinação de António Ennes. Norton de Matos, Marcelo Caetano, Adriano Moreira, quiçá ainda Silva Cunha, encontram-se bem dentro das linhas de interpretação dos problemas, das de preconização, talvez até das de acção, da análise ultramarina de António Ennes. Ver: António Ennes, *Moçambique*, Lisboa 1893, cap. XXXII, Introdução de industrias novas ou processos industriais aperfeiçoados, realização de melhoramentos e organização de serviços de utilidade pública por iniciativa particular, pp. 313 e ss..

⁶ Que foi Governador de Lourenço Marques.

⁷ Comandante da «Rainha de Portugal».

⁸ Comandante da lancha «Bacamarte».

⁹ O bravo major vencedor de Mahazul, falecido prematuramente em Lourenço Marques, em 1896.

¹⁰ Ao tempo comandante da lancha «Sabre».

¹¹ Então capitão de artilharia.

¹² Então capitão de engenharia.

¹³ Comandante do vapor «Neves Ferreira».

¹⁴ Comandante da lancha «Capello».

da Costa ¹⁵, Sousa Machado ¹⁶, Eduardo Galhardo ¹⁷, Mouzinho de Albuquerque ¹⁸, Sanches de Miranda ¹⁹, Costa e Couto ²⁰, entre tantos outros.

Angoane, Marracuene, Chinavane, Coolela, Manjacaza e finalmente, Cheimite — eis os grandes momentos em que estes bravos, e os seus não menos bravos anónimos soldados, se bateram, nas florestas que bordejam o Incomáti e o Limpopo, para assegurar a soberania portuguesa nos distritos de Inhambane e Lourenço Marques, disputando-a aos cafres, aos buingelas e aos vátuas.

*

Militarmente Chaimite significa pouco.

Na verdade, os vátuas, após as pesadas baixas sofridas em Coolela e da perda do *krael* de Manjacaze, estavam derrotados, pelas armas e moralmente. O feito de Mouzinho de Albuquerque ao aprisionar o régulo Gungunhana «em presença», como se escreveu, «de três mil vátuas estupefactos», embora digno dos mais altos louvores pela audácia do cometimento, não foi mais que um golpe de misericórdia, mas *psicológico*, porque então os vátuas, assustadíssimos pelas derrotas sofridas (ou já completamente desinteressados do prosseguimento da luta sob um chefe como Gungunhana), não estavam capazes da menor resistência. Eram como crianças inermes. A guerra, efectivamente, tinha sido ganha, para os Portugueses, em Coolela e Manjacaze.

O objectivo deste artigo é o de dar publicidade a duas cartas em que uma testemunha visual relata como viu e viveu o quadrado de

¹⁵ Capitão do Estado-Maior.

¹⁶ Então major de Caçadores 3. Este bravo ciliar era tio-avô do Exmo. Senhor Doutor J. T. Montalvão Machado, actual secretário geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

¹⁷ Coronel de infantaria, o grande estratega de toda a campanha de Moçambique.

¹⁸ Então capitão de Lanceiros 1.

¹⁹ 1.º tenente de artilharia.

²⁰ Tenente graduado do exército de Africa.

Coolela. É seu autor o capitão Padre António Augusto Teixeira²¹, transmontano, e que foi o capelão de Sousa Machado e de Eduardo Galhardo. As cartas são escritas a um familiar e nelas conta miudamente os episódios heróicos do histórico combate.

Ouçamo-lo²²:

*Meu Padrinho*²³

CHICOMO 10-11-95

É provável que pelos telegramas dos jornaes tenha visto o bello resultado que as nossas tropas do 3²⁴ obtiveram no dia 7 sobre a melhor gente de guerra do Gungunhana; marchámos tarde, mas foi bello o successo.

²¹ O Padre António Augusto Teixeira, ou António Augusto de Castro Souto Maior Teixeira, como na juventude por veleidades de aristocrata, também assinava, descendia duma nobre e abastada familia do Alto Trás-os-Montes, e nascera em Chaves, em 12 de Novembro de 1858. Consta que era, por linha veronil, descendente (bisneto) de António de S. José e Castro, o famoso e tergiversante Bispo do Porto quando das invasões napoleónicas; era filho segundo de José da Encarnação de Castro Souto Maior Teixeira e sobrinho e afillhado do Doutor António Bernardo Teixeira, que fora nomeado por decreto real, de 21 de Abril de 1869, administrador do Concelho de Bragança, e mais tarde Governador do Distrito. Viveu a infância com este seu tio e padrinho; estudando depois em Bragança, Lamego e ordenando-se mais tarde em Braga; sabe-se que estudou ainda na Universidade de Coimbra, mas aí não concluiu qualquer formatura; ingressou no Exército e embarcou para Lourenço Marques com o posto de Capitão Capelão. Depois de regressar de África, entregou-se à politica e foi deputado. Inicialmente, ligou-se ao grupo dos monárquicos dissidentes, acompanhando os Viscondes de Pedralva e Ribeira Brava; sob o regime republicano, tornou-se um partidário fervoroso de Afonso Costa, com quem manteve prolongada correspondência; viveu quase sempre em Bragança, embora tenha sido senador em 1919, e Governador Civil do Distrito de Bragança, no mesmo ano; morreu, em idade avançada, em 28 de Maio de 1943. Cf. Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, VII, Porto, 1931, p. 550 e XI, Porto 1947, p. 546.

²² Respeita-se a grafia e a pontuação, introduzindo-se apenas as notas indispensáveis.

²³ Dirigia-se a seu tio e padrinho o Doutor António Bernardo Teixeira.

²⁴ Refere-se ao Batalhão de Caçadores 3, comandado pelo major Sousa Machado.

Eis como as cousas se déram — no domingo 3²⁵ formou a Columna de marcha, tendo á frente a Engenharia, logo a artilharia (4 peças), logo a 1.^a, 3.^a 4.^a Companhia de C.es 3, em seguida o esquadrão de Cavalaria (30 Cavallos) e por ultimo os pretos auxiliares, perto de 500 armados de espingardas, de azagaias, arcos e flechas.

Armado o altar na frente, disse-lhes missa e a força passou em revista pela frente do Coronel Comandante²⁶ com o Estado Maior.

Os que estavam de fóra disséram que era uma vista imponente, e que ao preto serve de muito pois lhe chama o feitiço do branco, que os livra das balas.

Na segunda feira seguinte marchou esta força levando 38 carros de bois carregados de mantimentos a munições de guerra. Acamparam a 16 kilometros de distancia²⁷; no dia 5 e no dia 6 não encontraram um único preto, no dia 7 de manhã quando estavam promptos para marchar²⁸ foram surpreendidos por oito mangas da mais valente gente do selvagem, calculam cinco a seis mil vatuas, foram batidos heroicamente; os nossos a principio um pouco precipitados no fogo, o que não admira por ser a primeira vez, que entra-

²⁵ Igualmente se refere a Caçadores 3; não é uma data embora o pareça.

²⁶ Trata-se do coronel de Infantaria Eduardo Galhardo.

²⁷ Mouzinho de Albuquerque, ao falar deste deslocamento de segunda-feira, dia 4, em carta publicada no periódico *Novidades*, de 7 de Janeiro de 1896, diz: «No dia 4, sahimos de Chicomo e fomos bivacar à langua de Inhalifatuana — a uns 15 kilómetros de distância. Marcha muito vagarosa por causa dos carros de bois. Ahi bivacámos em quadrado, é claro, e não houve novidade. A agua era horrorosa, perfeitamente amarella, côr de chá; Sousa Machado, menos prolixo, mais conciso, em carta publicada no *Diário de Noticias* de 10 de Janeiro de 1896, diz: «No dia 4 de Novembro, parti com três companhias do meu batalhão, seis boccas de fogo, vinte cavallos e oito homens de engenharia, tudo sob o commando do coronel Galhardo, de Chicomo sobre Manjacaze». Notar que há uma disparidade do número de peças de artilharia: António Teixeira refere 4 e Sousa Machado 6.

²⁸ A marcha do dia 7 estava fixada para as 6 horas da manhã, segundo a Ordem do Dia do coronel E. Galhardo.

vam em combate, serenaram em pouco e as descargas eram o mais eguaes e bem dirigidas possível.

Durou o fogo proximamente meia hora, fugindo os pretos em debandada e levando as cóstas os mortos e feridos que podiam: — á noite ainda houve de parte a parte uns tiros destacados, mas sem importância.

Os nossos tiveram actos de bravura que mais uma vez mostrou o muito que vale o soldado portuguez. Tivemos feridos o nosso Major no braço esquerdo²⁹, um alferes vindo d'Elvas no braço direito³⁰, o Capitão do Estado Maior n'uma perna³¹, um sargento e vinte e trez soldados, felizmente todos casos ligeiros e sem gravidade. Dos pretos não sabemos inda o numero exacto, porque, como lhe disse, teem o costume de levarem os mortos e feridos; calculam porem entre 400 e 500 os pretos fóra de combate.

Caçadores 3 não ficou atrás das outras forças, foi antes mais bravo porque se bateu com a flor da gente de guerra do Gungunhana. Lá continuam para a frente, não sabemos até onde Chegarão, se os comboios dos viveres puderem contiuar

²⁹ Trata-se do major Sousa Machado. Relata Mousinho de Albuquerque na sua carta já referida: «O major Souza Machado — uma belleza. Estava a cavallo quando foi ferido no braço esquerdo. Tinha passado ao pé de mim e disse-me: «Oh Mousinho, veja os meus rapazes como estão bem». D'ahi a pouco torna a passar a pé, pergunto-lhe eu: «Então morreu a sua gata?» (como elle chamava ao cavallo que montava). Respondeu-me: «Não, uma coisa n'um braço», e continuou até ao fim a animar os soldados, indo só depois tratar se».

³⁰ Tratava-se do alferes Costa e Silva, de Caçadores 3. Tomemos o relato pitoresco de Mouzinho de Albuquerque: «O Costa e Silva, da 1.^a companhia, com a omoplata atravessada por uma bala, cahiu de costas. Os soldados gritam: «Ai! o nosso alferes!» e tres da 2.^a fila correm para o levantar. Elle levanta-se só, corre-os à pranchada para a fileira e continua a mandar o fogo até que desmaiou e os maqueiros o levaram para o hospital de sangue».

³¹ Era Eduardinho da Costa. Socorramo-nos mais uma vez das palavras de Mouzinho: «O Costa, chefe do estado maior, passa ao pé de mim, fala-me, e d'ahi a pouco vejo-o agarrar-se á crina do cavallo; corri para elle e disse-me logo: «Ferida canonica na barriga da perna, não vale nada. «Foi para o hospital de sangue, onde se apeou».

a marchar é de crer os presigam até ao Limpopo, rio que é navegável até Lourenço Marques.

No Chicomo ficaram os soldados doentes, ficou o D.or Barbosa³², fiquei eu, ficou o Capitão Moniz, Alferes Carneiro e um tenente Almeida³³.

Corre como certo que depois do regresso da columna se fará uma inspecção rigorosa e marcharão para o reino os doentes³⁴ e o Estado Maior, oxalá assim seja.

Felizmente não começou ainda a chuva, temos relativamente um tempo fresco, pois que a temperatura baixou oito graus, ora se começam as suvas isto torna-se um pouco peór, é verdade que já hontem chegou quasi aqui uma lancha, trazendo mantimentos, e se continuarem a chegar aqui não há receio das chuvas.

Mais nada por hoje. Péço muitas saudades para todos, familia e Amigos e os meus bons tios lancem a sua benção ao seu Afilh.º.

Pde. Antonio

O Antonio está já prompto das febres³⁵.

³² Era médico, mas parece que não esteve em Coolela, onde apenas se consignaram os nomes dos drs. Monteiro e Rodrigues Braga, este médico naval e delegado da Cruz Vermelha.

³³ O capitão Moniz, o alferes Carneiro e o tenente Almeida parece que nunca chegaram a sair do acampamento-base do Chicomo.

³⁴ O relatório oficial do major Sousa Machado dá as baixas sofridas em Coodela assim: «Das tropas européas houve 5 mortos e 27 feridos, incluindo 3 officiais. Dos nossos auxiliares ficaram feridos 9». Por qualquer razão o nosso capelão omite os mortos.

³⁵ O capelão refere-se a si próprio nesta forma infantil, tratando-se na 3.ª pessoa. Apesar de ter já 37 anos de idade! Contraíra qualquer tipo de paludismo logo que desembarcara em Lourenço Marques.

Passemos já à segunda carta.

Meu Padrinho

ACAMPAMENTO NO CHICOMO 17-1-95

Na minha ultima disse-lhe eu que as nossas tropas alcançaram no dia 7 uma victoria completa sobre o gentio, victoria que em Lourenço Marques, em Inhambane e parece que mesmo em Lisboa, se julgava impossivel; foi portanto um feito que a todos deverá ter surpreendido. Em Inhambane quando souberam da ordem de marcha, julgaram a todos perdidos, felizmente Deus esteve com elles sempre: até os dias correram frescos, que até então marcavam 42 graus. O Gungunhana terrivel, temivel e forte desapareceu, e não mais aparecerá se o governo olhar por isto com cuidado na administração e na politica³⁶. Hontem houve reunião da junta de saude, que mandou seguir para o reino os feridos e alguns doentes, entre aquelles vai o cabo Camello³⁷, ferimento no pescoço sem gravidade; e entre estes uns sargentos que nunca deviam ter vindo³⁸, dos mais inda nada sabemos, a cada momento esperamos ordens do Ennes, que dizem tambem nos julgou perdidos. O combate foi no dia 7 n'um ponto chamado Coolella, distante de Manjacaze 8 kilómetros, no dia 11 marcharam sobre Manjacaze que bombardearam, queimaram, saquearam e arrasaram por completo. Por curiosidade mendo-lhe o nome das Mangas q entraram em fogo — Zeiamba incuis (fidalgos valentes) Commandados pelo filho mais velho do Gungunhana — Mabacabuco (rtaiçoeiros que fazem

³⁶ Noçe-se a lucidez politica desta asserção.

³⁷ Transmontano, de Vinhais.

³⁸ Refere-se certamente a casos de tuberculose pulmonar, frequente entre a tropa expedicionária.

ciladas) commandados por Cubana, velho Guerreiro de origem Zulla — Mbanja (Saqueadores) commandados por Inhagemaganja, filho mais novo do Gungunhana — Zinha-ne-má-chópe (passaros brancos) — Nhatemambaza (buffalos) Zei-amba-nhana (homens que não colinam nem trabalham as terras — Mabalandas que (não voltam as costas.

1.º Chefe de Guerra — Maquiqane, 2.º Chefe Machóqué ambos da raça landim: morreu o 2.º e ficou ferido o 1.º, todas estas informações foram colhidas dos prisioneiros, feridos.

O numero dos atacantes foi, segundo os calculos mais provaves entre 15 e 20 mil pretos, perfeitamente armados³⁹, e bem dirigidos, pois se dirigiam principalmente par a face mais fraca do nosso quadrado.

As baixas nos pretos subiram a mais de mil entre mortos e feridos, pois o campo ficou estrumado de mortos, sendo alguns d'estes a 15 metros das nossos forças, e outros a grandes distancias.

Foi inquestionalmente o melhor feito d'África na actualidade.

Não sei o que se terá passado lá por casa, as cartas demoram-se tanto tempo, que a tranqulidade q nos traz uma breve desaparece. Estão talvez em redor da braseira para temperarem o rigor da neve, e nós aqui estamos dentro d'um forno, verdade é que não está constantemente aceso, mas quando abre a bocca faz marcar ao thermometro, (como lhe disse) entre 38 e 40 graus.

Fizeram já as colheitas, como se portou a terra da 'eira do Garcia'?⁴⁰. E que tal de vinho? Quem apanhasse aqui o vinagre natural? Um copo teria um valor incalculavel.

³⁹ Os vátuas que atacaram em Coolela estavam armados com cerca de 2 000 espingardas Martini-Henry e Snider. As espingardas dos expedicionários portugueses eram as famosas Kropatschek cuja bala, como se dizia, «dilacera as carnes e esmigalha os ossos que attinge, deixando os como se fossem triturados».

⁴⁰ Refere se a uma bela propriedade recentemente adquirida por seu tio e padrinho, a norte de Bragança, e afamada pela qualidade do cereal que produzia.

O Alvaro⁴¹ inda não fez exame? Oxalá que no meu regresso esteja já aprovado.

Desejo que todos tenham passado bem e que dos de fóra⁴² haja boas notícias, peço para elles muitas saudades, muitos cumprimentos para os visinhos Amigos e os meus bons tios lancem a sua benção ao seu Afilh.^o

Pde. Antonio

Eis pois, nestas duas cartas, o testemunho do capelão de Coolela. A informação *histórica* que nelas se contem não é tão abundante, nem tão inédita que permita uma revisão do nosso conhecimento do famoso combate; tem, no entanto, uma qualidade notável a frescura da notícia, o immediatismo do relato⁴³. Depois há, pelo menos, outros dois pontos para que devemos chamar a atenção:

- a) A linguagem usada em relação aos inimigos;
- b) A preocupação, ainda que a título de *curiosidade*, de registar o nome das mangas⁴⁴ e dos chefes inimigos.

Conquanto o autor das cartas se refira sempre aos «mais valentes» à «flor da gente de guerra», não deixa de os designar comumente por «pretos» (onde encontramos uma conotação rática) e de dizer, até, que os corpos caídos dos inimigos no terreiro do combate o estrumavam, esta desapiedade por parte do sacerdote é estranha aos nossos olhos

⁴¹ Refere-se a seu primo Álvaro Carneiro de Castro Teixeira que faleceria na flor da mocidade no ano seguinte.

⁴² Refere-se a seu tio Joaquim Cândido Souto Maior, mulher e filho, ao tempo no Brasil.

⁴³ Os Relatórios publicados em forma de carta por J. Sousa Machado e Mousinho são já de 1896.

⁴⁴ Não se deve confundir *mangas* com *impis*. Efectivamente a *manga* era uma unidade de combate muito mais pequena. A *impi* possuía uma força de 1 550 homens. A calcular por Coolela, e admitindo que era 8 *impis* as forças dos atacantes, teremos um número de 12 000 atacantes, para mais, o que nos poderá levar até a um total, contando com todo o tipo de auxiliares, até aos 13 000.

de hoje, talvez o não fosse se lá estiveramos e fossemos combatentes. De qualquer foma é o testemunho de uma mentalidade datada.

O traço etnográfico e histórico da referência ao nome das mangas vátuas tem sobretudo importância por esta porvir dum inquérito imediato ⁴⁵ e por esse inquérito estar no espírito do Capelão.

*

Para o conhecimento da mentalidade do Capelão há, nestas cartas, elementos curiosíssimos: *Fizeram já as colheitas, como se portou a terra de 'eira do Garcia'?* — O padre não escondia sob a sotaina o fundo de montanhas e lavrador. Para mais, entendia 'etnologicamente' que a missa, para os pretos não era mais que o 'feitiço do branco que o livra das balas'.

⁴⁵ Cf António Ennes, *A Guerra d'África em 1895*, Lisboa 1898, p. 506, telegrama recebido por António Ennes: «Um vátua ferido e prisioneiro declarou que foram oito as mangas atacantes, sendo dirigidas pelo chefe de guerra Machamene; que entre outros chefes estavam os filhos do Gungunhana, Godide e Inhama, e seu tio Queto; que o regulo estava reunindo mais forças para nos atacar novamente».

Mãe Padriente

Chicoma,
10/11/75

É provavel que pelas Telegra-
mas dos jornais tenha sido o
bello resultado que as nossas
tropas de 3 obtiveram no dia
7 sobre a multar grande de
guerra de Gungunhana;
marchamos tarde, mas foi
bello o successo.

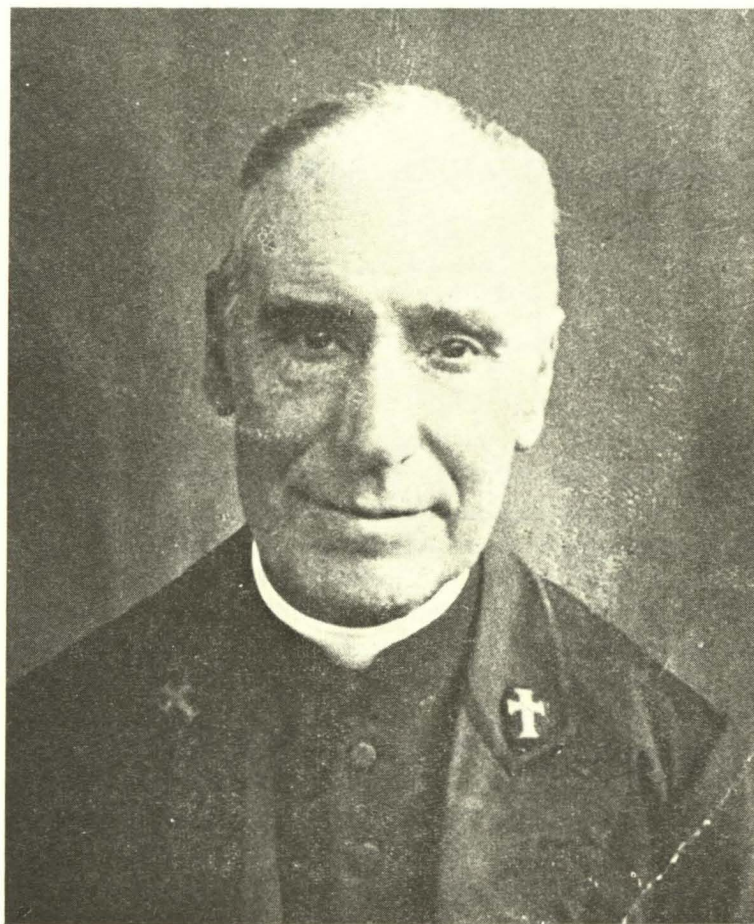
São como os couros se dizem =
no domingo passado 3 formou
a Columna de marcha, sendo
à frente a Engenharia, logo a
artilleria (4 peças), logo a t.^a

Alto Padrinho

Alto Padrinho

17/11/55

Na minha ultima des-
coberta eu que as novas tropas al-
cançaram no dia 7 uma victoria
completa sobre a gente, victoria
que em Descurcio e Marquez, em
Inhambane e parece que mesmo
com Lichoa, se fuzeram impatti-
vel; foi portanto um feito que
a todos devera ter surpreendido.
Com Inhambane quando saubera-
ram do ordem de marcha, fuz-
garam a todos perdidos, feliz-
mente Deus esteve com elles sem-
pre; ate os dias correram fuzcos,
que ate entao marcavam 42



O P.º Capelão A. A. C. S. M. Teixeira, aos 70 anos de idade

UMA CURIOSA CARTA RÉGIA DE D. JOÃO III

pelo sócio efectivo

J. T. Montalvão Machado

Noutros tempos, quando frequentávamos o liceu e a universidade, acontecia frequentemente passarmos as férias em aldeias de Trás-os-Montes. Depois das vindimas, quando começavam a cair as primeiras chuvas, costumávamos dar umas voltas pelos soutos dos castanheiros, para ver se as castanhas já *pingavam* dos ouriços. Acontecia porém que às vezes os ouriços ainda não *arreganhavam* bastante, e, por mais que procurássemos, não encontrávamos por terra os saborosos frutos. Em compensação, à força de olhar para o solo, achávamos alguns cogumelos comestíveis, ou *níscarros*, como lá lhes chamam, que levávamos para casa e eram dum sabor delicioso, nada comparável com o gosto insípido dos cogumelos de cultura.

Vem esta recordação a propósito duma surpresa que tivemos, quando, nos velhos cartapácios, procurávamos quaisquer notas ou indícios de doença, que nos pusessem na peugada do diagnóstico ou causa de morte de el-rei D. João III. Não encontramos nada daquilo que tanto desejávamos, mas, em compensação, surgiu-nos, diante dos olhos, uma carta régia, cheia dos mais apetitosos cogumelos.

Lemo-la com toda a curiosidade, e tanto interesse lhe notámos que resolvemos copia-la e fotocopia-la, das folhas 29 verso e 30, do Livro 13.º, da *Chancelaria de D. João III*.

A margem tem este documento o seguinte título: *bastiam de faria carta de mulla*. E, por mais estranho que pareça, certo é que esta carta régia diz respeito a um animal de raça muar.

Assim reza a carta:

«Dom João etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que bastiam de faria escudeiro morador em villa do conde me enviou dizer que lhe cortaram os narizes em hu arruido e pozeram outros do braço direito em lixboa em casa de João Francisco e que por ser cousa artificially lhe ficaram as ventas tapadas que não pode desfolegar, e asy ficara manco do braço direito polo que he do corpo muyto mall desposto pedindome por merce que houvesse por bem lhe dar licença para andar em mulla ou faca e visto por mym seu requerimento me praz dello porem ho notefico asy a todos meus corregeedores juizes e justias e lhes mando que deixem ao dito bastião de faria andar em mulla selada e emfreada ou faca posto que no tenha cavallo sem lhe acerca dello poer duvida nem embargo algum por quanto lhe dou pa elo licença sem embargo de mynhas ordenações e defesa. Dada em a mynha villa de montemor o novo a XXIII dias dabrill Jorge Da fonseca a fez Ano de nosso sor Jesus X.º de mill de XX b».

Tal é a curiosa *carta de mulla*, que nos convida a deter por alguns momentos, para desfiar algumas considerações pertinentes, que assim vamos resumir.

1.º — Esta carta foi passada por D. João III, a requerimento de *bastiam de faria*. Quem fosse esta personagem não sabemos nós, mas é possível que este escudeiro, residente no Entre-Douro-e-Minho, que assim obtinha honras e dignidade do rei Piedoso, pertencesse à nobre linhagem dos Farias. Era esta família conhecida desde os alvares da nacionalidade e ficara sobretudo notabilizada desde que Nuno Gonçalves de Faria, com o sacrificio da própria vida, no tempo do rei D. Fernando, salvou o seu castelo, no sopé do monte da Franqueira, subúrbios de Barcelos.

É de notar que a carta régia foi passada a *bastiam*, devendo entender-se por este nome próprio a abreviatura do nome *Sebastião*, o que aliás era comum na época. Efectivamente, algumas décadas depois, no tempo de el-rei D. Sebastião, correram umas moedas de prata, com a imagem de S. Sebastião, às quais se dava o nome de *bastiões*.

2.^a — Não nos deve surpreender que, já naquele tempo, Vila do Conde fosse habitada por cavaleiros e escudeiros. Efectivamente, a aristocrática praia dos tempos modernos, tão procurada por poetas e escritores, já na 1.^a dinastia dava residência a D. Afonso Sanches, aquele filho natural que el-rei D. Dinis tanto amava.

Este bastardo, tão detestado por seu irmão, o rei D. Afonso IV, tinha casado com D. Teresa Martins, filha do 1.^o Conde de Barcelos, D. João Afonso Telo de Meneses, e neta de Sancho IV, rei de Castela. A despeito de tantas lutas e exílios sofridos, conseguiram D. Afonso Sanches e sua mulher recolher a Vila do Conde, onde, já no tempo de el-rei D. Dinis, haviam feito construir o majestoso Mosteiro de Santa Clara, que serviria de panteão para os doadores e algumas outras pessoas ilustres.

Não admira por isso que, desde o século XIV, Vila do Conde albergasse famílias da mais alta estirpe, característica de fidalguia, de que ainda hoje se orgulha a formosa praia da foz do Ave.

3.^o — Começou Bastião de Faria, no seu requerimento, por se queixar dos maus efeitos dum *arruído* ou motim, em que tomou parte, porque lhe cortaram os *narizes*. De facto, só lhe podiam ter feito o corte ou amputação dum nariz, porque mais não tinha. Devemos todavia acrescentar que ainda hoje, entre o povo, se ouve esta expressão — *asoa-me esses narizes!* — quando se vê uma criança com o muco à vista. Trata-se duma confusão da parte com o todo, porque efectivamente cada indivíduo tem duas fossas nazais, mas um só nariz.

4.^a — Disse mais o mesmo requerente que, em Lisboa e em casa de João Francisco, lhe puseram outros *narizes*, tirados do braço direito.

Esta é a revelação mais importante da curiosa *carta de mula*. O quê!... uma reconstrução do nariz, por meio duma autoplastia, em pleno século XVI? Pois foi assim mesmo, segundo diz a carta régia de D. João III.

Explanemos um pouco o assunto.

A aprendizagem da Anatomia e a prática da Medicina e da Cirurgia, são naturalmente tão antigas como a própria humanidade. Crê-se que certas operações, como a trepanação craneana e a extracção dos

fetos através da parede abdominal veem de remotos tempos. Acerca da operação cesareana, por exemplo, apenas subsiste esta dúvida: foi a operação que tirou o nome do primeiro dos imperadores Cesares, de Roma, o qual veio ao mundo por meio deste processo operatório, ou foram antes os Cesares que tiraram o nome da operação, que consiste em *caedere*, ou cortar, a parede do abdomen e a parede do útero? Plínio, o célebre naturalista romano, autor da notável *História Natural*, disse que o primeiro Cesar tirou o nome da operação que o trouxe ao mundo.

Todas estas operações, como as autoplastias, são muito antigas, mas não tinham entrado na prática corrente, pelos frequentes fracassos a que expunham. Foi preciso que viessem as anestésias pelo éter e pelo clorofórmio, nos meados do século passado, e o conhecimento das bactérias e da assépsia, algumas décadas depois, para tais operações passarem a ser executadas com muito melhores resultados, entrando por isso na prática corrente.

Pelo que diz respeito à autoplastia nasal praticada em Lisboa, no tempo de D. João III e na pessoa de Bastião de Faria, cumpre lembrar quatro factos:

- a) A pouca eficiência do ensino cirúrgico, que se vinha fazendo na Universidade;
- b) A fundação do Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, em 1492, o qual viria a ser um dos mais importantes estabelecimentos hospitalares da Europa;
- c) A obrigação, imposta pelo sempre previdente e glorioso rei D. Manuel I, em 1504, de os cirurgiões do Hospital de Todos-os-Santos, ensinarem, dia a dia, toda a prática de cirurgia, aos mancebos que ali comparecessem para tal aprendizagem;
- d) O início dum curso, assim obtido, que foi primeiro de dois anos e depois de cinco anos, o qual funcionava numa enfermaria própria e foi o precursor dos modernos hospitais escolares.

Por isso, 21 anos depois, podia Bastião de Faria ser operado de autoplastia nasal, em Lisboa, em casa de João Francisco, o qual seria naturalmente um cirurgião da escola do Hospital de Todos-os-Santos.

5.^a — É fácil de calcular a manobra que o cirurgião João Francisco operou na pessoa do escudeiro Bastião de Faria, de Villa do Conde. Provavelmente, ter-lhe-ia fixado a mão direita à nuca, por forma que o ante-braço direito ficasse encostado à face. Depois dissecaria no mesmo ante-braço um retalho de pele, que continuaria preso por uma das extremidades. Esse retalho seria justaposto à parte faltosa do nariz e aí fixada, onde iria criando raizes nos dias imediatos. Alguns dias depois, num segundo acto operatório, seria cortado o pedículo do retalho, que o ligava ao ante-braço e o membro superior direito readquiriria a sua liberdade de movimento.

6.^a — Porém, segundo disse a el-rei o padecente, em seu requerimento, a operação não conduziu aos melhores resultados, porque ficara com as *ventas tapadas* e *manco* do braço direito.

Nada disto nos deve surpreender, porque, como acima se disse, os cirurgiões dos séculos passados ignoravam a anestesia e a assepsia, e os seus operados infectavã-m-se, criavam abscessos e expunham-se a várias complicações, que comprometiam a vida futura. Foi o que aconteceu no braço direito de Bastião, donde foi retirado o retalho cutâneo para a autoplastia, e por isso ficou *manco* do mesmo braço. Além disso, o retalho, colocado sobre as fossas nasais, *retraiu-se*, ao mesmo tempo que se operava a cicatrização, e por isso o operado ficou *com as ventas tapadas, não podendo desfolegar*, ou respirar.

7.^a — Nestas condições, Bastião de Faria viu-se notavelmente diminuído nas suas capacidades fisiológicas. É provável que precisasse de deslocar-se, para ir visitar as suas terras, mas não o podia fazer, porque tinha o *corpo muito mal disposto*, e então ele viu-se forçado a requerer a el-rei, seu senhor, que lhe desse licença para andar em *mulla* ou *faca*. E ocorre perguntar: como e porquê seria preciso obter autorização régia para andar de mula ou faca? Isto carece duma explicação e de correspondente legislação.

8.^a — Na Antiguidade Clássica, como na Idade Média, era principalmente com cavalos que se formavam e mantinham os grandes impérios. Daí vinha a necessidade de os reis, os nobres e fidalgos se empe-

nharem em conseguir que as camadas populares se dedicassem à criação do gado cavalari. Era com esta criação, obtida em tempo de paz, que se contava para dar montadas aos cavaleiros, os quais, em corridas, cargas, cercos, escaramuças e batalhas, se batiam, à lança e à espada, com as hostes inimigas.

Mas era preciso contar com uma manifesta oposição de interesses, que havia, nesta matéria, entre as classes privilegiadas e as camadas populares. Efectivamente, se a criação de cavalos convinha às classes privilegiadas, principalmente interessadas na realização e condução de lutas e batalhas, pelo contrário, a população campestre preferia a criação de gado muar, mais conveniente para as fainas diárias, dos transportes e arroteamentos dos campos.

Sem dúvida, o cavalo é mais veloz, mais ardente e mais garboso do que o macho ou mula, e por isso mais próprio para fazer a guerra, e mais adequado para as grandes cerimónias em tempo de paz. Mas, para obviar às necessidades quotidianas, para o transporte de pessoas e mercadorias, para o serviço de tiro, para arrotear os campos, as populações preferiam entregar-se ao cruzamento dos gados asinino e cavalari e trabalhar com machos e mulas. É que estes produtos híbridos são mais resistentes ao trabalho e mais sóbrios, quanto à qualidade de alimentação.

O esclarecido lavrador, Dr. Rui de Andrade, que, com toda a proficiência, se dedicou à criação de solípedes, escreveu: «Algumas dessas muares são muito vivas e trotam como cavalos. Eu tive algumas, que faziam melhor serviço que os bons cavalos»¹.

Havia pois, em tempos passados, uma manifesta divergência de interesses, entre as classes privilegiadas, que desejavam a criação de cavalos, e as classes trabalhadoras que preferiam cruzar as espécies asinina e equina e utilizar os serviços do gado muar.

9.^a — Desta oposição de interesses nasceram as disposições dos governantes, que proibiam ao povo que cavalgasse machos ou mulas, permitindo-lhe apenas que montasse outros solípedes.

¹ Rui de Andrade, artigo *O Burro*, in *Boletim Pecuário*, n.º 1, ano VII, Lisboa, 1939, pág. 20.

Andar de mula era um luxo e uma honra, apenas consentidos às pessoas reais, aos prelados, altos eclesiásticos e chefes militares, como a História nos mostra em tantas das suas páginas.

Foi montada numa mula que a rainha Santa Isabel correu, do seu paço em Lisboa, para Alvalade, a fim de conseguir as pazes entre seu marido e seu filho mais velho, o infante herdeiro, D. Afonso, mais tarde Afonso IV². Era montado em mulas que o Santo Condestável se deslocava, nas mais diversas andanças para prover à segurança do reino³. E era ainda «de braços cruzados, os olhos no Céu e as rédeas da mula lançadas em bñnda», que Fr. Bartolomeu dos Mártires caminhava pelas ásperas serranias de Barroso⁴.

10.^a — Não se pense que a restrição da criação e uso do gado muar consistia apenas na manutenção de normas consuetudinárias, que os usos e costumes confirmavam e continuavam. Não, a obrigatoriedade da criação e emprego do gado cavalari, em detrimento do gado muar, fez parte, durante alguns séculos da nossa legislação, como vamos ver.

Atendendo aos muitos prevericadores, que insistiam na criação e emprego das mulas, em completo desrespeito às ordens dos senhores reis e suas autoridades, resolveu el-rei D. Fernando publicar uma lei, cujo n.º 6 era assim concebido:

«6 — Outro sy mandamos, que quaeesquer outros, posto que nom sejam de condiçom de cada hum dos sobreditos, nem nossos vassallos, nem doutros, afora Clerigos d'Ordees Sagras, que trajem ou querem teer mua de sella, que tenham os ditos cavallos, sob pena de perderem as muas, que teverem».

Esta disposição fernandina ingressou no século seguinte nas *Ordenações Affonsinas*, onde vamos encontra-la, inserta no Título CXVIII, do Volume V.

² *Crónica de D. Dinis*, ed. de Carlos da Silva Tarouca, Coimbra, 1947, Cap. 43.

³ Fernão Lopes — *Crónica de D. João I*, Vol. I, Cap. CLXXX.

⁴ Fr. Luís de Sousa — *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, Liv. III, Cap. V.

Vê-se assim que o escudeiro Bastião de Faria não se sentia suficientemente qualificado para poder andar de mula e visitar as suas propriedades no termo de Vila do Conde. E assim requereu licença régia, e obteve-a, para poder cavalgar animais de gado muar.

Todavia, havia pessoas menos respeitadoras das leis, que, sem serem pessoas de alta qualidade, ousavam transportar-se em mulas, como quaisquer prelados ou chefes militares. Estes abusos levaram el-rei D. João III, em 1534, isto é, 9 anos depois da licença concedida a Bastião de Faria, a publicar um diploma, de ordem geral, assim concebido ⁵:

«A quantos esta minha carta de ley e ordenação virem faço saber, que sendo eu certificado das muytas mulas que ha em meus reynos, e senhorios, e como meus vassallos e naturais se lanção de ter cavallos por andarem nellas, e olhando quão devido como he correger e emmendar tão mau custume, pollo muyto que cumpre a meu serviço e bem dos ditos meus reynos e senhorios aver nelles antes muytos cavallos do que as ditas mulas, e que todos meus vassallos e naturaes sejam acostumbrados a andarem nelles, para milhor me poderem servir, e por outros muytos justos e honestos respeitos que me movem, por esta minha ley e ordenação ordeno e mando, que do primeyro dia do mes de julho do anno que vem de 1535 em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, calidade, e condição que seja, assy homens como molheres, não possão andar nem andem em mula, nem em macho [.....]. Dada em a cidade de Evora a dous dias de Novembro. Pero Fernandez a fez de mil e quinhentos e trinta e quatro».

11.^a — Estas disposições, contrárias à criação de machos e mulas, assim se mantiveram, durante séculos, para obrigar as populações dos campos à criação de cavalos, tão necessários em tempo de guerra, para defender a nação.

Esta maneira de pensar e agir só findou em 1581, quando Filipe II ordenou que os portugueses criassem e montassem as cavalgaduras que entendessem. Efectivamente, assim se estipulava nos Ordenações Filipinas ⁶:

⁵ Francisco de Andrade — *Chronica do Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey destes Reynos Dom João o III deste Nome*, Coimbra, 1786, Cap. I, pág. 2.

⁶ *Ordenação e Leis do Reino de Portugal*, Coimbra, 1833, Vol. I, Livro I, pág. 377.

«E quando algum Tabelião, ou Scrivão for fora do lugar tirar inquirição, ou fazer outro negocio, se levar besta sua e moço, levará para si e para mantimento da besta e moço dous tostões por cada dia qua andar fora de sua casa».

Isto deixa supor que os tabeliães se podiam transportar em qualquer besta ou cavalgadura, cavallo, mûar ou jumento.

É fácil de calcular a razão por que Filipe II autorgou aos portuguezes a liberdade de escolherem, criarem e utilizarem as montadas que quisessem: era porque nada lhe interessava o fortalecimento militar dos seus súbditos, neste ocidente peninsular, antes lhe interessava o seu enfraquecimento.

12.^a — Uma última referênciã nos merece ainda a carta régia de D. João III. Autorizou este monarca que Bastião de Faria se deslocasse em mula ou *faca*.

Que devemos entender por *faca*?

O significado desta palavra diverge um tanto de dicionário para dicionário.

Para Rafael Bluteau, *faca* é um cavallo pequeno e membrudo, entendendo-se por *membrudo* que tem os membros grandes⁷.

Santa Rosa de Viterbo, em seu *Elucidário*, tantas vezes procurado para nos instruir sobre o significado de vocábulos caídos em desuso, não insere a palavra *faca*.

Reportando-nos aos tempos da nossa infância, devemos dizer que muitas vezes ouvimos aquêle termo. A lembrança que nos resta, é a de que, por *facas*, se entendiam cavalos de tamanho médio, vivos, andando com *passo travado*. É aliás, mais ou menos, o significado que ao mesmo termo atribuem autores modernos⁸.

Entendia-se por *passo travado* o andamento seguido por um solípede, quando levantava do solo simultâneamente os dois membros

⁷ R. Bluteau — *Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1789, pág. 591.

⁸ A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, no Vol. 10, pág. 805, diz que *faca* é «um cavallo pequeno, delgado, leve e magro, o mesmo que *hacaneia*». E no vol. 12, pág. 949, acrescenta que *hacaneia* é «uma cavalgadura de grandeza mediana, leve, mansa, e de formas elegantes, em que montavam outrora as mulherss e que *andava geralmente a passo travado*».

direitos, ou os dois membros esquerdos. Cavalgar em animais de passo travado «era um sinal de pimponice, que se exhibia nas feiras», como se diz nos romances de Camilo. Mas, para correr à desfilada, lutar contra o inimigo, e desferir as célebres cargas de cavalaria, em que Winston Churchill foi um dos últimos abencerragens, na guerra do Sudão, para isso, não serviam as facas, da passo travado.

Por isso, os nossos reis afonsinos e joaninos se interessavam pela criação de cavalos velozes, mas perseguiam a criação de mulas e facas, cuja utilização ficava reservada para as pessoas de excepção.

Tais foram as considerações que nos foram sugeridas pela leitura atenta duma carta régia de D. João III.

A História não deve consistir apenas na narrativa dos principais acontecimentos militares e políticos, que ocasionaram o engrandecimento ou decadência das nações; nem deve confinar-se também à descrição dos seus instrumentos de cultura e das suas fontes de riqueza pública; nem deve contentar-se tão pouco com a exposição das instituições oficiais. É preciso também lembrar os usos e costumes; atentar na maneira de ver, de sentir e de agir de cada classe constitutiva da nação; reconstituir o meio ambiente em que se desenrolavam as actividades dos homens e as vidas da famílias, e só assim poderemos *ver* a sociedade de ontem e compreender muitos acontecimentos que por vezes nos parecem inexplicáveis.

APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ANÁLISE POR ACTIVAÇÃO COM NEUTRÕES NA DETERMINAÇÃO DA PROVENIÊNCIA DE OBJECTOS COM INTERESSE ARQUEOLÓGICO

J. M. Peixoto Cabral

Laboratório de Física e Engenharia Nucleares, Sacavém

SUMÁRIO

Apresentam-se os resultados e conclusões de alguns trabalhos de análise química de certos objectos com interesse arqueológico, em particular de alguns trabalhos de análise por activação com neutrões, efectuados em diversos Laboratórios, tendo em vista o estabelecimento de critérios independentes dos métodos arqueológicos convencionais para determinar a proveniência dum dado objecto, ou de fragmentos de objectos.

A determinação da proveniência de objectos significativos do ponto de vista arqueológico tem em vista saber em que medida esses objectos foram permutados entre povos e, conseqüentemente, conhecer um pouco sobre a natureza desses contactos e sobre as suas motivações.

Nessa determinação o arqueólogo recorre em geral a sistemas de classificação baseados na forma, na decoração e em subtilezas de exe-

ção do objecto em estudo. Todavia, estes métodos tradicionais oferecem muitas vezes ao arqueólogo sérias dúvidas quanto ao rigor da determinação e, por isso, tem-se reconhecido muito vantajoso que, paralelamente, se utilizem outros métodos, independentes dos convencionais.

Esses métodos complementares são, por via de regra, métodos de análise química, baseados na premissa de que os materiais utilizados na manufactura de objectos têm composições químicas distintas consoante o lugar onde os objectos foram manufacturados, em resultado de diferenças nas condições geoquímicas que existiam nos diversos lugares, durante a formação desses materiais ou das matérias primas usadas na sua fabricação.

Nem todos os métodos de análise servem, porém, para determinar a proveniência de objectos com interesse arqueológico.

Para tal torna-se indispensável, dado o elevado número de fontes virtuais de matérias primas envolvidas na resolução de cada problema, que o método permita analisar simultaneamente um grande número de elementos, muitos dos quais estão presentes em quantidades muitíssimo pequenas.

É necessário, além disso, uma vez que muitos desses elementos se encontram em pequeníssimas quantidades, que o método seja sensível a essas quantidades.

Será vantajoso, por outro lado, embora não seja absolutamente indispensável, tendo em conta o elevado número de amostras a analisar, que o método seja suficientemente expedito para não se tornar fardioso.

É óbvio, por conseguinte, que em virtude destes requisitos só três métodos estejam a ser correntemente utilizados nestes estudos. São êles: a espectrografia de emissão, a análise instrumental por activação e a espectrometria de fluorescência de raios X.

1. Proveniência de objectos de cerâmica

O método de espectrografia de emissão, embora esteja fora do âmbito deste trabalho, merece distinção especial, dada a importância que desempenhou no desenvolvimento dos estudos sobre a proveniência

de objectos de cerâmica. Efectivamente, foi ele o método de análise escolhido há cerca de 15 anos por Catling e colaboradores (1-7), do Ashmolean Museum» e do «Research Laboratory for Archaeology and the History of Art», da Universidade de Oxford, para estabelecer critérios independentes dos métodos arqueológicos convencionais na determinação da proveniência de vasos de cerâmica, ou de fragmentos desses vasos.

Nessa altura o método de análise por activação não oferecia os atractivos que apresenta actualmente, pois não havia ainda espectrómetros gama de elevada resolução, o que obrigava o analista a efectuar separações químicas de espécies radioactivas, quase sempre muito delicadas e trabalhosas.

Catling e colaboradores, servindo-se dum espectrógrafo de emissão, procuraram primeiramente analisar uma série de fragmentos de vasos de cerâmica (cada um representando um vaso completo) recolhidos à volta de Micenas, centro da civilização micénica, e em Cnossos, centro da civilização cretense, lugares para os quais se pode admitir com um elevado grau de probabilidade que tenham sido centros de manufactura de cerâmica e onde, portanto, esses vasos devem ter sido produzidos.

Puderam desse modo verificar, com base nos resultados para nove elementos¹, obtidos na análise dalgumas centenas de amostras, que os vasos seleccionados da região do Peloponeso apresentavam, dentro do erro experimental, a mesma composição química, com excepção de dois encontrados na costa do golfo de Corinto, um dos quais tinha uma composição semelhante à dos vasos recolhidos em Cnossos. Como se considera inadmissível que durante a civilização micénica apenas um único lugar tenha abastecido de cerâmica todo o Peloponeso, Catling concluiu que as argilas usadas pelos oleiros em toda essa região devem ser suficientemente homogéneas no que respeita à sua composição para impedir que possam distinguir-se por espectrografia de emissão. Mais tarde verificou (7), contudo, que alguns vasos recolhidos em Pilos, na região sudoeste do Peloponeso, apresentavam uma composição que diferia das outras duas.

¹ Na, Mg, Al, Ca, Ti, Cr, Mn, Fe e Ni.

Os mesmos investigadores procuraram, por outro lado, utilizando o mesmo método, analisar outras séries de fragmentos de vasos recolhidos em diversos lugares para além dos limites do mundo Egeu, como por exemplo na Síria, no Egipto e em Chipre, a fim de, com base no conhecimento da composição das cerâmicas do Peloponeso, determinarem o grau de extensão do comércio feito pelos aqueus.

Não vamos comentar aqui estes interessantíssimos estudos da escola de Oxford, pois desse modo afastar-nos-íamos do objectivo fixado. Consideramos importante, todavia, mencionar ainda as suas investigações sobre 25 ânforas da idade do bronze, encontradas num palácio de Tebas, algumas das quais apresentam inscrições pintadas em escrita linear B, motivo porque o problema da determinação da sua proveniência se reveste de interesse especial.

Catling e colaboradores verificaram que os resultados da análise espectrográfica das amostras retiradas dessas ânforas não eram todos semelhantes. A sua comparação com resultados obtidos na análise doutras séries de fragmentos recolhidos em vários outros lugares levou-os a concluir que quase todas essas ânforas tinham sido manufacturadas na parte leste da ilha de Creta e que, por isso, teriam sido exportadas para Tebas. Apenas muito poucas, em particular as menos significativas do ponto de vista arqueológico, deveriam ter sido feitas na própria Grécia, algumas em Tebas e outras em localidades vizinhas.

Esta conclusão, cujo aspecto essencial consiste na indicação de que a escrita linear B teria sido criada em Creta, embora não propriamente em Cnossos, veio mais tarde a ser rejeitada pelo investigador francês Raison (8) com base numa alegada falta de sentido dos resultados obtidos pela escola de Oxford.

Segundo Raison, a sofisticação dos métodos de manufactura de cerâmicas tende para que se dê uma uniformização das suas composições em todas as regiões onde trabalhem oleiros que partilham uma cultura comum, isto é, tende para que a argila utilizada na manufactura dos vasos nessas regiões seja uma combinação de múltiplas matérias primas em proporções criteriosamente ponderadas e, portanto, para que a pasta apresente uma composição diferente das composições de cada argila natural. Nessa ordem de ideias, não vê que seja fácil estabelecer uma correlação entre a pasta e a argila natural característica

de cada lugar. Assim, segundo ele, mesmo que se conhecesse, por exemplo, a composição das argilas existentes próximo de Micenas e utilizadas pelos oleiros de Micenas na manufactura das suas cerâmicas, continuaria a desconhecer-se donde provinham os vasos de cerâmica com essa composição, uma vez que argilas semelhantes poderiam ter sido simultaneamente empregadas em diferentes áreas para manufacturar o mesmo tipo de vasos.

Catling (9) não atribui grande importância a este ponto e mantém que o seu objectivo nunca foi procurar saber como se chega à pasta mas sim mostrar se os produtos finais duma dada localidade podem ou não ser claramente distinguidos dos produtos finais doutra localidade, mostrar por exemplo se os vasos de Cnossos podem ser distinguidos dos de Micenas, sem se sentir obrigado a explicar porque são diferentes.

Note-se que já foi possível mostrar (e isso se deve ainda à escola de Oxford) que alguns fragmentos de cerâmica recolhidos em Lefcandi, colónia micénica, podem ser perfeitamente relacionados com a argila que está a ser utilizada hoje em dia numa fábrica de tijolos situada na mesma região, o que ilustra a homogeneidade dos produtos finais derivados duma dada fonte de argila, durante um período de tempo muito longo.

Catling foi, por isso, levado a admitir, tendo em conta a diversidade de produtos finais, que vai desde diferentes classes de cerâmica fina feita em 1300 a. C. e 750 a. C. até tijolos grosseiros fabricados em 1964 d. C., que deve ser muito improvável, ao contrário do que admitira Raison, que o tratamento a que é submetida a argila na manufactura de cerâmicas seja determinante da sua composição.

Mas deixemos a discussão que se estabeleceu sobre a validade do método utilizado pela escola de Oxford² e passemos aos trabalhos que foram efectuados usando o método de análise por activação, em particular o de análise por activação com neutrões.

As primeiras tentativas de aplicação deste segundo método de análise na determinação da proveniência de objectos de cerâmica foram

² Alguns pormenores desta discussão poderão encontrar-se num artigo publicado por Catlinga, referido na bibliografia.

feitas, como se disse já, em condições pouco favoráveis, por não se dispor ainda nessa altura de espectrómetros gama de elevada resolução. Todavia, isso não impediu que, durante essa primeira fase, iniciada em 1956, tivessem sido realizados neste domínio alguns trabalhos interessantes, os quais se encontram referidos na bibliografia (10-19).

Foi só cerca de dez anos mais tarde, em consequência do desenvolvimento dos detectores semicondutores de Ge(Li) e, portanto, da técnica de espectrometria gama de elevada resolução, que este método de análise passou a oferecer maiores possibilidades. Na verdade, o emprego desses detectores veio dispensar a realização de separações químicas, o que se traduziu numa enorme simplificação das operações, na possibilidade de se analisar um considerável número de elementos simultaneamente e numa apreciável redução do tempo dispendido na análise. Ao método praticado nestas condições dá-se usualmente o nome de método de análise instrumental por activação.

Um dos primeiros trabalhos de folgo realizado nesta segunda fase é da autoria de Perlman e colaboradores (20-21), da Universidade da Califórnia. Neste trabalho, ou melhor, nesta série de trabalhos, que são dos mais completos até agora efectuados, os referidos investigadores propuseram-se primeiramente obter resposta a diversas perguntas, de índole analítica, entre as quais as seguintes: Qual é a precisão do método de análise instrumental por activação com neutrões na determinação dos elementos constituintes dos materiais cerâmicos? Será ela suficiente para permitir diferenciar objectos de cerâmica de diversas proveniências? Quais os elementos mais indicados para fundamentar essa diferenciação?

Note-se que uma característica peculiar deste método de análise é a circunstância da sua sensibilidade na determinação quantitativa dos elementos químicos variar dentro de largos limites, sendo muito grande para alguns e muito pequena para outros. Repare-se, além disso, que o rigor com que cada elemento pode ser determinado por este método não está necessariamente relacionado com a sua abundância na amostra. Efectivamente, muitos dos elementos que se encontram presentes em concentrações muitíssimo baixas, da ordem de algumas partes por milhão (ppm), podem ser medidos por este método com muito maior rigor do que alguns existentes em percentagens elevadas. Daí o facto

do número de elementos analisados pelo método de análise instrumental por activação com neutrões, que estão presentes em quantidades mínimas, ser geralmente muito grande.

Perlman e colaboradores costumam analisar simultaneamente cerca de 40 elementos em cada amostra. Para fazer o seu diagnóstico sobre a proveniência de objectos de cerâmica baseiam-se no entanto, em apenas 18 ou 20³, em virtude de terem reconhecido que são os únicos cujas concentrações variam mais ou menos independentemente.

Esses investigadores verificaram que os erros das determinações podem ser minimizados através da preparação e calibração de padrões apropriados. Verificaram, além disso, que se os padrões e as amostras forem acondicionados, irradiados e medidos de maneira adequada, será possível obter resultados com uma reprodutibilidade de cerca de 0,6%, sempre que a precisão não seja limitada pela estatística das medidas das taxas de contagem.

Observaram, por outro lado, que o rigor absoluto das determinações dependia na maior parte dos casos do modo como se calibravam os padrões e que, para quase todos os elementos analisados, ele era melhor do que uns poucos dígitos por cento.

Obtidas as informações pretendidas do ponto de vista analítico, Perlman e colaboradores aplicaram então o método na análise dum grande número de fragmentos de objectos de cerâmica recolhidos em diversos lugares do Egipto, Mesopotâmia, Irão, Israel e Grécia.

Puderam desse modo verificar que, em geral, os objectos recolhidos no mesmo lugar possuíam uma composição química característica desse lugar. Observaram, além disso, que para alguns lugares era mesmo possível distinguir diferentes grupos de objectos, como aconteceu por exemplo com os objectos recolhidos no cemitério de Ballas, no Alto Egipto, os quais puderam ser distribuídos por dois grupos, caracterizados por diferentes composições químicas, consoante pode ver-se no Quadro I, onde por medida de simplificação se apresentam apenas os resultados da análise de cinco elementos.

³ Na, Al, Ca, Sc, Ti, Cr, Mn, Fe, Co, Ni, Rb, Cs, Ba, La, Lu, Hf, Ta, Th e U.

QUADRO I

Grupos de cerâmica recolhida em Ballas

	Mn	Lu	La	Fe(%)	Th
BAL 1	1151 ± 18	0,502 ± 0,016	32,86 ± 0,37	6,51 ± 0,06	6,80 ± 0,06
BAL 2	1269 ± 19	0,513 ± 0,016	31,33 ± 0,34	6,12 ± 0,06	6,65 ± 0,06
BAL 3	1209 ± 18	0,555 ± 0,016	33,28 ± 0,36	6,96 ± 0,06	8,20 ± 0,06
BAL 6	1178 ± 18	0,525 ± 0,017	30,90 ± 0,36	6,60 ± 0,06	6,49 ± 0,07
BAL 7	1250 ± 18	0,534 ± 0,017	32,96 ± 0,36	6,81 ± 0,06	6,91 ± 0,06
BAL 8	1228 ± 17	0,521 ± 0,016	33,52 ± 0,36	6,95 ± 0,06	7,60 ± 0,07
BAL 9	1059 ± 15	0,489 ± 0,016	31,54 ± 0,34	6,73 ± 0,06	6,79 ± 0,07
BAL 10	1154 ± 16	0,511 ± 0,016	35,66 ± 0,36	6,34 ± 0,06	7,72 ± 0,07
Média	(1871 ± 77)	(0,519 ± 0,022)	(32,76 ± 1,67)	(6,63 ± 0,35)	(7,15 ± 0,77)
BAL 12	350 ± 7	0,362 ± 0,014	37,69 ± 0,37	4,59 ± 0,04	9,90 ± 0,05
BAL 17	365 ± 5	0,334 ± 0,013	35,33 ± 0,33	4,41 ± 0,04	8,86 ± 0,06
BAL 18	387 ± 5	0,334 ± 0,013	38,32 ± 0,36	4,18 ± 0,04	10,08 ± 0,06
BAL 20	410 ± 5	0,325 ± 0,013	38,95 ± 0,37	4,55 ± 0,04	9,70 ± 0,06
BAL 21	372 ± 5	0,389 ± 0,014	40,27 ± 0,39	4,62 ± 0,04	10,18 ± 0,05
BAL 22	335 ± 4	0,378 ± 0,013	40,61 ± 0,39	4,58 ± 0,04	10,04 ± 0,06
BAL 24	454 ± 7	0,379 ± 0,014	37,48 ± 0,36	4,71 ± 0,04	9,32 ± 0,07
Média	(382 ± 45)	(0,357 ± 0,033)	(38,38 ± 1,99)	(4,52 ± 0,19)	(9,73 ± 0,55)

Os resultados estão expressos em partes por milhão, excepto para o ferro que vem expresso em percentagem.

Julga-se que os objectos a que corresponde a parte superior do Quadro I foram feitos com uma argila que é conhecida pelo nome de «lama do Nilo» e que os objectos correspondentes à série da parte inferior foram manufacturados com uma argila calcárea. Repare-se que esses dois grupos são perfeitamente distinguíveis e que a precisão das determinações não é responsável pela flutuação dos valores obtidos em cada grupo.

Verificaram, por outro lado, que as tampas de argila seca, mas ainda por cozer, encontradas a tapar algumas jarras recolhidas em cemitérios do Alto Egípto, e que, tudo leva a crer, devem ter sido postas nessas jarras entre a altura em que as jarras foram feitas e a altura em que foram colocadas nos cemitérios, apresentavam, mesmo depois de levadas a um forno a 900°C, uma composição química (Mn - 1277 ppm; Lu - 0,520 ppm; La - 33,92 ppm; Fe - 7,33%; Th - 6,76 ppm) análoga à da cerâmica manufacturada com «lama do Nilo». Este resultado confirma certos resultados obtidos por Catling, a que se fez atrás referência, e indica, portanto, que é de esperar que se encontrem correlações entre a composição de objectos de cerâmica manufacturados e a composição da argila que se utilizou na sua manufactura.

Outra aplicação interessante do método de análise instrumental por activação com neutrões, efectuada por Perlman e colaboradores (22), consistiu em averiguar se existia qualquer correlação de composições químicas entre cinco fragmentos de cerâmica recolhidos em Tel Ashdod, localidade situada próximo da costa sul de Israel e outrora cidade importante do povo filisteu, e alguns fragmentos de cerâmica recolhidos em Chipre, apresentando estilo micénico e estrutura muito semelhante à desses cinco. Neste estudo foi possível verificar que os tais cinco fragmentos, embora apresentassem um estilo idêntico ao dos recolhidos em Chipre, tinham uma composição química diferente. Verificou-se, por outro lado, que a sua composição era análoga à de fragmentos que apresentavam um estilo tipicamente filisteu, também recolhidos em Tel Ashdod mas em estratos superiores. Esses investigadores foram, por isso, levados a concluir que os objectos de estilo micénico recolhidos em Tel Ashdod devem ter sido manufacturados localmente. Com este exemplo fica, pois, bem ilustrado o perigo que existe em fundamentar a proveniência de objectos exclusivamente em critérios de estilo.

Perlman e colaboradores (23) procuraram ainda determinar a proveniência dum fragmento dum vaso de cerâmica recolhido em Chipre, que era um dos poucos exemplares desse tipo aí encontrados e que, por isso, levava a pensar que tivesse sido importado. A comparação dos resultados da análise por activação desse fragmento com os resultados de análises de cerâmicas recolhidas nesse lugar, bem como

em vários outros lugares fora de Chipre, eventualmente relacionados com este caso, permitiu, no entanto, concluir que o vaso teria sido feito na localidade onde havia sido encontrado. Na verdade, verificou-se uma boa concordância entre os resultados obtidos com o referido fragmento e as cerâmicas recolhidas em Chipre, sobre as quais não havia qualquer dúvida de terem sido lá manufacturadas, mas o mesmo já não sucedeu para os resultados relativos às cerâmicas recolhidas fora de Chipre. Esta descoberta revestiu-se de grande importância, pois veio levantar a dúvida sobre se as gentes que manufacturaram esse tipo de cerâmica teriam habitado Chipre 200 anos mais cedo do que a maior parte doutros indícios parece indicar, ou se a cronologia estabelecida para esse tipo de cerâmica estaria errada de quase 200 anos. Na bibliografia referem-se mais três trabalhos daqueles investigadores sobre o mesmo assunto (24-26).

Outros investigadores que têm aplicado correntemente o método de análise por activação com neutrões na determinação da proveniência de objectos com interesse arqueológico são Sayre e colaboradores, do Departamento de Química do Laboratório de Brookhaven. Um dos seus primeiros trabalhos (27) no domínio da cerâmica, realizados na segunda fase de aplicação deste método, correspondente ao emprego de espectrómetros gama de elevada resolução, consistiu em analisar 41 fragmentos de vasos, relacionados quanto ao estilo e recolhidos em três lugares da região meridional da Arábia e num lugar da Etiópia. Com base nos resultados da análise de onze elementos⁴ em cada um desses fragmentos foi-lhes possível classificar alguns desses vasos em diversos grupos, cada um com uma composição química característica de cada lugar. Puderam concluir, além disso, que nove vasos temperados⁵ com areia, recolhidos na Arábia, apresentavam uma composição idêntica à de quatro vasos também temperados com areia recolhidos na Etiópia. Dado que na Etiópia se encontram frequentemente vasos desse tipo, temperados com areia, e que eles são raros na região meridional da

⁴ Al, Sc, Cr, Mn, Fe, Co, La, Ce, Eu, Hf e Th.

⁵ Para evitar que as cerâmicas se rachem durante a secagem no forno, adiciona-se à argila um material não plástico (ou elas próprias já contêm esse material).

Arábia, esses investigadores concluíram que os vasos recolhidos na Arábia teriam sido transportados da Etiópia.

Sayre e colaboradores (28) efectuaram também alguns trabalhos sobre cerâmica maia, em particular sobre cerâmica fina alaranjada⁶, que é uma cerâmica relativamente luxuosa feita sem adição de qualquer material de têmpera e que tem sido encontrada dispersa em muitos centros cerimoniais dos períodos maia clássico e pós-clássico, cobrindo uma área bastante vasta. Os referidos investigadores mostraram que 45 fragmentos dessa cerâmica, abrangendo vários períodos e recolhidos em nove lugares, desde as terras altas da Guatemala até Chichen Itza no Iucatão e desde a província mexicana de Tabasco até às Honduras britânicas, apresentavam a mesma composição química⁷, salvo raras excepções que correspondiam a fragmentos encontrados em lugares das extremidades noroeste e leste do domínio maia (Tabasco e Honduras britânicas, respectivamente). Verificaram, além disso, que a composição desses fragmentos diferia da composição de fragmentos de cerâmica utilitária que também haviam sido recolhidos nalguns desses lugares. Esses investigadores concluíram, portanto, que a cerâmica fina alaranjada maia deve ter sido manufacturada num único centro de produção. Não conseguiram, todavia, localizar esse centro.

Sayre e colaboradores (29,30) procuraram ainda, noutra trabalho, determinar a proveniência de certos fragmentos de cerâmica recolhidos em escavações efectuadas na costa norte da Califórnia, algumas das quais na baía onde se supõe que Sir Francis Drake deve ter desembarcado na sua viagem à volta da terra, cerâmica essa que apresentava semelhanças com a cerâmica inglesa de North Devon do século XVI. Para isso efectuaram análises⁸ desses fragmentos, assim como de fragmentos de cerâmica de Devon recolhidos num forno de cerâmica, fragmentos estes de dois tipos, uns de cerâmica fina feita sem têmpera e outros de cerâmica grosseira a que se tinha adicionado areia como material de têmpera. Verificaram então que todas as cerâmicas inglesas

⁶ Cerâmica que em lingua inglesa é designada por «Fine Orange».

⁷ Esta composição refere-se a nove elementos, nomeadamente: Cs, Cr, Mn, Fe, Co, La, Ce, Eu e Th.

⁸ Neste caso os elementos analisados foram: Sc, Cr, Fe, Co, La, Ce, Eu e Th.

tinham composições químicas correlativas, que diferiam no que respeita às concentrações dos elementos analisados, as quais eram 15% mais baixas na cerâmica grosseira do que na cerâmica fina, mas que coincidiam para cada um dos tipos de cerâmica. Este resultado foi interpretado admitindo que ambas as cerâmicas tinham sido feitas com a mesma argila e que a areia adicionada para temperar a cerâmica grosseira havia exercido um efeito de diluição dos elementos constituintes da argila, expresso por um factor de 0,15. Verificaram, por outro lado, que a maior parte dos fragmentos de cerâmica semelhante, encontrados na América, tinham uma composição idêntica à da porcelana inglesa de North Devon, o que confirma que eles devem ter sido importados desse lugar. Observaram, no entanto, que outros fragmentos apresentavam uma composição diferente, entre os quais os fragmentos recolhidos na designada baía de Drake.

Outro trabalho do mesmo laboratório, mas efectuado por Harbottle (31), consistiu numa tentativa de confirmar os resultados obtidos por Catling no estudo de fragmentos de cerâmica recolhidos em Micenas e em Cnossos, recorrendo desta vez ao método de análise instrumental por activação com neutrões. Os fragmentos examinados foram, portanto, alguns da colecção já estudada em Oxford. Os elementos analisados é que foram outros, consoante se mostra no Quadro II, onde se indicam também as ordens de grandeza das suas concentrações. Harbottle verificou que, salvo duas excepções, os fragmentos de cerâmica recolhidos

QUADRO II

Elementos analisados em cerâmicas e ordem de grandeza das suas concentrações (referidas aos óxidos)

Concentração	Espectrografia (Catling)	Análise por activação (Harbottle)
λ 10%	Ca, Al	—
1 — 10%	Mg, Fe	Fe
0,1 — 1%	Na, Ti	—
0,01 — 0,1%	Cr, Mn, Ni	Cr, Ni
10-100 ppm	—	Sc, Co
1-10 ppm	—	Cs, Eu, Hf, Ta, Th

em Micenas apresentavam uma composição característica, que os de Cnossos possuíam outra composição característica e que essas duas composições diferiam significativamente no que respeita às concentrações de crómio e níquel e menos acentuadamente quanto à concentração de cobalto. Ficou desta maneira uma vez mais demonstrada a conclusão estabelecida anteriormente por Catling de que é possível distinguir convenientemente a cerâmica de Micenas da cerâmica de Cnossos, conclusão essa que havia sido posta em dúvida pelo investigador francês Raison.

Um terceiro grupo de investigadores que tem estado envolvido na realização de estudos sobre a proveniência de cerâmicas usando o método de análise instrumental por activação com neutrões é o de Aspinall e colaboradores (32), da Universidade de Bradford, os quais num trabalho preliminar, realizado em 1968, procuraram examinar os espectros gama de fragmentos de cerâmica irradiados, recolhidos em diversas escavações de fornos de cerâmica inglesa da época medieval, a fim de poderem determinar a proveniência de cerâmicas recolhidas noutros lugares. Não foram, todavia, publicados posteriormente quaisquer resultados sobre o prosseguimento desse trabalho.

Recentemente, alguns investigadores italianos (33) utilizaram o mesmo método para determinar a composição química dalguns fragmentos de cerâmica (Terra Sigilata) samiana que, segundo indícios de natureza arqueológica, haviam sido distribuídos por dez grupos, sete dos quais se supunha terem sido produzidos em Arretium (Arezzo), um havia sido recolhido em Apamea, na Síria, outro provinha de escavações feitas próximo de Cremona, na Itália, e o restante era considerado como pertencente ao período designado por «último italiano». O seu objectivo consistiu em examinar o grau de uniformidade da composição das cerâmicas de Arretium, comparativamente à composição de cerâmicas de grupos de origem diferente, e observar se haveria também diferenças de composição entre as cerâmicas dos sete grupos de Arretium, em concordância com os inícios de natureza arqueológica. Os resultados obtidos neste estudo permitiram verificar, efectivamente, que existem algumas diferenças nas composições das cerâmicas de Arretium, consoante as olarias onde foram manufacturadas, e que as cerâmicas doutras origens apresentam diferenças ainda mais acentuadas.

2. Proveniência de objectos de vidro

A determinação da proveniência de objectos de vidro com base em resultados de análises químicas é tarefa mais difícil que a da determinação da proveniência de objectos de cerâmica. Na verdade, contrariamente ao que acontece nas cerâmicas, um vidro é preparado usando várias matérias primas, como o quartzo ou outros material de sílica, o calcário, sais alcalinos e corantes minerais, as quais são misturadas em diversas proporções. As indicações que os elementos presentes em cada uma dessas matérias primas poderiam fornecer tornam-se, por isso, geralmente insuficientes para se conseguirem tirar conclusões inteiramente satisfatórias.

Quando o método de análise é o da análise instrumental por activação com neutrões podem levantar-se ainda dificuldades de natureza técnica, em particular se os vidros tiverem teores elevados de sódio ou de antimónio. A existência de altas concentrações de sódio provoca o aumento do fundo devido ao efeito Compton e uma redução da sensibilidade do método na determinação de elementos que por activação dêem lugar a núclidos radioactivos de baixo período. A presença de quantidades apreciáveis de antimónio introduz nos espectros gama numerosos picos muito intensos, correspondentes a radionúclidos com períodos compreendidos entre 2,8 e 60 dias.

A primeira aplicação do método de análise instrumental por activação com neutrões na análise de objectos de vidro com interesse arqueológico deve-se a Sayre e colaboradores (34). Estes investigadores procuraram averiguar se o sal alcalino usado na preparação de certos vidros antigos teria sido o natrão, mistura natural de sais de sódio com predominância de carbonatos, praticamente isenta de magnésio e potássio, que se deposita naturalmente nos lagos de Wadi Natroun do Baixo Egipto e que parece ter sido explorado comercialmente nesse país desde o tempo do Império Antigo.

Estudos anteriormente efectuados no mesmo Laboratório (35), usando o método de espectrografia de emissão, haviam mostrado que os vidros antigos até então analisados podiam distribuir-se por dois grupos: um caracterizado por concentrações relativamente elevadas de magnésio, potássio e fósforo, reunindo vidros do segundo milénio a. C.,

encontrados no Egipto, na Grécia e na região sudoeste do Irão; e o outro caracterizado por concentrações baixas desses elementos, englobando vidros do primeiro milénio a. C., muitos deles recolhidos no Ocidente e alguns em Persépolis.

Ora a análise instrumental por activação com neutrões veio mostrar que esses dois tipos de vidros também podiam ser diferenciados com base na sua concentração de európio, a qual é significativamente maior nos vidros de baixo teor em magnésio do que nos outros. Aqueles investigadores foram, por isso, levados a pensar que pelo menos uma das matérias primas usadas na fabricação dos vidros de baixo teor em magnésio devia conter európio em concentração muito maior do que a existente nas matérias primas utilizadas na fabricação dos de alto teor. O seu trabalho subsequente consistiu, portanto, em determinar a concentração de európio no natrão. Os resultados obtidos nas análises mostraram, porém, que as concentrações de európio nesta mistura, proviesse ela dum túmulo da 11.^a dinastia, do túmulo de Tutankhamon ou duma colheita recente, eram mais baixas que em quaisquer dos vidros antigos analisados. O natrão não era, por conseguinte, o material responsável por aquele valor elevado. Não foi possível, contudo, provar se o natrão teria sido o sal alcalino usado para fabricar os referidos vidros.

Algumas tentativas (36) foram também efectuadas para aplicar o método de análise por activação no estudo de vidros coloridos medievais, mas neste caso, em vez de se ter feito a espectrometria gama imediatamente a seguir à irradiação, procurou-se separar primeiro o sódio e o antimónio, a fim de remover as dificuldades levantadas pela presença destes elementos. Quando estas separações puderem ser realizadas eficientemente e sem grande trabalho, é provável que o método de análise por activação comece a aplicar-se com mais frequência ao estudo de vidros de alto teor em sódio e antimónio, pois as informações que pode então fornecer passam a ser mais valiosas.

Este método tem sido aplicado ainda, em paralelo com o método de espectrometria de fluorescência de raios X, no estudo de contas de vidro antigas, usadas desde há vários milénios como ornamento pessoal e caseiro. Um grupo de investigadores americanos (37), por exemplo,

utilizou-os para analisar 27 contas de vidro diclórico⁹ que haviam sido recolhidas em várias regiões ao sul do Sara. Foi possível deste modo verificar que essas contas podiam ser distribuídas por dois grupos, consoante o seu teor em chumbo: um grupo A, caracterizado por uma baixa percentagem desse elemento (0,05%); e um grupo B, caracterizado por uma percentagem elevada (~ 30%). As contas do grupo A apresentavam ainda teores de manganês e cobalto mais altos e as do grupo B um teor de arsénio muito mais elevado. Reconheceu-se, por outro lado, com base em informações obtidas sobre a distribuição geográfica dos lugares onde foram recolhidas as referidas contas, que as contas do grupo A deviam ser do século XII e que as do grupo B deviam ser posteriores. Segundo os mesmos investigadores, as contas do grupo A possuem uma composição que parece estar relacionada com a alguns vidros medievais europeus, analisados por outros investigadores. Dado que no século XII o comércio na região da África ocidental estava nas mãos dos árabes, seria interessante conseguir provar se essas contas teriam sido de facto trazidas da Europa pelos árabes.

Recentemente, Aspinall e colaboradores (38) aplicaram o método de análise instrumental por activação com neutrões no estudo de algumas contas de faiança¹⁰ recolhidas em diversos lugares, as quais já haviam sido analisadas por outros investigadores (39) usando o método de espectrografia de emissão.

Os resultados da análise espectrográfica não tinham, porém, fornecido qualquer indicação sobre a proveniência dessas contas. Apenas tinha sido possível sugerir que algumas das contas recolhidas na Grã Bretanha pareciam ter um teor de estanho relativamente elevado e que algumas das recolhidas na Boémia e na Morávia aparentavam possuir um alto teor de cobalto. Estas suspeitas vieram mais tarde a ser confirmadas (40) através dum novo exame desses resultados experimentais, recorrendo a métodos de análise estatística apropriados.

⁹ Assim designado em virtude de exibir cor azul à luz reflectida e cor amarela à luz transmitida.

¹⁰ Segundo Aspinall, o termo faiança aplica-se a um vidro sinterizado, preparado revestindo um núcleo constituído por um material de pó de quartzo com uma substância alcalina vítrea.

Neste novo exame chegou-se ainda à conclusão, com base nos resultados dos teores de magnésio, alumínio e estanho, de que havia diferenças significativas entre as contas recolhidas na Escócia, Inglaterra e Egipto.

O trabalho de Aspinall consistiu numa tentativa de confirmar estas últimas conclusões com base na análise por activação de elementos presentes em concentrações muito pequenas. Existe, todavia, uma diferença essencial entre as amostras que foram utilizadas para fazer as duas análises. Enquanto na análise espectrográfica se usou uma pequena quantidade de material removida da parte exterior das contas, na análise por activação foram as próprias contas que serviram como amostras. Dado que estas contas não são homogêneas, ao recolher-se material da parte exterior das contas corre-se o risco de retirar da parte interior umas vezes mais quantidade, outras vezes menos, o que não acontece quando se usam as contas por inteiro. Neste caso as variações de composição na amostra ficam, no entanto, condicionadas pelas variações da proporção dos materiais exterior e interior das contas, verificadas no decurso da sua manufactura. Apesar disso foi possível confirmar os resultados do primeiro estudo e concluir, sem sombra de dúvidas, que as contas recolhidas na Grã Bretanha se caracterizam de facto por um teor de estanho significativamente maior do que o apresentado pelas outras.

3. Proveniência de objectos de obsidiana

A obsidiana é uma rocha vítrea, cuja formação resulta do arrefecimento rápido de certas lavas. Lasca-se facilmente e, por isso, foi muito utilizada pelos povos primitivos para manufacturar objectos cortantes ou pontiagudos.

A determinação da proveniência de objectos de obsidiana, baseada em resultados de análises químicas, apresenta-se muito menos difícil que no caso de objectos de vidro e menos até que a da proveniência de objectos de cerâmica. Na verdade, as fontes naturais de obsidiana são relativamente pouco numerosas, os indícios de natureza geoquímica levam a crer que a sua composição deve ser uniforme em cada fonte e,

além disso, essa composição não é alterada no acto de manufactura dos objectos.

As primeiras determinações meticulosas da proveniência de objectos de obsidiana foram igualmente efectuadas usando como método de análise a espectrografia de emissão (41,42). Contudo, embora esse método tivesse permitido fazer progressos substanciais neste domínio, verificava-se por vezes que os resultados obtidos com amostras provenientes do mesmo lugar flutuavam consideravelmente, o que dava origem a algumas ambiguidades.

A partir de 1966 o método mais utilizado passou a ser o de análise por activação. O primeiro exemplo de aplicação deste método deve-se a Gordus e colaboradores (43-49), da Universidade de Michigan, e teve por objectivo a determinação da proveniência de pontas de projecteis, feitas de obsidiana e recolhidas nos túmulos de Hopewell atribuídos a um grupo cultural de índios que habitaram as províncias de Ohio, Indiana, Illinois, Michigan e Wisconsin, nos Estados Unidos da América, durante o período de 300 a. C. a 500 d. C.. Esses investigadores começaram por analisar um conjunto muito grande de amostras de obsidiana, provenientes de várias fontes naturais da América do Norte¹¹ situadas em regiões vulcânicas distintas, a fim de averiguar se a sua composição era uniforme em cada fonte e se diferia de fonte para fonte. Embora tivessem determinado apenas sete elementos¹² por amostra, os resultados obtidos foram suficientes para poderem concluir com segurança que a composição química da obsidiana é de facto uniforme em cada fonte, mas diferente de fonte para fonte no que respeita ao teor dalguns elementos. Analisaram em seguida as pontas de projecteis de Hopewell e com base nos resultados obtidos concluíram, finalmente, que a obsidiana dessas pontas provinha de duas fontes naturais, ambas localizadas no Yellowstone National Park. Ficava assim demonstrado que há cerca de 2000 anos existia na América do Norte

¹¹ Obsidian Cliff, Yellowstone National Park; Cerro de las Navajas, México; Glass Butte, Oregon; Napa Valley, Mono Lake e Conger Mountain, Califórnia; Vias Mountain, Novo México; Powder River, Montana.

¹² Na, Sc, Mn, Fe, Rb, La e Sm.

uma rota comercial de obsidiana que se estendia por um percurso superior a 2400 km.

Os mesmos investigadores (49-52) efectuaram também análises semelhantes de objectos de obsidiana recolhidos no Próximo Oriente, tendo igualmente em vista determinar a sua proveniência. Nessa região existem duas áreas bem conhecidas de vulcanismo, uma na Anatólia Central e outra junto do lago de Van na parte oriental da Turquia, das quais algumas fontes já haviam sido classificadas por Renfrew (41,42). Com base nos resultados dessas análises Gordus e colaboradores verificaram que muitos dos objectos recolhidos em vários lugares do Levante provinham dessas fontes e isso permitiu-lhes obter uma ideia de como variaram as características do comércio naquela região, em função do tempo. É interessante notar que se encontraram indícios da existência de rotas comerciais de obsidiana por volta do ano 7000 a. C. e que essa descoberta levou a sugerir que a difusão das artes de agricultura deve ter-se verificado através das vias do comércio dessa rocha.

Perlman e colaboradores (53-54) realizaram, recentemente, alguns trabalhos de determinação da proveniência de objectos de obsidiana, recorrendo do mesmo modo ao método de análise instrumental por activação com neutrões. Estes investigadores, usando várias amostras de obsidiana da fonte de Napa County, na Califórnia, começaram por confirmar uma vez mais, agora com base em resultados para um maior número de elementos e com muito maior precisão, que a composição da obsidiana nessa fonte é na realidade bastante uniforme. Todavia, o mesmo já não conseguiram provar para a fonte de Borax Lake, igualmente na Califórnia. Neste caso verificaram que a composição da obsidiana dessa fonte variava apreciavelmente nas 33 amostras analisadas, mas que era possível distribuir estas amostras em dez grupos, consoante o seu teor de ferro que variava desde $0,67 \pm 0,01\%$ até $1,88 \pm 0,03\%$. Observaram, contudo, que existia uma coerência notável entre as percentagens de todos os elementos presentes nessas amostras e que, apesar da falta de uniformidade da sua composição, esse facto permitia caracterizar a obsidiana da referida fonte. Efectivamente, os resultados das análises de cinco pontas de flechas muito antigas, encontradas em escavações feitas em Borax Lake, conduziram à conclusão de que essas pontas tinham sido manufacturadas localmente.

A variabilidade da composição das amostras de obsidiana recolhidas em Borax Lake já tinha sido posta em evidência por Stross e colaboradores (55), num trabalho em que utilizaram como técnica analítica a espectrometria de fluorescência de raios X. Este grupo de investigadores tem-se dedicado igualmente a estudar a proveniência de objectos de obsidiana encontrados na América do Norte e para realizar alguns dos seus estudos também já recorreram ao método de análise por activação com neutrões (56).

Há pouco tempo, Renfrew, Aspinall e colaboradores (57) utilizaram do mesmo modo o método de análise instrumental por activação com neutrões para melhor caracterizar as fontes naturais de obsidiana no Egeu¹³. Analisaram em cada amostra dezasseis elementos¹⁴, mas verificaram que era possível obter uma discriminação completa dessas fontes naturais, bem como das fontes da Anatólia¹⁵ e da Europa Central¹⁶, usando apenas os resultados da análise de oito elementos¹⁷, desde que as suas concentrações fossem expressas relativamente à concentração de escândio. Esta representação em termos relativos tornou-se necessária para reduzir as incertezas provenientes de variações consideráveis da forma e volume das amostras, as quais faziam variar o factor geométrico detector-amostra nas medições de taxas de contagem. Embora o número de amostras examinadas na altura da publicação deste trabalho preliminar fosse pequena, os referidos investigadores já puderam verificar ou confirmar o seguinte: (a) duas peças de obsidiana, do quinto milénio a. C., recolhidas em Vinca, próximo de Belgrado são originárias da Europa Central; nenhuma obsidiana de origem grega foi até agora identificada a norte da Grécia; (b) a obsidiana de Melos cedo se espelhou por uma vasta área do mundo Egeu, onde por enquanto nenhuma obsidiana da Europa Central foi encontrada; (c) em Sitagroi,

¹³ As principais são: ilha de Melos, a 160 km ao norte de Creta; Antiparos, a 60 km a nordeste de Melos; e Giali, a 240 km a leste.

¹⁴ Na, Sc, Fe, Co, Rb, Cs, La, Ce, Sm, Eu, Tb, Yb, Hf, Ta, U e Th.

¹⁵ As fontes importantes da Anatólia são Acigöl e Ciftlik, a 900 km a leste de Melos.

¹⁶ As fontes da Europa Central encontram-se na Slovakia e no nordeste da Hungria, a 1200 km a nor-noroeste de Melos.

¹⁷ Sc, Fe, Rb, Cs, Ce, Tb, Ta e Th.

na região norte da Grécia, recolheu-se recentemente obsidiana proveniente de Ciftlik na Anatólia Central, a qual se supõe datar do terceiro milénio a. C.; anteriormente a obsidiana de Ciftlik só havia sido encontrada em Cnossos. O trabalho destes investigadores veio, portanto, demonstrar a existência em tempos pré-históricos de contactos entre os povos da Macedónia e da Anatólia Central.

4. Proveniência de objectos de pedra

A primeira aplicação do método de análise por activação com neutrões no estudo de objectos de pedra foi efectuada em 1965 e deve-se a Rybach e colaboradores (58), os quais determinaram os teores de sódio e manganês dalguns objectos de mármore recolhidos em ilhas do Egeu, na Ática e na Anatólia. Estes investigadores puderam assim verificar que esses teores eram semelhantes para amostras provenientes das mesmas pedreiras e que a concentração de manganês, sobretudo quando combinada com outras informações, permitia distinguir alguns tipos de mármore usados pelos antigos gregos.

No entanto, foi só a partir de 1970, devido às investigações efectuadas por Sieveking e colaboradores (59), do Museu Britânico, que surgiu um vivo interesse por caracterizar objectos de pedra com base na sua composição química. Na verdade, os resultados de análises espectrográficas¹⁸, feitas por estes investigadores, dalgumas amostras provenientes de sete minas de sílex pré-históricas, situadas na Grã Bretanha e no Continente Europeu, mostraram que a concentração de alumínio dessas amostras variava duma maneira significativa consoante a mina donde provinham e que, embora menos acentuadamente, o mesmo acontecia para outros elementos analisados.

Aspinall e colaboradores (60,61), estimulados por estes resultados, decidiram retomar as investigações, usando desta vez o método de análise instrumental por activação com neutrões e estendendo as determinações a um maior número de elementos¹⁹, mas excluindo o alumínio.

¹⁸ Espectrografia de emissão, espectrofotometria de absorção atómica e fotometria de chama.

¹⁹ Na, Se, Cr, Fe, Co, Cs, La, Ce, Sm, Eu, Tb, Yb, Ta, U e Th.

Neste caso verificaram que era impossível caracterizar as referidas minas pré-históricas com base apenas nos resultados dum único elemento, a não ser a mina de Grand Pressigny, cujo sílex apresenta teores de ferro, cobalto e crómio mais elevados que o das restantes minas. Reconheceram, todavia, que era possível identificar o sílex dessas minas através dum exame das relações entre os resultados correspondentes a vários elementos. Este trabalho está a ser ampliado a outras minas e visa, em última análise, o estudo de práticas comerciais nos períodos Neolítico e da Idade do Bronze.

Por outro lado, um grupo de investigadores holandeses (62) aplicou também o método de análise instrumental por activação com neutrões ao estudo da composição de amostras de sílex recolhidas em quatro minas pré-históricas, três das quais coincidem com as que foram estudadas por Sieveking e Aspinall. As conclusões a que chegaram são idênticas às retiradas por Aspinall e, por isso, este grupo de investigadores está igualmente a procurar ampliar os seus estudos com vista na determinação da proveniência de objectos de sílex.

5. Proveniência de moedas e doutros objectos de metal

Os problemas da determinação da proveniência de moedas e doutros objectos metálicos, baseada em resultados de análises químicas, levantam em geral dificuldades muito maiores que nos casos referidos anteriormente. De facto, embora haja metais que existem livres na natureza, como acontece por vezes com os metais preciosos, a maior parte deles são extraídos de minérios mediante tratamentos metalúrgicos adequados, que provocam alterações drásticas nas matérias primas utilizadas. Além disso, as impurezas que se mantêm presentes nos metais, depois de purificados, e de cujas concentrações poderia em princípio deduzir-se a proveniência, variam consoante a técnica de purificação. Nos casos de ligas metálicas, as impurezas dependem ainda do tipo de recipientes utilizados pelos diferentes artífices na sua preparação, bem como da origem dos metais que compõem essas ligas.

Além destas dificuldades há que referir ainda dificuldades de ordem técnica, resultantes da circunstância de os constituintes princi-

pais das moedas e dos objectos metálicos com interesse arqueológico (cobre, prata e ouro), ao contrário do que sucede com os constituintes principais das cerâmicas, obsidianas e pedras, reagirem facilmente com os neutrões térmicos. Isso leva, por um lado, a que esses constituintes sejam fortemente activados na irradiação e contribuam, portanto, para elevar o fundo devido ao efeito Compton e para diminuir o rigor da determinação dos constituintes existentes em menor percentagem. Conduz, por outro lado, sempre que se irradiam as moedas por inteiro, a efeitos de variação do fluxo de neutrões, os quais podem introduzir erros significativos em todas as determinações.

Apesar disso, são numerosos os exemplos de aplicação do método de análise por activação com neutrões no estudo de objectos metálicos, sobretudo moedas, devido não só à importância das moedas em arqueologia, mas também ao facto de se poder utilizá-lo sem implicar a destruição do objecto em estudo, ou de se poder usá-lo com amostras suficientemente diminutas para que, uma vez retiradas, não resulte qualquer desvalorização do objecto.

Os primeiros trabalhos efectuados tiveram como única finalidade analisar qualitativamente e prata e o ouro em moedas gaulesas (63,64) e numa telha de chumbo (65).

A eles seguiu-se uma série de trabalhos de investigadores de Oxford (12, 66-70), visando a determinação de traços de ouro e cobre em moedas de prata gregas, que conduziram às seguintes conclusões principais: as moedas de prata atenienses, que se julga terem sido cunhadas com prata extraída das minas de Laurium, caracterizam-se por uma pureza invulgarmente elevada; parece que outras cidades gregas, como por exemplo Corinto, teriam recorrido de vez em quando à prata puríssima de Laurium para cunhar as suas moedas; detectaram-se por vezes moedas de prata contendo percentagens elevadas de cobre, em particular algumas moedas cunhadas na Macedónia.

Um grupo de investigadores holandeses (71) aplicou também o método de análise por activação com neutrões no estudo de moedas gregas, mas agora para determinar a percentagem de prata.

Por outro lado, dois investigadores italianos (72) aplicaram-no na determinação de cobre, prata e ouro, em moedas normandas e suevas.

O método tem sido igualmente muito utilizado no estudo da cunhagem de moedas romanas. Sutherland e Harold (73) serviram-se dele e do método de espectrometria de fluorescência de raios X para analisar a prata em moedas cunhadas posteriormente às reformas promovidas pelo imperador Diocleciano (294 d. C.) e, a partir daí, estimar o antigo valor dessas moedas. Assim, com base no resultado de que o «follis» de Roma e Trier apresentava um teor médio de prata igual a 3,9%, os referidos investigadores concluíram que o seu valor seria equivalente ao duma moeda de 5 denários. Concluíram, além disso, em face dos teores de prata obtidos na análise dos «radiados» de Roma e dos «laureados» de Roma, Ticinium e Cizico (0,1% e abaixo dos limites de detecção, respectivamente) que o valor dessas moedas seria de 2 e 1 denários.

Ravetz (74) efectuou um estudo semelhante com outra série de moedas romanas do século IV, cujos resultados permitiram verificar a ocorrência de variações periódicas da percentagem de prata nessas moedas, as quais estariam relacionadas com a ocorrência de inflações desastrosas.

Mais tarde Zuber (75, 76) aplicou-o igualmente na análise da prata, ouro, antimónio, estanho, cobalto e índio, em moedas romanas do período 250-500 d. C.. Neste caso os resultados obtidos puseram em evidência uma diminuição progressiva do teor de prata nos reinados de Diocleciano, Constantino e Teodósio. Mostraram, por outro lado, que o teor de ouro variava paralelamente com o teor de prata, o que foi interpretado como devido à existência de ouro na prata utilizada na cunhagem. Indicaram, além disso, que o teor de antimónio não variava com o teor de prata e que, portanto, ele deveria ter sido introduzido como impureza do cobre.

Meyers (77-80) serviu-se também do método de análise por activação para estudar uma grande variedade de moedas romanas mas, em vez de neutrões térmicos, empregou partículas carregadas electricamente, fotões e neutrões rápidos. Este investigador interessou-se particularmente por encontrar processos de descobrir falsificações. Assim verificou: que todas as moedas de ouro genuínas cunhadas entre o século I a. C. e o século III d. C. se caracterizam por serem feitas de ouro de elevada pureza; que as moedas de ouro romanas do século IV são niti-

damente menos puras; que, as moedas falsas analisadas apresentavam, em geral, teores de cobre e prata muito mais elevados do que as moedas autênticas; que as moedas produzidas por um célebre falsificador, C. W. Becker, podiam ser distribuídas por dois grupos, consoante os seus teores de cobre e prata, cada um deles correspondente a uma dada fase da sua carreira de falsificador; que as moedas de prata romanas dos séculos I e II d. C. foram deliberadamente feitas com uma liga de prata e cobre; e que todas as moedas de cobre dos séculos I e II d. C. foram produzidas com vários tipos de «*orichalcum*», uma antiga liga de cobre e zinco usada pelos romanos. O mesmo investigador estudou ainda a composição de algumas moedas de prata gregas, de algumas moedas de ouro holandesas do século XVIII e de alguns objectos de cobre da Idade do Bronze.

Outro exemplo de aplicação do método de análise por activação com neutrões no estudo de moedas romanas deve-se a um grupo de investigadores de Wantage (81).

O método também já foi utilizado para determinar cobre, prata e ouro, em moedas medievais norueguesas (82), e para determinar estes três elementos, e por vezes antimónio, em moedas de prata cunhadas em Berna no século XV (83, 84).

Um grupo de investigadores holandeses procurou combiná-lo com outros métodos, nomeadamente o da medição de pesos específicos e o da espectrometria de fluorescência de raios X, a fim de encontrar a solução mais adequada à análise não destrutiva de moedas. No seu primeiro trabalho (85), relativo a moedas de ligas de ouro e prata, esses investigadores concluíram que a solução mais indicada era a combinação do método de análise por activação com neutrões, para determinar a razão entre as quantidades de cobre e ouro, com o da medição do peso específico das moedas. No segundo (86), respeitante a moedas de prata gregas do Peloponeso, acharam que a solução mais vantajosa era a combinação do método de análise por activação com neutrões, para determinar os teores de cobre, prata e ouro, com o da espectrometria de fluorescência de raios X, para determinar a razão entre os teores de prata e chumbo.

Alguns dos resultados obtidos por estes investigadores foram

depois utilizados por Guépin (87) para estimar o valor relativo de moedas de Cízico.

Note-se que em quase todos os trabalhos até agora referidos a fonte de neutrões utilizada foi o reactor nuclear. Conhecem-se, no entanto, alguns trabalhos em que se empregaram fontes muito mais simples, em particular fontes de Ra-Be, de Pu-Be, ou de Am-Be. É o caso do trabalho de Kusaka (88) sobre a análise da prata em moedas de prata japonesas, dalguns trabalhos de Gordus (89-92) sobre a análise da prata em moedas sassânidas e islâmicas e do trabalho de Thiele e colaboradores (93) sobre a análise de moedas de prata birmanesas.

O método desenvolvido por Gordus é extraordinariamente simples e rápido. Consiste em irradiar a moeda juntamente com um disco de prata justaposto, o qual tem por fim corrigir o efeito da variação de fluxo a que se fez atrás referência e que depende acentuadamente da espessura da moeda. Em seguida mede-se a actividade induzida na moeda e no disco, usando um detector de NaI(Tl) e um analisador monocanal. Foi possível deste modo verificar, por exemplo, que durante a dinastia sassânida houve períodos de nítida desvalorização da moeda, o mais pronunciado dos quais coincide com o reinado de Shapur I. Dado que este rei sassânida esteve envolvido em diversas guerras contra Roma, admite-se que essa desvalorização tenha sido consequência de pressões económicas devidas ao aumento das despesas com as suas campanhas militares, ou então consequência do contacto com povos que habitavam regiões onde já circulava moeda romana desvalorizada.

Thiele e colaboradores (93) procuraram reduzir ou eliminar o efeito da variação de fluxo fazendo rodar a moeda durante a irradiação.

Gordus (94-96) desenvolveu ainda um segundo método de análise de moedas e de objectos de prata, muito simples e rápido, que consiste em retirar vestígios do material do objecto a analisar raspando uma pequeníssima superfície do objecto com um pedaço de quartzo, depois de ter retirado dessa superfície a camada exterior parcialmente oxidada, mediante umas ligeiras passagens com papel de esmeril. O pedaço de quartzo contendo os vestígios do material a analisar (quantidade inferior a 0,1 mg) é depois irradiado e as actividades induzidas medidas com auxílio dum analisador multicanal. Como neste caso não se chega a medir a massa da amostra, o método dá apenas informações sobre os

valores relativos dos teores de ouro, cobre e prata. Apesar disso, este método permitiu a Gordus retirar várias conclusões interessantes sobre os minérios de prata outrora utilizados na produção de prata no Próximo Oriente, a sua localização geográfica, a identificação de certos tipos de falsificações e a correlação entre composições de moedas e composições de objectos de arte do mesmo período.

O método de análise por activação com neutrões tem sido também aplicado para estudar objectos metálicos antigos, como por exemplo o colar de ouro pré-histórico de Mulsford (97, 98). Neste caso verificou-se que os seus teores de prata e ouro são indicativos de que o colar foi feito com uma liga natural de ouro e prata duma fonte situada nas ilhas Britânicas, possivelmente na Irlanda. Verificou-se, além disso, que o seu teor de cobre era muito elevado ($\sim 14\%$), o que levou a crer que o cobre tenha sido introduzido deliberadamente como elemento de liga. Como vários indícios sugerem que o colar data do século XII a. C., é provável, portanto, que o uso do cobre como elemento de liga seja mais antigo do que se pensava anteriormente.

No que respeita à aplicação do método em estudos de objectos metálicos antigos há que citar ainda um estudo sobre uma espada de aço obtida em Damasco (99), outro sobre bronzes antigos (100), um terceiro sobre moedas antigas (101) e um estudo sobre objectos de prata e de prata dourada (102, 103).

Também já se realizaram alguns trabalhos (104, 105) procurando estabelecer uma correlação entre certos artefactos de cobre e minérios de cobre de vários tipos (óxidos, carbonatos e sulfuretos).

As dificuldades de ordem técnica que se levantam para determinar os elementos presentes em percentagens muito pequenas nas moedas levaram Meyers e Sayre (106) a aplicar o método efectuando a separação química dos principais constituintes. Partem para isso de amostras de 0,5 mg as quais, após irradiação, são dissolvidas e as soluções tratadas quimicamente para separar a prata, o ouro e o cobre. Conseguem assim determinar semi-quantitativamente 14 elementos, mas o método peca por ser bastante trabalhoso.

Recentemente tem-se procurado efectuar comparações de resultados de análises de prata e ouro em diversas moedas, obtidos por diferentes métodos não destrutivos, em particular a análise por activação

com neutrões, a espectrometria de fluorescência de raios X e o método da medição de pesos específicos.

Oddy (107), servindo-se dum método especial de análise por activação desenvolvido por Coleman e Wilson (108), verificou que geralmente existe uma concordância razoável entre os resultados da análise por activação e os da medição de pesos específicos. A concordância não é tão boa entre esses resultados e os da espectrometria de fluorescência de raios X. Verificou, por outro lado, que os teores de ouro determinados por activação com neutrões e fluorescência de raios X são ligeiramente mais elevados que a média dos resultados obtidos por métodos químicos de análise (109). Aquele investigador não conseguiu, porém, explicar a razão de ser dessas diferenças.

Schweizer e Friedman (110) concluíram, por sua vez, que o desvio padrão relativo dos resultados da análise por activação (3,3%) são duas vezes maiores que os obtidos por espectrometria de fluorescência de raios X (1,6%) e maiores do que o que seria de esperar com base na flutuação estatística das medidas de taxas de contagem. Esta diferença é atribuída sobretudo às variações de luxo a que se fez atrás referência. Reconheceram, contudo, que a análise por activação é muitíssimo mais rápida e, por isso, mais atractiva quando há que analisar um grande número de amostras.

No final da bibliografia indicam-se os artigos de revisão publicados até agora sobre este assunto (111-120), os dois últimos dos quais foram muito úteis para a elaboração do presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Proveniência de objectos de cerâmica:

- (1) Catling, H. W., Blin-Stoyle, A. E. e Richards, E. E., 1961, Spectrographic analysis of Mycenaean and Minoan pottery, *Archaeometry*, **4**, 31-38.
- (2) Catling, H. W., Blin-Stoyle, A. E. e Richards, E. E. 1963, Correlations between composition and provenance of Mycenaean and Minoan pottery, *Annual of the British School at Athens*, **58**, 94-115.
- (3) Catling, H. W., 1963, Minoan and Mycenaean pottery: composition and provenance, *Archaeometry* **6**, 1-9.

- (4) Catling, H. W. e Millett, 1965, A study of the composition patterns of Mycenaean pictorial pottery from Cyprus, *Annual of the British School at Athens* **60**, 212-224.
- (5) Catling, H. W. e Millett, A., A study of the inscribed stirrup jars from Thebes, *Archaeometry* **8**, 3-85.
- (6) Catling, H. W. e Millett, A., 1966, Composition and provenance: a challenge, *Archaeometry* **9**, 92-97.
- (7) Catling, H. W. e Millett, A., 1967, Composition patterns of Minoan and Mycenaean pottery: Survey and Prospects, *Archaeometry* **10**, 70-77.
- (8) Raison, J., 1968, Les Vases à Inscriptions Peintes de l'Age Mycénien et leur Contexte Archéologique *Incunabula Graeca*, XIX. Centro di Studi Micenei, Università di Roma, 1968.
- (9) Catling, H. W. e Millett, A., 1969, Theban stirrup-jars: questions and answers, *Archaeometry*, **11**, 3-20.
- (10) Cigna, A., 1957, The study of prehistoric ceramics by means of neutron activation, *Riv. Sci. preist.*, **12**, 123.
- (11) Sayre, E. V. e Dodson, R. W. 1957, Neutron activation study of Mediterranean potsherds, *Am. J. Archaeol.*, **61**, 35-41.
- (12) Emeleus, V. M., 1958, Neutron activation as applied to trace element determination in pottery and coins, *Archaeometry*, **1**, 6-15.
- (13) Sayre, E. V., Murrenhoff, A. e Weick, C. F., 1958, The non-destructive analysis of ancient potsherds through neutron activation, *BNL Rep.*, **508**.
- (14) Sayre, E. V., 1958, Studies of ancient ceramic objects by means of neutron bombardment and emission spectroscopy, In «Application of Science in Examination of Works of Art», *Proc. Boston Museum Fine Arts Seminar, Museum of Fine Arts, Boston*, pp. 153-180.
- (15) Emeleus, V. M., 1960, Neutron activation of Sorian ware sherds, *Archaeometry*, **3**, 16-19.
- (16) Emeleus, V. M. e Simpson, G., 1960, Neutron activation analysis of potsherds, *Nature, Lond.*, **185**, 196.
- (17) Johnson, R. A. e Stross, F. H., Laboratory-scale instrumental neutron activation for archaeological analysis, *Am. Antiq.*, **30**, 345-347.
- (18) Bennyhoff, J. A. e Heizer, A. F., 1965, Neutron activation analysis of some Cuicuilco and Teotihuacan pottery, archaeological interpretation of results, *Am. Antiq.*, **30**, 342-49.
- (19) Rao, N. J., Iyer, N. K. e Das, M. S., 1967, Investigation of trace element distribution in potsherds by activation analysis, In *Proc. Nucl. and Radiat. Chemistry Symposium*, 6-9 March, Dept. of Atomic Energy Bombay, pp. 498-504.
- (20) Perlman, I. e Asaro, F., 1967, Deduction of provenance of pottery from trace element analysis, *Lawrence Radiation Laboratory Berkley U.S.A.*, Report UCRL-17937.

- (21) Perlman, I. e Asaro, F., 1969, Pottery analysis by neutron activation, *Archaeometry*, **11**, 21-52.
- (22) Asaro, F., Perlman, I. e Dothan, M., 1971, An introductory study of Mycenaean III C1 ware from Tel Ashdod, *Archaeometry*, **13**, 169-175.
- (23) Karageorghis, V., Asaro, F. e Perlman, I., Concerning two Mycenaean pictorial sherds from Kouklia (Palaepahos), Cyprus, Lawrence Berkley Laboratory, U. S. A., Report LBL-625.
- (24) Perlman, I., Asaro, F. e Frierman, J. D., 1969, Provenience studies of Tel Ashdod pottery employing neutron activation analyses, Lawrence Radiation Laboratory, Berkley, U. S. A., Report UCRL-18957.
- (25) Perlman, I. e Asaro, F., 1970, Neutron-activation analysis of pottery, Proceedings of the 12th Nobel Symposium in Radiocarbon Variations and Absolute Chronology, Upsala, ed. I. U. Olsson, 141-159, Stokholm, Almquist and Wiksell, New York, Wiley.
- (26) Perlman, I. e Asaro, F., 1971, Pottery analysis by neutron activation, In «Science and Archaeology» (Brill, R. H., ed.), MIT Press Cambridge, Massachusetts, U. S. A., pp. 182-195.
- (27) Al Kital, R. A., Chan, L. e Sayre, E. V., 1969, analysis of pottery sherds from Hajar Bin Humeid and related areas, In «Hajar Bin Humeid: Investigation at a Pre-Islamic site in South Arabia», Gus W. Van Beek, Johns Hopkins Press, Baltimore, U. S. A., pp. 387-398.
- (28) Sayre, E. V., Chan L. e Sabloff, J. A., 1971, High resolution gammaay spectroscopic analysis of Fine Orange pottery, In «Science and Archaeology» (Brill, R. H., ed.), MIT Press, Cambridge, Massachusetts U. S. A., pp. 165-181.
- (29) Olin, J. S. e Sayre, E. V., 1969, The analysis of English and American pottery of the American colonial period, *Nat. Bur. Stand. (U. S. A.)*, Spec. Publ. 312, vol. I, pp. 246-250.
- (30) Olin, J. S. e Sayre, E. V., 1971, Compositional categories of English and American pottery of the American colonial period, In «Science and Archaeology» (Brill, R. H., ed.), MIT Press, Cambridge, Massachusetts, U. S. A., pp. 196-209.
- (31) Harbottle, G., 1970, Neutron activation analysis of potsherds from Knossos and Mycenae, *Archaeometry*, **12**, 23-34.
- (32) Aspinnall, A., Slater, D. N. e Mayes, P., 1968, Neutron activation of medieval ceramics, *Nature, Lond.*, **217**, 388 .
- (33) Banterla, G., Stenico, A., Terrani, M. e Villani, S., 1973, Characterization of Samian ware sherds by means of neutron activation analysis, *Archaeometry*, **15**, 209-220.

2. Proveniência de objectos de vidro:

- (34) Sayre, E. V., Refinement 1965, in methods of neutron activation analysis of ancient glass through the use of lithium drifted germanium diode counters, C. R. VII Int. Congr. Glass, Brussels, N.º 220.
- (35) Sayre, E. V. e Smith, R. W., 1961, Compositional categories of ancient glass, *Science* **133**, 1824.
- (36) Olin, J. S., Miller, E. C. e Thompson, B. A., 1969, analysis of medieval stained glass by neutron activation, *Trans. Am. Nucl. Soc.* **12**, 492.
- (37) Davison, C. C., Giauque, R. D. e Clark, J. D., 1969, Lawrence Radiation Laboratory, U. S. A., Report UCRL-20474.
- (38) Aspinall, A., Warren, S. E. e Crummett, J. G., 1972, Neutron activation analysis of faience beads, *Archaeometry* **14**, 27-40.
- (39) Stone, J. F. 22, S.e Thomas, L. C., 1956, *Pric. Prehist. Soc.* 37.
- (40) Newton, R. G. e Renfrew, C., 1x70, The British faience beads reconsidered, *Antiquity* **44**, 199.

3. Proveniência de objectos de obsidiana:

- (41) Cann, J. R. e Renfrew, C., 1964, *Proc. Prehist. Soc.* **30**, 110.
- (42) Renfrew, C., Cann, J. R. e Dixon, J. E., 1965, *Ann. Brit. School Archaeol. Athens*, **60**, 225.
- (43) Gordus, A. A., Fink, W. C., Hill, M. E., Purdy, J. C. e Wilcox, T. R., 1967, Identification of the geologic origins of archaeological artifacts; an automated method of Na and Mn neutron activation analysis, *Archaeometry*, **10**, 87-96.
- (44) Frison, G. C., Wright, G. A., Griffin, J. B. e Gordus, A. A., 1968, Neutron activation analysis of obsidian: An example of its relevance to northwestern plains archaeology, *The Plains Anthropologist* **13**, 209-217.
- (45) Gordus, A. A., Wright, G. A. e Griffin, J. B., 1968, Obsidian sources characterized by neutron activation analysis, *Science, N. Y.*, **161**, 382-384.
- (46) Griffin, J. B., Gordus, A. A., e Wright, G. A., 1969, Identification of art sources of Hopewellian obsidian in the Middle West, *Am. Antiqu.*, **34**, 1-14.
- (47) Griffin, J. B., Wright, G. A. e Gordus, A. A., 1969, Obsidian samples from archaeological sites in northwestern Alaska: A preliminary report, *ARTIC*, **22**, 152-155.
- (48) Wright, G. A., Griffin, J. B. e Gordus, A. A., 1969, Preliminary report on obsidian samples from Veratic Rockshelto, Idaho, Tebiwa, **12**, 27-30.
- (49) Gordus, A. A., Griffin, J. B. e Wright, G. A., 1971, Activation analysis identification of the geologic origins of prehistoric obsidian objects, In «*Science and Archaeology*» (Brill, R. H., ed.), MIT Press, Cambridge, Massachusetts, U. S. A., pp. 222-234.

- (50) Wright, G. A., Gordus, A. A., Benedict, P. e Ozdogan, M., 1968, Location and chemical identification of some obsidian sources in the Akesaray-Neusehir-Nigde Region, Central Turkey, *Bulleten*.
- (51) Wright, G. A. e Gordus, A. A., 1969, Distribution and utilization of obsidian from Lake Van sources between 7500 and 3500 B. C., *Am. J. Archaeol.* **A73**, 75-77.
- (52) Wright, G. A. e Gordus, A. A., 1969, Source areas for obsidian recovered at Munhata, Beisamoun, Hazorea, and El Khiam, *Israel Explor. J.* **19**, 79-88.
- (53) Bowman, H. R., Asaro, F. e Perlman, I., 1972, Lawrence Berkeley Laboratory, U. S. A., Report LBL-657.
- (54) Bowman, H. R., Asaro, F. e Periman, I., 1972, Report LBL-661.
- (55) Stevenson, D. P., Stross, F. H. e Heizer, R. F., 1971, An evaluation of X-ray fluorescence analysis as a method for correlating obsidian artifacts with source location, *Archaeometry*, **13**, 17-25.
- (56) Stross, F. H., Weaver, J. R., Wyld, G. E. A., Heizer, R. F. e Graham, J. A., 1968, Analysis of American obsidians by X-ray fluorescence and neutron activation analysis, *Contributions of the University of California Archaeological Research Facility*, N.º 5, pp. 59-80.
- (57) Aspinall, A., Feather, S. W. e Renfrew, C., 1972, Neutron activation analysis of Aegean obsidians, *Nature*, **237**, 333.

4. Proveniência de objectos de pedra:

- (58) Rybach, L. e Nissen, H. U., 1965, Neutron activation of Mn and Na traces in marbles worked by the ancient Greeks, *Radiochemical Methods of Analysis*, International Atomic Energy Agency, Vienna, Vol. 1, pp. 105-116.
- (59) Sieveking, G. de G., Craddock, P. T., Hughes, M. J., Bush, P. e Ferguson, J., 1970, Characterization of prehistoric flint mine products, *Nature*, **228**, 251.
- (60) Aspinall, A. e Feather, S. W., 1972, Neutron activation analysis of prehistoric flint mine products, *Archaeometry*, **14**, 41-53.
- (61) Warren, S. E., 1973, Geometrical factors in the neutron activation analysis of archaeological specimens, *Archaeometry* **15**, 115.
- (62) De Bruin, M., Korthoven, P. J. M., Bakels, C. C. e Groen, F. C. A., 1972, The use of non-destructive activation analysis and pattern recognition in the study of flint artefacts, *Archaeometry* **14**, 55-63.

5. Proveniência de moedas e doutros objectos metálicos:

- (63) Ambrosino, G. e Pindrus, P., 1953, Analyse mondestructive d'objets métalliques anciens, *Rev. metall.*, **50**, 136-138.
- (64) Ambrosino, G. e Weill, A. P., 1956, Nature et portée d'analyses non destructives de métaux anciens, *Bull. Lab. Musée Louvre*, **1**, 53-62.

- (65) Emoto, 1956, Application of radio-activation analyses to antiques and art crafts, *Scient. Pap. Japan, Antiques*, **13**, 37-41.
- (66) Kraay, C. M., 1958, Gold and copper traces in early Greek silver, *Archaeometry*, **1**, 1-5.
- (67) Kraay, C. M., 1959, Gold and copper traces in early Greek silver-II, *Archaeometry*, **2**, 1-6.
- (68) Aitken, M. J., Emeleus, W. M., Hall, E. T. e Kraay, C. M., 1960, Neutron activation analysis of ancient silver coins, In «Radioisotopes in the Physical Sciences and Industry», IAEA Conference, Copenhagen, 1960, IAEA, Vienna, pp. 261-268.
- (69) Thompson, M., 1960, Gold and copper traces in late Athenian silver, *Archaeometry*, **3**, 10-15.
- (70) Kraay, C. M. e Emeleus, V. M., 1962, *The Composition of Greek Silver Coins: Analysis by Neutron Activation*, Oxford University Press, Oxford.
- (71) Bluysen, H. e Smith, P. B., 1962, Determination of the silver content of Greek coins by neutron activation, *Archaeometry*, **5**, 113-118.
- (72) Meloni, S. e Maxia, V., 1962, Nondestructive radio-activation analyses of Norman and Suebic coins of Italy, *Gazz. chim. ital.*, **92**, 1432-1442.
- (73) Sutherland, C. H. V. e Harold, M. R., 1961, The silver content of Diocletian's early post-reform copper coins, *Archaeometry*, **4**, 56-61.
- (74) Ravetz, A., 1963, Neutron activation analysis of silver in some late Roman copper coins, *Archaeometry*, **6**, 46-55.
- (75) Zuber, K., 1965, Neutron activation analysis of Roman coins from 250-500 A. D., Part I, Turkish Atomic Energy Commission Report C.N.A.E.M. 21.
- (76) Zuber, K., 1966, Neutron activation analysis of Roman coins from 250-500 A. D., Part II, Turkish Atomic Energy Commission Report C.N.A.E.M. 35.
- (77) Meyers, P., 1968, Some applications of non-destructive activation analysis, Thesis, University of Amsterdam, The Netherlands.
- (78) Meyers, P., 1968, Non-destructive activation analysis with protons, deuterons and gamma photons, In «Practical Aspects of Activation Analysis with Charged Particles», Proc. Liege Conf., 1967, Euratom, Brussels.
- (79) Meyers, P., 1969, Non-destructive activation analysis of ancient coins using charged particles and fast neutrons, *Archaeometry*, **11**, 67-84.
- (80) Meyers, P., 1969, Non-destructive activation analysis of ancient coins using charged particles and fast neutrons, In «Modern Trends in Activation Analysis», Nat. Bur. Stand. Spec. Publ., N.º 312, pp. 230-245.
- (81) Gibbons, D. e Lowson, D., 1969, An investigation of the silver content of Roman coinage by neutron activation analysis, In «Modern Trends in Activation Analysis», Nat. Bur. Stand. Spec. Publ. N.º 312, pp. 226-229.
- (82) Skaare, K. e Steinnes, E., 1966, Coins: Neutron activation analysis of Norwegian medieval coins, *Nord Numis. Unions Medlemsbl.* **81**, 9.
- (83) Wyttenbach, A. e Herman, H., 1966, The quantitative non-destructive analysis of silver coins by neutron activation, *Archaeometry*, **9**, 139-147.

- (84) Wyttenbach, A., 1967, Activation analysis of Bernese coins of the 15th and 16th centuries, *Schweizer Münzblätter*, **17**, 16-24.
- (85) Das, H. A. e Zonderhuis, J. 1964, Analysis of electrum coins, *Archaeometry*, **7**, 90-97.
- (86) Das, H. A. e Zonderhuis, J., 1966, Non-destructive analysis of ancient silver coins, *Recl. Trav. chim. Pays-Bas, Belg.*, **85**, 837-841.
- (87) Guépin, J. P., 1965, Le cours du cyzicène, *L'Antiquité Classique*, **34**, 199.
- (88) Kusaka, Y., 1959, Activation analyses of silver by using a radium-beryllium neutron source, *Japan analyst*, **8**, 111-115.
- (89) Gordus, A. A., 1967, Quantitative non-destructive neutron activation analysis of silver in coins, *Archaeometry*, **10**, 78-86.
- (90) Bacharach, J. L. e Gordus, A. A., 1968, Studies on the fineness of silver coins, *J. Econ. Soc. Hist. Orient*, 298-317.
- (91) Gordus, A. A., 1968, Rapid non-destructive analysis of the silver content of coins, using activation, *Numismatic Circ.* **76**, N.º 3.
- (92) Gordus, A. A. e Metcalf, D. M., 1969, The metal contents of the early Serbian coinage, *Rev. Belge Numis.*, **115**, 57-83.
- (93) Thiele, R. W., Aungkhin, U. e Kyaw, U., 1972, Neutron activation analysis of ancient Burmese silver coins with a low flux americium/beryllium neutron source, *Archaeometry*, **14**, 199-219.
- (94) Gordus, A. A., 1970, *Bull. Soc. Fr. Numis.*, **25**, 543.
- (95) Gordus, A. A., 1970, *Proc. Symp. Compos. Anal. Coins, Roy. Numis. Soc. London.*
- (96) Gordus, A. A., 1971, Rapid non-destructive activation analysis of silver in coins, In «*Science and Archeology*» (Brill, R. H., ed.), MIT Press, Cambridge, Massachusetts, U. S. A., pp. 145-155.
- (97) Hall, E. T. e Roberts, G., 1962, Analysis of the Moulaford Torc, *Archaeometry*, **5**, 28-31.
- (98) Hawkes, C. F. C., 1962, Archaeological significance of the Moulaford Torc analysis, *Archaeometry*, **5**, 33-37.
- (99) Voigt, A. F. e Abu-Samra, A., 1965, Analysis of a Damascus steel by neutron and gamma activation, *Int. Conf. Mod. Trends Activ. Anal., Texas A and M Univ.*, 22-25.
- (100) Marchetti, F. e Rotondi, P., 1968, *Atti. Ist. Veneto Sci. Lett., Arti Cl. Sci. Mat. Natur.*, **126**, 201.
- (101) Tousset, J., Condamin, J. e Picon, M., 1968, Method of analysis by activation of ancient coins with fast neutrons, *Method. Phys. Anal.*, **4**, 202.
- (102) Lefferts, K. C., 1970, *Metrop. Mus. J.*, **3**, 15.
- (103) Lechtman, H. N., 1971, In «*Science and Archeology*» (Brill, R. H., ed.) MIT Press, Cambridge, Massachusetts, U. S. A., pp. 2-30.
- (104) Friedman, A. M., Conway, M., Kastner, M., Milsted, J., Metta, D. e Fields, P. R., 1966, Copper artifacts: Correlation with source type of copper ores, *Science, N. Y.*, **152**, 1504-1506.

- (105) Fields, P. R., Milsted, J., Henrickson, E. e Ramette, R. W., 1971, Trace impurities in copper ores and artifacts, In «Science and Archaeology» (Brill, R. H., ed.), MIT Press, Cambridge, Massachusetts, U. S. A. pp. 131-143.
- (106) Meyers, P. e Sayre, E. V., 1971, Int. Inst. for Conserv. Am. Group Bull. 11, N.º 2.
- (107) Oddy, W. A., 1972, The analysis of gold coins — A comparison of results obtained by non-destructive methods, *Archaeometry* 14, 109-117.
- (108) Coleman, R. F. e Wilson, A., 1972, Activation analysis of Merovingian gold coins, Proc. of Royal Numis. Soc. Symp. on Coin Analysis.
- (109) Oddy, W. A., Schweizer, F. et al., 1972, A comparative analysis of some gold coins, Proc. of Royal Numis. Soc. Symp. on Coin Analysis.
- (110) Schweizer, F. e Friedman, A. M., 1972, Comparison of methods of analysis of silver and gold in silver coins, *Archaeometry*, 14, 103-107.

6. Artigos de revisão

- (111) Aitken, M. J., 1962, Physical methods of archaeological research, *Research*, Lond., 15, 145-151.
- (112) Aitken, M. J., 1962, Physics applied to archaeology. Part. I. *Contemp. Phys.*, 3, 161-176.
- (113) Sayre, E. V., 1963, Methods and applications of activation analysis, *Ann. Rev. Nucl. Sci.*, 13, 145-162.
- (114) Ashworth, M. J. e Abeles, T. ., 1966, Neutron activation analyses and archaeology, *Nature*, Lond., 210, 9-11.
- (115) Schroeder, G. L., Kraner, H. W. e Evans, R. D., 1966, Lithium drifted germanium detectors: Application to neutron activation analysis, *Science*, N. Y., 151, 815-817.
- (116) Gordus, A. A., 1968, Neutron activation analysis of almost any old thing, *Chemistry*, 41, 8-15.
- (117) Gordus, A. A., 1968, Activation analysis, artifacts and art, *New Scientist*, 401, N.º 619, 128-131.
- (118) Gordus, A. A., 1970, Neutron activation of archaeological artifacts, *Phil. Trans. Roy. Soc. Lond. H*, A269, 165-174.
- (119) Sayre, E. V., 1972, Activation analysis applications in art and archaeology, In «Advances in Activation Analysis» (Lenihan, J. M. A., Thomson, S. J. e Guinn, V. P., ed.), Academic Press, London and New York, Vol. 2, pp. 155-184.
- (120) Perlman, I., Asaro, F. e Michel, H. V., 1972, Nuclear applications in art and archaeology, *Ann. Rev. Nucl. Sci.*, 22, 383-426.

O PALEOLÍTICO DO LITORAL DO BAIXO ALENTEJO ENTRE A FOZ DO RIO MIRA E A FOZ DA RIBEIRA DE ODESSEIXE

por

G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira

I — INTRODUÇÃO

Numa publicação anterior sobre o Quaternário de Portugal (ZBYSZEWSKI 1958) apresentamos uma descrição dos depósitos plis-tocénicos do litoral entre a foz do rio Mira e a foz da ribeira de Odesseixe.

Um reconhecimento a pé ao longo daquela área foi então realizado, que nos levou a descoberta de algumas jazidas paleolíticas. Tal reconhecimento incidiu principalmente sobre o estudo geológico das antigas praias quaternárias. Assim as colheitas de material paleolítico foram pouco abundantes e limitadas às peças mais representativas, o que foi devido, naquele tempo, as dificuldades de acesso e de transporte.

A realização de novas colheitas permitirá apresentar, num futuro próximo, um complemento de informações sobre as estações que citamos na presente comunicação. No entanto, apresentamos desde já os materiais colhidos comparando-os com os objectos de mesmo tipo descritos anteriormente na área de Milfontes e mais a sul no Algarve ocidental (Carrapateira e cabo de S. Vicente).

As principais jazidas paleolíticas encontradas são as seguintes de norte para sul:

1 — *Arribas da Pedra dos Corvos a 5 km. a N do farol do Cabo Sardão.*

São constituídas na base por xistos e grauvaques do Carbónico e na parte superior a 10-15 m. acima do nível do mar por uma cascalheira de antiga praia quaternária, coberta por cerca de 20 m. de areias amarelas mais ou menos consolidadas, com diversas intercalações de níveis alióticos. Por sua vez, as areias de dunas modernas são sobrepostos ao complexo anterior. Indústrias paleolíticas foram colhidas na zona próxima das arribas entre 15 e 30 m. acima do nível do mar.

2 — *Arribas entre Palheiros do Alegre e a ponta do Carraca a 1500 m. a N. do farol do Cabo Sardão.*

Tal como na jazida anterior, o substracto de xistos e de grauvaques do Carbónico está coberto por um complexo quaternário representado pelas seguintes camadas

C.6 — Areias de dunas modernas

C.5 — Areias amarelas com numerosas lascas paleolíticas *in-situ* (6-7 m.).

C.4 — Areias ferruginosas com concreções ferro-manganesíferas (2 m.).

C.3 — Areias amareladas passando a brancas (10 m.).

C.2 — Areias e cascalheiras esbranquiçadas

C.1 — Substracto xisto-grauváquico.

Indústrias paleolíticas foram encontradas na zona próxima das arribas entre 40 e 60 m. acima do nível do mar.

3 — *Arribas entre a enseada da Santoleira, a enseada do Laredo do Barco, a ponta da Serva e a fuma dos Carneiros, a cerca de 1500 m. a S. do Farol do Cabo Sardão.*

A parte superior das arribas a sul da enseada do Laredo do Barco apresenta o seguinte corte:

- C.7 — Areias de dunas modernas
- C.6 — Nível cinzento (1 m) com seixos trabalhados languedocenses e numerosas conchas de vestígios de cosinha prehistórica.
- C.5 — Areias amareladas de aspecto dunar (3-4 m.)
- C.4 — Areias amarelas ferruginosas (0,50 m.)
- C.3 — Areias cinzentas finas com seixos (0,50 m.)
- C.2 — Cascalheira de praia (2 m.)
- C.1 — Substrato de xistos do Carbónico (2 m.)

As cascalheiras de base daquela série aparecem na área estudada a cerca de 30 m. acima do nível do mar. Trata-se portanto de uma praia tirreniana.

- 4 — *Arribas entre o posto fiscal do Sardão, Palheiros da Regueira, Palheiro do Seixo, baía da Samouqueira, Palheiro da Arquinha, baía da Arquinha, Pedras do Inferno e praia da Pedra da Bica (1000-2500 m. a N. de Azambujeira do mar).*

O corte das arribas na área dos Palheiros da Regueira é o seguinte:

- C.5 — Areia de dunas modernas
- C.4 — Areia amarela escura formando crostas (1,50 m.)
- C.3 — Areia amarela clara (1,50 m.)
- C.2 — Cascalheira (0,50 m.)
- C.1 — Xistos do Carbónico

As indústrias paleolíticas encontram-se entre 40 e 50 m. acima do mar na base das areias de dunas.

- 5 — *Jazida paleolítica das arribas a W do v. g. de Assenha a 1000 m a N. da foz da ribeira de Odesseixe.*

O corte geológico das arribas no local citado apresenta a seguinte sucessão de cima para baixo:

- C.8 — Dunas modernas
- C.7 — Duna consolidada (1,20 m.)

- C.6 — Areias vermelhas (0,80 m.)
- C.5 — Duna consolidada (6-7 m.)
- C.4 — Areia amarela (1 m.)
- C.3 — Areia cinzenta (1,50 m.)
- C.2 — Cascalheira de praia (0,50 m.)
- C.1 — Substrato xisto-grauváquico do Carbónico.

As indústrias paleolíticas aparecem entre 40 e 50 m. acima do nível do mar.

Além das jazidas citadas foram observados instrumentos paleolíticos isolados em diversos sítios os quais serão examinados em ocasião própria.

II — INDÚSTRIAS PALEOLÍTICAS

1 — Arribas da Pedra dos Corvos a 5 km. a N. do Cabo Sardão

Acheuleuse superior com ligeira pátina eólica

— Dois seixos truncados em uma das extremidades por talhe unifacial num deles e bifacial no outro, por uma série de lascas inclinadas irregulares e por vezes verticais.

Dimensões do primeiro (N.º 17): 99 mm × 82 mm × 77 mm.

Dimensões do segundo (N.º 22): 92 mm × 85 mm × 60 mm.

2 — Jazida paleolítica das arribas entre Palheirões do Alegria e a ponta da Carraca (1500 m. a N. do farol do Cabo Sardão).

As indústrias desta jazida dividem-se em duas séries mostrando uma transição do Acheulense superior ao Languedocense.

SÉRIE I — *Acheulense superior e Languedocense com ligeira pátina eólica.*

Coups-de-poing unificiais

— Dois pequenos coups-de-poing unificiais piriformes sobre seixos achatados. Um deles, com superfície primitiva do seixo ocupando a totalidade do reverso bem como a base e a parte central do anverso, é trabalhado na parte superior do anverso, por duas lascas inclinadas tiradas da parte superior do bordo direito e de 4 ou 5 mais pequenas do bordo esquerdo. Gume terminal convexo de forma ogival.

Dimensões: 77 mm × 67 mm × 32 mm. (N.º 24).

O segundo apresenta a superfície primitiva do seixo no reverso e na base do anverso: o resto daquela face é trabalhado no bordo esquerdo por uma série de lascas inclinadas escalonadas e no bordo direito por uma maior, acompanhada de outras mais pequenas.

Dimensões: 71 mm × 59 mm × 34 mm (N.º 6).

— Um calhau alongado, truncado na extremidade superior do anverso por 4 ou 5 lascas tiradas da frente para traz e afeiçoando um gume convexo de forma ogival. O resto do objecto está coberto pela superfície primitiva do seixo. Peça aparentada aos coups-de-poing.

Dimensões: 85 mm × 54 mm × 38 mm (N.º 9).

Calhaus truncados em uma das extremidades

— Dois calhaus truncados por talhe unifacial em uma das extremidades por uma série de pequenas lascas imbricadas e inclinadas da frente para traz. Gume terminal arredondado largo.

Dimensões do primeiro: 75 mm × 71 mm × 39 mm.

Dimensões do segundo (N.º 29): 72 mm × 73 mm × 42 mm.

Seixos raspadores

— Três seixos raspadores de talhe unifacial, trabalhados nas suas extremidades mais largas por uma série de lascas inclinadas, curtas,

que se sobrepõem. Um dos seixos é mais patinado que os outros e pertence provavelmente a uma série um pouco mais antiga. Os gumes são convexos e regulares.

Dimensões do maior (N.º 10): 77 mm × 91 mm × 45 mm.

Dimensões do mais pequeno (N.º 27): 56 mm × 80 mm × 36 mm.

— Dois outros seixos raspadores com gumes convexos irregulares, com saliências centrais. O maior, sobre seixo achatado, apresenta um trabalho bifacial por meio de 2 lascas no anverso e de várias outras irregulares no reverso. Gume convexo com saliência central, inclinado para um dos lados.

Dimensões do maior: 79 mm × 105 mm × 34 mm.

Dimensões do mais pequeno, unifacial, com forte bico central arredondado (N.º 37): 80 mm × 72 mm × 35 mm.

Fragmentos diversos

— Um fragmento achatado de placa de grauvaque de talhe bifacial, com superfície primitiva ocupando o centro das duas faces. Trabalhado nos 3/4 da periferia por meio de lascas inclinadas, irregulares. A base apresenta uma trancatura transversal mais antiga. O objecto parece corresponder à parte terminal de um machado mirensê, fracturado no decurso de trabalho (N.º 41).

Dimensões: 82 mm × 78 mm × 28 mm.

SÉRIE II — *Languedocense sem pátina e com arestas vivas.*

Coups-de-poing unificiais

— Um pequeno coup-de-poing unifacial triangular lembrando os picos. A superfície primitiva do seixo ocupa o reverso bem como a base do anverso. Trabalhado no anverso por lascas inclinadas a 45° tiradas a partir dos dois bordos laterais em direcção a uma aresta longitudinal central. Extremidade superior afeiçoada em gume triangular. (N.º 3).

Dimensões: 81 mm × 73 mm × 33 mm.

Calhaus truncados em uma das extremidades

— Um calhau alongado e achatado, truncado por talhe bifacial em uma das extremidades por 3 ou 4 lascas irregulares em cada uma das faces. Gume irregular, ligeiramente zigzagueado.

Dimensões: 97 mm × 92 mm × 36 mm.

Seixos raspadores

— Um seixo raspador estreito e alongado de talhe unifacial, trabalhado no anverso por uma série de lascas inclinadas afeiçãoando um gume convexo irregular. (N.º 36).

Dimensões: 93 mm × 66 mm × 38 mm.

Calhaus espessos com gume conexo, trabalhados em mais de metade da periferia (técnica languedocense).

— Três calhaus, dos quais o maior sobre seixo achatado com superfície primitiva do seixo ocupando a totalidade do reverso, bem como a base e a parte central do anverso. Trabalhado em 3 dos bordos do anverso por lascas sobrepostas irregulares e muito inclinadas (N.º 8).

Dimensões: 87 mm × 97 mm × 38 mm.

— Dois seixos espessos, ovais, de talhe unifacial, com gume em forma de leque, obtido por meio de lascas pequenas imbricadas caracterizando a técnica languedocense.

Dimensões do primeiro (N.º 13): 88 mm × 74 mm × 55 mm.

Dimensões do segundo: 66 mm. × 85 mm × 49 mm.

Seixos truncados em duas extremidades opostas

Dois seixos achatados, de talhe bifacial, truncados nas duas extremidades opostas por uma, duas ou mais lascas, de modo a obter dois gumes côncavos. Os exemplares são parecidos com os «pesos de rede» languedocenses do litoral do Minho.

Dimensões do maior (N.º 23): 104 mm × 91 mm × 45 mm.

Dimensões do mais pequeno (N.º 31): 72 mm × 66 mm × 24 mm.

Núcleos

— Dois núcleos de tipo mustieróide com preparações de planos de percussão no reverso convexo. Anverso trabalhado por uma série de lascas sub-horizontais tiradas dos bordos em direcção ao centro.

Dimensões do maior: 72 mm × 70 mm × 61 mm.

Dimensões do mais pequeno (N.º 7): 74 mm × 60 mm × 38 mm.

3 — Jazidas paleolíticas do litoral entre a enseada da Santoleira, enseada do Loredó do Barco, ponta da Serva e furna dos Carneiros a cerca de 1500 m. a S. do farol do Cabo Sardão.

Indústria languedocense

— Dois pequenos bifaces imperfeitos de forma subrectangular com base arredondada e terminados na parte superior por um gume rectilíneo inclinado da esquerda para a direita. O maior dos dois, sobre fragmento de seixo, apresenta vestígios da superfície primitiva na base e numa faixa central do anverso proeminente. Trabalhado nos bordos laterais e na extremidade superior daquela face, por uma série de lascas muito inclinadas, umas maiores que outras. Anverso de plano de separação de uma lasca, com estreita faixa de superfície primitiva de seixo ao longo do bordo esquerdo (N.º 34).

Dimensões: 88 mm × 57 mm × 35 mm.

O segundo exemplar é semelhante ao primeiro mas com superfície primitiva do seixo desenvolvida no reverso. O trabalho naquela face está representado por três negativos de lascas ocupando o bordo esquerdo e a extremidade superior (N.º 2).

Dimensões: 80 mm × 55 mm × 38 mm.

— Um biface sub-rectangular arredondado com superfície primitiva do seixo ocupando a maior parte do reverso bem como a base e uma faixa central do anverso. Trabalhado no reverso por 3 lascas tiradas do bordo direito e da extremidade superior. Anverso trabalhado nos 2/3 superiores do bordo direito por 3 negativos inclinados e no bordo esquerdo afeiçoado em gume denticulado, por 3 outros irre-

gulares. Extremidade superior apresentando um negativo de lasca mais pequena (N.º 20).

Dimensões: 127 mm × 85 mm × 42 mm.

— Um biface sobre seixo achatado cuja superfície primitiva ocupa a base do reverso bem como a parte central do anverso. Trabalhado naquela face por lascas pouco inclinadas tiradas da parte superior do bordo direito e ocupando quase a metade do anverso. Bordo esquerdo apresentando 3 facetas muito inclinadas, de formatos diversos (N.º 25).

Dimensões: 105 mm × 81 mm × 38 mm.

Objectos aparentados aos coups-de-poing

— Uma plaqueta de seixo achatado de grauvaque, com superfície primitiva ocupando toda a parte central do anverso. O resto daquela face apresenta pequenos negativos de lascas mais ou menos inclinadas destinadas a regularizar a periferia. Reverso de plano de separação ligeiramente retocado na extremidade superior (N.º 30).

Dimensões: 103 mm × 74 mm × 22 mm.

— Um seixo cordiforme arredondado aparentado aos coups-de-poing, com superfície primitiva ocupando a base e a parte central das duas faces. Trabalhado na extremidade superior de forma ogival larga e nos bordos laterais das duas faces por uma série de lascas irregulares (N.º 35).

Dimensões: 89 mm × 84 mm × 39 mm.

— Um seixo trabalhado em mais da metade da periferia, proveniente da enseada do Laredo do Barco e aparentado aos coups-de-poing bifaciais. A superfície primitiva do seixo ocupa a base e uma faixa central nas duas faces. É trabalhado no anverso por duas lascas no bordo direito, uma na extremidade superior e por uma troncatura alongada e vertical no bordo esquerdo. Reverso apresentando 3 negativos de lascas muito irregulares das quais uma mais larga na metade direita da face, outra mais pequena no bordo esquerdo e uma terceira na extremidade superior. Gume terminal irregular largamente denticulado. (N.º 43).

Dimensões: 89 mm × 79 mm × 45 mm.

Machadinhos

— Um machadinho sobre seixo achatado de grauvaque, com superfície primitiva de seixo conservada na base e na parte central do anverso, bem como nos 2/3 inferiores do reverso. Parte superior e bordo direito do reverso trabalhado por 3 negativos de lascas irregulares. Anverso trabalhado por dois negativos em cada um dos bordos laterais e por dois outros na extremidade superior, afeiçoando um gume transversal terminal irregular. Proveniência: enseada do Laredo do Barco (N.º 21).

Dimensões: 113 mm × 88 mm × 33 mm.

Picos

— Um pico de grauvaque de forma lanceolada triangular, de base arredondada e de ponta afiada. Reverso de superfície primitiva de seixo. Anverso trabalhando nos dois bordos laterais na parte esquerda da base por lascas inclinadas (N.º 40).

Dimensões: 133 mm × 93 mm × 37 mm.

— Um seixo afeiçoado em pico triangular de base larga. Superfície primitiva ocupando o reverso bem como os 2/3 do anverso. Trabalhado no bordo direito por um negativo de lasca largo e côncavo e no bordo esquerdo por duas facetas curtas e irregulares. Apresenta semelhanças com algumas peças do litoral do Minho e outras de Vila Nova de Milfontes (N.º 4).

Dimensões: 75 mm × 85 mm × 33 mm.

— Outro seixo aparentado aos picos, embora imperfeito, apresenta a superfície primitiva cobrindo a totalidade do reverso bem como os 3/4 do anverso. É trabalho na extremidade superior, de forma sub-trapezoidal e nos bordos laterais, por uma série de retoques irregulares devido às clivagens da rocha (N.º 42).

Dimensões: 63 mm × 66 mm × 25 mm.

Calhaus truncados em uma das extremidades

—Dois seixos em forma de leque com base arredondada mais estreita, e extremidade superior trabalhada, mais larga. O maior, de talhe unifacial, é trabalhado em uma das extremidades por 3 negativos de lascas, dos quais o mais central é no mesmo tempo o mais pequeno. Gume de forma subtrapezoidal (N.º 14).

Dimensões: 110 mm × 114 mm × 44 mm.

O segundo, mais pequeno, de talhe bifacial, é trabalhado por meio de 3 lascas em cada face. Gume denticulado irregular devido aos defeitos da rocha (N.º 26).

Dimensões: 75 mm × 66 mm × 28 mm.

Seixos raspadores

— Três seixos raspadores unificiais apresentando gumes convexos, por vezes denticulados obtidos por lascas mais ou menos inclinadas.

Dimensões do maior (N.º 12): 90 mm × 103 mm × 40 mm.

Dimensões do mais pequeno e mais espesso, tratando-se de uma calote de seixo (N.º 18): 63 mm × 86 mm × 56 mm.

Raspadeiras nucleiforme

— Um seixo achatado, com superfície primitiva ocupando o reverso plano bem como uma estreita faixa na base do anverso. A quase totalidade do anverso proeminente é trabalhada por lascas curtas de vários formatos e com inclinações diversas. Base arredondada. O resto da periferia do objecto apresenta retoques curtos e denticulados (N.º 28).

Dimensões: 80 mm × 68 mm × 40 mm.

Plaquetas de xistos e de grauvaques

— Uma plaqueta de xisto grauváquico de forma arredondada, regularizada em toda a periferia (N.º 38).

Dimensões: 100 mm × 94 mm × 20 mm.

— Uma plaqueta pentagonal de grauvaque lembrando os fragmentos provenientes da preparação de machados mirenses.

É trabalhada em ambas as faces por talhe alterno por meio de um negativo em cada bordo. Um dos bordos corresponde a uma fractura transversal.

Dimensões: 80 mm × 71 mm × 23 mm.

- 4 — **Jazidas paleolíticas na zona das arribas entre o posto fiscal do Sardão, Palheirões da Regueira, Palheirão do Seixo, Baia da Samouqueira, Palheirão da Arquinha, Baia da Arquinha, Pedras do Inferno e Praia da Pedra da Bica (1000 m. a 2500 m. a N. de Azambupeira do Mar).**

Indústria Languedocense

Peças aparentadas aos coups-de-poing

— Um calhau alongado e achatado com superfície primitiva do seixo ocupando a totalidade do reverso bem como os 2/3 inferiores do anverso.

Parte superior do anverso trabalhada por diversas lascas sub-horizontais tiradas da extremidade e da parte superior dos dois bordos laterais (N.º 39).

Dimensões: 94 mm × 52 mm × 16 mm.

— Um fragmento de seixo em forma de núcleo, com faixa da superfície primitiva conservada na parte inferior das duas faces.

Anverso plano trabalhado por três negativos maiores sub-horizontais tirados dos bordos laterais e por outros mais pequenos os quais regularizam o bordo esquerdo e a extremidade superior em ponta.

No reverso os dois bordos laterais são trabalhados, cada um por três ou quatro lascas muito inclinadas ou mesmo sub-verticais.

A extremidade superior é terminada em ponta triangular.

Dimensões: 90 mm × 75 mm × 46 mm.

— Um seixo de talhe unifacial com superfície primitiva ocupando a totalidade do reverso bem como a parte central do anverso. Traba-

lhado em 3/4 da periferia do anverso por lascas muito inclinadas sub-verticais. Base arredondada, apresentando um filonete de quartzo. Extremidade superior formando um gume em forma de leque com uma ponta triangular central (N.º 1).

Dimensões: 84 mm × 87 mm × 37 mm.

— Uma calote de seixo sub-losangular com superficie primitiva ocupando a totalidade do reverso. Anverso trabalhado por uma serie de lascas pouco inclinadas tiradas da periferia em direcção do centro achatado; base arredondada; extremidade superior ligeiramente ponteguda. O objecto é aparentado aos coups-de-poing unificiais; apresenta um trabalho semelhante ao dos núcleos mustierenses (N.º 32).

Dimensões: 75 mm × 70 mm × 22 mm.

Seixos raspadores

— Nove seixos raspadores, dos quais 4 de talhe bifacial e os outros de talhe unifacial; a maior parte apresenta um gume largo e mais ou menos convexo, arredondado, obtido por lascas de formatos diversos, maiores ou menores bastante irregulares devido aos defeitos da rocha.

Dimensões do maior: unifacial: 110 mm × 93 mm × 42 mm.

Dimensões de outro, unifacial (N.º 19): 73 mm × 99 mm × 35 mm.

Dimensões de um terceiro, bifacial, de mesmo tipo, com gume de forma trapezoidal (N.º 11): 70 mm × 97 mm × 47 mm.

Dimensões do mais pequeno (N.º 5) de talhe bifacial, com gume ocupando mais da metade da periferia: 70 mm × 97 mm × 47 mm.

Seixos truncados em uma das extremidades e com gume em forma de leque

— Dois seixos de talhe unifacial, trabalhados em cerca da metade da periferia e apresentando um gume convexo em forma de leque, obtido por meio de lascas muito inclinadas. Superficie primitiva de seixo ocupando a totalidade do reverso bem como os 2/3 do anverso.

Dimensões do maior (N.º 15): 108 mm × 96 mm × 44 mm.

Dimensões do mais pequeno (N.º 33): 87 mm × 97 mm × 43 mm.

Bigorna

— Uma bigorna sobre seixo oval com covinha central em ambas as faces (N.º 16).

Dimensões: 120 mm × 89 mm × 37 mm.

5 — Jazida paleolítica das arribas a W. do v. g. Assenha a 1000 m. a N. da foz da ribeira de Odesseixe.

Acheuleuse superior

Seixos truncados em uma das extremidades

— Um seixo achatado truncado em uma das extremidades por talhe unifacial por meio de uma série de pequenas lascas inclinadas.

Dimensões: 73 mm × 77 mm × 25 mm.

Núcleos

— Um núcleo poliédrico em dolerito, com um dos bordos afeiçãoados em gume zigzagueado.

Dimensões: 86 mm × 79 mm × 55 mm.

CONCLUSÕES

O reconhecimento efectuado no litoral a Sul de Vila Nova de Milfontes, mostrou o prolongamento até Azambujeira do Mar e até Odesseixe, da cultura de técnica languedocense com picos proto-asturienses e achados mirenses que tinha sido definida anteriormente junto da foz do rio Mira.

No conjunto agora descrito, alguns seixos com pátina eólica pertencem a uma série um pouco mais antiga, provavelmente acheulense terminal.

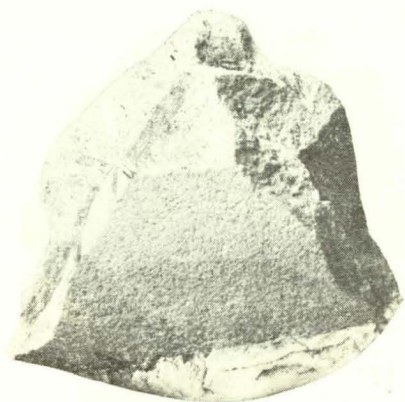
O seguinte quadro estatístico mostra a distribuição das peças nas diferentes jazidas descritas.

Instrumentos descritos	Jazidas prehistóricas					
	Pedra dos Corvos	Palheiros do Alegre Pt. ^a da Carraca, etc.		Santoleira, Laredo do Barco, etc.	F. do Cabo Sardão e P. ^o Fiscal	Azenha
		s. 1	s. 2			
Bifaces				6	1	
Unifaces		3	1		3	
Picos				3		
Machadinhos					1	
Seixos truncados de talhe bifacial			1	1		
Seixos truncados de talhe unifacial	2			1		1
Seixos truncados de talhe unifacial e gume em forma de leque					2	
Seixos raspadores unificiais		4	1	3	5	
Seixos raspadores bifaciais		1			4	
Seixos truncados em duas extremidades opostas		2				
Seixos trabalhados em mais da metade da periferia por talhe unifacial			5			
Placas de xisto e de grauvaque retocadas.		1		2		
Raspadeira nucleiforme				1		
Núcleos mustieróides			2			
Núcleos diversos					1	
Bigorna						1
Totais . . .	2	11	10	17	17	2

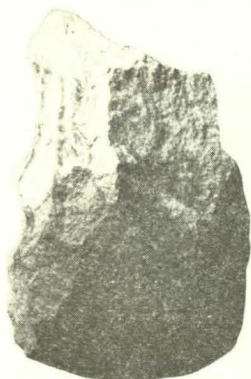
Tal como tínhamos dito anteriormente, os exemplares estudados correspondem apenas aos objectos mais representativos das indústrias encontradas nos locais citados, onde existem muitos outros que não foram recolhidos devido as dificuldades de transporte. Mostram no entanto o aspecto clássico das indústrias do Acheulense superior e sobretudo do «Languedocense» com machados mirenses e picos proto-asturienses da região de Vila Nova de Milfontes.

Verificou-se assim o prolongamento das indústrias mirenses para sul, estabelecendo-se a ligação com as jazidas anteriormente descritas a N. do cabo de S. Vicente e no Algarve meridional onde aparecem também, embora raros, restos de machados mirenses em todas as áreas onde a matéria prima em grauvaque do Carbónico permitiu a sua preparação.

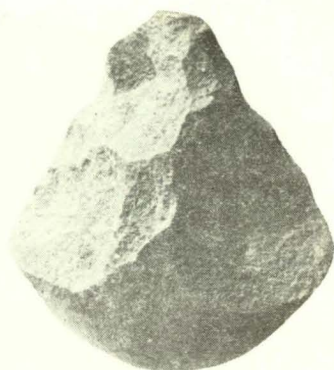
Algumas jazidas mostram um interesse estratigráfico marcado confirmando as observações feitas anteriormente em outros pontos do mesmo litoral.



1



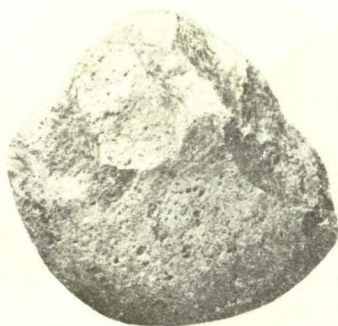
2



3



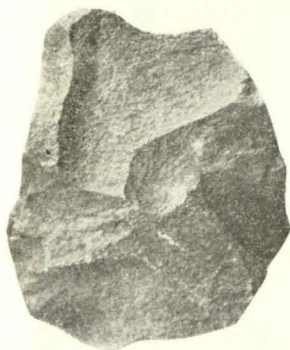
4



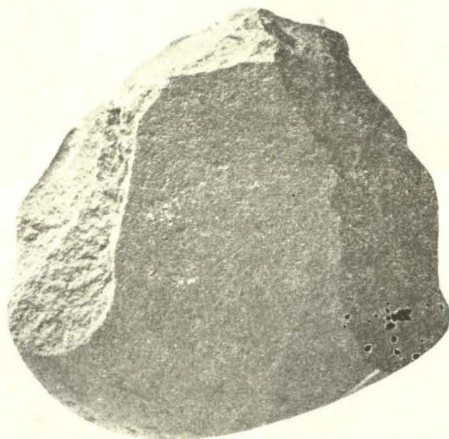
5



6



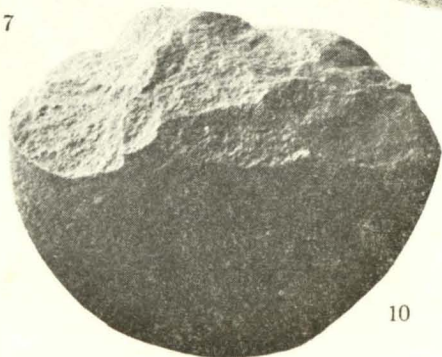
7



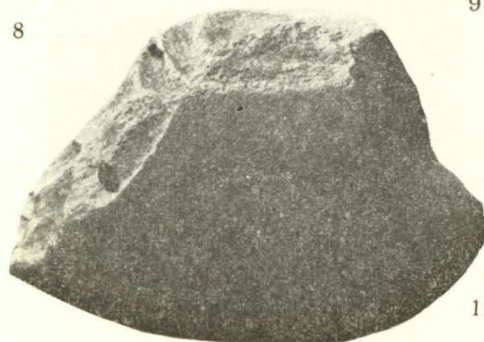
8



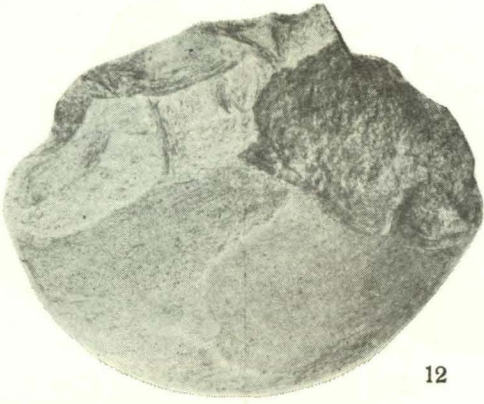
9



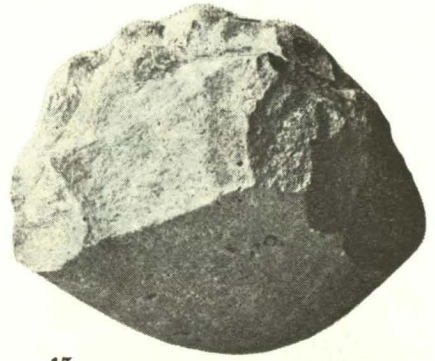
10



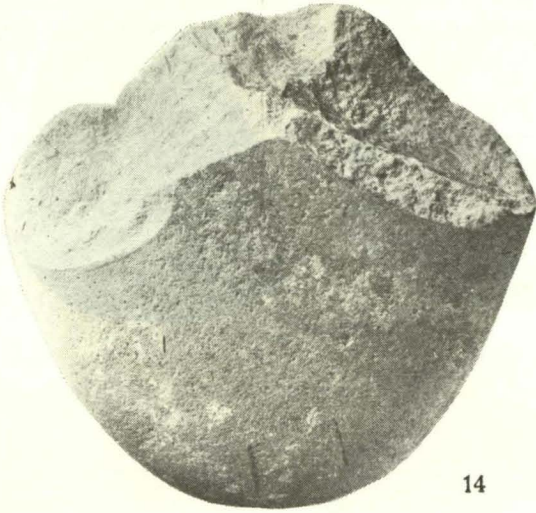
11



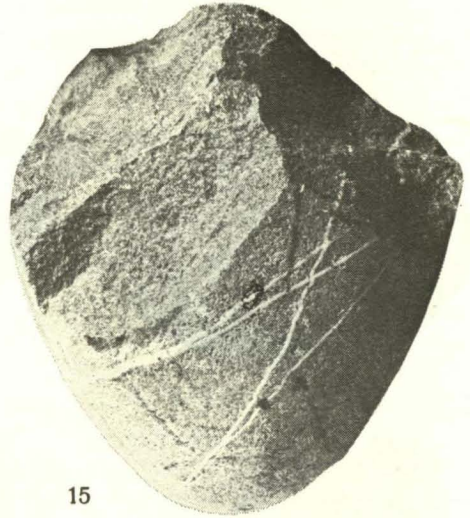
12



13



14



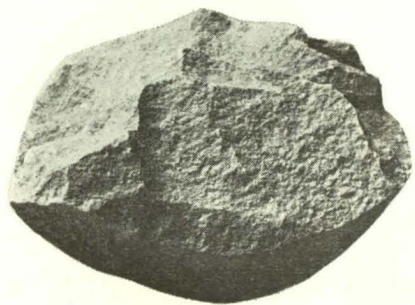
15



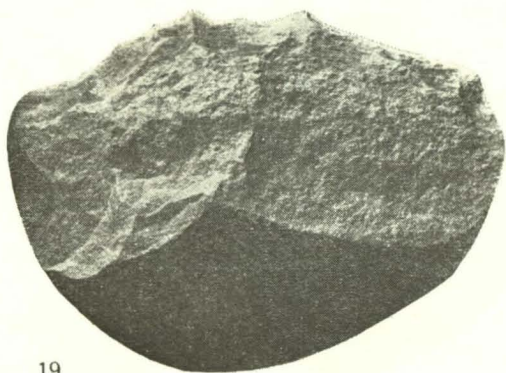
16



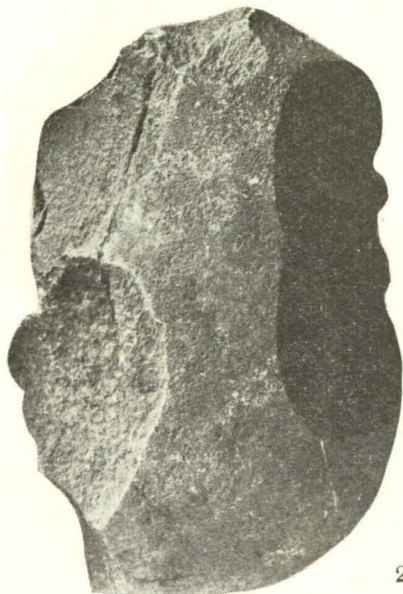
17



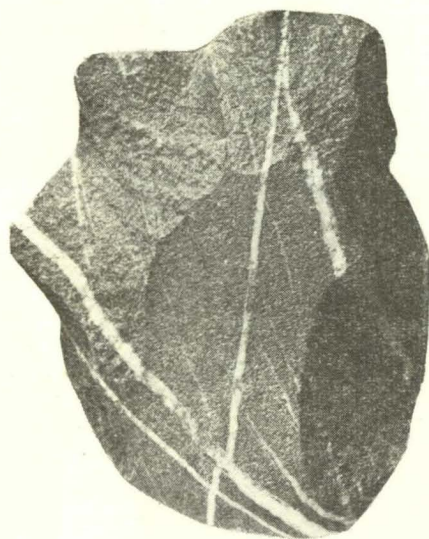
18



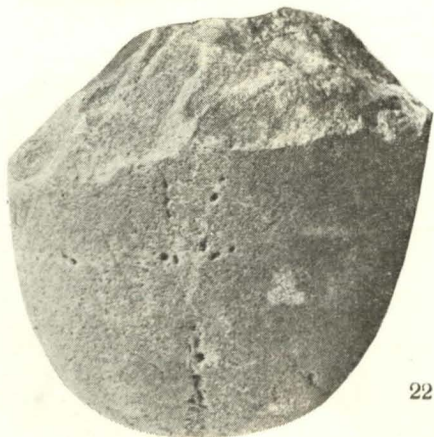
19



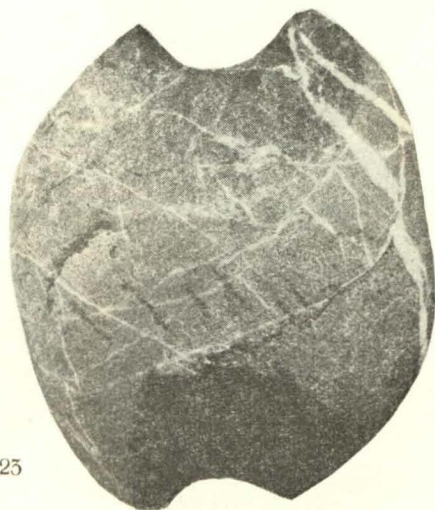
20



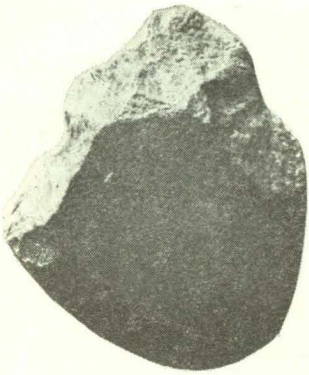
21



22



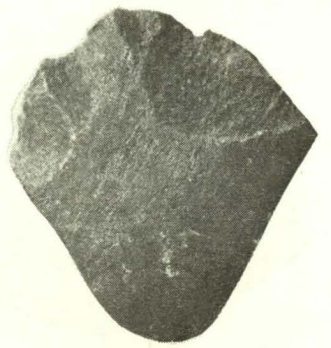
23



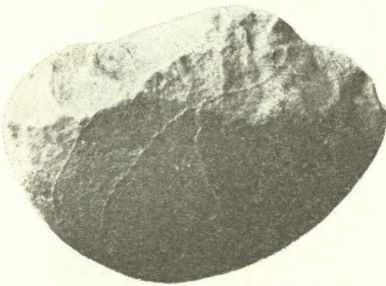
24



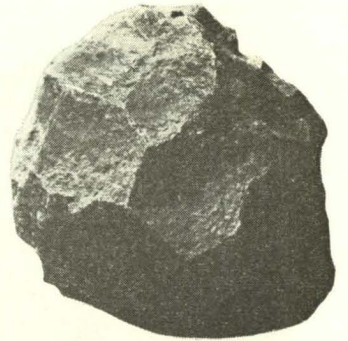
25



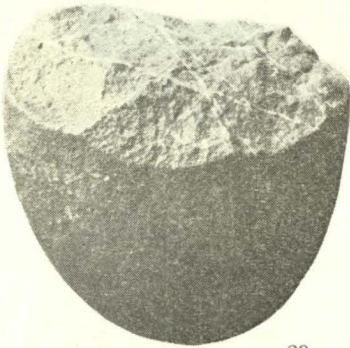
26



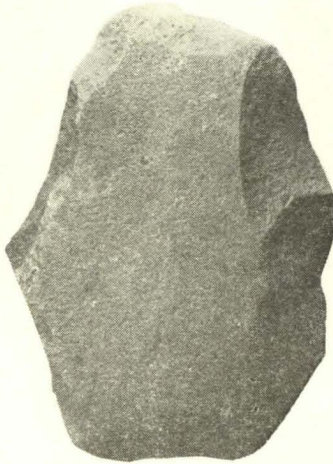
27



28



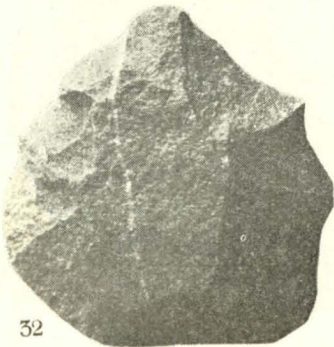
29



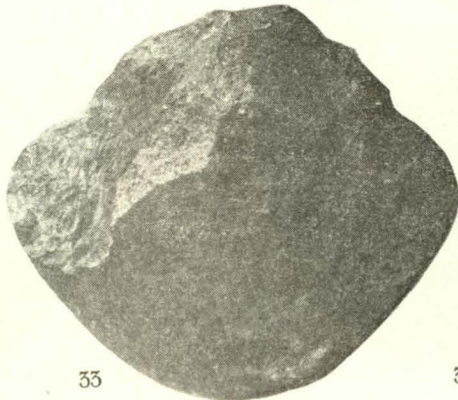
30



31



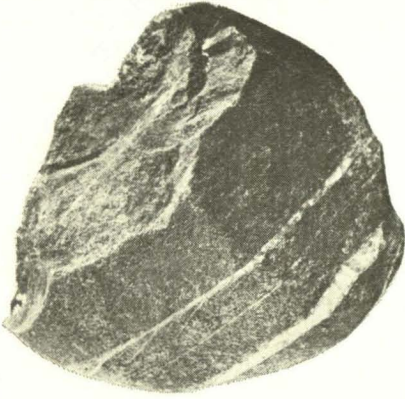
32



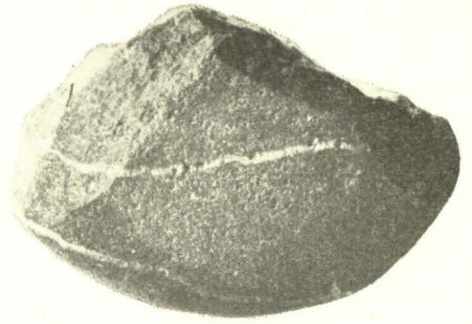
33



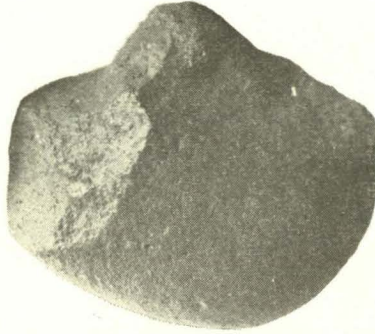
34



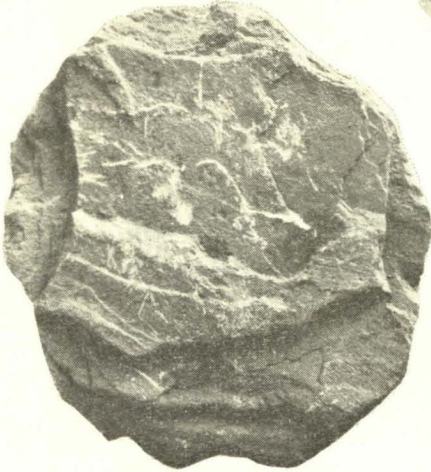
35



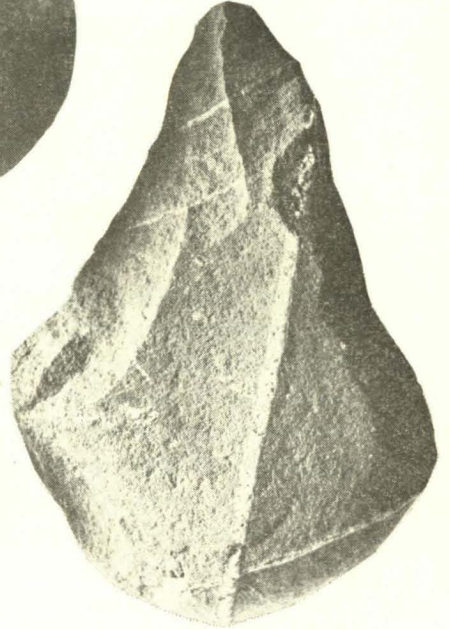
36



37



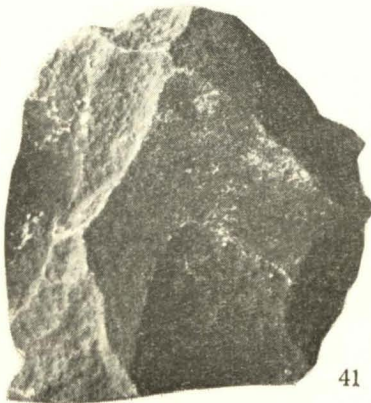
38



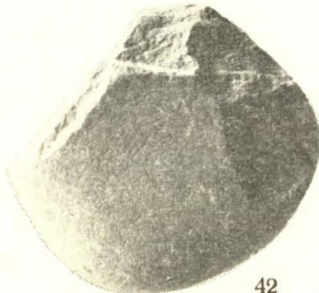
40



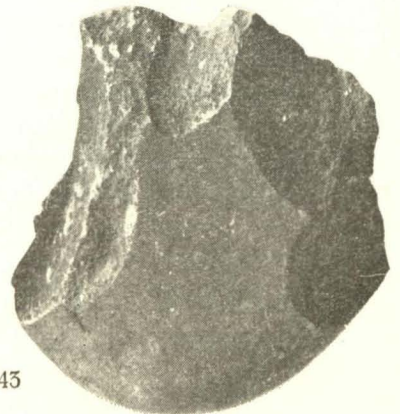
39



41



42



43

BREVE NÓTULA
RELEMBRANDO JOSÉ MATIAS DELGADO (1865-1932)

pelo sócio efectivo

Vitor Oliveira Jorge

Num momento em que a história de Angola, em todas as suas dimensões, precisa de conhecer uma fase de arranque que a integre nas preocupações modernas da história universal, da história do continente africano, e, em particular, da história do povo português, é útil, sobretudo numa Faculdade de Letras como a nossa, recordar os seus pioneiros. De facto, a quase sombra em que alguns destes se mantêm é correlativa do atraso dos estudos históricos angolanos, atraso que queremos e devemos superar a todo o custo. Publicações críticas de colecções de documentos; organização moderna dos arquivos centrais, providos de um guia acessível aos investigadores; formação de bibliotecas especializadas; maior interesse pelos estudos de História de Angola na Faculdade de Letras, quiçá em relação com a criação da Licenciatura respectiva neste Estado; abertura dos historiadores em sentido estrito às disciplinas afins, como a Pré-história, a Etnologia, etc. — eis algumas linhas de força do que parece deveriam ser as preocupações de uma escola moderna de historiadores de Angola, que soubessem recuperar a erudição tradicionalmente veiculada e a erguessem a um nível de história científica.

Temos a obrigação de fazer essa história; temos o dever de criticamente rever o que neste domínio já se fez. É nesse sentido que se

apresenta neste número algumas desprezíveis notas sobre o Prof. José Matias Delgado, que, aliás, não só à história de Angola, como também ao estudo das suas línguas nativas, deu precioso contributo. Sejam elas de utilidade para quem, mais abalizado do que nós para o fazer, possa prolongá-las num trabalho mais profundo e documentado, e mais esclarecedoramente integrado no contexto mental da época em que trabalhou este autor.

Matias Delgado nasceu em Triana, Alenquer, a 2 de Julho de 1865. Estudou no «Real Colégio das Missões Ultramarinas», de Cernache do Bonjardim¹, onde se ordenou em 1889. Em Junho do ano seguinte, chegava a Angola, como missionário. Esteve em S. Salvador do Congo, Quifangonho e em Luanda, tendo sido cónego da Sé desta cidade. Durante os seus oito anos de permanência no Estado (que visitaria ainda outras vezes), dedicou-se ao estudo das línguas africanas, e em particular ao *Quimbundo*, língua que viria a ensinar na Escola Colonial (desde 1927, Escola Superior Colonial), em Lisboa, desde a fundação desta, em 1906, até ao ano da sua morte, em 1932. Entretanto, desde 1904, exerceu as funções de capelão na Marinha de Guerra. Seria sobretudo em Lisboa, e principalmente durante os últimos dez anos da sua vida, que trabalharia no domínio da história de Angola.

Além destes dados fundamentais, pouco sabemos da vida e da personalidade de Matias Delgado, embora, evidentemente, ainda estejam vivas muitas pessoas que podiam contribuir para a sua biografia. No colégio das Missões Ultramarinas, conheceu e fez-se amigo de José Luís Quintão, que naquele Colégio se ordenaria em 1895, e o qual, mais tarde, seria seu colega como professor de línguas (Landim), na Escola Superior Colonial. A este gosto comum pela linguística, juntava-se a consciência, em que ambos comungavam, da grandeza do Ultramar português e das suas potencialidades.

A vocação do ensino deve ter-se nele manifestado muito cedo, pois nos diz que, mal chegado a S. Salvador do Congo, ali foi nomeado

¹ Sobre este Colégio, consulte-se, de António Miranda Guimarães, *O antigo Colégio das Missões Ultramarinas de Sernache do Bonjardim e a obra civilizadora de Portugal*, «Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo», 5.ª secção, Estudos Gerais, vol. II, Lisboa, 1938, pp. 281-300.

professor. Foi então que sentiu a absoluta necessidade de compreender as línguas nativas para poder obter inteiro êxito na sua tarefa de missionário e mestre; por outro lado, foi levado a promover alterações no processo de ensino do Português. É o que nos diz, num seu trabalho de 1932: «Logo após a minha chegada a Luanda, em fim de Junho de 1890, no princípio da minha vida de missionário, fui destinado à missão de S. Salvador do Congo e ali foi-me dado o cargo de reger a escola. É nas escolas onde ressalta também a necessidade do conhecimento da língua local, e isto foi logo de princípio reconhecido por mim, pois nem eu entendia os alunos há pouco matriculados, nem eles me podiam entender. Ali ainda se ensinava pelo método antigo do b á bá.

«Não me pude conformar com o ensino por este método e resolvi-me, contra a opinião dos meus três colegas na mesma missão, ensinar pelo belo método de João de Deus, que eu tinha aqui estudado com o próprio autor»².

Esta vocação pedagógica e este pioneirismo na utilização de métodos novos de ensino nada têm de excepcional: são uma constante das missões em África, para as quais a escola sempre foi uma unidade básica. É bem sabido que antes da intensificação da acção do Estado em matéria de ensino, que se acentuou sobretudo depois da segunda guerra mundial, o papel das missões neste campo foi extremamente importante. Este ensino, não só informativo mas decorrente da vontade de conversão, articulou-se sempre com o estudo das línguas nativas, da literatura oral e das crenças tradicionais dos povos africanos³.

Matias Delgado admirava de facto muitíssimo o processo sintético, e sem a fase do silabário do sistema então corrente de aprendizagem da língua, da «Cartilha Maternal» de João de Deus, de quem foi amigo. Ambos se deveriam aliás encontrar na extrema simplicidade de carácter, simplicidade que é um timbre constante na vida e na curta obra de Matias Delgado, bem como na personalidade de vários de seus amigos, como, por exemplo, o grande Gago Coutinho.

² José Matias Delgado, *Línguas bantu — necessidade do seu ensino*, «Portugal Colonial», n.º 15, Maio de 1932, pp. 9-13.

³ *Vide*, sobre o assunto, o cap. VIII da obra de Ávila de Azevedo «Relance sobre a Educação em África», Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar», 1963.

Profunda abertura se lhe nota em relação às culturas nativas, que respeitava, pelo íntimo conhecimento que da mentalidade africana adquiriu em Angola. Escrevia, por exemplo, em 1930: «Todo o bantu tem folklóre, fábulas e adágios riquíssimos em ideias filosóficas»; e, mais adiante, no respeitante às línguas bantas: «As línguas bantu são riquíssimas em termos para o mundo conhecido pelos pretos. Em parte alguma se acha embaraço para dar, a cada coisa conhecida, visível ou invisível, o nome que lhe convém (...). Estas frases estão submetidas a regras; estas regras são fundadas sobre princípios e estes princípios são tão exactos, tão justos, tão filosóficos, que se nos chega a afigurar quase, como um iminente orientalista disse do turco, que estas línguas parecem ser o resultado das deliberações de alguma ilustre acedemia»⁴.

Todo este interesse pelas línguas indígenas de África não derivava apenas de uma atitude rigorosamente científica, necessariamente escoreada no respeito que todo o verdadeiro cientista tem sempre pelo objecto do seu estudo; articulava-se, como se compreende, com intenções práticas. O conhecimento de tais línguas não era só útil ao missionário: mas também ao etnógrafo, ao botânico e, em geral, a todos os agentes da acção civilizadora, professores, médicos, militares, juizes. O que hoje nos parece uma noção evidente e banal não o seria tanto na época: daí a ênfase que, durante toda a sua vida, Delgado deu à importância do ensino das línguas africanas. Mas, em última análise, essa intenção prática subsumir-se-ia na vontade maior de compreensão, científica, humana e civilizadora: «conhecer melhor a sua (dos negros) psicologia, as suas ideias, a sua medicina e a sua etnografia. Poderíamos então bem avaliar a capacidade intelectual e moral deles, isto é, as suas aptidões para a vida civilizada»⁵.

A extrema modéstia de Matias Delgado levou-o a nunca publicar obra de vulto. Tudo o que deu à estampa se resume a quatro curtos

⁴ José Matias Delgado, «Ensino das Línguas Coloniais. Sua necessidade e vantagens provadas por factos históricos», conferência feita na Faculdade de Letras, em 19 de Março de 1930, «Anuário da Escola Superior Colonial», X, Lisboa, 1930, pp. 175-197.

⁵ Oração de «sapientia» lida pelo professor da cadeira de Kimbundo, José Mathias Delgado, na Sociedade de Geografia () «Anuário da Escola Colonial», IV, 1922-23, pp. 113-125.

artigos (dois deles resultantes de palestras), os quais giram todos em volta do problema da filologia africana⁶, sempre encarado numa base essencialmente prática, e às anotações e correcções à «História Geral das Guerras Angolanas» de António de Oliveira de Cadornega (2 primeiros volumes, sendo já as anotações do 3.º vol., de um seu continuador que, aliás, aproveitou o vastíssimo ficheiro deixado por Matias Delgado).

A sua concepção de história está sugerida numa frase que escreveu para o prólogo desta obra de Cadornega: «A história documentada de Angola está por escrever. Existem muitos documentos para ela se poder fazer, mas também se perderam outros tantos, de modo que é impossível hoje escrever-se uma história *completa* daquela antiga província (sublinhado nosso). Nesta palavra «completa» parece ecoar uma perspectiva genericamente positivista da História — que é, perguntaríamos hoje, uma história «completa»? Uma história em que a teia dos factos se cristalizaria a impor-nos uma visão do passado como um dado único, necessário, de que os documentos seriam o mais ou menos fiel espelho? Uma história que atingiria a sua racionalidade, a sua inteligibilidade, pela acumulação paulatina, arquivística, de factos acertadamente colocados na sua sucessão linear? «Completa — palavra absurda para nós, hoje, que bem sabemos quanto a história continuamente se reescreve, quanto o «passado» é afinal o modelo bem presente que cada época forja das anteriores e dos fios que até ela conduziram, fios que se tecem a mil níveis de diferente complexidade e dinâmica evolutiva.

Nem só aqui o pensamento de Delgado se nos distancia no tempo, perfilando-se num momento do pensamento que já nos é alheio, que já nos é histórico. Eis que, num dos seus artigos (citado na nota 2) se refere aos «costumes dos povos mergulhados ainda na sua maioria em toda a série de *erros e superstições*, tais como os povos das nossas colónias e especialmente os de Angola e Moçambique». (sublinhados nossos)

Também hoje, com a nossa consciência etnológica, não falaríamos de erro e superstição — falaríamos de outro nível de interpretação do mundo, instalaríamos na ordem do diferente o que para Delgado era

⁶ Destes, falta citar, *Subsídios para a história do estudo das línguas sul africanas, até 1869*, «Anuário da Escola Colonial», I, Lisboa, 1920, pp. 151-175.

imperfeito e errado. Isto é: descentralizar-nos-íamos relativamente a formas de explicação da realidade que sabemos terem, no seu «primitivismo» a sua própria coerência interna e a sua eficácia, muito embora a nossa própria coerência as integre e sobrevoe.

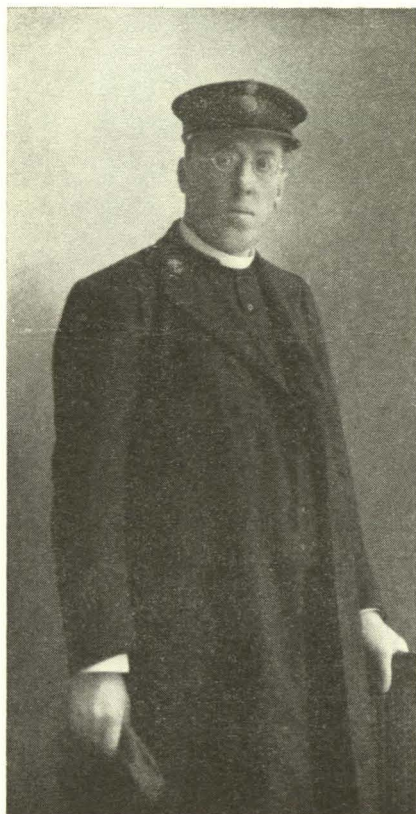


Fig. 1 — J. M. Delgado na sua farda da Marinha de Guerra em que se alistou em 1904.



Fig. 2—José Matias Delgado em Agosto de 1923.

Jose Matias Delgado

DIPLOMA

DE FUNÇÕES PÚBLICAS



Em nome da Republica se faz saber que por decreto de 13 de Novembro de 1906 foi José Matias Delgado nomeado professor da 3.^a cadeira da Escola Colonial de Lisboa.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 28 de Novembro de 1914.

Manuel d'Arriaga
José Delgado

Fig. 3 - Extracto do diploma que nomeou Matias Delgado Professor do então «Escola Colonial», com a assinatura de Manuel d'Arriaga.

MOVIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES NO ANO DE 1972-1973

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Em cumprimento do Artigo 86.º do Regulamento interno, trazemos à Assembleia-Geral o presente Relatório em que se condensam as actividades da nossa Associação durante o ano de 1972-1973. Dado que os trabalhos das diversas Secções e Comissões, da Biblioteca, do Museu e da Tesouraria serão relatados pelos seus diversos presidentes, limitar-nos-emos aqui a falar das iniciativas ou resoluções que foram tomadas pela Direcção ou pela Assembleia-Geral.

Para pôr uma certa ordem nos assuntos a que vamos referir-nos, trata-los-emos separadamente nas seguintes alíneas:

- 1 — Reuniões da Direcção
- 2 — Sessões da Assembleia-Geral
- 3 — Sócios falecidos
- 4 — Sócios admitidos
- 5 — Prémio General França Borges
- 6 — Publicações
- 7 — Jornadas Arqueológicas
- 8 — Obras na sede

1. REUNIÕES DA DIRECÇÃO

A Direcção, durante o ano que ora finda, reuniu 9 vezes, para tratar de assuntos de expediente habitual, como relações com outras entidades oficiais ou particulares, apreciação de candidaturas para novos sócios, programação de trabalhos, compra de móveis, aquisição de livros, apreciação dos serviços dos funcionários, actualização dos seus vencimentos, etc.

Também a Direcção teve ocasião de tratar de outros assuntos da maior importância para a nossa vida associativa. Todavia, resolvemos guardar a exposição de tais assuntos para outras alíneas, que inserimos adiante.

2. SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral reuniu 10 vezes durante o ano associativo que agora finda.

Na sessão de 3 de Novembro de 1972 foi constada a constituição da mesa da secção de Pré-História, constituída assim: Presidente, Dr. Farinha dos Santos; Vice-Presidente, Dr. Eduardo da Cunha Serrão; Secretário, Dr. Mário Pires Bento. A seguir foi lido um pedido da Academia de Ex-Libris para ser agregada à Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Os Srs. Machado de Faria e Cónego Isaías da Rosa Pereira fizeram objecção, que nada se podia resolver sem se conhecerem os estatutos e o regulamento da mesma Academia. A seguir o Sr. Presidente fez o elogio do conferencista da noite, Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, referindo-se ao seu brilhante *curriculum vitae*. O conferente iniciou o seu trabalho «*A Historiografia de tema olisiponense na primeira metade do século dezassete*». Começou por afirmar que a Historiografia consagrada a Lisboa principiou com Damião de Gois. Referiu-se depois às obras de Luis Mendes de Vasconcelos, de Fr. Nicolau de Oliveira e de António Coelho Garco e ainda de Severim de Faria. A concluir, lembrou a vantagem que haveria em a Câmara Municipal de Lisboa editar vários textos que descrevem a Lisboa seiscentista.

Na sessão de 2 de Dezembro, o Sr. Presidente deu conhecimento de que já está impresso o primeiro volume dos *Trabalhos de Afonso do Paço*. Voltando a discutir-se a integração da Academia de Ex-Libris na A. A. P., tal integração foi defendida pelo Sr. Figueira Rego, mas contrariada por outros sócios, não se tomando qualquer resolução definitiva. Seguidamente foi votada a admissão, como novo sócio da Secção de História, o Sr. Joaquim Parro. Foi depois dada a palavra ao comunicante da noite, Dr. Montalvão Machado, que explanou o tema «*No segundo centenário da Instrução Primária*». Começou por afirmar que não se podia deixar extinguir o ano de 1972, sem se recordar que passava no mesmo ano o 2.º centenário da instituição do ensino primário oficial, decretado pelo Marquês de Pombal, aludindo ainda à reforma da Universidade e à criação de várias escolas, como o Colégio dos Nobres, a Aula do Comércio, a Aula de Náutica, a Aula de Fortificação, a Aula de Desenho, criadas pelo mesmo estadista. Confinando-se depois ao ensino primário, fez uma rápida resenha da forma como se fez esse ensino nos diversos séculos e na forma como nos últimos decénios se trabalhou em Portugal, para se extinguir o analfabetismo.

Na sessão de 26 de Janeiro, o Sr. Pe. João de Campos apresentou uma comunicação, subordinada ao título «*Penha Garcia e um tesouro encontrado antes de 1930*». Fez a descrição geográfica das freguesias do concelho de Idanha-a-Nova, com incidência arqueológica, histórica e emonumental de Idanha-a-Velha. Depois pormenorizou

as belezas naturais e arqueológicas de Penha Garcia, desde a Reconquista. Por último referiu-se ao aparecimento dum tesouro, quando se fazia uma exploração de águas antes de 1930, referindo-se a algumas peças, que apareceram em tal tesouro, de ourivesaria e moedas da República Romana.

Na sessão de 23 de Fevereiro foi aprovada uma proposta da Direcção para elevar as quotas dos sócios efectivos de dez para vinte escudos e as quotas dos sócios correspondentes de cinco para dez escudos. O Sr. Cónego Dr. Isaías da Rosa Pereira apresentou uma comunicação subordinada ao título «*As visitas paroquiais como fonte histórica*». Fez algumas considerações sobre os registos de visitas paroquiais que se encontram em arquivos ou nas paróquias e do seu interesse para o estudo da vida das populações, nas diversas épocas. Depois referiu-se a registos de visitas, em 1760, aos arceprebendados da Colegã, Torres Novas e Elvas. Terminou afirmando o valor destas informações para a história da estatística da população.

Na sessão de 27 de Março, o Sr. Prof. Santos Júnior apresentou uma comunicação, subordinada ao título «*As gravuras rupestres angolanas do deserto de Moçâmedes*». Começou por afirmar que, durante os três anos e meio, em que trabalhou na Universidade de Luanda, realizou várias campanhas de trabalho de campo, para estudo da arte rupestre. Das vinte seis estações angolanas da arte rupestre, dezoito são de pinturas e oito de gravuras. Destas oito de gravuras, são quatro no distrito de Moçâmedes e três na orla do deserto. Ocupou-se seguidamente das gravuras do Tchiturodo e referiu as lendas e tradições, que correm entre os indígenas. A seguir referiu-se à predominância dos sinais gométricos, e, entre estes, a preferência pelas circunferências concêntricas. Também são frequentes os sinais solares e astrais, mas são raras as representações animais. Abordou o problema da autoria destas gravuras, atribuindo-a talvez à tribo dos *cuisses*. O conferente concluiu apontando a necessidade de se fazer um estudo completo daquela notável estação de arte rupestre.

Na sessão de 23 de Abril, o Sr. Dr. Victor Gonçalves protestou contra o facto de, no primeiro volume aparecido de «Trabalhos de Afonso do Paço» não figurarem os nomes de outros arqueólogos, que, em muitos trabalhos colaboraram com Afonso do Paço. O Sr. Presidente mandou rectificar.

Em seguida o Sr. Presidente fez o elogio e apresentou o conferencista da noite, Sr. Dr. Luis Filipe Rodrigues Tomás, que apresentou uma comunicação subordinada ao título «*Arte popular timorense*». Começou por aludir à influencia primitiva dos povos *papuas*, acentuando o domínio da civilização megalítica, introduzida em Timor cerca de 2.500 anos A. C..

Esta civilização sobrevive ainda em Timor e em todas as ilhas da Insulíndia, e não foi influenciada pelas civilizações asiáticas (da Índia e da China). Fala depois da civilização de Dong-Son, nome duma estação arqueológica de Tonquim. Timor deve-lhe nomeadamente os conhecimentos da era dos metais. Aborda depois a influencia exercida pela Índia, que se tornou dominante nas ilhas ocidentais da Insulíndia, a partir do século V da nossa era. Os portugueses chegaram a Timor em 1555, mas até ao princípio do século corrente a sua influencia quase só se fez sentir no litoral. A arte de Timor, como a das ilhas circunvizinhas, é essencialmente decorativa. A pintura não

existe praticamente e a escultura também tem reduzido interesse. A cerâmica é bastante rudimentar.

Na sessão de 25 de Maio foram admitidos como novos sócios os Srs. Drs. Konrad Spindler, Luís Manuel de Mendonça Vaz Coelho, Maria Manuela Brito Alves Dias Vaz Coelho, Caetano Maria de Melo Beirão, Manuel Maria de Andrade Maia, Maria Adelide Pereira Andrade Maia e Maria Joaquina Coelho Soares. O Sr. Machado de Faria traçou o elogio do falecido sócio Sr. Dr. Carlos Lobo de Oliveira.

Na sessão de 29 de Junho, O Sr. Dr. Vítor Gonçalves realizou a sua anunciada conferência subordinada ao título «Pré-História. Emergência e evolução do conceito». Começou por identificar as principais ideias e temas que conduziram ao aparecimento da Pré-História, como disciplina independente, referiu-se a um primeiro período, o das intuições, até 1800, com diversas sub-divisões. Falou depois dum segundo período, decisivo, que vai de 1800 a 1847, com duas tendências ideológicas principais. O aparecimento efectivo da Pré-História dá-se porém em 1847, com as obras de Perthes, Casemont e Picard. Por último, mostrou que a emergência da Pré-História se fez num contexto extraordinariamente complexo, rico em ideias e pleno de dinamismo. 17

Na sessão de 14 de Julho foram encerrados os trabalhos do ano associativo com a leitura dos relatórios anuais, elaborados pela Direcção, pelas secções de História e Pré-História, e pelos conservadores do Museu, conservador da Biblioteca e tesoureiro. O Sr. Machado de Faria estranhou que não fosse apresentado o relatório da comissão de Heráldica, que devia ser previamente aprovado pela secção de História. Foi resolvido chamar, para esta lacuna, a atenção do presidente da mesma secção.

Na sessão de 24 de Julho, extraordinária, foi votada por maioria, a exclusão dum sócio.

3. SÓCIOS FALECIDOS

Cumprimos agora o doloroso dever de lembrar uma vez mais os sócios desaparecidos durante os últimos doze meses, lamentando que não possam mais concorrer para a actividade da nossa casa.

Foram eles:

- Prof. António Garcia de Bellido, de Madrid, sócio correspondente, falecido no mês de Outubro;
- Dr. António de Sousa Oliveira Júnior, do Porto, sócio correspondente, da secção de História, falecido em Novembro;
- Dr. Carlos Lobo de Oliveira, sócio efectivo, da secção de História, falecido em Março.

Às famílias enlutadas, esta Associação exprimiu o seu pesar e aqui uma vez mais consigna a sua mágoa, por vez findar tão úteis colaborações.

4. SÓCIOS ADMITIDOS

(Efectivos)

Secção de História — N.º 626 —	Joaquim Parro	Em 22.12.1972
Secção de Pré-História — N.º 628 —	Dr. Caetano Maria de Melo Beirão	» Em 22.12.1972
» » » — » 629 —	Dr. Manuel M. ^a Fonseca Andrade Maia	» 25. 5.1973
» » » — » 630 —	Dr. Luís Manuel M. Vaz Coelho	» 25. 5.1973
» » » — » 631 —	Dr. ^a Maria Manuela A. B. D. V. Coelho	» 25. 5.1973
» » » — » 632 —	Dr. ^a Maria Adelaide F. G. P. A. Maia	» 25. 5.1973
» » » — » 633 —	D. Maria Joaquina Coelho Soares	» 25. 5.1973

(Correspondentes)

Secção de História — N.º 627 —	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro	Em 23. 2.1973
	(Évora)	
Secção de Pré-História — N.º 634 —	Dr. Konrad Spindler (Villingen-Alemanha)	» 25. 5.1973

5. PRÉMIO GENERAL FRANÇA BORGES

Não foi aberto concurso, no ano corrente, para atribuição do prémio França Borges.

6. PUBLICAÇÕES

Continuou a actividade editorial dos anos anteriores.

Publicou-se o Vol. IV, da 9.^a Série, da revista «Arqueologia e História», e bem assim: o Vol. I, dos «Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço» e «O Monumento Pré-Histórico de Pai-Mogo», de Gretel Gallay, Konrad Spindler, Leonel Trindade e O. da Veiga Ferreira.

7. JORNADAS ARQUEOLÓGICAS

Consagradas à memória do Prof. Joaquim Fontes, realizaram-se em Lisboa e arredores, de 13 a 15 de Outubro de 1972, as «II Jornadas Arqueológicas».

As sessões de trabalho e os actos comemorativos efectuaram-se no Museu de Arqueologia e Etnologia de Lisboa.

Participaram numerosos arqueólogos portugueses e vários arqueólogos espanhóis, franceses e alemães, num número total de 80 participantes tendo sido apresentadas 48 comunicações.

Além doutras conclusões finais, os participantes formularam o voto de serem dadas à Junta Nacional de Educação possibilidades de garantir a protecção dos lugares e objectos de interesse arqueológico.

8. OBRAS NA SEDE

Bem contra os nossos desejos, somos obrigados a reconhecer que ainda não pudemos utilizar a sala chamada *da Sacristia*, que há anos nos foi cedida pela Guarda Nacional Republicana.

Após algumas obras realizadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, aguardamos que se ultime o arranjo da mesma sala e ela nos seja entregue.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 14 de Julho de 1973.

Pela Direcção
O Secretário-Geral
J. T. MONTALVÃO MACHADO

RELATÓRIO DA SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA

Cumprindo disposições estatutárias desta Associação, tenho a honra de apresentar à apreciação e aprovação de V. Ex.^{as} o relatório das actividades da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, respeitante ao ano associativo de 1972-1973.

As actividades desta Secção, no ano associativo que agora termina, podem considerar-se bastante interessantes e proveitosas já que, ao longo de todo o ano, foram apresentadas nas respectivas reuniões mensais, por diversos sócios convidados, comunicações sobre temas específicos relacionados com a pré-história e outros, dando-nos a conhecer assuntos inéditos, que tiveram a melhor audiência e acolhimento.

Em diversas reuniões mensais, foram ainda feitas recensões de publicações vindas a lume, quer em Portugal quer no estrangeiro, que tratavam de assuntos relacionados com a pré-história e outros ramos da arqueologia.

As reuniões mensais tiveram, de facto, concorrência apreciável, não só por parte dos elementos que fazem parte da Secção, como ainda por numerosos convidados e alunos da Faculdade de Letras que se interessam por este ramo da ciência. Em muitas das reuniões, a propósito dos assuntos versados nas comunicações, foram feitos comentários que constituíram, em muitos casos, outras tantas lições, pois a todos vivamente interessaram.

Durante o ano que relatamos, realizaram-se nove reuniões mensais. Com excepção da primeira, onde apenas se tratou da eleição do presidente e secretário para o período de 1973-1975, em todas as restantes foram apresentadas comunicações nas datas e sobre os assuntos que passamos a referir:

Em reunião de 29 de Novembro de 1972 o investigador e arqueólogo P.^o Jean Roche apresentou um notável trabalho intitulado «Quelques caractères de l'industrie du «concheiro» de Moita do Sebastião», em Muge, à qual assistiram catorze associados.

O conferente esclareceu que a indústria daquele concheiro corresponde a uma utensilagem de pequena dimensão, de sílex, peças de osso, seixos de quartzito talhados, etc..

Depois de definir as características da indústria microlítica encontrada acrescentou que os instrumentos de osso são muito originais e não se encontram paralelos para a Península Ibérica, mas apresentam a mesma técnica das jazidas pós-glaciares da Alemanha do Norte e da Dinamarca.

Em reunião de 19 de Dezembro do mesmo ano, o dr. Cunha Serrão apresentou uma comunicação feita em colaboração com Francisco de Sande Lemos e Jorge Pinto Monteiro, intitulada «A arte rupéstre do Vale do Tejo», onde se encontram os mais importantes complexos artísticos da Europa pré-histórica no seu género. Informou ainda que dados os espectaculares resultados das prospecções efectuadas no lado português, tinha sido constituída uma equipa espanhola, orientada pelo Prof. Martins Almagro e dr.ª Maria Querol para procurarem núcleos de idênticas gravuras do lado da sua fronteira.

Os dois grupos de trabalho, português e espanhol, tencionam efectuar as suas pesquisas arqueológicas na mais estreita colaboração, designadamente no troço internacional do Rio Tejo.

Estiveram presentes à reunião oito sócios.

Em reunião de 30 de Janeiro de 1973, com a presença de dez associados, o dr. Octávio da Veiga Ferreira, apresentou uma comunicação intitulada «Os resultados preliminares da escavação do monumento pré-histórico da Roça do Casal do Meio — Calhariz — Sezimbra».

O conferente informou que, embora já há dez anos, se suspeitasse da existência, no local, de uma mamoa, só agora pôde ser possível a exploração arqueológica, aproveitando a estadia em Portugal do dr. Konrad Spingler, da Universidade de Friburgo.

As referidas escavações tiveram ainda a colaboração do dr. George Zbyszewski, dos Serviços Geológicos e Eng.º D. António de Castelo Branco, tendo sido concedidas as máximas facilidades e pessoal operário, pelo proprietário do local, Sr. Conde da Póvoa.

Acrescentou ainda o conferente que a grande massa escavada revelou uma estrutura original e única na Península Ibérica, com a tradição das grandes «Tholoi» eneolíticas. Referiu, por fim, que de todos os materiais encontrados, é a cerâmica a maior e a mais importante descoberta, pois resolve a cronologia da cerâmica brunida reticulada encontrada em cerca de vinte estações portuguesas de vários tipos.

A comunicação foi elogiosamente comentada por diversos sócios presentes.

Na reunião de 27 de Fevereiro seguinte, foi conferente o sócio dr. George Zbyszewski apresentando um trabalho intitulado «Estação paleolítica do Castelo-Velho, Riachos, Torres Novas», correspondente a um local onde tinham sido encontrados, anteriormente, fragmentos de tijolos, de telhas e de ânforas romanas.

O dr. Zbyszewski salientou que o material paleolítico foi colhido pelos, dr. Manuel Leitão e Eng.º Tom North, na superfície de um terraço quaternário de 25-45 metros acima do Rio Almonda.

O aspecto geral das indústrias encontradas, disse, situa a estação do «Castelo Velho» ao lado das jazidas do mesmo tipo descritas anteriormente nos terraços quaternários de Ramalhosa, Chamiço, Mato de Miranda e Chões de Alpompe, as quais, no entanto, apresentam um material muito mais característico, devido à melhor qualidade de matéria prima utilizada pelos homens da pré-história.

Assistiram nove sócios tendo alguns feito apreciações elogiosas ao trabalho apresentado, que certamente contribuirá para uma melhor compreensão da nossa história primitiva do Rio Tejo.

Na reunião de 9 de Março, a que assistiram nove associados e como convidado o dr. Carlos Alberto Sertã, da Univesidade do Rio de Janeiro, o dr. Carlos Ferreira de Almeida, Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apresentou um trabalho sobre o «Forno Crematório da Citânia de Sanfins», integrando-o no quadro dos ritos funerários castrenses. Disse que a cultura castreja tem muitas influências ibéricas vindas do sul e a própria celtização que sofreu é tardia e em movimento de ressaca. Os castrejos queimavam os seus mortos não os inumavam. O forno de Sanfins parece que era aquecido com arbustos entre os quais avultava o tojo que era abundante na região.

Queimados os corpos, as cinzas iam a enterrar, não à maneira dos romanos, à margem dos caminhos, mas debaixo do piso das próprias casas. Este costume, acrescentou, garante-nos como eram poderosos nesta sociedade, os laços de sangue. Era, de resto, na consanguinidade, que se baseava a organização social destes povos, conforme testemunhos que nos deixaram escritores clássicos.

No final da comunicação, quatro dos sócios presentes fizeram diversos comentários salientando a importância da descoberta do forno crematório de Sanfins.

Em 24 de Março teve lugar a reunião mensal, na qual foi apresentado pelo presidente dr. Manuel Farinha dos Santos o trabalho sobre «Campaniforme da Barrada do Grilo — Torres Novas-Vale do Sado feito de colaboração com o dr. Carlos Tavares da Silva e D. Joaquina Soares.

O conferente afirmou que esta estação arqueológica se reveste de especial interesse, pois, há relativamente pouco tempo, não se conhecia qualquer manifestação da cultura campaniforme no sul do estuário do Sado.

Na Barrada do Grilo, processaram-se duas ocupações; uma muito breve do Epipaleolítico Superior, denunciada por espólio lítico típico e por fauna malacológica daquele período. A segunda ocupação melhor representada, é do calcolítico final, com cerâmica campaniforme, exclusivamente incisa.

Na reunião de 29 de Maio, a que assistiram dez associados, foi conferente o Eng.º Tom North, que apresentou uma comunicação intitulada «Estação Paleolítica de Foros de Montinho-Montargil, Ponte de Sôr», ilustrada com diapositivos a cores.

O conferente explicou que a estação paleolítica referida, foi visitada em Março passado pelo seu descobridor dr. José de Castro Norton, na sua companhia e na do dr. Manuel Leitão, os quais ali recolheram noventa e três peças líticas, que nos vêm dar mais conhecimentos sobre o paleolítico da região.

O material foi estudado pelo dr. Zbyszewski e é composto de excelentes peças, sendo vinte e oito «coup de poings».

A comunicação foi, no final, como as anteriores, comentada elogiosamente pelo presidente e outros sócios presentes.

E, no dia 22 do mês findo, na qual estiveram presentes oito associados, o Coronel Filipe de Barros Rodrigues apresentou um trabalho sob o tema «Pinturas Rupestres do Monte Campone do Distrito do Niassa — Moçambique».

O conferente disse que a estação arqueológica já fora referida pelo Cap. Waldez dos Santos. Salientou depois as dificuldades da pesquisa em determinados pontos daquela Província Ultramarina e o atraso em que se encontram ali os estudos arqueológicos, em contraste com os dos países vizinhos.

Referiu ainda que os sinais pintados na estação, consistem em figuras geométricas — pontos, riscos, curvas, meia lua, círculos fechados e Sol, figura semelhante a uma outra do Suoeste Angolano, apresentada pelo Prof. Santos Júnior, numa reunião da Assembleia-Geral da Associação. Os povos do local, disse, atribuem estes sinais à escrita vinda da Ásia.

No final da comunicação alguns sócios presentes fizeram diversos comentários tendo o presidente da Secção felicitado o conferente pelo trabalho apresentado.

Durante as reuniões do ano associativo foram apreciadas e aprovadas as propostas para sócios da Secção, para serem depois presentes à Assembleia-Geral da Associação, dos seguintes candidatos: dr. Konrad Spindler, da Universidade de Friburgo, drs. Caetano Beirão, Luis Coelho, D. Maria Alves Dias Coelho, dr.^a D. Maria Adelaide Garcia Pereira de Andrade Maia, dr. Manuel Maria Andrade Maia e D. Maria Joaquina Soares.

O balanço das actividades da Secção e a apreciação do presente relatório terão lugar na reunião de hoje.

Lisboa. 10 de Julho de 1973

O Secretário da Secção
MÁRIO PIRES BENTO

RELATÓRIO DA SECÇÃO DE HISTÓRIA

Durante o ano associativo de 1972/73 e até ao mês de Junho realizaram-se oito sessões.

Na primeira, realizada em Novembro, procedeu-se à eleição da Mesa para o triénio de 1972 a 1975.

As de Dezembro, Janeiro e Abril estiveram centradas na apresentação de comunicações.

A primeira foi apresentada pelo Sr. Fernando Castelo Branco e versava sobre a realeza de D. António I, tendo sido sublinhadas as razões que levam a que o

monarca não deva deixar de ser considerado na série dos reis de Portugal, como realmente acontece.

Francisco Santana apresentou a comunicação de Janeiro, que constou de um bosquejo da evolução da Aula de Comércio de Lisboa (1759-1844) e da referência à criação de várias aulas idênticas, quer na Metrópole, quer no Brasil.

Na sessão de Abril foi apresentada pelo Sr. Dr. Rocha Souto uma comunicação intitulada «Modelos e miniaturas militares». Foram historiados o aparecimento e evolução dos soldadinhos de papel para recortar e dos soldados de chumbo e de pasta, tendo sido também salientado o seu valor educativo e as correnpondentes socio-políticas da voga deste tipo de brinquedos.

Diversos outros temas avulsos foram debatidos destas e nas restantes reuniões. As de Maio e Junho foram completamente preenchidas por essas trocas de impressões. Nas de Fevereiro e Março, ainda que não houvesse propriamente apresentação de comunicações, verificou-se a desenvolvida apresentação de interessantes temas.

Na de Fevereiro referiu-se o Sr. Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos à personalidade e actuação do Abbé Platel, um dos colaboradores de Pombal na sua campanha anti-jesuítica. Na de Março abordou o Sr. Dr. Montalvão Machado as causas das mortes dos nossos reis, tendo sido ponderado que, no antigo regime político, as doenças de que os reis enfermavam podiam repercutir-se na vida nacional.

Considerando a actividade verificada no ano associativo que agora finda e considerando-a em comparação com as dos três anos anteriores, as conclusões não podem ser optimistas. Manteve-se o número normal de sessões. Todavia, a média de assistência às mesmas foi inferior à verificada nos anos anteriores. Ligeiramente dado que nos outros anos considerados era também baixíssima, essa média, situando-se entre um máximo de 7 e um mínimo de 4 presenças, indica-nos serem as nossas reuniões frequentadas habitualmente por entre 5 a 6 associados.

Também houve menor regularidade na apresentação de comunicações com realização e temas previstos: 3 no ano que agora finda, contra 5 em 1970-1971, em 1969-1970 e 7 em 1971-1972.

Regista-se que não é possível fazer referência à actividade da Comissão de Heráldica, dado que a mesma não apresentou qualquer relatório, conforme estipula o Regulamento.

O Secretário da Secção de História
FRANCISCO JOSÉ G. SANTANA

A Secção de História ouviu ler e aprovou o relatório que agora se apresenta.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 12 de Julho de 1974.

RELATÓRIO DO CONSERVADOR DO MUSEU

Durante o ano associativo de 1972-1973, grande parte do Museu desta Associação esteve sujeita a obras de arranjo e ampliação, levadas a cabo pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pelo que não houve oportunidade de se proceder à desejada remodelação das respectivas colecções.

Além disso, reconheceu-se que vai ser necessário dar nova disposição às vitrinas e objectos expostos, quando se inaugurar a nova e ampla sala, pelo que não interessa até então proceder a novo arranjo.

De positivo e já homologado ministerialmente, para o inventário dos numerosos objectos recolhidos por Afonso do Paço em Vila Nova de S. Pedro e outras jazidas arqueológicas, e a próxima vinda a Portugal de uma equipa do Instituto Arqueológico de Madrid para proceder a uma exaustiva descrição de todo esse espólio arqueológico.

Lisboa, 14 de Julho de 1973.

O Conservador do Museu
MANUEL FARINHA DOS SANTOS

RELATÓRIO DO CONSERVADOR DA BIBLIOTECA

Para satisfazer ao disposto no Art.º 84.º, do nosso Regulamento, cumpre-me dar parte à Assembleia Geral das obras entradas na nossa Biblioteca, por oferta, durante o ano associativo, que agora finda.

Essas obras foram as seguintes, apresentadas à Assembleia Geral, nas seguintes sessões:

NA SESSÃO DE 3/11/1972

- Henrique da Silva Louro, *Canha 1172-1972*
- Isaías da Rosa Pereira, *Visitações de Santiago de Óbidos (1482-1500), Inventário provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa.*
- Fernando Mouzinho de Albuquerque, *Mouzinho de Albuquerque*
- *XXIX Congresso Luso-Espanhol*, Tomos I, II e III.
- *Lista das Bibliotecas Portuguesas*
- Leonel Ribeiro, *Lisboa e a Base Romana da Linha do Tejo.*
- José Luiz de Sampayo Torres Fevereiro, *Uma família da Beira Baixa.*
- *O teatro português no pós-guerra.*
- Isaías da Rosa Pereira, *Para a História do Mosteiro de S. Pedro de Canedo.*

- Jorge de Alarcão e Adília de Alarcão, *A Conservação de Antiguidade de Bronze.*
- R. Etienne e Bairrão Oleiro, *Resultados da Primeira Campanha de Escavações Luso-Francesas em Conimbriga.*
- *Conimbriga-Guide du Musée et des Nuines.*
- João Dias Rosas, *Rumos da Política Económica.*
- *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.*
- António Montalvão, *Notas sobre Vias Romanas em Terras Flavienses.*
- *Normas de Heráldica do Exército.*
- Pinto Ferreira, *Pesos arcaicos de tear encontrados em Numão.*
- *Ourivesaria do Museu Machado de Castro.*
- *Cripto Pórtico — Museu Machado de Castro.*
- Jesus Taboada Chivite — *Monteria y corrida de lobos en Galicia*
- José da Encarnação — *Vestígios do Culto dos Lares em Território Português.*
- *Museu Provincial de Bellas Artes de Sevilla.*
- *Materialy Archeologiczne W Krakowie*
- *Museu Arqueologico de Sevilla*

NA SESSÃO DE 23/2/1973

- *O Governo de Marcelo Caetano*
- *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.*
- Marcelo Caetano — *Só temos um caminho: defender o Ultramar.*
- Montalvão Machado — *No II centenário da Instrução Primária.*

NA SESSÃO DE 27/4/1973

- Abílio Mendes do Amaral — *Os Teyves, A Biblioteca Municipal de Viseu possui um «Merveilleux», A Fonte Santa,*
- Cândido Augusto Dias dos Santos — *O Censual da Mitra do Porto.*
- *Governo de Marcelo Caetano — Quarto ano de actividade.*
- *25.º Aniversário da Biblioteca — Museu Municipal Dr. Vidal Baptista.*

NA SESSÃO DE 25/5/1973

- Maria de Lourdes Bártolo — *Camões nas Colecções do Museu Nacional de Arte Contemporânea.*
- *Anais da Academia Portuguesa de História, Vol. 21, 1972.*
- Ruben Andresen Leitão — *A importância do fundo do Real Erário para a História do Brasil.*
- Jaime Lopes Dias — *Cellas na arqueologia e na história luso-romana e portuguesa.*

- Rogério de Figueiredo Rego — *Alguns sumários das notas de vários tabeliões da vila de Torres Vedras nos séculos XVI a XVIII.*
- Marcelo Caetano — *A grande opção: servir ou destruir Portugal.*

NA SESSÃO DE 29/6/1973

- Isaiás da Rosa Pereira — *O Hospital do Espírito Santo da Vila da Castanheira, Estatutos do Cabido da sé de Évora.*
- Ana Maria Marques e outros — *Panorâmica Geral da Cultura do Ferro em África.*
- Concepcion Chicarro y de Dios — *Recientes hallazgos arqueológicos en Sevilla; La colleccion de monedas áureas de la señora viuda de Mira.*
- Agostinho Isidoro — *Notas sobre o casamento na Aldeia da Mata; Escavações em dolmens do concelho do Crato; Os Sabler — uma família de pescadores; Esboço arqueológico do concelho do Crato.*
- J. Amorim Machado Cruz — *Consanguinidade aparente e sua evolução na ilha de Porto Santo; Genetic studies; Consanguinidade aparente da população de Vilarinho da Furna.*
- J. R. dos Santos Júnior — *O Minépa e o Malaico-fantasma moçambicanos; U. na dança milenária.*
- Gustavo Marques — *Arqueologia de Alpiarça.*
- Lerenó Barradas — *Inhambane de outrora.*
- D. Luís de Lencastre e Távora — *Apontamentos de Eufragística Portuguesa.*
- *Monumento (da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique).*
- Victor dos Santos Gonçalves — *O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme.*

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 14 de Julho de 1973.

O Conservador da Biblioteca
J. T. MONTALVÃO MACHADO

Acabou de se imprimir,
em Agosto de 1974
nas oficinas gráficas
da Livraria Editora Pax, Lda.,
Braga (Portugal)